Alfredo Boulos

História
Sociedade & Cidadania

9

MANUAL DO PROFESSOR

DIVULGAÇÃO
PNLD 2020
FTD

FTD

História
Sociedade & Cidadania

9

ALFREDO BOULOS JÚNIOR

Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo.

MANUAL DO PROFESSOR

DIVULGAÇÃO
PNLD 2020
FTD

Ensino Fundamental – Anos Finais

Componente curricular: História

4ª edição – São Paulo – 2018

FTD

Copyright © Alfredo Boulos Júnior, 2018.

Diretor editorial	Antonio Luiz da Silva Rios
Diretora editorial adjunta	Silvana Rossi Júlio
Gerente editorial	Flávia Renata P. A. Fugita
Editor	João Carlos Ribeiro Jr.
Editores assistentes	Bárbara Berges, Maiza Garcia Barrientos Agunzi, Rui C. Dias
Assistente editorial	Carolina Bussolaro Marciano
Assessoria	Cláudio A. V. Cavalcanti
Gerente de produção editorial	Mariana Milani
Coordenador de produção editorial	Marcelo Henrique Ferreira Fontes
Gerente de arte	Ricardo Borges
Coordenadora de arte	Daniela Máximo
Projeto gráfico	Sergio Cândido
Projeto de capa	Sergio Cândido
Foto de capa	Gerson Gerloff/Pulsar Imagens
Supervisor de arte	Vinícius Fernandes
Editores de arte	Edgar Sgai, Felipe Borba
Diagramação	Lima Estúdio Gráfico
Tratamento de imagens	Ana Isabela Pithan Maraschin, Eziquiel Racheti
Coordenadora de ilustrações e cartografia	Marcia Berne
Ilustrações	Editoria de arte
Cartografia	Allmaps, Maps World, Renato Bassani, Selma Caparroz
Coordenadora de preparação e revisão	Lilian Semenichin
Supervisora de preparação e revisão	Viviam Moreira
Revisão	Adriana Périco, Camila Cipoloni, Carina de Luca, Célia Camargo, Felipe Bio, Fernanda Marcelino, Fernanda Rodrigues, Fernando Cardoso, Heloisa Beraldo, Iracema Fantaguci, Paulo Andrade, Pedro Fandi, Rita Lopes, Sônia Cervantes, Veridiana Maenaka
Supervisora de iconografia e licenciamento de textos	Elaine Bueno
Iconografia	Amanda Loss Von Losimfeldt, Caio Mazzilli, Daniel Cymbalista, Priscilla Liberato Narciso
Licenciamento de textos	Erica Brambila, Vanessa Trindade
Supervisora de arquivos de segurança	Silvia Regina E. Almeida
Diretor de operações e produção gráfica	Reginaldo Soares Damasceno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boulos Júnior, Alfredo
História sociedade & cidadania : 9º ano : ensino fundamental : anos finais / Alfredo Boulos Júnior. — 4. ed. — São Paulo : FTD, 2018.

"Componente curricular: História."
ISBN 978-85-96-01980-4 (aluno)
ISBN 978-85-96-01981-1 (professor)

1. História (Ensino fundamental) I. Título.

18-20758 CDD-372.89

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino fundamental 372.89

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB–8/9427

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Imagem de capa:

Apresentação da dança xote de duas damas no Centro de Tradições Gaúchas, em Santa Maria (RS), 2017.

A dança gaúcha envolve ritmo, melodia, indumentária e tradição. Por isso, em 2005, foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial do estado do Rio Grande do Sul. Entre as danças tradicionais gaúchas está o xote de duas damas, na qual o rapaz dança com duas moças. Ela é uma variante do xote, ritmo de origem alemã dançado por casais e trazido para o Brasil por José Maria Toussaint, na década de 1850. Em solo brasileiro, o xote foi difundido entre os aristocratas do Segundo Reinado. Porém, os escravizados se interessaram pelo ritmo e pela dança e logo adaptaram as coreografias. Aos poucos, o xote se distanciou das origens alemãs e foi incorporado à cultura brasileira. Atualmente, esse estilo é destaque tanto nas festas do Nordeste brasileiro quanto nas do Sul do país.

Reprodução proibida: Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Todos os direitos reservados à

EDITORA FTD.
Rua Rui Barbosa, 156 – Bela Vista – São Paulo – SP
CEP 01326-010 – Tel. 0800 772 2300
Caixa Postal 65149 – CEP da Caixa Postal 01390-970
www.ftd.com.br
central.relacionamento@ftd.com.br

Em respeito ao meio ambiente, as folhas deste livro foram produzidas com fibras obtidas de árvores de florestas plantadas, com origem certificada.

Impresso no Parque Gráfico da Editora FTD
CNPJ 61.186.490/0016-33
Avenida Antonio Bardella, 300
Guarulhos-SP – CEP 07220-020
Tel. (11) 3545-8600 e Fax (11) 2412-5375

SUMÁRIO

1. METODOLOGIA DA HISTÓRIA IV

1.1 Visão de área IV
1.2 Correntes historiográficas V
1.3 Pressupostos teóricos VII
1.4 Objetivos para o ensino de História VIII
1.5 Conceitos-chave da área de História VIII

2. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM XI

2.1 O conhecimento histórico escolar XI
2.2 A nova concepção de documento XII
2.3 O trabalho com imagens fixas XIII
2.4 O trabalho com imagens em movimento (O cinema na sala de aula) XVI
2.5 O Pisa e a competência leitora XVIII
2.6 A contribuição da História para a formação de leitores/escritores XX
2.7 A contribuição da História para a promoção da cidadania XXI
2.8 Textos de apoio XXIII

3. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O CONTEXTO ATUAL XXVI

3.1 A Legislação que dá suporte à BNCC XXVI
3.2 A BNCC e a busca por equidade XXVI
3.3 BNCC e currículos XXVII
3.4 BNCC e a elaboração de currículos XXVII
3.5 O poder transformador da educação XXVIII
3.6 A nossa coleção e a BNCC XXVIII
3.7 As 10 competências gerais propostas pela BNCC XXVIII

4. AS SEÇÕES DO LIVRO XXIX

4.1 Página de abertura de capítulo XXIX
4.2 Corpo do capítulo XXIX
4.3 Boxes XXX
4.4 Atividades XXX
4.5 Materiais de apoio ao professor XXXII

5. PROJETOS DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR XXXII

5.1 O que é um Projeto de trabalho? XXXII
5.2 Projeto de trabalho interdisciplinar XXXIV

6. AVALIAÇÃO XLI

6.1 Orientações para a avaliação XLIII

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS XLIII

8. QUADRO DE CONTEÚDOS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES XLIV

ORIENTAÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA 1

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Em nossos dias, já ninguém duvida de que a história do mundo deve ser reescrita de tempos em tempos. Esta necessidade não decorre, contudo, da descoberta de numerosos fatos até então desconhecidos, mas do nascimento de opiniões novas, do fato de que o companheiro do tempo que corre para a foz chega a pontos de vista de onde pode deitar um olhar novo sobre o passado...

GOETHE. Geschichte der Farbenlehre. In: SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 267.

1. METODOLOGIA DA HISTÓRIA

1.1 VISÃO DE ÁREA

Vivemos hoje imersos em um presente contínuo (presentismo), que tende a tornar invisíveis as relações entre a nossa experiência presente e o passado público. Vivemos também em um universo mediado por imagens, no qual uma avalanche de personagens, fatos e processos chega até nós por meio das representações que deles são produzidas. Por isso, e cada vez mais, "substituímos nossas experiências pelas representações dessas experiências" (SALIBA, 1998b, p. 117).

Vivendo imersos nesse mundo virtual e apreendendo o que "aconteceu" por meio dos telejornais com frases sintéticas e imagens fragmentadas, os jovens são levados a identificar aquilo que estão vendo com a "verdade" e a explicar o presente com base nele próprio. Ocorre que o complemento desse presentismo avassalador é a destruição do passado, o que pode afetar muito, e negativamente, as novas gerações. Veja o que diz sobre o assunto o historiador britânico Eric Hobsbawm:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca [...]. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.

Se a destruição do passado pode resultar em uma tragédia para as novas gerações, a alienação dela decorrente pode facilitar a emergência e a imposição de ditaduras brutais, como as que vitoriaram nas décadas de 1930 e 1940 em países da Europa Ocidental e Oriental. Ademais, a consciência de que o passado se perpetua no presente é fundamental para o nosso sentido de identidade. Saber o que fomos ajuda-nos a compreender o que somos; o diálogo com outros tempos aumenta a nossa compreensão do tempo presente. Como observou um estudioso:

O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos. Toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um café da manhã, uma tarefa, porque já os vimos ou já os experimentamos (LOWENTHAL, 1998).

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 160. (Explorando o ensino, v. 21).

Quanto ao modo de abordar o passado, consideramos importante evitar o anacronismo[1] e, seguindo a recomendação de Georges Duby, lembrar que, para conhecer uma determinada sociedade do passado, é importante nos colocarmos na pele das pessoas que viveram naqueles tempos. Essa

1 Anacronismo: consiste em atribuir aos agentes históricos do passado razões ou sentimentos gerados no presente, interpretando-se, assim, a história em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas (BRASIL. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2012: História. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2011. p. 15).

EDUCAÇÃO PNLD 2020 FTD

postura, sugerida por ele na abordagem do medievo ocidental, é, a nosso ver, uma postura útil no trabalho com qualquer sociedade humana, independentemente de tempo ou lugar.

Como lembra Marc Bloch no seu clássico **Apologia da História ou o ofício de historiador**, além de prejudicar o conhecimento do presente, a ignorância do passado compromete também a nossa ação no presente. Assim sendo, não é demais lembrar que a História tem um duplo compromisso: com o passado e com o presente, bem como com as relações entre um e outro. Dissertando sobre esse duplo compromisso da História, Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky observaram:

> Compromisso com o presente não significa, contudo, presentismo vulgar, ou seja, tentar encontrar no passado justificativas para atitudes, valores e ideologias praticados no presente (Hitler queria provar pelo passado a existência de uma pretensa raça ariana superior às demais). Significa tomar como referência questões sociais e culturais, assim como problemáticas humanas que fazem parte de nossa vida, temas como desigualdades sociais, raciais, sexuais, diferenças culturais e sociais, embates políticos, problemas materiais e inquietações relacionadas a como interpretar o mundo, lidar com a morte, organizar a sociedade, estabelecer limites sociais, mudar esses limites, contestar a ordem, consolidar instituições, preservar tradições, realizar rupturas...
>
> Compromisso com o passado não significa estudar o passado pelo passado, apaixonar-se pelo objeto de pesquisa por ser a nossa pesquisa, sem pensar no que a humanidade pode ser beneficiada com isso. Compromisso com o passado é pesquisar com seriedade, basear-se nos fatos históricos, não distorcer o acontecido, como se esse fosse uma massa amorfa à disposição da fantasia de seu manipulador. Sem o respeito ao acontecido a História vira ficção. Interpretar não pode ser confundido com inventar. E isso vale tanto para fatos como para processos.
>
> PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar: por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 23-24.

Vale dizer ainda que o historiador se volta para o passado a partir de questões colocadas pelo presente. Depois de estabelecer um determinado recorte, ele transforma o tema em problema e seleciona o conjunto de variados documentos históricos (materiais e imateriais). A partir daí, trata-o com base em instrumentos e métodos próprios da História. Por isso se diz que toda narrativa histórica está relacionada a seu tempo e também é objeto da História.

1.2 CORRENTES HISTORIOGRÁFICAS

Se por um lado "toda a história é filha do seu tempo", por outro é preciso lembrar que ela é o fruto de várias tradições de pensamento que se materializam em diferentes correntes historiográficas. No texto a seguir, a professora Sandra Regina Ferreira de Oliveira apresenta em linhas gerais, e de modo resumido, os pressupostos de três importantes escolas historiográficas, que podem ser úteis à nossa reflexão e docência. A familiaridade com essas correntes pode, por exemplo, ajudar a reconhecer a opção teórica do autor do material didático que estamos analisando e o lugar de onde ele fala.

> [...] São três as correntes mais discutidas: Positivismo, Materialismo Histórico e Nova História.
>
> Positivismo é o nome de uma corrente filosófica originada no século XVIII, no contexto do processo de industrialização da sociedade europeia. Para os pensadores positivistas cabe à história fazer um levantamento descritivo dos fatos. "A história por eles escrita é uma sucessão de acontecimentos isolados retratando, sobretudo, os feitos políticos de grandes heróis, os problemas dinásticos, as batalhas, os tratados diplomáticos etc." (BORGES, 1987, p. 32-33). Neste sentido, os documentos oficiais são as principais fontes de investigação, assim como as ações do Estado são as eleitas para constituírem a narrativa histórica. A concepção de tempo nesta forma de abordagem histórica é caracterizada pela linearidade (sucessão) dos fatos porque são os fatos o objeto de estudo da história.
>
> Com a efetivação do capitalismo na sociedade europeia do século XIX, proliferam-se as críticas à sociedade burguesa e outra teoria explicativa para a realidade foi elaborada buscando a superação da mesma – o materialismo dialético. Karl Marx e Friedrich Engels podem ser destacados como os principais pensadores desta corrente filosófica para a qual a necessidade de sobrevivência do ser humano impele-o a transformar a natureza e, ao fazê-lo, transforma a si mesmo numa relação dialética. Essa ação humana não se dá de forma isolada, mas em conjunto. Portanto, o "ponto de partida do conhecimento da realidade são as relações que os homens mantêm com a natureza e os outros homens" (BORGES, 1987, p. 35), analisadas a partir das condições materiais de existência.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A investigação histórica realizada a partir dos pressupostos do materialismo dialético considera que a realidade é dinâmica, dialética e repleta de contradições, gerada pela luta entre as diferentes classes sociais. Portanto, a concepção de tempo que podemos identificar nesta corrente de pensamento busca explicar o passado, não somente a partir do tempo do acontecimento, mas da contradição que pode ser encontrada em todo fato e, para compreender a contradição, faz necessário deslocar-se temporalmente, intentando como determinados fatos se constituíram historicamente e por que se apresentam de tal forma aos homens e mulheres no presente.

Ainda que com o materialismo histórico tenha se constituído uma forma diferente de investigação sobre o passado e, consequentemente, provocado mudanças na narrativa histórica, foi com a Nova História, mais precisamente com a Escola dos Annales, em 1929, que a concepção de tempo na historiografia sofre significativas alterações.

A alteração na concepção de tempo deve ser compreendida a partir da concepção de História, ou melhor, de como se constrói a narrativa histórica para os pensadores da Nova História. Para estes, todos os acontecimentos humanos poderiam ser entendidos como temáticas para a construção da História e não somente a narrativa dos feitos de alguns homens relacionados à história política de seus países. Da mesma forma, toda produção humana seria passível de ser entendida enquanto fonte para a pesquisa do historiador, e não somente os documentos oficiais.

Esta forma de se entender a História rompeu com a ideia do tempo do acontecimento, com a concepção de que a humanidade caminha de forma irreversível para algum ponto preestabelecido e também com a noção de um progresso linear e contínuo. O papel do historiador, nesta perspectiva, é considerar o tempo da duração nas análises dos acontecimentos. Para alcançar tal intento, não basta estudar os fatos a partir de sua organização cronológica, mas considerar também os movimentos de continuidade e mudança.

Fernand Braudel é quem anuncia a importância de considerarmos as diferentes temporalidades na investigação histórica. Para ele, há o tempo do acontecimento (breve duração), da conjuntura (média duração) e da estrutura (longa duração). Bittencourt (2008, p. 206), explicando essas diferentes concepções, afirma que:

> [...] o acontecimento (fato de breve duração) corresponde a um momento preciso: um nascimento, uma morte, a assinatura de um acordo, uma greve etc.; a estrutura (fato de longa duração), cujos marcos cronológicos escapam à percepção dos contemporâneos: a escravidão antiga ou moderna, o cristianismo ocidental, a proibição do incesto etc.; a conjuntura (fato de duração média) que resulta de flutuações mais ou menos regulares no interior de uma estrutura: a Revolução Industrial inglesa, a ditadura militar brasileira, a Guerra Fria etc.

A concepção de tempo apresentada pelos historiadores da Escola dos Annales nos indica que deve ser considerada, na construção da História, a simultaneidade das durações, assim como os movimentos de permanências e mudanças que ocorrem em uma sociedade ao longo de um determinado período. Para realizar esta abordagem, não é possível considerar somente a cronologia como ponto de partida para a compreensão do tempo histórico.

Os conteúdos e as metodologias apresentados nos livros didáticos relacionam-se diretamente com estas concepções historiográficas apresentadas aqui de forma sucinta. Nos manuais destinados aos professores, os autores explicitam suas opções teóricas, o que merece ser destacado e contribui na melhoria da qualidade das obras, visto que é ponto pacífico entre os historiadores que todos os sujeitos falam de determinados lugares sociais e que são influenciados pelas características destes lugares. Estas informações são valorizadas nas resenhas que compõem o Guia do PNLD porque é importante que o professor identifique de que "lugar" o autor fala.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira apud OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 42-45. (Explorando o Ensino, v. 21).

DIVULGAÇÃO PNLD 2023 FTD

Nesta coleção, pautamo-nos por alguns referenciais teóricos da História Nova, daí entendermos a História como um conhecimento em permanente construção; por isso tomamos o documento como ponto de partida e não de chegada na construção do conhecimento e, além disso, incorporamos a ação e a fala das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos operários e de outros sujeitos históricos antes relegados ao esquecimento.

Ao longo da obra, utilizamos também a história social inglesa, recorrendo mais de uma vez aos trabalhos de Christopher Hill, E. P. Thompson e Hobsbawm para compreender episódios decisivos na formação do mundo atual, como a Revolução Inglesa, a Revolução Industrial, a Revolução Francesa, o imperialismo, o movimento operário, entre outros. Por fim, é preciso dizer que demos maior ênfase

ao conhecimento da história política e do passado público, sem prejuízo para momentos de ênfase na história cultural, por considerarmos que neste nível de ensino isso é decisivo para o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte do aluno. Com essa consciência, ele pode orientar sua prática como cidadão, exercitando a construção de saberes balizados pela:

> [...] capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos.
>
> BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF, 2017. p. 396.

Em um artigo importante sobre o assunto, a historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti chama a atenção para o perigo de se valorizar o privado em detrimento do público:

> A História não é terreno do "interessante" e do mundo privado enquanto tal. Este cresce em relação direta à redução das atividades da vida pública e à consciência da cidadania, como tão bem explicou Hannah Arendt, podendo levar, como o fez nos anos 1920 e 1930, à privatização do próprio Estado pelas ditaduras nazifascistas. Tal experiência deu-se no Brasil em um passado muito próximo, durante a ditadura getulista e a ditadura militar, por mais de 45 anos, neste século. Mesmo considerando [...] fundamentais os estudos sobre a vida privada no passado e no presente [...] é fundamental rever determinada prática da investigação e do ensino da História que, inspirada em uma estreita leitura da Nova História com seus novos objetos e abordagens, acaba por não estabelecer nenhuma "relação orgânica com o passado público da época em que vivemos" (HOBSBAWM).
>
> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco apud BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 43-44. (Repensando o ensino).

1.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A seguir, vamos expor de modo simplificado os pressupostos teóricos que pautaram a nossa escrita e que, até certo ponto, se tornaram consenso entre os historiadores atuais.

1º) **É impossível resgatar episódios do passado tal qual ocorreram**. O passado está morto e não se pode "desenterrá-lo", só se pode conhecê-lo por meio de vestígios deixados pelos seres humanos na sua passagem pela Terra.

2º) **Só se pode investigar o passado por meio de questões colocadas pelo presente**. De tempos em tempos, formulam-se novas questões sobre o passado que conduzem a novas pesquisas, das quais resultam novas reescritas da História. Ou seja, cada época coloca novos problemas, e é a partir deles que nos debruçamos sobre o passado para investigar, crivar as fontes, comparar, analisar e construir uma versão dos fatos. Buscando romper com uma visão passadista da História, entendemos que o presente também é suscetível de conhecimento histórico, desde que o ancoremos na própria História.

3º) **Todo conceito possui uma história**. A cidadania na cidade de Atenas durante a Antiguidade, por exemplo, era muito diferente da cidadania no Brasil de hoje. A consciência disso é fundamental na educação histórica, seja para a construção do conceito de cidadania, seja para a sua contextualização espaço-temporal. Facilitar isso ao aluno ajuda-nos a evitar a formulação de juízos anacrônicos consubstanciados no senso comum, tais como: "o tempo passa e nada muda", "os políticos são todos iguais" e outras frases do gênero.

4º) **O conhecimento histórico é algo construído com base em um procedimento metodológico**. A História é, ela própria, uma construção. Durante muito tempo se acreditou que os historiadores chegavam a verdades definitivas. Hoje se sabe que a História produz verdades parciais. Depois da coleta, seleção e crítica dos vestígios, seguem-se a análise destes e a produção de uma versão possível sobre o fato ou processo em questão. As conclusões a que chegam os historiadores devem, por isso mesmo, ser relativizadas. Como observou um estudioso, as Ciências Humanas hoje estão convencidas de que:

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

[...] ao término de suas investigações, não é a verdade que irão encontrar, mas verdades, descobertas após um longo e penoso processo de produção histórica.

SALIBA, Elias Thomé. **A produção do conhecimento histórico e suas relações com a narrativa fílmica**. São Paulo: FDE: Diretoria Técnica, 1992. p. 12. (Lições com cinema).

5º) **O conhecimento histórico é limitado**. Atualmente é consenso entre os historiadores que a História não é um saber acabado. O conhecimento histórico é algo construído com base em um método e em um conjunto de procedimentos pertinentes ao ofício do historiador. Enfim, atualmente, historiadores com diferentes perspectivas admitem que a História é uma construção e que o conhecimento histórico é parcial e incompleto, daí a necessidade de a História ser reescrita constantemente, à luz das novas pesquisas que vão sendo realizadas.

Contribuindo com esse debate, o historiador Holien Gonçalves Bezerra afirmou:

Ciente de que o conhecimento é provisório, o aluno terá condições de exercitar nos procedimentos próprios da História: problematização das questões propostas, delimitação do objeto, exame do estado da questão, busca de informações, levantamento e tratamento adequado das fontes, percepção dos sujeitos históricos envolvidos (indivíduos, grupos sociais), estratégias de verificação e comprovação de hipóteses, organização dos dados coletados, refinamento dos conceitos (historicidade), proposta de explicação para os fenômenos estudados, elaboração da exposição, redação de textos.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 42.

1.4 OBJETIVOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Nesta obra didática, levamos em conta a perspectiva do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica (Saeb) no tocante aos objetivos para o ensino de História, seja para nortear a nossa compreensão da História, seja para balizar a nossa prática docente. Segundo as matrizes curriculares de referência para o Saeb, os objetivos do ensino da História são:

- facilitar a construção, por parte do educando, da capacidade de pensar historicamente, sendo que esta operação engloba uma percepção crítica e transformadora sobre os eventos e estudos históricos;
- favorecer a aquisição de conhecimentos sobre diferentes momentos históricos, a fim de desenvolver a habilidade de coordenação do tempo histórico;
- contribuir para a compreensão dos processos da História, através da análise comparada das semelhanças e diferenças entre momentos históricos, de forma a perceber a dinâmica de mudanças e permanências;
- propiciar o desenvolvimento do senso crítico do educando, no sentido de que este seja capaz de formar uma opinião possível sobre os eventos históricos estudados;
- possibilitar a integração dos conteúdos cognitivos com os aspectos afetivos e psicomotores do educando, valorizando as características relacionais nas atividades de ensino-aprendizagem.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá et al. **Matrizes curriculares de referência para o Saeb**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. p. 63.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Atingir esses objetivos, ainda que parcialmente, pode ajudar o aluno a interpretar situações concretas da vida social, posicionar-se criticamente diante da realidade vivida e construir novos conhecimentos.

1.5 CONCEITOS-CHAVE DA ÁREA DE HISTÓRIA

A disciplina História, nos anos finais do Ensino Fundamental, segundo os PCN, não pretende fazer do aluno um historiador. Seu compromisso maior é com a facilitação ao aluno do acesso à construção do conhecimento histórico, por meio do uso e do cruzamento de fontes variadas e de diferentes tipos de documento (BRASIL, 2017, p. 396). Nesta obra, trabalhamos alguns conceitos-chave na nossa disciplina – como o de História, tempo, cronologia, cultura, patrimônio cultural, identidade, memória, política e

cidadania. A seguir, organizamos uma espécie de glossário com esses conceitos, que pode ser útil ao trabalho do professor na preparação de sua aula.

História: Marc Bloch define a História como o estudo das sociedades humanas no tempo. Para ele:

O historiador nunca sai do tempo [...], ele considera ora as grandes ondas de fenômenos aparentados que atravessam, longitudinalmente, a duração, ora o momento humano em que essas correntes se apertam no nó poderoso das consciências.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 135.

Seguindo a trilha aberta por Bloch, o historiador Holien Bezerra afirma que a História busca desvendar "as relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços" (BEZERRA apud KARNAL, 2003, p. 42). Outra definição de História:

[...] A história é a arte de aprender que o que é nem sempre foi, que o que não existe pôde alguma vez existir; que o novo não o é forçosamente e que, ao contrário, o que consideramos por vezes eterno é muito recente. Esta noção permite situarmo-nos no tempo, relativizar o acontecimento, descobrir as linhas de continuidade e identificar as rupturas.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 18. (Explorando o ensino, v. 21).

Há autores atuais, como Hayden White, por exemplo, que entendem a História como um gênero da literatura e querem reduzi-la à ficção. Nós discordamos dessa visão e ressaltamos que a História, ao contrário da Literatura, tem compromisso com a evidência e, parafraseando Marc Bloch, lembramos ainda que, diferentemente do literato, o historiador só pode afirmar aquilo que tem condições de provar.

Tempo: conceito-chave em História. É uma construção humana, e o tempo histórico, uma construção cultural dos povos em diferentes tempos e espaços. As principais dimensões do tempo são: duração, sucessão e simultaneidade. Isso pode ser trabalhado em aula apresentando-se as diferentes maneiras de vivenciar e apreender o tempo e de registrar a duração, a sucessão e a simultaneidade dos eventos – tais conteúdos tornam-se, portanto, objeto de estudos históricos. O tempo que interessa ao historiador é o tempo histórico, o tempo das transformações e das permanências. O tempo histórico não obedece a um ritmo preciso e idêntico como o do relógio e/ou dos calendários. Por isso o historiador considera diferentes temporalidades/durações: a longa, a média e a curta duração.

Cronologia: sistema de marcação e datação baseado nas regras estabelecidas pela ciência astronômica que tenta organizar os acontecimentos em uma sequência regular e contínua.

Cultura: entende-se por cultura todas as ações por meio das quais os povos expressam suas "formas de criar, fazer e viver" (Constituição Federal de 1988, art. 216). A cultura engloba tanto a linguagem com que as pessoas se comunicam, contam suas histórias, fazem seus poemas, quanto a forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam, fazem festas. Enfim, suas crenças, suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico de transmissão, de geração a geração, de práticas, sentidos e valores, que se criam e recriam (ou são criados e recriados) no presente, na busca de soluções para os pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam ao longo da existência.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermais_web.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

Segundo os PCN:

[...] cultura é um conjunto de crenças, conhecimentos, valores, costumes, regulamentos, habilidades, capacidades e hábitos construídos pelos seres humanos em determinadas sociedades, em diferentes épocas e espaços.

BRASIL. Ministério da Educação. **PCN+ Ensino Médio**: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias: História. Brasília: SEB, 2002. p. 71-72.

DIVULGAÇÃO FTD 2020

Sobre esse conceito, o professor Holien Gonçalves Bezerra afirma:

[...] Cultura não é apenas o conjunto de manifestações artísticas. Envolve as formas de organização do trabalho, da casa, da família, do cotidiano das pessoas, dos ritos, das religiões, das festas etc. Assim, o estudo das identidades sociais, no âmbito das representações culturais, adquire significado e importância para a caracterização de grupos sociais e de povos.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 46.

Patrimônio cultural: segundo uma estudiosa:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial [...] nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 134. (Repensando o ensino).

Identidade: pode ser definida como a construção do "eu" e do "outro" e a construção do "eu" e do "nós", que têm lugar nos diferentes contextos da vida humana e nos diferentes espaços de convívio social. Essa construção baseia-se no reconhecimento de semelhanças/diferenças e de mudanças/permanências. Sobre o assunto, disse uma ensaísta:

Um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na constituição de identidades. A identidade nacional, nessa perspectiva, é uma das identidades a ser constituídas pela História escolar, mas, por outro lado, enfrenta ainda o desafio de ser entendida em suas relações com o local e o mundial. A constituição de identidades associa-se à formação da cidadania, problema essencial na atualidade, ao se levar em conta as finalidades educacionais mais amplas e o papel da escola em particular.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 121. (Docência em formação).

A construção de identidades está relacionada também à memória.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Memória: segundo Pedro Paulo Funari:

A memória [...] é uma recriação constante do presente, do passado enquanto representação, enquanto imagem impressa na mente.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Antiguidade clássica**: a história e a cultura a partir dos documentos. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 16.

Memória pode ser definida também pelo modo como os seres humanos se lembram ou se esquecem do passado; já a História pode ser vista como a crítica da memória. Em sociedades complexas, como esta em que vivemos, a memória coletiva dá origem a lugares de memória, como museus, bibliotecas, espaços culturais, galerias, arquivos ou uma "grande" história, a história da nação. A memória nos remete à questão do tempo.

Política: o termo "política" teve sua origem na Grécia antiga e foi sendo ressignificado ao longo do tempo. A palavra "política" está estreitamente relacionada à ideia de poder. Segundo Nicolau Maquiavel (1469-1527), o fundador da política como ciência, a política é a arte de conquistar, manter e exercer o poder. Já para Michel Foucault (1926-1984), o poder não se concentra somente no Estado, mas está distribuído por todo o corpo social. Seguindo essa trilha, dois estudiosos observaram que:

Há relação de poder entre pais e filhos, alunos e professores, governantes e governados, dirigentes de partido e seus filiados, patrões e empregados, líderes de associações sindicais e seus membros, e assim por diante. A verdade é que tais relações são, no mais das vezes, sutis, móveis, dispersas e de difícil caracterização.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 335.

Cidadania: o conceito de cidadania – chave na nossa proposta de ensino de História – tem como base as reflexões do historiador Jaime Pinsky:

Afinal, o que é ser cidadão?

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9.

A compreensão da cidadania em uma perspectiva histórica de lutas, confrontos e negociações, e constituída por intermédio de conquistas sociais de direitos, pode servir como referência para a organização dos conteúdos da disciplina História. Vale lembrar ainda que os conceitos possuem uma história, e que esta variou no tempo e no espaço. Cientes disso, evitamos visões anacrônicas, a-históricas ou carregadas de subjetividade.

2. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O trabalho com História na sala de aula é uma construção coletiva e se faz com base no saber aceito como legítimo pela comunidade de historiadores. Antes de tudo, porém, é preciso considerar que esse saber acadêmico não deve ser confundido com o conhecimento histórico escolar, embora lhe sirva de suporte.

2.1 O CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR

Para Bittencourt, o conhecimento histórico escolar:

[...] não pode ser entendido como mera e simples transposição de um conhecimento maior, proveniente da ciência de referência e que é vulgarizado e simplificado pelo ensino. [...] "Nenhuma disciplina escolar é uma simples filha da 'ciência-mãe'", adverte-nos Henri Moniot, e a história escolar não é apenas uma transposição da história acadêmica, mas constitui-se por intermédio de um processo no qual interferem o saber erudito, os valores contemporâneos, as práticas e os problemas sociais.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 25. (Repensando o ensino).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Para a construção do conhecimento em sala de aula, a historiadora Margarida Maria Dias de Oliveira propõe que sejam dados os seguintes passos:

1. elege-se uma problemática (tema, período histórico);
2. tem-se o tempo como categoria principal (como o assunto em estudo foi enfrentado por outras sociedades);
3. dialoga-se com o tempo por meio das fontes (utilizam-se o livro didático, mapas, imagens, músicas [...]);
4. utilizam-se instrumentos teóricos e metodológicos (conceitos, formas de proceder);
5. constrói-se uma narrativa/interpretação/análise (pede-se um texto, um debate, uma peça teatral, uma redação, uma prova).

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 11. (Explorando o ensino, v. 21).

Em outras palavras, seleciona-se o tema e transforma-o em problema por meio de um conjunto de questões. Estuda-se, então, o passado para entrar em contato com as experiências dos seres humanos de outros tempos no enfrentamento desse problema e retorna-se ao presente.

2.2 A NOVA CONCEPÇÃO DE DOCUMENTO

Na visão positivista da História, o documento era visto, sobretudo, como prova do real. Aplicada ao livro escolar, essa forma de ver o documento assumia um caráter teleológico – o documento cumpria uma função bem específica: ressaltar, exemplificar e, sobretudo, dar credibilidade à argumentação desenvolvida pelo autor. Na sala de aula isso se reproduzia: o documento servia para exemplificar, destacar e, principalmente, confirmar a fala do professor durante a exposição.

Com a Escola dos Annales, fundada pelos historiadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch, adveio uma nova concepção de documento que nasceu da certeza de que o passado não pode ser recuperado tal como aconteceu e que a sua investigação só pode ser feita com base em problemas colocados pelo presente. Essa nova corrente historiográfica, que se formou a partir da crítica ao positivismo, propôs um número tão grande e significativo de inovações que o historiador Peter Burke referiu-se a ela como "a Revolução Francesa da historiografia".

Contrapondo-se à escola positivista, tributária do pensamento do filósofo alemão Leopold von Ranke, que via o documento como prova do real e capaz de falar por si mesmo, a Escola dos Annales propunha uma ampliação e um novo tratamento a ser dado ao documento. Eis o que diz Jacques Le Goff, um dos teóricos da Nova História:

> A História Nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos[2], fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a História Nova, documentos de primeira ordem [...].
>
> LE GOFF, Jacques apud MARTINS, Ronaldo Marcos. **Cuidado de si e educação matemática**: perspectivas, reflexões e práticas de atores sociais (1925-1945). Tese (Doutorado). Rio Claro: Unesp, 2007. p. 23.

DIVULGAÇÃO FTD 2020

Mas se, por um lado, é consensual entre os historiadores que estamos vivendo uma "revolução documental"; por outro, a reflexão sobre o uso de documentos em sala de aula merece, a nosso ver, uma maior atenção. Com base nas reflexões daqueles que pensaram sobre o assunto e na nossa experiência docente, recomendamos que, ao trabalhar com documentos na sala de aula, o professor procure:

a) evitar ver o documento como "prova do real", procurando situá-lo como ponto de partida para se construírem aproximações em torno do episódio focalizado;

b) ultrapassar a descrição pura e simples do documento e apresentá-lo aos alunos como matéria-prima de que se servem os historiadores na sua incessante pesquisa;

c) considerar que um documento não fala por si mesmo. É necessário levantar questões sobre ele e a partir dele. Um documento sobre o qual não se sabe por quem, para que e quando foi escrito é como uma fotografia sem crédito ou legenda: não tem serventia para o historiador;

d) levar em conta que todo documento é um objeto material e, ao mesmo tempo, portador de um conteúdo;

e) considerar que não há conhecimento neutro: um documento tem sempre um ou mais autores e ele(s) tem(têm) uma posição que é necessário identificar. Visto por esse ângulo, o trabalho com documentos tem pelo menos três utilidades:

- facilita ao professor o desempenho de seu papel de mediador. A sala de aula deixa de ser o espaço onde se ouvem apenas as vozes do professor e a do autor do livro didático (tido muitas

2 Nomes dos historiadores franceses por meio dos quais a história metódica, mais conhecida como positivista, chegou ao seu auge na segunda metade do século XIX.

vezes como narrador onisciente, que tudo sabe e tudo vê) para ser o lugar onde ecoam múltiplas vozes, incluindo-se aí as vozes de pessoas que presenciaram os fatos focalizados;

- possibilita ao aluno desenvolver um olhar crítico e aperfeiçoar-se como leitor e produtor de textos históricos;
- diminui a distância entre o conhecimento acadêmico e o saber escolar, uma vez que os alunos são convidados a se iniciarem na crítica e na contextualização dos documentos, procedimento importante para a educação histórica.

2.3 O TRABALHO COM IMAGENS FIXAS

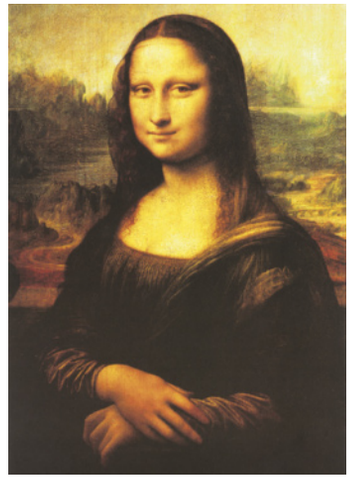
Vivemos em uma civilização da imagem. Uma grande quantidade de imagens é posta diante dos olhos dos nossos alunos todos os dias, em uma velocidade crescente, constituindo importante fonte para o conhecimento da História, o que, certamente, pode ajudar na formação de um leitor atento, crítico e autônomo: um leitor capaz de receber criticamente os meios de comunicação; capaz de perceber que a imagem efêmera que a mídia veicula como verdadeira pode ser – e quase sempre é – a imagem preferida, a que se escolheu mostrar. Esse fato não passou despercebido pelos professores, que, reconhecendo o potencial pedagógico das imagens, passaram a utilizá-las com frequência no ensino de História.

2.3.1 Cuidados ao trabalhar com imagens

Ao se decidir pelo uso de imagens fixas na sala de aula, o professor deve levar em conta que essa prática pedagógica requer vários cuidados, alguns dos quais listaremos a seguir.

A imagem é polissêmica

Misto de arte e ciência, técnica e cultura, a imagem é polissêmica. Até um simples retrato admite várias interpretações. Exemplo disso é ver um álbum de fotografias em família: uma foto que desperta alegria ou satisfação nos avós pode ser causa de inibição ou vergonha para os netos. Outro exemplo dessa característica da imagem é **Mona Lisa**, certamente o quadro mais conhecido do mundo. Já se afirmou que, se estivermos melancólicos, temos tendência a ver, no sorriso enigmático da personagem retratada, melancolia; se estivermos alegres, ela nos parecerá contente. Ou seja, ela expressa os nossos sentimentos no momento em que a vemos.



MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Mona Lisa, pintura de Leonardo da Vinci, c. 1503-1505.

A imagem é uma representação do real

De natureza polissêmica, a imagem é uma representação do real e não a sua reprodução. Sobre isso, relata Pierre Villar que certa vez perguntou a seus alunos: "O que é Guernica?". Eles lhe responderam imediatamente: "Guernica é um quadro!". Daí comenta o arguto historiador Pierre Villar:

> Efetivamente, [...] **Guernica** – no espírito de muita gente que não tem mais o cuidado de saber exatamente de onde isto surgiu – é um quadro de Picasso. [...] Guernica tornou-se a representação de um fato preciso. O fato preciso está esquecido, a representação continua.
>
> VILLAR, Pierre apud D'ALESSIO, Marcia Mansor et al (Org.). **Reflexões sobre o saber histórico**. São Paulo: Unesp, 1998. p. 30. (Prismas).

O fato preciso a que o historiador está se referindo é, como se sabe, o bombardeio da pequenina cidade espanhola de Guernica pela aviação nazista, a mando de Hitler, durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). O fato, o bombardeio, ocorrido em 26 de abril de 1937, foi esquecido; a representação produzida por Picasso, um óleo sobre tela, com o nome de **Guernica**, permaneceu marcando gerações. Não é demais repetir: quando o professor perguntou: "O que é Guernica?", os alunos lhe responderam: "Guernica é um quadro!".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A imagem possui um efeito de realidade

COLEÇÃO PARTICULAR

Retrato de D. Pedro I feito pelo artista Simplício Rodrigues de Sá, c. 1826.

MUSEU IMPERIAL, PETRÓPOLIS, RIO DE JANEIRO

Retrato de D. Pedro II feito por Pedro Américo, 1873.

O que torna mais escorregadio o terreno para quem se decide pelo uso de imagens na sala de aula é justamente o fato de a imagem possuir um efeito de realidade, ou seja, a capacidade de se parecer com a própria realidade.

Se apresentarmos ao aluno a imagem de Dom Pedro I e a de Dom Pedro II e perguntarmos qual deles é o pai e qual é o filho, muitos dirão, provavelmente, que Dom Pedro I é filho de Dom Pedro II.

Sobre a construção das imagens de Dom Pedro I, como jovem, e de Dom Pedro II, como velho, observou uma estudiosa:

> A ilustração do pai jovem e do filho velho tem causado certa perplexidade aos jovens leitores e falta a explicação do aparente paradoxo. A imagem de um D. Pedro II velho foi construída no período pós-monárquico e demonstra a intenção dos republicanos em explicar a queda de uma monarquia envelhecida que não teria continuidade. É interessante destacar a permanência dessas ilustrações na produção atual dos manuais, reforçando uma interpretação utilizada pelos republicanos no início do século XX, mesmo depois de variadas pesquisas e publicações historiográficas sobre os conflitos e tensões do período.
>
> BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 80. (Repensando o ensino).

Ver não é sinônimo de conhecer

Vivemos em um tempo em que se busca reduzir o acontecimento à sua imagem, em vez de explicá-lo e contextualizá-lo historicamente, isto é, em uma época em que querem nos fazer crer que ver é sinônimo de conhecer. No entanto, é preciso que se repita à exaustão: "eu vi" não significa "eu conheço". Assim, ver no noticiário televisivo um episódio do conflito no Oriente Médio não significa conhecer aquele conflito, seus motivos, seu contexto, o teatro de operações etc. Sobre isso, disse um estudioso:

PIVILEGIADO FNLD 2020 FTD

> Os historiadores se deparam hoje com este fenômeno histórico inusitado: a transformação do acontecimento em imagem. [...] Não se busca mais tornar politicamente inteligíveis uma situação ou um acontecimento, mas apenas mostrar sua imagem. Conhecer se reduz a ver ou, mais ainda, a "pegar no ar", já que a mensagem da mídia é efêmera. [...]
>
> SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo de imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 122. (Repensando o ensino).

Um equívoco recorrente quando o assunto é imagem é a afirmação de que a imagem fala por si mesma. Como lembrou uma ensaísta:

> É ilusório pensar-se que as imagens se comuniquem imediata e diretamente ao observador, levando sempre vantagem à palavra, pela imposição clara de um conteúdo explícito. Na maioria das vezes, ao contrário, se calam em segredo, após a manifestação do mais óbvio: por vezes, [...] em seu isolamento, se retraem à comunicação, exigindo a contextualização, única via de acesso seguro ao que possam significar. Por outro lado, são difíceis de se deixarem traduzir num código diverso como o da linguagem verbal.
>
> LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Edusp, 1993. p. 12. (Texto e Arte, v. 9).

De fato, a imagem é captada pelo olho, mas traduzida pela palavra. Tomá-la como fonte para o conhecimento da História envolve vê-la como uma representação, uma estratégia, uma linguagem com sintaxe própria. Para obter as informações a partir dela é indispensável desnaturalizá-la e contextualizá-la, interrogando-a com perguntas, tais como: por que, por quem, em que contexto foi produzida. É indispensável, enfim, perceber que a imagem não reproduz o real. Ela congela um instante do real, "organizando-o" de acordo com uma determinada estética e visão de mundo.

2.3.2 Imagens fixas na sala de aula

O trabalho com imagens pode ajudar no desenvolvimento da competência de ler e escrever a partir do registro visual, bem como estimular as habilidades de observar, descrever, sintetizar, relacionar e contextualizar. Além disso, contribui decisivamente para a "educação do olhar", para usar uma expressão cunhada por Circe Bittencourt.

Com base nas reflexões de alguns estudiosos e na nossa experiência didática, e cientes de que essa tarefa não é das mais fáceis, propomos a seguir alguns **procedimentos** para introduzir a leitura de imagens fixas na sala de aula:

Passo 1: apresentar ao aluno uma imagem (fotografia, pintura, gravura, caricatura etc.) sem qualquer legenda ou crédito. A seguir, pedir a ele que observe a imagem e **descreva livremente** o que está vendo. A intenção é permitir ao aluno que associe o que está vendo às informações que já possui, levando em conta, portanto, seus **conhecimentos prévios**. Nessa leitura inicial, o aluno é estimulado a identificar o tema, as personagens, suas ações, posturas, vestimentas, calçados e adornos, os objetos presentes na cena e suas características, o que está em primeiro plano e ao fundo, se é uma cena cotidiana ou rara. Enfim, estimular no aluno a capacidade de observar, identificar e traçar comparações.

Passo 2: buscar com os alunos o máximo de informações **internas** e **externas** à imagem.

Para obter as **informações internas** (quando o destaque forem as pessoas), fazer perguntas como: quem são? Como estão vestidas? O que estão fazendo? Quem está em primeiro plano? E ao fundo? Já quando o destaque for um objeto, perguntar: o que é isto? Do que é feito? Para que serve ou servia? Onde se encontra?

Quanto às **informações externas**, perguntar: quem fez? Quando fez? Para que fez? Em que contexto fez?

Passo 3: de posse das informações obtidas na pesquisa, pedir que o aluno, ele próprio, produza uma legenda para a imagem. A legenda pode ser predominantemente descritiva, explicativa, analítica e/ou ainda conter uma crítica.

Professor, na produção da legenda pelo aluno estaremos trabalhando principalmente as habilidades de reconhecer, descrever, associar, relacionar, sintetizar e, por fim, contextualizar; levar os alunos a contextualizar o oceano de imagens que seus olhos absorvem a todo instante numa velocidade crescente talvez seja um dos maiores desafios do professor de História.

Por fim, uma pergunta: por que trabalhar com imagens em sala de aula?

Trabalhamos com imagens na sala de aula com três propósitos: a) educar o olhar; b) contribuir para a formação ou consolidação de conceitos; c) estimular a competência escritora.

Na nossa prática docente, nós, professores de História, habitualmente propomos um texto, interrogamos o texto e, assim, estimulamos o alunado a produzir textos a partir de um texto. O que estamos propondo é, além de continuar estimulando a produção de textos a partir de um texto, levar o alunado a produzir um texto a partir da imagem (texto para ela, sobre ela, a partir dela).

Quando usar uma imagem na aula de História? O trabalho com imagens em História pode ser feito:

a) No início de um bloco de conteúdos, para introduzir um assunto e estimular o interesse do aluno. Por exemplo, pode-se usar uma imagem atual de uma votação em sala de aula para introduzir o trabalho com o conceito de democracia na Grécia Antiga e também para evidenciar os laços que unem o passado ao presente.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

BELMONTE

Tirinha de Belmonte, **História de um governo**, na qual aparecem diversas caricaturas de Getúlio Vargas.

b) Durante a exposição dialogada, como forma de elucidar um aspecto do conteúdo. No caso da prática do contrabando/desvio nas Gerais do século XVIII, por exemplo, imagens dos santos ilustram um dos recursos usados pela população das Minas para burlar o fisco, fazendo o ouro e os diamantes passarem pelas autoridades.

c) No início e no final de um bloco de conteúdos. Um exemplo é a imagem intitulada **História de um governo**, de Belmonte. No início, pode ser utilizada para provocar o aluno a falar sobre o que ele sabe ou imagina saber a respeito da personagem e sobre a relação entre a expressão fisionômica desta em cada um dos quadrinhos e as datas que aparecem neles. No final, pode ser usada para cotejar as hipóteses levantadas inicialmente pelo aluno com o conhecimento construído durante o estudo do tema.

2.4 O TRABALHO COM IMAGENS EM MOVIMENTO (O CINEMA NA SALA DE AULA)

Ao se decidir pelo uso de filmes ou vídeos em sala de aula, o professor deve levar em conta que o cinema é um misto de arte e técnica, um artefato construído para agradar e vender, que envolve equipes numerosas e altos custos de produção. Seu compromisso, muitas vezes, é com o espetáculo e não com a verdade. O ritmo com que as imagens se sucedem, e tudo o mais, é cuidadosamente pensado para esse fim. Mas o cinema é também um produto e uma expressão cultural do modo como a sociedade se vê, uma forma de lazer e de informação universal cotidianamente consumida.

2.4.1 O cinema serve ao professor de História?

Sim, certamente, mas de uma maneira muito peculiar. Daí a necessidade de tomarmos alguns cuidados ao utilizá-lo.

Primeiro, é preciso levar em conta que toda imagem cinematográfica é testemunho de uma presença: a da câmera e a da equipe que realizou a filmagem. O que vemos na tela é um registro fotomecânico, reproduzido por um projetor. Essa evidência geralmente não é percebida pelo espectador comum, ou simplesmente não interessa a ele, que busca no filme diversão e emoção por algumas horas ou minutos. Já o professor de História vê o mesmo filme com outros olhos, pois o que pretende é tratar o cinema como uma das fontes para o seu trabalho de construção/reconstrução da História.

Todo filme, seja ele ficcional ou documental, é uma fonte a ser considerada pelo historiador, pois o que se vê na tela é um tipo de registro do que aconteceu em algum lugar, em algum momento.

No gênero ficcional, temos o registro de atores, figurinos, cenários, luzes etc., filmados numa ordem diversa da que vemos na tela. A ordenação das sequências é arranjada depois, no momento da montagem. No filme documental, a câmera registra imagens selecionadas pelo documentarista, previamente ou no calor da hora. Depois de revelados os negativos, o realizador os monta, corta o que não lhe agrada, coloca-os em uma determinada ordem, dá-lhes certo ritmo, insere trechos de outros filmes, depoimentos etc. A isso se chama editar. Se ele não age assim, não temos filme, mas o que os profissionais chamam de "material bruto", algo parecido com um automóvel inteiramente desmontado que não serve a nenhum motorista.

O filme editado expressa a visão de um indivíduo ou grupo que quer nos convencer da versão que arrumou para mostrar na tela (ou no vídeo).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020

No filme **O menino do pijama listrado**, o diretor quis mostrar que a amizade entre duas crianças pode superar todas as barreiras (sociais, políticas, culturais…) e que o ódio pode ferir mortalmente aquele que odeia. Nessa obra, o filho de um oficial nazista veste uma roupa listrada para entrar, sem ser notado, onde está o seu amiguinho judeu, e acaba sendo morto pelos nazistas liderados por seu pai. Ao fazer uso do filme ficcional, sugerimos lembrar ao estudante que se está diante de uma versão, de uma representação, e não dos fatos históricos tal como eles ocorreram.

Mas nem por isso a ficção "de época" deve ser tratada como uma mentira inconsequente, interesseira. Ela é uma narrativa que procura transformar em imagens verossímeis o acontecido, ou imaginar como pode ter acontecido, servindo-se dos meios disponíveis na ocasião em que o filme foi realizado. Assim, desqualificar um filme porque não apresenta a "verdade" é uma ingenuidade. Ora: o que é uma verdade acabada do ponto de vista histórico?

O MENINO DO PIJAMA LISTRADO. MARK HERMAN. IMAGEM FILMES. EUA, 2008.

Cartaz do filme **O menino do pijama listrado**, 2008.

Geralmente, o filme histórico revela mais sobre a época em que foi feito do que sobre a época que pretendeu retratar. Um exemplo: **Danton, o Processo da Revolução** (1983), de Andrzej Wajda, é um filme sobre a Revolução Francesa de 1789, mas a obra que Wajda realiza é mais uma crítica ao autoritarismo e ao clima de medo vivido na Polônia dos anos 1980 (lugar e tempo em que o diretor viveu) do que uma narrativa sobre o episódio vivido pelos franceses em 1789 (época em que o filme foi ambientado).

2.4.2 Alguns outros cuidados...

O uso de filmes na sala de aula exige:

a) muitas horas de preparo. Decidindo por um filme, o professor deve assistir a ele pelo menos duas vezes. Na segunda, deve marcar, com muita atenção, as principais sequências, cenas e planos, para saber repeti-los no momento adequado da aula, comentando-os;

b) clareza da parte do professor sobre a época em que o filme foi realizado, os objetivos dos responsáveis por sua realização, sua inserção como produto de cultura entre outros do mesmo período. Chamando a atenção do aluno para essas informações, você o estará estimulando a ver os filmes com outros olhos;

c) consciência de que o filme ficcional se comunica por meio de procedimentos artísticos. O educador deve libertar-se de um costume muito presente na atividade didática que é o de tratar o romance, a poesia, a pintura e mesmo o cinema como meros suportes de um conteúdo. Caso contrário, o espectador ficará preso apenas ao enredo e não prestará atenção à forma como este lhe foi apresentado;

d) percepção de que o sentido de um filme narrativo está no modo como ele conta a história, seu ritmo, a duração e a sucessão dos planos, o posicionamento da câmera, os tipos de luz e de fotografia escolhidos, o uso ou não da música, o estilo de interpretação dos atores, e assim por diante. Tudo isso muito bem amarrado é que nos dá a significação e o prazer de um bom filme. Um bom livro não se transforma necessariamente em um bom filme.

Concluindo, cada forma de arte possui procedimentos e linguagem específicos. Por isso, o educador que faz uso do cinema e de outros recursos audiovisuais deve levar em conta todos esses aspectos. Somente assim o cinema pode ser aproveitado duplamente: como arte espetacular e como fonte para o conhecimento da História.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Sugestões de leitura

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **O olhar europeu**: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: Edusp, 1994.

D'ALESSIO, Márcia Mansor (Org.). **Reflexões sobre o saber histórico**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1996. (Ofício de Arte e Forma).
KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989. (Princípios).
LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Edusp, 1993.
NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**: ensaios sobre a arte brasileira. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.
REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH, v. 18, n. 35, 1998.
SALIBA, Elias Thomé. **As imagens canônicas e o ensino de História**. Texto preparado para a mesa-redonda "Linguagens e ensino de história". In: III ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA. Curitiba: UFPR, 1998. Mimeografado.
SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

2.5 O PISA E A COMPETÊNCIA LEITORA

O Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos – tradução da sigla em inglês) é um exame que busca medir o conhecimento e a habilidade em leitura, matemática e ciências de estudantes com 15 anos de idade. Ele é organizado pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e ocorre de três em três anos. O critério de correção obedece à Teoria de Resposta ao Item, o mesmo utilizado na correção do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), e a posição dos participantes é definida em relação à média.

Na primeira edição do Pisa, em 2000, o Brasil obteve 396 pontos em leitura; na quinta, ocorrida em 2012, atingiu a casa dos 410 pontos. Na edição de 2015, a média dos estudantes brasileiros foi a 407 pontos, um pequeno recuo em relação ao exame de 2012. É certo que houve uma melhoria desse indicador em relação à primeira edição, quando o resultado do Brasil foi de 396 pontos, mas essa elevação, segundo critérios da OCDE, não é estatisticamente relevante. Portanto, a situação de dificuldade com a competência leitora entre nossos estudantes tem permanecido estável por muito tempo, por isso o assunto merece atenção.

Sabendo que o Pisa constrói as questões das provas de leitura com o objetivo de medir a compreensão e a interpretação de textos e imagens e o grau de autonomia do aluno para compreender a realidade e reconhecê-la por meio da representação gráfica, conclui-se que nossos alunos precisam muito desenvolver tanto a competência leitora quanto a escritora. Daí a ênfase que demos a esse trabalho.

Apresentamos, a seguir, alguns textos que subsidiam a nossa decisão de assumir que ler e escrever também são compromissos da área de História.

Texto 1

Ler e escrever: um compromisso de todas as áreas

O que seria ler e escrever nas diferentes áreas do currículo escolar? Esse é um dos objetivos que estabelecemos para este livro: desconfinar a discussão sobre leitura e escrita, ampliando o seu âmbito desde a biblioteca e a aula de português para toda a escola. E um dos méritos desse desconfinamento foi a descoberta da leitura e da escrita como confluências multidisciplinares para a reflexão e ação pedagógica.

[...]

Temos claro que ler e escrever sempre foram tarefas indissociáveis da vida escolar e das atribuições dos professores. Ler e escrever bem forjam o padrão funcional da escola elitizada do passado, que atendia a parcelas pouco numerosas da população em idade escolar. Ler e escrever massiva e superficialmente tem sido a questão dramática da escola recente, sem equipamentos e estendida a quase toda a população.

A sociedade vê a escola como o espaço privilegiado para o desenvolvimento da leitura e da escrita, já que é nela que se dá o encontro decisivo entre a criança e a leitura/escrita. Todo estudante deve ter acesso a ler e escrever em boas condições, mesmo que nem sempre tenha uma caminhada escolar bem traçada. Independente de sua história, merece respeito e atenção quanto as suas vivências e expectativas. Daí a importância da intervenção mediadora do professor e da ação sistematizada da escola na qualificação de habilidades indispensáveis à cidadania e à vida em sociedade, para qualquer estudante, como são o ler e o escrever.

NEVES, Iara C. Bitencourt (Org.). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. 9. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 15-16.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto 2

Para uma boa formação, os alunos precisam entender bem o que leem e saber pensar e escrever.

Não basta ensinar História

Ensinamos História por dois motivos principais: iniciar os jovens no conhecimento da história da humanidade (ou de parte dela) e transmitir-lhes informações indispensáveis à construção da tão desejada cidadania, ou seja, a formação de uma sociedade de indivíduos conscientes, responsáveis, autônomos. Este ideal, não por acaso, está expresso no artigo 2º da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, como também é enfatizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, instrumento criado pelo Ministério da Educação para orientar os professores a aperfeiçoar os currículos escolares. [...]

Gostaria de tratar aqui particularmente desse princípio – educar para cidadania –, sempre reafirmado por aqueles que refletem sobre educação, mas talvez ainda não suficientemente compreendido e desenvolvido. Felizmente não precisamos mais imaginar, como muitos de nós fazíamos em tempos de ditadura, que o ensino de História destina-se a formar rebeldes, nem acreditar que o seu objetivo, segundo antigos pressupostos conservadores, seria estimular o amor à pátria e aos seus heróis.

[...] Num país onde a grande maioria da população não sabe ler, ou mal entende o que lê (logo não sabe também escrever), o ensino de História, e de outras disciplinas, deve, em consequência, vir acompanhado de investimentos permanentes em leitura, redação e reflexão – competências que as aulas expositivas e o tradicional sistema de perguntas e respostas não ajudam a desenvolver.

[...] Ao reduzir o aprendizado a uma série de questões isoladas umas das outras, o método não favorece a compreensão da dinâmica histórica, isto é, do todo formado pelas múltiplas relações entre situações, acontecimentos, agentes sociais e suas respectivas motivações, período histórico, ou seja, a complexidade e a lógica inerentes ao fato histórico. [...]

Há muitas formas de orientar os alunos a ler o texto histórico, desviando-os da terrível decoreba. Um exemplo, à maneira de um jogo de desconstrução e reconstrução, é propor-lhes que identifiquem, a partir de uma espécie de "perguntas-chaves", as informações básicas existentes, digamos, num capítulo do livro didático: o acontecimento principal e os secundários (o quê?); os agentes históricos envolvidos – grupos sociais, instituições, indivíduos e seus respectivos interesses e motivações (quem?); o período histórico e as datas mais importantes (quando?); o lugar geográfico, político, social (onde?). Com base nessas respostas, que mais adiante serão enriquecidas com respostas de outras perguntas (como? e por quê?), o aluno poderá redigir seu texto-resumo, no qual irão figurar as informações essenciais. Essa sinopse do fato histórico é o "esqueleto", o núcleo desse fato, e é também o que vai possibilitar ao aluno se situar no tempo, no espaço, na história, é o seu "chão" histórico, é a base para argumentação.

Outro procedimento importante é levar os alunos a diferençar as noções **gerais** das **particulares**, operação mental que os ajuda a hierarquizar os fatos. O modo mais simples de trabalhar tais noções é, neste caso também, orientar a leitura. Num texto em que o assunto, por exemplo, seja **mudanças**, pedir que registrem os tipos de mudanças (econômicas, políticas, culturais); em seguida, que identifiquem ou detalhem as inúmeras mudanças e as enquadrem nos tipos gerais. É preciso ainda deixar claro para os alunos que o texto histórico, como qualquer texto científico ou didático, contém uma série de categorias de análise e conceitos próprios ao conhecimento. São **condições do conhecimento**. Determinar que façam um glossário, consultando o próprio livro e o dicionário, ao invés de se limitarem ao vocabulário existente em alguns livros, é outra forma de enfatizar que cabe a eles o ato de conhecer.

Longe de dificultar a aprendizagem, tais procedimentos desenvolvem e valorizam a inteligência dos alunos, fazendo-os se sentir pensantes, produtivos, capazes de compreender, reproduzir, e até mesmo refazer, na forma de textos, uma certa lógica da história. Os primeiros textos, redigidos sob a orientação do professor, são o primeiro ponto de chegada, que se tornará novo ponto de partida quando os alunos sentirem-se em condições de escrever com mais autonomia, já tendo assimilado os conceitos necessários, já estando mais familiarizados com o texto histórico e, estimulados pelo professor, cada vez mais aptos a fazerem suas próprias deduções, seus questionamentos à própria História etc.

"Escrever para aprender", lembra Gisele de Carvalho, que assim recupera algumas das grandes tarefas do educador: "Se [...] escrever significa registrar os caminhos da reflexão, parece que nós, professores, independentemente da matéria que ensinamos, temos uma tarefa em comum [...]: se todos nós, de uma forma ou de outra, ensinamos a pensar, logo todos nós ensinamos a escrever...".

Admiramos hoje a desenvoltura com que os jovens manejam seus computadores, navegam nesses mares antes inimagináveis da Internet, criam seus *blogs*, repaginam-se permanentemente, enviam e recebem mensagens

DIVULGAÇÃO PRELIMINAR FTD

em tempo real (usando uma língua um tanto estranha, é bem verdade!). Aparentemente nenhum mistério os detém, e eles nos dão demonstrações diárias de habilidade, curiosidade, criatividade. Nosso desafio, prepará-los nessa era planetária para a grande aventura do conhecimento e da lucidez, talvez seja mais fácil de superar do que pensamos.

Trechos do artigo de: RIBEIRO, Marcus Venicio. Não basta ensinar história. **Nossa História**, ano 1, n. 6, p. 76-78, abril de 2004.

Texto 3

O texto a seguir é de Fernando Seffner, mestre em Sociologia e doutor em Educação pela UFRGS.

O que se espera que o aluno escreva em história?

A leitura e a escrita de textos históricos devem levar em conta a necessidade de explicação e utilização de conceitos. Conceitos entendidos aqui como ferramentas de análise, e como possibilidade de universalizar uma discussão. Trabalhamos em história sempre com a análise de situações determinadas. Discutir a qualidade da escrita histórica envolve analisar os recursos conceituais utilizados, as fontes consultadas, a problemática construída, as questões propostas e o estilo narrativo.

Digamos que a situação em estudo seja o 31 de março de 1964 no Brasil. O professor seleciona questões e prepara atividades de leitura sobre o tema, a partir de trechos de livros didáticos, notícias de jornais da época, depoimentos colhidos pelos alunos com seus pais, parentes e vizinhos, observação e descrição de fotos e imagens do movimento militar, trechos de discursos e outras falas de época e trechos de filmes que transitam por este acontecimento. Enriquecida a discussão com essa variedade de material, o professor busca com os alunos os conceitos que melhor podem expressar a análise do período estudado. Nesse caso, uma possibilidade seria trabalhar os conceitos de mudança e permanência (o que deveria mudar, na opinião de cada um dos grupos envolvidos no episódio? O que deveria permanecer como estava, na opinião de cada um dos grupos envolvidos?), e os conceitos de golpe militar, revolução e contrarrevolução.

Finalizando a discussão, o professor pode propor a cada aluno uma produção escrita, analisando a situação estudada. Essa análise deve ser feita a partir dos conceitos estudados e questões discutidas. Uma boa proposta é pedir ao aluno que relacione o 31 de março de 1964 com outros episódios da história brasileira, nomeados como revolução ou golpe, nos quais também houve um tensionamento entre grupos que propunham mudanças ou permanências na estrutura política brasileira. Dessa maneira, a escrita de textos de análise histórica pelo aluno possibilita operar com conceitos que permitem a comparação entre características de diferentes períodos históricos.

Ler é compreender o mundo, e escrever é buscar intervir na sua modificação. Ao pedir que o aluno escreva um texto de análise histórica, estaremos sempre buscando extrair dele uma posição frente à discussão. Portanto, estamos trabalhando no sentido de que cada aluno desenvolva uma capacidade argumentativa própria, utilizando conceitos claros, num ambiente democrático de troca de ideias e convívio de opiniões diferenciadas. Isso colabora para a formação da identidade política de cada aluno. O que não podemos permitir é que as atividades de leitura e escrita na aula de história se transformem num ritual burocrático, em que o aluno lê sem poder discutir, responde questionários mecanicamente e escreve texto buscando concordar com o professor para ter sua boa nota assegurada. Aqui, vale parodiar a frase de Dante Alighieri, ao descrever as diferentes partes do inferno: "os níveis mais baixos do inferno estão reservados para aqueles que, em tempos de crise moral, se mantiveram neutros ou indiferentes". Temos que lutar para a construção de uma postura crítica e filosófica frente aos textos, fugindo da leitura instrumental ou dogmática, que termina sempre em "decoreba". Uma postura que exija do aluno leitor uma posição, uma opinião fundamentada. Buscamos formar alunos que elaborem seu projeto de vida, posicionando-se frente às questões polêmicas da vida social, construindo alternativas políticas viáveis e manifestando com clareza e argumentação coerente suas opiniões.

SEFFNER, Fernando. Leitura e escrita na história. In: NEVES, Iara C. Bitencourt (Org.). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. 9. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 119-120.

2.6 A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES/ESCRITORES

O desenvolvimento da competência leitora e escritora é responsabilidade de todas as áreas de conhecimento e não somente da área de Língua Portuguesa. A História, importante ciência humana, pode e deve dar uma contribuição decisiva nesse processo, e uma das condições para isso é o trabalho

planejado com diferentes tipos de textos e com uma diversidade de linguagens (cinematográfica, fotográfica, pictórica; a dos quadrinhos, a do desenho, a da charge, entre outras).

Boa parte do que os alunos aprendem em História na escola é resultado da leitura (de textos e imagens), daí a importância de familiarizá-los também com os procedimentos de leitura, específicos e diferenciados, adequados a cada um desses registros. Sem adentrarmos na discussão teórica sobre o assunto, é importante lembrar que imagem e texto possuem estatutos diferentes e demandam tratamentos e abordagens diferenciadas.

Sabendo-se que a leitura possibilita o acesso a conteúdos e conceitos históricos, a tarefa de ensinar a ler e escrever deve ser vista como parte integrante da disciplina História durante os anos finais do Ensino Fundamental. Ao receberem um tratamento adequado, os textos e as imagens deixam de servir só para ilustrar ou exemplificar um determinado tema e passam a ser materiais a serem interrogados, confrontados, comparados e contextualizados.

Com esse objetivo, estimulamos a leitura de diferentes gêneros de texto e exploramos de forma sistemática a leitura e interpretação de imagens fixas. Além disso, incentivamos a escrita, inclusive porque ler e escrever são competências interdependentes e complementares. Daí termos usado na obra textos historiográficos, históricos, literários, oficiais, biográficos, científicos, depoimentos, entrevistas, notícias, obras de arte, fotografia, desenho, charges, caricaturas, tiras de quadrinhos, mapas, gráficos, tabelas, cartazes de propaganda, entre outros.

Mas somente o trabalho sistemático e planejado permite aos alunos leitores e escritores, com a mediação do professor, conquistar autonomia para ler e contextualizar textos e imagens.

2.7 A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Como vimos, com base na reflexão de Jaime Pinsky, o termo "cidadania" pode ser definido como condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais. Para uma maior compreensão do conceito e da prática da cidadania na história recente do Brasil, vamos apresentar de modo breve uma importante experiência cidadã da nossa história: a luta do Movimento Negro pela inserção da África nos currículos escolares.

2.7.1 Por que estudar a temática afro e a temática indígena?

Desde 1981, o mais destacado dos movimentos sociais de defesa dos direitos das populações negras no Brasil já reivindicava a inserção da História da África e dos afro-brasileiros nos currículos escolares, o que, por si só, evidencia sua importância nas conquistas posteriores envolvendo legislação e Estado. Nas décadas seguintes, o Movimento Negro manteve-se ativo e, juntamente com seus aliados da sociedade civil, conseguiu uma grande conquista em 2003, quando, coroando uma luta de décadas, foi promulgada a Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileiras.

A Lei n. 11.645/2008 modificou a Lei n. 10.639/2003 e acrescentou a obrigatoriedade de também se estudar história e cultura dos povos indígenas no Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e particulares.

Então, perguntamos nós, é por obediência à lei que se deve estudar a temática afro e a temática indígena?

Não só, pois, além de obedecer à lei e contribuir, assim, para a construção da cidadania, há razões para se trabalhar a temática afro e a indígena na escola que merecem ser explicitadas, a saber:

a) o estudo da matriz afro e indígena é fundamental à construção de identidades;

b) esse trabalho atende a uma antiga reivindicação dos movimentos indígenas e dos movimentos negros: "o direito à história";

c) o estudo dessas temáticas contribui para a educação voltada à tolerância e ao respeito ao "outro" e, assim sendo, é indispensável a toda população brasileira, seja ela indígena, afro-brasileira ou não.

DIVULGAÇÃO FTD

Cabe lembrar também que a população indígena (817 mil pessoas), segundo o Censo do IBGE (2010), vem crescendo e continua lutando em defesa de seus direitos à cidadania plena. Já os afro-brasileiros (pardos e pretos, segundo o IBGE) constituem cerca de metade da população brasileira. Além disso, todos os brasileiros, independentemente da cor ou da origem, têm o direito e a necessidade de conhecer a diversidade étnico-cultural existente no território nacional. Sobre esse assunto, o historiador Itamar Freitas disse:

> Em síntese, nossos filhos e alunos têm o direito de saber que as pessoas são diferentes. Que o mundo é plural e a cultura é diversa. Que essa diversidade deve ser conhecida, respeitada e valorizada. E mais, que a diferença e a diversidade são benéficas para a convivência das pessoas, a manutenção da democracia, e a sobrevivência da espécie. [...]
>
> FREITAS, Itamar apud OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 161. (Explorando o ensino, v. 21).

2.7.2 Festival Afro-Arte: Expressões culturais Afro-brasileiras no ambiente escolar

Apresentamos a seguir uma ação pedagógica implementada no âmbito do Festival Afro-Arte, realizado anualmente desde 2010 nas escolas do município de Maracanaú (CE). A proposta deste festival é colaborar para um projeto pedagógico que promova o respeito à diversidade e à diferença, em perspectiva interdisciplinar.

Construir o Álbum Cultura, Memória e Identidade

O Álbum Cultura, Memória e Identidade é um mostruário da expressão cultural escolhida pelo grupo mobilizador da escola para representá-la nas próximas etapas de seleção e participação da culminância do IX Festival Afro-Arte: Expressões Culturais Afro-brasileiras no Ambiente Escolar. No álbum pode conter todos e quaisquer materiais complementares úteis para uma avaliação detalhada do trabalho realizado na escola. Referimo-nos a tudo aquilo que pode ilustrar e acrescentar informações à experiência; tais como: as atividades desenvolvidas pelos alunos, registros escritos, fotográficos, registros em vídeos, áudio e outras formas de registro que demonstrem como é a expressão e o que a constitui, como cores, sons, figurino, instrumentos, objetos utilizados, o envolvimento dos alunos e comunidade escolar.

PRISCYLA ARAUJO DE OLIVEIRA

Uma das ações do Festival Afro-Arte é o projeto "saias que contam". Fotografia de alunas da rede pública participantes desse projeto. Maracanaú, CE. 2018.

Considerando a diversidade de expressões culturais possíveis, não há um modelo padrão para a confecção do álbum. Cada escola irá definir a melhor forma de documentar a expressão cultural selecionada, usando sua criatividade, mas informando de modo bastante preciso como ela é e como se apresenta na região. A ficha de identificação da expressão cultural será anexada ao álbum.

Para a construção do álbum (Portfólio), os passos são:

- Fotografar, filmar e gravar a expressão cultural selecionada.
- Arquivar, separadamente, as fotos, produções textuais de diversos gêneros (dissertação, cordel, poesias...) e gravação.
- Selecionar o material que fará parte do álbum.
- Definir a forma de apresentação dos registros.
- Organizar o álbum de forma ordenada e lógica.
- Preencher e anexar a ficha de identidade da expressão cultural.

Monitorando e avaliando

Durante todo o processo, as ações desenvolvidas serão monitoradas e avaliadas pelos/as participantes, podendo ser redirecionadas, sempre que necessário. No final, uma avaliação geral também pode ser feita, para dimensionar os resultados alcançados, as dificuldades, as ações futuras, os ganhos relacionados ao trabalho desenvolvido em torno da valorização dos conhecimentos e da cultura afro-brasileira na comunidade escolar do município.

PUBLICAÇÃO PILOTO FEDF

A mobilização cultural pode se transformar em uma ação forte e poderosa de educação das relações étnico-raciais, bem como as atividades do IX Festival Afro-Arte no Ambiente Escolar no município de Maracanaú. É muito importante que esta mobilização contribua para o desenvolvimento de políticas públicas que afirme direitos historicamente negados, ao mesmo tempo em que desmobilizem preconceitos, desigualdades e discriminação de toda ordem. Por isso, é fundamental que todo o processo seja documentado e o material produzido colocado à disposição da comunidade escolar em feiras culturais nas escolas, bibliotecas e demais lugares públicos no município, inclusive na internet.

É preciso também monitorar os efeitos gerados e dar continuidade à mobilização cultural nesta proposta. Essas medidas pretendem estabelecer uma cultura de respeito à diversidade de afirmação dos direitos de todas as pessoas no Brasil, independente da etnia ou cor da pele.

GRANGEIRO, Ilza (Coord.); BRAGA, Marigel; LIMA, Glaudia de; MIRANDA, Marcos; MURILO, Sérgio. **Guia metodológico para preparação do IX Festival Afro-Arte**: expressões culturais afro-brasileiras no ambiente escolar. Diretoria de Educação: Coordenadoria de desenvolvimento curricular: Maracanaú, 2018. p. 9-10.

2.8 TEXTOS DE APOIO

O objetivo desta seção é oferecer alguns textos relevantes sobre História e ensino de História.

Texto 1

O conhecimento

O conhecimento antigamente era estável, as transformações ocorriam muito lentamente. Para obter conhecimento, o homem se dedicava a uma série de exercícios mentais que se repetiam em livros, na sala de aula e no cotidiano. Podíamos memorizar uma série de informações, aprender regras de retórica, decorar tabuadas e seríamos reconhecidos pela comunidade como homens cultos, ponderados nas decisões, prováveis "vencedores". Nesse mundo marcado pela tranquilidade, pela repetição, pelas relações sensoriais e não virtuais, nesse mundo antigo sobrava tempo até para amar. Os ancestrais deixavam como herança modelos que serviam de modelo para uma vida. Não era dinheiro mas gerava tranquilidade. Existia nesse velho mundo um horizonte seguro para onde devíamos caminhar.

Hoje é assim?

Não.

Como as mudanças eram lentas, o homem podia perpetuar formas de comportamento, podia ensinar fórmulas, sugerir procedimentos ou ainda contar fábulas exemplares. Casamento era para a vida toda, emprego público significava segurança na velhice, diploma, um eterno seguro-desemprego.

Como cada coisa ocupava, por muito tempo, o mesmo lugar nós podíamos ensinar uma receita adequada para o sucesso: estude! Tenha um diploma! Vá para a cidade! Tome Biotônico Fontoura! A relação entre expectativa e resultado era, quase, linear.

[...]

E agora como ficam os modelos?

Primeiro, nós temos que descobrir o que são modelos. E isso representa um longo aprendizado, tarefa para um professor.

[...]

Se não sabemos colocar o problema, observar uma situação por diferentes ângulos, trabalhar inúmeras variáveis, estabelecer relações, discutir as premissas, não encontraremos o campo da provável solução. Se não sabemos questionar hipóteses também não saberemos enfrentar mudanças.

Como enfrentar a mudança?

Identificando, comparando, relacionando, traduzindo e abstraindo.

THEODORO, Janice. Educação para um mundo em transformação. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 51-53.

DIVULGAÇÃO PNLD 2023 FTD

Texto 2

O papel do professor de História

É necessário [...] que o ensino de História seja revalorizado e que os professores dessa disciplina conscientizem-se de sua responsabilidade social perante os alunos, preocupando-se em ajudá-los a compreender e – esperarmos – a melhorar o mundo em que vivem.

Para isso, é bom não confundir informação com educação. Para informar aí estão, bem à mão, jornais e revistas, a televisão, o cinema e a internet. Sem dúvida que a informação chega pela mídia, mas só se transforma em conhecimento quando devidamente organizada. E confundir informação com conhecimento tem sido um dos grandes problemas de nossa educação... Exatamente porque a informação chega aos borbotões, por todos os sentidos, é que se torna mais importante o papel do bom professor.

[...]

Mais do que livro, o professor precisa ter conteúdo. [...] É inadmissível um professor que quase não lê. Se o tempo é curto, se as condições de trabalho são precárias, se o salário é baixo, se o Estado não cumpre sua parte, discuta-se tudo isso nas esferas competentes e lute-se para melhorar a situação dos docentes, em vez de usar isso tudo como desculpa para a falta de empenho pessoal em adquirir conhecimento, entrar em contato com uma bibliografia autorizada, conhecer novas linhas de pensamento e discutir com os colegas estratégias para melhor operacionalizar nas salas de aula o patrimônio cultural e histórico.

[...]

Valendo-se dessas considerações, é preciso que o professor tenha claro o que e como ensinar.

Pela volta do conteúdo nas aulas de História

O passado deve ser interrogado a partir de questões que nos inquietam no presente (caso contrário, estudá-lo fica sem sentido). Portanto, as aulas de História serão muito melhores se conseguirem estabelecer um duplo compromisso: com o passado e o presente.

Compromisso com o presente não significa, contudo, presentismo vulgar, ou seja, tentar encontrar no passado justificativas para atitudes, valores e ideologias praticados no presente [...]. Significa tomar como referência questões sociais e culturais, assim como problemáticas humanas que fazem parte de nossa vida [...].

[...] Compromisso com o passado é pesquisar com seriedade, basear-se nos fatos históricos, não distorcer o acontecido, como se esse fosse uma massa amorfa à disposição da fantasia de seu manipulador. Sem o respeito ao acontecido a História vira ficção. Interpretar não pode ser confundido com inventar. E isso vale tanto para fatos como para processos. [...]

Afirmações baseadas apenas em filiações ideológicas são, no mínimo, desprezíveis, podendo tornar-se perigosas quando, além de não verdadeiras, acabam se tornando veículos do preconceito e da segregação. É o caso de, por exemplo, "verdades" como "os índios não são bons trabalhadores", "as mulheres são inferiores", "os jovens são sempre revolucionários" [...].

[...] Defendemos, pois, a "volta" do conteúdo às salas de aula, da seriedade. E, do óbvio: a tentativa de interpretação deve, necessariamente, ser precedida pelo entendimento do texto.

[...]

Um modo mais construtivo (sem trocadilhos) seria adotar como postura de ensino (que se quer crítico) a estratégia de abordar a História a partir de questões, temas e conceitos. [...]

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar: por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 22-25.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto 3

Exploração do espaço e dos objetos

Os projetos de Educação em ambientes de museus sistematizaram uma metodologia cujas etapas podem ser sintetizadas em: *observação, registro, exploração e apropriação [...]*. Essas etapas não precisam ser trabalhadas separadamente. É possível realizar uma abordagem simultânea ou enfatizar um dos aspectos, o que dependerá dos objetivos definidos, da faixa etária dos alunos e do tempo e dos recursos disponíveis para a atividade.

Construção do conhecimento

A finalização do trabalho deve ocorrer, necessariamente, com produções dos alunos. Nessas produções, os estudantes deverão sintetizar o processo vivenciado e avaliar tanto a experiência como a si mesmos em relação ao desenvolvimento da atividade. Assim, sugerimos a produção de caderno de textos, desenhos, gráficos, painéis, jornal-mural, vídeos e a organização de uma exposição com objetos e imagens. A seguir, propomos duas atividades que podem ser realizadas em grupos e por diferentes faixas etárias:

- Colagem com recortes de revistas e papel colorido, além de desenho e pintura para criar uma imagem a respeito da visita da turma à exposição.
- Elaboração de uma história com os objetos da exposição que suscitaram mais interesse.

- Em grupo: Se pudessem criar um museu, como ele seria? Sobre qual tema? Que elementos – objetos e imagens – escolheriam para uma exposição?

ABUD, Kátia Maria. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. p. 141-143. (Coleção Ideias Em Ação, coordenada por Anna Maria Pessoa de Carvalho).

Texto 4

Visita a museu

A partir de nossa experiência como educadores de museu, gostaríamos de apresentar alguns pontos fundamentais que devem ser levados em conta no planejamento de uma visita:

- Definir os objetivos da visita;
- Selecionar o museu mais apropriado para o tema a ser trabalhado; ou uma das exposições apresentadas, ou parte de uma exposição, ou ainda um conjunto de museus;
- Visitar a instituição antecipadamente até alcançar uma familiaridade com o espaço a ser trabalhado;
- Verificar as atividades educativas oferecidas pelo museu e se elas se adéquam aos objetivos propostos e, neste caso, adaptá-las aos próprios interesses;
- Preparar os alunos para a visita através de exercícios de observação, estudo de conteúdos e conceitos;
- Coordenar a visita de acordo com os objetivos propostos ou participar de visita monitorada, coordenada por educadores do museu;
- Elaborar formas de dar continuidade à visita quando voltar à sala de aula;
- Avaliar o processo educativo que envolveu a atividade, a fim de aperfeiçoar o planejamento das novas visitas, em seus objetivos e escolhas.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 114.

Texto 5

Orientações para o uso da internet

Se a utilidade da internet é consenso entre os educadores, os procedimentos para seu uso têm sido alvo de acalorados debates. Uma das questões que mais têm preocupado os educadores é que, se por um lado a internet facilita o acesso a um leque amplo de textos e imagens, por outro, pode criar o hábito de buscar o "trabalho pronto", usando o famoso copiar/colar/imprimir; ou seja, encerrando a pesquisa naquele que deveria ser o seu primeiro passo. No que tange ao nosso campo de atuação, a questão pode ser resumida na seguinte pergunta: a internet serve ao professor de História?

Sim, certamente; para isto sugerimos alguns procedimentos:

a) Definir previamente os objetivos da pesquisa e solicitar aos alunos que, enquanto estiverem pesquisando, não desviem a atenção da proposta inicial, entrando em salas de bate-papo ou locais para ouvir música ou jogar.

b) Encorajar a problematização dos materiais encontrados na rede; depois de localizar os *sites* que tratam de um mesmo assunto ou tema, estimular o alunado a questionar as fontes em que os *sites* se apoiam, identificar as ausências de informações significativas sobre o assunto, confirmar a veracidade das informações veiculadas, e, por fim, estimular o posicionamento crítico frente às informações e análises ali disponíveis.

c) Sugerir ao aluno que relacione os *sites* encontrados a outros materiais sugeridos em aula, favorecendo a percepção de que *sites*, livros, revistas científicas e entrevistas são fontes complementares. Isto poderá facilitar a percepção de que um tema histórico pode ser melhor compreendido se recorrermos a diferentes fontes e à crítica das mesmas.

d) Alertar o alunado para o fato de que nem tudo o que está na Rede é verdade e que as *homepages* são por vezes muito pouco consistentes. Por isso, a indicação do tema deve vir acompanhada de perguntas que orientem o aluno a investigar. Sugerimos, quando possível, oferecer um conjunto de *sites* confiáveis sobre o assunto.

e) Incentivar os alunos a trocarem informações com colegas de outras escolas do Brasil e/ou de outros países via redes sociais. Através delas, os alunos poderão também entrar em contato com autores, órgãos governamentais, instituições privadas, *blogs* de professores, entre outros. Esse acesso a informações/versões significativas é, com certeza, útil à educação histórica.

PNLD Ação PNLD 2020

Assim utilizada, a internet pode ajudar os educandos a desenvolverem competências e habilidades que lhes permitam apreender as várias durações temporais nas quais os diferentes atores sociais desenvolveram ou desenvolvem suas ações, condição básica para que sejam identificadas semelhanças/diferenças, mudanças/permanências e dominações/resistências existentes no processo histórico.

Texto do autor.

3. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O CONTEXTO ATUAL

Esta coleção, que agora oferecemos à leitura, foi escrita no contexto de um amplo debate nacional em torno da construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define as aprendizagens essenciais a que todos os alunos devem ter direito ao longo da Educação Básica.

3.1 A LEGISLAÇÃO QUE DÁ SUPORTE À BNCC

A BNCC está respaldada em um conjunto de marcos legais. Um deles é a Constituição de 1988, que, em seu Artigo 210, já determinava que: "serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais"[3].

Outro marco é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), que no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma:

> cabe à União [...] estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum[4].

A LDB determina também que as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos.

Esta relação entre o básico-comum e o que é diverso está presente no Artigo 26 da LDB, que diz que "os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos"[5].

Disto decorre que o currículo a ser construído deve, então, ser contextualizado. Entende-se por contextualização: a inclusão e a valorização das diferenças regionais, ou mesmo locais, e o atendimento à diversidade cultural[6]. Isso é coerente com o fato de que o foco da BNCC não é o ensino, mas a aprendizagem como estratégia para impulsionar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades.

3.2 A BNCC E A BUSCA POR EQUIDADE

A busca por equidade na educação demanda currículos diferenciados e afinados com as inúmeras realidades existentes no país. A equidade leva em conta também a variedade de culturas constitutivas da identidade brasileira. E, além disso, reconhece a diversidade de experiências que os alunos trazem para a escola e as diferentes maneiras que eles têm de aprender.

DIVULGAÇÃO FNDE 2020 FTD

3 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.

4 BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.

5 BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

6 Outro marco legal em que a BNCC se apoia é na Lei n. 13.005 de 2014, que promulgou o Plano Nacional de Educação: BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

A busca por equidade visa também incluir grupos minoritários como indígenas, ciganos, quilombolas e o das pessoas que não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola. E se compromete com alunos portadores de deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).

A busca por equidade quer, enfim, propiciar igualdade de oportunidades para que todos possam ingressar, aprender e permanecer na instituição escolar. Uma escola pensada e organizada com base nesse princípio estará aberta à pluralidade e à diversidade, garantindo, assim, que todos possam desenvolver habilidades e competências requeridas no mundo contemporâneo. E conseguirá acolher e estimular a permanência dos estudantes na instituição escolar, independentemente de etnia, religião ou orientação sexual.

3.3 BNCC E CURRÍCULOS

A BNCC e os currículos estão afinados com os marcos legais citados no item 3.1 deste manual e têm papéis complementares. E, para cumprirem tais papéis, o texto introdutório da BNCC propõe as seguintes ações:

> - contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares [...];
> - decidir sobre as formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares [...];
> - selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas [...];
> - conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;
> - construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou resultado [...];
> - selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos [...];
> - criar e disponibilizar materiais e orientações para os professores [...];
> - manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular [...];
>
> BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF, 2017. p. 16-17.

A implementação da BNCC deverá levar em conta, então, os currículos elaborados por estados e municípios, bem como por escolas. Além de incorporar essas contribuições, a BNCC recomenda contemplar também temas relevantes para o mundo em que vivemos e dar a esses temas um tratamento interdisciplinar. Entre esses temas, merecem especial atenção:

- Direitos das crianças e adolescentes (Lei n. 8.069/1990);
- Educação para o trânsito (Lei n. 9.503/1997);
- Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003);
- Preservação do meio ambiente (Lei n. 9.795/1999);
- Educação alimentar e nutricional (Lei n. 11.947/2009);
- Educação em direitos humanos (Decreto n. 7.037/2009).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

3.4 BNCC E A ELABORAÇÃO DE CURRÍCULOS

No aspecto pedagógico, os conteúdos curriculares deverão estar a serviço do desenvolvimento de competências. Competência pode ser definida como possibilidade de utilizar o conhecimento em situações que requerem sua aplicação para tomar decisões pertinentes.

Não é demais lembrar que a elaboração de currículos com base em competências está presente em grande parte das reformas curriculares de diversos países do mundo. É esta também a abordagem adotada nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês).

3.5 O PODER TRANSFORMADOR DA EDUCAÇÃO

Por acreditarmos no poder transformador da educação, buscamos somar nossos esforços aos dos educadores preocupados com igualdade, equidade, definição de aprendizagens essenciais a que todos devem ter direito, além de respeito à diversidade e às histórias e culturas locais.

Nesse contexto, acreditamos que, se tais princípios e pressupostos pautarem a construção dos currículos nos níveis estadual e local, vão colaborar para a formação integral do ser humano, posicionando-o como protagonista no processo complexo de construção do conhecimento. E podem, além disto, contribuir também para aumentar a capacidade do alunado de mobilizar esse conhecimento e aplicá-lo na busca de soluções para os desafios que lhe são postos pela realidade.

Sabemos que, em educação, toda mudança é um processo longo e complexo, que envolve vários atores sociais. Mas esperamos que esse esforço conjunto, do qual nos dispusemos a participar, empreste maior qualidade à educação e ajude a equalizar oportunidades e reduzir as desigualdades hoje existentes no nosso país.

3.6 A NOSSA COLEÇÃO E A BNCC

Nesse contexto pautado por reflexão, debates e mudanças, e valendo-nos de uma experiência com a escrita da História acumulada ao longo dos anos, buscamos produzir materiais impressos e digitais alinhados aos pressupostos da BNCC, tais como: respeito à pluralidade e à diversidade; busca por equidade e alinhamento a uma educação voltada para a inclusão.

Durante a escrita da nossa coleção didática de História, buscamos afinar a nossa sensibilidade a essas intenções nas escolhas iconográficas, nas abordagens culturais e na seleção de conteúdos, oferecendo assim à leitura uma obra capaz de contribuir efetivamente para a formação integral do ser humano, independentemente de sua origem ou condição social.

É um dos propósitos da nossa obra que esses princípios cheguem à carteira do aluno, de norte a sul do país, em forma de textos, imagens e atividades escolares. E, assim, somar nossos esforços aos dos educadores, pensadores e professores que, de fato, querem contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Acreditamos que essas escolhas vão impactar positivamente a aprendizagem dos alunos. E isso não é pouco quando se sabe que os leitores (alunos e professores) são a razão principal da nossa existência. Voltando-nos aos nossos colegas professores, criamos o Livro do professor com formato em "U" e orientações página a página, que incorporam experiências e reflexões oriundas da pesquisa acadêmica e do dia a dia da sala de aula.

Por fim, vale dizer que Austrália, Chile, Reino Unido e Estados Unidos construíram e implementaram uma base curricular nacional que tem favorecido a diminuição das discrepâncias educacionais e a melhoria da qualidade da educação. Por que nós não havemos de conseguir?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

3.7 AS 10 COMPETÊNCIAS GERAIS PROPOSTAS PELA BNCC

Alinhados à preocupação com o desenvolvimento global do estudante, elencamos a seguir as 10 competências gerais presentes na BNCC que subsidiaram a produção da coleção de História que ora oferecemos à leitura:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF, 2017. p. 9-10.

4. AS SEÇÕES DO LIVRO

A coleção é composta de quatro volumes que buscam apresentar os conteúdos relativos à História do Brasil e à História Geral de forma integrada. Disse uma historiadora que:

> O objetivo central da História Integrada reside na superação da divisão entre História Geral, das Américas e História do Brasil. Nessa perspectiva, a História Integrada busca fornecer um estudo que possibilite ao aluno entender a simultaneidade dos acontecimentos históricos em espaços diferentes. Pode-se perceber, entre outros aspectos, que em um mesmo tempo histórico foram vivenciadas situações diferentes em diversas sociedades. Assim, enquanto em parte da Europa desenvolvia-se o sistema feudal e sedimentava-se o cristianismo, na América, povos como os maias e incas organizavam-se em sociedades com características próprias, construindo cidades e templos, com outra lógica religiosa.
>
> BITTENCOURT, Circe. Desafios da História Integrada. **Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas**, São Paulo, v. 1, p. 5, 2001.

DIVULGAÇÃO PNLD 2025 FTD

Os livros estão organizados em unidades temáticas que abrigam um conjunto de capítulos. Vejamos sua estrutura.

4.1 PÁGINA DE ABERTURA DE CAPÍTULO

Cada capítulo se inicia com uma página de abertura, que cumpre a função de introduzir a exposição dialogada. Esta página tem funções semelhantes às da página de abertura de unidade, sendo o seu foco voltado para o assunto a ser trabalhado no capítulo.

4.2 CORPO DO CAPÍTULO

Construímos o corpo do capítulo entrelaçando texto e imagem e intensificando a exploração pedagógica do registro visual, que está no cerne de nossa proposta de ensino-aprendizagem. Nesta coleção, a imagem não serve apenas para reforçar o texto ou dialogar com ele, mas também para a formação de conceitos.

No corpo do capítulo buscamos também adotar uma linguagem e um tamanho de letra e de entrelinhamento adequados aos anos finais do Ensino Fundamental. Atentos ao fato de que muitos alunos têm chegado ao 6º ano com menos de 10 anos de idade e que a maturidade de um aluno de 6º ano é bem diferente da de um aluno de 9º ano, trabalhamos com diferentes corpos de letra e entrelinhamentos variados. Assim, no texto principal do 6º e do 7º anos trabalhamos com corpo 12,5 e entrelinhamento 18; no 8º e 9º anos trabalhamos com corpo 11,5 e entrelinhamento 17.

Buscamos também fundamentar o texto didático com uma produção historiográfica qualificada. Nossa preocupação não foi incorporar ao texto didático a última pesquisa acadêmica publicada sobre cada assunto abordado na obra, mesmo porque isto seria impossível, mas incorporar um conhecimento consolidado e reconhecido pela comunidade de historiadores profissionais e pesquisadores do ensino de História.

Entre os exemplos desse esforço de atualização historiográfica podemos citar a incorporação que fizemos da crítica de Cláudia Viscardi ao conceito de "política do café com leite" e de sua proposta de se pensar a força de outros quatro estados, além de São Paulo e Minas Gerais, na política da Primeira República; da crítica de Jorge Ferreira ao conceito de populismo e de sua instigante e original interpretação do golpe civil-militar de 1964; da interpretação de Ângela de Castro Gomes sobre o significado político da morte de Vargas, entre outras. Do questionamento posto pelo historiador e antropólogo britânico Jack Goody (*Renascimento ou Renascimentos?*), bem como sua análise das raízes históricas e culturais do Renascimento italiano, e dos outros renascimentos havidos à época em outras partes do mundo; do novo olhar sobre a conquista espanhola da América, presente na obra **Sete Mitos da Conquista Espanhola**, do historiador inglês Matthew Restall; da perspectiva inovadora do historiador David Abulafia, que desloca sua câmera da terra firme para as águas salgadas, a fim de ver e escrever a partir do Mediterrâneo uma obra monumental: **O grande mar: uma história humana do Mediterrâneo**. E, por fim, mas não menos importante, do instigante **Dicionário da escravidão e liberdade**, que reúne brilhantes estudiosos das histórias e das culturas que atam a África ao Brasil.

4.3 BOXES

Intercalados ao texto principal inserimos os boxes **Dialogando**, **Para refletir** e **Para saber mais**, os dois primeiros são acompanhados de questões objetivas e/ou reflexivas.

Dialogando

Este boxe é um convite à participação oral dos alunos; estes são desafiados a responder a uma questão objetiva, a opinar, a interpretar uma imagem, um gráfico, uma tabela, um texto etc. Essa interrupção do texto principal funciona como uma oportunidade para os alunos colocarem-se como sujeitos do conhecimento e para dinamizar a aula.

Dica!

Sugestões de vídeos ao longo da obra para ampliar a abordagem do assunto estudado.

Para saber mais

Neste boxe são apresentados textos e imagens com o objetivo de ampliar ou detalhar um assunto derivado do tema principal que possa interessar ao aluno.

Para refletir

Este boxe traz textos e imagens sobre os conteúdos estudados que, acompanhados de questionamentos diretos, estimulam os alunos a refletir e discutir sobre os temas abordados.

4.4 ATIVIDADES

Aprender História depende da leitura e da escrita. E ler e escrever implicam compreensão, análise e interpretação de uma diversidade de gêneros de textos e de imagens fixas (pintura, fotografia, charge) e em movimento (filmes), além de gráficos, tabelas e mapas. As atividades desta coleção visam, sobretudo, auxiliar o aluno a desenvolver as competências leitora e escritora, que são complementares e interdependentes, e a capacitar o alunado para o exercício da cidadania. As imagens podem ser mais bem exploradas com a leitura do texto instrucional sobre o assunto contido nestes Materiais de Apoio ao Professor.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

As atividades estão distribuídas em quatro seções, que consideramos importantes no nosso alinhamento à tese de que ler e escrever é um compromisso de todas as áreas. São elas:

I. Retomando

As questões variadas desta seção, apresentada em todos os capítulos, visam retomar e organizar o estudo do tema abordado.

II. Leitura e escrita em História

a) Leitura de imagem

Esta seção visa à educação do olhar, à formação de conceitos e ao estímulo à produção escrita (escrever a partir da imagem).

b) Leitura e escrita de textos

Visa familiarizar o aluno com diferentes gêneros textuais e estimulá-lo a perceber quem está falando, de que lugar fala, e capacitá-lo a identificar, relacionar e a contextualizar (habilidades das mais importantes em História). Dividimos esta seção em dois itens:

- **Vozes do passado**, que dá voz aos sujeitos históricos que viveram as experiências sociais de outros tempos e espaços;
- **Vozes do presente**, em que geralmente convidamos um(a) especialista a falar sobre um dos assuntos relacionados ao tema eleito.

Partindo do pressuposto de que qualquer documento possui autoria, público e objeto específico, apresentamos a seguir um roteiro construído a partir de nossas reflexões e da nossa prática docente.

Roteiro para leitura e análise de documentos escritos

1. Título e fonte de onde foi extraído.
2. Tipo de documento [carta, artigo de jornal, legislação, entrevista etc.].
3. Quando, por quem e onde foi produzido.
4. Quem fala [o(a) autor(a)].
5. De onde fala [posição que ocupa na sociedade].
6. Para quem fala? [Para o público em geral? Para seus pares? Para os seus subalternos? Para as autoridades?].
7. Principais ideias e conceitos no texto.
8. Conclusões a que a leitura permite chegar, considerando-se o que está explícito.
9. Conclusões a que a leitura permite chegar, considerando o que está implícito (lembrar que os silêncios de um texto podem ser tão ou mais importantes do que aquilo que é dito).
10. Cruzar com outras fontes sobre o mesmo assunto.
11. Relacionar o texto com o contexto, salientando a importância dele para o estudo de determinada questão ou época.
12. Outras conclusões e/ou observações sobre o texto que se considere importante registrar.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Com esse roteiro espera-se ajudar o aluno a conhecer as condições de produção do texto em foco, o lugar de onde se fala, o que foi dito e o que deixou de ser dito, e, aos poucos, permitir que ele(a) vá percebendo a História como construção. Ao mesmo tempo, espera-se que o alunado consiga contestar versões que apresentam verdades acabadas e definitivas sobre o assunto estudado.

c) Cruzando fontes

Esta seção apresenta diferentes tipos de fontes históricas visando introduzir o alunado na análise e comparação de fontes, aproximando-o ao modo de construção do conhecimento histórico; lembre-se aqui de que a crítica e cruzamento das fontes é um procedimento inerente ao ofício do historiador.

III. Integrando com...

Com a seção Integrando com..., nos esforçamos para dar um passo, ainda que tímido, em direção à adoção de uma perspectiva interdisciplinar. As atividades desta seção estimulam o aluno a mobilizar conhecimentos e conceitos de outras disciplinas, como Língua Portuguesa, Ciências, Matemática, Arte, entre outras.

IV. Você cidadão!

Esta seção quer estimular o aluno: **a)** a traçar paralelos entre o passado e o presente; **b)** a interrogar o presente, debater e, sobretudo, a se posicionar diante de uma questão social, ajudando-o a se preparar para o exercício da cidadania.

Nesta coleção, o número de atividades – incluindo as das várias seções – é propositadamente grande, com vistas a oferecer ao educador um leque amplo de possibilidades de escolha. Sabemos que não há tempo hábil para que os alunos se dediquem a todas elas em sala de aula. Sugerimos, então, que o professor escolha as atividades mais adequadas à sua proposta de ensino-aprendizagem, ao projeto político-pedagógico da escola e à quantidade de horas-aula de que dispõe.

4.5 MATERIAIS DE APOIO AO PROFESSOR

As orientações pedagógicas presentes neste Manual do Professor também contam com uma parte específica, que diz respeito a cada um dos volumes da coleção.

A parte específica é organizada em formato "U" e nela constam as indicações de habilidades da BNCC que serão trabalhadas em cada capítulo; encaminhamentos para ajudar o professor a desenvolver os conteúdos e a destacar aquilo que merece especial atenção; textos de apoio que visam complementar e enriquecer a aula; atividades complementares e indicações de vídeos.

A coleção apresenta também material complementar, em formato digital, com Planos de desenvolvimento bimestrais, Projetos integradores, Sequências didáticas e Propostas de acompanhamento de aprendizagem. Cada bimestre deste material corresponde a uma das unidades do livro impresso. A coleção oferece também audiovisuais com acadêmicos renomados explorando aspectos relevantes dos temas abordados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

5. PROJETOS DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR

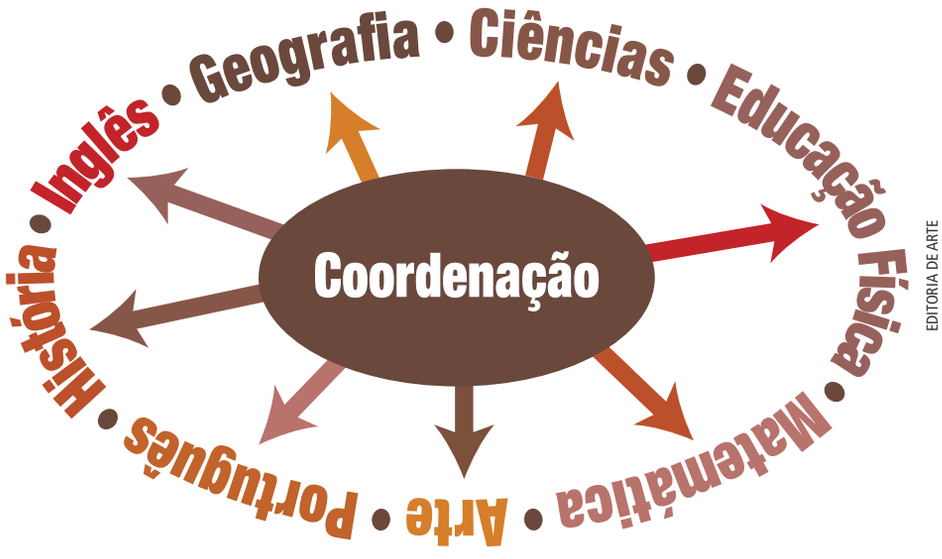
Com o objetivo de colaborar para a aplicação de um Projeto de Trabalho Interdisciplinar na escola elaboramos: **a)** um texto com orientações para a confecção de um Projeto Interdisciplinar; **b)** um Projeto que pode ser aplicado pelos professores desde que adaptado à realidade da escola onde lecionam. O trabalho com Projetos permite: superar a representação do conhecimento como algo fragmentado e distanciado das vivências dos alunos; levar em conta o que acontece no mundo social e do conhecimento; receber criticamente a avalanche de informações disponibilizadas pelos meios de comunicação.

5.1 O QUE É UM PROJETO DE TRABALHO?

Segundo o educador espanhol Fernando Hernández, um dos precursores do ensino por projetos, o projeto de trabalho é um percurso por um tema-problema, que favorece a análise, a interpretação e a crítica (como contraste de pontos de vista), além de uma atitude interdisciplinar. A interdisciplinaridade pode ser entendida como uma proposta de trabalho coletivo em que cada disciplina observa o mesmo objeto de estudo a partir de seus referenciais sem, no entanto, perder suas especificidades. Como disse um estudioso:

> A interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa.
>
> NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001. p. 143.

A figura a seguir é uma representação esquemática e simplificada da interdisciplinaridade.



EDITORIA DE ARTE

Orientações para a elaboração de um Projeto de trabalho interdisciplinar

O primeiro passo é compor uma equipe interdisciplinar que coordenará o Projeto. Essa equipe deverá ajudar a integração e a correlação das disciplinas envolvidas, bem como o desenvolvimento das múltiplas inteligências (MIs) dos alunos. Formada por profissionais de diferentes áreas, essa equipe deverá reunir-se regularmente com os seguintes propósitos: delimitar o tema e definir como cada disciplina pode contribuir para investigá-lo; estabelecer os objetivos e coordenar o processo; desafiar e apoiar os alunos, estimulando a troca de informações entre eles e propondo novas questões; avaliar o processo e auxiliar na avaliação das aquisições dos alunos; estimular o professor a ver-se como pesquisador e produtor do saber escolar (e não como divulgador de um conhecimento produzido na universidade).

- Etapas de um Projeto

Grosso modo, o Projeto pode ser desenvolvido em quatro etapas:

a) Escolha do tema ou objeto de estudo:

Esta escolha deve ser feita por meio de um amplo debate com os alunos, incorporando seus desejos e interesses, pois o sucesso do Projeto dependerá, em boa parte, do envolvimento deles no processo. Para a escolha do tema, propomos que se adotem os seguintes critérios:

1. É relevante, do ponto de vista do aluno?
2. Estimula a adoção de uma atitude investigativa?
3. Facilita o trabalho com valores e atitudes?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Sugestão: escolhido o tema, afixar uma faixa ou painel na entrada da escola com o título do Projeto, com o objetivo de manter a comunidade externa informada e estimular sua participação.

b) Planejamento efetivo do Projeto, que inclui:

- **definir** as áreas de estudo. Envolver o maior número de disciplinas possível, estimulando as trocas, a integração e a correlação das disciplinas no interior do Projeto;
- **delimitar** o tempo requerido. O tempo poderá variar de um bimestre a um ano letivo;
- **estabelecer** os objetivos gerais. Os objetivos devem contemplar o estímulo à troca, à pesquisa, à reciprocidade, à curiosidade e ao compromisso diante do saber;
- **fixar** os objetivos específicos por área. Os objetivos específicos de cada disciplina devem manter relação estreita com o tema do Projeto;
- **planejar** e propor ações para envolver professores, alunos e comunidade externa.

Professores – Selecionar e oferecer aos professores textos científicos, jornalísticos e literários, acompanhados de imagens, visando provocar a curiosidade e o interesse deles pelo tema e estimular seu posicionamento frente ao assunto. Este material poderá também ser afixado em quadros situados na sala dos professores, na sala da coordenação, na secretaria da escola. Posteriormente, então, convidá-los para trabalhar com esta temática.

Alunos – Debater o tema com os alunos em sala de aula, realizar entrevistas e coletar dados. O debate pode ser estimulado pela visita de um palestrante ou alguém da comunidade, que venha à escola falar aos alunos sobre o tema. Podem-se também espalhar pela escola frases curtas, interrogativas e/ou reflexivas, questionando o que se sabe sobre o tema, instigando os alunos a quererem conhecê-lo melhor.

Comunidade externa – Ao longo do trabalho, pedir aos alunos que elaborem cartazes e folhetos explicativos à comunidade externa, mostrando a importância do tema e solicitando a participação dela no Projeto.

c) Elaboraração de um Roteiro de Trabalho:

O Roteiro – construído coletivamente a partir das demandas dos alunos e sob a supervisão da equipe interdisciplinar – compreende as atividades a serem desenvolvidas, deve contemplar o uso de diferentes linguagens e prever atividades extraclasse. Deverá também ser flexível o suficiente para ser alterado/reelaborado de acordo com novos problemas colocados pela pesquisa.

d) Apresentação/exposição do Projeto:

• Exposições científicas e/ou artísticas, abertas à comunidade, onde se exibirão cartazes, vídeos, *slides*, maquetes, mapas, histórias em quadrinhos, charges, tabelas, gráficos, estatísticas, fotos, textos, cartilhas, encenações e outros trabalhos de autoria dos alunos; apresentação oral, conduzida pelos próprios alunos, dos trabalhos realizados por eles (individuais ou em grupo).

5.2 PROJETO DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Título: Paz, Respeito e Tolerância

Em um mundo assombrado pela intolerância, pelo desrespeito entre pessoas e povos e por diferentes tipos de guerra, o debate sobre violência, desrespeito e intolerância torna-se decisivo para a formação de uma cultura da paz. Partimos do suposto de que só o conhecimento e a reflexão permanente podem inspirar atitudes de respeito e de tolerância e difundir a cultura da paz.

Como o tema é muito amplo, a escola poderá trabalhar o que considerar mais interessante ou necessário: priorizar, por exemplo, o desrespeito e a intolerância entre pessoas e/ou etnias; ou a violência entre povos e Estados Nacionais; as agressões dos seres humanos à flora/fauna/mares e rios. Cada um desses subtemas pode ser transformado no tema de um novo Projeto. Seja qual for a abordagem e o recorte temático, é importante historiar o tema e contextualizá-lo, levando em conta, portanto, as dimensões tempo e espaço.

Este nosso Projeto foi pensado para os anos finais do Ensino Fundamental. E pode ser dividido em dois momentos; num primeiro momento, os alunos dos quatro anos vão trabalhar a violência, o desrespeito e a intolerância na sua sala de aula, na sua escola e no seu bairro; num segundo momento, os alunos do 6º ano vão investigar o tema no município; os do 7º ano, no âmbito do estado, os do 8º ano, no país como um todo, e os do 9º ano, no âmbito mundial.

- Equipe interdisciplinar

O Projeto deve ser coordenado por uma equipe interdisciplinar composta de 4 a 5 pessoas de diferentes áreas, que devem atuar integrando atividades e procedimentos de modo a facilitar a troca e o diálogo entre os envolvidos. Escolhido o tema, passa-se para a segunda etapa, isto é, o planejamento efetivo do Projeto, que inclui:

DIVULGAÇÃO PROIBIDO

Áreas de estudo

Neste Projeto, previu-se o trabalho para as seguintes disciplinas: História, Ciências, Educação Física, Português, Arte, Matemática, Geografia, Informática, Inglês e Espanhol. O ideal é planejar ações para envolver o máximo possível de disciplinas.

Tempo requerido

Um semestre ou um ano, a depender da decisão conjunta dos envolvidos.

Objetivos gerais

1. Ressaltar e estudar os casos de violência, desrespeito e intolerância nos espaços propostos pelo Projeto;
2. Favorecer atitudes de tolerância e respeito e difundir a cultura da paz tal como proposta pela ONU (Organização das Nações Unidas);
3. Questionar o uso da violência para a solução de problemas entre pessoas, povos e Estados Nacionais;
4. Conscientizar para o fato de que vivemos em uma sociedade multicultural e pluriétnica e incentivar o respeito pelas culturas e artes dos diferentes grupos étnicos que viveram e vivem no território onde é hoje o Brasil;
5. Conhecer e respeitar as culturas dos diferentes povos da Terra;
6. Facilitar a percepção de que é o conhecimento que favorece o respeito e a tolerância e de que não há cultura superior à outra.

- Objetivos por área de estudo

História:

- situar a violência, o desrespeito e a intolerância no tempo e no espaço;
- trabalhar os conceitos de paz, respeito, tolerância; mudanças/permanências; preconceito, discriminação e racismo;
- estimular o repúdio a todos os tipos de preconceito (de raça, de classe, de gênero, de religião etc.).

Ciências:

- compreender a saúde como bem individual e coletivo que deve ser promovido pela ação de diferentes agentes;
- desenvolver o autocuidado, a autoestima e o respeito pelo próprio corpo e pelo do outro;
- reconhecer que a violência e o alto nível de estresse desencadeiam doenças, como hipertensão, síndrome do pânico, entre outras.

Educação Física:

- compreender e usar a linguagem corporal como relevante para a própria vida, como fator de integração social e de formação da identidade;
- reconhecer a importância de atitudes pacíficas e do espírito de equipe para o crescimento individual e coletivo durante a prática do esporte;
- participar de atividades coletivas, sendo solidário com os companheiros e cultivando o respeito ao adversário.

Língua Portuguesa:

- incentivar a leitura, a interpretação e, sobretudo, a produção de textos de diversos gêneros;
- desenvolver o trabalho com diferentes linguagens (escrita, oral, gestual, visual etc.);
- selecionar, organizar e confrontar informações textuais relevantes sobre o tema do Projeto para interpretá-las e avaliá-las criticamente.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Arte:

- Estimular a educação do olhar e a produção artística, pondo os alunos em contato com a arte de povos que constituíram o que é hoje o Brasil, incentivando o alunado a se expressar por meio de desenhos, maquetes, pinturas, esculturas, peças teatrais, criações musicais etc.

Matemática:

- Desenvolver ou acompanhar cadeias de raciocínios;
- Lidar com cálculos e números;
- Resolver problemas lógicos, produzir e interpretar tabelas e gráficos.

Geografia:

- Levantar hipóteses sobre as possíveis razões da violência no meio urbano e rural;
- Discutir a situação da flora e da fauna;
- Trabalhar os conceitos de espaço, cidade, fauna, flora, desenvolvimento sustentável e degradação ambiental e estimular a alfabetização cartográfica.

Informática:

- Conhecer e praticar o uso da internet, como ferramenta aplicada à comunicação, à pesquisa escolar e ao desenvolvimento do conhecimento.

Inglês/espanhol:

- Conhecer e usar as línguas inglesa/espanhola como instrumento de acesso a informações sobre diferentes culturas e grupos sociais;
- Estimular nos alunos a produção oral e escrita e a interpretação nestas duas línguas.

- Roteiro de trabalho

O roteiro de trabalho proposto a seguir pode e até mesmo deve ser adaptado às necessidades de cada escola. Ele contém dois tipos de atividades: **parte 1**: atividades destinadas a alunos de todos os anos; **parte 2**: atividades diferenciadas para cada um dos anos, visando investigar, mapear e debater o tema. Durante este processo os alunos irão testar suas hipóteses e sugerir soluções para os problemas levantados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

PARTE 1 – ATIVIDADES DESTINADAS A TODOS OS ANOS

Atividades	Áreas das Múltiplas Inteligências (MIs) trabalhadas	Disciplinas envolvidas
1. Concurso de elaboração de um logotipo para o Projeto.	Espacial	Arte e Informática
2. Pesquisa e registro do significado dos substantivos "paz", "respeito" e "tolerância" em português/inglês e/ou espanhol.	Linguística	Português, Inglês e Espanhol
3. Reflexão individual e/ou em grupos: "Sou uma pessoa preconceituosa? E tolerante? Por quê?".	Intrapessoal e Linguística	História e Português
4. Entrevista com alunos da classe seguidas de relatos de casos de violência e/ou desrespeito havidos entre eles (brigas, xingamentos, apelidos) • As pessoas têm respeitado seu próprio corpo e o das outras pessoas? Tem havido respeito pessoa/pessoa na sala de aula? Na escola? No bairro? • O ser humano tem apresentado respeito e tolerância em relação à fauna, à flora e ao planeta? • Como você está contribuindo ou pode contribuir para ajudar melhorar a situação atual?	Linguística, Interpessoal e Naturalista	Português, Ciências, História e Geografia

Atividades	Áreas das Múltiplas Inteligências (MIs) trabalhadas	Disciplinas envolvidas
5. Pesquisa e tradução de textos em inglês e/ou espanhol envolvendo preconceitos vivenciados ou presenciados.	Linguística e Interpessoal	Português, Inglês e Espanhol
6. Elaboração de histórias em quadrinhos sobre a prática da violência, do desrespeito e da intolerância na atualidade. A história pode ser feita em grupo. Um aluno faz o papel de roteirista; outro, de desenhista; outro responde pelo preenchimento dos balões de fala; outro faz o papel de editor (comenta/critica a obra, a fim de aperfeiçoá-la).	Linguística, Espacial e Naturalista	Arte/Português e Ciências
7. Coleta de dados sobre a violência no bairro/lugar onde a escola está situada; organizá-los na forma de tabela.	Lógico-matemática e Interpessoal	História, Geografia e Matemática
8. Levantamento das espécies animais e vegetais que correm risco de extinção no Brasil; apontar as razões principais deste fenômeno.	Naturalista e Linguística	Ciências e Português
9. Levantamento das indústrias mais próximas da escola causadoras de poluição do ar e/ou rios, indicando por escrito quais são os agentes poluidores e as consequências e prejuízos causados por eles às pessoas e ao ambiente.	Lógico-matemática, Naturalista e Linguística	Matemática, Ciências, Geografia e Português
10. Transformação dos dados coletados nas questões 7 a 9 em porcentagens e gráficos na forma de *pizza*, barras ou colunas que poderão ser expostos nas paredes da sala de aula e/ou da escola.	Lógico-matemática, Matemática e Informática	Matemática e Informática
11. Elaboração e encenação de uma peça sobre a violência, o desrespeito e a intolerância, situando a questão no tempo e no espaço.	Lógico-matemática, Naturalista e Linguística	Matemática, Ciências, Geografia e Português
12. Pesquisa de letras de músicas em português, inglês ou espanhol que falem de paz, tolerância e respeito, explorando os recursos estilísticos, semânticos, gramaticais e poéticos presentes nas letras das canções. Promoção de um festival com prêmios para melhor intérprete, melhor música, melhor arranjo.	Linguística e Musical	Português, Arte, História e Geografia
13. Concurso para premiar o melhor texto contendo um pedido de paz ao mundo.	Linguística	Português
14. Produção e exposição de um painel fotográfico sobre diferentes tipos de violência, desrespeito e intolerância ocorridos na História. As fotos deverão conter o nome do fotógrafo, data e legenda.	Espacial e Linguística	Arte, História e Português
15. Investigação da situação da vegetação típica do estado onde se encontra a escola. Elaborar dois mapas: um indicando a área de ocorrência desse tipo de vegetação em 1500 e outro mostrando sua situação no presente. Levantar hipóteses e formular explicações sobre o que levou a isso e o que tem sido feito em favor do desenvolvimento sustentável no estado.	Espacial, Naturalista e Lógico-matemática	Geografia, História e Matemática
16. Investigação das doenças com grande incidência no Brasil, causadas por poluição do ar (como a asma) e das águas (como o cólera e a leptospirose), e o que pode ser feito para evitar ou minimizar o problema.	Linguística, Espacial, Interpessoal e Naturalista	Ciências, Português, Arte, Informática e História

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Atividades	Áreas das Múltiplas Inteligências (MIs) trabalhadas	Disciplinas envolvidas
17. Entrevista com alunos com deficiência, procurando conhecer e aprender um pouco mais sobre cada uma de suas limitações e registrar por escrito se já sofreram algum tipo de preconceito. Qual? Onde? Como?	Linguística	Português e História
18. Interpretação e comentário do artigo 208, inciso III, da Constituição Federal, que determina que: "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".	Linguística e Naturalista	Português, Ciências e História
19. Campanha de conscientização, contendo material escrito e iconográfico, para incentivar a comunidade externa a ter atitudes de respeito e solidariedade com as pessoas com deficiência.	Espacial, Linguística e Interpessoal	Arte e Português
20. Debate sobre a afirmação do Barão de Coubertin que sintetiza o espírito olímpico: "O essencial não é vencer, mas competir com liberdade, cavalheirismo e valor". Depois responder e comentar se este princípio tem presidido a prática do esporte nos Jogos Olímpicos da atualidade.	Linguística	Português, Educação Física
21. Organização de uma olimpíada escolar, resgatando o espírito olímpico, ressaltando o respeito entre os atletas e a tolerância entre as diferentes torcidas. Elaboração de um jornal escolar sobre o evento.	Cinestésica-corporal e Linguística	Educação Física e Português
22. Elaboração de coreografias inspiradas em músicas e danças do folclore brasileiro, resgatando a diversidade cultural existente no Brasil, registrando por meio de vídeos, fotos, textos, as diferenças entre elas e chamando a atenção para a sua beleza.	Cinestésica-corporal, Musical e Linguística	Arte, Educação Física e Português
23. Promoção de um amplo debate sobre o estatuto do torcedor, Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003*, no que se refere aos direitos e deveres dos torcedores e à atitude das torcidas organizadas dentro e nas imediações dos estádios. Apresentar o resultado do debate e fornecer sugestões em cartazes com fotos legendadas, mapas e comentários sobre a violência nos estádios, suas razões e as formas de evitá-la.	Linguística, Espacial e Interpessoal	Português, História, Geografia e Arte

*Observação: para colher elementos e comentários sobre o estatuto do torcedor, pesquise em: BRASIL. **Estatuto de Defesa do Torcedor**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 19 out. 2018.

DIVULGAÇÃO PNED 2020 FTD

PARTE 2 – ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Atividades	Áreas das Múltiplas Inteligências (MIs) trabalhadas	Disciplinas envolvidas
1. Pesquisar e debater os problemas causados aos seres humanos pela ocorrência dos mais variados tipos de violência (social, econômica, política, simbólica, étnica etc.). O 6º ano pesquisará a situação no município; o 7º ano no estado; o 8º ano no país; e o 9º ano no mundo.	Linguística	Português, História e Geografia
2. Elaborar um mapa da violência no município (6º ano), no estado (7º ano), no Brasil (8º ano) e no mundo (9º ano).	Espacial, Lógico-matemática e Linguística	Geografia, Matemática e Português
3. Produzir um boletim informativo sobre a evolução da violência contra pessoas no município (6º ano); no estado (7º ano); no Brasil (8º ano); e no mundo (9º ano). Apresentar à classe na forma de um jornal falado as notícias e os dados pesquisados.	Linguística e Interpessoal	Português, História e Informática

4. Governante por um dia: que medidas você proporia para solucionar o problema da violência, do desrespeito e da intolerância? Os alunos do 6º ano vão se colocar no lugar do(a) prefeito(a); os do 7º ano no lugar do(a) governador(a); os do 8º ano no lugar do(a) presidente(a) da República; e os do 9º ano no lugar do(a) Secretário(a)-Geral da ONU.	Linguística, Interpessoal e Intrapessoal	História, Geografia e Português

Atividade-síntese do Projeto

Elaborar *slogans*, *folders*, *banners*, cartazes, fotos, mapas, tabelas, gráficos, panfletos, cartilhas e vídeos objetivando uma grande campanha de conscientização sobre a necessidade de desenvolver atitudes de respeito e de tolerância no relacionamento com as pessoas. A campanha deverá enfatizar também a importância do respeito pelo patrimônio cultural[7].

O 6º ano trabalhará a intolerância e o desrespeito na sala de aula, na escola e no bairro; o 7º, as diversas formas de desrespeito a grupos humanos historicamente discriminados no Brasil, como negros, mulheres e índios; o 8º, a agressão e o desrespeito à fauna e à flora; o 9º, a necessidade de paz, respeito e tolerância entre os povos e os Estados Nacionais.

Apresentação/exposição do Projeto:

FICHA nº 1 – Modelo de ficha de observação e avaliação dos educadores

Nome da escola: _____

Tema do Projeto: _____

Período de realização: _____

Ano: _____ Turma: _____ Responsável pedagógico: _____

1. Escolha do tema – você o considerou satisfatório? Por quê?
2. Planejamento (foi amplo, detalhado e flexível?).
3. Envolvimento (foi intenso?).
4. Flexibilidade (houve correção do rumo quando necessário?).
5. Desempenho da Equipe Interdisciplinar durante o processo (foi satisfatório?).
6. A Equipe Interdisciplinar cumpriu a missão de guardiã do processo?
7. Adotou uma postura interdisciplinar e favoreceu a mediação, a pesquisa e o diálogo?
8. O que você aprendeu participando do desenvolvimento de um Projeto Interdisciplinar?
9. Que sugestões críticas você daria para melhorar o planejamento, a execução, a apresentação e a avaliação do próximo Projeto?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

7 Segundo o artigo 216 da Constituição brasileira, constituem patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I. as formas de expressão;

II. os modos de criar, fazer e viver;

III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

FICHA nº 2 – Modelo de ficha de observação e avaliação dos alunos

Nome da escola: _____

Tema do Projeto: _____

Período de realização: _____

Ano: _____ Turma: _____ Responsável pedagógico: _____

1. Participação do(a) aluno(a):
   - **a)** na elaboração e execução das atividades;
   - **b)** no desenrolar do processo;
   - **c)** na criação e confecção de produtos e materiais para o Projeto;
   - **d)** na apresentação;
   - **e)** nas atividades que mais exigiam cooperação e solidariedade.

2. Desempenho do(a) aluno(a):
   - **f)** diante de diferentes situações-problema;
   - **g)** quanto à aquisição de conteúdos conceituais e procedimentais;
   - **h)** quanto à atitude;
   - **i)** nas diferentes avaliações;
   - **j)** quanto à capacidade de argumentação, oral e escrita;
   - **k)** quanto à resolução de problemas.

Obs.: Convém verificar também o tipo de inteligência em que o(a) aluno(a) mostrou a maior desenvoltura e aquele no qual mostrou a menor e, ao mesmo tempo, os tipos de estímulo de que necessita.

Autoavaliação

A autoavaliação é um aprendizado fundamental para a construção da autonomia do aluno; além disso, democratiza o processo, pois envolve diferentes pontos de vista.

Sugestão de perguntas para a autoavaliação.

1. Você considerou interessante o trabalho realizado durante o Projeto?
2. Tinha conhecimentos anteriores que o auxiliaram na realização?
3. Foi fácil ou difícil? Se foi difícil, saberia dizer por quê?
4. Como você avalia sua participação no grupo? (realizou tarefas que contribuíram para o trabalho? Sugeriu formas de organizar o trabalho? Colaborou com seus colegas na realização de suas tarefas?).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

6. AVALIAÇÃO

Sabe-se que o processo de construção do conhecimento é dinâmico e não linear, assim, avaliar a aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido. É importante que toda a avaliação esteja relacionada aos objetivos propostos e, para atingi-los, é indispensável que os alunos aprendam mais e melhor. Assim sendo, os resultados de uma avaliação devem servir para reorientar a prática educacional e nunca como um meio de estigmatizar os alunos.

Para pensar a avaliação, cuja importância é decisiva no processo de ensino-aprendizagem, lançamos mão das reflexões de César Coll e dos PCNs. Para César Coll, a avaliação pode ser definida como uma série de atuações que devem cumprir duas funções básicas:

- **diagnosticar** – ou seja, identificar o tipo de ajuda pedagógica que será oferecida aos alunos e ajustá-la progressivamente às características e às necessidades deles.
- **controlar** – ou seja, verificar se os objetivos foram ou não alcançados (ou até que ponto o foram).

Para diagnosticar e controlar o processo educativo, César Coll recomenda o uso de três tipos de avaliação:

	Avaliação Inicial	Avaliação Formativa	Avaliação Somatória
O que avaliar?	Os esquemas de conhecimento relevantes para o novo material ou situação de aprendizagem.	Os progressos, dificuldades, bloqueios etc., que marcam o processo de aprendizagem.	Os tipos e graus de aprendizagem que estipulam os objetivos (finais, de nível ou didáticos) a propósito dos conteúdos selecionados.
Quando avaliar?	No início de uma nova fase de aprendizagem.	Durante o processo de aprendizagem.	Ao final de uma etapa de aprendizagem.
Como avaliar?	Consulta e interpretação do histórico escolar do aluno. Registro e interpretação das respostas e comportamentos dos alunos ante perguntas e situações relativas ao novo material de aprendizagem.	Observação sistemática e pautada do processo de aprendizagem. Registro das observações em planilhas de acompanhamento. Interpretação das observações.	Observação, registro e interpretação das respostas e comportamentos dos alunos a perguntas e situações que exigem a utilização dos conteúdos aprendidos.

COLL, César. **Psicologia e currículo**. São Paulo: Ática, 1999. p. 151. (Fundamentos).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A **avaliação inicial** busca verificar os conhecimentos prévios dos alunos e possibilita a eles a tomada de consciência de suas limitações (imprecisões e contradições dos seus esquemas de conhecimento) e da necessidade de superá-las.

A **avaliação formativa** visa avaliar o processo de aprendizagem. A avaliação formativa pode ser feita por meio da observação sistemática do aluno, com a ajuda de planilhas de acompanhamento (ficha ou instrumento equivalente em que se registram informações úteis ao acompanhamento do processo). Cada professor deve adequar a planilha de acompanhamento às suas necessidades.

A **avaliação somatória** procura medir os resultados da aprendizagem dos alunos confrontando-os com os objetivos que estão na origem da intervenção pedagógica, a fim de verificar se estes foram ou não alcançados ou até que ponto o foram.

Note-se que os três tipos de avaliação estão interligados e são complementares. Por meio deles o professor colhe elementos para planejar; o aluno toma consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades; a escola identifica os aspectos das ações educacionais que necessitam de maior apoio. A avaliação, portanto, deve visar ao processo educativo como um todo, e não ao êxito ou fracasso dos alunos.

Oferecemos para leitura um texto sobre metacognição, conceito que nos auxilia a pensar de que forma as progressões de conteúdo nos capítulos, unidades e anos podem ser avaliadas durante o ciclo dos anos finais do Ensino Fundamental.

A metacognição

Deve ser ressaltada a importância do trabalho com a metacognição, o qual consiste, fundamentalmente, no processo de autorreflexão por parte do aluno acerca da relação que estabeleceu com os conteúdos específicos de cada unidade ou capítulo. O objetivo da metacognição é que o aluno seja capaz de identificar o que aprendeu, comparando com o que já sabia, informando o que considerou mais significativo na aprendizagem, além de destacar os pontos mais ou menos positivos.

Elementos históricos	Indicadores de compreensão pelo aluno
Cronologia	Tem experiências no estabelecimento de limites históricos, como antes de Cristo e depois de Cristo, geração, década e século. É capaz de: estabelecer sequência de datas e períodos; determinar sequência de objetos e imagens; relacionar acontecimentos com uma cronologia.
Testemunhos	É capaz de compreender tipos de testemunho que o historiador utiliza. Distingue fontes primárias de fontes secundárias. É consciente da necessidade de ser crítico na análise de documento. Tem consciência de como os historiadores empregam os testemunhos para chegar a uma explicação do passado.
Linguagem	Compreende o significado de determinadas palavras num contexto histórico.
Semelhança e diferença	Estabelece comparações simples entre passado e presente com referência a uma diversidade de períodos, culturas e contextos sociais.
Continuidade e mudança	Entende que a História é tanto um estudo da continuidade como da mudança. Compreende que um acontecimento histórico pode responder a uma multiplicidade de causas.
Identificação	É capaz de se identificar com pessoas que viveram no passado e cujas opiniões, atitudes, cultura e perspectiva temporal são diferentes das suas.

O desenvolvimento de múltiplas e diferentes atividades de avaliação pode substituir a antiga prática de avaliar apenas a memorização do conteúdo com testes. Entre as atividades sugeridas para avaliação em História, podem ser citadas:

- atividades realizadas em sala de aula – trata-se de avaliar diariamente, se possível, a participação e o esforço do aluno em sala de aula. Nesse caso, incluem-se os trabalhos produzidos individualmente ou em grupo, os quais são apresentados em sala de aula, seja oralmente, seja por escrito.
- atividades que indiquem capacidades de síntese e redação – nesse caso, são definidos, essencialmente, os aspectos formativos dos critérios, ou seja, a capacidade do aluno para organizar e produzir sua narrativa histórica.
- atividades que expressem o domínio do conteúdo – trata-se de verificar a capacidade do aluno de comunicar o conteúdo que domina e o grau em que desempenha essa comunicação.
- atividades que expressem a aprendizagem – procura-se, aqui, analisar o desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno. Por exemplo, quando a proposta de avaliação se referir a um tema tratado no curso, pode ser solicitado ao aluno que:
  - faça uma apresentação o mais geral possível do tema, a qual pode ser empregada para avaliar sua capacidade de explicação e conceituação;
  - referencie o tema estudado do ponto de vista temporal, aplicando noções de tempo como duração, sucessão e simultaneidade;
  - faça uma análise do tema proposto, partindo de questões mais gerais para outras mais específicas e avaliando o estabelecimento de relações de causalidade.
- atividades que explicitem procedimentos – trata-se de evidenciar procedimentos como aqueles que permitem verificar se o aluno adquiriu a capacidade de leitura de linguagens contemporâneas, como o cinema, a fotografia e a televisão.

Essa perspectiva de avaliação permite, inclusive, que se analise a capacidade do aluno para lidar com os processos de produção do conhecimento histórico. Trata-se, por exemplo, de avaliar se ele compreende um documento, ou seja, se ele sabe identificar tipos de documento, explicar seus conteúdos, analisar a forma como o documento apresenta o tema, elaborar questões baseadas no documento, sugerir outras fontes ou documentos que possam ser utilizados para complementar o tema e elaborar conclusões pessoais com base nos documentos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

É importante que se construam procedimentos e estratégias para avaliar se o aluno adquiriu conteúdos e construiu procedimentos e estratégias relativas ao conhecimento histórico. Ademais, torna-se necessário verificar se ele aprendeu a formular hipóteses historicamente corretas; processar fontes em função de uma temática e segundo as hipóteses levantadas; situar e ordenar acontecimentos em uma temporalidade histórica; levar em consideração os pontos de vista, os sentimentos e as imagens próprias de um passado; aplicar e classificar documentos históricos segundo a natureza de cada um; usar vocabulário conceitual adequado; e construir narrativas históricas baseadas em marcos explicativos (de semelhanças e diferenças, de mudança e permanência, de causas e consequências, de relações de dominação e insubordinação).

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009. p. 186-187, 189.

6.1 ORIENTAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO

Recomendamos que se empreguem na avaliação:

a) **observação sistemática**: visa trabalhar as atitudes dos alunos. Para isso, pode utilizar o diário de classe ou instrumento semelhante para fazer anotações. Exemplo: você pediu que os alunos trouxessem material sobre a questão do meio ambiente, e um aluno, cujo rendimento na prova escrita não havia sido satisfatório, teve grande participação na execução desta tarefa; isto deverá ser levado em consideração na avaliação daquele bimestre.

b) **análise das produções dos alunos**: busca estimular a competência do aluno na produção, leitura e interpretação de textos e imagens. Sugerimos levar em conta toda a produção, e não apenas o resultado de uma prova, e avaliar o desempenho em todos os trabalhos (pesquisa, relatório, história em quadrinhos, releitura de obras clássicas, prova etc.). Note-se que, para o aluno escrever ou desenhar bem, é necessário que ele desenvolva o hábito.

c) **atividades específicas**: visam estimular, sobretudo, a objetividade do aluno ao responder a um questionário ou expor um tema. Exemplo de pergunta: Pode-se dizer que no dia 22 de abril de 1500 o Brasil foi descoberto? Resposta: Não, pois as terras que hoje são o Brasil eram habitadas por milhões de indígenas quando a esquadra de Cabral aqui chegou. Complemento da resposta: 22 de abril foi o dia em que Cabral tomou posse das terras brasileiras para o rei de Portugal.

d) **autoavaliação**: visa ajudar o aluno a ganhar autonomia e a desenvolver a autocrítica. O aluno avalia suas produções, bem como os critérios usados nas avaliações.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção Ideias Em Ação / Coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. (Docência em formação).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COLL, César. **Psicologia e currículo**. São Paulo: Ática. 1999. (Fundamentos).

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Antiguidade clássica**: a história e a cultura a partir dos documentos. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

GRANGEIRO, Ilza (Coord.) et al. **Guia metodológico para preparação do IX Festival Afro-Arte**: expressões culturais afro-brasileiras no ambiente escolar. Maracanaú: Diretoria de Educação: Coordenadoria de desenvolvimento curricular, 2018.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1993.
JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do poder**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.
MACHADO, Nilson José. **Educação**: projetos e valores. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2000. (Coleção Ensaios Transversais).
NEVES, Iara Conceição Bittencourt et al. (Org.). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. 9. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.
OFICINA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Rede das culturas populares e tradicionais**, 26 set. 2013. Disponível em: <http://culturaspopulares.org.br/blog/oficina-patrimonio-imaterial/>. Acesso em: 14 jun. 2015.
OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. (Explorando o ensino, v. 21).
PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada**: das intenções à ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá et al. **Matrizes curriculares de referência para o Saeb**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.
SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009.
VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1998. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 3).
VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação**: do "é proibido reprovar" ao é preciso garantir a aprendizagem. São Paulo: Libertad, 1998. (Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 5).

8. QUADRO DE CONTEÚDOS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

Procuramos organizar as unidades e, dentro das Unidades, os capítulos, de modo a facilitar a professores e alunos a percepção da relação entre os conhecimentos construídos anteriormente, os abordados no momento e os posteriores.

A seguir, vamos dar alguns exemplos desta conduta:

1º) Na Unidade II do 6º ano, por exemplo, agrupamos os capítulos sob o grande guarda-chuva proposto pela BNCC e intitulado "A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades". A nossa estratégia, nesse caso, foi introduzir o trabalho com esses capítulos por uma página dupla em que discutimos "o conceito de Antiguidade Clássica, seu alcance e limite na tradição ocidental, assim como os impactos sobre outras sociedades e culturas", a exemplo das da África, do Oriente e da América na Antiguidade. E, na página seguinte, para introduzir o capítulo sobre Egito e Kush na Antiguidade, trabalhamos as diferentes formas de organização política na África: aldeia, cidade-Estado, reino e império. Dessa forma, buscamos preparar o alunado para a compreensão dos capítulos da unidade (que envolvem o Império Egípcio, os impérios mesopotâmicos, o Império Inca, entre outros), bem como adubar o terreno para retomar e aprofundar o conceito de Império e seu uso no caso da história romana.

2º) Na Unidade II do 9º ano, por exemplo, agrupamos os capítulos sob o grande guarda-chuva proposto pela BNCC e intitulado "Totalitarismos e conflitos mundiais"; capítulos que vão da Primeira Guerra Mundial à criação da Organização das Nações Unidas. Nos esforçamos para ordenar os capítulos obedecendo não apenas a uma sequência temporal, mas também facilitar a alunos e professores a percepção dos nexos entre determinados conhecimentos e acontecimentos anteriores e posteriores a ele. Por exemplo, no tópico sobre rivalidades imperialistas retomamos o conceito de imperialismo trabalhado no último capítulo do 8º ano e, ao mesmo tempo, preparamos o terreno para o aluno compreender – por meio do debate em torno do Tratado de Versalhes – a ascensão do nazismo na Alemanha, a ser trabalhado no Capítulo 7.

Por fim, vale dizer, que nos esforçamos para adotar esse procedimento em todos os livros da coleção, com vistas a ajudar o alunado a estabelecer relações entre passado e presente e incentivá-lo a desenvolver as competências gerais propostas pela BNCC, especialmente as numeradas como 1, 7 e 9.

PUBLICAÇÃO PNLD 2020 FTD

CONTEÚDOS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES DO 9º ANO

UNIDADE	CAPÍTULOS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
I	1. A Proclamação da República e seus desdobramentos	Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos	(EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil. (EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.
		CONTEÚDOS: O processo que conduziu à República; A Questão religiosa; A Questão militar; Positivismo; A Proclamação da República; Governo Deodoro da Fonseca; A reforma e a crise financeira; A primeira Constituição da República; Governo Floriano Peixoto; A Revolução Federalista.	
	2. Primeira República: dominação e resistência	A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos Primeira República e suas características Contestações e dinâmicas da vida cultural no Brasil entre 1900 e 1930	(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954. (EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive.
		CONTEÚDOS: Oligarquias no poder; O coronelismo; A política dos governadores; Café com leite ou café com política?; Indústria e operários na Primeira República; Modernização e urbanização; Imigrantes no Brasil; Resistência: contestações; A Guerra de Canudos; A Guerra do Contestado; A modernização do Rio de Janeiro na *Belle Époque*; A Revolta da Vacina; O movimento operário; Ideologias do movimento operário; A luta pelas 8 horas; A greve de 1917; O modernismo.	
	3. A Era Vargas	O período varguista e suas contradições A emergência da vida urbana e a segregação espacial O trabalhismo e seu protagonismo político	(EF09HI06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).
		CONTEÚDOS: O tenentismo antes de 1930; O primeiro 5 de Julho; O segundo 5 de Julho; A Coluna Prestes; 1930: um marco na história do Brasil; O primeiro governo Vargas; Governo provisório; A oposição paulista; A Constituição de 1934; O governo constitucional de Vargas; O Estado Novo; O trabalhismo; O DIP e a propaganda varguista; Economia: indústria e agricultura; O fim do Estado Novo e o queremismo.	
	4. Movimento sociais: negros, indígenas e mulheres	A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações A questão indígena durante a República (até 1964) Anarquismo e protagonismo feminino	(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados. (EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil. (EF09HI07) Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes. (EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.
		CONTEÚDOS: Os negros no pós-Abolição; O mundo do trabalho; A imprensa negra; A cultura afro-brasileira no pós-Abolição; Frente Negra Brasileira; Teatro Experimental do Negro (1944-1968); Os indígenas na República; Estado brasileiro, povos indígenas e o Marechal Rondon; Os indígenas na Era Vargas; Movimento de mulheres; Nísia Floresta: precursora do feminismo; Bertha Lutz na luta pelo voto feminino; Questões de gênero nos Anos Dourados (1945-1964); Anos 1960: pílula, minissaia e calça *saint-tropez*.	

EDIÇÃO PNLD 2020 FTD

UNIDADE	CAPÍTULOS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
II	5. A Primeira Guerra Mundial	O mundo em conflito: a Primeira Guerra Mundial A questão da Palestina	(EF09HI10) Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.
		CONTEÚDOS: Rivalidades imperialistas; A luta dos sérvios pela "Grande Sérvia"; A paz armada; Início da Grande Guerra; As fases da guerra; A vida nas trincheiras; Tecnologia bélica; A entrada dos Estados Unidos e a saída da Rússia; A participação do Brasil na Guerra; Uma nova guerra de movimento; O saldo trágico da Primeira Guerra; A paz dos vencedores; A Questão Palestina; O plano de partilha da ONU e o Estado de Israel; Guerras árabe-israelenses; Obstáculos à paz no Oriente Médio.	
	6. A Revolução Russa	A Revolução Russa	(EF09HI11) Identificar as especificidades e os desdobramentos mundiais da Revolução Russa e seu significado histórico.
		CONTEÚDOS: A Rússia czarista; A modernização e a indústria; O socialismo; O socialismo na Rússia; A rebelião popular de 1905; O processo revolucionário; O governo provisório; O governo de Lênin; A guerra civil; A NEP: Nova Política Econômica; A formação da URSS; A ditadura stalinista; Desdobramentos da Revolução Russa.	
	7. A Grande Depressão, o fascismo e o nazismo	A crise capitalista de 1929 A emergência do fascismo e do nazismo	(EF09HI12) Analisar a crise capitalista de 1929 e seus desdobramentos em relação à economia global. (EF09HI13) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).
		CONTEÚDOS: A Grande Depressão; A quebra da Bolsa de Valores; Razões da Grande Depressão; Desdobramentos da Grande Depressão; A ascensão dos fascismos; O fascismo italiano; A Marcha sobre Roma; O governo de Mussolini; Propaganda e educação sob o fascismo; O nazismo na Alemanha; A ascensão dos nazistas; Ditadura hitlerista; O antissemitismo nazista; As Olimpíadas de 1936: esporte e racismo.	
	8. A Segunda Guerra Mundial	A Segunda Guerra Mundial Judeus e outras vítimas do holocausto	(EF09HI13) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).
		CONTEÚDOS: Antecedentes da guerra; O imperialismo japonês; O expansionismo italiano; O nazismo alemão; A ofensiva nazista na Europa; A resistência aos nazistas; A resistência soviética ao nazismo; A guerra no Oriente; O Brasil na guerra; A ofensiva dos Aliados; O Dia D na França e a derrota da Alemanha; Bombas sobre o Japão; O Holocausto.	

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

UNIDADE	CAPÍTULOS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
III	9. A Guerra Fria	A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos A Guerra Fria: confrontos de dois modelos políticos	(EF09HI15) Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização. (EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação. (EF09HI28) Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses.
		CONTEÚDOS: Encontros entre os vencedores; A Organização das Nações Unidas; A Declaração Universal dos Direitos Humanos; Um mundo bipolarizado; O Plano Marshall e o Bloqueio de Berlim; O Muro de Berlim; A Guerra da Coreia; Perseguições e crimes contra a humanidade; A corrida armamentista e a espacial; Movimento *hippie*.	
	10. Revoluções socialistas: China e Cuba	A Revolução Chinesa e as tensões entre China e Rússia A Revolução Cubana e as tensões entre Estados Unidos da América e Cuba	(EF09HI28) Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses.
		CONTEÚDOS: Dominação e resistência; O fim do Império e a proclamação da República na China; Ideias marxistas na China; Nacionalistas × comunistas; A Longa Marcha; A guerra contra o Japão; O governo de Mao Tsé-Tung; Tensões entre China e Rússia; A Revolução Cubana; A oposição à ditadura de Batista; Fidel chega ao poder; A crise dos mísseis.	
	11. Nacionalismos africano e asiático	O colonialismo na África As guerras mundiais, a crise do colonialismo e o advento dos nacionalismos africanos e asiáticos Os processos de descolonização na África e na Ásia	(EF09HI14) Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais. (EF09HI31) Descrever e avaliar os processos de descolonização na África e na Ásia.
		CONTEÚDOS: Independências; Razões da independência; Pan-africanismo; Marcus Garvey; Negritude; Conferência de Bandung; Terceiro Mundo e não alinhados; Ásia; Índia; Gandhi e a resistência pacífica; África; O Congo; Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; A Revolução dos Cravos; A luta contra o *apartheid* na África do Sul.	
	12. Brasil: uma experiência democrática (1945 a 1964)	O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação Os anos 1960: revolução cultural?	(EF09HI17) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946. (EF09HI18) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais. (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.
		CONTEÚDOS: As eleições de 1945; O governo Dutra; A Constituição de 1946; As eleições de 1950; O segundo governo Vargas; Trabalhismo e radicalização política; O suicídio de Vargas; Lott garante a posse de JK; Governo Juscelino: "50 anos em 5"; Brasília: a meta-síntese; Crescimento industrial e desigualdades regionais; O governo de Jânio Quadros; A política externa independente; A renúncia de Jânio; Governo João Goulart; Inflação, tensão e Reformas de Base; O golpe civil-militar de 1964.	

DILIGAÇÃO PNLD 2020 FTD

UNIDADE	CAPÍTULOS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
III	13. Ditaduras na América Latina	A ditadura civil-militar e os processos de resistência As questões indígena e negra e a ditadura As experiências ditatoriais na América Latina	(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. (EF09HI29) Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras. (EF09HI30) Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos.
		CONTEÚDOS: O Regime Militar no Brasil; O governo Castelo Branco; O governo endurece: Lei de Imprensa e Lei de Segurança Nacional; A linha dura no poder; A resistência democrática; Governo Médici; A luta armada; A propaganda de massa; O "milagre econômico"; Resistência indígena e negra; Governo Geisel: abertura lenta, gradativa e segura; Anistia; Dois passos atrás no processo de abertura; O caso do Chile; O governo de Allende (1970-1973); A ditadura do General Pinochet (1973-1990); O "Não" ao ditador chileno; A ditadura argentina; O peronismo no poder; As Mães da Praça de Maio; Comparação entre Brasil e Chile quanto à política econômica; Comparação entre a ditadura brasileira e a argentina.	
IV	14. Brasil contemporâneo	O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira Políticas econômicas na América Latina Pluralidades e diversidades identitárias na atualidade As pautas dos povos indígenas no século XXI e suas formas de inserção no debate local, regional, nacional e internacional	(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. (EF09HI25) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989. (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas. (EF09HI27) Relacionar aspectos das mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do País no cenário internacional na era da globalização. (EF09HI34) Discutir as motivações da adoção de diferentes políticas econômicas na América Latina, assim como seus impactos sociais nos países da região. (EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.
		CONTEÚDOS: Governo João Figueiredo; Governo José Sarney; A Constituição Federal de 1988; Eleições de 1989; Governo Collor; A luta pela ética na política; Governo Itamar Franco; O Plano Real; Governo Fernando Henrique Cardoso; Debatendo a privatização; O segundo mandato de FHC; Governo Lula; Programa Bolsa Família; O segundo governo Lula; O Brasil amplia sua visibilidade externa; Governo Dilma Rousseff; As manifestações de junho de 2013: a voz das ruas; Operação Lava Jato e eleições presidenciais; Reeleição de Dilma; O *impeachment* de Dilma.	
	15. Fim da Guerra Fria e globalização	O fim da Guerra Fria e o processo de globalização Os conflitos do século XXI e a questão do terrorismo	(EF09HI32) Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos às políticas globais. (EF09HI33) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação. (EF09HI35) Analisar os aspectos relacionados ao fenômeno do terrorismo na contemporaneidade, incluindo os movimentos migratórios e os choques entre diferentes grupos e culturas.
		CONTEÚDOS: Gorbachev: reconstrução e transparência; Reformas de Gorbachev; A extinção da URSS e a formação da CEI; Democratização no Leste Europeu; O caso da Alemanha; Globalização; Neoliberalismo; Efeitos da globalização sobre o emprego; Argumentos favoráveis e críticos à globalização; Protestos contra a globalização; Um mundo multipolarizado; Conflitos e tensões no mundo atual; O caso do Irã; A ascensão de Khomeini; O caso do Afeganistão; O ataque às torres gêmeas; Levantes populares na África e no Oriente Médio; Seis grandes desafios para a humanidade.	

HOMOLOGADO CNE/CP 2017

História
Sociedade & Cidadania

9

ALFREDO BOULOS JÚNIOR
Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo.

DIVULGAÇÃO
PNLD 2020
FTD

Ensino Fundamental – Anos Finais
Componente curricular: História

4ª edição – São Paulo – 2018

FTD

Copyright © Alfredo Boulos Júnior, 2018.

Diretor editorial	Antonio Luiz da Silva Rios
Diretora editorial adjunta	Silvana Rossi Júlio
Gerente editorial	Flávia Renata P. A. Fugita
Editor	João Carlos Ribeiro Jr.
Editores assistentes	Bárbara Berges, Maiza Garcia Barrientos Agunzi, Rui C. Dias
Assistente editorial	Carolina Bussolaro Marciano
Assessoria	Cláudio A. V. Cavalcanti
Gerente de produção editorial	Mariana Milani
Coordenador de produção editorial	Marcelo Henrique Ferreira Fontes
Gerente de arte	Ricardo Borges
Coordenadora de arte	Daniela Máximo
Projeto gráfico	Sergio Cândido
Projeto de capa	Sergio Cândido
Foto de capa	Gerson Gerloff/Pulsar Imagens
Supervisor de arte	Vinícius Fernandes
Editores de arte	Edgar Sgai, Felipe Borba
Diagramação	Lima Estúdio Gráfico
Tratamento de imagens	Ana Isabela Pithan Maraschin, Eziquiel Racheti
Coordenadora de ilustrações e cartografia	Marcia Berne
Ilustrações	Editoria de arte
Cartografia	Allmaps, Maps World, Renato Bassani, Selma Caparroz
Coordenadora de preparação e revisão	Lilian Semenichin
Supervisora de preparação e revisão	Viviam Moreira
Revisão	Adriana Périco, Camila Cipoloni, Carina de Luca, Célia Camargo, Felipe Bio, Fernanda Marcelino, Fernanda Rodrigues, Fernando Cardoso, Heloisa Beraldo, Iracema Fantaguci, Paulo Andrade, Pedro Fandi, Rita Lopes, Sônia Cervantes, Veridiana Maenaka
Supervisora de iconografia e licenciamento de textos	Elaine Bueno
Iconografia	Amanda Loss Von Losimfeldt, Caio Mazzilli, Daniel Cymbalista, Priscilla Liberato Narciso
Licenciamento de textos	Erica Brambila, Vanessa Trindade
Supervisora de arquivos de segurança	Silvia Regina E. Almeida
Diretor de operações e produção gráfica	Reginaldo Soares Damasceno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boulos Júnior, Alfredo
História sociedade & cidadania : 9º ano : ensino fundamental : anos finais / Alfredo Boulos Júnior. — 4. ed. — São Paulo : FTD, 2018.

"Componente curricular: História."
ISBN 978-85-96-01980-4 (aluno)
ISBN 978-85-96-01981-1 (professor)

1. História (Ensino fundamental) I. Título.

18-20758 CDD-372.89

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino fundamental 372.89

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB–8/9427

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Imagem de capa:

Apresentação da dança xote de duas damas no Centro de Tradições Gaúchas, em Santa Maria (RS), 2017.

A dança gaúcha envolve ritmo, melodia, indumentária e tradição. Por isso, em 2005, foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial do estado do Rio Grande do Sul. Entre as danças tradicionais gaúchas está o xote de duas damas, no qual o rapaz dança com duas moças. Ela é uma variante do xote, ritmo de origem alemã dançado por casais e trazido para o Brasil por José Maria Toussaint, na década de 1850. Em solo brasileiro, o xote foi difundido entre os aristocratas do Segundo Reinado. Porém, os escravizados se interessaram pelo ritmo e pela dança e logo adaptaram as coreografias. Aos poucos, o xote se distanciou das origens alemãs e foi incorporado à cultura brasileira. Atualmente, esse estilo é destaque tanto nas festas do Nordeste brasileiro quanto nas do Sul do país.

Reprodução proibida: Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Todos os direitos reservados à

EDITORA FTD.
Rua Rui Barbosa, 156 – Bela Vista – São Paulo – SP
CEP 01326-010 – Tel. 0800 772 2300
Caixa Postal 65149 – CEP da Caixa Postal 01390-970
www.ftd.com.br
central.relacionamento@ftd.com.br

Em respeito ao meio ambiente, as folhas deste livro foram produzidas com fibras obtidas de árvores de florestas plantadas, com origem certificada.

Impresso no Parque Gráfico da Editora FTD
CNPJ 61.186.490/0016-33
Avenida Antonio Bardella, 300
Guarulhos-SP – CEP 07220-020
Tel. (11) 3545-8600 e Fax (11) 2412-5375

APRESENTAÇÃO

Caro aluno, cara aluna,

Quero lhe dizer algo que para mim é importante e por isso gostaria que você soubesse: para que este livro chegasse às suas mãos, foram necessários o trabalho e a dedicação de muitas pessoas: os profissionais do mundo do livro.

O autor é um deles. Sua tarefa é pesquisar e escrever o texto e as atividades, além de sugerir as imagens que ele gostaria que entrassem no livro. A essas páginas produzidas pelo autor damos o nome de originais.

O editor e seus assistentes leem e avaliam os originais. Em seguida, solicitam ao autor que melhore ou corrija o que é preciso no texto. Por vezes, pedem que o autor refaça uma ou outra parte. Daí entram em cena outros trabalhadores do mundo do livro: os profissionais da Iconografia, da Arte, da Revisão e do Jurídico, entre outros.

Os profissionais da Iconografia pesquisam, selecionam, tratam e negociam as imagens (fotografias, desenhos, gravuras, pinturas etc.) que serão aplicadas no livro. Algumas dessas imagens são os mapas, feitos por especialistas (os cartógrafos), e desenhos baseados em pesquisas históricas, feitos por profissionais denominados ilustradores.

Os profissionais da Arte criam um projeto gráfico (planejamento visual da obra), preparam e tratam as imagens e diagramam o livro, isto é, distribuem textos e imagens pelas páginas para que a leitura se torne mais compreensível e agradável.

Os profissionais da Preparação e Revisão corrigem palavras e frases, ajustam e padronizam o texto.

A equipe do Jurídico solicita a autorização legal para o uso de textos de outros autores e das imagens que irão compor o livro.

Todo esse trabalho é acompanhado pela Gerência Editorial.

Em seguida, esse material todo, que é um arquivo digital, segue para a gráfica, onde é transformado em livro por técnicos especializados do setor Gráfico. Depois de pronto, o livro chega às mãos da equipe de Divulgação, que o apresenta aos professores, personagens que dão vida ao livro, objeto ao mesmo tempo material e cultural.

Meu muito obrigado do fundo do coração a todos esses profissionais, sem os quais esta Coleção não existiria! E obrigado também a você, leitor.

O autor

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

SUMÁRIO

UNIDADE I

CAPÍTULO 1 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E SEUS DESDOBRAMENTOS 6

O processo que conduziu à República 7
- A Questão religiosa 8
- A Questão militar 9
- A Proclamação da República 11
- Governo Deodoro da Fonseca 12
- Governo Floriano Peixoto 14

ATIVIDADES 16

CAPÍTULO 2 PRIMEIRA REPÚBLICA: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA 19

Oligarquias no poder 20
- O coronelismo 20
- A política dos governadores 21
- Café com leite ou café com política? 22

Indústria e operários na Primeira República 23
- Modernização e urbanização 24
- Imigrantes no Brasil 26

Contestações e dinâmicas da vida cultural na Primeira República 27
- A Guerra de Canudos 27
- A Guerra do Contestado 29
- A modernização do Rio na *Belle Époque* 31
- O movimento operário 34
- O modernismo 37

ATIVIDADES 39

CAPÍTULO 3 A ERA VARGAS 42

O tenentismo antes de 1930 43
- O primeiro 5 de Julho 43
- O segundo 5 de Julho 44
- A Coluna Prestes 44

1930: um marco na história do Brasil 45

O primeiro governo Vargas 46
- Governo provisório 46
- A oposição paulista 46

A Constituição de 1934 47

O governo constitucional de Vargas 48

O Estado Novo 49
- O trabalhismo 50
- O DIP e a propaganda varguista 52
- Economia: indústria e agricultura 53
- O fim do Estado Novo e o queremismo 54

ATIVIDADES 55

CAPÍTULO 4 MOVIMENTOS SOCIAIS: NEGROS, INDÍGENAS E MULHERES 58

Os negros no pós-Abolição 59
- O mundo do trabalho 59
- A imprensa negra 60

A cultura afro-brasileira no pós-Abolição 61
- Frente Negra Brasileira 62
- Teatro Experimental do Negro (1944-1968) 63

Os indígenas na República 64
- Estado brasileiro, povos indígenas e o Marechal Rondon 65
- Os indígenas na Era Vargas 66

Movimento de mulheres 67
- Bertha Lutz na luta pelo voto feminino 69
- Anos 1960: pílula, minissaia e calça *saint-tropez* 71

ATIVIDADES 72

UNIDADE II

CAPÍTULO 5 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL 76

Rivalidades imperialistas 77
- A luta dos sérvios pela "Grande Sérvia" 78
- A gota-d'agua 79

As fases da guerra 79
- A entrada dos EUA e a saída da Rússia 81

O saldo trágico da Primeira Guerra 82
- A paz dos vencedores 83
- A Questão Palestina 85
- O plano de partilha da ONU e o Estado de Israel 86
- Para quando a paz? 88

ATIVIDADES 90

CAPÍTULO 6 A REVOLUÇÃO RUSSA 93

A Rússia czarista 94
- A modernização e a indústria 95

O socialismo 95
- O socialismo na Rússia 96

O processo revolucionário 99
- O governo provisório 99
- O governo de Lênin e a guerra civil 100
- A formação da URSS 101
- A ditadura stalinista 102
- Desdobramentos da Revolução Russa 103

ATIVIDADES 104

CAPÍTULO 7 A GRANDE DEPRESSÃO, O FASCISMO E O NAZISMO 106

A Grande Depressão 107
- A quebra da Bolsa de Valores 107
- Razões da Grande Depressão 108
- Desdobramentos da Grande Depressão 109

A ascensão dos fascismos 110
- O fascismo italiano 110

O nazismo na Alemanha 113
- A ascensão dos nazistas 114
- Ditadura hitlerista 115

ATIVIDADES 117

CAPÍTULO 8 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 120

Céu de nuvens carregadas 121
- O imperialismo japonês 121
- O expansionismo italiano 121
- O nazismo alemão mostra suas garras 122
- A ofensiva nazista na Europa 123
- A resistência soviética ao nazismo 125

A guerra no Oriente 125

A ofensiva dos Aliados 128
- O Dia D na França e a derrota da Alemanha 129
- Bombas sobre o Japão 129

O Holocausto 130

ATIVIDADES 131

DIVULGAÇÃO PNLD 2023 FTD

UNIDADE III

CAPÍTULO 9 A GUERRA FRIA 135
Encontros entre os vencedores 136
A Organização das Nações Unidas 137
Um mundo bipolarizado 140
O Plano Marshall e o Bloqueio de Berlim 141
A Guerra da Coreia 143
Perseguições e crimes contra a humanidade 144
A corrida armamentista e a espacial 145
ATIVIDADES 147

CAPÍTULO 10 REVOLUÇÕES SOCIALISTAS: CHINA E CUBA 150
Dominação e resistência 151
O fim do Império e a proclamação da República na China 152
Ideias marxistas na China 153
A guerra contra o Japão 155
O governo de Mao Tsé-Tung 156
A Revolução Cubana 158
A oposição à ditadura de Batista 158
Fidel chega ao poder 159
A crise dos mísseis 159
ATIVIDADES 161

CAPÍTULO 11 NACIONALISMOS AFRICANO E ASIÁTICO 164
Independências 165
Razões da independência 165
Ásia 167
Índia 167
África 169
Congo 169
Angola, Moçambique e Guiné-Bissau 170
A Revolução dos Cravos 171
A luta contra o *apartheid* na África do Sul 172
ATIVIDADES 174

CAPÍTULO 12 BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1945 A 1964) 178
O Governo Dutra 179
A Constituição de 1946 179
As eleições de 1950 180
O segundo governo Vargas 180
Trabalhismo e radicalização política 181
O suicídio de Vargas 182
Lott garante a posse de JK 182
Governo Juscelino: "50 anos em 5" 183
Brasília: a meta-síntese 184
Crescimento industrial e desigualdades regionais 185
O governo de Jânio Quadros 186
A política externa independente 186
A renúncia de Jânio 186
Governo João Goulart 187
O golpe civil-militar de 1964 190
ATIVIDADES 191

CAPÍTULO 13 DITADURAS NA AMÉRICA LATINA 195
O Regime Militar no Brasil 196
O governo Castelo Branco 197
A linha dura no poder 199
Governo Médici (1969-1974) 201
Governo Geisel: abertura lenta, gradativa e segura 207
O caso do Chile 209
O governo de Allende (1970-1973) 209
A ditadura do General Pinochet (1973-1990) 210
A ditadura na Argentina (1976-1983) 212
O peronismo no poder 212
Estado de terror e resistência 213
Comparação entre Brasil e Chile quanto à política econômica 214
ATIVIDADES 216

UNIDADE IV

CAPÍTULO 14 BRASIL CONTEMPORÂNEO 220
Governo João Figueiredo 221
Governo José Sarney 223
A Constituição Federal de 1988 225
Eleições de 1989 226
Governo Collor 227
A luta pela ética na política 228
Governo Itamar Franco 228
O Plano Real 229
Governo Fernando Henrique 230
O segundo mandato de FHC 232
Governo Lula 234
Programa Bolsa Família 235
O segundo governo Lula 237
O Brasil amplia sua visibilidade externa 238
Governo Dilma Rousseff 239
As manifestações de 2013: a voz das ruas 240
Operação Lava Jato e eleições presidenciais 241
Reeleição de Dilma 241
O *impeachment* de Dilma 242
ATIVIDADES 243

CAPÍTULO 15 FIM DA GUERRA FRIA E GLOBALIZAÇÃO 249
Gorbachev: reconstrução e transparência 250
Reformas de Gorbachev 251
A extinção da URSS e a formação da CEI 252
Democratização no Leste Europeu 252
Globalização 254
Globalização: características 255
Efeitos da globalização sobre o emprego 258
Protestos contra a globalização 260
Um mundo multipolarizado 261
Conflitos e tensões no mundo atual 261
Levantes populares na África e no Oriente Médio 265
Seis grandes desafios 266
ATIVIDADES 267
BIBLIOGRAFIA 271

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades **EF09HI01** e **EF09HI02** da BNCC:

– Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil.

– Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.

ENCAMINHAMENTO

Professor: esta imagem do extraordinário chargista ítalo-brasileiro Angelo Agostini representa a queda de D. Pedro II do trono pela ação decidida do Major Benjamin Constant, líder da juventude militar. Interessante notar que esta charge da época sugere a tese defendida recentemente pelo historiador Celso Castro, segundo a qual a Proclamação da República foi um golpe organizado e executado por militares.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: A REVISTA Illustrada educando na primeira década da República. Disponível em: <http://livro.pro/anu83w>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- ANGELO Agostini. Duração: 10 min. Disponível em: <http://livro.pro/jdhfut>. Acesso em: 30 out. 2018.

A obra e a vida de Angelo Agostini e sua contribuição para a história do Brasil.

Texto de apoio

Agostini e a crítica de arte

O caso de Agostini nos dá a oportunidade de discutir, de forma sucinta, o papel do chargista na sociedade oitocentista brasileira, em especial nas sociedades paulista e carioca. [...] O gênero teve uma grande explosão de publicações nas décadas de 1860 e 1870 [...].

Em grande parte, a imprensa se desenvolveu graças à liberdade que o imperador D. Pedro II garantiu aos jornais e revistas do período. Neste período, a imprensa ilustrada de humor teve seu apogeu, tratando dos mais variados assuntos e expondo opiniões e críticas diversas.

UNIDADE I

CAPÍTULO 1

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Observe com atenção esta charge de Angelo Agostini.

ANGELO AGOSTINI/INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/1882

» **O que está acontecendo na cena? Você conhece o personagem que está sendo empurrado? Sabe quem o está empurrando?**

» **Que episódio histórico serve de tema para essa charge? O que você sabe sobre esse episódio? Por que será que o povo está ausente da cena?**

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Os chargistas e artistas que nelas publicavam seus desenhos passaram a ser formadores de opinião pública em um sentido até então pouco observado no país. A popularidade de seus desenhos garantia a penetração de suas ideias na sociedade, e as representações constituintes de seus trabalhos se tornavam, rapidamente, parte do imaginário da época. O fato de se tratarem de elementos essencialmente pictóricos faz com que as charges tenham uma importância ímpar nessa sociedade, pois incluía no debate, em certa medida, os iletrados e os analfabetos, parte nada desconsiderável da sociedade do período. Sobre o assunto, Joaquim Nabuco chegou a declarar que a **Revista Illustrada** era a "bíblia da abolição daqueles que não sabiam ler".

LIEBEL, Vinícius. Angelo Agostini e a charge no crepúsculo imperial: apontamentos preliminares acerca da questão abolicionista. ***Almanack***, Guarulhos, n. 11, set./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332015000300774&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 22 out. 2018.

O processo que conduziu à República

Na segunda metade do século XIX, um processo histórico importante foi o que conduziu à implantação da **República** no Brasil.

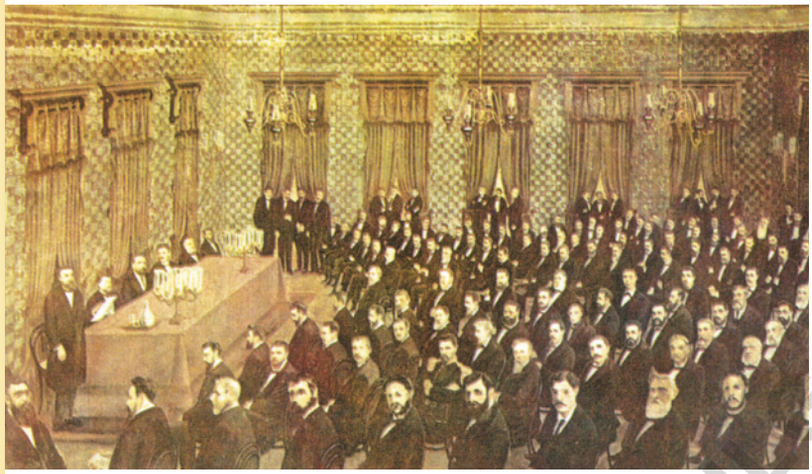
A ideia de República não era nova no Brasil; antes e depois da Independência, o território brasileiro foi palco de várias rebeliões republicanas, a exemplo da Cabanagem (1835-1840), no Grão-Pará, e da Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Mas a **Monarquia** conseguiu reprimir esses movimentos graças, principalmente, aos recursos obtidos com as exportações de café.

No Segundo Reinado, os dois únicos partidos, o Liberal e o Conservador, controlavam o poder enquanto a imensa maioria da população continuava excluída do direito à cidadania. Com o objetivo de ampliar seu espaço na política, um grupo formado por fazendeiros do Oeste Paulista e por profissionais liberais (advogados, médicos, professores, engenheiros, jornalistas) lançou, em 1870, o **Manifesto Republicano**, que defendia o **federalismo** e a **República**. O Manifesto afirmava: "Somos da América e queremos ser americanos"; ou seja, somos favoráveis a que o Brasil adote a República, assim como os demais países da América. Esse manifesto inspirou o surgimento de diversos jornais, clubes e partidos republicanos. Três anos depois de seu lançamento, foi fundado em Itu, interior paulista, o **Partido Republicano Paulista** (PRP).

República: forma de governo em que um Presidente é eleito pelos cidadãos, ou seus representantes, e governa por tempo limitado. Na República, o dirigente representa o corpo social e é o responsável pela coisa pública (*res publica*).

Monarquia: forma de governo em que, geralmente, o rei recebe o cargo como herança e governa por toda a vida. Na Monarquia, o soberano é tido como alguém que sabe o que é melhor para seus súditos e, muitas vezes, a legitimidade de seu poder deriva de uma divindade.

Federalismo: sistema baseado na autonomia das províncias, que fazem suas próprias leis e elegem seus próprios representantes.



MUSEU REPUBLICANO DE ITU, SÃO PAULO

Convenção de Itu, reunião na qual foi fundado o Partido Republicano Paulista, em 1873. Dos 133 fundadores do PRP, 78 eram grandes cafeicultores do Oeste Paulista.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Os cafeicultores descontentes

Apesar de estarem à frente da atividade mais rentável do país, a exportação do café, e de terem sido capazes de responder aos obstáculos que se apresentavam para a sua contínua expansão, os cafeicultores paulistas no início da década de 1870, em sua maioria, articularam-se ao movimento republicano. Fundaram, em 1873, o Partido Republicano Paulista e participaram ativamente da mobilização em defesa da República. Como explicar que justamente o grupo econômico que controlava a atividade mais rentável, que, sob a monarquia, conseguira manter a cafeicultura em constante expansão e adotar medidas para enfrentar os problemas que se apresentavam, se tornou um adversário do regime monárquico?

Duas são as explicações e ambas de conteúdo político. Em primeiro lugar, os cafeicultores paulistas ressentiam-se do fato de que não contaram com o auxílio do governo central para superar os obstáculos à sua expansão. No caso da imigração, o fracasso das experiências iniciais demonstrou que ela só seria bem-sucedida com financiamento público. Sem conseguir aprovar no orçamento nacional recursos para a imigração, só conseguiram viabilizá-la com o financiamento feito pelo governo provincial, cujas rendas provinham na sua maior parte de impostos pagos pelos próprios cafeicultores. Foram eles também que tiveram que financiar a construção de uma rede ferroviária que ligasse suas fazendas a Jundiaí. Começou a se disseminar entre os cafeicultores o ressentimento de que, apesar dos impostos que pagavam para o governo central, tiveram que resolver sozinhos, com seus próprios recursos, os problemas para garantir a continuidade da expansão cafeeira.

Em segundo lugar, os cafeicultores paulistas consideravam injusto um sistema que privilegiava outras províncias, em detrimento daquela que era responsável pela produção da maior parcela de riqueza do país. São Paulo se tornava uma potência econômica, mas não tinha influência política correspondente. Os cafeicultores consideravam que havia uma menor representatividade de São Paulo no sistema político em relação a outras províncias, com menor importância econômica. Nos ministérios, havia presença maior de ministros de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, da mesma forma no Conselho de Estado. Essas três províncias e Minas Gerais tinham bancadas maiores na Câmara e no Senado. Dessa maneira, os paulistas entendiam que sustentavam o país com sua cafeicultura sem ter, em contrapartida, maior influência nas decisões políticas. [...]

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o artigo: O PARTIDO Republicano Paulista. Disponível em: <http://livro.pro/bhs2b4>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: O OCASO do Império, de Oliveira Vianna. Disponível em: <http://livro.pro/sbaedy>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• HISTÓRIA: representação eleitoral no Império. Duração: 26 min. Disponível em: <http://livro.pro/jexiqf>. Acesso em: 30 out. 2018.

Entrevista com a professora Miriam Dolhnikoff, da Universidade de São Paulo.

Dica de leitura

• DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017.

A professora Miriam Dolhnikoff trata das rupturas e continuidades ocorridas no Brasil, a partir do século XIX, que fizeram parte da formação do país.

EDITORA CONTEXTO

IMAGENS EM MOVIMENTO

• ABOLIÇÃO e fim do Império. Duração: 7 min. Disponível em: <http://livro.pro/58four>. Acesso em: 30 out. 2018.

Vídeo com falas do historiador Boris Fausto sobre a abolição e as razões que teriam levado à República.

Texto de apoio (continuação)

A independência de São Paulo, calculavam alguns dos membros da elite cafeicultora, seria o melhor caminho para a província. Asseguraria que a riqueza nela produzida não fosse apropriada por outros. Para esses separatistas, sair do império e fundar o próprio país seria a melhor solução, uma vez que contavam com uma economia dinâmica e autossuficiente, não pagariam o que consideravam um custo abusivo em impostos para o governo monárquico e teriam a direção política, sem depender de outros para a tomada das decisões. [...] Os separatistas eram, no entanto, minoria. A maioria dos cafeicultores paulistas preferiu a permanência no país. A solução para seus problemas viria com a República. Sua principal bandeira era a federação. Em uma República com alto grau de autonomia das unidades federativas haveria pouca interferência do governo central, de modo que poderiam atingir seus objetivos sem precisar apelar para a separação.

O federalismo tornou-se, assim, a principal bandeira dos republicanos paulistas. Não estavam interessados em outros temas associados às reivindicações republicanas, como a ampliação da cidadania e da proteção dos direitos civis. Ao contrário, desejavam uma República capaz de manter a sociedade profundamente hierarquizada da qual se beneficiavam.

DOLHNIKOFF, Mirian. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 15-16.

O Movimento Republicano daquela época estava dividido em três grupos; um deles era liderado pelo jornalista Quintino Bocaiuva, que propunha chegar à República por via eleitoral (por meio da eleição de um grande número de deputados republicanos). Um outro grupo, liderado pelo advogado Antônio da Silva Jardim, defendia a passagem para a República por meio de um movimento popular. E um terceiro grupo, formado em torno do Major Benjamin Constant, importante líder militar, que defendia a instalação de uma República com um governo forte.

Durante o processo que conduziu à República no Brasil, duas questões envolvendo a Igreja e o Exército contribuíram para acelerar a queda do Império. Leia sobre elas a seguir.

A Questão religiosa

Com a Constituição de 1824, o Império passou a controlar a Igreja por meio do beneplácito e do padroado. O **beneplácito** era o direito que o imperador tinha de aprovar ou não as **bulas do papa** em terras brasileiras. Ou seja, uma orientação do papa só entraria em vigor no Brasil se tivesse o consentimento do imperador. O **padroado** era o direito que o imperador tinha de nomear os bispos. Estes, além de serem nomeados, eram também remunerados pelo governo, como qualquer outro funcionário público.

Bula papal: carta expedida pelo papa contendo orientações aos católicos.

Em 1864, o papa Pio IX proibiu os católicos de fazerem parte da maçonaria. D. Pedro II, porém, não deu seu beneplácito à bula papal, pois ele mantinha relações estreitas com a maçonaria. Seu pai, D. Pedro I, havia alcançado o posto máximo dessa organização. Já o bispo de Olinda, D. Vital de Oliveira, e o bispo de Belém do Pará, D. Antônio Macedo Costa, optaram por obedecer ao papa e exigiram que as irmandades religiosas expulsassem seus membros maçons.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Nesta caricatura da época, o bispo D. Vital é mostrado tentando impedir um padre de realizar o casamento de um maçom em uma igreja católica. Angelo Agostini, **Revista Ilustrada**, ano 1, n. 45, 1º dez. 1876.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Reagindo a isso e com base na Constituição brasileira, D. Pedro II abriu uma ação contra os bispos, que foram julgados e condenados a quatro anos de prisão. Um ano depois, D. Pedro II entrou em acordo com o papa e suspendeu a punição dada aos bispos, que já tinham cumprido um ano de prisão.

Mas os republicanos aproveitaram-se da **Questão religiosa** para manchar a imagem do imperador. Por meio de comícios e de jornais, passaram a acusar D. Pedro II de se intrometer em assuntos particulares da Igreja e de não dar liberdade religiosa aos brasileiros. Esse fato contribuiu para enfraquecer a Monarquia.

Nos anos 1880, o movimento republicano ganhou força; foram fundadas centenas de clubes e dezenas de jornais republicanos por todo o país; os comícios de Silva Jardim atraíam um número cada vez maior de pessoas. Foi quando a **Questão militar** acelerou ainda mais o processo que conduziu à República.

A Questão militar

Questão militar é o nome dado a uma série de atritos entre o Exército e o Império. A principal razão desses conflitos entre os militares e a Monarquia foi a punição de dois oficiais do Exército, o tenente-coronel Sena Madureira e o coronel Cunha Matos. Esses oficiais foram punidos por denunciar casos de corrupção pela imprensa e por se manifestar publicamente a favor da Abolição. O marechal Deodoro da Fonseca se negou a punir Sena Madureira e por isso foi demitido do cargo de comandante de armas e presidente da província do Rio Grande do Sul. Deodoro e Sena Madureira decidiram, então, viajar para o Rio de Janeiro, onde foram recebidos festivamente por outros oficiais. Entre eles estava o major Benjamin Constant, líder da **mocidade militar**.

CPDOC/FGV-SP

No dia 9 de novembro de 1889, o major Constant discursou no Clube Militar, pedindo poderes para mudar a situação dos militares, e recebeu total apoio da mocidade militar ali presente.

Mocidade militar: jovens de menos de 30 anos que possuíam educação superior e valorizavam o estudo das ciências exatas.

Benjamin Constant era um professor de Matemática respeitado e muito querido pelos alunos da Escola Militar. O major era também abolicionista e convenceu Deodoro a seguir seus passos. Em 1887, o Clube Militar comunicava à Nação: "O Exército não perseguirá mais escravos fugidos!".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A Questão militar

Foi com espírito "científico" e republicano que a "mocidade militar" participou ativamente da "Questão Militar", nome dado a uma série de conflitos entre militares e o governo iniciados em agosto de 1886 e que se prolongaram até maio de 1887. [...] Pela primeira vez na história brasileira, grupos de militares haviam afirmado publicamente e com força a existência de uma "classe militar", opondo-se a atos do governo. A Questão Militar, no entanto, não mobilizou toda a instituição, nem mesmo sua maioria. Nas manifestações que ocorreram, não houve participação da Marinha, nem da maioria dos oficiais superiores – para não falarmos de oficiais-generais. Além disso, as principais adesões ficaram restritas à guarnição do Rio Grande do Sul.

No entanto, os militares que participaram da Questão, conscientemente ou não, conseguiram vinculá-la a um ressentimento contra os civis em geral e os políticos em particular, manipulando elementos simbólicos extremamente importantes para os militares, como "honra" e "brios". Como resultado, eventos que podiam ter sido tratados como simples casos de indisciplina e insubmissão ao poder civil transformaram-se em episódios de defesa da "classe militar" contra o que percebiam ser uma humilhação e afronta do governo ao que possuíam de mais caro. Com isso, se efetivamente apenas uma parte do Exército se mobilizou, muitos oficiais leais ao governo passaram a ver com simpatia, embora à distância, o desenrolar dos acontecimentos.

CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 28, 31-32.

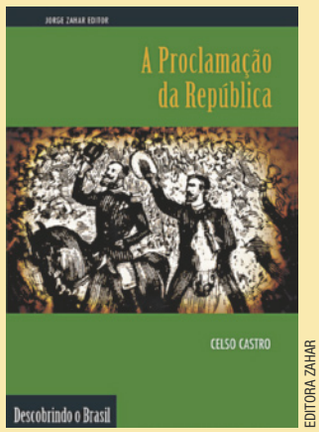
ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o artigo: A CRISE imperial e a perspectiva republicana: alguns fatores que determinaram o fim do Império. Disponível em: <http://livro.pro/6hyafm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Dica de leitura

- CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. (Descobrindo o Brasil).

Nesse livro, o historiador Celso Castro trata dos acontecimentos que antecederam a Proclamação da República e de seus protagonistas.



IMAGENS EM MOVIMENTO

- BENJAMIN CONSTANT. Duração: 7min43s. Disponível em: <http://livro.pro/tm5ugx>. Acesso em: 17 nov. 2018.

Animação sobre a vida de Benjamin Constant e as reformas no sistema de ensino brasileiro que ele elaborou fundamentado no princípio positivista. Vídeo da Univesp TV.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: O BRASIL e o positivismo de Auguste Comte. Disponível em: <http://livro.pro/w3e3m4>; BENJAMIN Constant e o positivismo na periferia do capitalismo. Disponível em: <http://livro.pro/oxo9b9>. Acessos em: 10 nov. 2018.

Dialogando

a) A pintura retrata mulheres de diferentes idades confeccionando e bordando a bandeira da República brasileira. **Professor**: comentar que, com a Proclamação da República, o país passou a ter uma nova bandeira, que, por sugestão dos positivistas, adotou o lema "Ordem e Progresso".

b) Essa pintura, como afirmou o historiador José Murilo de Carvalho, "é uma exaltação tanto à bandeira e à pátria quanto ao papel moral da mulher na educação dos filhos e no culto dos valores morais da família e da pátria" (CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 119). **Professor**: comentar que os artistas positivistas representaram a República como mulher; repare que a única figura masculina que aparece na tela é um idoso, pintando no canto direito da tela.

c) As crianças ocupam posições de destaque na pintura: uma delas é mostrada ao centro da tela abraçando a bandeira republicana; outra, bebê ainda, brinca com uma das estrelas que serão costuradas na bandeira. As crianças sugerem a ideia de nascimento da República.

d) A bandeira é um elemento decisivo na tela. Ela é mostrada como objeto de amor e devoção: é abraçada e, ao mesmo tempo, cobre e protege seus "filhos".

e) Nos últimos anos de sua vida, Tiradentes foi considerado o pior dos criminosos. Durante os 67 anos de Império, ele foi totalmente esquecido, pois o Brasil era uma Monarquia e Tiradentes tinha lutado pela República. Com a Proclamação da República, em 1889, os novos donos do poder precisavam de um herói; alguém republicano e, ao mesmo tempo, ligado à nossa independência. Tiradentes foi o escolhido. **Professor**: em cada período da nossa história, Tiradentes foi visto de uma maneira diferente, variando de acordo com os interesses e as necessidades dos governantes.

PARA SABER MAIS

Positivismo

O positivismo é um conjunto de ideias sistematizado pelo francês Auguste Comte (1798-1857). No Brasil, o major Benjamin Constant foi um grande divulgador dessas ideias entre os jovens oficiais.

O positivismo é uma teoria que manifesta uma crença radical na ciência e na razão. Segundo essa teoria, a história das sociedades humanas é regida por leis imutáveis, científicas ou positivas, sendo a evolução a principal delas. A descoberta dessas leis, por meio de métodos científicos, possibilitaria a compreensão e a solução dos problemas sociais. Apesar das diferenças entre os positivistas, todos eles eram contrários à escravidão e favoráveis à República. A República para os positivistas era um regime mais "científico" do que a Monarquia. Proclamar a República era, então, uma forma de acelerar o progresso do Brasil.

No Brasil, os positivistas defendiam:

- a implantação de uma ditadura republicana;
- a ideia de que o progresso depende da ordem, daí o lema positivista inscrito na bandeira brasileira: "Ordem e Progresso";
- a crença de que somente os militares poderiam salvar o país das mãos corruptas dos civis.

Enfim, defendiam a necessidade de uma República com um governo forte, cujo lema fosse "Ordem e Progresso".

(ÓLEO SOBRE TELA, 278 CM × 190 CM/MUSEU DA REPÚBLICA, RIO DE JANEIRO)

A pátria, de Pedro Bruno, 1919.

DIALOGANDO

a) O que esta pintura retrata?

b) Quem ou o que a pintura homenageia?

c) Como as crianças são mostradas na pintura? O que isso sugere?

d) Como a bandeira é mostrada na cena?

e) Há um retrato de Tiradentes pregado na parede; o que isso pode significar?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

- POSITIVISMO: o Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Disponível em: <http://livro.pro/pm6uzr>. Duração: 9 min. Acesso em: 30 out. 2018.

O vídeo trata da influência do ideal positivista na história do país e como isso repercutiu durante o período da *Belle Époque* do Rio de Janeiro.

A Proclamação da República

Com a Lei Áurea, a insatisfação com a Monarquia aumentou, pois os fazendeiros do Vale do Paraíba e do Nordeste sentiram-se traídos por terem sido obrigados a libertar seus escravos sem receber nada em troca. Os fazendeiros do Oeste Paulista, por sua vez, tinham ingressado no Partido Republicano Paulista. As camadas médias pleiteavam maior participação política. Os militares, depois de punidos pelo governo de D. Pedro II, tinham se aproximado dos ideais republicanos. Nesse clima de grande insatisfação social, o marechal Deodoro da Fonseca encontrou-se com o líder do Partido Republicano Paulista, Quintino Bocaiuva, e, juntos, combinaram a derrubada da Monarquia. Na manhã de 15 de novembro de 1889 o golpe foi dado: Deodoro da Fonseca e seus soldados demitiram o governo monárquico, pondo fim à Monarquia e dando início à República no Brasil.

230 CM × 120 CM, 1896. MUSEU DE ARTE DA BAHIA, SALVADOR

A República, representada como uma mulher com os louros da vitória. Óleo sobre tela de Manoel Lopes Rodrigues, 1896.

PARA REFLETIR

Analisando a Proclamação da República, a historiadora Magali Gouvêia Engel observou:

> [...] Segundo Aristides Lobo, numa frase que ficou famosa, o "povo" assistiu à proclamação da República completamente "bestializado". Mas, como bem observou José Murilo [de Carvalho], mais do que "bestializado" o povo foi "bilontra" (esperto), já que, de algum modo, percebeu o sentido histórico de um ato que mudava o regime, mas mantinha a exclusão e a desigualdade na sociedade [...]. Como intuíra um dos maiores personagens **machadianos** no romance **Memorial de Aires**, com o advento da República, "nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele". [...]

Machadiano: que diz respeito ao extraordinário escritor brasileiro Machado de Assis (1839-1908).

ENGEL, Magali Gouvêia. Republicanismo. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 633.

a) Segundo a autora do texto, o povo assistiu à Proclamação da República bestializado ou foi bilontra? Justifique.

b) Qual é o significado de "também se muda de roupa sem trocar de pele"?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) O povo foi esperto, pois percebeu que o regime mudou, mas a exclusão e a desigualdade social se mantiveram.

b) Muda-se o regime político, de Monarquia para República, sem, no entanto, ocorrerem mudanças nas relações de dominação.

Dica de leitura

- NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2018.

Marcos Napolitano trata dos desdobramentos ocorridos após a Proclamação da República.

EDITORA CONTEXTO

Texto de apoio

Crise da monarquia

O Império realizou a independência política do Brasil com relação à metrópole portuguesa, mas pouco fez para superar o modelo econômico e social que aqui se implantara nos tempos coloniais.

Esse modelo e a visão de mundo que o sustentava começaram a sofrer abalos a partir da década de 1870 e, sobretudo, na década de 1880. O republicanismo e a República implantada em 1889, em grande parte, seriam os frutos da crise da Monarquia e do sistema escravista. As elites econômicas que se tornaram republicanas [...] não criticavam a Monarquia porque queriam mudar as hierarquias sociais, democratizar a política ou acabar com a escravidão, mas porque se sentiam pouco representados pelo imperador e viam no regime monárquico um dinossauro político que já não servia mais aos seus interesses. Ao lado das oligarquias que passaram a apoiar a República contra a Monarquia, havia um outro grupo, o dos militares [...]. Depois da sangrenta Guerra do Paraguai (1864-1870), o Exército brasileiro deu-se conta de sua importância para a defesa nacional e, ao mesmo tempo, de sua fragilidade militar. O Exército era uma instituição historicamente desprezada pela elite monarquista brasileira, que se orgulhava de ter evitado o surgimento do "caudilhismo militar" no Brasil, ao contrário das vizinhas repúblicas sul-americanas vitimadas por guerras civis intermináveis entre facções lideradas por chefes político-militares locais, os "caudilhos". Efetivamente não havia uma tradição caudilhesca no Exército brasileiro, mas seus oficiais mais jovens sentiam que o Império, com seu sistema de privilégios na atribuição de cargos e patentes e sua defesa da escravidão, era um obstáculo à constituição de uma burocracia armada moderna e eficiente que os beneficiaria.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2018. p. 9-10.

Dica de leitura

• FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015.

O historiador Boris Fausto narra, nesse livro, os fatos mais importantes da história brasileira, desde sua colonização, a Proclamação da República até os desdobramentos políticos nas últimas décadas.

EDITORA EDUSP

IMAGENS EM MOVIMENTO

• DA MONARQUIA à República. Duração: 6min46s. Disponível em: <http://livro.pro/q2kmrh>. Acesso em: 11 jul. 2018.

Videoaula sobre a passagem da Monarquia para a República, em 1889.

Texto de apoio

O encilhamento

O primeiro ano da República foi marcado por uma febre de negócios e de especulação financeira conhecida como Encilhamento. Não se sabe com certeza por que essa expressão foi consagrada. A explicação mais plausível é a de que se tomou um dos sentidos da palavra "encilhamento" – local onde são dados os últimos retoques nos cavalos de corrida antes de disputarem os páreos. Por analogia, teria sido aplicada à disputa entre as ações das empresas na Bolsa do Rio de Janeiro, trazendo em si a ideia de jogatina.

Desde os últimos dias do Império, constatava-se que o meio circulante – quantidade de moeda em circulação no país – era incompatível com as novas realidades do trabalho assalariado e do ingresso em massa dos imigrantes.

Ao assumir o Ministério da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa baixou vários decretos com o objetivo de aumentar a oferta de moeda e facilitar a criação de sociedades anônimas. A medida mais importante foi a que deu a alguns bancos a faculdade de emitir moeda. O papel fundamental coube ao banco emissor do Rio de Janeiro, o Banco dos Estados Unidos do Brasil, dirigido por um dos grandes empresários da época, Francisco de Paula Mayrink.

As iniciativas de Rui Barbosa concorreram para expandir o crédito e gerar a ideia de que a República seria o reino dos negócios. Formaram-se muitas empresas, algumas reais e outras fantásticas. A especulação cresceu nas bolsas de valores e o custo de vida subiu fortemente.

No início de 1891 veio a crise, com a derrubada do preço das ações, a falência de estabelecimentos bancários e empresas. O valor da moeda brasileira, cotado em relação à libra inglesa, começou a despencar.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015. p. 217.

Bolsa de Valores: local onde são negociados determinados papéis com valor monetário de empresas e do governo. Os papéis do governo são chamados de títulos, e os das empresas, de ações.

Especulação: prática que consiste em criar uma procura ou oferta artificial de um bem ou mercadoria, visando obter lucro com o comportamento futuro do mercado.

Governo Deodoro da Fonseca

Os dois primeiros presidentes do Brasil foram militares e governaram entre 1889 e 1894, por isso esse período é conhecido como **República da Espada**. O primeiro presidente militar do Brasil foi o marechal Deodoro da Fonseca, que é lembrado pela reforma financeira e pela aprovação da primeira Constituição da República.

A reforma e a crise financeira

Com o objetivo de expandir o crédito e incentivar a industrialização do país, o então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, autorizou quatro bancos a emitirem dinheiro para conceder empréstimos àqueles que desejassem abrir uma empresa.

Essa reforma financeira, porém, não teve o sucesso esperado; muitos usavam o dinheiro emprestado pelo governo para fundar empresas-fantasmas (que só existiam no papel). Em seguida, mandavam imprimir ações dessas falsas empresas e vendiam-nas na **Bolsa de Valores**. Passando de mão em mão, as ações subiam de preço e enriqueciam os que praticavam a **especulação**.

A crise da reforma financeira de Rui Barbosa (de terno claro, ao centro) foi apelidada por seus adversários de encilhamento. Duramente criticado, Rui Barbosa deixou o cargo de ministro da Fazenda, 1890.

COLEÇÃO PARTICULAR

Encilhar: significa colocar arreios no cavalo, preparando-o para a corrida. No jóquei, os guichês de apostas ficavam ao lado do local onde os cavalos eram encilhados. E a barulheira que se ouvia nesse local era idêntica à que acontecia na Bolsa de Valores. Por isso, a crise foi apelidada de encilhamento.

No entanto, quando os acionistas percebiam que tinham investido em empresas-fantasmas corriam para vender suas ações e aí descobriam que o que tinham nas mãos era um "maço de papel" sem nenhum valor. Resultado: os preços das ações despencaram, os pequenos investidores perderam seu dinheiro para os especuladores e muitas firmas antigas faliram. O aumento do dinheiro em circulação sem um crescimento proporcional da produção de mercadorias provocou também uma alta generalizada dos preços (inflação).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A primeira Constituição da República

A primeira Constituição republicana foi aprovada por uma Assembleia Constituinte, em 24 de fevereiro de 1891. Conheça suas principais características:

a) **Federalismo**: princípio segundo o qual os estados (antigas províncias) passaram a ter grande autonomia; cada estado podia contrair empréstimos no exterior, ter forças militares próprias, criar e cobrar impostos, eleger o governador, fazer leis etc.

b) O Brasil passava a ser uma República federativa presidencialista, baseada em três poderes: **Executivo** – liderado pelo presidente da República, por um período de quatro anos; **Legislativo** – exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado; e **Judiciário** – exercido por juízes nomeados pelo presidente da República, tinha como órgão máximo o Supremo Tribunal Federal.

c) A Igreja Católica foi separada do Estado e os brasileiros passaram a ter liberdade de culto. Além disso, criou-se o registro civil para nascimento, casamento e óbito.

d) Voto universal masculino, ou seja, só os homens maiores de 21 anos, brasileiros e alfabetizados, tinham direito ao voto. Já os soldados e religiosos do clero regular, como monges e frades, mesmo brasileiros e maiores de 21 anos, **não** podiam votar.

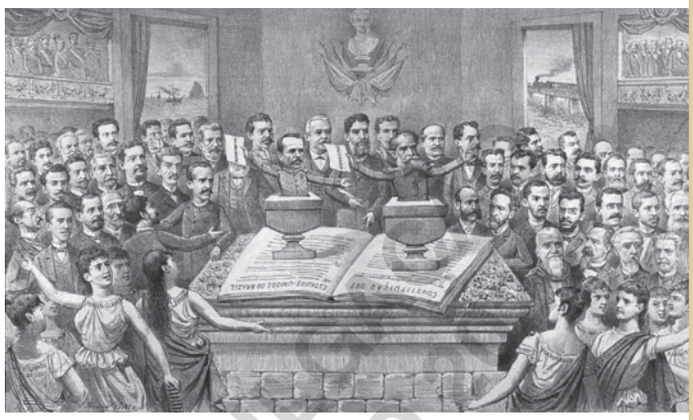
No Brasil, a primeira **eleição** para presidente foi **indireta**. Deodoro da Fonseca foi eleito com uma vantagem de apenas 32 votos sobre o adversário; já o vice-presidente eleito, Floriano Peixoto, era da chapa da oposição e venceu seu adversário por uma diferença de 96 votos.

DIALOGANDO

Compare, quanto ao voto, esta Constituição republicana, de 1891, à do Império, outorgada em 1824.

Dica! Animação sobre o governo Deodoro da Fonseca. Duração: 2 min. Disponível em: <http://livro.pro/zhjbwm>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Eleição indireta: eleição realizada por representantes dos eleitores e não diretamente por eles.



PEREIRA NETO/IEB-USP/1891

A charge representa os deputados constituintes que elegeram Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (ambos ao centro) para a presidência e a vice-presidência da República, respectivamente. As figuras femininas representam os estados da República.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Dialogando

Na Constituição do Império, o voto era censitário, isto é, baseado na renda; nessa Constituição, o voto passou a ser universal masculino; a maioria (analfabetos, mulheres, soldados, entre outros) continuou excluída do direito à cidadania.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o artigo: A REPÚBLICA e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). Disponível em: <http://livro.pro/qcugqj>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- PRIMEIRA Constituição republicana foi promulgada há 125 anos. Duração: 2 min. Disponível em: <http://livro.pro/dgy96e>. Acesso em: 30 out. 2018.

A primeira Constituição brasileira e os benefícios conquistados.

Texto de apoio

A Constituição de 1891

A Constituição de 1891 definiu as bases institucionais do novo regime – presidencialismo, federalismo e sistema bicameral – e implementou uma série de mudanças, para bem marcar a ruptura. A Igreja separou-se do Estado, e introduziu-se o registro civil de nascimentos, casamentos e mortes. A proposta federalista, por sua vez, organizava o novo regime em bases descentralizadas, dando às antigas províncias, agora transformadas em estados, maior autonomia e controle fiscal, e jogava por terra a crença no centralismo monárquico como agente de coesão nacional.

A agenda republicana substituiu o Poder Moderador – a chave da organização política do Império – pelo princípio da divisão e do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantiu a liberdade religiosa, extinguiu a vitaliciedade do Senado e aprovou o sufrágio universal, em lugar do sistema censitário até então vigente. O debate em torno da restrição do direito de voto seguiu o entendimento já praticado durante o Império: só seriam considerados eleitores os brasileiros adultos, do sexo masculino, que soubessem ler e escrever. Além do voto das mulheres, estava proibido o voto dos mendigos, dos soldados, praças e sargentos, e o dos integrantes de ordens religiosas que impunham renúncia à liberdade individual.

Contudo, certas características vindas de longa data persistiam e foram até aprimoradas. Uma delas era o perfil oligárquico da nação: novas leis eleitorais mantiveram o número reduzido de eleitores e cidadãos elegíveis para os cargos públicos.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 319-320.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o *site*: A REVOLTA da Armada de 6 de setembro de 1893. Disponível em: <http://livro.pro/ihz7mn>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Dica de leitura

- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil republicano, v. 1).

O livro reúne artigos de professores de diversas partes do país sobre a História do Brasil, sendo esse volume sobre o período que tem início na Proclamação da República até o contexto da tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930.

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Texto de apoio

O presidente × o marechal

O deodorismo constitucional duraria pouco, de fevereiro a novembro de 1981. As constantes desavenças entre a autoridade militar do Executivo e as posturas civilistas da maioria dos congressistas evoluíram para o impasse político e a perda de legitimidade da governança. De modo que, no decorrer dos oito meses de regime constitucional, o marechal se sobrepôs ao presidente, com frequentes discussões e deposições de ministros e apelos para medidas administrativas não condizentes com a República imaginada pouco tempo antes. A República estava mesmo sendo conduzida como prognosticara Machado de Assis: a liberdade existente era ainda do trono, e o presidencialismo estava se tornando imperial. A crise derradeira se daria quando o presidente chama para o ministério um antigo fiel servidor da monarquia, o barão de Lucena. Os republicanos históricos indignaram-se, os republicanos paulistas, que haviam perdido as eleições com Prudente de Morais, presidente do Congresso, não achavam um militar adequado para governar os civis. A própria imprensa se via constantemente ameaçada em sua liberdade de divulgar fatos e notícias sobre as autoridades e os atos do governo. Apenas alguns grupos isolados, entre civis e militares, ainda davam sustentação ao governo quando, no início de novembro, ocorreu a dissolução do Congresso e a decretação do estado de sítio. [...] A reação imediata das facções políticas não deu mais de vinte dias de sobrevida política ao marechal Deodoro da Fonseca, marcando assim um fim melancólico para o deodorismo e para a imagem do proclamador.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 56-58. (O Brasil republicano, v. 1).

Eleito, Deodoro da Fonseca formou um Ministério com pessoas de diferentes tendências republicanas: o Ministério da Guerra foi entregue ao militar positivista Benjamin Constant; o Ministério das Relações Exteriores, ao republicano civil Quintino Bocaiuva; o Ministério da Fazenda, ao intelectual baiano Rui Barbosa.

No poder, Deodoro teve de enfrentar dificuldades: tinha um vice da oposição e muitos parlamentares o responsabilizavam pelo "encilhamento". Esses parlamentares aprovaram um projeto que limitava seu poder como presidente da República. Deodoro reagiu de modo autoritário mandando fechar o Congresso (novembro de 1891).

Diante disso, os militares da Marinha ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro, caso Deodoro não renunciasse; esse episódio é conhecido como **Primeira Revolta da Armada**. Pressionado, Deodoro da Fonseca renunciou e a presidência foi ocupada por seu vice.

Governo Floriano Peixoto

Floriano Peixoto reabriu o Congresso e formou seu ministério com alguns representantes dos cafeicultores paulistas. Durante sua gestão, reduziu os aluguéis e tabelou o preço de alguns alimentos, como carne, feijão, pão e batata. E, com essas medidas, Floriano Peixoto conquistou grande popularidade.

Mas seus adversários, entre os quais estavam vários generais do Exército, iniciaram uma campanha exigindo sua renúncia. Floriano Peixoto reagiu aposentando os generais. Os militares da Marinha, por sua vez, também se levantaram contra seu governo e, dessa vez, chegaram a bombardear o Rio de Janeiro com tiros de canhão, para exigir a renúncia do presidente; o episódio ficou conhecido como **Segunda Revolta da Armada** (1893).

Floriano Peixoto, porém, conseguiu dinheiro com os cafeicultores paulistas, comprou navios no exterior e, com o apoio dos soldados do Exército, venceu a revolta liderada pela Marinha. Para defender o presidente Floriano, conhecido então como "Marechal de Ferro", formaram-se batalhões populares; era o florianismo contagiando o povo.

ART COLLECTION/ALAMY/FOTOARENA

Florianismo: forte adesão popular ao governo de Floriano Peixoto; relação de absoluta fidelidade a ele por parte da população pobre das cidades.

Marechal Floriano Peixoto e a Segunda Revolta da Armada, ilustração de Angelo Agostini publicada pela revista **D. Quixote**, 1895.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A Revolução Federalista

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul explodia uma guerra civil motivada pela disputa entre o Partido Republicano Rio-Grandense, liderado pelo positivista Júlio de Castilhos, e o Partido Federalista, liderado por Gaspar de Silveira Martins. Os seguidores de Júlio de Castilhos tinham o apelido de **pica-paus** e recebiam o apoio de Floriano Peixoto. Já seus adversários tinham o apelido de **maragatos** e eram apoiados pelos oficiais da Marinha adversários de Floriano.

Essa guerra civil atingiu também os estados de Santa Catarina e Paraná, causou a morte de milhares de pessoas e só terminou em 1895, com a vitória dos pica-paus; com essa vitória, o castilhismo consolidou-se como uma corrente política que influenciou a história do Rio Grande do Sul por décadas.

Quando Floriano Peixoto deixou a presidência, seus opositores tinham sido vencidos e um modelo autoritário e excludente de República se impunha ao país.

Leia o que um historiador comentou sobre o final do governo Floriano Peixoto:

MAURICIO SIMONETTI/PULSAR IMAGENS

Vista interna do Museu das Armas, na cidade de Lapa, PR, 2014. Peças e utensílios como os mostrados na foto foram utilizados durante a Revolução Federalista.

> [...] Floriano enfrentou com vigor as revoltas que ameaçavam a estabilidade do regime, como a Revolta Federalista no Sul e a Revolta da Armada [...], mas esteve longe de realizar o ideal positivista de uma [...] [República] antioligárquica e modernizadora, frustrando aqueles que tinham essa expectativa. Por trás do seu poder estava o apoio político da oligarquia paulista, ciente de que a sobrevivência do novo regime era a garantia do seu poder na política nacional.
>
> No final do seu governo, Floriano passou o poder sem maiores sustos para Prudente de Morais, líder republicano paulista e expressão dos valores [...] oligárquicos [...]. A "República da Espada" se transformava no "Condomínio de Fazendeiros".
>
> NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016. p. 26.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o *site*: A REVOLUÇÃO federalista no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://livro.pro/83aqkx>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- FLORIANO Peixoto. Duração: 1min50s. Disponível em: <http://livro.pro/rbw4f5>. Acesso em: 30 out. 2018.

Animação educativa da TV Futura sobre o governo de Floriano Peixoto.

- REVOLUÇÃO Federalista. Duração: 9 min. Disponível em: <http://livro.pro/4tp9pv>. Acesso em: 30 out. 2018.

Reportagem sobre a Revolução Federalista.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O consolidador da República

Em fevereiro de 1892, tem início, no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista, guerra civil, entre republicanos e federalistas (ex-liberais e ex-conservadores), resultante da radicalização das lutas pelo poder no estado. Seu início é marcado pela insurgência dos federalistas, ou maragatos, contra a retomada do poder no estado por Júlio de Castilhos. Nela ocupam lugar fundamental os coronéis, apoiados pelas suas milícias privadas. O movimento, que se prolonga até agosto de 1895, abrange a ocupação de Santa Catarina e do Paraná e assume contornos separatistas. Custódio José de Melo, pretenso candidato à sucessão presidencial, inicia a Revolta da Armada, buscando aliança com os federalistas em represália ao apoio de Floriano Peixoto aos republicanos do sul.

A Revolução Federalista e a Revolta da Armada, movimentos de alguma forma vinculados a ex-monarquistas que se consideram excluídos do poder pelos republicanos, enfrentam forte resistência de Floriano Peixoto. Nesse empenho, ele conta com apoio militar e financeiro do governo de São Paulo, com o apoio da bancada paulista no Congresso e com o Exército coeso. Mesmo na divergência, São Paulo mantém a estratégia política de apoiar Floriano. Entre outros grupos – políticos, sociais e militares – cresce, progressivamente, o apoio a Floriano. Ao término de seu governo, a imagem construída a partir de sua atuação contra as ameaças de um retorno à Monarquia e de desmembramento territorial do país é a de consolidador da República.

RESENDE, Maria Efigenia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 109-110. (O Brasil republicano, v. 1).

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. a) Está criticando a centralização política que suga a riqueza das províncias transformando-as em satélites que giram em torno da Corte.
   b) Eles defendem o regime de federação, que confere autonomia aos Estados possibilitando que façam suas leis, elejam seus representantes e administrem suas rendas.
   c) Quer dizer "Nós também, assim como os outros países da América, queremos ser republicanos".
2. Alternativa B.
3. **O que foi?** A Questão militar foi uma série de atritos entre os militares e a Monarquia. **Por que razão a Monarquia puniu os militares?** Os militares foram punidos por denunciarem casos de corrupção pela imprensa e por se manifestarem publicamente a favor da Abolição. **Qual foi o papel do major Benjamin Constant no conflito entre os militares e a Monarquia?** O major Benjamin Constant uniu a mocidade militar contra a Monarquia, exercendo, assim, um papel decisivo na Proclamação da República.

Texto de apoio

Manifesto republicano

O Manifesto de 1870, a despeito de lançado no calor dos acontecimentos e em plena sede do regime monárquico, vinha como um documento ameno. Redigido pelos advogados republicanos Saldanha Marinho, Salvador Mendonça e pelo jornalista Quintino Bocaiúva, contava com nomes de expressão [...]. [...] Totalizava 53 assinaturas, de diversos profissionais: advogados (14), jornalistas (10), médicos (9), negociantes (8), engenheiros (5), professores (2), funcionários públicos (3), fazendeiro (1), capitalista (1). A despeito das qualificações profissionais urbanas de seus assinantes, eram na sua maioria homens ligados à propriedade rural, ainda que apenas por laços de parentesco.

É o que explica, em parte, o conteúdo bem-comportado do texto. A justificativa para tamanho comedimento – capciosa, sem dúvida – decorria do temor de assustar a elite agrária conservadora e com isso levá-la a uma reação ostensiva contra o movimento, desmontando-o de imediato. Vinha, portanto, de forma suave.

O documento continha traços peculiares. Apresentava-se ostensivo na proposta de federação. Incisivo na crítica contra o poder pessoal do imperador. Mudo quanto à abolição da escravatura. Este era o teor da proposta dos republicanos neste manifesto de 1870, a primeira página política do recém-formado Partido Republicano. Somos da América e queremos ser americanos, era a afirmação que faziam, em alusão às demais repúblicas da América do Sul.

MARTINS, Ana Luiza. **O despertar da República**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 61-62.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Leia um trecho do Manifesto Republicano e responda às questões a seguir.

Manifesto Republicano

A centralização, tal qual existe [...], comprime a liberdade, [...] suga a riqueza [...] das províncias, constituindo-as satélites [...] do grande astro da Corte – centro [...] que tudo corrompe e tudo concentra em si [...]. [...]

O regime de federação baseado [...] na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estado [...] unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade [...], é aquele que adotamos no nosso programa [...]. [...]

Somos da América e queremos ser americanos.

MANIFESTO Republicano. In: DEL PRIORE, Mary. **Documentos de história do Brasil**: de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997. p. 67.

a) O que o Manifesto está criticando?

b) O que os republicanos defendem nesse Manifesto?

c) Qual o significado de "Somos da América e queremos ser americanos"?

2. (UFRS) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do enunciado a seguir, na ordem em que aparecem. Entre os elementos fundamentais para a compreensão do processo histórico que culminou com o fim do Segundo Reinado, é correto citar o desfecho da ____***____, o ____***____ e o movimento ____***____.

a) Guerra da Cisplatina – conflito com a Igreja Católica – republicano.

b) Guerra do Paraguai – crescimento do republicanismo – abolicionista.

c) Revolta da Balaiada – conflito com a maçonaria – abolicionista.

d) Questão Christie – conflito com a maçonaria – republicano.

e) Guerra dos Farrapos – conflito com as ordens religiosas – abolicionista.

3. Monte uma ficha sobre a Questão militar seguindo o roteiro:

Questão militar	
O que foi?	
Por que razão a Monarquia puniu os militares?	
Qual foi o papel do major Benjamin Constant no conflito entre os militares e a Monarquia?	

NÃO ESCREVA NO LIVRO. FAÇA EM SEU CADERNO.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

4. Identifique a alternativa **INCORRETA** e justifique sua escolha.

a) Os grupos mais importantes na Proclamação da República no Brasil foram o dos pequenos comerciantes e o dos pecuaristas do Nordeste, reunidos no PRP.

b) A mocidade militar era formada por jovens de menos de 30 anos, que possuíam educação superior e valorizavam o estudo das ciências exatas.

c) Os dois primeiros governos republicanos foram presididos por militares; por isso essa primeira fase do novo regime é conhecida como República da Espada.

d) A crise resultante da política financeira de Rui Barbosa foi chamada de encilhamento.

5. (PUC-SP) A Constituição brasileira de 1891:

a) permitiu a plena democratização do país, com a superação do regime militar.

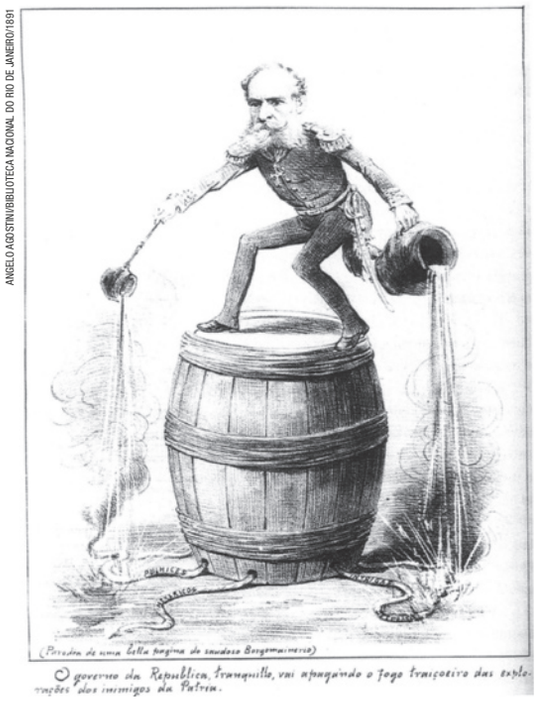
b) criou um quarto poder, o Moderador, que atribuía plenos poderes ao Imperador.

c) separou o Estado, agora republicano, da Igreja Católica.

d) manteve a permissão para a existência de mão de obra escrava.

e) eliminou os resquícios autoritários do varguismo.

6. Analise com atenção o texto e a charge a seguir, que fazem referência ao governo do primeiro presidente brasileiro, o marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891).



ANGELO AGOSTINI/BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO/1891

O governo da Republica, tranquilo, vai apagando o fogo traiçoeiro das explorações dos inimigos da Patria.

A legenda da charge diz: "O governo da República, tranquilo, vai apagando o fogo traiçoeiro das explorações dos inimigos da Pátria".

a) Como o marechal Deodoro é representado na charge?

b) Quem seriam os inimigos da Pátria a que a legenda se refere?

c) O chargista se posiciona a favor ou contra o governo de Deodoro? Como você chegou a essa conclusão?

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. Alternativa A. Justificativa: Os grupos mais importantes na Proclamação da República no Brasil foram o dos militares e o dos fazendeiros do Oeste Paulista, reunidos no PRP.

5. Alternativa C.

6. a) O marechal Deodoro aparece sobre um barril de pólvora, tentando apagar o fogo com água fria.

b) Os inimigos da Pátria eram: o vice de Deodoro da Fonseca, que era da oposição, e os parlamentares que o acusavam de ser responsável pelo encilhamento, política que provocou a queda nos preços das ações, a especulação, a falência de muitas firmas e uma alta generalizada dos preços (inflação).

c) O chargista se posiciona a favor do governo de Deodoro, pois rotula seus adversários de "inimigos da Pátria". **Professor**: comentar que parlamentares aprovaram um projeto que limitava o poder de Deodoro como presidente da República, e ele reagiu de modo autoritário, mandando fechar o Congresso, em novembro de 1891.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Militarismo × civilismo

Como previa a Constituição, cuja promulgação se deu em 1891, [...] após os trabalhos constituintes a Assembleia se dissolveria, passando a constituir a Câmara e o Senado, ambos formando o Congresso Nacional. A este caberia eleger o presidente constitucional da República brasileira. Deodoro lançou-se candidato [...]. A candidatura do presidente provisório não foi bem recebida pelos círculos civis, especialmente os representados pelos cafeicultores paulistas. [...] O breve período do governo provisório não deixara saudades a esses círculos que lançam as candidaturas, para presidente e vice, do civil Prudente de Morais e do marechal Floriano Peixoto. [...] O resultado da apuração dá vitória a Deodoro, mas elege como seu vice o marechal Floriano. [...]. Dos candidatos envolvidos na disputa sairá fortalecido Floriano, que obtivera mais votos como vice-presidente do que o próprio Deodoro. Os civis conservadores tinham conseguido dividir os militares e contavam agora com um provável aliado junto ao governo, não obstante o fato de Deodoro e Floriano jamais terem se hostilizado durante a campanha.

Começou a se delinear um confronto entre o doutrinarismo dos republicanos civis e a pouca importância que os militares atribuíam a eles. A situação chegou ao clímax quando da tramitação da Lei de Responsabilidade no Congresso. Seus dispositivos diminuíam os poderes do chefe de Estado. O barão de Lucena, ministro da Justiça e Agricultura, não conseguira impedir a sua aprovação. Enviada a sanção presidencial, foi vetada por Deodoro. A reação do Legislativo veio em seguida com a aprovação do projeto, em 2 de novembro de 1891. No dia seguinte, Deodoro decretou a dissolução do Congresso.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 59-60.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Ele a vê como um golpe organizado e executado por militares.

b) Na visão dele, foi a juventude militar que seduziu Benjamin Constant, e não o inverso. (Celso Castro reuniu uma enorme documentação e apresentou a mocidade militar como principal protagonista da proclamação da República no Brasil.)

c) Semelhança: tanto o autor da fonte 1 quanto a autora da fonte 2 veem a Proclamação da República como um "golpe" de Estado. Diferença: para Celso Castro, o golpe republicano de 1889 foi organizado e executado pelos militares; já para Emília Viotti, o golpe republicano resultou da ação de três forças conjugadas: uma parcela do Exército, os fazendeiros do Oeste Paulista e os representantes das camadas médias.

d) Resposta pessoal. **Professor**: a atividade visa familiarizar os alunos com o debate historiográfico em torno da Proclamação da República e estimulá-los a argumentar em defesa de um ponto de vista.

II Leitura e escrita em História

Cruzando fontes

Fonte 1

[...] O golpe de 1889 – ou a "Proclamação da República", como passou à História – foi um momento-chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro. [...] Havia muitos republicanos civis no final do Império, mas eles estiveram praticamente ausentes da conspiração. O golpe republicano foi militar, em sua organização e execução. [...]

Todas as fontes disponíveis destacam a liderança que Benjamin Constant [...] exercia sobre a "mocidade militar" formada na Escola Militar da Praia Vermelha. Ele seria o [...] "líder" [...] ou "apóstolo" desses militares. [...] Minha perspectiva, no entanto, focaliza não o "líder" [...], mas seus pretensos "liderados" [...]. Ao invés de assistirmos a Benjamin Constant catequizando os jovens da Escola Militar, encontraremos justamente a "mocidade militar" seduzindo-o e convertendo-o para o ideal republicano. Atribuo à "mocidade militar", portanto, o papel de protagonista da conspiração republicana no interior do Exército. [...]

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 8-10. (Descobrindo o Brasil).

Fonte 2

[...] Em 15 de novembro de 1889, a Monarquia era derrubada por golpe militar e proclamava-se a República.

O movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. [...]

[...] O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros. [...]

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999. p. 489-490.

a) Como Celso Castro vê a Proclamação da República?

b) No texto, Celso Castro minimiza o papel de oficiais como o major Benjamin Constant na Proclamação da República. Justifique.

c) Compare a visão do autor da fonte 1 à da autora da fonte 2 sobre a Proclamação da República.

d) **Em dupla.** Qual das versões vocês consideram mais convincente? Justifiquem.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O aumento do custo de vida no começo da República

Pelo lado econômico e financeiro, os tempos [...] foram de grandes agitações. Novamente a origem de tudo remontava à escravidão. [...] devido à necessidade de aplacar os cafeicultores [...] e de atender a uma demanda real de moeda para o pagamento de salários, o governo imperial começou a emitir dinheiro, no que foi seguido com entusiasmo pelo governo provisório [...]. Concedido o direito de emitir a vários bancos, a praça do Rio de Janeiro foi inundada de dinheiro sem nenhum lastro, seguindo-se a conhecida febre especulativa [...].

[...] Os anos de 1890 e 1891 foram de loucura, segundo a expressão de um observador estrangeiro, o qual acrescenta ter havido corretores que obtinham lucros diários de 50 a 100 contos e que uma oscilação do câmbio fazia e desfazia milionários. [...]

As consequências não se fizeram esperar. Desde logo, houve um enorme encarecimento dos produtos importados devido ao aumento da demanda e ao consumo conspícuo de novos ricos. A seguir, a inflação generalizada e a duplicação dos preços já em 1892. Ao mesmo tempo, começou a queda do câmbio. Encarecendo ainda mais os produtos de importação, que na época abrangiam quase tudo. Em 1892, já era necessário o dobro de mil-réis para comprar uma libra esterlina; em 1897, o triplo. Por cima, o governo aumentou os impostos de importação e passou a cobrá-los em ouro, o que contribuiu ainda mais para o agravamento do custo de vida.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 19-20.

CAPÍTULO 2

PRIMEIRA REPÚBLICA: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA

A charge que você vê nesta página é dos tempos da Primeira República.

» O que essa sequência de imagens sugere a você?

» Como o candidato age ao longo dos meses?

» Você considerou o título da charge adequado? Por quê?

» O que a charge sugere sobre as eleições políticas naqueles tempos?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Charge no ensino de História

[...]

A charge é um tipo de texto atraente aos olhos do leitor; pois a imagem é de rápida leitura, transmitindo múltiplas informações de uma só vez. [...] No entanto, o leitor do texto chárgico tem que estar bem informado acerca do tema abordado para que possa compreender e captar seu teor crítico. Afinal, ali está focalizada e sintetizada uma certa realidade. E somente os que conhecem essa realidade efetivamente entenderão a charge.

Ela pode ser definida como uma modalidade de linguagem iconográfica e que se caracteriza essencialmente por sua natureza dissertativa e ideológica, além de primar pela presença do humor com o propósito de denunciar, criticar e satirizar através do apelo ao exagero, também deve ser reconhecida em seu potencial como fonte histórica, capaz de contribuir para a reflexão sobre uma determinada época, pois expressa e transmite, assim como toda configuração visual, ideias, sentimentos, valores e informações a respeito de seu tempo e lugar, bem como de outros tempos e lugares.

A produção de uma charge está necessariamente vinculada ao contexto sócio-histórico imediato e, portanto, apresenta elementos concretos para análise do seu respectivo tempo histórico. A charge, é mais do que um instrumento ideológico a serviço de um ideal político; ela é, para além disso, uma importante fonte histórica capaz de fornecer elementos preciosos para reconstituir uma história, tomado como produto de um tempo e de um lugar sócio-histórico. [...]

MACÊDO, José Emerson Tavares. **A charge no ensino de História**. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2004%20-%20José%20Emerson%20Tavares%20de%20Macedo%20TC.PDF>. Acesso em: 19 out. 2018.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades **EF09HI02** e **EF09HI05** da BNCC, citadas a seguir:

– Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.

– Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive.

Resposta pessoal. **Professor**: na legenda da charge, ser "reconhecido" significa ser empossado deputado. A imagem sugere o oportunismo e o caráter interesseiro do candidato; ele muda de postura ao longo dos meses: se curva para o eleitor entre agosto e setembro, abraça-o entre outubro e dezembro e, depois de reconhecido, mostra-se arrogante. A charge pode servir de introdução a uma aula dialogada sobre a política na Primeira República.

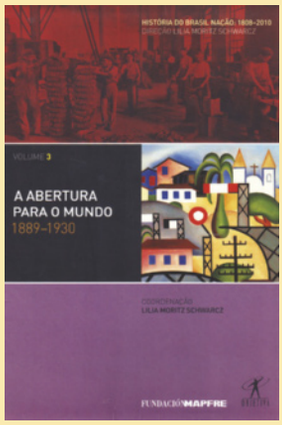
ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o livro: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições no Brasil**: uma história de 500 anos. Disponível em: <http://livro.pro/zupqdm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Dica de leitura

• MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

O volume 3 dessa rica coleção de História do Brasil contém artigos de historiadores com grande legitimidade acadêmica, a exemplo de Hebe Mattos, Francisco Doratioto, Elias Thomé Saliba, entre outros. Os textos produzidos por eles nesse volume são fruto de longas pesquisas e reflexões sobre os temas abordados.



EDITORA OBJETIVA

Texto de apoio

Cultura política no início da República

[...] reforma eleitoral de 1881, ao elevar a renda mínima exigida para os votantes, reduziu o seu número de 1 114 066 para 145 296, cerca de 1% da população. A Constituição republicana, ao manter a exigência da alfabetização para a cidadania política, elevou essa proporção para não mais de 2% no momento inicial, e ela jamais ultrapassaria os 5% na vigência da Constituição de 1891. O voto aberto, em vez de secreto, também foi uma opção política da regulamentação eleitoral republicana que sinalizava na mesma direção. O eleitor ideal deveria ter a coragem e condições de sustentar suas convicções políticas, configurando um modelo "heroico" de cidadania, defendido abertamente por diversos parlamentares e vitorioso no plenário. Apesar disso, como no tempo do Império, a experiência eleitoral logo se mostrou incapaz de, por si só, regular as divergências políticas entre o eleitorado. Uma vez realizadas as primeiras eleições republicanas, logo ficou evidente que o poder das juntas apuradoras, controladas pelos executivos estaduais, e dos parlamentares eleitos no período anterior, que tinham a prerrogativa de reconhecer os novos mandatos, tendiam a ser mais importantes que o número real eleitores. Nessas duas instâncias as oposições eram simplesmente banidas do jogo político. A falta de representação da minoria foi logo reconhecida como um problema da ordem republicana brasileira. A cultura política em vigor, como no tempo da monarquia, simplesmente não conseguia implementar uma dinâmica de rotatividade no poder efetivamente decidida pela concorrência eleitoral.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3, p. 93. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

Oligarquias no poder

Durante o Império, o governo central impunha seu poder às províncias, nomeando quem iria governá-las. Com o estabelecimento da República, porém, a situação mudou: as famílias mais poderosas de cada estado, isto é, as **oligarquias** estaduais, passaram a ter um enorme poder político. Vejamos como isso se deu.

O coronelismo

Para conquistar e manter o poder, os políticos saídos das famílias mais poderosas de cada estado induziam os eleitores a votar nos candidatos por eles indicados. Muitos desses políticos eram grandes fazendeiros e coronéis da **Guarda Nacional**; daí serem chamados de "coronéis".

Quase sempre, o coronel conseguia o voto do eleitor por meio da **troca de favores**: ele oferecia "favores", como sacolas de alimentos, remédios, proteção, dinheiro emprestado ou emprego. Em troca desses "favores", exigia que votassem nos candidatos indicados por ele. Esse voto controlado pelo coronel é chamado de **voto de cabresto**. Na época, a fraude eleitoral era generalizada: falsificação de resultados, roubo de urnas, inclusão dos votos de crianças, de defuntos, de pessoas inexistentes eram práticas comuns nas eleições. Era assim que os poderosos de cada localidade ou estado se perpetuavam no poder.

Oligarquia: palavra de origem grega que significa governo exercido por poucos indivíduos ou famílias poderosas.

Guarda Nacional: força composta de cidadãos armados e fardados não pertencentes ao Exército. Foi criada em 1831 pelo regente Feijó para manter a ordem nas províncias.

NICOLAU CESARINO/COLEÇÃO PARTICULAR

Esta charge de 1918 ironiza o processo eleitoral durante a Primeira República (1889-1930). Como sugere o artista, na época até os mortos votavam. O defunto pede para o transeunte visar seu título de eleitor; sem dizer palavra, este responde com uma expressão que mistura espanto e indignação.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Os coronéis mais poderosos de cada região faziam alianças entre si e elegiam o presidente de estado (cargo equivalente hoje ao de governador). Este, por sua vez, retribuía o "favor", enviando verbas para a construção de escolas, praças, igrejas etc., nas cidades controladas por aqueles coronéis.

REVISTA FON-FON/BIBLIOTECA NACIONAL

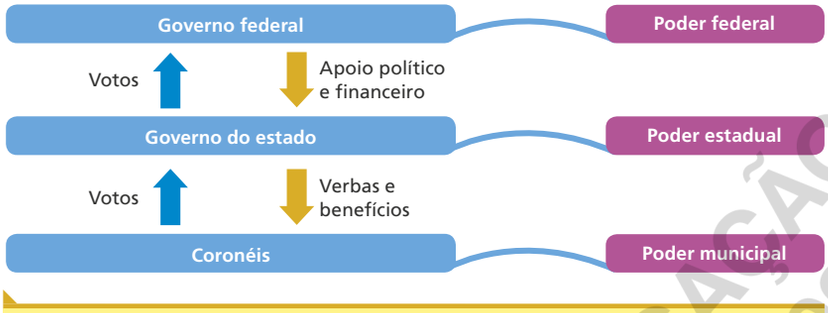
O coronel cearense Floro Bartolomeu, de calça clara e paletó preto, no centro, aparece sentado entre deputados cearenses. Ele foi um dos mais poderosos coronéis da Primeira República, 1914.

A política dos governadores

Usando as mesmas práticas (troca de favores e corrupção eleitoral), as oligarquias estaduais ajudavam a eleger deputados e senadores favoráveis ao presidente da República. Este, por sua vez, retribuía o "favor" liberando verbas, benefícios e dando apoio político a elas. Esse esquema político que ligava os governos estaduais ao presidente da República foi concebido pelo presidente Campos Sales (1898-1902) e recebeu o nome de **política dos governadores**.

Assim, por meio de alianças e trocas de favores que uniam municípios, estados e governo federal, as oligarquias mantiveram-se no poder durante a maior parte da Primeira República. Observe o esquema.

O poder das oligarquias estaduais



As oligarquias estaduais mantinham-se no poder por meio de alianças e favores que uniam municípios, estados e governo federal. O coronelismo era a coluna mestra desse edifício baseado na fraude eleitoral e na corrupção.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando uma resenha do livro **Coronelismo, enxada e voto**, de Victor Nunes Leal. Disponível em: <http://livro.pro/rvnvfw>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- 1889 a 1930: HISTÓRIA do Brasil República. Duração: 28 min. Disponível em: <http://livro.pro/m6zj6f>. Acesso em: 19 out. 2018.

Documentário sobre a Primeira República e seus desdobramentos.

Texto de apoio

Oligarquias estaduais

[...] o controle dos eleitores era uma moeda importante ao menos para definir as disputas entre coronéis. As formas como as oligarquias estaduais iriam arbitrar e regular tais disputas poderiam tomar proporções de pequenas guerras civis. No município estavam as disputas de interesses, os faccionalismos, a política como disputa por recursos de poder local, ao fim e ao cabo. A centralização do Poder Executivo municipal pela Constituição republicana, com a criação das prefeituras em substituição à tradição portuguesa de governo das câmaras de vereadores, exacerbava as tensões políticas entre as elites locais. Mais que uma troca, o pacto coronelista organizava um amplo processo de negociação entre as facções políticas locais e a oligarquia estadual, permanentemente atualizado. Apesar da vontade de congelamento das situações estaduais a partir de Campos Sales, a duplicidade de poderes, muitas vezes com o funcionamento paralelo de duas assembleias legislativas, foi uma constante por toda a Primeira República.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3, p. 106. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Ela chama atenção primeiramente para a existência de quatro outros estados que também tinham força na política nacional: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.
b) O poder de Minas devia-se a dois fatores: o fato de possuir a maior bancada do país (37 deputados) e de ser o segundo maior produtor de café do Brasil na época.
c) Resposta pessoal. **Professor**: comentar sobre a importância da pesquisa para o conhecimento histórico e das novas tecnologias na conservação e consulta das fontes.

AUDIOVISUAL

A professora Cláudia Viscardi expõe sua tese sobre a política na Primeira República.

Texto de apoio

Primeira República muito além do café com leite

Em seu livro **O teatro das oligarquias**, contestando a validade da tese do café com leite por meio do exame das articulações referentes às sucessões presidenciais [...], Cláudia Viscardi demonstra como diversos atores se alinharam e desalinharam nas disputas ocorridas por ocasião da substituição dos mandatos presidenciais ocorridos entre Rodrigues Alves (1902-1908) e Washington Luís (1926-1930). [...]

Viscardi consegue demonstrar que o predomínio dos vencedores nas sucessões não se eternizava à custa da marginalidade dos demais atores. No lugar disso, a expectativa do rodízio das forças ao término de cada mandato, os efeitos das disputas e o esforço dos competidores no sentido de impedir a monopolização do poder por um ou outro ator asseguravam a crença em campanhas futuras, inibiam o ressentimento de exclusão entre os perdedores e, nesse sentido, continham rupturas.

Logo, São Paulo e Minas não fizeram (a despeito dos demais) o que bem entendiam. Ao contrário, havia intensa barganha entre os estados.

É bom que se diga que não são desconsideradas as posições, na economia, bem como na política, de mineiros e paulistas. A autora igualmente não ignora que se coligaram e que ocuparam juntos a administração federal. [...] Ao mesmo tempo, o livro faz ver que os demais estados sabiam – todo o tempo – que uma aliança exclusivista entre Minas e São Paulo lhes seria prejudicial. Em segundo lugar, o Exército e o Executivo também agiam, tornando o processo e as redes que o compunham muito mais complexos e multifacetados. Logo, ante os planos situacionistas, houve, ao longo das sucessões, a composição de eixos alternativos de poder, com dose respeitável de eficácia política. Ainda mais (e isto é absolutamente notável), não é apenas o fato de mineiros e paulistas não serem os únicos com voz e vez; é também o fato de inexistir permanente "aliança entre os dois". Na prática, afirma Viscardi, "mais se temiam do que se uniam".

NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. A Primeira República muito além do café com leite. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 197-201, jan./jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518-3319-topoi-14-26-00197.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

Café com leite ou café com política?

Durante muito tempo se acreditou que a aliança entre São Paulo (café) e Minas Gerais (grande produtor de leite), os estados mais ricos e mais populosos na época, teria permitido às oligarquias desses dois estados o controle exclusivo do poder na Primeira República. Estudos recentes mostram, no entanto, que não foi bem assim. Veja o que a historiadora Cláudia Viscardi diz sobre o assunto.

PARA REFLETIR

ACERVO ICONOGRAPHIA

Inauguração do Café do Rio. Rio de Janeiro, 1911.

Café com política

Análises recentes das sucessões presidenciais na Primeira República (1889-1930) mostram que a famosa aliança entre Minas Gerais e São Paulo, chamada de política do "café com leite", não controlou de forma exclusiva o regime republicano. Havia outros quatros estados, pelo menos, com acentuada importância no cenário político: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Os seis, para garantirem sua **hegemonia**, possuíam uma forte economia e (ou) uma elite política [...] bem representada no **Parlamento**. E, juntos ou separados, participaram ativamente de todas as sucessões presidenciais ocorridas no período. [...]

O poder de Minas Gerais nesse período é explicado não pela força econômica do gado de leite, mas pela sua projeção política garantida pela bancada de 37 deputados, a maior do país. E a influência de Minas, também derivava da forte cafeicultura, já que foi o segundo maior produtor de café do Brasil até o final da década de 1920, sendo responsável por 20% em média [...]. A expressão mais adequada para a pressuposta aliança Minas Gerais-São Paulo seria, então, "café com café" (e não "café com leite"). [...]

Hegemonia: liderança.
Parlamento: Congresso Nacional, isto é, Câmara dos deputados federais e Senado.

VISCARDI, Cláudia M. R. Aliança "café com política". **Nossa História**, São Paulo, ano 2, n. 19, p. 45, maio 2005.

a) Para a autora do texto, a tese de que São Paulo e Minas dominaram a política na Primeira República **não** se justifica. Que argumentos ela usa para derrubar a tese do "café com leite"?
b) Segundo o texto, o que explica a força de Minas Gerais na política nacional?
c) Você considerou os argumentos da historiadora convincentes?

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

Indústria e operários na Primeira República

Durante a Primeira República, ocorreu um crescimento constante do número de indústrias no Brasil. Em 1889, ano da Proclamação da República, o Brasil contava com 636 indústrias e cerca de 54 mil operários.

Veja como essa situação se alterou observando a tabela abaixo.

Ano	Número de indústrias	Número de operários
1907	3 258	149 018
1920	13 336	275 512

Fonte: DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil (1889-1930). São Paulo: Atual, 1991. p. 24. (História em documentos).

DIALOGANDO

a) O que se pode concluir comparando os dados da tabela?

b) Que fatores explicam o fenômeno mostrado na tabela?

Perceba que, entre 1907 e 1920, o número de empresas cresceu por volta de quatro vezes, enquanto o de operários empregados quase duplicou.

Durante muito tempo se disse que esse crescimento deveu-se, em grande parte, aos efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) sobre nossa economia, quando o país foi forçado a fabricar o que antes importava. Estudos recentes, no entanto, demonstram que a industrialização brasileira foi estimulada por quatro fatores principais: a) capitais nacionais (acumulados com as exportações agrícolas, sobretudo de café); b) disponibilidade de matéria-prima; c) grande oferta de mão de obra barata; d) um sistema de transportes ligado aos portos.

COLEÇÃO PARTICULAR

Conde Francesco Matarazzo, ao centro e sentado, com a família, c. 1910.

São Paulo tornou-se o estado mais industrializado do país. As maiores fábricas paulistas foram montadas por fazendeiros de café, como Antônio Álvares Penteado, e por imigrantes, como Francesco Matarazzo. Os principais ramos industriais da época, em ordem de importância, foram: o têxtil, o de alimentação – incluindo bebidas – e o de vestuário.

Os processos de industrialização e urbanização variaram bastante de uma região para outra. A região Sudeste, sobretudo São Paulo, recebeu os maiores investimentos, liderando a corrida industrial no país.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: A CONSTRUÇÃO da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República. Disponível em: <http://livro.pro/h3zrcs>; e UMA SÃO Paulo industrial. Disponível em: <http://livro.pro/n7u4mp>. Acessos em: 10 nov. 2018.

Dialogando

a) Conclui-se que, durante o período, o número de empresas cresceu por volta de quatro vezes, enquanto o número de operários empregados quase duplicou.

b) O crescimento industrial na Primeira República se deve: aos capitais acumulados com as vendas de gêneros agrícolas, sobretudo de café; à disponibilidade de matéria-prima e de mão de obra barata; e à existência de um sistema de transportes ligado aos portos.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• O FIO da história, entre agulhas e tecidos. Duração: 15 min. Disponível em: <http://livro.pro/xik387>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Documentário sobre a indústria têxtil no século XX.

• LUGARES de São Paulo: descubra os encantos do Palácio das Indústrias. Duração: 3 min. Disponível em: <http://livro.pro/pa6e2q>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Reportagem sobre o Palácio das Indústrias, construído no início do século XX como um monumento ao crescimento econômico do estado.

• SÃO PAULO década de 1920. Duração: 4 min. Disponível em: <http://livro.pro/hvwoip>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Vídeo mostra imagens de São Paulo no início do século XX.

Texto de apoio

A expansão da indústria

[...] a revolução pôs fim à República Velha. Houve uma ruptura do modelo de desenvolvimento industrial baseado no capital cafeeiro. A partir de fins da década de 1930 e nos anos seguintes a acumulação industrial passou, gradativamente, a ser fundamentada na reprodução e ampliação de seu próprio capital.

Resta saber como se processou o desenvolvimento industrial a partir do século XX. Em primeiro lugar, foi beneficiado com a expansão da economia cafeeira: o crescimento da área de plantio geralmente era precedido ou, em algumas regiões – como por exemplo o norte do Paraná –, seguido pela construção da ferrovia, que propiciava o escoamento da produção para os portos, principalmente Santos e Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo fundavam-se novos núcleos urbanos, ampliavam-se as necessidades de consumo e crescia a demanda do abastecimento. Parte dessas necessidades era satisfeita com importações. O caso dos gêneros alimentícios é bastante exemplificador: entre 1905 e 1930 eles representaram uma média aproximada de 24% das importações brasileiras. Cada vez mais, contudo, a indústria passou a abastecer esse mercado em expansão.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 220.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: AVENIDA Paulista: da formação à consolidação de um ícone da metrópole de São Paulo. Disponível em: <http://livro.pro/j2zkcy>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• A EXPANSÃO cafeeira e a urbanização em São Paulo – Parte 1. Duração: 28 min. Disponível em: <http://livro.pro/9ia5wn>; e Parte 2. Duração: 27 min. Disponível em: <http://livro.pro/btnawg>. Acessos em: 10 nov. 2018.

Entrevista com Flávio Saes, professor da USP, sobre a relação entre expansão cafeeira e urbanização em São Paulo.

Modernização e urbanização

Os processos de industrialização e modernização ocorreram ao mesmo tempo em várias cidades. Vejamos o caso de São Paulo.

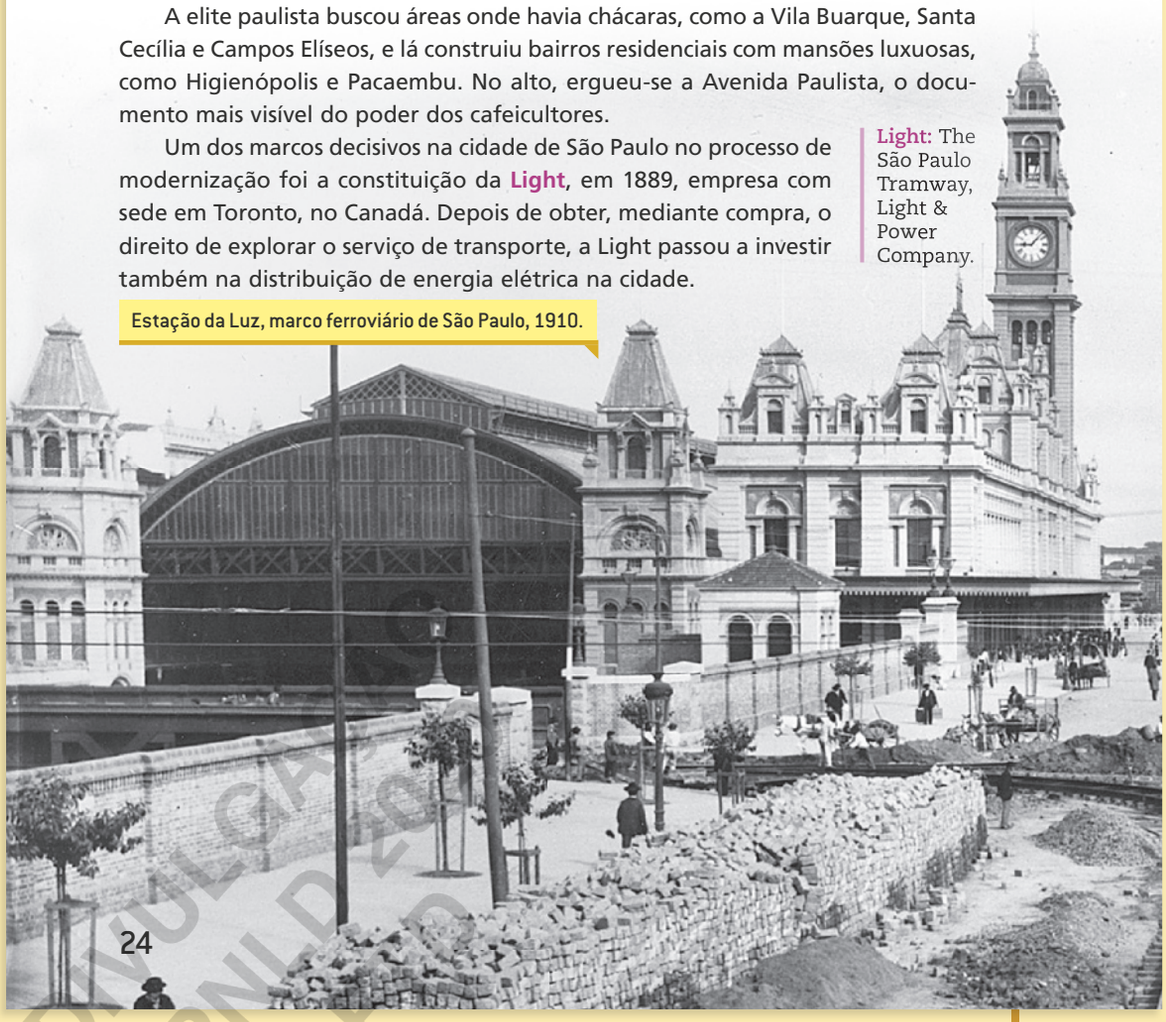
Até 1850, São Paulo era uma cidade pequena, provinciana e politicamente pouco importante para o Império. Sua área mais urbanizada era formada pelas ruas Direita, XV de Novembro e São Bento. Com o *boom* da economia cafeeira, a cidade ganhou uma extensa rede ferroviária, comercial e financeira. E, na década de 1870, passou a crescer em um ritmo acelerado. Com o crescimento da cidade, o centro antigo de São Paulo deixou de ser desejado como área residencial.

A lógica do crescimento urbano empurrou a população pobre para as áreas onde os terrenos eram mais baratos e as linhas ferroviárias, com várias estações, ajudavam no transporte das pessoas. Alinhadas a essa rede ferroviária, ergueram-se também indústrias que, à época, se tornaram um elemento característico da paisagem paulistana.

A elite paulista buscou áreas onde havia chácaras, como a Vila Buarque, Santa Cecília e Campos Elíseos, e lá construiu bairros residenciais com mansões luxuosas, como Higienópolis e Pacaembu. No alto, ergueu-se a Avenida Paulista, o documento mais visível do poder dos cafeicultores.

Um dos marcos decisivos na cidade de São Paulo no processo de modernização foi a constituição da **Light**, em 1889, empresa com sede em Toronto, no Canadá. Depois de obter, mediante compra, o direito de explorar o serviço de transporte, a Light passou a investir também na distribuição de energia elétrica na cidade.

Light: The São Paulo Tramway, Light & Power Company.



Estação da Luz, marco ferroviário de São Paulo, 1910.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020

Texto de apoio

Modernização de São Paulo

No início do século XX, a iniciativa privada abriu os primeiros parques equipados para a prática de esportes em meio a jardins ou matas nativas. Dois deles – o Parque Antarctica, na Água Branca (1900), e o Bosque da Saúde, próximo ao Jabaquara (1908) – pertenciam à Companhia Antarctica Paulista, que os utilizava como instrumento de *marketing* para vender cerveja. O Parque Antarctica foi inteiramente planejado, com ruas bem traçadas em meio à vegetação plantada. Por sua vez, o Bosque da Saúde era um trecho da mata atlântica cortado por trilhas e clareiras. Ambos eram servidos por bondes elétricos e havia promoções conjuntas da Light e da Antarctica, nas quais eram oferecidas reduções nas tarifas e espetáculos musicais e circenses gratuitos, com ampla divulgação nos jornais.

Outro "*tramway*" – aquele que décadas depois seria imortalizado por Adoniran Barbosa em seu "Trem das Onze" – era o da Cia. Cantareira de Águas e Esgotos e dava acesso ao parque existente na serra. Pela linha que ligava o centro da cidade a Santo Amaro atingia-se facilmente a represa de Guarapiranga, construída para regularizar a vazão do Rio Pinheiros à jusante e que a partir de 1906 se transformou em novo local de lazer.

PONTES, José Alfredo Vidigal. **São Paulo de Piratininga**: de pouso de tropas a metrópole. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2003. p. 16.

Outro marco importante na modernização de São Paulo foi a estreia do bonde elétrico em 1900. A substituição do bonde puxado por burros por bonde elétrico contribuiu para aumentar a velocidade, diminuir o tempo do transporte e melhorar também a higiene pública, já que evitava o enxame de moscas que rondavam as fezes das mulas.

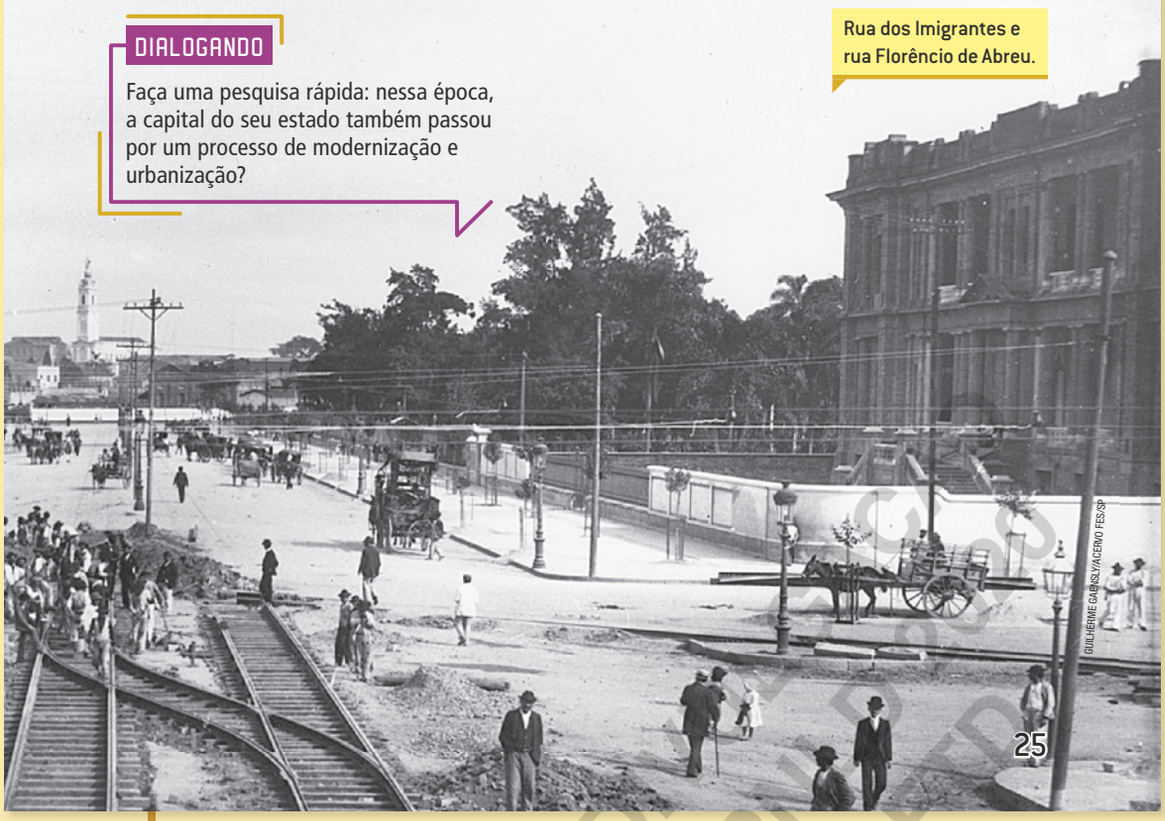
A energia elétrica e os transportes impulsionaram a indústria, o comércio, os serviços e também o lazer (ler após o entardecer, por exemplo). Os bondes elétricos ligavam o centro da cidade aos bairros, servindo, sobretudo, ao transporte de trabalhadores e estudantes e estimulando ocupação de espaços vazios e a formação de novos bairros. Exemplo disso são as linhas que passavam por bairros como Penha, Santana, Jabaquara, Santo Amaro e Pinheiros.

Nos anos 1920, enquanto o centro de São Paulo se verticalizava com a construção de inúmeros prédios, a periferia da cidade se expandia com a formação de novos bairros. Na década de 1920, a população de São Paulo saltou de 580 mil para 888 mil habitantes, crescimento de mais de 50%. Referindo-se a esse crescimento vertiginoso da cidade, o poeta Mario Andrade chamou-a de "Pauliceia Desvairada".

Entre 1890 e 1920, outras importantes cidades também cresceram: a população do Rio de Janeiro passou de 522 mil para 1,1 milhão de habitantes; e a de Salvador, de 175 mil para 285 mil habitantes.

DIALOGANDO

Faça uma pesquisa rápida: nessa época, a capital do seu estado também passou por um processo de modernização e urbanização?



Rua dos Imigrantes e rua Florêncio de Abreu.

GUILHERME GAENSLY/ACERVO FES/SP

25

Texto de apoio

Urbanização de São Paulo

Os imigrantes encontram aqui um campo novo e praticamente sem concorrentes. O rápido desenvolvimento da cidade criava a demanda por esses serviços. Eles souberam aproveitar o novo espaço, fazendo uso da rede de relações que tinham ou que criavam. Daí que as relações pessoais, familiares, entre membros originários da mesma aldeia era fundamental. Muitos se agrupavam, se ajudavam e mesmo recriavam a sociedade de sua aldeia de origem. [...]

As colônias deram origem aos bairros italianos de São Paulo, como Brás, Bexiga, Bom Retiro, Barra Funda, Belenzinho. Em muitos terrenos baratos como os vales insalubres do rio Tietê e Tamanduateí, mas servidos por ramais de estrada de ferro, foram instaladas fábricas e seus bairros operários, onde se acomodaram muitos imigrantes.

A comunidade de origem rural se reorganizava nos bairros onde encontrava proteção para os momentos difíceis da chegada. As festas do santo protetor indicam os lugares de origem. No Bexiga a festa de Nossa Senhora da Achiropita, venerada em Rossano, Calábria, na província de Cosenza. No Brás o festejado é São Vito Mártir, venerado pelos originários de Polignano a Mare. O importante livro de contos de Âlcantara Machado, **Brás**, **Bexiga** e **Barra Funda**, apresenta retratos, flagrantes da vida humilde dos imigrantes italianos no período de 1900 a 1920.

As atividades urbanas de alfaiate, sapateiro, pedreiro, escultor, jornaleiro, vendedor de gêneros alimentícios estão entre aquelas de que os italianos souberam lançar mão no momento de expansão da cidade.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 36-37.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: DESVENDANDO a cidade de São Paulo na primeira metade do século XX. Disponível em: <http://livro.pro/2nqbwh>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Dialogando

Resposta pessoal.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A HISTÓRIA do bonde de São Paulo. Duração: 2 min. Disponível em: <http://livro.pro/z8d79c>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Reportagem sobre a história do bonde de São Paulo.

- LIGHT 100 anos: uma história de energia. Duração: 21 min. Disponível em: <http://livro.pro/oznodw>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Documentário sobre a criação da Light e sua trajetória.

DIREITOS RESERVADOS

Dialogando

a) A avó negra, cuja filha é mestiça, agradece a Deus pelo fato de o seu neto ter nascido branco, isto é, por ter a cor da pele do pai dele.

b) A intenção do artista neste quadro é mostrar que a criança branca veio redimir a sua família da "marca de Cam", isto é, da cor negra. O bebê puxou ao pai: não traz na pele a cor da avó e nem a de sua mãe. Isso explica as mãos erguidas da avó.

c) Segundo ela, em 100 anos, a contar de 1911, a população brasileira seria totalmente branca, por meio de intensa miscigenação; assim, os negros e os mestiços desapareceriam das terras brasileiras.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• IMIGRAÇÃO japonesa no Brasil. Duração: 26 min. Disponível em: <http://livro.pro/ybt35c>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Documentário sobre a imigração japonesa no Brasil.

• IMIGRAÇÃO italiana no Brasil. Duração: 4 min. Disponível em: <http://livro.pro/boxqj6>. Acesso em: 19 out. 2018.

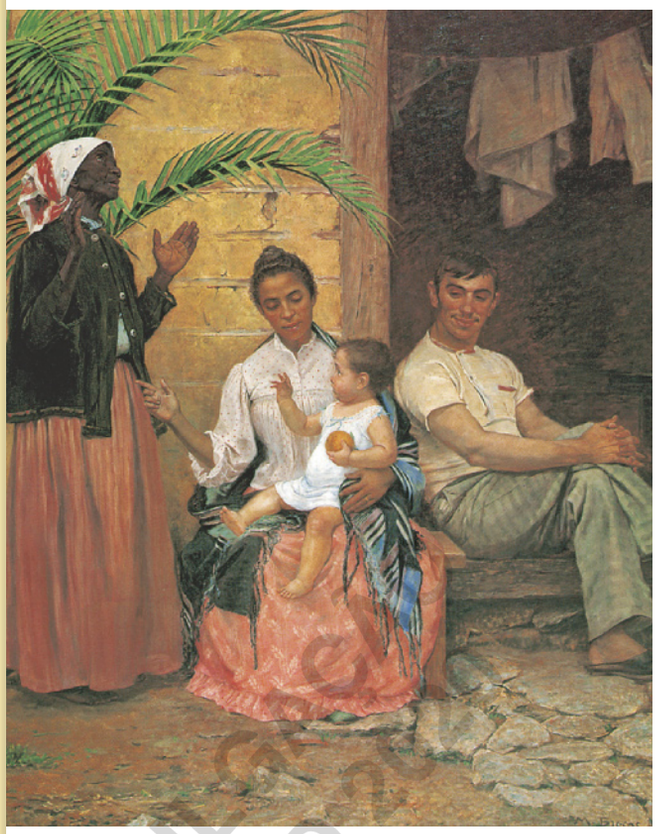
Vídeo sobre a imigração italiana no Brasil.

Imigrantes no Brasil

Na Primeira República, a industrialização e a urbanização estiveram estreitamente associadas à imigração. Entre 1890 e 1930, cerca de 3,2 milhões de imigrantes vieram para o Brasil em busca de uma vida melhor.

O salto populacional na cidade de São Paulo deveu-se em parte ao afluxo de um grande número de imigrantes e de pessoas saídas do interior em busca de uma vida melhor. Partiam dispostas a trabalhar em profissões liberais, no funcionalismo público, no comércio, no artesanato, nas fábricas, na construção civil etc.

O estado de São Paulo, sozinho, recebeu 57,7% do total de imigrantes, pois oferecia bons atrativos: pagava as despesas com passagens, dava alojamento e oferecia oportunidades de trabalho. Por serem de cor branca e católicos, italianos, portugueses e espanhóis foram os imigrantes preferidos das autoridades e dos fazendeiros brasileiros. A elite brasileira acreditava na superioridade do europeu e no branqueamento da população brasileira por meio da miscigenação. O branqueamento daria ao Brasil acesso ao conjunto das nações "civilizadas". Em 1911, o médico João Batista de Lacerda, representante brasileiro no Congresso Mundial das Raças, em Londres, afirmou que, em 100 anos, o negro e o indígena desapareceriam graças à miscigenação e, com isso, ocorreria o branqueamento da população brasileira.



MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

DIALOGANDO

a) O que ocorre na cena representada?
b) Qual é a mensagem transmitida pelo artista?
c) Esse quadro realiza visualmente a teoria do branqueamento. Em que consistia essa teoria?

O título do quadro ao lado é **A redenção de Cam**. A obra é uma pintura a óleo de autoria de Modesto Brocos y Gómez e data de 1895.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

Febre imigratória

No período que vai de 1830 a 1930, europeus, africanos e asiáticos entraram no Brasil e passaram a conviver e a se sujeitar a costumes, hábitos e regras muitas vezes distintos de seus países de origem. No entanto, foi a partir do final do século XIX que os movimentos migratórios recrudesceram.

Práticas de moradia, de alimentação, tradições religiosas, costumes sanitários e educacionais seriam revolucionados, assim como os costumes, que opunham senhores a escravos, se veriam convulsionados. Iludidos por uma propaganda que garantira novas "terras prometidas", uma verdadeira febre imigratória arrebatou poloneses, alemães, espanhóis, italianos, portugueses e, mais tarde [...], japoneses. [...] Mais de 50 milhões de europeus abandonaram seu continente em busca da tão desejada "liberdade".

A maior parte dos imigrantes transatlânticos dirigiu-se para a América do Norte, mas 22% do total – algo em torno de 11 milhões – foram para a América Latina. Desses, 38% eram italianos, 28% espanhóis, 11% portugueses e 3% franceses e alemães. Vale a pena destacar que, desse contingente, 46% seguiram para a Argentina, 33% para o Brasil, 14% para Cuba e o restante dividiu-se entre Uruguai, México e Chile.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3, p. 66-67. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

Contestações e dinâmicas da vida cultural na Primeira República

A Guerra de Canudos

Nas últimas décadas do século XIX, a exclusão do direito ao voto (cidadania política), a carestia e o desemprego, o autoritarismo e o descaso dos governantes da República com a maioria da população contribuíram para vários movimentos de contestação e rebeliões na Primeira República. No sertão, as secas constantes agravavam a situação e tornavam a vida da maioria dos habitantes quase insuportável.

Nesse cenário marcado por violência e exclusão, surgiu no sertão nordestino, em 1870, um líder religioso chamado Antônio Vicente Mendes Maciel, o "Conselheiro". Nascido em Quixeramobim, no Ceará, Antônio Conselheiro exerceu na juventude várias ocupações, entre elas a de professor. Certo dia, abalado por dissabores na vida pessoal, deixou o Ceará e iniciou sua vida de **beato**. Andava pelo sertão afora pregando de cidade em cidade e promovendo **mutirões** para ajudar pequenos agricultores, reformar igrejas e erguer muros de cemitérios. Aos poucos, foi reunindo um grande número de seguidores.

Em 1893, o Conselheiro e sua gente estabeleceram-se no sertão baiano, às margens do Rio Vaza-Barris, nas terras de uma antiga fazenda chamada Canudos. Ali começaram a construir um povoado, que foi chamado de Belo Monte e, depois, de Canudos. Os habitantes do arraial eram, em sua maioria, sertanejos pobres que fugiam dos desmandos dos coronéis e do desemprego, em busca de conforto material e espiritual. Mas lá havia também negociantes, enfermeiros, soldados, artesãos, mineradores e professores.

ACERVO ICONOGRAPHIA

Representação de Antônio Conselheiro que circulou em Pernambuco durante a Guerra de Canudos. Impressa na Livraria Contemporânea. Recife, PE, 1897.

Beato: devoto religioso que prega e faz profecias.

Mutirão: trabalho coletivo realizado gratuitamente em benefício de uma ou mais pessoas.

DIALOGANDO

Você já presenciou um mutirão no lugar onde mora?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Dialogando

Resposta pessoal. **Professor**: comentar que no campo é comum se fazerem mutirões para roçar a mata, colher, plantar etc. Na cidade é comum a prática do mutirão em atividades como consertos de igrejas, escolas, enchimento de laje etc.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- O QUE foi a Guerra de Canudos? Duração: 3min53s. Disponível em: <http://livro.pro/iyhc69>. Acesso em: 1º nov. 2018.

O vídeo aborda a Guerra de Canudos, quem foi Antônio Conselheiro e a reação da República a essa revolta.

- OS CEARENSES: Antônio Conselheiro. Duração: 41 min. Disponível em: <http://livro.pro/b3egp6>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Documentário sobre Antônio Conselheiro e sua importância histórica.

Texto de apoio

Povo de Canudos

As terras em que ficava Canudos não eram desertas e ali já existia um povoado assim chamado, à margem do Vaza-Barris, um rio intermitente. Os conselheiristas se estabeleceram e sobreviveram de uma parca agricultura de subsistência, plantando mandioca para o preparo de farinha e cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura, criando cabras. Assim se fundou Belo Monte, nome bíblico dado à cidadela que ergueram como baluarte contra a República instaurada em 1889, sobrepondo-se à Canudos preexistente. [...]

Na vida cotidiana do arraial predominava a religião. Como hábito no sertão e em geral no interior do país, era uma religião festiva, em contraste com a austeridade preconizada pelo líder, que não tolerava luxos ou abusos de conduta. Os habitantes organizavam suas vidas em torno de dois ofícios religiosos diários, à madrugada e à noitinha, e periodicamente assistiam aos conselhos do Peregrino, com data marcada, para os quais vinha gente até de longe. Canudos tornou-se um centro de romaria, atraindo crentes para pedir audiência ao Conselheiro e fazer doações. [...]

O arraial contava com uma professora, de modo a não descurar da educação das crianças. O próprio Conselheiro frequentara escola, sabendo ler, escrever e até rudimentos do latim. Um secretário, Leão Ramos, atendia ao líder escriba. Havia um curandeiro, Manuel Quadrado, perito em remédios silvestres e simpatias. E José Félix, o Taramela, servia de criado e homem de confiança, como chaveiro e guarda das igrejas.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Viver e morrer em Belo Monte. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 10, n. 111, p. 17-19, dez. 2014.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: CRONOLOGIA resumida da Guerra de Canudos. Disponível em: <http://livro.pro/ojcxa8>; e ANTÔNIO Conselheiro e João Abade: a teoria do Estado e Canudos. Disponível em: <http://livro.pro/4iivpv>. Acessos em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• SEGREDOS do Sertão: Euclides da Cunha, Canudos. 9 min. Disponível em: <http://livro.pro/oabhqe>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Reportagem sobre o sertão da Bahia, sua gente e a Guerra de Canudos.

Em Canudos, os sertanejos cultivavam milho, feijão, batata e criavam cavalos e bodes, cujo couro era usado para fazer vestimentas, calçados, chapéus e para comerciar com as vilas e cidades da região. A autonomia da gente de Canudos, sua decisão de viver conforme a leitura da **Bíblia** feita por Conselheiro e, sobretudo, a decisão de **não** pagar os novos impostos lançados pela República foram vistas pelas autoridades como uma ameaça. Os senhores da República passaram a dizer que Canudos era um reduto de monarquistas fanáticos e perigosos.

Foi o que bastou para que o governo enviasse várias expedições militares contra Canudos. Nos confrontos, os sertanejos saíam da mata fechada gritando vivas a Bom Jesus e a Antônio Conselheiro e atacavam os inimigos com armas de fogo, facas e facões. As três primeiras expedições foram vencidas pelos sertanejos por meio da tática de **emboscadas**. A imprensa oficial transformou a liderança de Canudos – Conselheiro, João Abade e Pajeú – nos maiores inimigos do progresso e da República. O então presidente da República, Prudente de Morais, enviou a Canudos uma nova expedição com mais de 6 mil soldados que, com dinamite e balas de canhão, arrasou o arraial. Em 5 de outubro de 1897, as casas de Canudos tinham sido incendiadas e sua população, massacrada. O corpo de Antônio Conselheiro foi decapitado.

Emboscadas: tática que consiste em esperar o inimigo às escondidas e atacá-lo de surpresa.

Soldados da repressão em meio às ruínas de Canudos, 1897.

ACERVO ICONOGRAPHIA

DIVULGAÇÃO PNLD 2022 FTD

Texto de apoio

Tragédia em números

Apesar de carregarem algum grau de incerteza, as cifras sobre a campanha de Canudos impressionam. Do efetivo de 20 mil homens que tinha em 1897, o Exército chegou a enviar ao arraial 9500 soldados. Além deste número, cerca de outros 2500 vieram das polícias estaduais da Bahia, Amazonas, Pará e São Paulo. Um esforço impressionante, não fosse o tamanho do povoado.

Estimativas indicam que Canudos chegou a ter 20 mil habitantes. No entanto, os números apresentados pelo tenente Macedo Soares, veterano de campanha, parecem mais razoáveis. Segundo ele, quando a tropa comandada por Moreira César foi derrotada, eram aproximadamente 8 mil moradores. E mais ou menos 2 mil em fins de setembro, quando uma trégua permitiu a saída de mulheres, crianças e idosos do povoado.

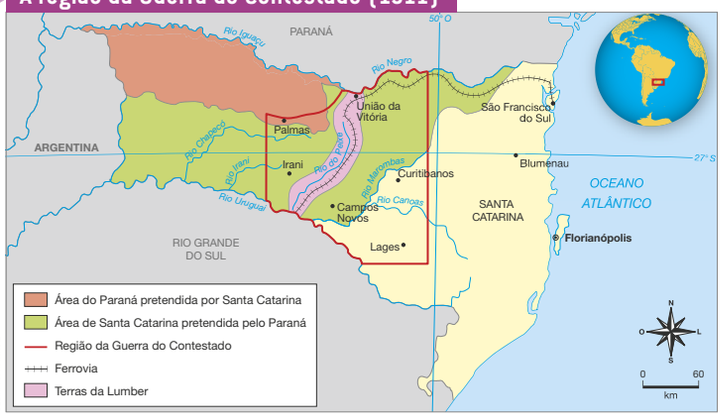
O esforço logístico para suprir as tropas também era imenso. Mas a falta de cuidado deixou os próprios soldados vulneráveis em certos momentos. Nas batalhas vencidas, os sertanejos tomaram alguns equipamentos modernos do Exército, aumentando sua capacidade de combate. Chegaram a conseguir de 400 a 500 mil cartuchos, além de capturar peças de artilharia, como os canhões da expedição de Moreira César. Neste caso, porém, não souberam operá-los.

MOITA, Sandro Teixeira. Todos perdemos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 10, n. 111, p. 24, dez. 2014.

A Guerra do Contestado

Entre Santa Catarina e o Paraná, numa área contestada (disputada) pelos dois estados, ocorreu outro movimento de sertanejos pobres e muito religiosos. Observe o mapa.

A região da Guerra do Contestado (1911)



SELMA CARMBROZ

Fonte: AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998. p. 20.

Dica! Vídeo sobre a Guerra do Contestado. Duração: 15 min. Disponível em: <http://livro.pro/v9hiiu>. Acesso em: 24 nov. 2018.

No começo do século XX, reinava um clima de forte tensão social na região do Contestado, pois os coronéis locais expandiam suas fazendas de gado e de erva-mate tomando terras dos indígenas e dos **posseiros** à força. A tensão aumentou ainda mais quando o governo do presidente Afonso Pena (1906-1910) contratou uma empresa estadunidense, a Brazil Railway Company, para construir um trecho da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. E, como parte do pagamento, cedeu a ela uma faixa de 15 quilômetros de cada lado da ferrovia. Em 1911, a empresa criou outra – a Lumber – que se comprometeu a colonizar a região com famílias vindas da Europa. O interesse da Lumber, porém, não era colonizar, mas explorar o pinho e a imbuia da rica floresta nativa. Os dirigentes da empresa estadunidense, então, arregimentaram capangas para expulsar os sertanejos daquela área e instalaram em Três Barras (SC) o maior complexo madeireiro da América do Sul na época.

Posseiro: pequeno proprietário que ocupou uma terra inexplorada e a cultivou durante anos, ganhando o direito de posse sobre ela.

COLEÇÃO PARTICULAR

A Lumber dedicava-se à extração de pinho e imbuia. Na foto, funcionários da Lumber carregam toras de araucária, madeira da região de alto valor comercial. Santa Catarina, c. 1915.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o artigo: A GUERRA do Contestado: desfazendo as amarras do esquecimento. Disponível em: <http://livro.pro/bk9qez>. Acesso em: 11 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A GUERRA do Contestado. Duração: 15 min. Disponível em: <http://livro.pro/v9hiiu>. Acesso em: 10 nov. 2018.

  Vídeo sobre a Guerra do Contestado.
- SOBREVIVENTES da Guerra do Contestado. Dividido em duas partes. Primeira parte. Duração: 17 min. Disponível em: <http://livro.pro/hmrz9o>. Acesso em: 10 nov. 2018.

  Documentário com depoimentos de sobreviventes da Guerra do Contestado.

DIVULGAÇÃO PNLD 20 FTD

Texto de apoio

Riqueza do Contestado

A importância da araucária angustifólia já fora observada e documentada no século XIX por viajantes como Auguste de Saint-Hilaire e Robert Avé-Lallemant. A Mata da Araucária, nessa época, destacava-se nas regiões de planalto, não só de Santa Catarina como também do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. A importância de sua madeira e principalmente o valor energético de sua semente, o pinhão, protagonizaram grande parte dos contatos interétnicos do Estado, muitas vezes sendo motivo de conflitos entre as populações indígenas de etnias diferentes e posteriormente entre indígenas e colonos, principalmente no século XIX e início do século XX.

Na composição étnica da população indígena de Santa Catarina temos os Guarani, os Kaingáng e os Xokleng, povos bastante distintos, tanto linguística como culturalmente. Porém, uma característica cultural aproxima os Kaingáng dos Xokleng: além de estarem dentro do mesmo tronco linguístico (da família "jê"), as duas etnias utilizavam o pinhão em sua dieta alimentar como uma das principais fontes energéticas.

[...] O pinhão para os Kaingáng era tão importante quanto para os Xokleng e a área de incidência das araucárias era habitada, majoritariamente, pelos Kaingáng.

PERES, Jackson Alexsandro. A araucária e os contatos interétnicos em Santa Catarina no século XIX. **Revista História Catarina**, ano II, n. 7, p. 83-84, abr./jun. 2008.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: GUERRA do Contestado: o processo de rendição. Disponível em: <http://livro.pro/7opjr4>; e OS MONGES do Contestado. Disponível em: <http://livro.pro/imi3u2>. Acessos em: 26 nov. 2018.

Dialogando

Sim; na base do conflito está o uso da força para tomar terras de indígenas e posseiros.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• MONGE João Maria. Duração: 9 min. Disponível em: <http://livro.pro/72b7rq>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Reportagem sobre os monges do Contestado.

Expulsos de suas terras, os camponeses do Contestado passaram a buscar a orientação e a seguir o beato José Maria. Pouco tempo depois, ergueram povoados na área de Santa Catarina pretendida pelo Paraná.

COLEÇÃO PARTICULAR

Óleo sobre tela do pintor catarinense Willy Zumblick, 1953. Nessa obra, o monge José Maria benze e conforta sertanejos, uma cena comum no Contestado no começo do século XX.

DIALOGANDO

É correto dizer que a Guerra do Contestado faz parte da longa história da luta pela terra no Brasil? Explique.

Os fazendeiros e a imprensa do Paraná passaram a dizer que os sertanejos do Contestado eram monarquistas fanáticos e inimigos da República (as mesmas palavras usadas para criticar os sertanejos de Canudos). Na verdade, o que faziam os camponeses do planalto catarinense era reagir à perda de suas terras e ao desrespeito a seus costumes e tradições.

O governo do Paraná enviou forças militares contra o Contestado e, durante a luta que então se travou, o monge José Maria e o comandante adversário morreram. Inconformados, os sertanejos passaram a dizer que o monge José Maria ia retornar à Terra para fazer valer a "lei da coroa do céu"; o movimento ganhou novos integrantes e o número de "**vilas santas**" cresceu.

Vilas santas: nome que os sertanejos do Contestado davam a seus povoados.

Durante um confronto com forças militares locais, os sertanejos incendiaram a sede da empresa estadunidense que os havia expulsado de suas terras. Diante disso, o governo do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) lançou contra o Contestado cerca de 6 mil soldados armados de canhões e metralhadoras e apoiados por aviões. Em nome da República e do "progresso", as "vilas santas" foram arrasadas e os camponeses, fuzilados ou queimados. Com o fim do Contestado, em 1916, os governos do Paraná e de Santa Catarina chegaram a um acordo, acertando os limites entre os dois estados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O Monge José Maria

As práticas de José Maria em Taquaruçu prosseguiam: atendia enfermos, dava conselhos, celebrava missas e batizava. [...] o Regimento de Segurança do Paraná foi convocado para destruir o arraial e prender os seguidores de José Maria. Segundo depoimentos da época, consta que os sertanejos (entre 200 e 300) não desejavam o enfrentamento. Mas qualquer reunião ou ajuntamento, numa região de conflitos fronteiriços e de instabilidade social, era considerada uma atitude hostil às autoridades.

Na madrugada de 22 de outubro de 1912, as tropas governistas abriram fogo, sendo enfrentadas pelos atacados, que portavam garruchas e facões. O comandante João Gualberto Gomes de Sá Filho contava, inclusive, no seu equipamento de guerra, com uma metralhadora que acabou não funcionando. Os que foram presos tiveram as cabeças raspadas pela polícia. Em solidariedade aos presos, os seguidores do "monge" que escaparam passaram a raspar a cabeça e a se autodenominar "pelados". Os inimigos da "Monarquia Celeste" eram nomeados então de "peludos". A batalha de Irani é considerada como o início da Guerra do Contestado, na qual José Maria e o Coronel Gualberto faleceram em combate.

ABI-RAMIA, Jeanne. **A Guerra do Contestado**. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11064-a-guerra-do-contestado>. Acesso em: 17 out. 2018.

A modernização do Rio na *Belle Époque*

Na passagem do século XIX para o século XX, várias cidades europeias, especialmente Paris, na França, tinham crescido e se modernizado em ritmo acelerado. Esse crescimento foi acompanhado por um avanço tecnológico marcado pelo advento da luz elétrica, em 1879, pelo uso do **cinematógrafo** para projetar filmes, em 1895, pela invenção de aparelhos de raios X, naquele mesmo ano, e pela primeira transmissão do telégrafo sem fio, em 1901, entre outros inventos. Esse período de modernização acelerada ficou conhecido como ***Belle Époque*** (expressão francesa que significa "bela época").

A invenção do cinema e a primeira exibição de um filme em Paris impressionaram fortemente as pessoas. Uma sequência de imagens de um trem avançando em direção à plateia provocou sustos, gritos e desmaios. Essas reações eram uma resposta ao medo de que o trem as atropelasse.

Paris, com sua recém-construída Torre Eiffel, tornara-se o cartão-postal da civilização europeia, a capital da ciência e das artes, uma cidade a ser imitada por todas as outras.

Para a maioria dos cientistas, engenheiros, médicos e pesquisadores brasileiros do início do século XX, modernizar era trazer a "civilização" da Europa para o Brasil, isto é, higienizar as nossas cidades promovendo reformas urbanas, a exemplo das feitas em Paris.

Cinematógrafo: o primeiro aparelho que permitiu gravar os movimentos e reprojetá-los foi o cinematógrafo, inventado em 1892 pelo francês Léon Bouly. Bouly, no entanto, não registrou sua invenção, o que deixou o caminho aberto para posteriormente, em 1895, na França, os irmãos Louis e Auguste Lumière patentearem e melhorarem a criação.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

Torre Eiffel no ano da sua inauguração, 1889, em Paris, França.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: A *Belle Époque* brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX. Disponível em: <http://livro.pro/pdcdkd>; ESSAS fotos coloridas mostram como era a vida em Paris no fim da *Belle Époque*. Disponível em: <http://livro.pro/hx8ogp>. Acessos em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- *BELLE Époque* brasileira. Duração: 10 min. Disponível em: <http://livro.pro/mo77cq>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Documentário sobre a *Belle Époque* brasileira.

- A INVENÇÃO do cinema. Duração: 11 min. Disponível em: <http://livro.pro/xfr6r2>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Documentário sobre a invenção do cinema.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020

Texto de apoio

Belle Époque

Na cultura brasileira, a separação entre os universos letrado e popular sempre foi muito atenuada, inclusive durante o primeiro período republicano. [...]

[...] Nem a revista e nem o cinema eram coisas muito novas naquele longínquo ano de 1910. Nova mesmo, naquele cenário da *belle époque* carioca, era a junção das duas coisas.

O popular Zeca do Patrocínio pertencia à nova geração de revistógrafos e humoristas que escreviam diálogos e roteiros para um gênero já um tanto modificado, adaptando-se – principalmente com a crescente utilização da música de Carnaval – às exigências do espetáculo mais ligeiro, procurando atender um público variado. [...] As músicas carnavalescas lançadas pelo teatro de revista geralmente ganhavam gravações fonográficas, já usuais no início do século. As poucas salas existentes também combinavam exibições de teatro e filme. Já a partir de 1910, os proprietários dos cineteatros viram-se obrigados a manter pequenas companhias de teatro ligeiro e burletas para rápidos espetáculos – no máximo de uma hora – destinados a atrair público para os filmes. Este misto de palco e tela obrigou os autores das revistas a uma concisão e a uma rapidez maior na elaboração de suas peças, fato que provocou ressonâncias recíprocas nas formas de criação cômica.

[...] **Paz e Amor** foi o primeiro espetáculo a adaptar cenas filmadas com vozes e canções do teatro e revista. [...]

Paz e Amor foi o maior sucesso daquele ano [...] e só não permaneceu mais tempo em cartaz porque o edifício foi destruído, alguns meses depois, por um incêndio.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3, p. 268-269. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o artigo: REVOLTA da vacina: higiene e saúde como instrumentos políticos. Disponível em: <http://livro.pro/3qe6q2>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• UM CIENTISTA, uma história: Oswaldo Cruz. Duração: 5 min. Disponível em: <http://livro.pro/za76ty>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Vídeo educativo sobre Oswaldo Cruz e a vacina da varíola.

Texto de apoio

Os cenários da República

[...] Com o governo Rodrigues Alves, o desenho político traçado encontra seu complemento necessário. Despolitizada, a capital federal será higienizada por Oswaldo Cruz e reformada pelas picaretas comandadas por engenheiros como Paulo de Frontin e Francisco Bicalho.

Na avenida Central, *boulevard* retilíneo traçado sobre o emaranhado de ruelas ainda coloniais e ladeados por fachadas ecléticas, o Rio de Janeiro viveria o sonho de ser uma Paris tropical [...], tão bem condensado por João do Rio: "De súbito, da noite para o dia, compreendeu-se que era preciso ser tal qual Buenos Aires, que é o esforço despedaçante de ser Paris" [...]. E do porto deslocado do velho cais Pharoux para a praça de Mauá, iluminado e modernizado, a cidade continuaria a exportar as riquezas do país, cumprindo assim o destino mercantil, que, desde os tempos coloniais, era o seu.

De que forma a suntuária e caríssima reforma urbana do Rio de Janeiro orquestrada pelo prefeito Pereira Passos se justifica, uma vez que, como foi visto, a capital havia sido esvaziada de seu potencial político?

Para desvendar esse aparente paradoxo é preciso lembrar o papel simbólico que o Rio assume como cidade-capital: reformada, iluminada, saneada e modernizada, a capital permitia aos estrangeiros que nela aportavam, aos que circulavam pelas calçadas da grande Avenida vestidos pelo último figurino parisiense e aos líderes da República acreditar que o Brasil – nela metonimizado – havia finalmente ingressado na era do progresso e da civilização. Para o país como um todo, os estados – para utilizar a fórmula de Campos Sales –, a capital modernizada antecipava um futuro que imaginavam que um dia seria o seu. [...]

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, 3. p. 40-41.

A Revolta da Vacina

Em 1902, Rodrigues Alves, um representante da oligarquia cafeeira, assumiu a presidência da República decidido a modernizar e a "higienizar" o Rio de Janeiro, eliminando os cortiços e embelezando sua área central. Confiou essa tarefa ao engenheiro Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro (capital federal à época). O projeto de modernização era inspirado no modelo parisiense e deveria ser posto em prática de cima para baixo. E assim foi feito. Para construir a Avenida Central (hoje Rio Branco) na área central da cidade, o prefeito autorizou a demolição de casas e casebres habitados pela população humilde. Aos gritos de "Bota abaixo!", os funcionários da prefeitura demoliram quarteirões inteiros, desabrigando cerca de 14 mil pessoas. Em 7 de setembro de 1904, a Avenida Central foi inaugurada.

Observe a imagem.

REPRODUÇÃO/CASA ST/AFFA

Movimento de pedestres e automóveis na Avenida Rio Branco, antiga Avenida Central. Rio de Janeiro, 1912.

Expulsos de suas casas, os antigos moradores do centro foram viver na periferia ou subiram os morros, onde construíram barracos de tábuas cobertos com latas de querosene abertas. Enquanto isso, o médico sanitarista Oswaldo Cruz era nomeado pelo governo para combater a febre amarela, a varíola e a peste bubônica, doenças que matavam milhares de pessoas na cidade do Rio de Janeiro. Em 1904, um projeto de lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola agitou e dividiu a sociedade carioca; conheça os principais argumentos dos dois lados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Argumentos a favor da obrigatoriedade da vacina	Argumentos contra a obrigatoriedade da vacina
1. A varíola matava mais de 4 mil pessoas todos os anos no Rio de Janeiro. 2. A vacinação obrigatória tinha sido adotada com sucesso na Europa.	1. Cada pessoa deveria ter o direito de escolher se queria ser vacinada ou não. 2. Os soros e os funcionários da saúde não eram confiáveis; os policiais usariam a força para vacinar as pessoas.

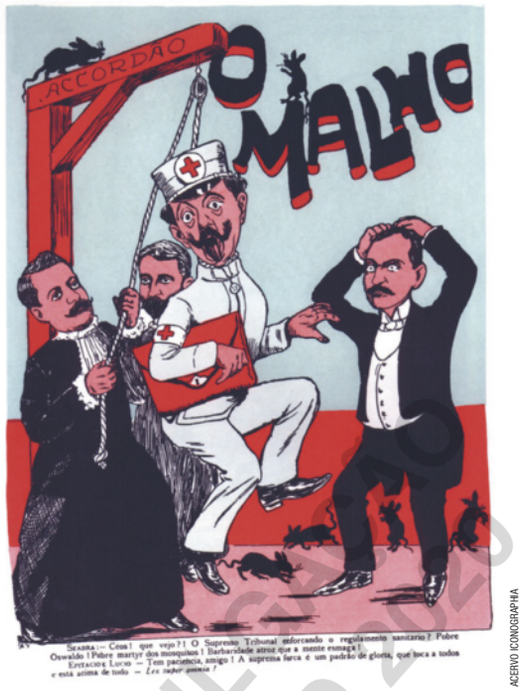
DIALOGANDO

Que argumentos você considerou mais pertinentes?

Convencido pelo médico Oswaldo Cruz, o Congresso aprovou, em 1904, a **Lei da Vacina Obrigatória**, que autorizava os funcionários da saúde a vacinarem contra a varíola todos os brasileiros a partir de seis meses de idade. Os desobedientes eram ameaçados com multas e demissões.

A obrigatoriedade da vacina, as demolições no centro da cidade, o custo de vida elevado... tudo isso levou a uma revolta popular, conhecida como Revolta da Vacina. De 10 a 16 de novembro de 1904, ocorreram intensos conflitos de rua no Rio de Janeiro; armados de paus, pedras e pedaços de ferro, os populares enfrentaram a polícia em vários pontos da cidade. Incendiaram bondes, arrancaram trilhos, depredaram lojas, além de cercar o Palácio do Catete, sede do governo, para protestar contra a vacinação obrigatória e a violência policial.

O governo ordenou que seus navios de guerra bombardeassem os bairros operários situados na orla litorânea e, ao mesmo tempo, suspendeu a obrigatoriedade da vacina contra a varíola; a Revolta foi desarticulada e seus líderes foram lançados aos porões de um navio e enviados ao Acre, território que tinha sido incorporado ao Brasil em 1903.



ACERVO ICONOGRAPHIA

Revolta da Vacina. Charge publicada na revista **O Malho**. Na cena representada, Oswaldo Cruz é enforcado. Era uma ironia ao fato de o Judiciário ter suspendido a obrigatoriedade da vacina. Rio de Janeiro, 1905.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: 1904: REVOLTA da Vacina: a maior batalha do Rio. Disponível em: <http://livro.pro/oorh87>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Dialogando

Resposta pessoal. **Professor**: pretendeu-se estimular o aluno a argumentar em defesa de um ponto de vista e a contestar argumentações.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- REVOLTA da Vacina. Duração: 23 min. Disponível em: <http://livro.pro/qyikui>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Vídeo com esquetes teatrais e depoimentos de médicos, pesquisadores e historiadores sobre a história da varíola, da vacina e da revolta popular de 1904.

- LEI DE vacinação, reforma sanitária e varíola: Oswaldo Cruz. Duração: 2 min. Disponível em: <http://livro.pro/c4t27g>. Acesso em: 1º nov. 2018.

Vídeo sobre a criação da lei em 1904 que tornava obrigatória a vacinação contra a varíola.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A Revolta da Vacina

No Brasil, o uso de vacina contra a varíola foi declarado obrigatório para crianças em 1837 e para adultos em 1846. Mas essa resolução não era cumprida, até porque a produção da vacina em escala industrial no Rio só começou em 1884. Então, em junho de 1904, Oswaldo Cruz motivou o governo a enviar ao Congresso um projeto para reinstaurar a obrigatoriedade da vacinação em todo o território nacional. Apenas os indivíduos que comprovassem ser vacinados conseguiriam contratos de trabalho, matrículas em escolas, certidões de casamento, autorização para viagens etc.

Após intenso bate-boca no Congresso, a nova lei foi aprovada em 31 de outubro e regulamentada em 9 de novembro. Isso serviu de catalizador para um episódio conhecido como Revolta da Vacina. O povo, já tão oprimido, não aceitava ver sua casa invadida e ter que tomar uma injeção contra a vontade: ele foi às ruas da capital da República protestar. [...]

FIOCRUZ. **A revolta da vacina**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2>. Acesso em: 12 out. 2018.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: IMAGENS, propaganda e movimento operário no início do século XX na cidade de São Paulo. Disponível em: <http://livro.pro/xxce82>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• MOVIMENTO anarquista atuou na conquista de direitos trabalhistas. Duração: 6 min. Disponível em: <http://livro.pro/o4r25i>. Acesso em: 3 nov. 2018.

Reportagem sobre o movimento anarquista no Brasil.

Texto de apoio

O movimento operário no século XX

No Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1906 na capital da República, em cujas resoluções prevaleceu uma orientação sindicalista revolucionária, a resolução que respondia ao tema 1, em que era perguntado se as sociedades operárias deveriam a uma "política de partido" ou conservar a neutralidade, dizia:

"Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas opiniões políticas e religiosas; [...]

Que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária [...]

O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, [...] direitos políticos de que necessitam."

Resoluções dentro do mesmo espírito foram aprovadas nos congressos operários brasileiros de 1913 e 1920, e, inclusive, a maioria dos anarquistas que atuavam no movimento sindical passa a defender essa postura, encarando a opção pelo ideário anarquista como uma escolha individual fora do sindicato. Ainda em 1906, o jornal anarquista gaúcho **A Luta** reforça essa postura dentro dos sindicatos.

Como temos procurado explicar, sempre que tratamos de sindicalismo, das associações operárias desse gênero, devem ser excluídas todas as ideias políticas, religiosas ou filosóficas, e apenas prevalecer a de uma conquista econômica pela ação direta dos indivíduos solidários e conscientes.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 175-176.

O movimento operário

No início do século XX, o ambiente das fábricas era insalubre, mal iluminado e sem ventilação adequada; os operários trabalhavam de 14 a 16 horas por dia por salários que não acompanhavam o aumento do custo de vida; além disso, não havia direito nem a férias, nem a aposentadoria. Em 1920, em São Paulo, 51% dos operários eram estrangeiros, enquanto no Rio de Janeiro estes somavam 35%; a maioria do operariado era formada de italianos, portugueses e espanhóis.

ACERVO ICONOGRAPHIA

Operários da Fábrica Sol Levante, das Indústrias Matarazzo. As feições e vestimentas dos fotografados permitem-nos perceber que entre eles havia muitos imigrantes, 1900.

Ideologias do movimento operário

As doutrinas que tinham maior penetração entre os trabalhadores eram o anarquismo e o socialismo.

O **socialismo** propõe a criação de uma sociedade igualitária e, portanto, sem classes sociais. Para se chegar a essa sociedade, os socialistas propunham a tomada do poder e o controle do Estado pelos trabalhadores até que as desigualdades sociais fossem eliminadas. Os **anarquistas**, por sua vez, também defendiam a criação de uma sociedade igualitária, mas, diferentemente dos socialistas, almejavam a destruição do Estado, pois, por princípio, eram contrários à existência de qualquer tipo de governo. Esses ideais entraram no Brasil com os imigrantes europeus.

Para divulgar seus ideais, os anarquistas produziram e lançaram importantes jornais operários, a exemplo de **O Libertário** (1904), **Terra Livre** (1905), **A Voz do Trabalhador** e **A Plebe** (1917). Entre os líderes anarquistas estavam Edgar Leuenroth, Everardo Dias e José Oiticica. Divulgando suas ideias e convencendo seus companheiros, os anarquistas esperavam chegar ao seu objetivo maior, uma "greve geral revolucionária", que poria fim ao Estado e ao capitalismo.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A luta pelas 8 horas

Apesar das frequentes rivalidades entre brasileiros e estrangeiros, assistiu-se na Primeira República à formação de um movimento operário combativo e atuante. Em 1906, o operariado realizou no Rio de Janeiro o **1º Congresso Operário Brasileiro**, reunindo trabalhadores de várias partes do Brasil. Esse Congresso foi conduzido, principalmente, por lideranças anarquistas e decidiu lutar pela jornada de oito horas de trabalho e pela regulamentação do trabalho feminino. No ano seguinte, a partir do 1º de maio de 1907, os operários fizeram várias greves com esse objetivo. O governo reagiu, reprimindo e prendendo trabalhadores. Além disso, o Congresso Nacional aprovou, também em 1907, a **Lei Adolfo Gordo**, que determinava a expulsão do país de imigrantes que participassem de greves. Mais de uma centena de operários estrangeiros acusados de promoverem greves foram expulsos. Apesar disso, as lutas operárias continuaram intensas.

A greve de 1917

Em 1917, os operários de São Paulo realizaram a maior greve ocorrida na Primeira República. O movimento iniciou-se com a paralisação de algumas fábricas da Mooca e do Ipiranga (bairros da capital paulista) e logo se alastrou. Em uma das manifestações dos trabalhadores – às portas de uma fábrica de tecidos do grupo Matarazzo –, a polícia abriu fogo contra a multidão, baleando o operário anarquista **José Martinez**, que morreu no dia seguinte.

Trabalhadores em frente a uma fábrica têxtil na Mooca, em São Paulo, SP, no início do século XX.

COLEÇÃO PARTICULAR

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

Greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917

Em julho de 1917, uma greve de enormes proporções, envolvendo cerca de 100 mil trabalhadores, homens, mulheres e crianças, paralisou São Paulo e, com a violência policial e o agravamento contínuo da situação dos operários, transformou a cidade em palco de uma verdadeira revolta urbana, a ação mais espetacular do movimento operário brasileiro até então.

A greve teve início no bairro da Mooca, na zona leste de São Paulo, área de concentração de indústrias e de trabalhadores, no Cotonifício Crespi, no dia 8 de junho de 1917. Na fábrica Crespi, cerca de 400 operários iniciaram o movimento reivindicando um aumento salarial de 15 a 20% e protestando contra a extensão do horário de trabalho noturno, imposto pela fábrica para atender ao aumento da produção e ocasionado também pela desestabilização da economia mundial causada pela guerra.

A paralisação foi decidida pelos operários da fábrica, reunidos na Liga Operária da Mooca. A fábrica ameaçou demitir todos os trabalhadores se não voltassem ao trabalho, mas o movimento continuou e, a partir dessa primeira fábrica, foi se ampliando dia a dia e tomou enormes proporções nas semanas que se seguiram, atingindo seu auge no mês de julho.

À greve geral de São Paulo seguiram-se várias outras em diversas partes do país. [...] Elas foram organizadas pelos próprios trabalhadores e contaram com a participação de lideranças sindicalistas, anarquistas, socialistas e de outros grupos descontentes com a situação do país. As greves de algumas categorias e cidades certamente encorajavam outras a fazer também seu movimento, e a grande imprensa de várias cidades revelou claramente seu temor quanto a isso. Essas greves e manifestações foram parte dos tantos movimentos de trabalhadores ocorridos ao redor do mundo naquele ano.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: HÁ 110 anos ocorria o primeiro Congresso Operário Brasileiro. Disponível em: <http://livro.pro/uwzqor>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- GREVE geral de 1917. Duração: 2 min. Disponível em: <http://livro.pro/7ajirn>. Acesso em: 3 nov. 2018.

  Vídeo sobre a greve geral de 1917.
- A GREVE geral anarquista de 1917. Duração: 29 min. Disponível em: <http://livro.pro/6drjrh>. Acesso em: 3 nov. 2018.

  Entrevista com a historiadora Christina Lopreato sobre a greve de 1917.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: ENTRE FIOS e teares: o cotidiano das mulheres operárias nas fábricas de tecidos no início da República. Disponível em: <http://livro.pro/gouu4z>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Texto de apoio

Os trabalhadores das fábricas

A imagem associada à classe operária na Primeira República é de que esta foi "branca, fabril e masculina". Cada um desses atributos falseia a realidade ao seu modo.

Falar de uma classe operária "branca", composta em sua maioria de imigrantes europeus, é sem dúvida uma avaliação globalmente correta para os estados de São Paulo e do Sul, mas desconsidera o peso do operariado "nacional", com significativa participação de negros e mulatos no restante do país. Além disso, mesmo em estados com grande presença de imigrantes europeus, há situações particulares que contradizem a generalização de uma classe operária branca e estrangeira, caso das cidades de Rio Grande e, mais particularmente, de Pelotas, no Rio Grande do Sul [...].

Por outro lado, o caráter fabril do operariado foi grandemente exagerado nas fontes disponíveis, pois, de modo geral, os levantamentos públicos e privados do período tenderam a desconsiderar as manufaturas e oficinas, com pequeno número de operários e com trabalho manual. Ainda assim, em 1907, um levantamento realizado pelo Centro Industrial do Brasil no Rio de Janeiro – então capital de República e ainda não superada por São Paulo como principal cidade industrial do país – apontava para o predomínio de médias empresas, que, segundo os critérios adotados nesse caso, eram as empresas que possuíam entre seis e 40 operários [...].

Por fim, no que diz respeito à dimensão masculina da classe operária, de fato, na Primeira República prevalecem os homens no trabalho manufatureiro e industrial. Entretanto, a mão de obra feminina foi muito significativa em ramos como têxtil e o de vestuário, chegando a ser majoritária em alguns lugares. De qualquer modo, o que é importante ressaltar é que o peso do trabalho feminino esteve sub-representado na face mais visível da classe operária – suas organizações. [...] As uniões de costureiras, surgidas em 1919, no Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo, estão entre as poucas exceções de organizações sindicais compostas e dirigidas por trabalhadores, e assim mesmo por se tratar de um setor exclusivamente feminino.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 164-165.

O enterro do jovem operário foi o estopim de uma greve geral em São Paulo. Para voltar ao trabalho, os trabalhadores exigiam:

- jornada de 8 horas e aumentos salariais;
- abolição do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos;
- pagamento pontual;
- diminuição dos aluguéis e congelamento dos preços dos alimentos.

ACERVO ICONOGRAPHIA

Trabalhadores ocupam bonde da Light durante a greve de 1917. São Paulo, julho de 1917.

O movimento grevista se alastrou para o Rio de Janeiro, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em São Paulo, os patrões concordaram em aumentar os salários em 20% e prometeram não dispensar nenhum grevista e fazer esforços para melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Diante disso, o operariado paulista voltou ao trabalho. Terminada a greve, porém, os empresários passaram a perseguir e a demitir os principais líderes do movimento.

Nos anos seguintes à greve geral de 1917, as lutas operárias por melhores condições de vida e de trabalho prosseguiram. Nesse contexto, um grupo composto por operários e intelectuais anarquistas e marxistas fundou, em março de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB). Os comunistas, ao contrário dos anarquistas, contavam com uma organização centralizada e nacional e eram favoráveis a participar das eleições, pois, por meio delas, esperavam transformar a sociedade.

A mobilização do movimento operário continuou. Em 1926, o PCB criou o Bloco Operário (BO), frente eleitoral que depois passou a se chamar Bloco Operário e Camponês (BOC). Na campanha para presidente da República de 1930, o BOC lançou um candidato próprio, o marmorista Minervino de Oliveira.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O modernismo

Em 1922, em sintonia com as mudanças que ocorriam no Brasil e na Europa, um grupo de intelectuais e artistas brasileiros lançou um movimento cultural conhecido como modernismo. Buscar respostas para as perguntas: "Quem somos nós?", "O que é ser brasileiro?" e reelaborar as influências culturais vindas do exterior, além de valorizar a cultura popular, eram algumas de suas principais preocupações.

COLEÇÃO PARTICULAR

Comissão organizadora da Semana de Arte Moderna de 1922. Em pé, Manuel Bandeira é o segundo e Mário de Andrade, o terceiro, a contar da esquerda para a direita. Oswald de Andrade aparece sentado e isolado em primeiro plano.

O movimento modernista teve início na Semana de Arte Moderna, evento realizado no Teatro Municipal de São Paulo, entre 13 e 17 de fevereiro de 1922. O evento contou com obras de pintores, como Di Cavalcanti e Anita Malfatti, escritores e poetas, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Na ocasião, além da mostra de arte, houve também declamação de poemas, palestras acerca das ideias modernistas e apresentações de música e dança.

O modernismo teve grande importância na história brasileira e podemos dividi-lo em dois momentos distintos. No primeiro, iniciado em 1922, o importante era o processo de atualização e de modernização da cultura e o combate a quaisquer formas de culto ao passado. A partir de 1924, o essencial passou a ser a produção de uma arte inteiramente própria.

No contexto desse segundo momento é que o sociólogo Gilberto Freyre publicou **Casa-grande & senzala** (1933) e o historiador Sérgio Buarque de Holanda lançou **Raízes do Brasil** (1936), obras que expressam o esforço dos intelectuais modernistas de pensar o país com base no que ele é, ou seja, "brasileirar o Brasil", na feliz expressão de Mário de Andrade.

Na literatura, os autores brasileiros inovaram no conteúdo e na forma, criando poemas com versos livres e textos que ousavam quebrar as regras gramaticais.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: MODERNISMO no Brasil. Disponível em: <http://livro.pro/dpszwb>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS DE MOVIMENTO

- SEMANA de Arte Moderna. Duração: 47 min. Disponível em: <http://livro.pro/4v2srr>. Acesso em: 19 out. 2018.

Documentário sobre a Semana de Arte Moderna.

- MODERNISMO: os anos 20. Duração: 4 min. Disponível em: <http://livro.pro/28yjhy>. Acesso em: 3 nov. 2018.

Documentário sobre a influência do Modernismo no Brasil.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A modernização do país

Ruptura com a tradição, condenação da estética passadista, ênfase na descontinuidade, busca ansiosa de novos procedimentos cognitivos também marcaram o clima cultural no Brasil.

Nos movimentos, manifestos e declarações de princípios que se desdobraram do movimento de 1922 é possível discernir dois caminhos: o primeiro, mais imediatista, enxergava a modernidade como uma espécie de ordem universal à qual se teria acesso de forma imediata pela simples adoção de procedimentos considerados modernos. [...] Para os modernistas brasileiros, entusiastas do primeiro momento, o Brasil aparecia-lhes como o organismo sadio e jovem, enquanto a Europa representava o mundo decadente que deveria ser substituído, no futuro, pela América triunfante.

O segundo caminho presumia que o acesso ao mundo moderno se daria por meio de uma mediação via entidade nacional – uma criatura, original e singular – implicando, portanto, um mergulho mais profundo na realidade do país. [...] Os intelectuais também se afirmavam numa luta contra as versões tradicionais que até então caracterizavam o conhecimento da realidade brasileira. Procurando sepultar a imagem do Brasil expressa na estética passadista, os intelectuais de 1920 estavam empenhados em modernização do país, o que implicava uma operação de "redescoberta" ou "reinvenção". [...] Mario de Andrade, talvez o intelectual mais representativo dessa geração, dizia numa frase que ficou famosa: "Precisamos ser nacionais, para que possamos ser universais". [...] precisamos descobrir a nossa própria identidade.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3, p. 276-277. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: TARSILA do Amaral, musa do Modernismo. Disponível em: <http://livro.pro/eue3ua>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- ENTREVISTA rara de Tarsila do Amaral (1972). Duração: 1 min. Disponível em: <http://livro.pro/b4of7u>. Acesso em: 3 nov. 2018.

Leia o exemplo a seguir, um poema de 1925:

Erro de português

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português

ANDRADE, Oswald de. **O santeiro do mangue e outros poemas**. São Paulo: Globo/Secretaria do Estado da Cultura, 1991. p. 95.
© Oswald de Andrade

O movimento iniciado em São Paulo se propagou pelo país. Várias revistas modernistas, com artigos sobre pintura, escultura, literatura e história, foram lançadas em diferentes estados.

EMILIANO DI CAVALCANTI. MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO. FOTO: SUPERSTOCK/AGB PHOTO

MUSEU DE GRENOBLE, FRANÇA. © TARSILA DO AMARAL EMPREENDIMENTOS LTDA.

A arte modernista buscava inspiração em temas populares, alguns deles extraídos do folclore. Ao lado, **Cinco moças de Guaratinguetá**, 1930, pintura de Di Cavalcanti; abaixo, **A Cuca**, 1924, obra de Tarsila do Amaral. Ambos foram importantes pintores modernistas.

Texto de apoio

As propostas de Oswald de Andrade

[...] No "Manifesto da Poesia Pau-Brasil", são propostos novos princípios para a poesia: a fusão de elementos cultos e populares, a incorporação do cotidiano, o registro da oralidade – a abolição do "falar difícil", "a contribuição milionária de todos os erros" – como "fatos estéticos", com vistas a uma "poesia de exportação". Publicado originalmente no Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, em 18 de março de 1924, foi concebido sob o impacto da apreciação do Carnaval carioca na companhia de Tarsila do Amaral e Blaise Cendrars, e também da temporada em Paris, em 1923, quando o autor frequentou os principais vanguardistas europeus e ficou a par de toda a produção estética europeia do período. Oswald defende uma revisão cultural do país [...], na esteira do que fizeram os cubistas europeus ao tê-lo como suporte estético-exótico. [...]

Já o "Manifesto Antropófago" não só se constitui em um dos textos mais célebres do autor, como também é o que teve, e ainda tem, maior repercussão e mais desdobramentos no contexto cultural brasileiro, e maior divulgação no exterior. Concebido em janeiro de 1928, impulsionado pelo quadro **Abaporu**, de Tarsila do Amaral, com que Oswald foi presenteado em seu aniversário, foi publicado no primeiro número da **Revista de Antropofagia**, em maio do mesmo ano, acompanhado do desenho da referida obra. Com a proposta de assimilar as qualidades do [...] estrangeiro para fundi-las às nacionais [...] apresenta uma síntese dialética que procura resolver a questão da dependência cultural, por meio da transculturação. [...] Suas propostas mais ousadas são o novo marco inicial dessa história, fixado como a deglutição do Bispo Sardinha, em 1554, pelos índios caetés, e a reelaboração da dúvida existencial hamletiana, "*Tupi or not tupi*". Porém a mais citada é aquela que sintetiza o espírito oswaldiano: "A alegria é a prova dos nove".

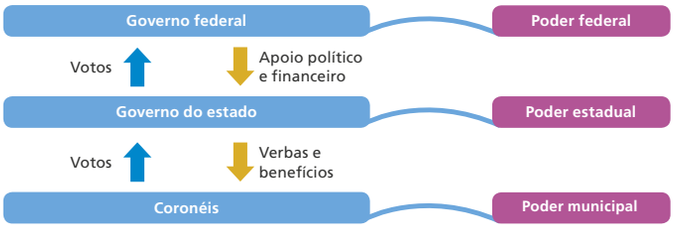
SCHWARTZ, Jorge; ANDRADE, Gênese (Org.). Introdução. In: ANDRADE, Oswald de. **Manifesto antropófago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 8-9.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA FTD

ATIVIDADES

I Retomando

1. Com base no esquema a seguir, explique o modo como as oligarquias se mantiveram no poder durante a maior parte da Primeira República.



2. Avalie as afirmações a seguir.

I. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a indústria brasileira só cresceu porque não tinha como importar mercadorias, uma vez que os países com os quais o Brasil comerciava estavam em guerra.

II. O crescimento da indústria brasileira durante a Primeira Guerra Mundial deveu-se a múltiplos fatores, entre os quais cabe citar: acumulação interna de capitais, disponibilidade de mão de obra barata e de matérias-primas e a existência de um sistema de transportes que possibilitava o escoamento de mercadorias até os portos.

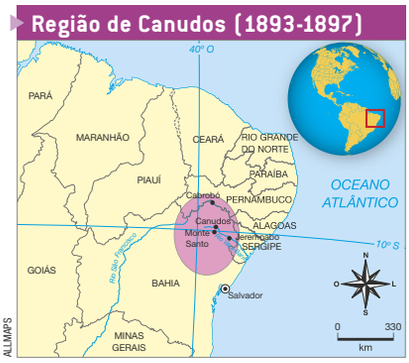
III. Os mais importantes ramos da indústria, na época, eram o têxtil, o de alimentação, o de bebidas e o de vestuário.

IV. Com a industrialização verificada na Primeira República, a população das cidades cresceu, sendo que esse crescimento foi maior no Rio de Janeiro do que em São Paulo.

V. Durante a Primeira República, todas as cidades cresceram, mas o salto mais espetacular se deu na capital do estado de São Paulo.

a) F, V, V, F, V. **b)** V, F, F, V, F. **c)** F, V, V, V, F. **d)** V, V, V, F, V.

3. Observe o mapa com atenção.



Fonte: SAGA: a grande história do Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1981. p. 173.

a) Onde Canudos estava localizado?

b) O que motivou as pessoas a se fixarem em Canudos?

c) O que os moradores de Canudos faziam para sobreviver?

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Os coronéis mais poderosos de cada região faziam alianças entre si e elegiam o presidente de estado (cargo equivalente hoje ao de governador). Este, por sua vez, retribuía o "favor" enviando verbas para a construção de escolas, praças, igrejas etc. nas cidades controladas por aqueles coronéis. Usando as mesmas práticas (troca de favores e corrupção eleitoral), as oligarquias estaduais ajudavam a eleger deputados e senadores favoráveis ao presidente da República. Este, por sua vez, retribuía o "favor" liberando verbas e benefícios, bem como dando apoio político a elas. Assim, por meio de alianças e trocas de favores que uniam municípios, estados e o governo federal, as oligarquias mantiveram-se no poder durante a maior parte da Primeira República.
2. Alternativa A.
3. a) Canudos estava localizado no sertão da Bahia, próximo ao Rio Vaza Barris.
   b) As pessoas queriam fugir da situação de pobreza e abandono em que se encontravam.
   c) Eles cultivavam feijão, abóbora, melancia, mandioca e milho, criavam gado e comerciavam com as vilas vizinhas, a exemplo de Monte Santo e Jeremoabo.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A hegemonia dos coronéis

O poder do coronel se impõe, a maioria das vezes, por meio de confronto com poderosos rivais. Vencida a luta, ele assume a chefia da política municipal, o que, no entanto, a maior parte das vezes, não é inconteste. [...]

[...]

Instituída a liderança no município, muitos coronéis passam a deter posições hegemônicas regionais, a disputar cargos nos legislativos estadual e federal, bem como ocupar na área executiva funções burocráticas rendosas.

Os coronéis que alcançam a hegemonia nos seus estados passam a integrar as oligarquias estaduais. A essas oligarquias, formadas, em grande parte por coronéis, é comum a presença de bacharéis – médicos, advogados, engenheiros –, muitos deles inseridos no meio urbano através do exercício profissional. O poder das oligarquias estaduais estrutura-se a partir dos partidos estaduais – máquinas políticas poderosas – e no uso da força militar, sempre que necessário.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 96-97.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. a) O então presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), identificado corretamente como a maior autoridade da República. Daí a opção do sertanejo pela "lei de Deus", que, para ele, era a Monarquia.
   b) Sim, é o que se pode concluir quando o sertanejo diz: "O governo da República toca os filhos brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro". Nesse trecho, o sertanejo se refere, certamente, ao fato de o governo brasileiro ter cedido aos norte-americanos uma faixa de 15 quilômetros de terra de cada lado da ferrovia a ser construída por eles. Os posseiros que habitavam as terras às margens da ferrovia foram expulsos por seguranças da Lumber (outra empresa norte-americana), fato que só fez aumentar a revolta deles. Daí os historiadores atuais considerarem o movimento do Contestado como uma luta pela terra.
5. a) A notícia do **Jornal do Comércio** faz referência à Revolta da Vacina.
   b) O texto cita o uso do bonde no transporte público e a iluminação feita por lampiões a gás.
   c) Em razão da obrigatoriedade da vacina, das demolições no centro da cidade e do custo de vida elevado.

4. O texto a seguir é uma mensagem deixada por um dos líderes do Contestado. Leia-a com atenção.

> Nós estava em Taquaruçu tratando da nossa devoção e não matava e nem roubava. O Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças. Portanto, o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e, portanto, nós queremos a lei de Deus que é a Monarquia. O governo da República toca os filhos brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós agora estamos dispostos a fazer prevalecer os nossos direitos.
>
> PEREIRA, Paulino apud D'ANGELIS, Wilmar. **Contestado**: a revolta dos sem-terra. São Paulo: FTD, 1991. p. 20. (Cinco séculos de resistência).

a) Quem está sendo responsabilizado pela destruição da comunidade sertaneja do Contestado? Explique.

b) Com base nesse trecho, é possível pensar que no centro das lutas sertanejas do Contestado estava a questão da terra?

5. Leia a seguir um trecho da notícia publicada no **Jornal do Comércio** do Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1904.

> Cheio de apreensões e receios despontou o dia de ontem. [...] Muito cedo tiveram início os tumultos e as depredações [...]. Começaram como na véspera: apedrejamentos aos combustores restantes da iluminação pública, hostilização a qualquer facção da força policial e ataques aos bondes, que eram virados, quebrados e incendiados. [...] Pela rua Senhor dos Passos, às 7 horas, numeroso grupo de mais de quinhentas pessoas desceu em direção à Praça da República, prorrompendo em gritos hostis à polícia e à vacina obrigatória e assaltando os bondes que, nessa ocasião, ainda chegavam àquele ponto. [...] Foi grande o tiroteio que se travou, caindo logo ao chão, feridas e ensanguentadas, diversas pessoas. [...]
>
> ESCOREL, Sarah; TEIXEIRA, Luiz Antonio. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do Império ao desenvolvimentismo populista. In: GIOVANELLA, Ligia (Org.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 292.

a) A notícia do **Jornal do Comércio** faz referência a que movimento popular?

b) A notícia nos permite conhecer um meio de transporte e o tipo de iluminação existentes na época? Justifique.

c) Por que razão ocorreu essa revolta?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A visão dos higienistas do início do século XX

[...] Os higienistas foram os primeiros a formular um discurso articulado sobre as condições de vida no Rio de Janeiro, propondo intervenções mais ou menos drásticas para restaurar o equilíbrio do "organismo". [...]

Entre os fatores morbígenos sobressaíam as habitações, especialmente as "coletivas", onde se aglomeravam os pobres. Os médicos incriminavam tanto os seus hábitos – ignorância e sujeiras físicas e morais – como a ganância dos proprietários, que especulam com a vida em habitações pequenas, úmidas, sem ar e luz, que funcionavam como fermentadores ou putrefatórios, liberando nuvens de miasmas sobre a cidade. Os higienistas condenavam outros aspectos da vida urbana: corpos eram enterrados nas igrejas, animais mortos eram atirados às ruas; por todos os lados havia monturos de lixo e valas a céu aberto; [...] as ruas estreitas e tortuosas dificultavam a renovação do ar e a penetração da luz do sol; as praias eram imundos depósitos de fezes e lixo; quase não havia praças arborizadas no Rio de Janeiro, que era assim como um corpo sem pulmões. [...]

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 239-240.

VOZES DO PASSADO

Dia de eleição em uma pequena cidade do interior do Ceará

Certo dia de eleição, na pitoresca cidade de Pacatuba [...] cobriu-se de luto uma família de muitos filhos [...]. O pai fora assassinado depois de uma discussão acalorada em defesa do chefão político. Tombou o pobre homem, que fora arrastado como um autômato para votar, ou, por outra, servir ao coronelão, homem dono de engenho e senhor de grande prestígio. Queria agradar unicamente. Não tinha outro objetivo senão esse. Mal sabia assinar o nome [...]. Para ele, aquele dia era de festas, uma semana antes recebera um par de botinas, uma camisa de chita e um chapéu de palha desabado. De madrugada saíra de casa. Viajara duas léguas e agora vinha dar livremente o seu voto ao coronel X. Estava contente consigo. Beberia um bom trago de graça, e também almoçaria na Casa da Câmara, nas mesas postas ao longo do salão, como num rancho de soldados. Essa a maior honra que lhe tributavam.

O dia da eleição em Pacatuba sempre fora festivo... Nesse dia a cidade se transformara como milagrosamente. Tomava tonalidade nova e pitoresca. Alguns matutos envergavam fraques do tempo do "bumba"... iam votar assim. Os grã-finos do lugar riam [...] daqueles cidadãos que, de longe, vinham fingir de eleitores. Brincar de votar...

ATAÍDE, Raimundo de. Recordações de um eleitor que nunca votou. In: NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. **A ordem é o progresso**: o Brasil de 1870 a 1910. São Paulo: Atual, 1991. p. 71-72. (História em documentos).

Fac-símile da capa do livro **A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910**, de Margarida de Souza Neves e Alda Heizer.

Légua: valor que varia de acordo com a época, país ou região; no Brasil, vale aproximadamente 6 600 m.

a) Como o texto descreve o eleitor que foi morto em defesa de "chefão político"?

b) Como os historiadores denominam o tipo de voto dado pelo personagem-eleitor? Justifique.

c) **Em dupla**. Debatam e opinem: esse texto de ficção ajuda o leitor de hoje a compreender o modo como ocorriam as eleições na Primeira República? Justifique.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Como alguém que agia como um autômato e era pobre e analfabeto.

b) Os historiadores o denominam voto de cabresto, isto é, voto controlado pelo coronel. Conforme o texto, o eleitor votou em troca de "um par de botinas, uma camisa de chita e um chapéu de palha".

c) Sim. Embora seja um misto de ficção e realidade, o texto descreve uma cena comum nas cidades do interior brasileiro durante a Primeira República.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O coronelismo

O coronelismo costurava pela base o sistema político dos primeiros tempos da República. A dominação pessoal vivida no cotidiano, o voto de cabresto no momento das eleições e os exércitos de capangas que entravam em cena quando as rivalidades entre os coronéis ou alguma insubordinação assim o exigiam, garantiam o exercício do poder local das oligarquias.

A rede de compromissos começava pelos coronéis nos municípios, passava pelos arranjos entre as oligarquias regionais nos estados e chegava até a definição da presidência da República. [...]

Por um lado, os grupos oligárquicos regionais garantiam ao presidente o apoio necessário para executar a política em nível nacional e fazer o seu sucessor: os representantes dos estados no Congresso Nacional asseguravam esse apoio ao Executivo.

Por outro lado, a contrapartida do governo federal, que garantia a eleição de deputados e senadores fiéis às oligarquias dominantes nos estados. Isso foi possível graças à criação da chamada "Comissão de Verificação de Poderes", teoricamente encarregada de assegurar a lisura do processo eleitoral nos estados para, então, "diplomar" e "empossar" os eleitos, mas que na verdade instituiu a chamada "degola": caso um candidato de oposição às oligarquias dominantes conseguisse eleger-se para o Congresso, a Comissão se encarregaria de "degolá-lo", ou seja, de acusá-lo de fraude nas eleições e impedir que fosse diplomado e empossado.

O "voto de cabresto", as "eleições a bico de pena" e a "degola" fechavam o círculo que garantia, sob as aparências da República democrática e do federalismo, a perpetuação do poder oligárquico.

NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. **A ordem é o progresso**: o Brasil de 1870 a 1910. São Paulo: Atual, 1991. p. 71. (História em documentos).

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender à habilidade **EF09HI06** da BNCC:

– Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).

Getúlio provocou e continua provocando discussões apaixonadas. Por isso, não há como atribuir a popularidade de Vargas ao seu "populismo", conceito vago e questionado pela historiografia recente. Vargas foi, na verdade, o primeiro governante a pôr em prática políticas públicas, sociais, em especial, há muito tempo desejadas pelo povo. E talvez esteja aí a explicação para que ele continue "alumbrando a nossa história", como disse um poeta popular. Eis o que uma historiadora diz sobre o assunto:

[...] a propaganda varguista [...] só teve boa recepção entre a população porque, além de ser maciça e bem cuidada, articulava-se a uma série de iniciativas governamentais que materializavam o que se anunciava, ainda que com muitas insuficiências e sem atingir a maior parte da população, como ocorria no caso dos direitos do trabalho, que não alcançavam o homem do campo. A despeito da enorme distância entre o que se prometia e o que se fazia de imediato, havia um vínculo efetivo entre o que se dizia e o que a população experimentava concretamente de forma direta ou indireta.

GOMES, Ângela de Castro. A última cartada. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, p. 19, ago. 2004.

Texto de apoio

A carta-testamento e o legado de Getúlio

[...] ao lado do corpo de Getúlio Vargas foi encontrada a cópia de uma carta com sua assinatura, dirigida ao povo brasileiro. Nessa carta ficavam explícitas as razões que o tinham levado ao gesto extremo do suicídio [...]. No texto, Vargas colocava-se, enquanto governante, no papel de defensor, representante e libertador do povo. Com sua morte, buscava sagrar-se seu mártir e consolidar seu nome no panteão político brasileiro, associando-o definitivamente à bandeira dos interesses nacionais e do trabalhismo. [...]

[...]

Ainda que a autoria da carta tenha sido questionada e que o documento original nunca tenha vindo a público, sua leitura provocou reações emocionadas da população, o que só pôde acontecer porque seu conteúdo fazia sentido, era crível. Mais importante do que as controvérsias, portanto, é o fato de que o suicídio e a irradiação da carta para todo o território nacional foram capazes de produzir sensíveis alterações nos rumos políticos do país. [...]

HEYMANN, Luciana Quillet. **A Carta-testamento e o legado de Vargas**. FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>. Acesso em: 10 nov. 18.

CAPÍTULO

3 A ERA VARGAS

KEFFEL FILHO/O CRUZEIRO/EM/D.A PRESS

F. CAMPANELLA NETO/ARQUIVO ANDRÉ

À esquerda, uma mulher chora ao lado do caixão com o corpo do presidente Getúlio Vargas, durante o velório. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954. Acima, cortejo fúnebre do presidente Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

Getúlio Vargas é, talvez, a figura mais polêmica da história do Brasil. Para uns, ele foi um ditador cruel a serviço das elites; para outros, era o pai dos trabalhadores e o maior estadista brasileiro.

» **Você já ouviu falar do presidente Vargas? Você sabia que, em 1954, ele se matou com um tiro no coração? Por que será que tanta gente foi ao seu enterro? Por que se abalou tanto com a morte dele?**

» **Sabemos que seu governo usou intensamente os meios de comunicação de massa (rádio, cinema etc.) para fazer propaganda. Mas por que será que essa propaganda foi tão bem recebida? Por que ele se tornou uma figura tão querida pelo povo?**

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

42

O tenentismo antes de 1930

Nos anos 1920, as oligarquias no Brasil continuavam fazendo uso da corrupção e da violência para chegar e se conservar no poder. Essa situação opressiva contribuiu, como vimos, para gerar revoltas no campo e na cidade e uma grande insatisfação social. Os militares também estavam descontentes com o tratamento que as oligarquias davam às Forças Armadas. Expressando esse descontentamento, um grupo de militares liderou um movimento conhecido como **tenentismo**.

Tenentismo: nome que se deve ao fato de seus líderes serem jovens oficiais do Exército (capitães e tenentes), chamados genericamente de tenentes.

Venal: que se corrompe por dinheiro; corrupto.

O primeiro 5 de Julho

O estopim da primeira revolta tenentista foi a publicação, por um jornal carioca, de cartas atribuídas a Arthur Bernardes, candidato do governo à presidência da República nas eleições de 1922. Essas cartas ofendiam os militares, dizendo que eram "**venais**", e chamavam o presidente do Clube Militar, marechal Hermes da Fonseca, de "sargentão sem compostura".

As cartas, apesar de serem falsas, provocaram a indignação dos militares e de boa parte da opinião pública. Os militares exigiram que Arthur Bernardes retirasse sua candidatura. Mas ele a manteve e foi eleito presidente. O clima de hostilidade aumentou quando o governo de Bernardes mandou prender o marechal Hermes da Fonseca, acusando-o de agitador. Foi a gota-d'água. Em 5 de julho de 1922, os tenentes do Forte de Copacabana pegaram em armas contra o governo dizendo-se dispostos a "salvar a honra do Exército" e a moralizar a política do país.

Dica! Os 18 do Forte. Duração: 25 min. Disponível em: <http://livro.pro/deu9an>. Acesso em: 24 nov. 2018.

O governo interveio e obrigou os revoltosos a se render. Centenas deles se renderam. Dezessete militares e um civil, porém, saíram pela Avenida Atlântica dispostos a tudo. Na troca de tiros com as forças do governo, só dois tenentes escaparam com vida: Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

MAURICIO SIMONETTI/PULSAR IMAGENS

Praça dos Girassóis, monumento aos 18 do Forte de Copacabana e Memorial Coluna Prestes, ao fundo. Palmas, TO, 2015.

Texto de apoio

Os Dezoito do Forte de Copacabana

A rebelião eclodiu em 5 de julho e contou com a participação das guarnições de Campo Grande, Niterói e Distrito Federal.

Esse levante militar, que ficou conhecido como Os Dezoito do Forte de Copacabana, é considerado "a estreia dos tenentes no cenário nacional".

A tentativa de revolta, no entanto, fracassou desde o começo, sendo logo sufocada pelas forças federais. [...] Epitácio pediu imediatamente a decretação do estado de sítio no estado do Rio e no Distrito Federal e grande número de deputados dissidentes do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco votaram em favor da medida, demonstrando um recuo das oligarquias e a desarticulação completa da Reação Republicana. Nos meses seguintes, a repressão desencadeada pelo governo fortalecido de Epitácio determinou inúmeras prisões e instaurou vários processos.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: A CRISE da república oligárquica no Brasil: as primeiras manifestações tenentistas. Disponível em: <http://livro.pro/99kine>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• OS DEZOITO do Forte. Duração: 25 min. Disponível em: <http://livro.pro/deu9an>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Vídeo sobre a manifestação conhecida como "A revolta dos 18 do Forte de Copacabana", que ocorreu em 1922 e que foi a primeira mobilização do Movimento Tenentista. Com as participações da cientista política Maria Celina D'Araujo, da historiadora Dulce Pandolfi e do sociólogo Luiz Werneck.

O tenentismo recebeu esta denominação uma vez que teve como principais figuras não a cúpula das forças armadas, mas oficiais de nível intermediário do Exército – os tenentes e os capitães. O alto-comando militar do Exército manteve-se alheio a uma ruptura pelas armas, assim como a Marinha. O movimento, que tomou proporções nacionais, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes aos setores urbanos (camadas médias e a classe operária das cidades).

O grande mal a ser combatido eram as oligarquias, já que, segundo os tenentes, elas haviam transformado o país em "vinte feudos" cujos senhores eram escolhidos pela política dominante.

Meses após ter sido debelado o primeiro levante, em novembro de 1922, Artur Bernardes tomou posse. Visando garantir a estabilidade de seu governo, o presidente decretou o estado de sítio no Rio de Janeiro, aprofundando o movimento de repressão.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Susana Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 399-400.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: MOVIMENTO tenentista. Disponível em: <http://livro.pro/fti3ei>; A IDEOLOGIA do movimento tenentista. Disponível em: <http://livro.pro/33fjp5>; e COLUNA Prestes. Disponível em: <http://livro.pro/fvb4so>. Acessos em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• COLUNA Prestes. Duração: 17min55s. Disponível em: <http://livro.pro/7ueid4>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Documentário produzido pela Secretaria de Educação do Estado de Tocantins sobre o movimento Coluna Prestes.

Texto de apoio

Movimentos tenentistas

Na produção historiográfica sobre o movimento tenentista, três correntes se delineiam. A primeira, a mais tradicional e amplamente difundida, explica o tenentismo como movimento que, a partir de suas origens sociais nas camadas médias urbanas, por vezes chamada de pequena burguesia, representaria os anseios destes setores por uma maior participação na vida nacional e nas instituições políticas. A segunda corrente, formulada a partir de trabalhos produzidos nas décadas de 1960 e 1970, tenta contestar a absolutização da origem social na definição do conteúdo do tenentismo privilegiando aspectos organizacionais do movimento, ou seja, entende esse movimento como produto da instituição militar. Dessa perspectiva, o tenentismo seria um movimento cujo objetivo maior era a defesa dos interesses da corporação. Drummond chega a defender que o tenentismo era uma corrente política dentro do Exército, que falava para o Exército e mobilizava oficiais de patentes inferiores. Suas conexões com os setores civis teriam sido assim limitadas e pouco sistemáticas. Finalmente a terceira corrente, criticando as vertentes anteriores, defende uma análise mais global, levando-se em conta tanto a situação institucional dos tenentes como membros do aparelho militar quanto a sua composição social como membros das camadas médias.

[...]

Passados os momentos mais agudos da crise, a recomposição do pacto oligárquico parecia completa, reinaugurando um novo momento de estabilidade. Essa possibilidade, entretanto, se mostrou pouco duradoura, e no fim da década uma nova cisão intraoligárquica se manifestaria fortemente, fazendo eclodir a Revolução de 30.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Susana Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 401-402.

O segundo 5 de Julho

Dois anos depois, explodiu outro levante tenentista, só que dessa vez em São Paulo. Esse levante, ao contrário do primeiro, tinha objetivos bem definidos; os tenentes exigiam: a) a deposição do presidente Arthur Bernardes; b) a moralização da República por meio do voto secreto; c) a obrigatoriedade do ensino primário; d) a melhoria do ensino público.

Comandados pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo major Miguel Costa, os militares rebeldes tentaram conquistar a cidade de São Paulo. Com forças mais numerosas e o apoio da aviação militar, o governo venceu os tenentes. Porém, eles não desistiram: cerca de mil soldados formaram a **coluna paulista** e deixaram São Paulo em direção a Foz do Iguaçu, no Paraná. Os rebeldes sulistas, por sua vez, comandados pelo capitão Luís Carlos Prestes, formaram a **coluna gaúcha**, e marcharam até Foz do Iguaçu a fim de unir-se aos paulistas. Da junção da coluna paulista à gaúcha nasceu a **Coluna Prestes**.

A Coluna Prestes

Com cerca de 1800 homens, a Coluna Prestes partiu para a guerra de movimento: saiu pelo interior do Brasil buscando o apoio do povo para sua luta contra o governo. Nos locais onde eram bem recebidos, os rebeldes queimavam os registros de cobrança de impostos dizendo que, assim, livravam o povo dos abusos do governo. Movimentando-se com rapidez, conseguindo munição e armamento do próprio inimigo e evitando as grandes cidades, a Coluna Prestes percorreu 25 mil km através de 12 estados brasileiros. E, nos combates que travou, manteve-se invicta. No início de 1927, os 600 homens que ainda integravam a Coluna, já bastante abatidos, decidiram se refugiar na Bolívia e no Paraguai.

A marcha da Coluna Prestes (1924-1927)

Fonte: CAMPOS, F. de; DOLHNIKOFF, M. **Atlas de História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997. p. 47.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

1930: um marco na história do Brasil

Em um ambiente de grande insatisfação com as oligarquias dominantes, o presidente Washington Luís, que tinha sido indicado por São Paulo, decidiu indicar o paulista Júlio Prestes para seu sucessor. O governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, que esperava ser o escolhido, reagiu, aliando-se às oligarquias do Rio Grande do Sul e da Paraíba e formando com elas a **Aliança Liberal**.

Para disputar as eleições de 1930, a Aliança Liberal lançou o gaúcho Getúlio Vargas para presidente e o paraibano João Pessoa para vice-presidente. Nos seus discursos Getúlio propunha:

- voto secreto;
- incentivo à indústria nacional;
- leis trabalhistas;
- anistia aos "tenentes" rebelados.

Com essas promessas de campanha, Vargas foi se tornando cada vez mais popular. Em meio à campanha presidencial, a crise econômica de 1929 atingiu fortemente o Brasil. O país produziu naquele ano cerca de 29 milhões de sacas de café, mas só conseguiu vender a metade e, mesmo assim, por um preço muito menor do que o dos anos anteriores. A crise arruinou cafeicultores e deixou muitos trabalhadores sem emprego. Isso contribuiu para aumentar o descontentamento com o governo de Washington Luís e para elevar a popularidade de Vargas.

Nas eleições, a vitória coube ao candidato governista Júlio Prestes. A oposição não se conformou com a derrota nas urnas e, com o apoio de "ex-tenentes", começou a conspirar contra o governo. Um fato novo acelerou os acontecimentos: em julho de 1930, João Pessoa, candidato a vice-presidente na chapa de Vargas, foi assassinado, a mando de um de seus rivais na política da Paraíba.

Aproveitando-se desse fato comovente, em 3 de outubro de 1930, rebeldes liderados por Getúlio Vargas partiram do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro, dispostos a derrubar o governo. Mas, antes que chegassem à capital, uma junta militar derrubou Washington Luís e entregou o poder a Getúlio Vargas.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPDOC

Chegada de Getúlio a Ponta Grossa, Paraná, durante a marcha rumo ao Rio de Janeiro, capital da República na época. Com a vitória do movimento de 1930, Vargas foi elevado à posição de chefe do governo provisório.

Texto de apoio

Eleições de 1930

A acirrada disputa eleitoral foi agravada pela profunda crise econômica mundial provocada pela quebra, em outubro de 1929, da bolsa de Nova York. No fim desse ano havia centenas de fábricas falidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e mais de um milhão de desempregados em todo país. A crise atingiu também as atividades agrícolas, especialmente a cafeicultura paulista, produzindo uma violenta queda de preços do café e liquidando o programa de estabilização do governo que vinha sendo implementado.

As eleições se realizaram em março de 1930 e a vitória coube a Júlio Prestes, que recebeu cerca de um milhão de votos, contra 737 mil dados a Getúlio Vargas. Passadas as eleições setores da Aliança Liberal, inconformados com a derrota, buscaram uma aproximação com lideranças do movimento tenentista que, embora derrotadas, continuavam sendo uma força importante por sua experiência militar e prestígio.

[...]

Um acontecimento inesperado deu força à conspiração revolucionária. Em 26 de julho de 1930, o candidato a vice da Aliança Liberal, João Pessoa, foi assassinado no Recife. Embora as razões do crime tenham sido passionais, e não políticas, ele foi transformado em mártir do movimento que se articulava. Nos meses seguintes, a conspiração recrudesceu com a adesão de importantes quadros do Exército.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Susana Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 404-406.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: REVOLUÇÃO de 1930. Disponível em: <http://livro.pro/uie3ak>; e A REVOLUÇÃO de 1930 e a economia brasileira. Disponível em: <http://livro.pro/63fca9>. Acessos em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- 1930 a 1954: HISTÓRIA do Brasil: Getúlio Vargas. Duração: 52min10s. Disponível em: <http://livro.pro/ykpnz8>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Documentário sobre a História política do Brasil durante o período de 1930 a 1954, destacando o governo de Getúlio Vargas.

DIGITAL PRO

Dica de leitura

• FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011. v. 1.

O tempo do liberalismo excludente é o primeiro volume da série **O Brasil republicano**, coleção que reúne artigos de professores de todo o país sobre a História do Brasil no período republicano.

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: ERA VARGAS é marcada pela industrialização e por avanços nas legislações Eleitoral e Trabalhista. Disponível em: <http://livro.pro/i994no>; e ANOS DE incerteza (1930-1937): no país dos tenentes. Disponível em: <http://livro.pro/vfqq3v>. Acessos em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• REVOLUÇÃO de 30: Histórias do Brasil. Duração: 6min13s. Disponível em: <http://livro.pro/utzmaj>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Vídeo da TV Senado sobre a revolução de 1930 que retrata como Getúlio Vargas assume o governo pela primeira vez.

O primeiro governo Vargas

Voto indireto: os eleitores votam nos deputados da Assembleia Nacional Constituinte, e estes elegem o presidente.

Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), o Brasil mudou bastante: a industrialização avançou e as cidades cresceram; o Estado se fortaleceu, interveio na economia e estabeleceu uma nova relação com os trabalhadores urbanos. Nesses 15 anos, Vargas foi chefe de um governo provisório (1930-1934), presidente eleito por voto indireto (1934-1937) e ditador (1937-1945).

Dica! A era Vargas, por Boris Fausto. Duração: 26min50s. Disponível em: <http://livro.pro/3g6nwb>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Governo provisório

No seu discurso de posse, Getúlio disse que seu governo era provisório. Mas, assim que assumiu o poder, procurou fortalecer o Estado brasileiro e a si próprio. Inicialmente, visando enfraquecer as oligarquias estaduais, afastou os governadores e, em seu lugar, nomeou interventores de sua confiança.

A oposição paulista

Ao impor interventores aos estados, Getúlio desagradou às elites estaduais. Em São Paulo, por exemplo, a elite paulista reagiu à nomeação do tenente João Alberto, formando a **Frente Única Paulista** (FUP), que exigia:

- uma nova Constituição para o Brasil;
- nomeação de um interventor civil e paulista para o governo de São Paulo.

Pressionado, Vargas nomeou o paulista Pedro de Toledo para o cargo. Apesar disso, os paulistas continuaram fazendo oposição a Vargas.

Foi quando uma tragédia ocorrida em São Paulo exaltou os ânimos: quatro estudantes (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) foram mortos quando atacavam a sede de um jornal pró-Vargas. As iniciais dos nomes dos estudantes passaram a ser sigla e símbolo do movimento paulista: MMDC. Então, em 9 de julho de 1932, os paulistas, liderados pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo civil Pedro de Toledo, pegaram em armas contra o governo federal no episódio conhecido como **Revolução Constitucionalista**, em São Paulo, e como Guerra Paulista nos outros estados brasileiros. O jornal **O Estado de S. Paulo** incentivou e apoiou o movimento paulista contra Vargas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A chegada de Vargas ao poder

Se nesse momento Vargas ainda demonstrava temores quanto ao curso dos acontecimentos, nos meses seguintes o papel das jovens lideranças gaúchas e mineiras foi decisivo para o aprofundamento da opção da luta armada.

[...]

A conspiração acabou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul no dia 3 de outubro de 1930. Em seguida, ela se alastrou para vários estados do Nordeste. Em todos esses locais, após algumas resistências, a situação pendeu para os revolucionários. Em 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isaías Noronha depuseram o então presidente Washington Luís, no Rio de Janeiro, e constituíram uma Junta Provisória de Governo. Essa junta tentou permanecer no poder, mas a pressão das forças revolucionárias vindas do Sul e das manifestações populares obrigaram-na a entregar o governo do país a Getúlio Vargas, empossado na Presidência da República em novembro de 1930.

A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história da política brasileira.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Susana Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 406-407.

Na sua guerra contra as tropas federais, os paulistas foram apoiados apenas pelo Mato Grosso. O governo federal tinha navios, mais soldados – vindos de vários estados do Brasil, especialmente do Norte – e maior poder de fogo. Por isso venceu os paulistas em poucos meses. Embora derrotados militarmente, os paulistas se consideraram "moralmente" vitoriosos, pois o governo convocou uma Assembleia Constituinte que, em 16 de julho de 1934, votou e aprovou a terceira Constituição do Brasil.

A Constituição de 1934

Conheça as principais mudanças introduzidas pela Constituição de 1934:

- **voto secreto**: com ele, dificultava-se a prática da corrupção eleitoral, tão comum nas décadas anteriores;
- **voto feminino**: ganhando o direito ao voto, as mulheres passaram a ter importância na política;
- **Justiça Eleitoral**: tinha como objetivo zelar pelas eleições;
- **ensino primário gratuito**, de frequência obrigatória;
- **criação da Justiça do Trabalho**;
- **direitos trabalhistas**: foram reconhecidos direitos, como jornada de trabalho de 8 horas diárias, descanso semanal remunerado, indenização por dispensa sem justa causa, proteção ao trabalho do menor e da mulher, férias anuais remuneradas, estabilidade à gestante etc.

A Constituição previa também que o próximo presidente seria escolhido por meio de eleições indiretas. A vitória nessas eleições coube a Getúlio Vargas.

DIALOGANDO

Tente responder: os direitos trabalhistas presentes na Constituição podem ser vistos como doação do governo Vargas ou como conquista do movimento operário?

COLEÇÃO PARTICULAR

Na Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição de 1934, via-se, entre os homens, uma única mulher. Seu nome era Carlota Pereira de Queirós. Foi ela a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada no Brasil. Sua eleição foi fruto da luta das mulheres pelo voto feminino durante a Primeira República. Nessas lutas, se destacou a líder feminista Bertha Lutz (1894-1976).

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

Constituição de 1934

[...] Entre o final de 1933 e julho de 1934, os debates na Assembleia Constituinte foram acalorados, e o resultado foi uma Constituição avançada, mas de pouca efetividade no dia a dia da sociedade.

Mesmo aprovando o aumento dos poderes da União, sobretudo no campo da legislação econômica e social, frente aos estados, o princípio continuaria vedado aos analfabetos. As reivindicações dos trabalhadores foram parcialmente aceitas, com a criação da Justiça do Trabalho, [...] jornada de oito horas diárias e férias anuais, mas demorariam para ser implementadas efetivamente. Nesse ponto, o governo teve uma derrota, pois defendia a existência de um sindicato único por categoria profissional, para melhor controlá-los dentro do princípio corporativo, mas a Assembleia acabou aprovando a pluralidade sindical.

A Constituição estabeleceu que a primeira eleição depois da sua promulgação seria indireta, como defendiam os membros do Governo Provisório, estabelecendo eleições diretas somente depois do fim do mandato presidencial. Assim, ficou mais fácil a confirmação de Getúlio Vargas já no poder. Em julho de 1934, 175 deputados votaram em Vargas, contra 71 que deram os votos a outros candidatos, principalmente ao conterrâneo e antigo aliado de Vargas, Borges de Medeiros.

Em meio ao equilíbrio precário da nova face da política brasileira, Getúlio Vargas, se não era unanimidade, demonstrava grande capacidade de lidar com demandas opostas, neutralizar adversários, estimular divisões e se afirmar como a possibilidade mais viável no governo do país.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016. p. 104-105.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: O VOTO de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. Disponível em: <http://livro.pro/yduev8>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Dialogando

Resposta esperada: uma conquista do movimento operário que vinha lutando por direitos há décadas.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: LUTAS políticas e projetos sociais distintos dos trabalhadores brasileiros na década de 1930: os casos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Aliança Integralista Brasileira (AIB). Disponível em: <http://livro.pro/r6irdt>; e LEVANTE Integralista. Disponível em: <http://livro.pro/6q9zhc>. Acessos em: 10 nov. 2018.

Dica de leitura

• RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. São Paulo: Record,1986.

Obra clássica do escritor alagoano Graciliano Ramos, um dos presos políticos durante o governo de Getúlio Vargas.

EDITORA RECORD

Dica de filme

• OLGA. Direção: Jayme Monjardim, 2014. Duração: 1h39min.

Baseado no livro de Fernando Morais e produzido por Rita Buzzar, esse filme retrata a história de Olga Benário, que foi companheira de Luís Carlos Prestes.

O governo constitucional de Vargas

Quando Vargas assumiu o governo, o Brasil sofria os efeitos da Grande Depressão (1929-1933). As falências, o desemprego e a inflação em alta elevavam a tensão social; esse contexto facilitou a penetração de ideias vindas da Europa e a radicalização política. Surgiram no Brasil dois agrupamentos políticos rivais: os integralistas e os aliancistas.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Plínio Salgado (ao centro e de bigode) durante passeata dos camisas-verdes, da Ação Integralista Brasileira. Rio de Janeiro, c. 1930.

Os **integralistas**, liderados pelo escritor Plínio Salgado, seguiam os princípios do **fascismo** de Benito Mussolini. Em 1932, os integralistas fundaram a **Ação Integralista Brasileira (AIB)**, uma organização política que tinha por lema **Deus, Pátria e Família** e que defendia: a) um governo autoritário dirigido por um chefe e um partido único; b) o predomínio dos interesses da nação sobre os do indivíduo; c) a censura aos meios de comunicação.

A AIB conseguiu o apoio de membros das camadas médias, do alto clero, do empresariado e das Forças Armadas e chegou a reunir mais de 100 mil filiados.

Em oposição aos integralistas, foi fundada no Brasil, em 1935, a **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**, uma frente popular liderada pelos comunistas e chefiada pelo ex-capitão Luís Carlos Prestes. Os principais pontos do programa dos aliancistas eram: a) o não pagamento da dívida externa brasileira; b) a nacionalização das empresas estrangeiras; c) a reforma agrária; d) a formação de um governo popular. Em 5 de julho de 1935, Prestes e um grupo de sargentos, cabos e soldados comunistas de Natal, Recife e Rio de Janeiro promoveram um levante armado contra o governo, chamado à época de **Intentona** Comunista. O governo Vargas sufocou o levante e prendeu e torturou os simpatizantes da ANL, comunistas ou não. As cadeias das principais cidades brasileiras encheram-se de presos políticos, entre os quais estava o escritor alagoano Graciliano Ramos.

ACERVO UH/FOLHAPRESS

O escritor Graciliano Ramos com a neta, 1953.

Intentona: ação louca, insensata.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

Frentes populares na Era Vargas

O restabelecimento de uma ordem legal estimulou a participação política e fortaleceu o movimento social. Várias greves eclodiram no período e o processo político radicalizou-se. Totalmente divergentes entre si, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) eram bem definidas programaticamente e conseguiram produzir grande mobilização no país.

A AIB, criada em 1932 e dirigida pelo intelectual Plínio Salgado, inspirada no fascismo italiano, possuía uma estrutura organizacional paramilitar. Pautava-se por um nacionalismo e um moralismo extremados, o que a fez ter muitos adeptos entre militares e católicos. Combatia os partidos políticos existentes e defendia a integração total da sociedade e do Estado, que seriam representados por meio de uma única e forte agremiação: a própria AIB. [...]

Já a ANL, inspirada no modelo das frentes populares que surgiam na Europa para impedir o avanço do nazifascismo, foi criada em março de 1935. Diferentemente da AIB, desde sempre fez oposição cerrada ao regime: defendia propostas anti-imperialistas e levantava a bandeira da reforma agrária e das liberdades públicas. A organização congregava comunistas, socialistas e liberais desiludidos com o rumo que havia assumido o processo revolucionário iniciado em 1930, e tinha como presidente de honra o ex-tenente e agora líder comunista Luís Carlos Prestes.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2, p. 31-32.

O Estado Novo

As eleições para presidente da República estavam marcadas para o início de 1938. Vargas, no entanto, não estava disposto a deixar o poder. Por isso, ele anunciou pelo rádio que havia descoberto o **Plano Cohen**, segundo o qual os comunistas iriam provocar greves, incêndios em igrejas e o assassinato do presidente.

Na verdade, o Plano Cohen era **falso**, mas serviu de pretexto para que, em 10 de novembro de 1937, Vargas desse um golpe e implantasse uma ditadura, o **Estado Novo**. Naquele mesmo dia, ele fechou o Congresso Nacional e impôs ao país a Constituição de 1937, que permitia ao presidente governar por decretos-leis (leis impostas). As eleições presidenciais foram suspensas, as greves proibidas e os sindicatos passaram a ser ainda mais controlados pelo governo.

KEYSTONE-FRANCE/GAMMA-KEYSTONE/GETTY IMAGES

Vargas lendo em cadeia nacional de rádio as razões que o levaram a desfechar o Golpe de 1937, definido por ele como o início de uma revolução que mudaria o Brasil.

Vargas iniciou seu novo governo decretando a extinção de todos os partidos políticos. Inconformados, os integralistas atacaram o Palácio Guanabara, residência do presidente, em maio de 1938. Ajudado por sua guarda pessoal, Vargas resistiu ao golpe à bala; a seguir, aproveitou-se do episódio para mandar prender seus adversários. Mas Vargas não se manteve no poder só por meio da violência; adotou também um conjunto de políticas públicas nas áreas do trabalho, da educação e da saúde e uma cuidadosa propaganda para exercer sua dominação.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: ESTADO Novo. Disponível em: <http://livro.pro/xnczcp>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Texto de apoio

Pressupostos do Estado Novo

A questão do Estado era central na crítica que os autoritários faziam ao liberalismo. Mas eles pregavam a necessidade de fortalecer a autoridade do Estado – e o corporativismo se prestava a isso – sem cair nos postulados do socialismo, que, para levar a cabo tal fortalecimento, enfraqueceria a Nação e as noções de nacionalidade e nacionalismo. Um Estado-Nação forte era o caminho vislumbrado como saída para o século XX. Isto pode ser resumidamente traduzido como autoritarismo político e ideologia nacionalista extremada. Dentro dessa ótica, o governo regularia as atividades do cidadão, promoveria o desenvolvimento (seguindo metas fixadas por assessores técnicos) e fomentaria o espírito de nacionalidade. O nacionalismo construiria a Nação.

A distinção entre Estado e Nação – governo e comunidade –, e ao mesmo tempo a necessidade de fundi-los, através de um líder ou de um partido único, foi uma marca desses regimes. O Estado Novo no Brasil foi a expressão clara desses pressupostos, através das várias comemorações cívicas que inventou e cultivou e também através do culto à personalidade do "chefe", Getúlio Vargas. Aqui, na ausência de um partido, Getúlio era o chefe político que simbolizava o poder do Estado e a nacionalidade. Era o chefe de Estado e da Nação. Nas palavras de Oliveira Viana, "nosso partido é o presidente". Sintomaticamente, o Estado Novo foi o momento apogeu de vários pensadores autoritários brasileiros, como Francisco Campos e Azevedo Amaral, além de Oliveira Viana.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 12-13.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: HISTÓRIA: a criação da CLT. Disponível em: <http://livro.pro/3f4yx7>; e A REVOLUÇÃO de 1930 e o Direito do Trabalho no Brasil. Disponível em: <http://livro.pro/uja49s>. Acessos em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• ESPECIAL CLT 70 anos. Duração: 26min51s. Disponível em: <http://livro.pro/rj5np5>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Vídeo produzido pelo Tribunal Superior do Trabalho em comemoração aos 70 anos das Leis Trabalhistas, que apresenta a história da criação da CLT no Brasil.

AUDIOVISUAL

A professora Ângela de Castro Gomes aborda o trabalhismo e a propaganda na Era Vargas.

Texto de apoio

Criação das Leis Trabalhistas

[...] em 1940, foi criado o imposto sindical, um dispositivo através do qual o poder público promovia o financiamento de ampla rede sindical recém-construída. Com ela, embora a filiação ao sindicato não fosse obrigatória, o financiamento era obrigação de todos. A partir de então o governo passou a descontar um dia de salário de todos os trabalhadores empregados no mercado formal. Esse dinheiro reverteria para sindicatos, federações e confederações e financiava a assistência que o sindicato oferecia aos filiados. Ou seja, todos pagavam, mas somente poucos se beneficiavam.

[...]

Sindicato único, imposto (ou contribuição) sindical e Justiça do Trabalho sobreviveram intactos à República liberal de 1946 e ao regime militar (1964-85) e foram mantidos na Constituição de 1988. A longevidade dessas leis mostra que elas tiveram ampla base social e, principalmente, que a estrutura montada a partir do Estado Novo não seria facilmente desmontada. Coroando esse processo regulador de mercado de trabalho industrial, em 1943 foi criada a CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, uma espécie de código que reunia toda a legislação do país.

Foi também durante o Estado Novo que se criou a carteira de Trabalho, que passou a ser considerada o mais importante documento de identificação do trabalhador brasileiro. Uma intensa campanha do governo associou cidadania à carteira assinada e promoveu a valorização do trabalho como instrumento de nacionalidade.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 54-55.

O trabalhismo

Uma característica fundamental da política de Vargas foi o **trabalhismo**, que consistia em conceder benefícios reais aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, fazer propaganda do que foi concedido, com a intenção de divulgá-lo e de despertar no trabalhador sentimentos de gratidão e retribuição.

Durante o Estado Novo, a partir de 1942, Vargas divulgou amplamente os direitos trabalhistas, usando os jornais, o rádio e as comemorações cívicas. Exemplo disso foi o anúncio da **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)** na festa do 1º de maio de 1943. Os "encontros" de Vargas com os "trabalhadores do Brasil" no dia 1º de maio (Dia do Trabalho) eram organizados pelo Ministério do Trabalho. Eles incluíam desfiles escolares, operários e militares, apresentações de bandas e torneios esportivos. No auge da festa, Vargas discursava. Ele começava seus discursos sempre com a mesma frase: "Trabalhadores do Brasil...", e num dado momento anunciava uma medida que arrancava aplausos da multidão. Exemplos: o salário mínimo e a CLT. O trabalhismo buscava estabelecer um vínculo político entre o presidente e os trabalhadores. Estes deviam ser produtivos e ordeiros e trabalhar para o progresso do Brasil.

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): sistematizava a legislação trabalhista já existente e regulamentava a atividade sindical. Pela CLT, os sindicatos ficavam vinculados ao Ministério do Trabalho e se tornavam, assim, dependentes do Estado.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, BRASÍLIA

Na foto, concentração trabalhista em homenagem a Getúlio Vargas no estádio do Vasco da Gama, Rio Janeiro, 1942. O Estado Novo fez um grande investimento com o objetivo de transformar Getúlio Vargas em um mito.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

PARA REFLETIR

As abelhas e a colmeia

A citação a seguir é de autoria do próprio Vargas:

> O Estado Novo é uma colmeia de trabalho, de ordem, de disciplina, de ação orientada e segura, de modo que cada indivíduo é uma força em movimento, defensor dos interesses de uma sociedade [...] nova em suas finalidades e decisivamente capaz em seus esforços [...].

Veja como a historiadora Maria Helena Capelato analisa as palavras de Vargas.

A imagem da colmeia referindo-se a trabalho como fator de progresso coletivo [...] era expressa de várias formas pelos meios de comunicação. Cabe observar que as abelhas, como coletividade, têm um valor simbólico muito claro: elas representam o povo. Sua casa, a colmeia, é confortável e protetora, imagem que se atribuía ao Estado varguista. Como coletividade, laboriosa, elas simbolizam a união aplicada, organizada, submetida a regras [...], sendo considerada capaz de [...] trazer a paz. [...].

ACERVO ICONOGRAPHIA

Trabalhadores homenageiam Vargas na Esplanada do Castelo. Rio de Janeiro, RJ, 1940.

CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Unesp, 2009. p. 63, 66.

a) Que recurso Vargas usa ao falar da relação entre o Estado Novo e o povo? Explique.

b) O que era o trabalhador ideal nos tempos do Estado Novo?

c) Que relação se pode estabelecer entre esse discurso de Vargas e a Constituição de 1937?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O título de "Pai dos Pobres"

No Brasil, havia uma imensa massa de excluídos em relação ao mercado de trabalho que era definida como "pobres". Cabia ao "pai", chefe da nação, a obra de transformá-los em trabalhadores organizados e produtivos.

[...]

A postura do Estado Novo em relação ao trabalhador era bem diversa. A preocupação maior consistia em transformar o "homem brasileiro" em [...] trabalhador produtivo e ordeiro, entendido como peça fundamental na engrenagem da máquina do Estado construtora do progresso material.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 63-66.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: GETÚLIO e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. Disponível em: <http://livro.pro/4s3y3s>. Acesso em: 10 nov. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Vargas compara o povo às abelhas e o Estado Novo à colmeia.

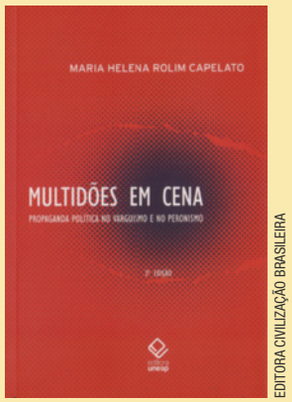
b) O trabalhador produtivo e ordeiro, disposto a colaborar com a sua casa, o Estado Novo. Por viverem na colmeia, os trabalhadores devem agir como abelhas, trabalhando de modo ordeiro e disciplinado.

c) Vargas propõe a formação de um trabalhador ordeiro e disciplinado; e a Constituição de 1937 proíbe as greves e garante ao Estado o controle dos sindicatos.

Dica de leitura

- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Unesp, 2009.

Esse livro, ao estudar o varguismo no Brasil e o peronismo na Argentina, mostra como esses governos seguiram o figurino das comemorações e festas cívico-esportivas realizadas à época na Itália e na Alemanha.



ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. Disponível em: <http://livro.pro/k4sfo3>; e GETÚLIO Vargas e o DIP: a consolidação do "*marketing* político" e da propaganda no Brasil. Disponível em: <http://livro.pro/v3mfuk>. Acessos em: 10 nov. 2018.

Dica de leitura

• D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

O livro **O Estado Novo** descreve como sucedeu todo o período do Estado Novo.

EDITORA ZAHAR

IMAGENS EM MOVIMENTO

• ESTADO Novo: conferência do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), 1940. Duração: 4min44s. Disponível em: <http://livro.pro/btxnsv>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Esse vídeo mostra jovens participando da conferência de 1940 da Organização da Juventude Brasileira, com trecho de discurso do ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas, Gustavo Capanema.

Texto de apoio

O papel da imprensa na Era Vargas

A propaganda de massa era efetuada pelo DIP (chefiado por Lourival Fontes), órgão que também efetuava a censura a todos os veículos da imprensa, nessa época restrita a jornais, revistas e rádio. A imprensa deveria ter a função pública de apoiar o governo e auxiliar no projeto nacional, e quem assim não agisse poderia ser punido inclusive com a desapropriação de seus bens. Foi o que aconteceu aos proprietários de **O Estado de São Paulo**, que na época já era um dos mais importantes periódicos do país. A censura foi uma importante faceta do regime. O DIP não só preparava o material de propaganda do governo como controlava com censores todas as matérias da imprensa escrita e falada. As concessões de rádio eram rigorosamente controladas por esse órgão, e 60% das matérias dos noticiários eram fornecidos pela Agência nacional.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 38-39.

O DIP e a propaganda varguista

Como vimos, o governo Vargas aprovou leis trabalhistas, como salário mínimo, férias, limitação de horas de trabalho, segurança, carteira de trabalho e justiça do trabalho. E, ao mesmo tempo, propagandeou esses benefícios a fim de despertar no trabalhador sentimentos de gratidão e retribuição ao presidente. Em 1939, Vargas criou o DIP (**Departamento de Imprensa e Propaganda**), órgão encarregado de fazer a propaganda e a censura e subordinado diretamente ao presidente da República. Inspirado nas técnicas de propaganda fascistas, o DIP buscava identificar Vargas ao povo e ao Brasil. Com esse fim, produzia programas de rádio, documentários cinematográficos, cartazes, folhetos e cartilhas que mostravam o presidente cumprimentando criancinhas, dando esmolas ou exaltando o trabalho e o patriotismo.

Mas, além disso, o DIP também exercia severa censura sobre jornais, revistas, rádio, cinema e demais manifestações culturais. O controle sobre os meios de comunicação era tão grande que, a partir de 1940, o DIP negou o registro a 420 jornais e 346 revistas. E, ao mesmo tempo, cassou o registro daqueles que faziam críticas ao governo. Os meios de comunicação de massa mais usados pelo governo Vargas foram o jornal e o rádio. Por meio do rádio, o presidente fazia sua voz chegar à casa de cada trabalhador, que, com a sua família, esperava a **Hora do Brasil** para ouvi-lo. A propaganda oficial de Vargas fez uso também de manifestações culturais com fortes raízes populares, como o samba e a capoeira, transformados à época em símbolos nacionais.

ARQUIVO GETÚLIO VARGAS/CPDOC/FGV

Página de cartilha produzida pelo DIP, órgão do governo que fez uso inclusive de material escolar para promover o presidente.

Hora do Brasil: programa radiofônico criado em 1938 e transmitido diariamente por todas as estações de rádio.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Economia: indústria e agricultura

Durante a Primeira República (1889-1930), a agricultura ocupou um papel de destaque na economia nacional. Durante o governo Vargas, a indústria assumiu a posição de liderança que antes cabia à agricultura. Observe a tabela.

Taxas anuais de crescimento (%), de 1920 a 1945

Período	Agricultura	Indústria
1920-1929	4,1	2,8
1933-1939	1,7	11,2
1939-1945	1,7	5,4

Fonte: MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 331.

A industrialização ocorrida durante o governo Vargas se deveu, por um lado, à Segunda Guerra Mundial, pois, com seus parceiros comerciais em guerra, o Brasil teve de fabricar o que antes importava. Esse processo é conhecido como **industrialização por substituição de importações**. Por outro lado, o crescimento industrial desse período deveu-se às decisões de Vargas de fazer empréstimos à indústria a juros reduzidos, diminuir impostos sobre bens e equipamentos industriais, abolir impostos interestaduais (facilitando a circulação de matérias-primas para a indústria) e fixar o salário mínimo (1940), fato que amenizava os conflitos entre empresários e trabalhadores.

O governo Vargas criou também o **Conselho Nacional do Petróleo** (1938); no ano seguinte, perfurava-se em Lobato, na Bahia, o primeiro poço de petróleo produtivo do Brasil. Além disso, para estimular a industrialização, seu governo investiu na criação de grandes empresas dos ramos de:

BRAZIL PHOTOS/LIGHTROCKET/ GETTY IMAGES

A Companhia Siderúrgica Nacional é a maior produtora de aço do Brasil e uma das maiores da América do Sul em termos de produção de aço bruto. Volta Redonda, Rio de Janeiro, 2018.

a) **siderurgia**: **Companhia Siderúrgica Nacional** (CSN), em 1941, iniciando naquele mesmo ano a construção da Usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro;

b) **extração de minérios**: **Companhia Vale do Rio Doce**, em 1942, em Minas Gerais, que explorava o minério de ferro, usado como matéria-prima na indústria siderúrgica;

c) **geração de energia**: **Companhia Hidrelétrica do São Francisco** (1945).

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: GETÚLIO Vargas e a formação e integração do mercado nacional. Disponível em: <http://livro.pro/iswkkd>; e POLÍTICA externa e desenvolvimento no Estado Novo. Disponível em: <http://livro.pro/xzzjwf>. Acessos em: 10 nov. 2018.

Dica de leitura

• FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

O historiador e cientista político Boris Fausto busca levar ao leitor, de forma resumida e com linguagem simples, episódios importantes da História do Brasil.

EDITORA EDUSP

IMAGENS EM MOVIMENTO

• ECONOMIA brasileira de 1930 a 1945. Duração: 14min19s. Disponível em: <http://livro.pro/45aou7>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Trecho de vídeo que relata como foi a economia durante o governo de Getúlio Vargas, com participação de Boris Fausto.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Economia no governo Vargas

O período que começa em 1929/1930 aparece como muito relevante, tanto do ponto de vista da produção agrícola quanto da industrial. Naqueles anos abriu-se a crise do café, cujo papel na agricultura de exportação começou a declinar. A produção do algodão cresceu, destinando-se tanto à exportação quanto à indústria têxtil nacional. Entre 1929 e 1940, a participação do Brasil na área plantada de algodão em todo o mundo aumentou de 2% para 8,7%. Nos anos 1925-1929, a participação do café no valor total das exportações brasileiras era de 71,7% e do algodão de apenas 2,1%. No período 1935-1939, a participação do café caiu para 41,7% e a do algodão aumentou para 18,6%.

Além da produção industrial, devemos ressaltar o aumento da produção agrícola destinada ao mercado interno. Arroz, feijão, carne, açúcar, mandioca, milho e trigo passaram a representar, entre 1939 e 1943, 48,3% do valor da produção das lavouras. Em 1925-1929, não iam além de 36% desse valor.

As taxas de crescimento anual da indústria permitem entender melhor o processo de industrialização posterior a 1930.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 216-217.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: QUEDA de Vargas e fim do Estado Novo. Disponível em: <http://livro.pro/gfdipq>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Texto de apoio

Fim do Estado Novo

Naquele ano de 1945, o PSD lançou o general Eurico Gaspar Dutra como candidato às eleições presidenciais. Embora o general fosse um seguidor de Vargas desde os primeiros tempos da Revolução de 30, este engoliu sua candidatura sem o menor entusiasmo [...].

O principal partido da oposição foi a União Democrática Nacional (UDN). [...] A UDN se definiu como um partido liberal antigetulista, defensor do regime democrático e dos bons costumes políticos. O candidato da UDN e de partidos menores, em contraposição ao general Dutra, foi o brigadeiro Eduardo Gomes, ex-"tenente" que adotara posições liberais. [...]

Em maio de 1945, o governo decretou a nova Lei Eleitoral que fixou a data de 2 de dezembro para eleições à presidência da República e ao Congresso. Logo depois, surgiu um movimento favorável à permanência de Vargas no poder, até a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, com a possibilidade de ele se candidatar à presidência, depois de aprovada a nova Constituição. O movimento foi chamado de "queremista", pois seus partidários tinham um lema central: "Queremos Getúlio!". As manifestações de rua, principalmente, mas não somente no Rio de Janeiro, organizadas pelo PTB e pelos comunistas, então aliado após a anistia e soltura de Prestes, tiveram o apoio discreto do presidente e alarmaram a cúpula militar.

[...]

Um lance final desastroso precipitou o fim do Estado Novo, quando Vargas nomeou seu irmão Benjamin Vargas – "o Bejo" – para a chefia de polícia do Rio de Janeiro. Bejo era muito malvisto pela oposição, como frequentador assíduo de cassinos e, supostamente, dono de casas de prostituição na capital da República. O último ato ocorreu em 29 de outubro de 1945, quando destacamentos do Exército cercaram o Palácio Guanabara, residência do presidente. Segundo sua filha Alzira, Vargas decidiu renunciar, proferindo uma frase: "Preferia que os senhores me atacassem e meu sacrifício ficaria como um protesto contra esta violência. Já que é um golpe branco, não serei elemento de perturbação". O golpe branco não cassou os direitos políticos do ex-ditador que iria eleger-se senador, com grande votação em vários estados, preferindo a investidura pelo Rio Grande do Sul.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Olhando para dentro (1930-1964)**. Madrid: Fundación Mapfre, 2013. p. 106-108.

O governo Vargas saiu também em defesa da agricultura. Para defender o preço do café, mandou queimar ou lançar ao mar 30 milhões de sacas, entre 1931 e 1939, e criou um imposto por pés de café, a fim de inibir novos plantios. Regulando a oferta e protegendo os preços do café, o governo garantia recursos para a importação de máquinas e equipamentos. Ao mesmo tempo, Vargas optou pela diversificação da agricultura, incentivando a produção de algodão, açúcar, borracha, cacau e mate. Assim, o café foi deixando de ser o único produto importante na lista das nossas exportações.

O fim do Estado Novo e o queremismo

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial contra as ditaduras fascistas contribuiu para aumentar as críticas ao governo Vargas. No Brasil, muitos passaram a dizer que era preciso combater também a "ditadura varguista". Em outubro de 1943, os políticos de Minas Gerais lançaram o **Manifesto dos Mineiros**, exigindo a democratização do país. Nesse mesmo ano, estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) saíram em passeata contra o governo.

Percebendo que a oposição ao seu governo se fortalecia, Vargas decidiu ele próprio liderar o processo de democratização do país. No início de 1945, anistiou os condenados políticos e marcou as eleições presidenciais para dezembro daquele ano. Getúlio, porém, fazia jogo duplo: em público apoiava a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, às escondidas incentivava o **queremismo**, movimento popular que, aos gritos de "Queremos Getúlio", pedia para ele continuar no poder.

ACERVO ICONOGRAPHIA

Assustados com a enorme popularidade do ditador, as oposições militares e civis uniram-se para derrubá-lo. Em 29 de outubro de 1945, tropas lideradas pelo general Góis Monteiro forçaram Vargas a renunciar. O Estado Novo chegava ao fim.

Comício queremista no Largo da Carioca. Rio de Janeiro, 1945.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA

ATIVIDADES

I Retomando

1. A charge abaixo é um registro cômico da disputa presidencial de 1930 entre o paulista Júlio Prestes (candidato oficial) e o gaúcho Getúlio Vargas, que tinha o paraibano João Pessoa como vice, pela Aliança Liberal. Elabore, no caderno, uma ficha com os seguintes dados sobre as eleições de 1930:

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

- Qual era o programa de Vargas;
- Como Vargas reagiu à vitória da situação;
- Qual foi o desfecho do movimento de 1930.

2. Diferencie o segundo levante tenentista do primeiro quanto aos objetivos.

3. Identifique a afirmativa **INCORRETA** e justifique sua escolha.
As principais mudanças introduzidas pela Constituição de 1934 foram:

a) voto aberto para maiores de 21 anos, o que dificultava a prática de corrupção eleitoral, tão comum nas décadas anteriores;

b) voto feminino: ganhando o direito ao voto, as mulheres passaram a ter importância cada vez maior na política;

c) Justiça Eleitoral: tinha como objetivo zelar pelas eleições;

d) ensino primário gratuito, de frequência obrigatória;

e) direitos trabalhistas: foram reconhecidos direitos, como jornada de trabalho de 8 horas diárias, descanso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, entre outros.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. • Vargas defendia: o voto secreto, o incentivo à indústria nacional e a aprovação de leis trabalhistas;
   • Vargas aproveitou-se da comoção pelo assassinato do paraibano João Pessoa (por questões ligadas à política local) e marchou em direção ao Rio de Janeiro com seus aliados com o objetivo de tomar o poder;
   • Uma junta militar tomou o poder e entregou-o a Getúlio Vargas, líder civil do movimento de 1930.
2. Enquanto o primeiro levante tenentista ocorrido a 5 de julho de 1922 não tinha objetivos bem definidos (os tenentes diziam-se dispostos a "salvar a honra do exército" e a moralizar a política do país), o segundo ocorrido em 5 de julho de 1924 deixava claras as suas exigências: a) a deposição do presidente de Arthur Bernardes; b) a moralização da República por meio do voto secreto; c) a obrigatoriedade do ensino primário; d) a melhoria do ensino público.
3. Alternativa A. Justificativa: voto secreto para maiores de 18 anos; o que dificultava bastante a prática da corrupção eleitoral, tão comum nas décadas anteriores.

Texto de apoio

Candidatura de Getúlio Vargas

Os anos que antecederam o Estado Novo foram de efervescência e disputa política. Essa situação tinha a ver com a diversidade das forças que se haviam aglutinado em torno da Aliança Liberal, a coligação partidária oposicionista que em 1929 lançou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República [...]. Defendendo a educação pública obrigatória, a reforma agrária, a adoção do voto secreto, os tenentes se definiam como antioligárquicos e propunham um novo lugar para o Exército na sociedade brasileira.

A despeito da sua heterogeneidade, no ideário da Aliança Liberal estavam presentes temas relacionados com justiça social e liberdade política. Os aliancistas propunham reformas no sistema político, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Pregavam anistia para os perseguidos políticos e defendiam direitos sociais, como jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propunham também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café, e diminuição das disparidades regionais.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2, p. 16.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. Alternativa D. Justificativa: Trata-se de um documento que acusava os comunistas de tramarem uma revolução no Brasil. Forjado pelas lideranças integralistas, foi utilizado por Vargas como justificativa para instauração do Estado Novo.
5. a) Conclui-se que, entre 1933 e 1939, o crescimento do setor industrial superou em muito o agrícola. Além disso, é possível concluir também que, durante a Segunda Guerra (1939-1945), o crescimento industrial sofreu uma queda considerável, porém, continuou sendo mais alto do que o da agricultura.
   b) O crescimento da indústria no Brasil, mostrado no gráfico, resultou da combinação de fatores externos e internos. Externos: a Grande Depressão (1929-1933) e a Segunda Guerra, que estimularam o Brasil a produzir o que antes importava. Internos: as medidas industrialistas do governo Vargas, tais como: política alfandegária protecionista (aumento dos impostos sobre manufaturados importados); abolição dos impostos interestaduais (unificando o mercado nacional); facilitação de financiamento para a aquisição de matérias-primas e máquinas para as indústrias; a fixação do salário mínimo em 1940, que amorteceu os conflitos entre capital e trabalho.

4. Identifique a afirmativa **INCORRETA** e justifique sua escolha.
Sobre o Plano Cohen, é correto afirmar:

a) O Plano Cohen era um plano falso segundo o qual os comunistas iriam provocar greves, incêndios e assassinar o presidente.

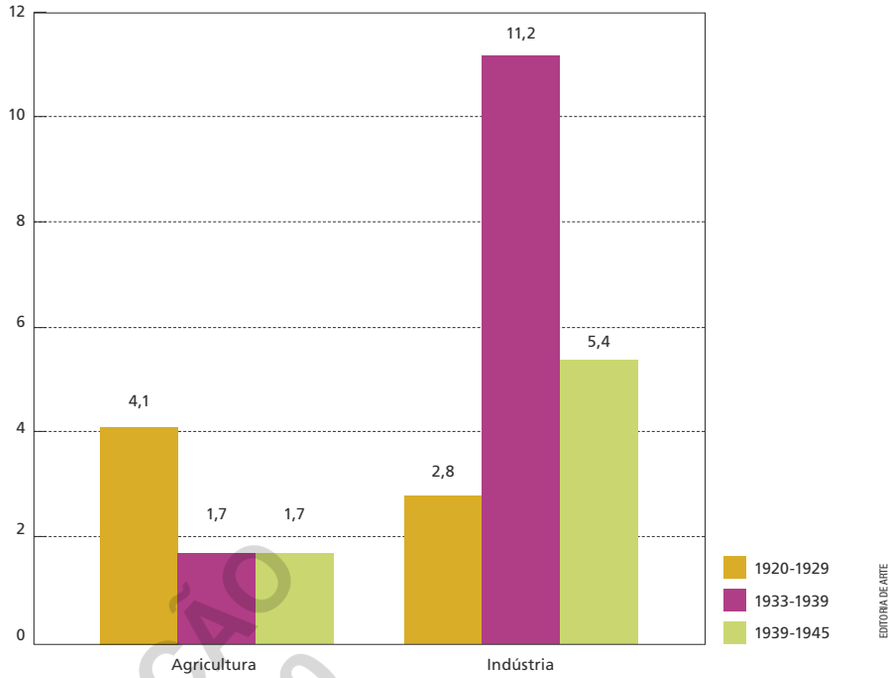
b) A descoberta do Plano Cohen serviu de pretexto para o golpe de 1937, que originou o Estado Novo.

c) O Estado Novo foi uma ditadura implantada por Vargas entre 1937 e 1945.

d) Tratava-se de documento que acusava os comunistas de tramar uma revolução no Brasil. Forjado pelas lideranças comunistas, foi utilizado por Luís Carlos Prestes para conquistar o poder.

5. Observe o gráfico com atenção.

Taxas anuais de crescimento (%)



Fonte: MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 331.

a) O que se pode concluir pela leitura do gráfico?

b) Que fatores ajudam a explicar o fenômeno mostrado no gráfico?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Propaganda na Era Vargas

O governo procurou ampliar a base de apoio através da propaganda política, arma muito importante num regime que se volta para as massas.

Antes do Estado Novo o governo brasileiro já se preocupava com a organização da propaganda política e da censura.

[...]

Os organizadores da propaganda se valeram de símbolos e imagens na busca de consentimento e adesão da sociedade. A bandeira brasileira e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo. Muito significativo é o cartaz no qual se desenha o mapa do Brasil, colorido de verde e, no centro, a bandeira brasileira com a imagem de Vargas desenhada na esfera azul; ao lado havia os dizeres. "Fortes e unidos, os brasileiros do Estado Novo são guiados pela grande trindade nacional: nossa Pátria, nossa Bandeira, nosso Chefe". A referência à simbologia cristã da Santíssima Trindade é clara: a sacralização dos símbolos [...] emprestava maior força à imagem.

[...]

A propaganda, além de enaltecer a figura do líder e sua relação direta com as massas, demonstrava a preocupação do governo com a formação de uma identidade nacional coletiva.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de Novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2, p. 122-124.

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PRESENTE

O texto a seguir é da historiadora Ângela de Castro Gomes. Leia-o com atenção:

[...] Baixinho, meio barrigudo, sorrindo ou não, fumando charutos ou tomando chimarrão, ele era o Gegê, presente em marchinhas de carnaval e textos de literatura de cordel. Discursando em grandes ocasiões, encontrando-se com os maiores líderes de seu tempo e defendendo os interesses da nação no difícil contexto da Segunda Guerra Mundial, ele era Vargas. Uma construção mítica exemplar [...] feita para ser acreditada e querida pelo povo.

Para o sucesso da empreitada, inúmeros recursos foram mobilizados, tendo em vista a divulgação de sua imagem e de suas realizações governamentais. [...] E [...] nesse sentido [...] um [...] fundamental ponto ainda deve ser destacado.

[...] a propaganda varguista [...] só teve boa recepção entre a população porque, além de ser maciça e bem cuidada, articulava-se a uma série de iniciativas governamentais que materializavam o que se anunciava. [...] havia um vínculo efetivo entre o que se dizia e o que a população experimentava concretamente [...].

COLEÇÃO PARTICULAR

Cartaz de propaganda elaborado pelo DIP. c. 1943.

É por essa razão básica que a população em geral, mesmo a que não estava sendo alvo dos benefícios naquele exato momento, vivenciou tais iniciativas como resposta a **demandas** há muito veiculadas, mas sempre ignoradas e que, finalmente, começavam a ter algum atendimento. [...]

Demandas: reivindicações.

GOMES, Ângela de Castro. A última cartada. **Revista Nossa História**, ano 1, n. 10, p. 17-19, ago. 2004.

a) Como a autora descreve Vargas?

b) Segundo a autora, por que a propaganda varguista teve boa recepção entre a população brasileira?

c) Avalie as promessas de Getúlio Vargas na campanha de 1930 e suas realizações ao longo de seu governo e responda: ele cumpriu ao menos parte do que prometeu? Se sim, dê um exemplo.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Getúlio: o mito

Uma intensa bibliografia foi produzida pela imprensa oficial para cultuar a personalidade de Vargas. Várias "histórias de Vargas para crianças" chegaram às bibliotecas, demonstrando como, desde o nascimento, Getúlio estaria fadado a liderar seu povo em um grande projeto. [...] A história de Getúlio era construída de maneira hagiográfica, ou seja, como se alguém estivesse contando a história de um grande líder espiritual, de um anjo, de um santo. Vargas seria veiculado junto aos jovens e às crianças como um ser superior – estratégia usada pelas políticas de culto à personalidade. Por isso mesmo, foi durante o Estado Novo que se construiu definitivamente o mito Vargas, fruto do carisma do presidente, mas também da eficiente máquina de propaganda então existente.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 36.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Como um mito construído para ser querido pelo povo.

b) Porque, além de ser maciça (consistente) e bem cuidada, estava relacionada a iniciativas do governo Vargas que punham em prática o que ele prometia ao povo. **Professor**: além de produzir fotografias, filmes, cartilhas, discursos que enalteciam o presidente Vargas, a propaganda varguista estabelecia um vínculo efetivo entre o que o presidente dizia e o que a população experimentava concretamente.

c) Sim; um exemplo: Getúlio prometeu os "direitos trabalhistas" e os cumpriu, ao menos em parte, já que esses direitos alcançavam apenas os trabalhadores da cidade.

- Aprofundar o assunto acessando os textos: GETÚLIO Dornelles Vargas. Disponível em: <http://livro.pro/86t3w8>; e O MITO Getúlio Vargas. Disponível em: <http://livro.pro/mbv6t5>. Acessos em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

GETÚLIO Vargas (1974). Duração: 1h20min. Disponível em: <http://livro.pro/2izwj8>. Acesso em: 10 nov. 2018. Vídeo jornalístico sobre Getúlio Vargas, do início de seu primeiro governo até a morte trágica que comoveu a nação.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades da BNCC, citadas a seguir:

EF09HI03 – Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.

EF09HI04 – Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.

EF09HI07 – Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes.

EF09HI08 – Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.

EF09HI09 – Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

Ela informa que foi no Rio Grande do Norte que as mulheres brasileiras puderam votar e serem votadas pela primeira vez.

A fonte 2 exibe eleitoras norte-rio-grandenses em 1928, as primeiras brasileiras a exercerem o direito do voto.

A fonte 2 complementa e documenta o afirmado na fonte 1.

CAPÍTULO 4

MOVIMENTOS SOCIAIS: NEGROS, INDÍGENAS E MULHERES

Leia as duas fontes a seguir com atenção.

Fonte 1

No dia 25 de outubro de 1927, pela Lei estadual nº 660, as mulheres brasileiras puderam, pela primeira vez, no Rio Grande do Norte, ter reconhecido o direito de votar e serem votadas. O Artigo 77 [...] da referida lei determinava: "No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei". [...]

Essa abertura política conferida às mulheres no Rio Grande do Norte é resultante das reivindicações feministas por igualdade social lideradas em âmbito nacional pela bióloga paulista Bertha Lutz (1894-1976). [...]

Apesar de, do ponto de vista eleitoral, o estado do Rio Grande do Norte ter reconhecido esta igualdade, faltava, porém, a concretização do "voto de saias", o que ocorreu nas eleições municipais realizadas no dia 05 de abril de 1928. [...]

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Os 80 anos do voto de saias no Brasil**: TRE-RN. Disponível em: <http://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>. Acesso em: 15 out. 2018.

Fonte 2

ARQUIVO NACIONAL

Primeiras eleitoras do Brasil, Natal, RN, 1928.

» **O que informa a fonte 1?**

» **E a fonte 2, o que informa?**

» **A fonte 2 complementa, nega ou relativiza o conteúdo da fonte 1? Justifique.**

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Pioneiras

Inspiradas pelo movimento no exterior, algumas mulheres mais audaciosas deram impulso à luta sufragista no Brasil, como Leolinda Daltro (fundadora, em 1910, do Partido Republicano Feminino – que [...] não era um partido formal) e Bertha Lutz (fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922).

Os primeiros frutos foram colhidos no Rio de Grande do Norte, antes do decreto de Vargas. Em 1927, o governo local liberou o voto feminino sob o argumento de que a Constituição, embora não o autorizasse, tampouco o proibia. No ano seguinte, os eleitores – e as eleitoras – de Lajes (RN) escolheram a primeira prefeita do Brasil, Alzira Soriano. Foi notícia até no ***New York Times***. [...]

[...] o direito de ir às urnas abriu caminho para que as mulheres acumulassem mais direitos nas décadas seguintes. Para obter o voto delas, os políticos se viram obrigados a fazer promessas de campanha e elaborar leis que as beneficiassem – preocupação que não havia antes. Exemplo: em 1961, uma lei equiparou o ensino normal (que formava professoras) ao ensino médio, o que finalmente desobstruiu a entrada das mulheres na universidade. [...]

WESTIN, Ricardo. Voto das mulheres no Brasil completa 80 anos. **Senado notícias**, 8 mar. 2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2012/03/08/voto-das-mulheres-no-brasil-completa-80-anos>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Os negros no pós-Abolição

Como vimos no 8º ano, os escravizados participaram das lutas pela Abolição de diversas formas, como resistência cultural, revoltas, quilombos, entre outras. Vimos também a importância de alguns abolicionistas, como o engenheiro André Rebouças, o poeta Luís Gama, o escritor Joaquim Nabuco e seus aliados na sociedade civil. Enfim, a luta pela Abolição assumiu grandes proporções em todo o país. E, como era de se esperar, a Lei Áurea, que declarou extinta a escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888, foi comemorada com festas, missas campais e comícios que reuniam multidões.

O mundo do trabalho

Passadas as comemorações, os libertos procuraram se firmar socialmente como pessoas livres. Nas áreas rurais, negociaram com os senhores sua permanência nas fazendas em troca de salário, do direito de ter a própria roça e de um tratamento digno.

Muitas vezes, porém, ao ver que o tratamento dispensado a eles continuava o mesmo, os libertos ocupavam terras abandonadas, onde cultivavam mandioca e criavam animais. Ou então se mudavam para as cidades em busca de uma vida melhor. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, alguns conseguiam se empregar nas fábricas que surgiam; outros, porém, continuavam desempregados, pois a maioria dos empregos estáveis era dada a imigrantes europeus, preferidos pelos empresários daquela época por sua cor e origem. Outros ainda viviam de fazer "bico" em troca de pouco dinheiro.

MUSEU JOAQUIM FELIZARDO, PORTO ALEGRE

Afrodescendentes libertos. Porto Alegre, RS, 1900.

Além de lutarem por emprego, moradia e salário, os libertos tinham de enfrentar o racismo e a violência policial, que os impediam de circular livremente pelas ruas ou de praticar suas religiões. Nesse contexto, surgiu a imprensa negra.

Dica de leitura

- SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Obra organizada pelos historiadores Lilia Moritz Schwarcz e Flávio Gomes, o **Dicionário da escravidão e liberdade** tem como contéudo 50 textos críticos, escritos por especialistas, que trazem novos estudos, questionamentos e contestações sobre a escravidão no passado e sua influência no nosso cotidiano.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Trabalhadores livres e escravos

Apesar dos problemas que envolvem o imaginário coletivo consolidado acerca do 13 de maio, do ponto de vista historiográfico não é possível negar a importância da chamada Lei Áurea. [...] Ao longo de todo o século XIX, muitos lutaram por sua liberdade jurídica mediante ações de liberdade e de processos de negociação com seus antigos senhores – que várias vezes reescravizavam e descumpriam acordos. [...]

Não obstante as diversas interdições cotidianas, os trabalhadores escravizados construíram formas de autonomia possível antes da abolição. Para eles e seus descendentes, que conquistaram cartas de alforria ou nasceram livres antes do dia 13 de maio de 1888, a liberdade jurídica não se transformou em imediata passagem para um mundo de plenos direitos e gozo civis. Suas vidas e condições de trabalho continuaram extremamente precarizadas, faltando-lhes todo tipo de proteção legal, trabalhista e social. [...]

Ainda diferentemente do que o imaginário coletivo nos deixa supor, trabalhadores escravizados, livres e libertos, de todos os gêneros, também puderam ser encontrados labutando juntos – como, por exemplo, em lavouras, manufaturas, canteiros de obras, portos e navios. Muitas vezes, trabalhadores escravizados, fugitivos, se passavam por pessoas livres e eram contratados para executar certos tipos de serviço incomuns aos cativos. Ao serem descobertos, causavam revolta entre os desempregados, por causa da concorrência. Por sua vez, indivíduos que não eram escravos costumavam desobedecer à figura do feitor, cargo que estava ligado à fiscalização daqueles que eram propriedade de terceiros. Alguns trabalhadores livres e libertos ainda se recusavam a realizar determinadas tarefas degradantes, pois as consideravam próprias para escravizados. [...]

CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério S. Trabalhadores livres e escravos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 411-412.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: MOVIMENTO negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Disponível em: <http://livro.pro/n2ph49>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• CIDADANIA: movimento negro e imprensa. Duração: 8min43s. Disponível em: <http://livro.pro/pc6bup>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Entrevista com a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto sobre a história da imprensa negra no Brasil.

AUDIOVISUAL

A professora Wlamyra de Albuquerque aborda o tema "comunidade negra e cidadania" no pós-abolição.

Texto de apoio

O texto a seguir é de José Antônio dos Santos, doutor em História pela PUC-RS.

Imprensa negra no Brasil: "Autorretrato do negro por ele mesmo"

A expressão entre aspas acima foi registrada por um francês, o que de antemão revela o fato de que o primeiro pesquisador a trabalhar com a imprensa negra brasileira foi um estrangeiro. Roger Bastide publicou **A imprensa negra do Estado de São Paulo**, em 1951, sob o pressuposto de que os jornais representariam as aspirações e os sentimentos coletivos que dariam condições para "discernir a mentalidade de uma raça". Ele iniciou o texto respondendo a duas críticas que seriam impeditivas para aquele tipo de pesquisa: a primeira, de que os jornais negros não tinham grande tiragem [...] e duravam pouco; a segunda, de que as publicações representavam muito mais as opiniões e os interesses da "pequena classe média negra" do que as da maioria ou "massa negra".

Bastide argumentava contra as duas críticas. Pautava a sua defesa nas condições financeiras e materiais dos produtores e receptores dos jornais. Ele entendia que os negros não tinham como manter aquelas publicações por muitos anos em virtude de serem o estrato populacional mais empobrecido de São Paulo. As dificuldades para uma maior periodicidade daqueles periódicos não representariam apenas opiniões divergentes entre os jornalistas e a maioria dos negros, mas um "fenômeno sociológico revelador da psicologia afro-brasileira". Na busca do entendimento daquele "fenômeno" ele levantou algumas hipóteses sobre a indiferença que visualizava na "massa" imóvel diante das campanhas levadas a cabo pelos redatores de sua própria imprensa. Por outro lado, ele trouxe a contribuição da "pequena classe média negra" (formada por professores, advogados, jornalistas, revisores de provas tipográficas), que havia pouco tempo saíra daquele meio e mostrava-se interessada nos problemas dos negros mais empobrecidos.

SANTOS, José Antônio dos. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 144-146, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6853/2615-7225-1-PB.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 nov. 2018.

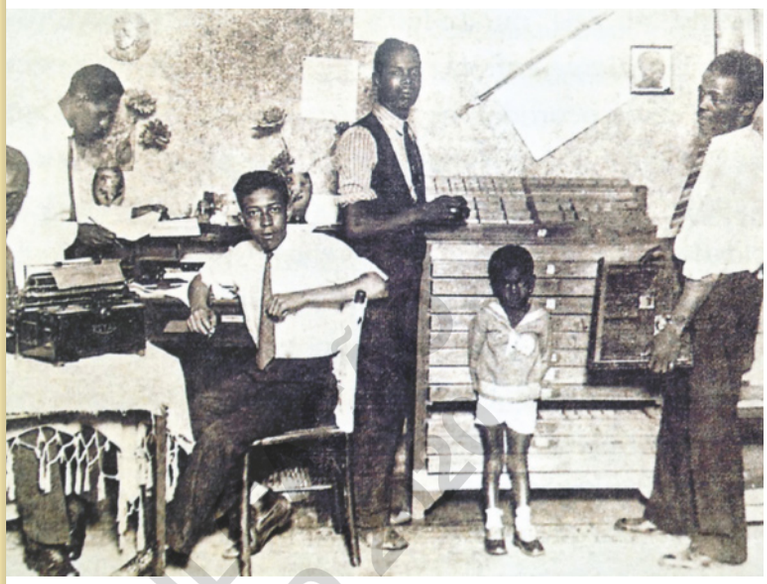
A imprensa negra

Antes e depois da Abolição, a comunidade negra nunca deixou de lutar por direitos, criando jornais próprios: a chamada **imprensa negra**.

Segundo o historiador Flávio Gomes, os primeiros periódicos editados por negros são do final do século XIX. **O Treze de Maio** (1888), **A Pátria** (1889), **O Exemplo** (1892), que circulou em Porto Alegre, foram alguns deles. Depois vieram vários outros, como **O Baluarte** (1903), **A Pérola** (1911), **O Menelick** (1915), **O Alfinete** (1918), **O Kosmos** (1922) e **O Clarim da Alvorada** (1924).

Nas primeiras décadas do século XX, o tema predominante desses jornais era a denúncia do racismo, da falta de oportunidades e da violência experimentada pela população negra brasileira. Esses jornais publicavam também matérias sugerindo comportamentos à população negra, estimulando sua autoestima e valorizando suas formas de associação e participação política. Além disso, homenageavam personalidades negras, a exemplo de Luís Gama e José do Patrocínio, elevando-as ao estatuto de heróis, e também divulgavam os bailes e salões onde se permitia a entrada de negros.

Os negros se encontravam em salões alugados para bailes, onde exibiam suas danças, elegância de gestos e modos que convinham aos "homens e mulheres de cor", na linguagem da época. Esses espaços de lazer atraíam e uniam a comunidade negra. Era comum clubes brasileiros barrarem a entrada de negros, o que levou militantes a propor a criação de espaços de lazer reservados a negros.



REPRODUÇÃO/O CLARIM

Redação do jornal **O Clarim da Alvorada**, década de 1920. Como observa o historiador Flávio Gomes, o formato e o estilo desses jornais basearam-se nas combativas publicações operárias da mesma época. Os jornais da imprensa negra geralmente duravam pouco tempo e circulavam com interrupções, principalmente por falta de recursos materiais.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A cultura afro-brasileira no pós-Abolição

Dica! A importância de Lima Barreto. Duração: 5 min. Disponível em: <http://livro.pro/zxuz4i>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Leia o que dois historiadores dizem sobre o assunto:

> [...] A escravidão foi uma página muito triste da história do Brasil. [...] Por conta da condição de escravizados dos africanos e seus descendentes, suas práticas e costumes não eram reconhecidos, já que só era considerado cultura o que fosse criado pelos europeus.
>
> Ainda assim, africanos e afrodescendentes imprimiram de modo decisivo suas referências no Novo Mundo. Daí dizemos que as culturas afrodescendentes têm a marca da resistência, por persistirem apesar da repressão e da desqualificação a que foram [...] submetidas em várias partes do mundo. No Brasil, a culinária, os modos de vestir, ritmos, danças, assim como as palavras e expressões gramaticais, trazem em nosso cotidiano as marcas da presença africana.
>
> A cultura afro-brasileira também se caracteriza pela criatividade, pois ao longo de nossa história os africanos e seus descendentes foram obrigados a refazer suas vidas e inventar caminhos para sair da escravidão e enfrentar a discriminação. [...]
>
> ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA, Walter. **Uma história da cultura afro-brasileira**. São Paulo: Moderna, 2009. p. 7-9.

ACERVO ICONOGRAPHIA/C. 1910

À esquerda, Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922). De origem pobre, esse escritor carioca produziu uma obra original, que critica o preconceito social e o racial na sociedade carioca de seu tempo. À direita, o artista Benjamin Oliveira (1870-1954), que atuou no circo como palhaço e criou o teatro popular brasileiro. Ele era querido pelas crianças e admirado pelos adultos.

ACERVO ICONOGRAPHIA/C. 1910

IMAGENS EM MOVIMENTO

- LITERATURA afro-brasileira. Duração: 24min32s. Disponível em: <http://livro.pro/qbujvi>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Entrevista com Conceição Evaristo e Fernanda Felisberto sobre a literatura negra e sua contribuição para a literatura brasileira.

- A OBRIGATORIEDADE do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Duração: 52min52s. Disponível em: <http://livro.pro/d5dpwr>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Debate com especialistas na área da educação sobre o papel dos povos indígenas e afro-brasileiros para o desenvolvimento cultural e histórico do país.

Texto de apoio

Literatura engajada e afrodescendência em Lima Barreto

[...] o engajamento [...] ficaria profundamente lacunar se passasse ao largo de um dos temas mais recorrentes em Barreto, o tratamento dispensado às teorias raciais e ao racismo, ele próprio vítima de discriminação racial vezes sem conta e que parecia sofrer bastante com isso. Aliás, um tema com uma tônica confessional e que o escritor não tenta disfarçar; muito pelo contrário, pois a dor tantas vezes sentida ante as discriminações e humilhações em decorrência da cor da pele, ele a expressa sem caricaturas, e faz isso indiferente ao meio de expressão, estando presente tanto na voz autoral quanto na voz das personagens [...]. Enfim, um tema que impregna parte significativa da obra barreteana, revelando-se com relativa facilidade a qualquer leitor atento de suas memórias, romances ou contos.

De fato, tais discriminações e humilhações em decorrência da cor da pele estão presentes com muita força diretamente na voz autoral, tal como podem ser facilmente identificadas em seu **Diário íntimo**, publicado postumamente por ingerência de Francisco de Assis Barbosa, crítico e reconhecido biógrafo do escritor. Percebe-se nesse esboço memorialístico um sem-número de reflexões e/ou imagens datadas no tocante à problemática étnico-racial. [...]

[...]

O vínculo indissolúvel da obra de Barreto com a problemática étnico-racial não passou despercebido de críticos literários e/ou demais estudiosos da obra do escritor, historiadores incluídos. Tanto é assim que parece existir uma aceitação mais ou menos comum da ideia de considerá-lo um dos pioneiros na produção da literatura afro-brasileira e/ou afrodescendente no início do século XX [...].

[...]

ARANHA, Gervácio Batista. Literatura engajada e afrodescendência em Lima Barreto ou do antirracismo em Diário íntimo (memórias) e em **Clara dos Anjos** (romance). In: XXIX SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL. **Anais**... Brasília: UnB, 2017. p. 2, 4.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Petrônio Domingues.

Frente negra/Legião negra

A Frente Negra Brasileira – União Político-Social da Raça – foi fundada em assembleia realizada no salão da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas, no centro da cidade de São Paulo, em 16 de setembro de 1931. Tratou-se de uma tentativa por parte da população negra de se unir, organizar-se em torno de uma entidade que lutasse pelos seus direitos e, finalmente, contar com um local onde pudesse exercer a sua sociabilidade. [...]

Durante os seus seis anos de vida, a FNB criou diversos departamentos para atender áreas ou necessidades específicas. O Departamento de Instrução ou de Cultura cuidava da parte educacional. Oferecia curso primário, de alfabetização para adultos e de formação social, sem falar da biblioteca. O Departamento de Imprensa ficava encarregado de publicar **A Voz da Raça**, que funcionava como porta-voz da entidade. O Departamento Jurídico-Social tratava de prestar assistência jurídica aos associados, com o intuito de resolver sobretudo os problemas relacionados à violação dos direitos. O Departamento Musical era organizado com a finalidade de desenvolver cursos e atividades musicais. [...] O Departamento Esportivo tinha a tarefa de promover algumas modalidades de esportes e organizar jogos e competições. Mantinha ainda um time de futebol, o Frentenegrino Futebol Clube. O Departamento Médico garantia esse tipo de assistência aos associados [...]. O Departamento de Artes e Ofícios era formado pelas seções de marcenaria, pintura, ornamentação, costura, limpeza e serviços de pedreiro. O Departamento Dramático se responsabilizava por manter um grupo teatral, que regularmente apresentava espetáculos. [...]

A instituição se expandiu em ritmo acelerado, atraindo a atenção de negros, sobretudo os mais jovens, de diferentes lugares e regiões do país. No seu auge, contava com mais de sessenta delegações distribuídas no interior de São Paulo e em outros estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, tendo servido de fonte de inspiração para o aparecimento de organizações homônimas nas cidades de Salvador, Recife e Pelotas. A fama da FNB ultrapassou a fronteira nacional, e a entidade ficou conhecida como a maior do gênero na América do Sul. Suas propostas e ações chegaram a ser acompanhadas por grupos negros da diáspora, especialmente no Uruguai, em Porto Rico, nos Estados Unidos e até em Moçambique. [...]

DOMINGUES, Petrônio. Frente Negra/Legião Negra: In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 237-239.

Frente Negra Brasileira

Em 1931, foi fundada a Frente Negra Brasileira, um movimento nacional de luta contra o racismo. Seus fundadores, Francisco Lucrécio, Raul Joviano e José Correia Leite, eram todos negros. A sede da entidade ficava na Liberdade, bairro do centro de São Paulo. Seus integrantes eram respeitados paulistanos, pois a Frente Negra só admitia em suas fileiras pessoas que dessem provas de honestidade na vida pessoal.

A questão da instrução esteve desde o começo na agenda do Movimento Negro: a Frente Negra Brasileira já promovia cursos de alfabetização de adultos. Houve inclusive a proposta de criar uma escola, o Liceu Palmares, para ministrar cursos aos associados da Frente, equivalente aos que hoje são oferecidos no Ensino Fundamental e Médio.

Uma das maiores vitórias dessa entidade na luta contra o racismo foi ter conseguido colocar 400 afrodescendentes na Força Pública de São Paulo, que, até então, nunca tinha aceitado negros em seus pelotões.

Em pouco tempo, a Frente Negra reunia cerca de 600 mil filiados, espalhados por vários estados brasileiros. Seus dirigentes resolveram então transformá-la em partido político. Em 1936, os frente-negrinos tiveram seu pedido aprovado. Não chegaram, porém, a disputar eleições. É que, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas instalou no país uma ditadura, mandando fechar todos os partidos políticos, entre eles a Frente Negra Brasileira.

Integrantes da Frente Negra Brasileira (FNB) diante da sede da organização em São Paulo, SP, entre 1931 e 1937.

BIBLIOTECA NACIONAL

DIVULGAÇÃO PNLD FNDE

Teatro Experimental do Negro (1944-1968)

Os negros também lutaram por sua inserção no mundo da cultura. Em 1944, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro (TEN).

Leia o que diz um historiador:

[...] Para seus fundadores (Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves), o TEN significou um ato de protesto pela ausência do negro nos palcos brasileiros – na época era comum pintar o rosto do ator branco com camadas de maquiagem preta para representar personagens negros nos espetáculos teatrais [...]. Assim, a proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros. [...]

A estreia nos palcos aconteceu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 8 de maio de 1945, com a peça **O Imperador Jones**, do consagrado dramaturgo norte-americano Eugene O'Neill [...]. O grupo só conseguiu se apresentar no prestigiado Teatro Municipal devido à intervenção do presidente Getúlio Vargas. Durante um encontro do presidente [...] Abdias do Nascimento teria feito um discurso acusando o Teatro Municipal de "fortaleza do racismo". Sensibilizado, Getúlio Vargas deu ordens que permitiram a apresentação do TEN no local [...].

Com o tempo, o TEN adquiriu uma dimensão mais ampla de atuação [...]. Ainda em 1948, iniciou a publicação do jornal **Quilombo**, que funcionava como veículo de divulgação das ideias do grupo e estampava em diversos números um programa que visava a:

- Trabalhar pela valorização do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico. [...]
- Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares.
- Combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 69-71.

CARLOS/FUNARTE/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Cena da peça **Anjo negro**, Rio de Janeiro, 1948. Com a pele escurecida, o ator branco Orlando Guy faz o papel de Ismael, um médico negro bem-sucedido, que traz estampado no rosto o drama vivido por ele na sociedade brasileira da época.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: TEATRO Experimental do Negro (TEN). Disponível em: <http://livro.pro/t49u5e>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Texto de apoio

Dramaturgia e memória: breve histórico do negro no texto teatral

[...]

A figura do negro no teatro brasileiro, até as primeiras décadas do século XX, é bastante restrita. Quando este aparece como personagem de um texto dramático, sua figura em geral surge permeada por estereótipos, numa dramaturgia que não busca aprofundar sua herança cultural. Entende-se por restrito o fato de ser mínimo o número de personagens negros cuja atuação não se limite a "um eterno abrir e fechar portas, entrar e sair de cena, ou a obedientes cumprimentos de ordens" [...]. Percebe-se neste contexto a forte influência do sistema de escravidão que colocou no imaginário brasileiro a condição submissa e subalterna do negro.

[...]

No intuito de restituir ao negro, no teatro, "a dignidade perdida nas personagens caricaturais, estereotipadas, folclóricas, muitas vezes exploradas pelas comédias e até pelos dramas nos anos que se seguiram à Abolição do cativeiro" [...], é que surge em meados de 1944 no Brasil o Teatro Experimental do Negro (TEN) fundado por Abdias do Nascimento. [...]

[...]

O Teatro Experimental do Negro (TEN) tinha o objetivo de revelar ao público brasileiro o talento e a capacidade do negro no campo teatral. Abdias, que é a maior referência em Teatro Negro no Brasil, procurou acabar com a prática de atores brancos pintados de preto representarem personagens negras, resgatando no País os valores da cultura africana através da educação, cultura e da arte. O negro destaca-se então como ator.

[...]

A lógica então passa a ser outra. O negro sai das sombras, deixa de ser [...] secundário para ganhar fala, contorno, ação. [...] A dramaturgia, como grafia de uma época, passa a registrar as vozes vindas de quem fora subjugado. O discurso agora não é mais do [...] colonizador. O discurso é de quem fora colonizado, de quem é liberto e que consequentemente procura agora dialogar com sua matriz identitária.

[...]

SILVA, Emerson de Paula. Dramaturgia e memória: breve histórico do negro no texto teatral. **Cadernos letra e ato**, ano 3, n. 3, p. 71, 72, 76, 77, jul. 2013. Disponível em: <http://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/letraeato/article/view/229/219>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• 100 ANOS do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Duração: 5min27s. Disponível em: <http://livro.pro/8gxmxy>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Reportagem sobre a criação do SPI e questão indígena no início do século XX.

Texto de apoio

A legislação indigenista no Brasil Republicano

[...]

Na República, o discurso sobre o indígena deixou de apresentar o apelo civilizatório que tinha na época do Império para enfatizar a humanidade do indígena. A Constituição de 1891 atribui aos Estados as terras aldeadas que eram das províncias, ou seja, as terras das aldeias extintas. Ademais, a política indigenista da primeira República passou a contar com outros agentes, além dos missionários, para mediar a relação dos indígenas com o Estado.

[...]

"A proclamação da República trouxe a lume uma radicalidade de sentimento de simpatia ao índio nunca dantes, e nunca depois, vista na história do Brasil." A política estava envolta com os problemas apresentados pela catequese indígena, cujos missionários preferiam o trabalho religioso junto aos camponeses, uma vez que eram melhor recepcionados. [...]

Entre os anos de 1889 a 1906, a temática indígena estava vinculada aos Estados da federação, conforme definia o Decreto nº 07, de 20 de novembro de 1889. A partir de 1906, a gestão da política indigenista foi transferida para o governo central pela criação do Ministério da Agricultura.

[...]

Embora a Constituição de 1891 não regulamentasse a questão indígena em seu teor, manteve-se a "tradição do reconhecimento dos direitos territoriais indígenas". A extinção dos aldeamentos, na maioria dos casos, ocorreu de forma "fraudulenta e abusiva", os índios que permaneciam nessas terras, geralmente, foram "espoliados". No entanto, ao se criar o SPI, em 20 de junho de 1910, instituiu-se medidas legais para um entendimento com os Estados para "garantir a posse aos índios dos seus respectivos territórios". [...]

O objetivo do SPI era que os índios passassem a agricultores com suas glebas de terras, deixando hábitos hostis, passando a conviver com os camponeses, protegendo o índio em seu próprio território. [...] A proposta do SPI indica, para as autoridades estatais, que os índios "estavam índios" numa situação transitória, por isso pretendiam incorporá-los à comunhão nacional, melhorando o indígena para formar uma sociedade "homogênea e harmoniosa".

[...]

ALVES, Daise; VIEIRA, Martha Victor. A legislação indigenista no Brasil republicano do SPI à FUNAI: avanços e continuidades. **Albuquerque: Revista de História**, v. 9, n. 18, p. 86-88, 90-91, jul./dez. 2017.

JOSÉ ROSAEL/HÉLIO NOBRE/MUSEU PAULISTA DA USP

Posse da Amazônia, óleo sobre tela, 222 cm × 132 cm, de Fernandes Machado, 1924.

Os indígenas na República

Com a proclamação da República, ocorreu uma mudança importante na abordagem da questão indígena. O indianismo, que via o indígena como "bom selvagem", foi deixado de lado. A República não olhou para o indígena, e sim para figuras como a de Tiradentes e a do bandeirante. Tiradentes se opôs à Monarquia e, como a República precisava de um herói, ele foi o escolhido. Alçado ao *status* de herói, passou a simbolizar a jovem República e a ruptura com o nosso passado imperial. Já os paulistas que caçavam índios foram transformados em heróis, figuras decisivas para a expansão e a formação territorial do Brasil.

Os hábitos e costumes indígenas incorporados pelos "bandeirantes" foram esquecidos. A língua Tupi, usada como língua-geral no território colonial durante os primeiros séculos, também foi esquecida. Já a ideia de "guerra justa" para justificar a escravização do indígena foi revalorizada.

No campo econômico, o avanço das fazendas de café rumo ao interior vinha se fazendo por meio da tomada das terras e das vidas de milhares de indígenas. Na época, alguns homens públicos chegaram a defender o extermínio dos indígenas para que a "civilização" pudesse triunfar. Mas, para a maioria dos pensadores do início do século XX, a questão indígena era um problema nacional e precisava ser resolvida. Nos debates que se seguiram, surgiram diferentes propostas para resolvê-la; uma delas foi a criação pelo governo do **Serviço de Proteção aos Índios** (SPI), em 1910, cuja função era prestar assistência aos indígenas. Era a primeira vez que o governo brasileiro interferia na questão indígena.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Estado brasileiro, povos indígenas e o Marechal Rondon

Por sua habilidade no trato com os povos indígenas do Mato Grosso, o Marechal Cândido Rondon (1865-1958) foi convidado para dirigir o SPI. A principal meta do SPI era a integração total do indígena à nação brasileira. E, para tal, Rondon propunha os seguintes passos: **atração**, **pacificação** e **civilização**.

Essa visão esteve presente também no Código Civil de 1916, que definia o indígena como um ser incapaz. Mas o marco legal da questão indígena na Primeira República foi a Lei nº 5.484, de 1928, que o colocava sob a **tutela do Estado**. Os indígenas foram classificados por essa lei em: nômades, aldeados, incorporados aos centros agrícolas e reunidos em povoações indígenas. Os nômades e os aldeados eram vistos como incapazes de responder por seus atos. E, por isso, se cometessem alguma infração, só poderiam ser presos com a permissão do SPI.

ARQUIVO O CRUZEIRO/EM/D.A PRESS

O Marechal Rondon mostra o funcionamento de um relógio a um grupo de indígenas, 1957.

Os inspetores do SPI adotavam a técnica de contato desenvolvida por Rondon, que consistia em manter uma atitude defensiva em relação aos indígenas até que o relacionamento com eles fosse estabelecido. Depois buscavam, com os governos estaduais, garantir uma terra para o grupo. O SPI atuou em áreas de colonização, como São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso, entre outras. Nessas áreas foram instaladas equipes de atração e postos indígenas.

DIALOGANDO

a) Qual era o objetivo do SPI?
b) O que as autoridades do SPI entendiam por "integração total do índio à sociedade brasileira"?
c) A Lei nº 5.484, de 1928, colocou o índio sob a tutela do Estado; por que os indígenas nômades e aldeados não podiam ser presos sem a permissão do SPI?

Dialogando

a) O objetivo do SPI era prestar assistência a todos os indígenas, nômades ou aldeados, visando a sua integração à Nação.
b) Na visão das autoridades, integração significava levar os povos indígenas a deixarem suas terras, suas culturas, para trabalharem e viverem em um lugar reservado a eles ou em cidades com os demais membros da sociedade nacional.
c) Justamente por serem considerados incapazes de assumirem a responsabilidade por seus atos. Pela Lei 5.484, os indígenas eram considerados incapazes de assumir integralmente suas responsabilidades, por isso tinham de ser tutelados pelo Estado até sua total integração à sociedade brasileira, isto é, até deixarem de ser índios! Esta ambiguidade é própria da tutela; ao mesmo tempo que se baseia em princípios humanitários, éticos e jurídicos destinados a garantir a sobrevivência das sociedades indígenas, é um instrumento de dominação dessas sociedades. As autoridades responsáveis por essa lei não compreendiam que os indígenas são capazes, sim; ocorre que eles possuem culturas próprias, e são culturalmente diferentes de nós.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Uma das mais permanentes características do SPI foi a sua filosofia de "pacificação" dos chamados índios arredios. A noção de pacificação talvez tenha surgido em fins do século passado [...] e representa um passo adiante das noções de "domesticação" ou "amansamento". [...] Na pacificação, o índio é compreendido como um ser bravio e agressivo; nas outras, como um animal. A noção de pacificação é preconceituosa, além do mais, porque subtrai do índio o seu caráter de povo, de unidade sociopolítica autônoma, com quem se deve procurar relações amistosas pelo diálogo franco e respeitoso. Ela implica uma posição de superioridade por parte do "pacificador". É sempre um ato político de intervenção e controle, que muda um povo de autônomo para heterônomo.

De qualquer modo, o "pacificar" era a tática mais humanista de época, o contrário da guerra. O método de pacificação foi desenvolvido, antes do SPI, pela Comissão Rondon, nos contatos que teve com índios de Mato Grosso. Baseava-se no princípio de que uma turma de pacificação devia ter consciência de que estava invadindo um território indígena, e que o índio tinha todo o direito de defendê-lo, inclusive atacando quem o estivesse invadindo. Assim, era dever moral aceitar essa realidade, procurar mostrar sinais de boas intenções e nunca revidar ataques. Daí foi criada a célebre massa "morrer se preciso for, matar nunca", como guia das ações de uma e qualquer turma de pacificação.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2017. p. 159-161.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: AS RAÍZES de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas. Disponível em: <http://livro.pro/j8xt79>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Dica de leitura

- GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2017.

O livro apresenta o panorama dos indígenas no Brasil abordando fatos ocorridos no passado que modificaram a vida dessas comunidades, no tocante a seus costumes, terras e direitos, e que desencadearam uma série de transformações que ajudam a explicar o cenário atual da questão indígena.

EDITORA CONTEXTO

Texto de apoio

A Constituição e os direitos indígenas

[...] Ao longo dos anos, a definição e o reconhecimento formal do que são terras indígenas iriam se concentrar acerca da noção de ocupação permanente ou de modo tradicional de ocupação, e da maior ou menor profundidade histórica sobre o tempo pretérito de ocupação. [...]

Não restam dúvidas de que foi a existência e a presença ativa do SPI no seu trabalho de assistência aos índios e de dignificação de sua pessoa que consolidou na nação o sentimento de responsabilidade histórica para com o índio, e fez com que a Constituição de 1934 viesse a ser a primeira das constituições brasileiras a reconhecer os índios como parte da nação e a promulgar norma geral sobre os índios, no caso, condizente com as ideias que caracterizavam o SPI.

As Constituições seguintes, a outorgada de 1937 e a liberal-democrata de 1946, seguem esses mesmos pontos, mudando a linguagem minimamente, numa clara demonstração da consolidação dos direitos indígenas perante as diferentes forças sociais e políticas da nação. A questão indígena não é, até então, um osso de disputa entre ideologias, mas entre interesses econômicos, de um lado, e interesses morais e de reparação histórica de outro. O que prevalece durante todo esse tempo é a visão de que os índios devem ser incorporados à nação. Nesse sentido, pode-se até alegar argumentos conservadores para defendê-los; em muitos casos, argumentos progressistas são usados para desmerecer o valor dos índios para a nação e criticar o tamanho das terras indígenas. No cômputo geral da história, a questão indígena transcende essa dicotomia, e só na sua integração ao sentimento da nacionalidade brasileira é que ela encontrará os seus argumentos mais fortes e duradouros.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2017. p. 98.

Os indígenas na Era Vargas

Nos anos 1930 e 1940, uma onda de nacionalismo atravessou o continente americano e levou a uma revalorização da figura do indígena em vários países, entre os quais o México e o Brasil.

Esse novo olhar para os povos indígenas se fez presente na Constituição de 1934, a primeira Constituição brasileira a citar o indígena e a tratar de seu direito à terra. O artigo 129 dessa Constituição diz: "será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las". As duas Constituições seguintes, de 1937 e 1946, mantiveram essa mesma posição quanto à posse da terra pelos indígenas. Segundo o antropólogo Mércio Pereira Gomes, foi o trabalho do SPI que deu visibilidade nacional à questão indígena e contribuiu para a sua inclusão nessas Constituições.

É preciso reconhecer, no entanto, que a política indigenista do SPI, segundo a qual os índios deviam ser incorporados à Nação, teve um resultado desastroso, pois resultou em perdas de muitas vidas e terras indígenas. Por volta de 1955, a população indígena era de apenas 100 mil a 150 mil pessoas, e muitos povos que começaram a ser contatados pelo SPI em 1910 tinham sido reduzidos a uns poucos indivíduos, ou simplesmente extintos; entre eles, os Xetá, no Paraná, os Oti-xavante, em São Paulo, os Botocudo, no leste de Minas Gerais, os Pataxó, na Bahia, os Nambiquara, no Mato Grosso, e dezenas de outros.

O SPI também não conseguiu impedir a tomada de terras indígenas no noroeste de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. E nem evitar agressões aos povos indígenas por parte dos castanheiros e seringalistas da Amazônia.

Indígenas da etnia Pataxó na abertura dos VIII Jogos Indígenas Pataxó. Porto Seguro, BA, 2014.

RENATO SOARES/ PULSAR IMAGENS

DIGITAL FINAL

Movimento de mulheres

A partir do advento da República, também as aspirações das mulheres foram mudando significativamente. As mulheres passaram a reivindicar o acesso pleno à educação, indispensável à autossuficiência econômica, e o direito de votar e de serem eleitas, indispensável à cidadania plena.

A Constituição de 1891, no entanto, negou o direito da mulher ao voto. A advogada Myrthes Campos e a professora Leolinda Daltro tentaram se alistar para votar, mas tiveram seus pedidos recusados. Leolinda Daltro reagiu fundando em 1910 o **Partido Republicano Feminino**. Em 1917, ela organizou uma passeata com 84 mulheres no centro do Rio, fato que surpreendeu a muitos.

Influenciado por esse fato, talvez, no mesmo ano o deputado socialista Maurício de Lacerda apresentou na Câmara um projeto de lei favorável ao voto feminino. Mas o projeto não chegou a ser discutido: as autoridades da época opunham-se fortemente às lutas das mulheres por direitos, enquanto os homens de ciência as rotulavam como pessoas incapazes e de menor inteligência, sendo, portanto, inadequadas para a vida pública. A imprensa engrossava o coro antifeminista, ridicularizando as demandas das mulheres com piadas, ilustrações e charges de mau gosto.

Mulher discursa em comício do 1º de Maio, em 1915, na Praça da Sé, São Paulo, SP.

ACERVO ICONOGRAPHIA

DIÁRIO PRF

Texto de apoio

Leolinda Daltro e o Partido Republicano Feminino

O primeiro ato conhecido de Leolinda Daltro nas vias políticas foi através da congregação de algumas mulheres em apoio à candidatura de Hermes da Fonseca à presidência do Brasil, no ano de 1909, com a fundação da **Junta Feminil pró-Hermes**. Mariana Coelho [...] descreve esse grupo como uma "associação política de cuja descrição se depreende ser o ponto de partida para a ação do feminismo no Brasil, pois foi a primeira fundada com intuitos de trabalhar pela emancipação do sexo feminino brasileiro". Em 1910, Leolinda rebatizou essa associação feminina com o nome de **Partido Republicano Feminino** (PRF). Segundo Céli Pinto [...], essa forma de nomear tal associação feminina já "merece atenção especial pela ruptura que representou [...] pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação, portanto, teria de ocorrer fora da ordem estabelecida". [...] o que motivou uma professora a fundar um partido político, em uma época em que efetivamente a mulher não tinha voz na política?

O programa do PRF, publicado no **Diário Oficial** em 17 de dezembro de 1910, apregoava que pretendia "congregar a mulher brasileira na capital federal e em todos os Estados do Brasil, promovendo a cooperação entre as mulheres na defesa das causas relativas ao progresso pátrio". O quarto artigo do estatuto do partido definia que ele deveria: "Pugnar para que sejam consideradas extensivas às mulheres as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira" [...]. Dentre as referidas "disposições constitucionais" elencadas, a mais perseguida pelas militantes foi o reconhecimento das mulheres como cidadãs plenas e passíveis de participar das pugnas eleitorais. De forma que não parece ser demais considerar que as ações do partido teriam sido as responsáveis por recolocar o tema do sufrágio feminino de volta à pauta da imprensa brasileira. Um diferencial na proposta do PRF era ser composto exclusivamente por mulheres, pois pelo seu estatuto, estava vedada a participação masculina. [...]

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo "pátrio" de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 71-72, jan./jun. 2014.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Sim, pois, como afirma o texto, a condição feminina é uma preocupação antiga da escritora norte-rio-grandense Nísia Floresta. **Professor**: em 1831, Nísia escreveu vários artigos em jornal nos quais reflete sobre a condição feminina.

b) Nísia, de Dionísia; Floresta, para lembrar o local de sua infância que era circundado por uma rica floresta; Brasileira, para afirmar o sentimento nativista; e Augusta, em homenagem ao companheiro Manuel Augusto.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• NÍSIA Floresta. Duração: 30min11s. Disponível em: <http://livro.pro/betoam>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Documentário sobre a vida de Nísia Floresta.

Texto de apoio

Nísia Floresta e sua obra

Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia enclausurada em preconceitos e trancafiada em casa sem nenhum direito [...], esta escritora [Nísia Floresta] dirigiu um colégio para moças no Rio de Janeiro e publicou livros [...] tratando dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos.

[Seu primeiro livro], publicado em 1832 em Recife (PE), tem o sugestivo título de **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**, despontando quando Nísia tinha apenas 22 anos. [...]

No ano seguinte – 1833 – saía uma segunda edição e, em 1839, uma terceira, no Rio de Janeiro. A capa trazia a informação de que se tratava de uma "tradução livre" de *Vindications of the rights of woman*, que Mary Wollstonecraft havia publicado em Londres, em 1792, como resposta à Declaração Universal dos Direitos do Homem. A história do sucesso do livro de Mary é conhecida: no mesmo ano ele foi traduzido para o francês e teve seguidas edições que repercutiram pela Europa e Estados Unidos, consagrando o nome de sua autora como a pioneira na defesa da mulher.

[...] Nísia Floresta [...] não realiza uma tradução, no sentido convencional do termo, mas escreve um outro texto [...].

PARA REFLETIR

A potiguar Nísia Floresta: precursora do feminismo

O ano de 1831 foi o ano da estreia de Nísia Floresta nas letras. [...] As reflexões sobre a condição feminina estavam [...] entre as primeiras que motivaram e levaram Nísia Floresta a escrever. [...]

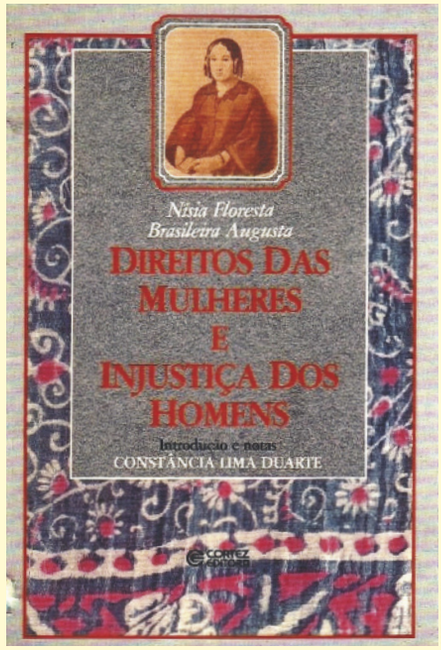
Em 1832, vem a público **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**, assinado com o nome que tornará famosa a norte-rio-grandense: Nísia Floresta Brasileira Augusta [...].

Direitos das mulheres e injustiça dos homens foi inspirado na obra de Mary Wollstonecraft [**Reivindicação dos direitos da mulher**] – [...] de 1792 –, conforme ela mesma declarou [...]. A novidade é que, ao invés de simplesmente fazer uma tradução, Nísia [...] escreve um livro denunciando os preconceitos existentes no Brasil contra a mulher e desmistificando a ideia dominante da superioridade masculina.

Ao mesmo tempo em que constrói a defesa de seu sexo, ela denuncia e desmascara os artifícios masculinos de dominação. E indaga:

Se este sexo altivo quer fazer-nos acreditar que tem sobre nós um direito natural de superioridade, por que não nos prova o privilégio, que para isso recebeu da Natureza [...]?

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**: uma mulher à frente do seu tempo. Brasília: Mercado Cultural, 2006. p. 19.



Fac-símile da capa do livro **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**, de Nísia Floresta (1809-1885).

a) O título do texto tem relação com seu conteúdo? Justifique.

b) O nome real da escritora potiguar era Dionísia Pinto Lisboa; por que ela teria assinado seu romance com o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

[...]

Em sua substância, o **Direitos das mulheres** de Nísia Floresta se aproxima do *Rights of woman* de Mary Wollstonecraft, ou de outros, em vários aspectos. Todos, por exemplo, contêm a denúncia da mulher como ser oprimido, do homem como sujeito da opressão, a reivindicação de uma sociedade mais justa, a ideia da educação como o único meio de promoção feminina, a valorização da função materna e a utilização de um aparato filosófico de feição iluminista. No mais, os textos se distanciam tomando cada qual o seu rumo segundo as motivações dos autores, o público a que se destinavam e as peculiaridades da condição feminina de cada país.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: entre o diálogo e a apropriação. In: PADILHA, Eliseu Lemos (Coord.). **Nísia Floresta**: uma mulher à frente do seu tempo. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, s/d. p. 9-12.

Bertha Lutz na luta pelo voto feminino

É nesse contexto que a feminista Bertha Lutz chega da Europa, em 1918, disposta a lutar pela emancipação da mulher no Brasil.

Leia o que uma historiadora conta sobre Bertha Lutz e suas companheiras.

> [...] Bertha e suas companheiras organizam-se em associações, fazem pronunciamentos públicos, escrevem artigos e concedem entrevistas aos jornais. Buscam o apoio de lideranças e da opinião pública [...].
>
> [...] Ainda, em fins de 1918, Bertha enviou uma carta à **Revista da Semana** na qual convocava as mulheres a lutar pela sua emancipação. [...] Nessa visão, poder trabalhar é determinante, pois propicia às mulheres os meios de subsistência, livrando-as de uma "dependência humilhante para elas" e "nefasta para os homens" [...]. Bertha Lutz argumentava que a ascensão feminina resultaria não só em benefícios pessoais como também faria das mulheres "instrumentos preciosos do progresso do Brasil".

ACERVO ICONOGRAPHIA

Bertha Lutz em campanha pelo voto feminino, c. 1928.

Bertha – apesar da multiplicidade de atividades que conseguiu empreender, abrindo várias frentes de luta –, a conquista do voto mereceu sua prioridade. Acreditava [...] que o acesso aos direitos políticos era essencial à obtenção de garantias com base na lei. [...]

Em 1932, o Brasil finalmente ganhou um novo Código Eleitoral. [...] estabeleceram-se no país o voto secreto e o voto feminino. Com isso, o Brasil tornou-se o segundo país da América Latina (depois do Equador) a estender às mulheres o direito de voto [...]. Faltava agora a incorporação desse princípio à Constituição que só seria votada em 1934. [...] Graças às pressões feministas, e coroando uma luta de décadas, o sufrágio feminino foi finalmente garantido, com a inclusão do artigo 108 na Constituição de 1934.

SOIBET, Rachel. Movimento de mulheres. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218-226.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Dica de leitura

- PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

O livro **Nova História das mulheres no Brasil** traz o ponto de vista de especialistas de diferentes áreas do conhecimento sobre as conquistas das mulheres no século XX e suas contribuições para a sociedade; e sobre as pautas para o século XXI e suas formas de abordagem.

EDITORA CONTEXTO

Texto de apoio

Educação, associação, organização

[...] os marcos que indicam o caminho de um futuro mais rico, mais fecundo e mais feliz. Se por eles seguirmos, poderemos realizar as aspirações da mulher moderna, que, tornando-se mais útil, quer ser digna de melhor porvir. A educação, deixando de ser mera acumulação de conhecimentos, muitas vezes limitados às artes "d'agrément", deve tornar-nos úteis, ensinar-nos a cumprir nossos deveres de modo eficaz, dar-nos meios de subsistência, para não sermos obrigadas a uma dependência humilhante. Deve reprimir o exagero do sentimento, canalizando-o para o bem, disciplinar a vontade e educar o pensamento. "L'union fait la force", diz a divisa belga; poderia também dizer: traz a paz e torna possível a civilização. Enquanto as nações estiverem divididas, haverá guerra, quando se unirem, virá o reino da paz. Enquanto a mulher estiver só, será sempre o ser frágil que flutua à mercê das circunstâncias. Quando se unirem, elas tornar-se-ão uma grande força. Por isso, devem ser fundadas associações de classe, que "Rio-Femina" já advogou, constituindo no seu conjunto uma grande associação de mulheres brasileiras, destinada a proteger seus interesses e tornar sua vida mais feliz. Se esta se amalgamar a uma associação internacional, poderá colaborar na civilização. Ao lado da educação e da associação deve surgir a vara mágica da organização, a qual, se não faz todo o nosso trabalho enquanto nos consagramos ao repouso ou à preguiça, ao menos o reduz ao mínimo. Aplicada à vida material, facilitará o trabalho de cada mulher e permitir-lhe-á uma vida mais agradável. Mas, aplicada à assistência da mulher e da criança, então fará surgir sem dificuldade todas as instituições que ainda faltam em nossa capital, fornecendo vasto terreno à atividade da mulher cujos meios não a obriguem a trabalhar. Cultivando-o, terá ela, ao mesmo tempo, a satisfação de ver-se útil, e tornar felizes muitas vidas tristes e de concorrer prodigiosamente para o progresso de seu país. [...] (**Rio Jornal**, 27/3/1919).

LUTZ, Bertha apud LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. p. 30-31.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) A jovem devia ser pura, recatada, fiel, cordata, prendada e capaz de vir a ser uma mãe dedicada e carinhosa.
b) Porque ele seria o chefe da família, responsável por garantir o sustento da esposa e dos filhos.
c) As opiniões do pai e da mãe do pretendente, além da dos vizinhos fofoqueiros, dos amigos e dos guardiães da moral e bons costumes.
d) Na visão da autora, esse modelo de família contribui para a manutenção da ordem social.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• ENTREVISTA: as mulheres dos anos dourados. Duração: 13min3s. Disponível em: <http://livro.pro/774ovp>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Entrevista com a historiadora Carla Pinsky sobre a vida das mulheres nos anos dourados.

Texto de apoio

Magistério nos anos dourados

[...] Estudos feitos nas próprias décadas de 1950 e 1960 sobre as aspirações à educação e à profissão – entre crianças, jovens e pais de alunos – constatam a coincidência das aspirações, escolhas e vocações com os modelos socialmente dominantes sobre o que cabe ao homem e à mulher de acordo com os seus "dons naturais".

Embora não em termos legais, existe a "consagração do ensino de natureza diversa" constatada na presença majoritária [...] de mulheres nas escolas normais enquanto os homens optam outros cursos de nível médio, estes de maior prestígio e de possibilidade de maior remuneração no futuro. Em 1954, 86,79% dos alunos que concluem o curso normal são mulheres; 10 anos depois, as mulheres já são 95,24% dos estudantes do curso normal. A articulação entre a "missão do lar" e a "sagrada missão do magistério" é uma tendência que vigora pelo menos desde os anos 1920. Professora de crianças, portanto, é uma das únicas profissões femininas completamente livres de preconceitos sociais, pois é encarada como tendo em si algo de maternal. Essa característica faz com que a mulher obtenha aval ou o "perdão" por trabalhar.

PARA REFLETIR

O texto a seguir é da historiadora Carla Bassanezi Pinsky e pode nos ajudar a pensar sobre questões de gênero no Brasil dos Anos Dourados, modo pelo qual é chamado o período que vai de 1945 a 1964.

O namoro nos Anos Dourados – 1945-1960

O namoro nos Anos Dourados, especialmente até fins dos anos 1950, é cercado de regras e costumes. [...]

[...] a jovem deve tentar provar que é "boa moça" – pura, recatada, fiel, cordata –, prendada – como deve ser uma dona de casa – e capaz de vir a ser uma mãe dedicada e carinhosa. O pretendente, por sua vez, precisa demonstrar para a namorada e sua família que é honesto, responsável, trabalhador e "respeitador" com relação à sua eleita, enfim, um "bom partido". [...]

[...] no jogo do namoro, não são só as imagens referentes aos jovens (namorados e candidatos a) as que contam nessa época. Também têm peso as que se reportam a outras pessoas: o pai ("vigilante e defensor da honra"), a mãe ("cuidadosa e responsável"), os vizinhos fofoqueiros, os amigos (cúmplices ou críticos) e todo um leque de guardiães "da moral e dos bons costumes".

Fac-símile da capa da obra **Mulheres dos Anos Dourados**.

O namoro socialmente aceito e desejável nas "casas respeitáveis" é aquele que pode ser visto como "o primeiro passo" em direção ao casamento e à formação de uma nova família. Com tal importância social, não há como o namoro escapar das [...] balizas ditadas pelos padrões de comportamento que procuram garantir as instituições do matrimônio e do modelo dominante de família e, em última instância, a ordem social.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 67-68.

a) Segundo o texto, que qualidades uma jovem tinha de possuir para ser considerada uma "boa moça"?
b) Por que um bom pretendente tinha de ser um rapaz responsável e trabalhador?
c) Nos Anos Dourados, muitas opiniões eram levadas em conta na escolha de um(a) pretendente. De quem eram essas opiniões?
d) Segundo a autora, há relação entre matrimônio, modelo de família e ordem social?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A escola normal deveria formar professores para atuar no magistério primário, mas muitas mulheres a procuram não com objetivos profissionais e sim em busca de uma formação que contribua no preparo para o desempenho da função de mãe educadora de seus filhos. Além disso, a base intelectual da instrução normal proporciona às alunas prestígio social e, em certos círculos sociais, um valor maior no mercado de casamento. [...]

Na coluna "Um broto por semana", de **Jornal das Moças**, a grande maioria das jovens entrevistadas declara estar fazendo o curso normal. Seu "maior sonho" é formar-se professora – lembrando que nem todas pretendem atuar como tal – sonho este que se completa, segundo elas próprias, com o "ideal de todas as moças: casar-se e ter filhos". [...]

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 188.

Anos 1960: pílula, minissaia e calça *saint-tropez*

Nos anos 1960, enquanto os negros lutavam por direitos que a sociedade lhes negava, as mulheres também mostravam sua força. Desde o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o movimento feminista vinha mobilizando milhões de mulheres no mundo. Em 1960, no entanto, a liberação ao público da pílula anticoncepcional marcou o início de uma verdadeira **revolução sexual**. A pílula, que passou a ser vendida em qualquer farmácia, permitia à mulher decidir se queria ou não engravidar e possibilitava a ela uma vida sexual mais intensa. As mulheres passaram a debater e denunciar a crença vigente na época de que a mulher era incapaz para a vida intelectual e de que era naturalmente inferior ao homem.

Nos anos 1960, escritoras, como Betty Friedan e Simone de Beauvoir, inspiraram o movimento feminista. Esta última, autora de vários livros muito lidos na época, dizia que a mulher não nasce obediente, passiva ou dependente; é a educação machista que a faz aceitar a dominação masculina. Daí a necessidade de se libertar da educação repressora e buscar a autorrealização. A moda dos anos 1960 também ajudou na construção dessa nova mulher menos tímida e mais confiante. O uso da calça estilo *saint-tropez*, com o umbigo de fora, e a minissaia são invenções daquele tempo.

BERT STERN/CONDÉ NAST/GETTY IMAGES

Modelo de minissaia, 1967.

As mulheres dos anos 1960 engajaram-se também na luta política. Em várias partes do mundo surgiram organizações femininas que promoviam debates, cursos, publicações e levavam milhares de manifestantes às ruas para exigir salários e direitos iguais aos dos homens, a aprovação do divórcio e o direito a certo número de vagas no funcionalismo público e nas universidades. Nas últimas décadas, as mulheres têm conquistado um espaço considerável, nas mais diferentes áreas da vida social, sobretudo no mundo do trabalho; mas o **machismo** continua existindo e é facilmente perceptível, por exemplo, quando se observa o comportamento dos homens no trânsito.

Machismo: atitude ou comportamento de quem não aceita a igualdade de direitos e oportunidades entre o homem e a mulher.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

- SIMONE de Beauvoir: porque sou feminista (1975). Duração: 49min47s. Disponível em: <http://livro.pro/kktr4x>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Entrevista com Simone de Beauvoir.

Texto de apoio

A Caminhada do Movimento Feminista

As atuações feministas que passaram a se tornar comuns na década de sessenta, desde há muito tempo faziam parte de discussões de alguns grupos minoritários de mulheres. Nada começou por acaso. A obra **O Segundo Sexo**, escrito pela francesa Simone de Beauvoir, em 1949, foi um dos livros que se tornou referência para o movimento feminista. Esta autora apontava para as raízes culturais da desigualdade entre os sexos, denunciando a existência de uma categoria negativa à qual as mulheres estariam atreladas. Considerava que elas estariam sujeitas ao homem por inúmeras tramas: por sua condição biológica, pelo trabalho, pelos interesses econômicos e pela condição social. Através de uma análise profunda de inúmeras questões, a obra aponta para a maneira como se dá o aprendizado da condição feminina. A frase de sua autoria "Não se nasce mulher, torna-se mulher" tornou-se fundamental para o movimento feminista.

No clima contestatório da década de 1960, diversos grupos que clamavam por mudanças foram encontrando brechas para seus questionamentos. Reforçava-se o movimento das feministas nos Estados Unidos e na Europa, com repercussões no Brasil. Este foi o momento em que começou a se destacar a norte-americana Betty Friedan, que fundou a NOW (*Nacional Organization for Women*), que deu origem ao Movimento de Libertação da Mulher. Foi assim que surgiu o Novo feminismo, ou a chamada *First Wave Feminism* (Primeira Onda Feminista), conclamando as militantes para atuarem nas lutas feministas, mas também nas lutas pelos direitos civis dos negros norte-americanos e pelo fim da Guerra do Vietnã. Dessa forma, o movimento feminista foi ganhando corpo, e passou a garantir o seu espaço no mundo ocidental.

[...]

[...] Ao mesmo tempo, com o surgimento da pílula anticoncepcional, a vida sexual das mulheres começava a se modificar. O tema da sexualidade feminina passava a fazer parte de discussões pouco comuns até então. [...]

DINIZ, Carmen Regina Bauer. Movimentos feministas da década de sessenta e suas manifestações na arte contemporânea. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 18. **Anais**... Salvador, 2009. p. 1542-1543.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. **Professor**: algumas respostas possíveis: denunciava o racismo, a falta de oportunidades e a violência experimentada pela população negra brasileira; homenageava personalidades negras, a exemplo de Luís Gama e José do Patrocínio, elevando-os ao estatuto de heróis; divulgava os bailes e salões onde se permitia a entrada de negros.
2. **a)** O assunto desta lei é a aprovação do Regimento do Serviço de Proteção aos Índios.
   b) Cabia ao Estado garantir a posse da terra aos índios e evitar invasões.
   c) Sim, à medida que a lei coloca em oposição o índio e o "civilizado".
   d) O SPI tem por fim: "envidar esforços por melhorar as condições materiais da vida indígena, despertando o gosto do índio para a agricultura e indústrias rurais" e "criar postos, visando atrair o índio e fixá-lo pela cultura sistemática da terra e estabelecimento das indústrias rudimentares mais necessárias".

Texto de apoio

As ideias de Marcus Garvey no Brasil

Ainda que pouco ressaltado – e são boas as sugestões recentes de pesquisadores estrangeiros como Gilroy, Hanchard e Siegel – , estabeleciam-se certos diálogos transnacionais envolvendo perspectivas e expectativas de atuação política de negros e de suas associações e jornais. Ideias sobre identidades raciais, projetos e estratégias de ação circulavam – interagindo e se modificando permanentemente – entre Brasil, Estados Unidos e alguns países do Caribe, e posteriormente também do continente africano. Em seu depoimento, José Correia Leite relata como entrou em contato com as ideias de Marcus Garvey, importante liderança negra norte-americana, já no final dos anos 20: ele e outros ativistas foram procurados na redação de **O Clarim d'Alvorada** por Alcino dos Santos e João Sótero da Silva, que sugeriam a tradução de matérias sobre o movimento pan-africanista – representante, em nível internacional, da proposta de unidade de interesses e objetivos das populações de origem africana na diáspora. Com o apoio desses dois – que eram baianos e se tornaram representantes do jornal em Salvador – e a tradução de Mário de Vasconcellos, começaram a ser publicados "artigos de Marcus Garvey [...]". [...] **O Clarim d'Alvorada** criou uma seção denominada "Mundo negro", havendo um reduzido "grupo de garveyristas" entre os seus editores. [...]

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 41-42.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Copie e complete em seu caderno a frase abaixo:

Nas primeiras décadas do século XX, a chamada imprensa negra...

2. Leia a seguir o Decreto nº 10.652, assinado por Getúlio Vargas em 1942, pelo qual ficava aprovado o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Com sede na capital federal, o SPI tem por fim:

a) prestar ao índio proteção e assistência, amparando-lhe a vida, a liberdade e propriedade [...];
b) garantir a efetividade da posse das terras ocupadas pelo índio;
c) utilizar os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam as terras do índio;
[...]
e) promover a punição dos crimes que se cometerem contra o índio; [...]
h) [...] incutir-lhe a ideia de que faz parte da nação brasileira [...];
i) criar um ambiente de respeito recíproco entre o índio e o civilizado; [...]
l) envidar esforços por melhorar as condições materiais da vida indígena, despertando o gosto do índio para a agricultura e indústrias rurais;
[...]
p) criar postos, visando atrair o índio e fixá-lo pela cultura sistemática da terra e estabelecimento das indústrias rudimentares mais necessárias.

BRASIL. Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto -10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 out. 2018.

ACERVO UH/FOLHAPRESS

Getúlio Vargas se encontra com comissão de índios em 22 de janeiro de 1954. Como intérprete, o sertanista Orlando Villas-Boas (em segundo plano). Getúlio Vargas foi o primeiro presidente a visitar uma área indígena; em 1940, entrou numa aldeia dos Carajá.

a) Qual é o assunto dessa lei?

b) Qual seria o papel do Estado na proteção aos indígenas?

c) É possível afirmar que essa lei expressa etnocentrismo? Justifique.

d) Que trecho da lei mostra que o modo de vida dos indígenas não era aceito pelo Estado?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

3. O texto a seguir foi escrito pela líder feminista Bertha Lutz em 1919.

> As mulheres vivem dispersas. É necessário associá-las. Divididas, são fraqueza. Juntas, serão uma força. [...] as mulheres que vivem do seu próprio esforço [...], que precisam rodear-se de garantias e amparos na luta pela vida, que compete dar o primeiro passo na vida associativa. As quatro classes de mulheres que [...] podem organizar-se, criando e mantendo associações fortes e benéficas, são: as professoras, as datilógrafas [...], as costureiras, as operárias. As [...] vantagens dessas associações seriam a defesa coletiva de interesses, a assistência à maternidade, à enfermidade e à invalidez, a difusão da instrução. [...]
>
> LUTZ, Bertha apud LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010. p. 32. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4693.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

a) O que Bertha Lutz defende nesse texto?

b) Para ela, em que ocasiões as associações feministas deviam ajudar a mulher?

c) Em 1918, Bertha escreveu uma carta à **Revista da Semana** convidando as mulheres a lutar por seus direitos. Na carta, ela argumenta que as mulheres devem ter uma profissão e trabalhar para se livrar da dependência do homem. Reflita e responda à carta dizendo se você concorda ou não com ela e por quê.

4. Observe a imagem com atenção.

BETTMANN/GETTY IMAGES

Foto tirada em Michigan, Estados Unidos, em 1970.

a) Há indícios de que a foto foi tirada após a década de 1960? Quais?

b) O que essa passeata de mulheres reivindica?

c) **Em dupla**. Para a escritora feminista Simone de Beauvoir, a mulher não nasce obediente, passiva ou dependente: é a educação machista que a faz aceitar a dominação masculina. Vocês concordam com isso?

d) **Em dupla**. **Discutindo o presente**: é comum ouvirmos a expressão: "só pode ser mulher!!!" quando alguém faz uma barbeiragem no trânsito. Pesquisem, reflitam e opinem: o que pode ser feito para mudar esse tipo de comportamento?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. a) Ela defende a organização das mulheres em associações para lutar por seus direitos.
   b) As associações deveriam buscar a defesa coletiva de interesses, a assistência à maternidade, à enfermidade e à invalidez, a difusão da instrução.
   c) Resposta pessoal.
4. a) Sim; há alguns indícios como, por exemplo, a minissaia, o conteúdo dos cartazes etc.
   b) A passeata reivindica, entre outras coisas, igualdade de salários entre homens e mulheres, como se pode concluir pelos dizeres do cartaz que a moça de minissaia branca ostenta: "*Equal Pay for Equal Jobs*".
   c) Resposta pessoal. **Professor**: ao desvelar o papel da educação machista e repressora na conformação da mulher subserviente, "a chamada rainha do lar", a questão pode ajudar o alunado a superar a visão inserida no senso comum segundo a qual a mulher é naturalmente passiva e dependente do homem. Desnaturalizar um fenômeno ou processo é uma das funções principais da História.
   d) Resposta pessoal. **Professor**: comentar que o machismo no Brasil é um fenômeno inscrito na longa duração. E que as mudanças no campo dos comportamentos e valores são mais lentas do que as que ocorrem na esfera política e econômica. Daí a necessidade de debater o assunto e de propor práticas visando à mudança de perspectiva e de comportamento (cidadania ativa).

Texto de apoio

Mulher em Revista

As atividades ligadas à impressão somente foram permitidas no Brasil após o desembarque da Família Real portuguesa (1808). Entretanto, não foi preciso esperar muito para que uma imprensa adjetivada de feminina fizesse sua aparição entre nós: basta lembrar **O espelho diamantino** (RJ, 1827), **O espelho das brasileiras** (Recife, 1831), **O Relator de novelas** (Recife, 1838), o **Correio das Modas** (RJ, 1839) ou o **Jornal das Senhoras** (RJ, 1852), para citar alguns exemplos. Desde então, a lista não cessou de aumentar e hoje as frequentadoras das bancas, revistarias e livrarias dispõem de um cardápio variadíssimo, cada vez mais segmentado por idade, grau de escolaridade, renda, perfil profissional e interesses específicos (adolescentes, noivas, mães, decoração, beleza, moda, culinária, dietas, exercícios...) e que é responsável por fatia das mais consideráveis do mercado de periódicos.

Essa imprensa particularizava-se por dirigir-se para o público feminino, ainda que nem sempre tenha sido produzida por mulheres. Trata-se de um tipo de produção jornalística que não é movida pela necessidade de registrar o fato novidadeiro do dia anterior, matéria-prima por excelência do jornalismo. Pelo contrário, a imprensa feminina orbita em torno de temas mais perenes, não submetidos à premência do tempo curto do acontecimento.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 447-448.

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PRESENTE

Leia o texto a seguir com atenção.

A cultura afro-brasileira tem uma longa história, que remonta aos primeiros anos de colonização, quando o Brasil ainda era uma colônia portuguesa. [...]

Os africanos desembarcaram nos portos brasileiros com suas crenças, formas de lutar, se divertir, hábitos, modos de entender a vida e a morte, além de técnicas de cultivo agrícola, metalurgia, mineração e produção artística. A bagagem cultural dos africanos de diferentes regiões foi recriada na experiência do cativeiro. Na rotina do trabalho escravo, os africanos e seus descendentes descobriram diferenças e recriaram identidades culturais.

Na travessia do Atlântico, muitas coisas se perderam, outras foram inventadas quando se juntaram com tradições indígenas e portuguesas. Embora submetidos à escravidão, os africanos sempre foram abertos às trocas culturais com os povos com que se relacionavam. Foi nessa troca que nasceram novos ritmos musicais, formas de se divertir, de preparar alimentos, e expressões literárias e artísticas que hoje fazem parte do patrimônio cultural do Brasil.

DOMICIO PINHEIRO/ESTADÃO CONTEÚDO/AE/1964

FÁBIO GUINALZ/FOTOARENA/2014

À esquerda, Ruth de Souza, primeira atriz negra a subir ao palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro; juntamente com Abdias do Nascimento, Ruth fundou o Teatro Experimental do Negro; ela atua no cinema, no teatro e na televisão. À direita, a atriz, poetisa e cantora Elisa Lucinda.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Evolução histórica da cultura afro-brasileira

Denomina-se cultura afro-brasileira o conjunto de manifestações culturais do Brasil que sofreram algum grau de influência da cultura africana desde os tempos do Brasil colônia até a atualidade. A cultura da África chegou ao Brasil, em sua maior parte, trazida pelos [...] negros na época do tráfico transatlântico de escravos. No Brasil a cultura africana sofreu também a influência das culturas europeia (principalmente portuguesa) e indígena, de forma que características de origem africana na cultura brasileira encontram-se em geral mescladas a outras referências culturais. Traços fortes da cultura africana podem ser encontrados hoje em variados aspectos da cultura brasileira, como a música popular, a religião, a culinária, o folclore e as festividades populares. Os estados do Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram os mais influenciados pela cultura de origem africana, tanto pela quantidade de escravos recebidos durante a época do tráfico como pela migração interna dos escravos após o fim do ciclo da cana-de-açúcar na região Nordeste. Ainda que tradicionalmente desvalorizados na época colonial e no século XIX, os aspectos da cultura brasileira de origem africana passaram por um processo de revalorização a partir do século XX que continua até os dias de hoje.

De maneira geral, tanto na época colonial como durante o século XIX, a matriz cultural de origem europeia foi a mais valorizada no Brasil, enquanto que as manifestações culturais afro-brasileiras foram muitas vezes desprezadas, desestimuladas e até proibidas. Assim, as religiões afro-brasileiras e a [...] capoeira foram frequentemente perseguidas pelas autoridades. Por outro lado, algumas manifestações de origem folclórica, como as congadas, assim como expressões musicais, como o lundu, foram toleradas e até estimuladas.

Entretanto, a partir de meados do século XX, as expressões culturais afro-brasileiras começaram a ser gradualmente mais aceitas e admiradas pelas elites brasileiras como expressões artísticas genuinamente nacionais. Nem todas as manifestações culturais foram aceitas ao mesmo tempo. O samba foi uma das primeiras expressões da cultura afro-brasileira a ser admirada quando ocupou posição de destaque na música popular, no início do século XX.

Mas a luta pela liberdade também nasceu com o desembarque do primeiro africano escravizado. Além de descobertas, essa foi uma história de superação dos obstáculos próprios de uma sociedade escravista. Por isso, a cultura afro-brasileira tem a marca da resistência e da superação das adversidades. A vida como escravo e mesmo como liberto significava lutar cotidianamente contra muitos limites que impediam o acesso dos africanos e de seus descendentes ao exercício da cidadania. Felizmente, esta também é uma história de muitas vitórias que demonstram uma incrível capacidade de superação e criação. [...]

[...] Todo brasileiro e brasileira, independentemente da cor da pele ou da orientação religiosa, traz em sua formação cultural muitos saberes africanos. Começar a reconhecer isso é importante sob muitos aspectos.

EDITORA MODERNA

Detalhe da capa do livro **Uma história da cultura afro-brasileira**, de Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga.

Com esse reconhecimento, poderemos assumir e valorizar nossas heranças africanas, algo que durante séculos foi negado pelo preconceito e pela intolerância. Reconhecendo o que somos, conhecendo a cultura afro-brasileira, poderemos ajudar a projetar e a construir um Brasil que promova a inclusão social de todos os seus cidadãos.

Entender a cultura afro-brasileira indica-nos os caminhos de superação do racismo; e lutar contra o racismo não é uma tarefa apenas dos negros, deve ser uma luta de todo o nosso povo. [...]

FRAGA, Walter; ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de **Uma história da cultura afro-brasileira**. São Paulo: Moderna, 2009. p. 118-119.

a) O que se pode concluir com base no segundo parágrafo?

b) Com base no texto, é possível afirmar que ocorreram trocas culturais intensas entre africanos, portugueses e indígenas ao longo da história brasileira? Você consegue citar um exemplo?

c) Que relação é possível perceber entre cultura, resistência e superação no caso dos africanos trazidos para o Brasil?

d) **Em grupo**. Reflitam, debatam e formulem propostas de valorização das nossas heranças africanas. A seguir, transformem essa ideia em um produto: um pequeno vídeo, uma exposição de arte, um festival de músicas, um fórum de debates sobre o assunto, entre outros.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Pode-se concluir que os africanos de diferentes regiões trouxeram com eles uma bagagem cultural que foi recriada em terras brasileiras, dando origem a identidades variadas.

b) Sim, é possível constatar isso nos pratos da nossa culinária, nos ritmos musicais, nos saberes e técnicas e no português falado entre nós. Este incorporou um conjunto grande de termos das línguas indígenas, sobretudo as de matriz tupi, e africanas, especialmente o quicongo, o umbundo, o quimbundo e o iorubá.

c) Os africanos para cá trazidos viveram sob o jugo da escravidão e tiveram de resistir, procurando brechas para manifestar sua humanidade e superar os obstáculos próprios de uma sociedade escravista.

d) Resposta pessoal.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

Posteriormente, o governo da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas desenvolveu políticas de incentivo do nacionalismo nas quais a cultura afro-brasileira encontrou caminhos de aceitação oficial. Por exemplo, os desfiles de escolas de samba ganharam nesta época aprovação governamental através da União Geral das Escolas de Samba do Brasil, fundada em 1934.

Outras expressões culturais seguiram o mesmo caminho. A capoeira, que era considerada própria de bandidos e marginais, foi apresentada, em 1953, por mestre Bimba ao presidente Vargas, que então a chamou de "único esporte verdadeiramente nacional".

A partir da década de 1950, as perseguições às religiões afro-brasileiras diminuíram e a Umbanda passou a ser seguida por parte da classe média carioca. Na década seguinte, as religiões afro-brasileiras passaram a ser celebradas pela elite intelectual branca.

Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), passando-se a exigir que as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio incluam no currículo o ensino da história e cultura afro-brasileiras.

PORTAL CULTURA AFRO-BRASILEIRA. **Evolução histórica**: cultura afro-brasileira. Disponível em: <https://www.faecpr.edu.br/site/portal_afro_brasileira/3_III.php>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender à habilidade **EF09HI10** da BNCC:

– Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.

- A imagem mostra um soldado despedindo-se do seu cavalo ferido com um abraço afetuoso. Ao fundo, surge o que parece ser seu superior hierárquico gritando para que ele se retire do local, provavelmente por causa das bombas.
- No alto do cartaz está escrito: "Ajude o cavalo a salvar o soldado". A ideia transmitida pela frase é a de que aquele que ajuda o cavalo protege o soldado.

Professor, comentar que na parte de baixo do cartaz está escrito: "Por favor junte-se à Associação Americana Protetora dos Animais *Red Star* (Estrela Vermelha).

- Ele foi feito visando chamar a atenção dos leitores para a importância do cavalo para os seres humanos. É um pôster estadunidense da *Red Star* (Estrela Vermelha), entidade que, à semelhança da Cruz Vermelha, também prestava assistência médica e ajuda com alimentos aos necessitados. A diferença é que a assistência médica prestada pela "Estrela Vermelha" era veterinária.
- A expressão pode ser traduzida por "Adeus, velho companheiro!", que, no caso, é o cavalo de quem o soldado está se despedindo. Repare que ao fundo vemos um oficial chamando o soldado e, talvez, ordenando que ele saia da área de risco.

UNIDADE II

CAPÍTULO 5

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Nas guerras atuais, usam-se armas sofisticadas, como mísseis de longo alcance, por exemplo. Já nos tempos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as armas eram outras. Você sabia que o cavalo foi uma arma importante naquela guerra?

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Pôster de uma organização americana de proteção aos animais, século XX.

» O que a imagem mostra? Que personagens aparecem nela?

» Com base em seus conhecimentos de inglês e/ou com a ajuda do dicionário, responda: o que está escrito no alto do cartaz?

» Com que intenção o cartaz terá sido feito?

» No cartaz, logo abaixo da imagem, vê-se escrito: "*Good-bye, old man*". Como você traduz e interpreta essa expressão?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A arma de Cavalaria

A história da Cavalaria constitui-se numa longa série de adaptações às mutáveis condições da guerra. [...]

Durante o período 1871 a 1914, os exércitos preocuparam-se em explorar as possibilidades que se abriam com os novos armamentos. Alguns cavalarianos [...] relutavam em admitir a necessidade de introduzir modificações substanciais no emprego da Arma montada. Assim é que, imbuída do espírito do século anterior, a Cavalaria chega à 1ª Guerra Mundial, ansiosa por reeditar suas gloriosas cargas.

Outro porém era o campo de batalha, dominado pelo matraquear das metralhadoras e a explosão das granadas. [...] Neste cenário, pouco havia para fazer com uma Arma de vocação ofensiva e manobreira. A maior parte da Cavalaria passou a combater a pé, cavando trincheiras, lançando granadas e batendo-se à baioneta. As unidades passaram a receber equipamento mais pesado e incorporaram frações de petrechos e de sapadores.

[...]

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO. **A arma de cavalaria**. Disponível em: <http://www.esao.eb.mil.br/images/Arquivos/CCAV/informativos/historia_mundial_da_arma.pdf>. Acesso em: 4 out. 2018.

Rivalidades imperialistas

A corrida imperialista por territórios e mercados durante todo o século XIX gerou violentas rivalidades entre as potências europeias, pois cada país, como a Grã-Bretanha, a Alemanha e a França, buscava conservar ou ampliar seu império colonial. Essas rivalidades entre os países imperialistas são uma das principais razões da Primeira Grande Guerra (1914-1918), um conflito mundial e total (uma vez que incluía também alvos civis, e não apenas militares).

Após sua unificação, em 1871, a Alemanha de Otto von Bismarck progrediu a passos largos. Na política externa, Bismarck adotava o sistema de alianças defensivas, que consistia em conseguir aliados fortes a fim de evitar o isolamento da Alemanha em caso de guerra. Por isso, a Alemanha aliou-se ao Império Austro-Húngaro e, depois, à Itália, dando origem, assim, à Tríplice Aliança (1882).

Em 1890, porém, o Kaiser Guilherme II demitiu Bismarck e adotou uma nova política externa: a "política de **expansão à força**". Seu objetivo era pressionar a Grã-Bretanha a lhe ceder uma "fatia" maior da África e da Ásia e vencê-la na disputa pela liderança marítimo-comercial.

A Grã-Bretanha, por sua vez, possuía o maior império colonial na época e não estava disposta a dividi-lo. Já a França queria uma revanche contra a Alemanha para recuperar a região da Alsácia-Lorena, perdida na guerra franco-prussiana (1870-1871). Em vista disso, a Grã-Bretanha, a França e, depois, a Rússia formaram a Tríplice Entente.

BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Cartão-postal francês de 1915 assinado por Solomko. As três mulheres à esquerda representam a Tríplice Entente (Grã-Bretanha, Rússia e França). A mulher ao centro simboliza a Bélgica, que apesar de declarar sua neutralidade foi invadida pela Alemanha, representada aqui por uma águia.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Primeira Guerra Mundial: por quê?

Nenhuma das grandes nações teria dado o golpe de misericórdia na paz, nem mesmo em 1914, se não estivesse convencida de que seus ferimentos já eram mortais. Portanto, descobrir as origens da Primeira Guerra Mundial não equivale a descobrir "o agressor". Ele repousa na natureza de uma situação internacional em processo de deterioração progressiva, que escapava cada vez mais ao controle dos governos. Gradualmente a Europa foi se dividindo em dois blocos opostos de grandes nações. Tais blocos, fora de uma guerra, eram novos em si mesmos e derivavam, essencialmente, do surgimento do cenário europeu de um Império Alemão unificado, constituído entre 1864 e 1871 por meio da diplomacia e da guerra, à custa dos outros, e procurava se proteger contra seu principal perdedor, a França, através de alianças em tempos de paz, que geraram contra-alianças. As alianças, em si, embora implicassem a possibilidade da guerra, não a tornavam nem certa nem mesmo provável. Assim, o chanceler alemão Bismarck, que foi o campeão do jogo de xadrez diplomático multilateral por quase trinta anos após 1871, dedicou-se com exclusividade e sucesso à manutenção da paz entre nações. Um sistema de blocos de nações só se tornou um perigo para a paz quando as alianças opostas se consolidaram como permanentes, mas especialmente quando as disputas entre eles se transformaram em confrontos inadministráveis. Isto aconteceria no novo século. A pergunta crucial é: por quê?

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 431.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: GUERRAS CAPITAIS: um estudo sobre as transformações na competição econômica e na rivalidade política internacional: a hegemonia da Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a Alemanha de 1803 a 1914. Disponível em: <http://livro.pro/z4ngq4>. Acesso em: 13 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- OBSERVATÓRIO da Imprensa relembra o início da Primeira Guerra Mundial. Duração: 52min3s. Disponível em: <http://livro.pro/echdd5>. Acesso em: 13 nov. 2018.

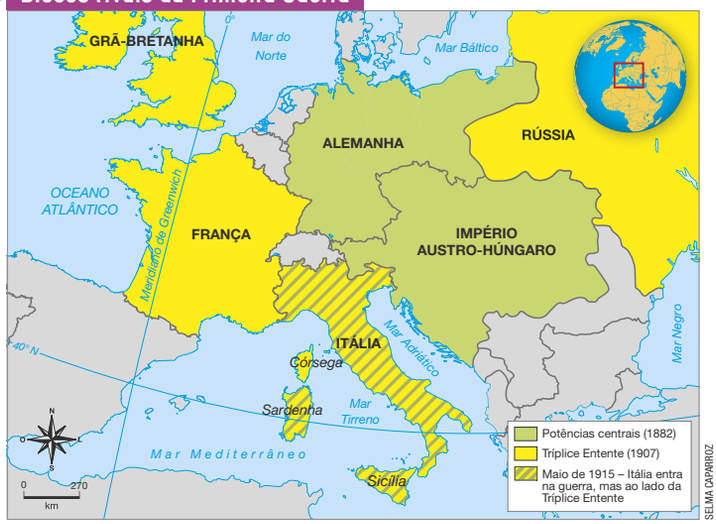
Vídeo sobre os acontecimentos que motivaram o início da Primeira Guerra Mundial.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o artigo: AS QUESTÕES étnicas nos Balcãs do pré-Primeira Guerra. Disponível em: <http://livro.pro/cp6dp3>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Assim, com o objetivo de unir forças e isolar rivais, as nações europeias fizeram vários acordos e alianças entre si, de tal modo que, em 1907, a Europa estava dividida em dois blocos militares antagônicos: **Tríplice Aliança** – Alemanha, Itália e Império Austro-Húngaro × **Tríplice Entente** – Grã-Bretanha, França e Rússia.

Blocos rivais da Primeira Guerra



Fonte: BARRACLOUGH, Geoffrey. **Atlas da história do mundo**. São Paulo: Folha de S.Paulo; Times Book, 1995. p. 248.

Observe que, no decorrer da guerra, a Itália mudou de lado e, em 1915, aliou-se à Tríplice Entente. Esperava com isso obter parte das colônias alemãs na África, que a Grã-Bretanha lhe havia prometido.

Nação eslava: nação habitada por povos pertencentes ao grupo linguístico eslavo, tais como os servo-croatas, os russos, os poloneses, os tchecos, os eslovacos, os búlgaros e os ucranianos.

Pan-eslavismo: movimento contrário à penetração das ideias ocidentais e defensor da originalidade da história e dos valores culturais eslavos.

A luta dos sérvios pela "Grande Sérvia"

A Sérvia era uma **nação eslava** independente que lutava para libertar os territórios habitados por eslavos na região dos Bálcãs, a fim de formar a "Grande Sérvia". Ocorre que uma parte dos eslavos estava sob o domínio do Império Austro-Húngaro e a outra, sob o controle do Império Turco. Para enfrentar austríacos e turcos, a Sérvia buscou a ajuda da Rússia, que na época defendia o **pan-eslavismo** e ambicionava expandir suas fronteiras.

Além das rivalidades imperialistas e da política de alianças, outro fator que contribuiu para o início da guerra foi a ascensão do Japão e dos Estados Unidos como potências regionais com pretensões expansionistas; somava-se a tudo isso, ainda, a corrida armamentista, também conhecida como "paz armada".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Prelúdio da Guerra

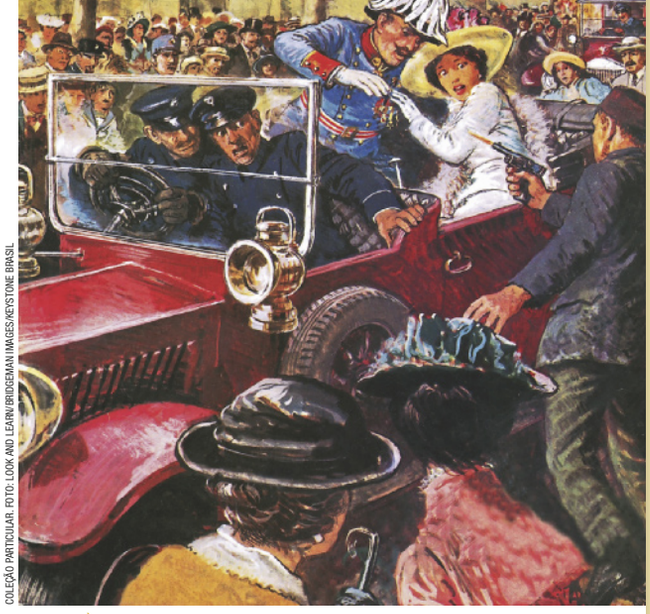
Os sistemas de alianças europeus refletiam os receios de todos os estados. As duas potências centrais, a Alemanha e a Áustria-Hungria, estavam ligadas por laços tanto sentimentais como formais. O mesmo acontecia, desde 1892, com a França e a Rússia, com as quais a Grã-Bretanha tinha feito acordos para a redução de conflitos. A Grã-Bretanha e a França, mesmo que não aliadas por meio de um tratado, tinham assinado a Entente Cordiale, em 1904, para resolver suas disputas no Egito e no Marrocos e faziam consultas mútuas sobre assuntos militares desde 1906. Esses acordos e hábitos criaram o que passou a ser conhecido como Tríplice Entente, formada por Grã-Bretanha, França e Rússia, que deu às potências centrais a sensação de estarem cercadas. [...]

Os receios em relação a conflitos e os desejos de muitos Estados e povos não criaram uma guerra europeia, mas serviram como diversos detonadores que esperavam ser ativados se fosse iniciada a guerra entre dois Estados. O conflito seria uma irresistível oportunidade para satisfazer desejos longamente acalentados ou para vingar ódios bem nutridos. A Alemanha, tão forte industrialmente e tão confiante militarmente, desconfiava da estreita aliança entre seus vizinhos a leste e a oeste, a França e a Rússia. Como contrapeso, voltou-se para seu vizinho ao sul, a Áustria-Hungria, um parceiro em dificuldade, por mais complicado que fosse ou dividido estivesse. A Alemanha também tinha atraído a Itália para a sua órbita, em 1882, criando a Tríplice Aliança.

GILBERT, Martin. **A Primeira Guerra Mundial**: os 1.590 dias que transformaram o mundo. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017. p. 25-27.

A gota-d'água

Em 28 de junho de 1914, um fato novo precipitou os acontecimentos: o estudante Gavrilo Princip matou a tiros de revólver o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, e foi imediatamente preso. O Império Austro-Húngaro responsabilizou o governo sérvio pelo atentado e, um mês depois, declarou guerra à Sérvia. A partir daí, houve uma reação em cadeia; em apenas sete dias, as principais potências tinham se engajado na guerra. Tinha início, assim, a Grande Guerra, chamada depois de Primeira Guerra Mundial.



COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: LOOK AND LEARN/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando. Litografia colorida. Clive Uptton, século XX.

As fases da guerra

Os anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) podem ser divididos em três fases.

1ª) A guerra de movimento

A primeira fase durou de agosto a novembro de 1914 e foi marcada por um intenso movimento de tropas. Inicialmente, os alemães marcharam contra a Bélgica e, apesar da resistência belga, chegaram às vizinhanças de Paris, na França. Os franceses, porém, com a ajuda dos ingleses, conseguiram contra-atacar e deter o avanço alemão na **Batalha do Marne**. Como nenhum dos lados conseguiu vitórias decisivas nessa batalha, a guerra na Frente Ocidental estacionou.

2ª) A guerra de trincheiras

Com a estabilização das forças em luta, iniciou-se uma nova fase da guerra: a **guerra de trincheiras**. Os exércitos da Inglaterra e da França, de um lado, e o da Alemanha, de outro lado, cavaram 640 km de trincheiras, que se estendiam, desde o Mar do Norte até a fronteira da França com a Suíça. E, com o corpo enfiado na terra, os soldados lutavam dia e noite.

Dica! Documentário sobre a Primeira Guerra Mundial. Duração: 50 min. Disponível em: <http://livro.pro/m97tno>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Frente Ocidental: frente na qual os alemães combatiam os franceses, os ingleses e os belgas; já na Frente Oriental, eles combatiam os russos.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: A GRANDE Guerra (1914-1918): problemáticas e representações. Disponível em: <http://livro.pro/a3kzir>; e NAS TRINCHEIRAS do front intelectual. Disponível em: <http://livro.pro/xzxt24>. Acessos em: 13 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- OS SEGREDOS da Primeira Guerra. Duração: 43min59s. Disponível em: <http://livro.pro/mg6tjm>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Documentário com cenas coloridas da Primeira Guerra Mundial.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

"Social-patriotas e socialistas autênticos"

Qual foi a atitude dos povos, e não apenas dos governos, frente à guerra? Grande problema e difícil de ser enfrentado em poucos traços, tanto mais que a opinião pública só se nos dá a conhecer através de "filtros", tais como os relatórios da polícia sobre o moral da população, as reações oficiais dos partidos, os debates parlamentares.

Habitualmente, quando se fala daquele dramático momento da história europeia que é o verão de 1914, a atenção concentra-se inevitavelmente nas decisões dos governos, dos chefes, dos soberanos, nas tratativas secretas, nas tratativas não secretas, nos atentados, nas reações. Depois, porém, há uma realidade, justamente, mais humana, mais cotidiana e é aquela – embora manipulável – das pessoas comuns e das forças políticas que aquelas pessoas exprimem. As forças políticas, até agora, só foram nomeadas de passagem [...]; a esta altura, entretanto, por uma razão bem precisa, iremos enfrentar sobretudo o comportamento de uma importante formação política – os partidos socialistas da Europa. Eles foram colocados pela primeira guerra diante de uma dramática alternativa: aderir ao conflito, apoiá-lo e, com isso, determinar uma situação paradoxal do ponto de vista da ideologia e da prática do movimento socialista – unido em uma Internacional, justamente, socialista – e, consequentemente, alinhar nos campos de batalha, nas trincheiras contrapostas, operários italianos contra operários austríacos, operários franceses contra operários alemães: exatamente o contrário da Internacional, exatamente o contrário do ensinamento do socialismo europeu; ou então boicotar, ou seja, recusar a guerra, combater contra os governos que haviam optado pela guerra e, portanto, colocar-se para fora daquele coro que louvava a "união sagrada", numa posição com certeza difícil, com o propósito de impedir o conflito.

Esse foi o dilema diante do qual, basicamente, os socialistas se encontraram. Muitas outras forças políticas, entre as quais o centro católico, por exemplo, tinham problemas análogos [...].

CANFORA, Luciano. **1914**. São Paulo: Edusp, 2014. p. 141-142.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: OS AVANÇOS da tecnologia na Primeira Guerra. Disponível em: <http://livro.pro/skxemu>. Acesso em: 13 nov. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) A relação entre a guerra e o avanço tecnológico ocorrido durante a Primeira Guerra.

b) O autor quis dizer que a decisão de colocar o nome da filha no canhão foi uma homenagem nada delicada.

c) No texto, a expressão "eficientes máquinas de moer carne" pode ser traduzida por eficientes máquinas de "matar pessoas".

d) Resposta pessoal.

Professor: a questão oportuniza a reflexão sobre o uso responsável dos avanços tecnológicos por parte de Estados Nacionais, grupos políticos e pessoas.

PARA REFLETIR

Conforme o conflito foi se alastrando, novas armas fizeram sua estreia na Primeira Grande Guerra. Leia o que diz um historiador.

A Grande Guerra foi travada no ambiente resultante do salto tecnológico. [...]

O desenvolvimento do motor a explosão e do motor elétrico respondem pelo aparecimento do automóvel, do avião e do tanque, o carro de combate na terminologia militar. [...] O *Grosse Bertha* (Grande Bertha), "delicada" homenagem a Fräulein Bertha, filha do famoso fabricante de canhões Krupp, bombardeou Paris de uma distância de 100 km [...].

A metralhadora [...] surgiu na Guerra de Secessão [...]. Na Grande Guerra, [...] já automáticas, com grande velocidade de tiro [...] se fizeram eficientes máquinas de moer carne. O desenvolvimento da indústria química levou à produção dos gases de combate, que fizeram sua estreia em Ypres, em 1915, eficientes no matar e causar sofrimento. [...]

HULTON ARCHIVE/ARCHIVE PHOTOS/GETTY IMAGES

Soldados franceses atiram com metralhadora durante a Batalha do Marne, 1914.

O tanque [...] fez sua entrada [...] em novembro de 1917 [...]. Algo semelhante aconteceu com o avião. Em 1914, as missões, que eram de observação, ampliaram-se para [...] o apoio às forças de terra, até o bombardeio estratégico. [...]

ARARIPE, Luiz de Alencar. Primeira Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 324-327.

WORLD HISTORY ARCHIVE/ ALAMY/FOTOARENA

Soldados e sua mula com máscaras de gás, 1916.

a) Qual é o assunto principal do texto?

b) **Interprete**. O que o autor quis dizer com "'delicada' homenagem a Fräulein Bertha"?

c) Qual é o significado de "eficientes máquinas de moer carne" no texto?

d) **Em grupo**. Debatam, reflitam e opinem: o que fazer para que líderes políticos coloquem a tecnologia a serviço da humanidade, e não da guerra?

Texto de apoio

Primeira Guerra e tecnologia

Melhorias na produção em massa de armas e novas armas experimentais intensificaram a condução de ambas as guerras mundiais, algumas vezes com resultados imprevisíveis. Cada lado introduziu novas armas para tentar ganhar vantagens. [...] Os aliados introduziram os tanques em 1916, como um meio de encabeçar ataques em territórios controlados por alemães. [...] Os alemães desenvolveram o lança-chamas para atacar tanques móveis. [...]

A arma nova mais terrível era o gás venenoso, primeiro utilizado por alemães, em abril de 1915. O uso do gás venenoso era imprevisível: ele poderia voltar e matar ou incapacitar aqueles que o lançaram, bem como aqueles que eram o alvo original. [...]

Outras armas eram mais controláveis, mas igualmente mortais. Os rifles disparavam rápida e precisamente. A metralhadora, usada pela primeira vez na Guerra Civil Americana, podia atirar várias cargas de munição por minuto, mas a metralhadora giratória, inventada em 1884, por Hiram Stevens Maxim (1840-1916), provou ser superior durante a conquista britânica da África. As balas eram colocadas dentro dessa nova arma por uma tira que continha centenas de balas de munição. Maxim fabricou e vendeu sua metralhadora giratória para as principais nações do mundo, e ela se tornou a primeira arma na Primeira Guerra Mundial. Os alemães desenvolveram canhões eficientes de longo alcance, que podiam bombardear eficazmente o inimigo a partir de uma grande distância das linhas de frente. O mais famoso canhão da Primeira Guerra Mundial, conhecido como "Grande Bertha", foi produzido pela fábrica de munições Krupp, a principal fornecedora de armas alemã. Ele era capaz de lançar cartuchos de uma tonelada a distâncias de mais de 15 quilômetros. [...]

GOUCHER, Candice; LINDA, Walton. **História mundial**: jornadas do passado ao presente. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 356-357.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A entrada dos EUA e a saída da Rússia

Em 1915, a Itália rompe com a Alemanha e alia-se à Tríplice Entente. E, enquanto milhares de jovens morriam nas trincheiras, outros países entravam na guerra: Itália, Romênia e Grécia, ao lado da Grã-Bretanha; Bulgária e Império Turco-Otomano, ao lado da Alemanha. No início de 1917, a Alemanha decidiu adotar a guerra submarina, passando a bombardear qualquer navio encontrado em águas inimigas. O afundamento do navio estadunidense Lusitânia, pelos alemães, foi um dos motivos da entrada dos Estados Unidos na guerra, naquele mesmo ano.

Seguindo os Estados Unidos, outros países americanos, inclusive o Brasil (que também teve o navio Paraná afundado pelos alemães), engajaram-se no conflito ao lado da Tríplice Entente.

DIALOGANDO

Observe o cartaz ao lado e responda:

a) Você sabe quem foi Joana d'Arc?

b) Você consegue traduzir o que está escrito no cartaz? Se necessário, recorra ao dicionário.

c) Por que o cartaz diz que Joana d'Arc salvou a França?

WORLD HISTORY ARCHIVE/ ALAMY/FOTOARENA

Reprodução de cartaz norte-americano, no qual Joana d'Arc é representada com uma espada erguida na mão direita. Ilustração de Haskell Coffin, 1918.

PARA SABER MAIS

A participação do Brasil na Guerra

O Brasil contribuiu com o esforço de guerra enviando para as frentes de batalha:

a) dois cruzadores, cinco contratorpedeiros, um navio auxiliar e um rebocador;

b) aviadores, que combateram ao lado de pilotos britânicos e franceses;

c) oficiais, que integraram o Exército francês na Frente Ocidental;

d) 86 médicos, dos quais 17 eram professores de Medicina.

Enquanto isso, triunfava na Rússia a Revolução Socialista (1917), liderada por Vladimir Lênin. Argumentando que a Primeira Guerra era um conflito imperialista e que a Rússia encontrava-se esgotada, o líder russo assinou com a Alemanha um tratado de paz em separado. E, assim, a Rússia saiu da guerra.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: HÁ 100 ANOS, Estados Unidos abandonavam neutralidade e entravam na Primeira Guerra Mundial. Disponível em: <http://livro.pro/a7r6fn>; e IMPRENSA brasileira na Primeira Guerra Mundial: intelectuais em ação. Disponível em: <http://livro.pro/54evm3>. Acessos em: 13 nov. 2018.

Dialogando

a) Joana d'Arc foi uma heroína francesa.

b) Mulheres da América, salvem seu país. Comprem selos para sustentar a guerra.

c) Porque Joana d'Arc liderou os exércitos franceses na luta para libertar a França do domínio inglês.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• O BRASIL na Primeira Guerra Mundial. Duração: 8 min. Disponível em: <http://livro.pro/pth3et>. Acesso em: 4 nov. 2018.

Vídeo sobre a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

Texto de apoio

Como contribuir?

Uma vez oficialmente em estado de guerra, o Brasil apressou-se em oferecer seus préstimos à causa Aliada, apesar da carência de infraestrutura e de seu pouco expressivo poder militar. Entre 20 de novembro e 3 de dezembro de 1917 ocorreu em Paris a Conferência Interaliada, na qual o representante brasileiro, Olyntho de Magalhães, antigo ministro das Relações Exteriores, ofereceu uma divisão naval para patrulhar e combater os submarinos alemães no Atlântico Sul. Pressionada pela falta de unidades avais, a Grã-Bretanha logo aceitou a oferta brasileira de uma frota composta por cruzadores e contratorpedeiros. Na ocasião também ficou decidida a abertura dos portos brasileiros para as nações Aliadas, o envio de aviadores navais para a Inglaterra e de uma missão médica para a França.

Como contribuição para o esforço de guerra, o Brasil cedeu para a França 30 dos 44 navios alemães que haviam sido confiscados pelo prazo de um ano e a um custo de cerca de 105 milhões de francos, os quais operariam com tripulações brasileiras. Além disso, foi criada, em 21 de dezembro, a Comissão de estudos de Operações e Aquisição de Material da França. Sob o comando do general Napoleão Felippe Aché, a comissão funcionaria com oficiais brasileiros adidos ao Exército francês e, no desempenho dessa tarefa, muitos entrariam em combate incorporados às unidades francesas.

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**: a longa travessia. São Paulo: Contexto, 2017. p. 112.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: CEM ANOS de historiografia da Primeira Guerra Mundial: entre história transnacional e política nacional. Disponível em: <http://livro.pro/y828oh>; e ENTRE FLORES e canhões na Grande Guerra: o final da *Belle Époque* e o começo do "breve século XX" em um álbum de retratos fotográficos (1914-1918). <http://livro.pro/tee236>. Acessos em: 13 nov. 2018.

Dialogando

a) O cartaz visou chamar a atenção para o drama resultante do aumento exponencial da orfandade, uma das consequências mais trágicas da Primeira Guerra.

b) Sim, as guerras ao redor do mundo continuam deixando um grande número de órfãos.

3ª) Uma nova guerra de movimento

No início de 1918, depois de selar a paz com os russos, os alemães se deslocaram para a Frente Ocidental e lançaram uma forte ofensiva apoiada pela aviação e pela artilharia pesada. Recomeçava a "guerra de movimento". Mas os países da Entente conseguiram reagir e, valendo-se de aviões e tanques mais eficientes, venceram as forças alemãs na **Segunda Batalha do Marne**. O passo seguinte seria invadir o território alemão.

Nesse meio-tempo, no entanto, uma rebelião popular sacudiu a Alemanha, forçando o imperador Guilherme II a renunciar. Em novembro de 1918, o novo governo proclamou a República e assinou a rendição, que, finalmente, pôs fim à guerra.

EVERETT COLLECTION/AGB PHOTO LIBRARY

Estadunidenses, britânicos e franceses celebram o armistício que pôs fim às operações militares entre os dois blocos, 11 de novembro de 1918.

O saldo trágico da Primeira Guerra

WALTER DE MARIS/HISTORICAL/CORBIS/GETTY IMAGES

Cartaz francês, c. 1918.

Ao final da Primeira Guerra, ficou provado que o uso de aviação militar, canhões, tanques e gases venenosos tinha contribuído para um aumento extraordinário da capacidade de matar e destruir; o conflito deixou cerca de 9 milhões e 200 mil mortos, 20 milhões de mutilados e dezenas de milhares de órfãos e refugiados.

DIALOGANDO

No alto do cartaz, lê-se: "Há no vosso coração um lugar para nós?". Reveja o cartaz e responda:

a) Que relação é possível estabelecer entre o cartaz e a Primeira Guerra Mundial?

b) A questão colocada pelo cartaz continua atual?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A revolução Alemã

De 1918 a 1923, a Alemanha foi palco da primeira revolução numa sociedade industrial desenvolvida. Depois da Revolução Russa em 1917, pela primeira vez pareciam possíveis as perspectivas de uma vitória do socialismo no Ocidente. Mas, contrariamente ao que ocorreu na Rússia, a Revolução Alemã fracassou, e a vitória das forças conservadoras acabou por pavimentar o caminho para a queda da República e a ascensão do nazismo.

Poucos períodos históricos no século XX suscitaram tanto interesse por parte dos estudiosos quanto os anos que precederam a vitória de Hitler, a chamada República de Weimar (1919-1933). Foram tempos de grande efervescência cultural e política, em que a Alemanha imperial passou por profundas transformações, que não bastaram, porém, para liquidar os resquícios do antigo regime. A sociedade alemã precisou de duas guerras mundiais e da barbárie nazista para finalmente abandonar o *Sonderweg* (caminho particular) e entrar no círculo das democracias ocidentais, o que o historiador H. A. Winkler denominou "longo caminho para o ocidente". Não vai aqui nenhum juízo de valor, no sentido de transformar em modelo a democracia parlamentar – hoje mais que nunca apenas uma máscara para a acumulação do capital –, embora seja perfeitamente compreensível que a experiência do nazismo tenha tornado desejável, por parte dos alemães, a aceitação dos valores democráticos do Ocidente.

LOUREIRO, Isabel Maria. **A Revolução Alemã**. São Paulo: Unesp, 2005. p. 19-20.

A paz dos vencedores

Próximo do fim da guerra, o então presidente estadunidense Woodrow Wilson propôs um acordo de paz. Esse acordo, conhecido como os "14 pontos" de Wilson, defendia "uma paz sem vencedores" e o direito de cada povo escolher seu próprio destino.

Mas esse acordo não foi aprovado. O que acabou vigorando foi a paz imposta pelos vencedores por meio de vários tratados, entre os quais o **Tratado de Versalhes** (1919), que obrigava a Alemanha a:

a) devolver a região da Alsácia-Lorena para a França;

b) ceder aos vencedores todos os seus direitos sobre as colônias ultramarinas;

c) entregar à França a propriedade absoluta, com direito total de exploração das minas de carvão situadas na bacia do Rio Sarre;

d) pagar a seus adversários uma indenização de guerra bilionária: cerca de 33 bilhões de dólares!

Por esse tratado, ainda, a Alemanha foi proibida de ter aviação militar, canhões pesados e submarinos e teve de entregar aos vencedores parte de seus navios mercantes; seu exército só poderia ter no máximo 100 mil homens.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Desenho colorido de Schilling, 1931.

DIALOGANDO

a) De quem é a mão que esmaga o homem de camisa verde?

b) E a pessoa que está sendo esmagada, quem é ou o que representa?

c) E o maço de papel que força as costas do agricultor para baixo, o que é?

Participando ao lado dos vencedores, o Japão conquistou várias colônias alemãs na Ásia e consolidou-se como potência regional. Os vencedores também impuseram acordos de paz aos aliados da Alemanha, e, por meio deles, redesenharam o mapa da Europa, originando novos Estados, como a Tchecoslováquia, a Áustria, a Hungria e a Iugoslávia.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O acordo de paz imposto pelas grandes potências vitoriosas sobreviventes (EUA, Grã-Bretanha, França, Itália) e em geral, embora imprecisamente, conhecido como Tratado de Versalhes, era dominado por cinco considerações. A mais imediata era o colapso de tantos regimes na Europa e o surgimento na Rússia de um regime bolchevique revolucionário. Segundo, havia a necessidade de controlar a Alemanha, que afinal quase tinha derrotado sozinha toda a coalizão aliada. Por motivos óbvios, esse era, e continuou sendo desde então, o maior interesse da França. Terceiro, o mapa da Europa tinha de ser redividido e retraçado, tanto para enfraquecer a Alemanha quanto para preencher os grandes espaços vazios deixados na Europa e no Oriente Médio pela derrota e colapso simultâneos dos impérios russo, habsburgo e otomano.

[...] Na verdade, na Europa o princípio básico de reordenação do mapa era criar Estados-nação étnico-linguísticos, segundo a crença de que as nações tinham o "direito de autodeterminação". [...] A tentativa foi um desastre, como ainda se pode ver na Europa da década de 1990. [...] O remapeamento do Oriente Médio se deu ao longo de linhas imperialistas — divisão entre Grã-Bretanha e França — com exceção da Palestina, onde o governo britânico, ansioso por apoio internacional judeu durante a guerra, tinha, de maneira incauta e ambígua, prometido estabelecer "um lar nacional" para os judeus. Essa seria outra relíquia problemática e não esquecida da Primeira Guerra Mundial. O quarto conjunto de considerações eram as políticas internas dentro dos países vitoriosos – o que significava, na prática, Grã-Bretanha, França e EUA – e os atritos entre eles. A consequência mais importante dessa politicagem interna foi que o Congresso americano se recusou a ratificar um acordo de paz escrito em grande parte por ou para seu presidente, e os EUA por conseguinte se retiraram dele, com resultados de longo alcance. Por fim, as potências vitoriosas buscaram desesperadamente o tipo de acordo de paz que tornasse impossível outra guerra como a que acabara de devastar o mundo e cujos efeitos retardados estavam em toda parte. Fracassaram da forma mais espetacular. Vinte anos depois, o mundo estava de novo em guerra.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 383.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: PACTO da sociedade das nações. Disponível em: <http://livro.pro/cnyy6i>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Dialogando

a) É a mão dos vencedores da Primeira Guerra.

b) Ela representa a Alemanha.

c) São as páginas do Tratado de Versalhes.

Dialogando

a) Sim, pois como se pode ver no mapa de 1919, ocorreu o desmembramento de três grandes impérios existentes antes da Primeira Guerra: o Império Alemão; o Império Austro-Húngaro; e o Império Turco-Otomano.

b) Áustria, Hungria e Tchecoslováquia. Comentar que, embora a Prússia Oriental continuasse pertencendo à Alemanha, ficou separada do resto do país pelo Corredor Polonês, que dava à Polônia acesso ao mar.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• HISTÓRIA: debate Primeira Guerra Mundial – Parte 1. Duração: 29min36s. Disponível em: <http://livro.pro/s3dmt2>. Parte 2. Duração: 30 min. Disponível em: <http://livro.pro/f5o33y>. Acessos em: 13 nov. 2018.

Debate entre os professores Felipe Loureiro, do Instituto de Relações Internacionais da USP, e João Roberto Martins, professor associado do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar.

Europa antes da Primeira Guerra Mundial (1914)

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2001. p. 88.

DIALOGANDO

O historiador Eric Hobsbawm afirmou que o término da Primeira Guerra significou o fim da Era dos Impérios.

a) Comparando os mapas desta página, é possível compreender o que ele disse?

b) Que países surgiram com o desmembramento do Império Austro-Húngaro ao final da Guerra?

Europa depois da Primeira Guerra Mundial (1919)

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2001. p. 90-91.

Os Estados Unidos saíram da Primeira Guerra Mundial como uma das grandes potências do globo. Em 1919, por sugestão do presidente estadunidense Woodrow Wilson, foi criada a **Liga das Nações**. Com sede na cidade de Genebra, na Suíça, essa organização devia servir como árbitro nos conflitos internacionais e garantir a paz mundial. No entanto, por motivos diversos, os Estados Unidos, a Alemanha e a Rússia estiveram ausentes da Liga das Nações, que, com isso, se mostrou bastante enfraquecida. Quando, em 1931, por exemplo, o Japão invadiu a província chinesa da Manchúria, a Liga não conseguiu impedi-lo.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Divisão territorial depois da Guerra e a Liga das Nações

Em Paris, as potências vitoriosas, pressionadas por Woodrow Wilson, criaram a Liga das Nações e, com ela, "territórios mandatados", nominalmente sob a autoridade da Liga, que foram dados aos vencedores. A França adquiriu a Síria e o Líbano, o Reino Unido adquiriu a Mesopotâmia (Iraque) e a Palestina. Na Palestina oriental, conhecida como Transjordânia, o Reino Unido estabeleceu um governo árabe. Na Palestina ocidental, entre o Mediterrâneo e o rio Jordão, o Reino Unido estava empenhado em criar um "Lar Nacional Judeu". A Liga das Nações confirmou que os judeus poderiam imigrar para lá "por direito", deixando para o Reino Unido a tarefa de descobrir uma maneira de satisfazer as aspirações conflitantes de árabes e judeus. O Japão, a Nova Zelândia e a Austrália dividiram entre si os territórios alemães no Pacífico. O império alemão na África também foi distribuído entre os vencedores. O Japão recebeu todas as minas de carvão e as concessões de estradas de ferro da Alemanha na China. A França e o Reino Unido receberam a maioria dos direitos relativos a tratados e concessões comerciais da Alemanha, anteriores a 1914, no Marrocos, Egito, Sião e na Libéria. [...] As perdas da Alemanha somavam 13% de seu território e 12% de sua população no período anterior à guerra.

GILBERT, Martin. **A história do século XX**. São Paulo: Planeta, 2016. p. 137.

A Questão Palestina

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os interesses da Grã-Bretanha e da França contribuíram para aumentar a tensão no **Oriente Médio**. Inicialmente, a Grã-Bretanha ora pendia para os árabes, ora para os judeus. Depois, com o objetivo de atrair a poderosa comunidade judaica, a Grã-Bretanha assinou, em 1917, a Declaração de Balfour, pela qual prometia apoiar a formação de um Estado judaico na Palestina. Com a vitória na Primeira Guerra, a Grã-Bretanha e a França dividiram entre si o controle das terras do Oriente Médio.

Oriente Médio: região que abriga países como Egito, Líbia e Argélia (na África), Turquia (na Europa e Ásia) e Síria, Líbano, Israel, Arábia Saudita, Kuwait, Iraque, Irã e Afeganistão (na Ásia). Por produzir cerca de 25% do petróleo extraído no mundo, o Oriente Médio atraiu e atrai a cobiça das grandes potências do Ocidente.

O Oriente Médio dividido pela Liga das Nações (1922)

Repare que a Síria e o Líbano ficaram sob controle da França; já a Palestina, a Transjordânia e o Iraque ficaram sob mandato britânico.

Fonte: ATLAS da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 257.

Nos anos 1930 e 1940, para fugir à perseguição nazista na Europa, dezenas de milhares de judeus foram para a Palestina. Com o aumento da população judaica na Palestina, começaram a ocorrer sérios atritos entre os judeus e os árabes ali residentes. Naquelas décadas também as companhias inglesas e estadunidenses passaram a disputar entre si a prospecção, o refino e a comercialização do petróleo do Oriente Médio. Ainda hoje, nessa área, essas atividades são feitas, em boa parte, por companhias inglesas e estadunidenses.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: ESTADO Palestino. Disponível em: <http://livro.pro/py6g7g>. Acesso em: 13 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- O CONFLITO entre israelenses e palestinos. Duração: 2 min. Disponível em: <http://livro.pro/rxoqam>. Acesso em: 4 nov. 2018.

Reportagem sobre a Questão Palestina.

Texto de apoio

Como o conflito começou?

O movimento sionista, que procurava criar um Estado para os judeus, ganhou força no início do século 20, incentivado pelo antissemitismo sofrido por judeus na Europa.

Naquele tempo, a região da Palestina, entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo, considerada sagrada para muçulmanos, judeus e católicos, pertencia ao Império Otomano e era ocupada, principalmente, por muçulmanos e outras comunidades árabes. Mas uma forte imigração judaica, alimentada por aspirações sionistas, começou a gerar resistência entre as comunidades locais.

Após a desintegração do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido recebeu um mandato da Liga das Nações para administrar o território da Palestina.

Mas, antes e durante a guerra, os britânicos fizeram várias promessas para os árabes e os judeus que não se cumpririam, entre outras razões, porque eles já tinham dividido o Oriente Médio com a França. Isso provocou um clima de tensão entre nacionalistas árabes e sionistas que acabou em confrontos entre grupos paramilitares judeus e árabes.

Depois da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, aumentou a pressão pelo estabelecimento de um Estado judeu. O plano original previa a partilha do território controlado pelos britânicos entre judeus e palestinos.

DEZ PERGUNTAS para entender o conflito entre israelenses e palestinos. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151015_gaza_entenda_atualiza_cc>. Acesso em: 3 out. 2018.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: A ONU e a Questão Palestina. Disponível em: <http://livro.pro/emcb3r>; e O CONFLITO israelo-palestino: entre passado e presente. Disponível em: <http://livro.pro/f3fsxb>. Acessos em: 13 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• OS 70 ANOS da partilha da Palestina na ONU. Duração: 15 min. Disponível em: <http://livro.pro/5378po>. Acesso em: 4 nov. 2018.

Entrevista com o cientista político do Instituto Brasil-Israel, André Lajst, sobre a partilha da Palestina em 1947.

Texto de apoio

A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica

"Dois Estados para dois povos." Eis a posição quase consensual internacionalmente, desde 1947, quando se trata de propor uma solução para o conflito israelo-palestino. [...].

O caminho para a solução de dois Estados, entretanto, não representa os anseios de todos os palestinos e israelenses. Para muitos deles (hoje, aparentemente mais palestinos que israelenses), a criação de um Estado binacional, ao mesmo tempo árabe e judeu, é a solução efetiva para um conflito que já perdura por décadas. Nas negociações entre as autoridades israelenses e palestinas na busca por dois Estados nacionais, questões cruciais, como a questão dos refugiados palestinos, o *status* de Jerusalém, os assentamentos israelenses nos territórios palestinos ocupados e a defesa do futuro Estado palestino, para muitos parecem não ter solução – o que reforça o argumento do campo da proposta de um Estado binacional. Por um lado, os últimos governos conservadores israelenses [...] alegam não abrir mão de uma Jerusalém una e indivisível como capital do Estado judeu, ampliam as políticas de assentamentos na Cisjordânia e não aceitam um futuro Estado palestino com plenas capacidades militares de autodefesa; por outro, as forças políticas palestinas implicadas nas negociações exigem a retirada dos assentamentos judaicos nos territórios ocupados, não estão dispostas a aceitar as propostas israelenses de trocas territoriais, exigem Jerusalém/al-Quds Oriental como capital de seu futuro Estado, assim como autonomia para gerir sua defesa.

Ainda para alguns partidários do Estado árabe-judeu na Palestina, a instituição de um Estado binacional na região é apenas a formalização do que já existe de fato desde o fim da Guerra dos Seis Dias, de 1967, e a única solução possível para um território pouco extenso com tamanha complexidade na repartição de sua população.

GUIRAL BASSI, Danilo Martins. **A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica**: conceitos, evolução histórica e perspectivas na atualidade. São Paulo, 2016. 280 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 13-14.

O plano de partilha da ONU e o Estado de Israel

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), veio à tona o holocausto, isto é, o extermínio sistemático de cerca de 6 milhões de judeus pelos nazistas na Europa. E, ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha anunciou que retiraria suas tropas da Palestina. Nesse contexto, em 1947, a ONU, em assembleia presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, aprovou um **plano de partilha** da Palestina em dois Estados: um judeu e outro árabe.

Nesse contexto, em 14 de maio de 1948, os judeus, liderados por David Ben-Gurion, fundaram o **Estado de Israel**, que foi imediatamente reconhecido pelos Estados Unidos.

Os países árabes, no entanto, reagiram à criação do Estado de Israel atacando-o militarmente. Israel revidou e, com ajuda externa, venceu a guerra, ocupando, então, cerca de 25% do território reservado aos palestinos no plano de partilha da ONU.

Com a derrota na guerra de 1948, cerca de 750 mil palestinos deixaram a terra em que viviam e passaram a viver como **refugiados** na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos. Tinha início, assim, a chamada **Questão Palestina**. O Oriente Médio tornou-se palco de consecutivas guerras entre judeus e árabes; tais guerras ocorreram no contexto da Guerra Fria, com Israel sendo ajudado pelos Estados Unidos e os árabes, pela União Soviética.

Os principais motivos desses intermináveis conflitos são: a) a disputa das terras cultiváveis e dos recursos hídricos, em uma região onde a posse da água é fundamental; b) o controle das áreas petrolíferas e os interesses das indústrias do Ocidente que lucram com a guerra; c) as divergências entre islâmicos e judeus, aguçadas por seguidores radicais das duas religiões.

Partilha da Palestina proposta pela ONU (1947)

Fonte: FERREIRA, Graça Maria de Lemos. **Atlas geográfico**: espaço mundial. São Paulo: Moderna, 2000. p. 62.

De acordo com o plano da ONU, 56,5% do território palestino caberia aos 700 mil judeus, enquanto 42,9% ficariam nas mãos de 1 milhão e 250 mil árabes. Jerusalém, cidade considerada sagrada por muçulmanos, judeus e cristãos, ficaria sob controle internacional.

Refugiados: toda pessoa que, no momento do conflito de 1948, vivia na Palestina há pelo menos dois anos e que, por causa da guerra, perdeu sua casa e seu meio de vida.

PHOTOQUEST/ARCHIVE PHOTOS/GETTY IMAGES

Refugiada palestina com seu filho. Região de Ramallah, perto de Jerusalém, Israel, 1948.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

86

Guerras árabe-israelenses		
Guerras	**Países**	**Resumo**
Guerra de Suez (1956)	Israel, França e Inglaterra × Egito	O presidente do Egito, Gamal A. Nasser, adepto do nacionalismo árabe, nacionaliza o canal de Suez (pertencente à Grã-Bretanha), contrariando os interesses das potências ocidentais e gerando inúmeras tensões. Com o apoio dos britânicos e dos franceses, o exército israelense atacou as forças egípcias. O Sinai foi ocupado em poucos dias e ficou sob controle israelense até março de 1957.
Guerra dos Seis Dias (1967)	Israel × Egito, Jordânia e Síria	Alegando a necessidade de se defender de seus adversários, Israel ataca o Egito, a Síria, a Jordânia e ocupa o Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as colinas de Golã.
Guerra do Yom Kippur (Dia do Perdão) (1973)	Egito e Síria × Israel	Conflito iniciado pelo Egito e pela Síria. Israel venceu mais uma vez. A Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo – formada inicialmente por Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Venezuela e Iraque) respondeu parando de vender óleo cru aos aliados de Israel e provocando, com isso, um extraordinário aumento do preço do petróleo com graves repercussões internacionais.
Guerra no Líbano (1982)	Israel × palestinos	Israel lança a operação Paz na Galileia, atacando os palestinos no Líbano. Depois de sitiar a capital libanesa por dez semanas, o exército israelense se retira da cidade, mas permanece no sul do país.

A Guerra dos Seis Dias (1967)

A Guerra dos Seis Dias mudou consideravelmente o mapa da região. Depois de vencer o conflito, o Estado de Israel anexou imensos territórios: a Península do Sinai e a Faixa de Gaza, pertencentes ao Egito; a Cisjordânia, controlada pela Jordânia; e as colinas de Golan, sob o domínio da Síria.

Fonte: DUBY, Georges. **Grand atlas historique**. Paris: Larousse, 2001. p. 218.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Diálogo não oficial no conflito israelo-palestino

Daniel Bar-Tal, abordando os elementos subjetivos dos conflitos contemporâneos e tendo como referência o conflito israelo-palestino, descreve os conflitos prolongados como "conflitos intratáveis". Eles são duradouros, violentos, com natureza de soma zero e as partes envolvidas são interessadas em sua continuidade. São ainda exigentes, estressantes, dolorosos, exaustivos e custosos. Fogem da lógica política de resolução por meio de concessões ou de esforços diplomáticos. Nessas disputas, as reivindicações vão para além das questões territoriais, de água, solo, óleo, etc., questões mais facilmente reconciliáveis.

Elas se formam a partir de crenças relacionadas a identidade nacional e direitos a um território específico, as quais são enraizados na história antiga dos grupos, na memória que possuem sobre a guerra e na narrativa nacional a respeito dela. Juntos, esses elementos são resistentes e, por vezes, irreconciliáveis. [...]

No entendimento do autor, o conflito israelo-palestino tornou-se intratável ao longo dos anos pelos muitos elementos que envolve. É violento, prolongado e imposto às duas sociedades e às suas novas gerações. É visto pelos envolvidos como de soma zero e possui aspectos de natureza objetiva bem como de natureza subjetiva. Tanto israelenses quanto palestinos possuem uma forte narrativa com fatos históricos interpretados a partir de sua experiência histórica. Os palestinos, por exemplo, veem a guerra com Israel como a continuidade da batalha contra a colonização europeia, a qual iniciou-se no século XII e culminou com o estabelecimento do Estado de Israel, em 1948. Essa narrativa, que dá aos palestinos o direito total e exclusivo ao território, está em nítido contraste com a convicção sionista de que Eretz Israel, a terra de Israel, é sua Terra Prometida. Assim, ambos reivindicam exclusividade sobre o mesmo território e rejeitam os argumentos do outro como sendo falsos.

BONAN, Eliceli Katia. **Diálogo não oficial no conflito israelo-palestino**: os desafios do movimento pela paz após o colapso das negociações de Oslo. São Paulo, 2017. 115 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, p. 22-23.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: VEJA cronologia do conflito entre israelenses e palestinos. Disponível em: <http://livro.pro/3x7c83>; e O QUE foi a Guerra dos Seis Dias e por que é importante entender seus efeitos. Disponível em: <http://livro.pro/9gx4xh>. Acessos em: 13 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: O FIM da era Arafat. Disponível em: <http://livro.pro/ovc7ed>; e ENTENDA o que é a Intifada palestina, 'a revolta das pedras'. Disponível em: <http://livro.pro/6irvvi>. Acessos em: 13 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- ENTENDA os conflitos e mortes na faixa de Gaza. Duração: 3min13s. Disponível em: <http://livro.pro/xra34c>. Acesso em: 4 nov. 2018.

Um dos efeitos dessas guerras foi o aumento do número de palestinos que deixaram (ou perderam) suas casas em busca de refúgio. Vivendo em campos de refugiados, em condições precárias, os palestinos organizaram vários grupos de resistência armada, o principal dos quais é ***Al Fatah***, liderado por Yasser Arafat até 2004, quando faleceu. Em 1964, esses grupos se juntaram na Organização para a Libertação da Palestina (OLP), cujo objetivo era combater Israel e reconquistar as terras perdidas.

BETTMANN/GETTY IMAGES

O líder palestino Yasser Arafat (1929-2004) discursa na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1974, Nova York, Estados Unidos. Arafat nasceu em Jerusalém, formou-se em Engenharia e, desde cedo, abraçou a luta para a formação de um Estado palestino. Em 1969, assumiu a presidência da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em 1988, a OLP reconheceu o Estado de Israel e abriu caminho para a formação de um Estado Palestino. Em 1995, Arafat dividiu com o estadista judeu Yitzhak Rabin o Prêmio Nobel da Paz.

Para quando a paz?

Desde a Guerra dos Seis Dias, o clima na Faixa de Gaza e na Cisjordânia (principais áreas palestinas ocupadas por Israel) era de permanente tensão. Em 1987, os civis palestinos que viviam nessas áreas (jovens e mulheres, geralmente) atacaram soldados israelenses com paus e pedras e, como estes revidassem com tiros, muitos acabaram mortos. Esse tipo de revolta popular palestina é chamada de **intifada**.

Al Fatah: expressão que pode ser traduzida por "reconquista".

Intifada: palavra de origem árabe que significa "sobressalto". A intifada é conhecida também como "guerra das pedras".

Reprodução de desenho feito em 2010 por crianças tratadas no Centro de Saúde Mental de Gaza. Psicólogos que trabalham lá solicitaram que crianças palestinas desenhassem a intifada. Para surpresa deles, as crianças não desenharam soldados israelenses. Mostraram os palestinos atirando paus, pedras e garrafas; já seus adversários, no desenho, são dois tanques de guerra. Isso nos faz refletir a respeito do impacto das guerras sobre as crianças, independentemente do povo a que pertençam.

EDDIE GERALD/ALAMY/FOTOARENA

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A vida na Faixa de Gaza

Israel controla o registro das pessoas que vivem em Gaza e proíbe o livre trânsito, incluindo viagens à Cisjordânia, exceto em alguns casos específicos. Segundo a ONU, menos de 200 pessoas foram autorizadas por dia a sair de Gaza via Israel na primeira metade de 2013 – comparado com 26 mil no início de 2000, antes da Segunda Intifada.[...]

Mais da metade das casas estão em situação de risco alimentar. Mais de 80% dos moradores de Gaza dependem de ajuda humanitária. Só um quarto das casas recebe água diariamente. Quase toda a água dos aquíferos da região não é apropriada para beber, segundo a ONU – e os aquíferos são as únicas fontes naturais de água de Gaza. [...]

Segundo dados do governo palestino, Gaza tem 694 escolas. A taxa de alfabetização é de 96,4% (maior que a do Brasil). Ainda segundo dados do governo, até 2011 a região tinha uma emissora de TV, quatro museus, 822 mesquitas (99% dos habitantes são muçulmanos), 14 rádios e 66 centros culturais.

SAIBA como é a vida na Faixa de Gaza. **G1**, 31 jul. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/saiba-como-e-vida-na-faixa-de-gaza.html>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Texto de apoio

O caminho para a paz

Os palestinos estão na Palestina porque esta é a sua terra, e a única terra natal do povo palestino [...]. Os judeus israelenses estão em Israel porque não há nenhum outro país no mundo a que os judeus, como povo, poderiam chamar seu lar. [...]

O que precisamos é de um compromisso doloroso. Porque ambos os povos amam o país [...]. Se há algo a esperar, isso é um divórcio justo e razoável entre Israel e Palestina. E os divórcios nunca são felizes, mesmo quando são justos.

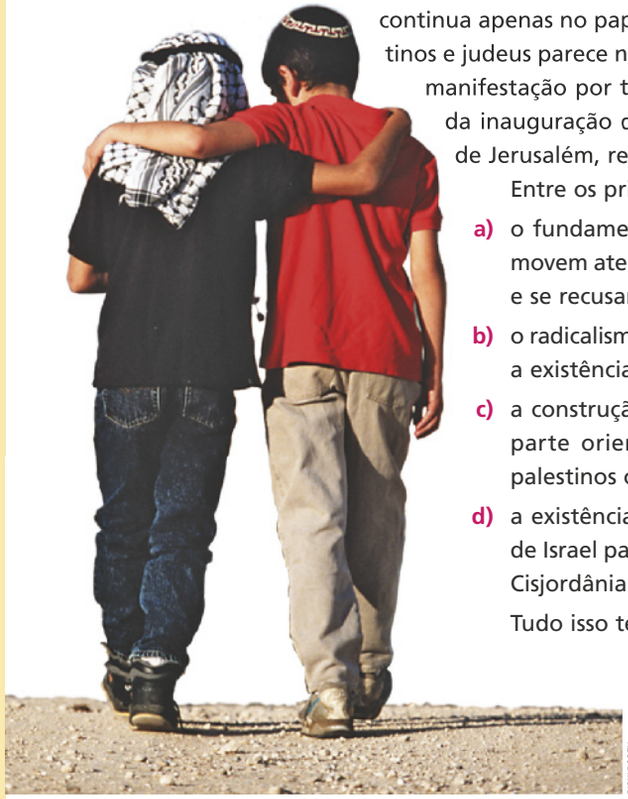
Mas melhor do que o inferno vivo que todos estão enfrentando agora naquele país amado.

OZ, Amós apud MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 449-450.

Em setembro de 1993, Yasser Arafat, da OLP, e o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin assinaram o **Acordo de Oslo**, que teve a mediação do então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. Por esse acordo de paz, os palestinos reconheciam o Estado de Israel e os israelenses consideravam os palestinos com direito a um Estado próprio. Esse acordo propiciou a criação da **Autoridade Nacional Palestina** (ANP), governo autorizado a negociar com outros governos. Mas o acordo logo foi desrespeitado; os conflitos se agravaram e, em 2000, explodiu a segunda intifada. Israel reagiu, reocupando as áreas sob controle da Autoridade Palestina e atacando a cidade de Ramalah, sede da ANP na Cisjordânia. Outros acordos de paz foram celebrados, mas também fracassaram.

Hamas: organização extremista islâmica criada em 1987 com o objetivo de estabelecer um Estado palestino islâmico.

Com a morte de Yasser Arafat, em 2004, Mahmoud Abbas, do *Al Fatah* (mesmo grupo de Arafat), venceu as eleições para a presidência da Autoridade Palestina; já as eleições para o Parlamento palestino, em 2006, foram vencidas pelo ***Hamas***, grupo radical contrário à negociação com Israel. Diante disso, continua o impasse. Apesar de mais de cem países, inclusive o Brasil, reconhecerem a legitimidade de um Estado palestino, ele continua apenas no papel. Atualmente, a violência entre palestinos e judeus parece não ter fim. Em 14 de maio de 2018, uma manifestação por terra reunindo 35 mil palestinos, no dia da inauguração da embaixada estadunidense na cidade de Jerusalém, resultou em 55 mortos e 2 mil feridos.



RICKI ROSEN

Como sinal de que a paz é possível, menino palestino (à esquerda) caminha abraçado a garoto israelense em foto de 2002.

Entre os principais obstáculos à paz estão:

a) o fundamentalismo de grupos islâmicos, que promovem atentados terroristas contra civis israelenses e se recusam a aceitar o Estado de Israel;

b) o radicalismo de lideranças judias, que não admitem a existência de um Estado palestino;

c) a construção de novos assentamentos judaicos na parte oriental de Jerusalém, reivindicada pelos palestinos como sua capital;

d) a existência de um muro construído pelo governo de Israel para a proteção dos colonos israelenses na Cisjordânia.

Tudo isso tem dificultado o caminho para a paz.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: O ORIENTE Médio através de outras lentes: uma narrativa audiovisual para refletir as representações sobre a região em sala de aula. Disponível em: <http://livro.pro/9wr4mn>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Texto de apoio

Israel e Palestina: da "terra santa" a um território em conflito

O diálogo entre Israel e Palestina é sempre truncado pela eclosão de alguma violência a qualquer momento, seja de um indivíduo ou de um grupo extremista islâmico. O conceito de "terra pela paz" está muito longe. [...]. A cada nova rodada de negociações de paz, expõe-se a causa palestina como "símbolo maior da luta islamista" internacionalmente, que se confronta com o nem sempre explícito "apoio automático" dos Estados Unidos da América do Norte ao Estado de Israel, embora o governo norte-americano acene com a necessidade de se discutir a criação do Estado Palestino.

[...]

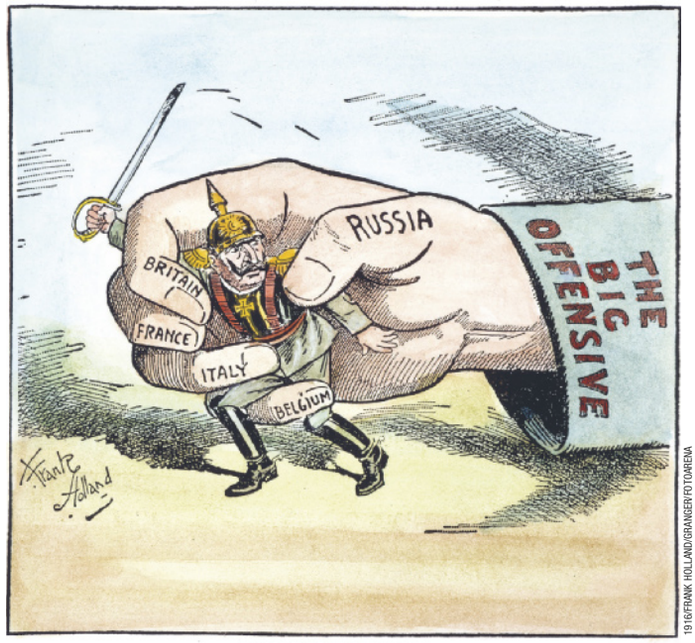
Após décadas de conflito, foram feitas várias tentativas de paz na região, por meio de acordos. Uma das tratativas mais importantes foram os denominados Acordos de Oslo, no ano de 1993. A Organização para a Libertação da Palestina e o então primeiro-ministro de Israel firmaram um acordo de paz em Washington, o qual foi batizado de Oslo, por ser o resultado de negociações ocorridas na capital norueguesa. Os dois lados se reconheceram e assinaram um documento que inclui uma série de princípios e prevê a devolução aos palestinos da maior parte da Faixa de Gaza e de parte da Cisjordânia. A partir de 1994, através da Autoridade Nacional Palestina, os palestinos conquistaram relativa autonomia nos territórios, especialmente em termos de administração civil e segurança interna. A defesa nacional e as relações exteriores continuavam em poder de Israel. Por outro lado, o avanço nas negociações, entretanto, era dificultado pela ação de grupos extremistas que se opunham aos acordos. Em 1995, Israel e a Organização para a Libertação da Palestina subscreveram, em Washington, um acordo de extensão do controle palestino na Cisjordânia. Ao que tudo indica, o futuro dessas negociações depende de uma série de fatores, dentre os quais a intransigência dos setores radicais de ambos os lados, que são contrários ao avanço no caminho da paz, a questão dos assentamentos de colonos judeus em áreas palestinas, além da delicada questão do controle das fontes de água existente na Cisjordânia. [...]

SILVA, João Ubiratan de Lima; PHILIPPINI, Ruth Aparecida Sales. Israel e Palestina: da "Terra Santa" a um território em conflito. **Revista Ciência Contemporânea**, v. 2, n. 1, p. 163-180. jun./dez. 2017.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Observe esta charge inglesa com atenção. Seu título é "Os dedos do destino".



THE FINGERS OF FATE.
The grip begins to tighten.

a) O que está acontecendo na cena?

b) Quem será o indivíduo esmagado?

c) Pode-se dizer que a charge é tendenciosa?

2. Ao final do século XIX, a expansão imperialista na África e na Ásia atingia seu apogeu. Disputas e alianças entre os países europeus geraram uma tensão permanente, acentuada pela chamada "paz armada".

a) Caracterize esse período histórico.

b) Que atitudes adotadas pelos países europeus justificam o termo "paz armada"?

c) Em sua opinião, nós vivemos hoje em uma "paz armada"? Justifique.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. a) Uma mão esmaga um militar que, pelo capacete, parece ser alemão. Note que em cada dedo está escrito o nome de um país rival da Alemanha à época.
   b) O indivíduo que está sendo esmagado é o imperador Guilherme II, da Alemanha.
   c) Sim; porque ele mostra um ponto de vista inglês das tensões que antecederam a Primeira Guerra.
2. a) A paz armada foi o nome dado à corrida armamentista em que as nações europeias se engajaram visando à preparação para a guerra e à intimidação do adversário.
   b) Os países europeus adotaram o serviço militar obrigatório, passaram a fabricar armamentos e munições em grande quantidade, e estabeleceram alianças cujo objetivo era a defesa mútua.
   c) Resposta pessoal. **Professor**: a questão pode ajudar a discutir o investimento milionário em armas e equipamentos para a guerra como forma de demonstrar poder e intimidar possíveis adversários. Chamar a atenção para o crescimento exponencial da capacidade de matar e destruir.

Texto de apoio

O belicismo

A combinação entre um vibrante nacionalismo e uma teoria política social-darwinista produziu uma conjuntura em que a guerra era glorificada e vista como uma condição permanente em um mundo de nações. Porém, o mais significativo é que daí também emerge uma forma muito distinta de se conceber a guerra: a segurança da nação e sua sobrevivência não dependeriam mais de acordos e tratados que reintroduzissem o equilíbrio ou a estabilidade perdida. A segurança só seria alcançada se o outro fosse reduzido à impotência absoluta ou mesmo eliminado.

O desenvolvimento da industrialização europeia deu suporte para esse espírito, trazendo novidades importantes também para a produção de armas. Às armas de repetição, em especial a metralhadora, se somaram outras novidades, como ligas metálicas mais leves para os rifles e canhões de aço que lançavam obuses a uma distância de vários quilômetros e com muito mais precisão do que os canhões de bronze tradicionais. Dirigíveis levavam a guerra para os ares, e o amplo uso de automóveis e de trens aumentava a velocidade e a mobilidade dos exércitos. [...]

MORAES, Luís Edmundo. **História contemporânea**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2017. p. 160-161.

3. Sobre os intermináveis conflitos entre palestinos e judeus, responda:

a) Quais são seus principais motivos?

b) Quais são os principais obstáculos à paz entre esses povos?

c) **Em dupla**. Que sugestões vocês dariam para uma paz duradoura entre palestinos e judeus?

4. Leia o texto e observe a imagem.

Fonte 1

A Guerra mudou a situação das mulheres principalmente na Europa. Com os homens na frente de Batalha, elas assumiam seu lugar nas fábricas [...] e terminavam por exigir direitos e salários iguais. Na Grã-Bretanha, as mulheres que trabalhavam em fábricas de munições eram conhecidas como canários, por conta do tom amarelado que sua pele adquiria em contato com os explosivos. [...]

As mulheres chegaram a participar diretamente da guerra. Na Rússia, o czar criou um batalhão feminino comandado por Maria Bochkavera que obteve sucesso contra os austríacos.

BRENER, Jaime. **A Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 2000. p. 34. (Retrospectiva do século XX).

Fonte 2

POPPERFOTO/GETTY IMAGES

Mulheres britânicas trabalham na fabricação de bombas durante a Primeira Guerra, c. 1916.

a) O que se pode concluir sobre a participação das mulheres na Primeira Guerra com base na fonte 1?

b) A fonte 2 confirma ou nega a fonte 1?

c) Segundo as fontes analisadas, pode-se dizer que houve mudança no papel da mulher a partir da Primeira Guerra? Justifique.

II Leitura e escrita em História

Leia a seguir alguns artigos do Tratado de Versalhes, de 1919:

Art. 45 – A Alemanha cede à França a propriedade absoluta [...], com direito total de exploração, das minas de carvão situadas na bacia do rio Sarre. [...]

Art. 119 – A Alemanha renuncia, em favor das potências aliadas, a todos os direitos sobre as colônias ultramarinas. [...]

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Mulheres no coração do esforço de guerra durante o primeiro conflito mundial

No fim de 1917, na França, a mão de obra feminina no comércio e na indústria era 20% superior ao nível de antes da guerra, de acordo o Ministério do Trabalho francês. Esse crescimento foi mais limitado do que na Grã-Bretanha, onde era estimado em 50%.

"As francesas já trabalhavam muito antes de 1914, eram 7,7 milhões de mulheres, ou 36% da população economicamente ativa, muito mais do que em Grã-Bretanha e Alemanha", explica Françoise Thébaut. Essas mulheres eram principalmente de classes mais baixas, e a guerra favoreceu a entrada das de classe média no mercado de trabalho.

MULHERES no coração do esforço de guerra durante o primeiro conflito mundial. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2014/06/28/interna_internacional,542499/mulheres-no-coracao-do-esforco-de-guerra-durante-o-primeiro-conflito-mundial.shtml>. Acesso em: 3 out. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. a) Os principais motivos desses intermináveis conflitos são: a) a disputa das terras cultiváveis e dos recursos hídricos, em uma região onde a posse da água é fundamental; b) o controle das áreas petrolíferas e os interesses das lucrativas indústrias do Ocidente que lucram com a guerra; c) as divergências entre islâmicos e judeus, aguçadas por seguidores radicais das duas religiões.

b) Entre os obstáculos à paz, podemos citar: o fundamentalismo de grupos islâmicos que promovem atentados terroristas contra civis israelenses e se recusam a aceitar o Estado de Israel; o radicalismo de lideranças judias, que não admitem a existência de um Estado palestino; a construção de novos assentamentos judeus na parte oriental de Jerusalém, reivindicada pelos palestinos como sua capital; a existência de um muro construído pelo governo de Israel para a proteção dos colonos israelenses na Cisjordânia. Tudo isso tem dificultado o caminho para a paz.

c) Resposta pessoal.

Professor, levar em conta que o reconhecimento de um Estado palestino abriria caminho para uma paz duradoura.

4. a) Conclui-se que as mulheres participaram da guerra de diferentes formas: atuaram como operárias da indústria de munições, em substituição aos homens, e se engajaram nos batalhões de soldados que enfrentaram outros combatentes, a exemplo do que ocorreu na Rússia.

b) Confirma, pois na fonte 2 vemos mulheres ocupando o lugar dos homens em uma fábrica de armas durante a Primeira Guerra Mundial.

c) Sim; as mulheres ampliaram em muito a sua participação no mundo do trabalho, ocupando funções antes desempenhadas por homens e passando a reivindicar seus direitos, inclusive o de votar e de serem votadas.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

Vozes do passado

a) Ambos penalizam a Alemanha. No primeiro, ela cede à França o direito de exploração das minas de carvão. No segundo, ela perde para as potências aliadas todas as suas colônias.

b) Esta preocupação encontra-se no artigo 171, que proíbe a Alemanha de fabricar ou importar carros blindados, tanques ou instrumentos que sirvam a objetivos de guerra.

c) Não, os vencedores da Primeira Guerra Mundial interessavam-se mais em conquistar benefícios financeiros impondo à Alemanha a perda de territórios e exigindo o pagamento de danos.

Vozes do presente

a) Pode-se dizer que, apesar de modesta, a participação do Brasil foi variada (guerra submarina, vigilância dos mares, envio de aviadores, médicos e oficiais do Exército para auxiliar as forças anglo-francesas).

b) Não; embora isto continue sendo um pleito do Estado brasileiro.

Texto de apoio

O Conselho de Segurança da ONU

O Conselho de Segurança é o órgão da ONU responsável pela paz e segurança internacionais.

Ele é formado por 15 membros: cinco permanentes, que possuem o direito a veto – Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China – e dez membros não permanentes, eleitos pela Assembleia Geral por dois anos.

Este é o único órgão da ONU que tem poder decisório, isto é, todos os membros das Nações Unidas devem aceitar e cumprir as decisões do Conselho.

Principais funções:

- Manter a paz e a segurança internacional;
- Determinar a criação, continuação e encerramento das Missões de Paz, de acordo com os Capítulos VI, VII e VIII da Carta;
- Investigar toda situação que possa vir a se transformar em um conflito internacional;
- Recomendar métodos de diálogo entre os países;
- Elaborar planos de regulamentação de armamentos;
- Determinar se existe uma ameaça para a paz;
- Solicitar aos países que apliquem sanções econômicas e outras medidas para impedir ou deter alguma agressão;
- Recomendar o ingresso de novos membros na ONU;
- Recomendar para a Assembleia Geral a eleição de um novo Secretário-Geral.

Conselho de Segurança. **ONU**: Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/>. Acesso em: 6 out. 2018.

Art. 171 – Estão proibidas na Alemanha a fabricação e a importação de carros blindados, tanques, ou qualquer outro instrumento que sirva a objetivos de guerra. [...]

Art. 232 – A Alemanha se compromete a reparar todos os danos causados à população civil das potências aliadas e a seus bens.

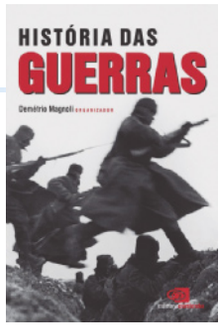
MARQUES, Adhemar Martins et al. **História contemporânea**: textos e documentos. São Paulo: Contexto, 1999.

a) Compare o artigo 45 ao 119 do Tratado de Versalhes.

b) Em que artigo se percebe uma preocupação dos vencedores da Primeira Guerra Mundial com uma possível retaliação alemã? Justifique.

c) Observando os artigos expostos acima, podemos afirmar que o principal interesse dos países vencedores da Primeira Guerra Mundial era o rápido estabelecimento de uma paz duradoura?

VOZES DO PRESENTE



EDITORA CONTEXTO

Fac-símile da capa de **História das guerras**.

Sobre a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, um historiador escreveu:

Aviadores brasileiros combateram ao lado dos pilotos britânicos e franceses. Oficiais do Exército serviram na Frente Ocidental, em unidades do Exército Francês. [...] Oitenta e seis médicos, incluindo dezessete professores de Medicina [...], integraram a Missão Médica que partiu do Brasil a 18 de agosto de 1918 e até o fim da guerra trabalhou no hospital Franco-Brasileiro, mantido pelos brasileiros residentes em Paris.

O Brasil participou da Conferência de Paz, foi signatário do Tratado de Versalhes, membro da Liga das Nações e pretendeu ocupar uma vaga em seu Conselho de Segurança, pretensão que lhe foi negada. Antes mesmo de terminar, a Grande Guerra influenciou o Brasil no campo militar. O poeta, escritor e jornalista Olavo Bilac despertou o sentimento cívico e patriótico nacional, liderando a campanha que resultou na instituição do serviço militar obrigatório.

ARARIPE, Luiz de Alencar. Primeira Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 343.

a) O que se pode dizer sobre a participação do Brasil na Primeira Guerra?

b) Conforme o texto, o Brasil tentou em vão ocupar uma vaga no Conselho de Segurança da Liga das Nações. E hoje, o Brasil ocupa uma vaga no Conselho de Segurança na ONU?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

CAPÍTULO

6 A REVOLUÇÃO RUSSA

Você já tinha ouvido falar do Museu Hermitage? Sabia que esse museu surgiu do Palácio de Inverno, residência da maioria dos czares russos? Já ouviu falar do czarismo? E dessa revolução que dá título ao capítulo, você já tinha ouvido falar? Que relação ela pode ter com a história de outros povos e lugares?

POPOVA VALERIYA/SHUTTERSTOCK.COM

Ao lado, vista interna e, abaixo, vista externa do Museu Hermitage, localizado em São Petersburgo, na Rússia, 2014.

MARCO RUBINO/ SHUTTERSTOCK.COM

93

Texto de apoio

O Museu

Em 1852, o primeiro museu da Rússia abriu suas portas para os visitantes no edifício Novo Hermitage. A tradição de colecionar peças de arte, que começou com Catarina, a Grande, tornou-se assunto do Estado.

Leo von Klenze, arquiteto responsável pelo projeto do Museu Hermitage, caracterizou o estilo do prédio como austero, mas de aparência monumental. O edifício é adornado com estátuas e baixos-relevos que aludem a artistas, arquitetos e escultores do passado. A larga fachada é repleta de motivos renascentistas e barrocos. [...]

Durante a Segunda Guerra Mundial, os nazistas invadiram a Rússia e as ordens de Hitler sobre São Petersburgo diziam que a cidade deveria ser banida da face da Terra [...]. As obras do Hermitage foram preservadas por seus funcionários, que evacuaram cerca de 1,2 milhão de obras e transportaram as que eram grandes demais para serem evacuadas para o subsolo, protegendo-as com sacos de areia. Os funcionários passaram a morar no museu junto com suas famílias, artistas e intelectuais. O prédio sofreu danos consideráveis, mas o acervo foi preservado.

MUSEU Hermitage: São Petersburgo. **Coleção Folha Grandes Museus do Mundo**. Disponível em: <http://grandesmuseus.folha.com.br/livro-16.shtml>. Acesso em: 8 nov. 2018.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender à habilidade **EF09HI11** da BNCC, citada a seguir:

– Identificar as especificidades e os desdobramentos mundiais da Revolução Russa e seu significado histórico.

ENCAMINHAMENTO

Professor: partiu-se de uma construção imponente e exuberante, que possui uma grande quantidade de pinturas, aquarelas, gravuras e desenhos dos tempos do último czar russo, Nicolau II, para iniciar uma aula dialogada sobre a Revolução que pôs fim ao czarismo na Rússia.

Sobre o Hermitage disse um estudioso:

Localizado às margens do rio Neva, em São Petersburgo, o Hermitage nasceu a partir do Palácio de Inverno, ponto central do local e que serviu de residência para praticamente todos os Czares russos. Em 1764, com a imperatriz Catarina II, a coleção da instituição se iniciou a partir da aquisição de uma coleção de 225 pinturas flamengas e alemãs. Hoje, os czares deram lugares a uma equipe de curadores coordenada por Mikhail Piotrovsky que possui à sua disposição [...] cerca de 3 milhões de peças alocados em duas mil salas de dez prédios. [...]

MORESCHI, Bruno. O museu como ideia: o não olhar nos museus Hermitage, St. Petersburgo (Rússia); e Ateneum, Helsinque (Finlândia). In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais...** Brasília: ANPUH, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502225552_ARQUIVO_Omuseucomoideia-OnaoolharnosmuseusHermitageeAteneum_BrunoMoreschi.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

DIGITAL

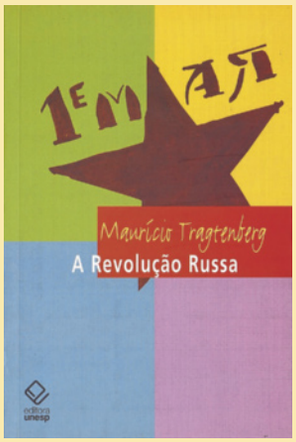
ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: A RÚSSIA czarista e as origens da Revolução: um ensaio. Disponível em: <http://livro.pro/extmkn>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Dica de leitura

- TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Editora Unesp 2007.

O livro traz um panorama da sociedade no período anterior à Revolução Russa e as consequências desse conflito.



EDITORA UNESP

A Rússia czarista

Czar: soberano tido como eleito por Deus e que, além disso, tinha o título de *autokrator*, isto é, "chefe do exército". A palavra czar vem do latim *caesar*.

No final do século XIX, o Império Russo era o maior país do mundo (22 milhões de km²) e abrigava uma população de cerca de 160 milhões de habitantes, composta de dezenas de povos com línguas e costumes próprios.

O regime político era a Monarquia absolutista e todo o poder se concentrava nas mãos do **czar**. Ele nomeava e demitia ministros conforme sua vontade, censurava jornais e revistas e decidia em nome da Nação. De 1613 a 1917, o Império Russo foi governado pelos czares da dinastia Romanov. O czar e sua família, a nobreza (os boiardos) e o clero ortodoxo possuíam enormes privilégios e eram donos da maior parte das terras russas.

A maioria da população do império vivia no campo. Uma parte desses camponeses era formada por arrendatários; já a maioria deles, *os* mujiques, era explorada por seus senhores, pagava ao governo altos impostos pelo uso da terra e, por isso, vivia pobremente. Eram eles os mais atingidos pelo analfabetismo, pelas doenças e pelas crises de fome que assolavam o país com frequência.

Por isso, na história da Rússia imperial, ocorreram várias rebeliões camponesas. A maior delas foi a **Rebelião Pugatchev** (1773-1775), que só foi derrotada pelo exército czarista depois de muita luta.

DOMAT SOKOLIN/PASS/GETTY IMAGES

Fiéis após uma procissão religiosa em homenagem ao czar Nicolau II, o último imperador da Rússia. Fotografia de 2017. Ícones são imagens pintadas ou esculpidas de Cristo, da Virgem e dos santos. No "ícone" desta foto, ao centro, o último imperador russo, Nicolau II (1895-1917), e sua família estão representados como figuras sagradas, que lembram, na expressão e nos gestos, Jesus, a Virgem Maria e os santos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Rebeliões camponesas

A reação dos camponeses, tanto russos como não russos, diante da extensão da servidão [...] assumiu duas formas: a fuga ou a luta contra a opressão. [...] Na fronteira sudoeste e do médio Volga, houve mais do que rebeliões; verdadeiras guerras civis que abalaram profundamente o Estado. Tornaram-se famosos na história russa os movimentos chefiados por Bolotnikov (1606-07), Stenka Razin (1670-71), Bulavin (1707-08) e Pugatchev (1773-75). [...] Nessas guerras civis aparecem certos aspectos que se repetem, cuja análise facilitará a compreensão do campesinato e da história social da Rússia durante os dois séculos e meio anteriores à extinção da servidão.

Em primeiro lugar, cada uma dessas revoltas foi iniciada pelos cossacos do Don ou do Ural, com exceção da revolta de Bolotnikov. [...] Em segundo lugar, a importância básica dessas rebeliões consistia no fato de terem promovido a união dos cossacos com os servos e outras categorias camponesas. [...] Em terceiro lugar, Pugatchev, além de ter mobilizado os cossacos e camponeses, também contou com o apoio de trabalhadores diaristas, artesãos e muitos burocratas de escalão inferior, pequenos comerciantes e soldados rasos de guarnições. [...] Em quarto lugar, três das rebeliões abrangeram tanto russos como não russos [...].

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 42-44.

A modernização e a indústria

Outra resposta dos camponeses à pobreza e à opressão czarista foi migrar do campo para as cidades. Entre 1863 e 1914, a população urbana da Rússia mais que triplicou: passou de 6 milhões para 18,3 milhões. Nas cidades, esses trabalhadores buscavam emprego nas indústrias nascentes.

Na segunda metade do século XIX, o Império Russo estava se industrializando graças à entrada de capitais estrangeiros (alemães, franceses e belgas) e à mão de obra farta e barata, vinda do campo. A industrialização era impulsionada também pela exploração do petróleo, pela produção de aço e pela construção de ferrovias, entre as quais a **Transiberiana**. No governo do czar Nicolau II (1894-1917), o capitalismo russo continuou se desenvolvendo e surgiram centros industriais em cidades como São Petersburgo, Moscou e Kiev.

Transiberiana: ferrovia que atravessa grande parte do território russo, de Moscou à Manchúria, e era na época de sua construção (1891-1916) a maior do mundo.

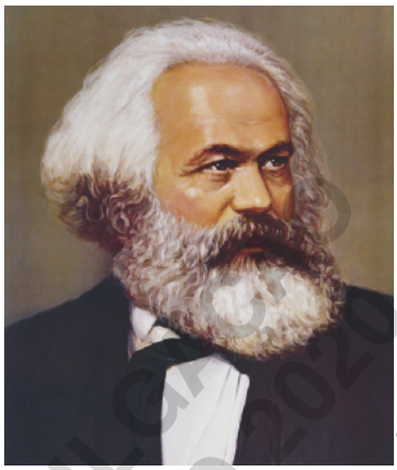
Nas fábricas, porém, os salários eram muito baixos, os riscos de acidentes, altos, e a jornada de trabalho chegava a 14 horas por dia. Reagindo a isso, o operariado russo promovia greves e passeatas; essas manifestações, no entanto, eram reprimidas, sempre com muita violência, pela polícia czarista, a *Okhrana*. Esse contexto opressivo facilitou a entrada de ideias socialistas nos meios operários e intelectuais da Rússia.

O socialismo

No século XIX, em meio às lutas do operariado europeu por melhores condições de trabalho e de vida, dois pensadores alemães, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), criaram uma corrente dentro do socialismo à qual eles próprios deram o nome de socialismo científico. As principais ideias dessa doutrina, também conhecida como marxismo, estão contidas em duas obras: **O capital** e **O manifesto comunista**.

A doutrina marxista propõe a transformação da sociedade visando à repartição da riqueza e a uma maior igualdade social. Opõe-se ao liberalismo, critica a injustiça social e propõe o advento de uma sociedade sem classes.

Retrato de Karl Marx. Escola chinesa, c. 1970.



COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

IMAGENS EM MOVIMENTO

- TRANSIBERIANA e a vida na Sibéria. Duração: 6 min. Disponível em: <http://livro.pro/qtp9x5>. Acesso em: 4 nov. 2018.

Reportagem brasileira sobre a ferrovia.

Dica de leitura

- FITZPATRICK, Sheila. **A Revolução Russa**. São Paulo: Todavia Livros, 2017.

A autora traz importante contribuição acerca da Revolução Russa, seu impacto na sociedade do século XX e o seu legado para os dias de hoje.

EDITORA TODAVIA

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A industrialização russa

[...] Foi somente na década de 1890 – mais de meio século depois da Grã-Bretanha – que a Rússia assistiu a um crescimento em larga escala da indústria e uma expansão urbana. Mesmo assim, a criação de uma classe operária urbana permanente era inibida pelos termos da Emancipação dos servos dos anos 1860, que os mantinha amarrados às aldeias. Operários de primeira geração, oriundos predominantemente do campesinato, constituíam grande parte da classe operária russa; poucos eram anteriores à segunda geração de operários e habitantes das cidades. Embora historiadores soviéticos aleguem que mais da metade dos operários industriais às vésperas da Primeira Guerra Mundial eram pelo menos de segunda geração, esse cálculo claramente inclui operários e camponeses *otkhódniki* cujos pais tinham sido *otkhódnikz*.

A despeito dessas características [...], a indústria russa era, em alguns aspectos, bastante avançada na época da Primeira Guerra Mundial. O setor industrial moderno era pequeno, mas singularmente concentrado, tanto em termos geográficos (sobretudo nas regiões em torno de São Petersburgo, de Moscou e do Donbás ucraniano) como no tamanho das unidades fabris. Como indicou Gerschenkron, o atraso comparativo tem suas vantagens: ao industrializar-se tardiamente, com a ajuda de investimento estrangeiro em larga escala e vigoroso envolvimento estatal, a Rússia conseguiu saltar alguns dos estágios iniciais, adotar uma tecnologia relativamente avançada e rumar rapidamente para uma produção moderna de larga escala. Empresas como a famosa metalúrgica Putílov, com sua unidade de produção de máquinas em São Petersburgo, e as indústrias metalúrgicas de propriedade amplamente estrangeira do Donbás empregavam milhares de operários.

FITZPATRICK, Sheila. **A Revolução Russa**. São Paulo: Todavia Livros, 2017. p. 33-34.

Textos de apoio

Partidos políticos

[...] **Menchevique**. Esse partido inclui todas as matizes de socialistas que acreditam que a sociedade deve avançar para o socialismo por uma evolução natural e que a classe trabalhadora deve, primeiro, conquistar o poder político. É também nacionalista. Era o partido dos intelectuais socialistas, o que significa que, estando todas as possibilidades de educação nas mãos das classes proprietárias, os intelectuais reagiram instintivamente à sua própria formação e acabaram por se aliar às classes proprietárias. [...]

[...] **Bolcheviques**. [...] autointitulado Partido Comunista, com o propósito de enfatizar sua total separação em relação à tradição de socialismo "moderado" ou "parlamentar" que ainda caracteriza os mencheviques e os assim chamados "socialistas majoritários" em todos os países. Os bolcheviques propunham a insurreição proletária imediata e a tomada das rédeas do governo, a fim de acelerar o advento do socialismo por meio da tomada à força da indústria, das terras, dos recursos naturais e das instituições financeiras. Esse partido expressa sobretudo os anseios dos operários fabris, mas também de boa parte dos camponeses pobres. [...]

REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2010. p. 40-41.

Lênin × Martov

A questão do partido, na Rússia czarista, nasceu da divergência entre Lênin e Martov, no II Congresso do POSDR, a respeito do primeiro artigo do estatuto partidário. Martov propunha: "É membro do POSDR quem aceita o seu programa e sustenta o partido, materialmente ou **mediante uma cooperação regular desenvolvida sob a direção de um de seus organismos**". Ao que Lênin respondeu: "É membro do partido quem aceita seu programa e sustenta o partido, materialmente ou **através da sua participação pessoal na atividade de um de seus organismos**". [...] a divergência, aparentemente sutil e menor, ocultava uma divergência maior em torno de que tipo de partido (parlamentar ou revolucionário) para que tipo de atividade (eleitoral ou revolucionária). Mas o que pareceu ser, inicialmente, uma divergência em torno de métodos para construir um partido operário na Rússia, concluiu com o tempo revelando-se como uma divergência acerca do programa e da época histórica mundial que cindiu o movimento operário internacional. O papel de Lênin foi o de colocar as bases para a constituição de um partido operário militante na revolução, não só propagandístico ou eleitoral [...].

COGGIOLA, Oswaldo. Realidade e lenda do bolchevismo. In: COTRIM, Ana; COTRIM, Vera (Org.). **Todo poder aos sovietes!** A Revolução Russa 100 anos depois. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 183.

Em **O manifesto comunista**, Marx e Engels afirmavam que o motor da história é a luta de classes. Na Roma Antiga, diziam eles, o que moveu a história foi a luta entre patrícios e plebeus. Na sociedade industrial capitalista do século XIX, a luta era entre a classe burguesa e o **proletariado**. Este faria a revolução, derrubaria a burguesia do poder e instalaria uma ditadura. Nesse novo governo, os bens individuais, como terras, fábricas e máquinas, seriam estatizados, isto é, passariam ao controle do Estado.

Proletariado: conjunto de trabalhadores assalariados do campo e da cidade.

Por meio do lema "Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos", Marx e Engels incentivavam operários do mundo inteiro a se organizar em partidos e sindicatos para lutar pelo fim do capitalismo e pela construção do socialismo.

O socialismo na Rússia

O ambiente de grande revolta e pobreza e as traduções das obras de Marx para o russo facilitaram a penetração do socialismo no país. Com base nelas, intelectuais e operários russos organizaram vários grupos políticos de tendência socialista, que em 1898 se juntaram para formar o **Partido Operário Social-Democrata Russo** (POSDR). Esse partido foi duramente perseguido, sendo logo desmantelado pela polícia do czar, que prendeu vários de seus membros. Porém, seus principais líderes, Vladimir Ulianov (1870-1924), o **Lênin**, e Lev Bronstein (1879-1940), o **Trotsky**, deixaram a Rússia e voltaram a se organizar no exterior.

Havia, no entanto, divergências internas entre os socialistas russos; essas divergências ficaram evidentes durante um Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, realizado em 1903. Observe o quadro.

Líder principal	Estratégia	Objetivo
Lênin	Confiar a luta revolucionária a um partido centralizado, disciplinado, que unisse soldados, operários e camponeses.	Conquistar o poder por meio da revolução socialista.
Martov	Promover uma revolução burguesa contra o czarismo, e, depois, chegar ao socialismo pela via eleitoral.	Aliar-se à burguesia para chegar ao poder e depois evoluir para o socialismo por meio de eleições.

A maioria dos presentes votou nas teses de Lênin e, por isso, foram chamados de **bolcheviques** (de "maioria", em russo). Já seus opositores ficaram conhecidos como **mencheviques** (de "minoria", em russo).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

96

A rebelião popular de 1905

Indiferente à situação de penúria de seu povo, o governo da Rússia se envolvia em disputas imperialistas. Em 1904, entrou em guerra contra o Japão pelo controle da **Manchúria**. Os efeitos do conflito sobre os mais pobres e os baixos salários pagos aos trabalhadores levaram à explosão de uma revolta operária em São Petersburgo. Em um domingo de 1905, operários em greve e suas famílias caminharam desarmados pelas ruas de São Petersburgo cobertas de neve em direção ao Palácio de Inverno, sede do governo czarista, com um abaixo-assinado para ser entregue ao czar. Leia-o com atenção.

Manchúria: região rica em minérios, situada no nordeste da China.

> Majestade. Nós, trabalhadores e habitantes de São Petersburgo, nossas mulheres, nossos filhos e nossos parentes velhos e desamparados, vimos à vossa presença, majestade, buscar verdade, justiça e proteção. Fomos transformados em pedintes, somos oprimidos, estamos à beira da morte. [...] Paramos o trabalho e dissemos aos nossos patrões que não recomeçaremos enquanto não aceitarem nossas reivindicações. Não pedimos muito: a redução da jornada de trabalho para oito horas, o estabelecimento de um salário mínimo de um rublo por dia e a abolição do trabalho extraordinário.
>
> Os oficiais levaram o país à ruína completa e o envolveram numa guerra vergonhosa. [...]
>
> Estas coisas, majestade, trouxeram-nos diante de vosso palácio. [...] Não recusai ajuda a vosso povo. Destruí o muro que se levanta entre vós e vosso povo. [...].
>
> VALLADARES, Eduardo; BERBEL, Márcia. **Revoluções do século XX**. São Paulo: Scipione, 1994. p. 24.

O documento não chegou a ser entregue ao czar, pois ele mandou que seus soldados atirassem contra a multidão à queima-roupa. Muitos manifestantes foram mortos e milhares deles ficaram feridos. O episódio ficou conhecido como **Domingo sangrento**.

SOVFOTO/UIG/GETTY IMAGES

Domingo sangrento, pintura de Ivan Vladimirov que representa o massacre dos trabalhadores pelas tropas do governo czarista em frente ao Palácio de Inverno, São Petersburgo, 1905.

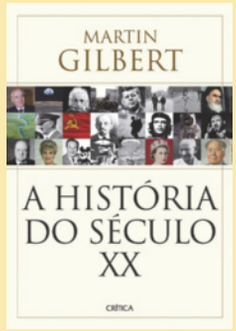
IMAGENS EM MOVIMENTO

- DOMINGO sangrento. Duração: 2min31s. Disponível em: <http://livro.pro/rvxtuy>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Cenas de um dos filmes do cineasta Sergei Eisenstein sobre o Domingo sangrento e as revoltas posteriores.

Dica de leitura

- GILBERT, Martin. **A história do século XX**. Planeta, 2016.



EDITORA PLANETA

Uma síntese da história do século XX; acontecimentos importantes e seus personagens.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O domingo sangrento

Em São Petersburgo, as tensões estavam se acumulando como resultado da demissão de quatro trabalhadores da fábrica Putilov, a maior fábrica da capital russa. Quando os trabalhadores da fábrica Putilov entraram em greve, foram amplamente apoiados: em 7 de janeiro de 1905, mais de 80 mil pessoas de empresas espalhadas pela cidade entraram em greve, derrubando o suprimento de eletricidade da capital. Uma manifestação em massa foi planejada para exigir aumento salarial e reformas liberais. No dia 8 de janeiro, o líder da manifestação, padre Gapon, informou o czar que o movimento seria pacífico e que uma petição seria apresentada, a qual, esperava-se, o czar viria receber pessoalmente, já que os manifestantes não confiavam em seus ministros. [...] No domingo, dia 9 de janeiro, padre Gapon [...] liderou milhares de homens desarmados, mulheres e crianças em direção ao centro da cidade, cantando hinos e carregando cruzes e cartazes religiosos. À medida que se aproximavam do Palácio de Inverno, tropas cossacas tentaram expulsá-los com chicotadas, mas a multidão era muito grande e muito determinada em seu objetivo para ser impedida por chicotes. Então os cossacos usaram seus rifles e espadas.

GILBERT, Martin. **A história do século XX**. São Paulo: Planeta (Crítica), 2016. p. 43.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: A VIDA na Rússia antes da Primeira Guerra Mundial. Disponível em: <http://livro.pro/wnjh67>; e O ENCOURAÇADO Potemkin, Outubro e a Revolução Russa: usos da história no processo criativo de Sergei Eisenstein. Disponível em: <http://livro.pro/fimck2>. Acessos em: 8 nov. 2018.

Dica de filme

- ENCOURAÇADO Potemkin. Direção: Serguei Eisenstein. 1925.

Texto de apoio

O filme Encouraçado Potemkin

[...] **O Encouraçado Potemkin** é, certamente, o filme de Eisenstein que penetrou mais fortemente nas largas massas de público de todo o mundo. Entretanto a versão hoje apreciada já não é a original, sobrevivem diversas versões diferentes, todas incompletas e complementares.

Diversos são os aspectos que fizeram de **O Encouraçado** marco na história do cinema: primeiramente a rigorosa estrutura; concebido como um drama de cinco atos, 1º) Os Homens e os Vermes; 2º) O Drama do Castelo da Popa, ou, O Incidente na Baía de Verna; 3º) O Sangue Clama Vingança; 4º) A Escadaria de Odessa; 5º) A Passagem da Esquadra. Decorrente dessa estrutura, o filme segue duas linhas de força: a particular, que diz respeito a cada um dos atos, e a global, que se refere à totalidade do filme.[...]

Populares reagiram ao Domingo sangrento promovendo uma série de greves e revoltas. A mais famosa delas foi a revolta dos marinheiros do **Encouraçado** Potemkin contra os castigos corporais e a fome a que eram submetidos na marinha czarista. A onda de rebeldia culminou com levantes populares organizados pelos **sovietes**.

BUYENLARGE/ARCHIVE PHOTOS/GETTY IMAGES

Georgii Stenberg (1900-1933) e Vladimir Stenberg (1899-1982), *designers* russos. Repare na ideia de movimento e uso alternativo das cores na criação desses dois artistas, c. 1905.

Encouraçado: navio destinado ao combate, armado de canhões e revestido por grossas couraças.

Sovietes: conselhos de deputados eleitos por operários, camponeses e soldados.

Enquanto isso, a Rússia era derrotada na guerra contra o Japão, e o czarismo saía do conflito desmoralizado. Pressionado pelo povo, o czar convocou a Duma, uma assembleia composta de deputados eleitos pela população. Mas logo em seguida, vendo-se fortalecido, dissolveu a Duma e voltou a governar de forma autoritária.

Em 1914, decidida a controlar o acesso ao Mar Mediterrâneo pelo Mar Negro, a Rússia czarista entrou na Primeira Guerra Mundial. O Império Russo lançou contra os alemães cerca de 13 milhões de soldados, mas esse exército numeroso carecia de fuzis, botas, cobertores e, sobretudo, de treinamento adequado. O resultado foi trágico: em pouco tempo cerca de 3 milhões de soldados foram mortos. A população civil também foi fortemente atingida pelo desemprego, pela inflação e pela fome.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A utilização da metáfora (já feita em **A Greve**) também encontra neste filme exemplos mais sólidos e firmados: o balancear das mesas suspensas quando da recusa em comer (cujo ritmo é fator de tensão meramente mecânico, mas cuja interpretação pode ser entendida como expressão de certa indecisão, de certo movimento, ainda só pendular, que a qualquer momento poderá arrebentar as amarras), ou a célebre cena dos leões de pedra erguendo-se. O filme também apresenta diversas marcas intertextuais: o grito "um por todos, todos por um"; a mulher segurando a criança morta na escadaria de Odessa, cena que representa claramente a Pietá. [...]

MACHADO, Isabel Pitta Ribeiro. **A parte invisível do olhar**: audiodescrição no cinema: a constituição das imagens por meio de palavras – uma possibilidade de educação visual para a pessoa com deficiência visual no cinema. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285178/1/Machado_IsabelPittaRibeiro_M.pdf>. Acesso em: 13. nov. 2018.

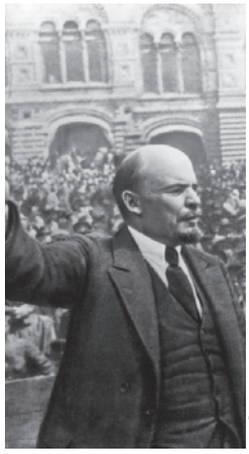
O processo revolucionário

O povo culpava o czar Nicolau II pelas sucessivas derrotas e pela permanência da Rússia na Primeira Guerra. Uma onda de protestos com saques a armazéns e lojas se alastrou pelo país. Em 23 de fevereiro de 1917 no **calendário juliano**, tecelãs e operários de São Petersburgo marcharam em direção ao prédio do governo. Muitos soldados do exército czarista também se juntaram aos rebeldes. E, unidos a eles, invadiram o Palácio de Inverno, derrubaram o imperador e proclamaram a República. Formou-se então um governo provisório.

O governo provisório

O governo provisório, liderado por políticos moderados, como o advogado Alexander Kerenski, procurou diminuir a insatisfação popular libertando os presos políticos, concedendo liberdade de imprensa e permitindo a volta dos exilados. Mas contrariou os anseios do povo ao declarar que a Rússia continuaria na guerra.

O líder bolchevique, Vladimir Lênin, que se encontrava exilado, retornou à Rússia em abril de 1917 e passou a defender a derrubada do governo provisório, a retirada da Rússia da guerra e a repartição de terras entre os camponeses. Os lemas defendidos por Lênin eram: "Paz, terra e pão" e "Todo poder aos sovietes". Com o agravamento da situação social provocada pela permanência da Rússia na guerra, as ideias de Lênin foram ganhando força entre a população.



COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

Vladimir Lênin discursa na Praça Vermelha, no primeiro aniversário da Revolução Bolchevique. Moscou, Rússia, 1918.

No dia 24 de outubro de 1917, tinha início a Revolução: os bolcheviques, liderados por Lênin e Trotsky – comandante da **Guarda Vermelha** –, ocuparam os prédios públicos da cidade de São Petersburgo, inclusive o Palácio de Inverno, e no dia seguinte assumiram o poder. O governo da Rússia passou às mãos dos bolcheviques, sob a liderança de Lênin, no cargo de presidente do Conselho de Comissários do Povo. A bandeira comunista foi hasteada no Palácio de Inverno pela primeira vez.

Calendário juliano: a Rússia adotava o calendário juliano, criado com a reforma introduzida pelo general romano Júlio César em 45 a.C., que tem uma diferença de 13 dias em relação ao calendário gregoriano, adotado pelo Ocidente com a reforma introduzida pelo papa Gregório XIII (1502-1585). Assim, o dia 23 de fevereiro na Rússia correspondia ao dia 8 de março, no Ocidente.

Guarda Vermelha: força militar composta de trabalhadores e soldados.

KARL WEATHERLY/CORBIS/GETTY IMAGES

Bandeira comunista. A foice e o martelo juntos representam a aliança entre os camponeses e os operários.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: OUTUBRO de 1917: Revolução Russa, com Lenin e Trotsky, marca o século XX. Disponível em: <http://livro.pro/6egwrm>. Acesso em: 18 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- LÍDERES polêmicos: Lenin. Duração: 50min39s. Disponível em: <http://livro.pro/9j6kof>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Documentário sobre a vida e a história de Vladimir Lênin.

Texto de apoio

A Revolução de Outubro

Em fevereiro de 1917, Lenin era um emigrante político quase anônimo, perdido em Zurique, sem contatos confiáveis na Rússia, informando-se sobre os eventos basicamente pela imprensa suíça; em outubro de 1917 ele liderava a primeira revolução socialista bem-sucedida no mundo. O que aconteceu entre esses dois momentos? Em fevereiro, Lenin percebeu imediatamente a possibilidade revolucionária, o resultado de singulares circunstâncias contingentes – se o momento não fosse aproveitado, a possibilidade da revolução seria postergada, talvez por décadas. Em sua insistência obstinada de que se deveria correr o risco e prosseguir para o próximo estágio – ou seja, repetir a revolução –, ele estava só, ridicularizado pela maioria dos membros do comitê central de seu próprio partido [...]. Mesmo que a intervenção pessoal de Lenin tenha sido indispensável, contudo, não devemos transformar a história da Revolução de Outubro na história de um gênio solitário, confrontado com as massas desorientadas e gradualmente impondo suas ideias. Lenin triunfou porque seu apelo [...] encontrou eco naquilo que se poderia chamar de micropolítica revolucionária: a incrível explosão da democracia popular, de comitês locais surgindo em torno de todas as grandes cidades da Rússia e, ignorando a autoridade do governo "legítimo", tomando a situação em suas próprias mãos. Essa é a história não contada da Revolução de Outubro, o oposto do mito de um pequeno grupo de revolucionários implacavelmente dedicados que deram um golpe de Estado.

ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Às portas da revolução**: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 10-11.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: "NENHUM milímetro"! A paz de Brest-Litovsk segundo Victor Serge. Disponível em: <http://livro.pro/5bj7ca>. Acesso em: 8 nov. 2018.

O governo de Lênin e a guerra civil

O governo bolchevique liderado por Lênin adotou várias medidas de grande repercussão social:

- propôs a paz aos alemães: em 3 de março de 1918, a Rússia saía da guerra, assinando com a Alemanha o Tratado de Brest-Litovsk;
- confiscou as terras da família real, dos nobres e da Igreja Ortodoxa e distribuiu-as entre os camponeses;
- estatizou a economia: indústrias, bancos e estradas de ferro passaram a ser dirigidos pelo governo russo;
- estabeleceu a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Exército Vermelho: organização que teve sua origem na Guarda Vermelha. Trotsky organizou, disciplinou e ampliou os efetivos da Guarda Vermelha formando, assim, o Exército Vermelho.

A guerra civil

Essas medidas foram mal recebidas pelos monarquistas, mencheviques e liberais, que, com a ajuda das potências capitalistas (Inglaterra, Estados Unidos e Japão), formaram o Exército Branco para combater a Revolução de Outubro.

Seus opositores, os bolcheviques, organizaram o **Exército Vermelho**, comandado por Trotsky. Teve início, então, uma sangrenta guerra civil entre os dois exércitos, que se estendeu por três longos anos (1918-1921).

Dica! Vídeo sobre a vida de Leon Trotsky. Duração: 52 min. Disponível em: <http://livro.pro/2vnceg>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Durante essa guerra civil, o governo bolchevique:

a) adotou o **comunismo de guerra**, ou seja, manteve um rígido controle sobre a produção industrial e agrícola e o comércio;

b) confiscou a produção agrícola dos camponeses para manter o esforço de guerra;

c) criou tribunais que condenavam sem julgamento todos aqueles que eram considerados inimigos da Revolução; na ocasião, o czar e sua família foram condenados e mortos.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

A guerra civil terminou com a vitória dos bolcheviques. Ao fim do conflito, porém, a economia encontrava-se totalmente arrasada e o povo russo, esgotado e empobrecido. A fome tinha tirado a vida de milhões de pessoas.

Desembarque do exército estadunidense em Vladivostok, Rússia, como parte de um esforço maior das potências ocidentais e do Japão para apoiar o Exército Branco contra os bolcheviques durante a guerra civil (1918-1921).

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

Guerra Civil e autoritarismo

A Guerra Civil sem dúvida teve um enorme impacto sobre os bolcheviques e a jovem República Soviética. Ela polarizou a sociedade, causando ressentimentos e cicatrizes duradouros; e a intervenção estrangeira criou um permanente temor soviético de um "cerco capitalista" com elementos de paranoia e xenofobia. A Guerra Civil devastou a economia, levando a indústria quase à paralisação e esvaziando as cidades. Isso teve consequências tanto econômicas como sociais, pois significou uma desintegração e uma dispersão ao menos temporárias do proletariado industrial – a classe em cujo nome os bolcheviques tomaram o poder.

[...]

Na avaliação de um historiador, a experiência da Guerra Civil "militarizou a cultura política revolucionária do movimento bolchevique", deixando uma herança que incluía "prontidão para recorrer à coerção, governo por decreto administrativo (administrírovanie), administração centralizada [e] justiça sumária". Essa visão das origens do autoritarismo soviético (e stalinista) é, em muitos aspectos, mais satisfatória que a interpretação ocidental tradicional, que enfatiza a herança pré-revolucionária do partido e a defesa de Lênin da organização partidária centralizada e da disciplina estrita [...].

FITZPATRICK, Sheila. **A Revolução Russa**. São Paulo: Todavia Livros, 2017. p. 107-108.

A NEP: Nova Política Econômica

Diante dessa situação de penúria, o governo de Lênin adotou medidas capitalistas ao lado das socialistas. Combinavam-se, assim, princípios socialistas com práticas capitalistas. Essa "Nova Política Econômica", conhecida como NEP:

a) incentivou o comércio e a formação de pequenas e médias empresas privadas, dando origem a um grupo de empreendedores que apoiavam o governo socialista;

b) permitiu aos camponeses vender o excedente de suas colheitas no mercado interno;

c) liberou a entrada de capitais estrangeiros na Rússia sob a forma de empréstimos e investimentos.

A NEP conseguiu que a agricultura russa se recuperasse, mas a indústria e o comércio continuaram em uma situação difícil.

AKG-IMAGES/FOTOTECA GILARDI/ALBUM/FOTOARENA

A manufatura que você vê na fotografia é resultado do incentivo dado pela NEP de Lênin. URSS, 1926.

A formação da URSS

A flexibilidade na economia, porém, não correspondeu a uma abertura na política. Ao contrário, implantou-se uma ditadura do Partido Comunista, novo nome do grupo bolchevique: suprimiu-se a liberdade de pensamento e de imprensa e obrigaram-se os sindicatos e os sovietes a obedecer a ordens. Em dezembro de 1922, um grande congresso reunindo os diferentes povos que habitavam o território russo fundou a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas** (URSS). Formou-se um governo composto de representantes das várias repúblicas, sendo a Rússia a principal delas.

DIALOGANDO

a) Cite os mares e oceanos que banhavam a URSS.

b) Indique os países com os quais ela fazia fronteira.

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS (1922)

SELMA CAPARROZ

Fonte: HAYWOOD, John. **Atlas histórico do mundo**. Colônia: Köneman, 1999. p. 204.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A formação das Repúblicas Soviéticas

O avanço de movimentos nacionalistas no Leste Europeu e o desmantelamento de dois impérios multinacionais no início do século XX, respectivamente o Otomano e Austro-Húngaro, acirraram os debates sobre a chamada "questão nacional" na Rússia. Antes mesmo da Revolução de Outubro de 1917, a situação das diversas minorias étnicas que habitavam a periferia do Império Russo já preocupava os círculos bolcheviques. Em seus manuscritos, Lenin e Stalin ressaltaram que a remodelação das relações da Rússia central com a periferia era imprescindível para pôr fim ao imperialismo colonial. Nessa direção, um dos primeiros documentos adotados pelo governo soviético, ainda em novembro de 1917, foi a Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia, garantindo importantes prerrogativas às diversas nacionalidades do extinto Império.

No período pós-Revolução as relações centro-periferia viriam a ganhar relevância ainda maior, uma vez que o apoio das regiões ao novo governo era decisivo para sustentar o regime estabelecido e frustrar as tentativas de forças restauradoras em retomar o poder. Importantes reformas foram adotadas visando ampliar a participação das etnias não russas na administração pública das regiões periféricas – dentre as principais, a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1922.

FERRARO JUNIOR, Vicente Giaccaglini. O etnofederalismo e a formação das repúblicas Soviéticas: reflexões sobre a questão nacional e os impactos das políticas étnicas adotadas após a Revolução Russa. **Anais do 6º Encontro ABRI**, Belo Horizonte, jul. 2017. Disponível em: <www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498367680_ARQUIVO_V.G.FerraroJr.-OEtnofederalismoeaFormacaodasRepublicasSovieticas.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: UNIÃO Soviética: da Nova Política Econômica (NEP) à construção do "socialismo num só país". Disponível em: <http://livro.pro/5dqdfg>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Dialogando

a) Mar Cáspio, Mar Negro, Oceano Glacial Ártico e o Oceano Pacífico.

b) Mongólia, Cazaquistão, Azerbaijão, Geórgia, Ucrânia, Belarus, Letônia, Estônia e Finlândia.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: A MANIPULAÇÃO de imagens pelos soviéticos, muito antes da era das '*fake news*'. Disponível em: <http://livro.pro/o564vb>. Acesso em: 8 nov. 2018.

A ditadura stalinista

No governo, como maior autoridade do Partido Comunista da URSS, Stalin implantou uma ditadura brutal que perdurou até 1953, ano de sua morte. Essa sangrenta ditadura, conhecida como **stalinismo**, tinha as seguintes características:

- **sistema de partido único**: não se admitia nenhum tipo de oposição e uma simples suspeita era suficiente para que o cidadão fosse mandado para os campos de trabalho forçado, os *gulags*, muitos deles na Sibéria;
- **opressão às nacionalidades**: o governo stalinista obrigou os povos não russos, como, por exemplo, os ucranianos, a adotarem o idioma russo e a viverem de acordo com as regras ditadas pelo governo;
- **burocratização do Estado**: a cúpula do Partido Comunista, militares de alta patente, funcionários públicos e técnicos graduados constituíram uma elite poderosa, conhecida como *nomenklatura*. Essa elite tinha uma série de privilégios e benefícios concedidos pelo Estado;
- **supressão da liberdade de imprensa e de pensamento**;
- **julgamentos forjados**: os adversários eram obrigados a confessar, sob tortura, que eram "traidores da pátria", sendo, em seguida, fuzilados. A propaganda tornou Stalin conhecido pelos comunistas do mundo todo como "grande irmão", "pai do povo" e "melhor amigo das crianças".

HENRY GUTTMANN/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

ULLSTEIN BILD/EASYPIX BRASIL

Enquanto J. Stalin deixava-se fotografar entre crianças e flores, à esquerda, enviava seus adversários para os campos de trabalho forçado (*gulags*), acima, 1939.

Texto de apoio

A ditadura stalinista

[...] Mas foi na plenária de fevereiro-março do Comitê Central em 1937 que Stálin, Mólotov e Nikolai Iejov (novo chefe da NKVD, como a polícia secreta foi rebatizada em 1934) deram o sinal que desencadeou a caça às bruxas. Por dois anos inteiros, em 1937 e 1938, altos dirigentes comunistas em todos os setores da burocracia – governo, partido, indústria, forças armadas e até a polícia – foram denunciados e presos como "inimigos do povo". Alguns foram fuzilados; outros desapareceram no Gulag. [...]

As dimensões totais dos expurgos, durante muitos anos objeto de especulação no Ocidente, estão começando a emergir à medida que pesquisadores investigam arquivos soviéticos, antes inacessíveis. De acordo com os arquivos da NKVD, o número de condenados em campos de trabalho de Gulag foi de meio milhão em dois anos a partir de 1º de janeiro de 1937, atingindo 1,3 milhão em 1º de janeiro de 1939. Neste último ano, 40% dos prisioneiros do *Gulag* tinham sido condenados por crimes "contrarrevolucionários", 22% eram classificados como "elementos socialmente nocivos ou socialmente perigosos", e os demais, em sua maioria, eram criminosos comuns. Muitas vítimas dos Expurgos eram executadas na prisão, sequer chegando ao Gulag. A NKVD registrou mais de 680 mil execuções assim em 1937-8. [...]

FITZPATRICK, Sheila. **A Revolução Russa**. São Paulo: Todavia Livros, 2017. p. 242-243.

Desdobramentos da Revolução Russa

Entre os principais desdobramentos da Revolução Russa podemos citar:

a) apresentou aos cidadãos e às nações a possibilidade de opção por outro sistema político-social;

b) garantiu igualdade de direitos às mulheres. A Constituição de 1918 garantia à mulher o direito ao divórcio, à herança, à educação e à formação profissional, o mesmo salário que o homem para empregos iguais, acesso a todos os postos de trabalho e direitos políticos iguais;

LANDER/SPUTNIK/AFP

Pilotas soviéticas. Da esquerda para a direita: Marina Raskova, Polina Osipenko e Valentina Grizodubova, 1938.

c) estimulou governantes europeus a cederem aos trabalhadores condições de vida mais saudáveis e mais dignas, até mesmo para evitar a propagação das ideias vindas da URSS. Entre esses direitos podemos citar o direito à assistência social e à previdência;

d) favoreceu as lutas pelas independências em vários países da África e da Ásia. Vários partidos políticos africanos que conduziram os processos de independência de seus países aderiram aos ideais socialistas vindos da URSS;

e) influenciou os movimentos operários de várias partes do mundo, inclusive do Brasil. Vários líderes operários brasileiros da Primeira República (1889-1930) aderiram ao comunismo.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: OS 100 ANOS da Revolução Russa de 1917, a constituição da Federação da Rússia e os direitos humanos. Disponível em: <http://livro.pro/dnpih5>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Dica de leitura

- SCHNEIDER, Graziela. **A revolução das mulheres**: emancipação feminina na Rússia soviética. São Paulo: Boitempo, 2017.

EDITORA BOITEMPO

O livro aborda a participação das mulheres na política e nos conflitos que contribuíram para a formação da URSS.

Texto de apoio

As vozes da revolução das mulheres

As mulheres foram e continuam sendo objeto de representações e análises privilegiadas feitas do ponto de vista do homem. Exemplo disso são os escritores e suas personagens femininas ou os pensadores que se dedicam a elaborar tratados sobre as mulheres, enquanto as vozes femininas reais – de mulheres revolucionárias, jornalistas, escritoras, poetas – escreviam silenciadas. [...] Os primórdios das manifestações de autoras russas a respeito da condição feminina começam a se evidenciar em escritos das décadas de 1830 e 1840, significativos em seu papel na formação de novas ideias. Já os anos 1850 podem ser considerados um marco na primeira onda do feminismo russo. O movimento avançou durante a segunda metade do século XIX, com as organizações e publicações inaugurais de mulheres, e atingiu seu ápice no início do século seguinte, em especial entre 1905 e 1917, com a intensa participação delas em mobilizações, congressos e protestos, até sua consolidação em meados dos anos 1920. [...] Nos anos de 1930 e 1940, com o stalinismo, a luta das mulheres toma novos rumos, devido à promoção de políticas retrógradas.

SCHNEIDER, Graziela. **A revolução das mulheres**: emancipação feminina na Rússia soviética. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 11.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. O governo provisório, liderado por políticos moderados, como o advogado Alexander Kerenski, procurou diminuir a insatisfação popular libertando os presos políticos, permitindo a volta dos exilados e concedendo liberdade de imprensa e associação. Mas contrariou os anseios do povo num ponto importante: declarou que a Rússia continuaria na guerra.
2. A divergência entre Kerenski e Lênin era quanto à retirada da Rússia da Primeira Guerra Mundial. Apesar do clamor do povo pedindo a saída de seu país do conflito, Kerenski optou pela manutenção do país na guerra.
3. a) O governo de Lênin propôs a paz aos alemães: em 3 de março de 1918, a Rússia saía da guerra, assinando com a Alemanha o Tratado de Brest-Litovsk; confiscou as terras da família real, dos nobres e da Igreja ortodoxa e distribuiu-as entre os camponeses; estatizou a economia: indústrias, bancos e estradas de ferro passaram a ser dirigidos pelo governo russo.
   b) A guerra civil russa durou de 1918 a 1921: de um lado estavam os monarquistas, liberais e mencheviques, defendidos pelo Exército branco e apoiados por potências estrangeiras; de outro, os bolcheviques e seu Exército Vermelho, comandado por Leon Trotsky. A guerra civil terminou com a vitória dos bolcheviques (exército vermelho).

Texto de apoio

A Revolução de fevereiro de 1917

Em fevereiro de 1917, a Revolução havia provocado um grande impacto na Europa. O levante popular que derrubaria a monarquia eclodiu espontaneamente nas ruas de Petrogrado no Dia Internacional da Mulher e a manifestação de tecelãs por pão se uniu a uma contestação generalizada do governo. [...] Aquela Revolução, entretanto, não rompeu com a estrutura do Estado russo, embora abolisse uma monarquia secular – o czar Nicolau II abdicou em nome do grão duque Mikhail, que não aceitou o poder. Formalmente emergiu da Duma um Governo Provisório chefiado pelo príncipe Lvov que não transgrediu os acordos internacionais e, fundamentalmente, manteve o país na Guerra. A radicalização popular crescente diante de um governo que estabelecia medidas trabalhistas, mas se negava a resolver o essencial (a questão agrária e a guerra) é que permitiu que a chegada de Lenin em abril cumprisse um papel decisivo no destino da Rússia.

SECCO, Lincoln. O centenário da Revolução Russa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 91, dez. 2017. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000300081>. Acesso em: 8 nov. 2018.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Em 23 de fevereiro, no calendário juliano, que corresponde ao dia 8 de março no calendário gregoriano adotado no Ocidente, tecelãs, operários e soldados invadiram o Palácio de Inverno, sede do governo russo, e puseram fim ao czarismo; o poder foi transferido para a Duma (uma espécie de Parlamento); instalou-se então um governo provisório chefiado inicialmente pelo príncipe Lvov e, logo depois, pelo deputado moderado Alexander Kerenski. Durante o governo provisório, Kerenski tomou uma série de medidas. Quais foram elas?

2. Leia a notícia publicada no **Jornal do Brasil**, de 30 de abril de 1917.

> **O socialista Lênin foi expulso de uma reunião por mostrar-se favorável à paz**
>
> NOVA YORK, 29 (A). – Um despacho procedente de Petrogrado informa que em uma reunião realizada ontem à noite, naquela Capital, deu-se um pequeno tumulto, sendo expulso o socialista Lênin, que protestava contra a continuação da guerra, fazendo críticas violentas aos atos do Governo Provisório.
>
> A GUERRA e suas consequências: Rússia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 abr. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_03&pasta=ano%20191&pesq=>. Acesso em: 31 out. 2018. Texto adaptado.

Pela leitura desse documento, podemos perceber que havia uma divergência importante entre o governo provisório de Kerenski e as ideias do bolchevique Lênin. Que divergência era essa? Como o governo de Kerenski se posicionou frente a essa questão?

3. Em outubro de 1917, os bolcheviques derrubaram o governo provisório e, sob a liderança de Vladimir Lênin, tomaram o poder.

a) Quais foram as primeiras medidas do governo de Lênin?

b) Essas medidas dividiram a sociedade russa, o que acabou provocando uma sangrenta guerra civil. Explique quem lutava contra quem na guerra civil russa e informe seu desfecho.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

104

4. Comentando o governo de J. Stalin, o historiador Eric Hobsbawm observou que:

[...] entre 1934 e 1939, 4 ou 5 milhões de membros e funcionários do partido foram presos por motivos políticos; quatrocentos ou quinhentos, executados sem julgamento; e o próximo (18º) Congresso do Partido, que se reuniu na primavera de 1939, continha [...] 37 sobreviventes dos 1827 delegados que tinham estado presentes no 17º, em 1934. [...] O que deu a esse terror uma desumanidade sem precedentes foi o fato de que não reconhecia limites convencionais nem de qualquer tipo.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 381.

a) A que partido o historiador está se referindo?

b) O que o texto permite concluir sobre o governo de Stalin? Use suas palavras.

c) De que forma o historiador caracteriza o governo de Stalin?

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PRESENTE

Leia o texto a seguir, de autoria da jornalista Dulce Furtado.

Justiça russa reconhece os Romanov como vítimas de repressão política

O último czar da Rússia, Nicolau II, e toda a sua família, assassinados pelos bolcheviques em 1918, foram ontem reconhecidos como vítimas de "repressão sem fundamento" pelo Supremo Tribunal russo, devendo por isso ser "reabilitados". A decisão, que não é passível de recurso, foi acolhida com satisfação pelos descendentes dos Romanov, assim como pela Igreja Ortodoxa russa. [...].

Mas o Partido Comunista recusa a avaliação feita ontem pelo Supremo. "Dizer que os nossos antepassados estavam errados é, no mínimo, falta de respeito. Não foram os bolcheviques [que executaram o czar e família], mas todo o povo trabalhador", sustentou [...] o número dois dos comunistas russos, Ivan Melnikov. [...]

FURTADO, Dulce. Justiça russa reconhece os Romanov como vítimas de repressão política. **Público**, 2 out. 2008. Disponível em: <https://www.publico.pt/2008/10/02/jornal/justica-russa-reconhece-os-romanov-como-vitimas-de-repressao-politica-278201>. Acesso em: 16 out. 2018.

a) Como a execução da família real russa foi julgada na atualidade?

b) Como a decisão do Supremo Tribunal russo foi recebida entre os russos?

c) Antes do desmembramento da URSS, ocorrido em 1991, a execução do czar era vista como "justiça revolucionária"; depois passou a ser vista como repressão sem fundamento. O que explica essa mudança de postura?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. a) Ao Partido Comunista da União Soviética, o único permitido no país.

b) Permite concluir que se trata de uma ditadura sem precedentes na história. No quesito crueldade, ele se equipara à ditadura implantada por Hitler na Alemanha nazista.

c) Ele o caracteriza como um regime baseado no terror, uma ditadura que desconhecia qualquer limite.

Vozes do presente

a) Na atualidade, esse fato foi classificado como uma execução ilegal. Nicolau II e sua família, de acordo com o Supremo Tribunal russo, foram vítimas de uma repressão sem fundamento.

b) Os descendentes dos Romanov e os representantes da Igreja Ortodoxa receberam com satisfação. Já os líderes do Partido Comunista russo entenderam o julgamento do Supremo Tribunal como desrespeito. Segundo eles, foi o povo, não os bolcheviques, que condenou o czar e família.

c) A chave para explicar essa mudança é que, com o desmembramento da URSS, os comunistas perderam o controle do poder e as autoridades atuais reavaliaram o ocorrido.

Os bolcheviques julgaram e condenaram o czar Nicolau II à morte por considerá-lo um inimigo da revolução e do povo. Na atualidade, Nicolau II é visto como uma vítima da repressão bolchevique. Percebe-se que a visão da História varia conforme os interesses dos que controlam o poder.

Texto de apoio

A Revolução Russa vista por Pútin

[...] Em 2014 o presidente Pútin sugeriu que a avaliação deveria ser feita com uma "profunda base objetiva *profissional*" (ênfase minha), obviamente de modo a não trazer a Revolução Russa para a esfera da política contemporânea; e ele também sugeriu reclassificar o evento, transformando-o de "revolução" para "reviravolta política" (*perevorót*). Para o centenário da Revolução Francesa, os franceses construíram a Torre Eiffel e o presidente Carnot exaltou a Revolução por ter empreendido o destronamento da tirania e a instauração do princípio da soberania popular (por meio de representantes eleitos, teve o cuidado de acrescentar). Na Rússia, não foi planejada nenhuma Torre Eiffel para as comemorações de 2017; e em um país que ainda se esforça para lidar com o capitalismo e o livre mercado, os princípios do socialismo centrais à Revolução – em particular do socialismo soviético, com sua ênfase no planejamento estatal e na industrialização – pareciam totalmente irrelevantes. [...]

FITZPATRICK, Sheila. **A Revolução Russa**. São Paulo: Todavia, 2017. p. 251-252.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades **EF09HI12** e **EF09HI13** da BNCC, citadas a seguir:

– Analisar a crise capitalista de 1929 e seus desdobramentos em relação à economia global.

– Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).

ENCAMINHAMENTO

O texto é uma crítica explícita ao nazismo; e é também uma contestação ao ditador Adolf Hitler e suas práticas. Ao mesmo tempo que repudia a ditadura, o autor convoca todos para uma luta em favor da democracia. O filme foi produzido no contexto de ascensão e fortalecimento do nazismo e foi dado a público num momento em que as forças nazistas avançavam sobre a Europa. Muitas ideias contidas no discurso continuam animando movimentos sociais da atualidade e o uso da ciência em favor de uma vida melhor para todos.

Texto de apoio

O grande ditador e seu tempo

Charles Spencer Chaplin é um artista múltiplo e multifacetado, que exerceu as funções de ator, diretor, roteirista, produtor e compositor de trilhas sonoras. [...]

O filme **O grande ditador** (**The Great Dictator**), lançado em 1940, é uma das obras mais importantes de Chaplin, talvez o momento mais explícito em que o cineasta lidou com os seus tempos e tentou agir de alguma forma com relação a eles. [...]

Além dos méritos particulares como filme, **O grande ditador** segue na história do século XX como um fenômeno sem precedentes e como um estranho incidente simbólico. O maior palhaço e a personalidade mais amada de sua época desafia diretamente o homem que mais destilou o mal [...] na história moderna.

Além disso, trata-se de uma das obras bem-sucedidas de Chaplin, a mais bem-sucedida financeiramente, já que o filme, nas palavras do próprio diretor, "foi o de maior renda entre todos os meus". No entanto, apesar do sucesso, esse enfrentamento de Chaplin provocou muita polêmica, e mesmo antes de seu lançamento, no período de produção. O cineasta esclarece, mencionando inclusive perseguições a ele:

Durante a produção de **O grande ditador**, comecei a receber cartas malucas e o número delas foi crescendo quando o filme ficou pronto. Alguns dos seus autores ameaçavam atirar bombinhas malcheirosas nos cinemas e cortar a tela onde quer que a película fosse exibida; outros prometiam provocar distúrbios. A princípio cogitei de avisar a polícia, mas o noticiário a respeito afastaria os espectadores.

FACINI, Diogo Rossi Ambiel. Discursos na história, discursos sobre a história: uma reflexão sobre "O grande ditador" e "Monsieur Verdoux". **Revista Travessias**, v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/17297/11782>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CAPÍTULO

7 A GRANDE DEPRESSÃO, O FASCISMO E O NAZISMO

EVERETT COLLECTION/EASYPIX BRASIL

Observe a imagem e leia o texto. Ambos foram retirados do filme **O grande ditador** (1940), de Charlie Chaplin.

Sinto muito, mas não pretendo ser um imperador. [...] Não pretendo governar ou conquistar quem quer que seja. Gostaria de ajudar – se possível – judeus, o gentio... negros... brancos. [...]

Neste mesmo instante a minha voz chega a milhares de pessoas pelo mundo afora... milhões de desesperados, homens, mulheres, criancinhas... vítimas de um sistema que tortura seres humanos e encarcera inocentes. [...]

Soldados! Não vos entregueis a esses brutais... que vos desprezam... [...] que ditam os vossos atos, as vossas ideias e os vossos sentimentos! Que vos fazem marchar no mesmo passo [...], que vos tratam como gado humano e que vos utilizam como bucha de canhão! Não sois máquina! Homens é que sois! [...]

[...] Os ditadores liberam-se, porém escravizam o povo. Lutemos agora para libertar o mundo, abater as fronteiras nacionais, dar fim à ganância, ao ódio e à prepotência. Lutemos por um mundo de razão, um mundo em que a ciência e o progresso conduzam à ventura de todos nós. Soldados, em nome da democracia, unamo-nos!

CHAPLIN, Charlie. Discurso final do filme **O grande ditador** (1940). Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/discurso_grande_ditador_chaplin.htm>. Acesso em: 16 out. 2018.

» **O traje e o bigode do personagem fotografado lembram os de um ditador; você sabe quem é ele? Conhece suas ideias?**

» **Que parte do discurso chamou mais a sua atenção? Algumas das ideias desse discurso são aplicáveis aos dias de hoje? Quais? Por quê?**

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A Grande Depressão

Os Estados Unidos saíram da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) prestigiados e enriquecidos. Prestigiados porque ajudaram a vencer a guerra; enriquecidos porque forneceram armas e alimentos a vários países europeus. Nos anos 1920, os EUA tinham se tornado a maior economia do mundo e viviam uma época de prosperidade e otimismo. Essa prosperidade vinha acompanhada de uma febre de investimentos na **Bolsa de Valores** de Nova York. As pessoas compravam ações, esperavam algumas semanas e então as vendiam com grande lucro. Quem aplicou 100 dólares, em março de 1928, nas ações da General Electric (empresa de eletrodomésticos), em setembro do ano seguinte vendeu-as por 300 dólares. Atraídos pelo lucro fácil, muitos empresários aumentavam artificialmente os preços das ações de suas empresas na Bolsa, isto é, especulavam.

Bolsa de Valores: local onde são negociados determinados papéis de empresas e do governo. Os papéis do governo são chamados de títulos, e os das empresas, de ações.

A quebra da Bolsa de Valores

Com altas constantes, no final dos anos 1920 o preço das ações já não correspondia à situação real das empresas. Até que, em um dado momento, uma grande empresa inglesa faliu, provocando a desconfiança dos investidores. Em 24 de outubro de 1929, uma quinta-feira, muitos correram para vender suas ações e descobriram que não havia compradores para elas. Os preços das ações começaram a despencar, o que levou ao *crash* (quebra) da Bolsa de Valores de Nova York na semana seguinte. Iniciava-se, assim, a **Grande Depressão** (1929-1933).

Cotação de cereais na Bolsa de Valores de Nova York em 24 de outubro de 1929. A placa diz: "Declaração de fornecimento visível". Os alimentos listados são: trigo, milho, aveia, centeio e cevada. Nas colunas constam: *increase* (aumento) e *decrease* (redução).

LEEMAGE/AFP

DIALOGANDO

a) A tabela ao lado mostra crescimento ou queda do fornecimento desses alimentos?

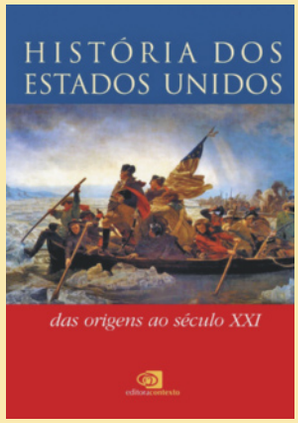
b) Em que contexto isso aconteceu?

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

Dica de leitura

- KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2018.

A obra **História dos Estados Unidos** é considerada referência no tocante à história e cultura americana, escrita por historiadores brasileiros, entre eles, Leandro Karnal.



EDITORA CONTEXTO

Dialogando

a) A tabela mostra queda.

b) Após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- OS LOUCOS anos 20. Duração: 39 min. Disponível em: <http://livro.pro/4bz99m>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Documentário exibido pelo canal TV Escola sobre a ascensão da economia americana na década de 1920 até a quebra da Bolsa de Valores de Nova York.

Texto de apoio

A Nova Era: imagem e realidade

Essa "sociedade de consumo" – na qual a capacidade de consumir era vista como o principal direito de cidadania – não foi plenamente realizada até depois da Segunda Guerra Mundial. Não há dúvida, porém, de que a promessa de consumo em massa brotava no período. A nova indústria da propaganda e *marketing* – ajudada pelos jornais, revistas de grande circulação e rádio, que atraía grande audiência – disseminou a ideia de liberdade associada ao consumo em oposição à ideia da liberdade associada a mudanças nas relações de trabalho. A busca por autonomia econômica e soberania política foi substituída, nas mentes de muitas pessoas, pelas possibilidades de consumo como o elemento essencial de felicidade e cidadania.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2018. p. 198.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: CRISE de 1929. Disponível em: <http://livro.pro/7xrj7k>; e OUTUBRO de 1929: a "quebra" da Bolsa de Valores de Nova York. Disponível em: <http://livro.pro/7t5fkq>. Acessos em: 9 nov. 2018.

Dica de leitura

- MARQUES, Rosa Maria. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

Essa obra busca explicar como ocorrem as crises econômicas no mundo e quais são suas principais consequências.

EDITORA BRASILIENSE

Razões da Grande Depressão

Com a quebra da Bolsa, milhares de industriais faliram; outros diminuíram a produção e despediram trabalhadores. Ocorreu então uma explosão do desemprego nas cidades. No campo, os agricultores começaram a perder suas terras por não ter como pagar as dívidas com os bancos, o que colaborou para que muitos se arruinassem.

As principais razões da Grande Depressão foram:

a) A **concentração de riquezas nas mãos de poucos**. Em 1929, 13% da população dos Estados Unidos possuía 90% da riqueza nacional, enquanto 21% dela recebia 83 dólares por mês, quantia insuficiente para atender às necessidades mínimas de um indivíduo. Além disso, durante a década de 1920 os salários dos trabalhadores da indústria e do comércio se mantiveram comprimidos, diminuindo seu poder de compra e gerando acúmulo de estoques.

b) A **crise agrícola**; a prosperidade dos anos 1920 estava ligada à indústria, e não à agricultura, que esteve em crise durante toda a década. Com a mecanização e a eletrificação ocorridas no campo, produzia-se muito acima da capacidade de consumo. Assim, os preços dos produtos agrícolas mantinham-se baixos, e os agricultores eram obrigados a pedir dinheiro aos bancos. E, não podendo pagar suas dívidas, perdiam as terras que haviam dado como garantia do dinheiro emprestado.

c) A **concorrência que a Europa passou a fazer aos Estados Unidos no mercado mundial**. A partir de 1924, os países europeus começaram a se recuperar e voltaram a produzir o que antes importavam dos Estados Unidos. E, além disso, passaram a concorrer com os estadunidenses no mercado mundial.

Resumindo: a concentração de riqueza, os baixos salários, a crise agrícola e a concorrência europeia contribuíram para que houvesse muito mais mercadorias do que pessoas com dinheiro para comprá-las; configurava-se, assim, uma **crise de superprodução**.

Desempregados tomam sopa distribuída na rua 62 durante a Grande Depressão. Nova York, c. 1932.

BETTMANN/GETTY IMAGES

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O capital acionário

A necessidade de volumes maiores para a acumulação de capital fez com que surgissem empresas sob a forma de sociedade anônima. Esse tipo de empresa é constituída por vários sócios [...]. Seu capital é constituído por ações e cada um dos sócios (acionista) adquire uma parte das ações. [...] Constituída a empresa como uma sociedade anônima de capital aberto, parte das ações pode ser vendida na bolsa de valores. Ao serem oferecidas, segundo as características e condições particulares da empresa, o preço das ações pode ser igual ao valor nominal [valor real], menor ou maior. Uma empresa cujas características oferecem a possibilidade de pagamentos elevados de dividendos [lucros] tem o preço de suas ações fixado acima do seu valor nominal [real], e quanto maior for a lucratividade dela, maior será a diferença entre o valor nominal e o preço de mercado. [...] É importante que se diga que o preço de mercado não depende somente da taxa de rendimento esperada de cada ação, pois os especuladores intervêm fortemente nas bolsas de valores comprando quando esperam que o preço aumente ou vendendo antes que o preço caia. A maior parte dos especuladores compra ações não para receber o dividendo [o lucro real da empresa da qual passa a ser acionário], mas para obter ganhos de capital com a variação no preço delas [com as operações de compra e venda das ações].

MARQUES, Rosa Maria. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009. p. 37-39.

Desdobramentos da Grande Depressão

Nos Estados Unidos, a crise não atingiu a todos igualmente. Os mais pobres foram os mais atingidos. Os discos de *jazz*, por exemplo, que na época eram consumidos sobretudo por afrodescendentes, praticamente deixaram de ser fabricados.

HARRY WARNECKE/NY DAILY NEWS ARCHIVE/GETTY IMAGES

Nesta fotografia de 1940, vemos o músico Louis Armstrong (1900-1971), um dos maiores trompetistas e intérpretes de *jazz* de todos os tempos. Os anos 1920 ficaram conhecidos também como a era do *jazz*. Assim como o *rap*, o *jazz* é um gênero musical surgido entre a comunidade negra e pobre dos Estados Unidos. Muitas das letras do *jazz* eram inspiradas nas experiências sociais dos seus compositores e intérpretes: negros pobres que buscavam na música canais de expressão de sua humanidade, nem sempre reconhecida.

Reagindo à crise, o governo estadunidense diminuiu ao máximo suas compras do exterior, cortou os investimentos externos e parou de conceder empréstimos. Com isso, a crise se propagou, atingindo a Europa e o restante da América, inclusive o Brasil.

PARA REFLETIR

Veja o que um historiador diz sobre o desemprego na Europa:

> No pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinham emprego. [...].
>
> HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 97.

No ano da crise, o Brasil produziu cerca de 29 milhões de sacas de café, mas só conseguiu vender a metade. É que os Estados Unidos, o nosso maior comprador de café, diminuíram muito suas compras. As sacas de café se acumularam nos armazéns, os preços despencaram, arruinando cafeicultores e deixando milhares de trabalhadores sem emprego.

a) O que se pode saber sobre a Europa do início dos anos 1930 com base nesses dados?

b) Por que a Alemanha foi o país europeu mais atingido pela crise?

c) Qual lei ajuda a explicar a queda dos preços internacionais do café brasileiro?

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

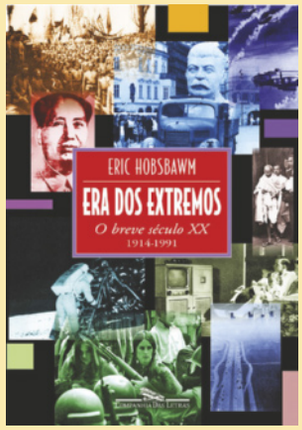
a) Que o desemprego assombrou a Europa durante a Grande Depressão.

b) A crise atingiu mais os alemães, porque eles ainda sofriam os efeitos da derrota de seu país na Primeira Guerra. Já os ingleses, vencedores daquele conflito, foram os menos afetados.

c) Lei da oferta e da procura.

Dica de leitura

- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



EDITORA COMPANHIA DAS LETRAS

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Trecho do romance As vinhas da ira, de John Steinbeck (1902-1968)

Os donos das terras chegavam às plantações ou então mandavam alguém visitá-las. Eles chegavam em carros fechados (...). Os arrendatários ficavam em pé, humildes, à porta dos carros (...). Se um banco ou uma companhia comprava uma terra, o dono da terra dizia: o banco, ou companhia, é que assim quer, ou insiste ou exige, e era o banco a companhia que passava por monstro. (...) E os donos explicavam aos arrendatários como eram fortes os monstros que eram os bancos e as companhias, muito mais fortes que eles. Uma pessoa podia continuar com as terras enquanto estas lhe davam de comer e permitiam pagar os impostos; (...). Sim, podia continuar, até que as safras falhavam e tinha-se que recorrer aos bancos para pedir empréstimos.

Mas olha, um banco ou uma companhia não podem viver assim, porque estas criaturas não respiram ar, nem comem carne. Elas respiram lucros e alimentam-se de juros. Se não conseguirem tais coisas, elas têm que morrer, como você morreria sem ar. É triste, mas é assim. É assim, simplesmente.

E os arrendatários baixavam a cabeça em sinal de compreensão e aventuravam com timidez: mas será que não se podia fazer outra experiência? Talvez o ano que vinha fosse melhor, houvesse uma boa safra. Deus talvez permitisse que houvesse muito algodão (...). E eles erguiam os olhos esperançados e olhavam os donos das terras com olhares interrogativos.

Não, nós não podemos nos fiar nisso. O banco, esse monstro, tinha que receber logo seu dinheiro. Não podia esperar mais; senão, morria. E os impostos também corriam. Se o monstro não fosse alimentado, morria. Tinha que arranjar dinheiro de qualquer modo.

Dedos finos tamborilavam nas vidraças dos carros e dedos duros e calosos esgravatavam a poeira.

STEINBECK, John. **As vinhas da ira**. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 44-46.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: REVOLUÇÕES de direita na Europa do entreguerras: o fascismo e o nazismo. Disponível em: <http://livro.pro/ikhjai>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Dica de leitura

- PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

O livro faz uma análise do fascismo em vários aspectos e de suas manifestações em diferentes partes do mundo no último século. Além disso, avalia sua existência nos dias de hoje.

A ascensão dos fascismos

O desemprego e a falta de esperança decorrentes da Grande Depressão favoreceram o surgimento, em diversos países, de políticos e partidos autoritários que acusavam as democracias liberais de serem incapazes de resolver os problemas da população. Para esses, a solução era um governo forte, dirigido por um líder único que fosse uma espécie de "salvador da pátria". Esse ambiente, como observou o historiador Robert Paxton, favoreceu o surgimento de vários fascismos, a exemplo do italiano e do alemão. Conheça as principais ideias fascistas segundo esse historiador:

a) o grupo é prioritário e o indivíduo deve subordinar-se a ele;
b) a comunidade é vítima e qualquer ação sem limites legais ou morais contra seus inimigos é válida;
c) a rejeição à democracia, ao liberalismo e ao socialismo;
d) os chefes, sempre do sexo masculino, conduzem a comunidade rumo a seu destino;
e) a violência pode ser bela e a vontade, eficiente, se o objetivo é o êxito da comunidade;
f) um povo pode dominar os demais, independentemente de lei humana ou divina.

Fasci italiani di combattimento: movimento nacionalista e antiliberal que atuava por meio de esquadrões armados liderados por ex-oficiais e integrados por jovens ricos e por pessoas que viviam à margem da lei.

KEYSTONE/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Para conquistar corações e mentes, Mussolini utilizava *slogans* como: "Acreditar, obedecer e combater". Fotografia de 1933.

O fascismo italiano

Após o fim da Primeira Guerra, a Itália amargava grandes perdas materiais e humanas e devia somas elevadas aos vencedores. O desemprego, já alto, aumentou ainda mais com a volta para a casa de 2 milhões de soldados; além disso, muitos italianos reclamavam do fato de seu país não ter ganho territórios, apesar de ter lutado na guerra ao lado dos vencedores.

Nesse contexto, o ex-combatente italiano Benito Mussolini (1883-1945) se lançou na política. Mussolini foi professor primário, jornalista e defensor do socialismo, chegando a ser perseguido por suas ideias. Porém, ao voltar da Primeira Guerra, abandonou o ideal socialista e fundou, em 1919, os ***Fasci italiani di combattimento*** – organização que deu origem ao movimento e ao partido fascistas.

Defendendo um nacionalismo extremado, a subordinação do indivíduo ao Estado e devotando ódio às democracias e ao comunismo, Mussolini prometia que sob seu governo a Itália reviveria as glórias do Império Romano.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O que é o fascismo?

Para alguns autores [...] os movimentos iniciais constituem-se no fascismo "puro", ao passo que os regimes fascistas são corrupções, deformadas pelas conciliações necessárias à conquista e ao exercício do poder. Esses regimes, contudo, apesar de suas escolhas pragmáticas e alianças conciliatórias, tiveram mais impacto do que os movimentos, por terem em mãos o poder de guerra e de morte. Uma definição que faça total justiça ao fenômeno do fascismo deve levar em conta os estágios finais, tanto quanto os iniciais. [...] Uma definição utilizável, portanto, deve também encontrar meios de não tratá-lo de forma isolada, como separado de seu ambiente e de seus cúmplices. O fascismo no poder consiste num composto, num amálgama poderoso dos ingredientes distintos, mas combináveis, do conservadorismo, do nacionalismo e da direita radical, unidos por um inimigo em comum e pela mesma paixão pela regeneração, energização e purificação da Nação, qualquer que seja o preço a ser pago em termos de instituições livres e do estado de direito. As proporções exatas dessa mistura resultam de processos tais como escolhas, alianças, compromissos e rivalidades. O fascismo em ação se assemelha muito mais a uma rede de relações que a uma essência fixa.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 335-336.

A Marcha sobre Roma

O fascismo italiano cresceu rapidamente com base no apoio de grandes empresários, assustados com o crescimento dos socialistas e comunistas nas eleições parlamentares italianas. Esses empresários começaram a ver no movimento fascista o único meio de manter a ordem social que os favorecia. O fascismo italiano recebeu também o apoio de pessoas de diferentes origens sociais: desde ex-combatentes e desempregados até pequenos camponeses e professores universitários. O que os unia eram valores tais como: desprezo pelos socialistas e comunistas, nacionalismo extremado e a atração pelo uso da violência.

Fortalecido, o movimento fascista italiano transformou-se em um partido político, o **Partido Nacional Fascista** (1921), que, em poucos meses, já contava com 300 mil integrantes obedientes ao *Duce* (chefe) Benito Mussolini.

No ano seguinte, aproveitando-se de uma greve geral deflagrada por comunistas e socialistas, Mussolini ameaçou: ou o governo italiano restabelecia a ordem ou os fascistas o fariam. Percebendo que o rei da Itália, Vittorio Emanuele III, fraquejava, Mussolini planejou e comandou o assalto ao poder. Em 1922, liderou a **Marcha sobre Roma**: à frente de milhares de fascistas (os camisas-negras) vindos de várias partes da Itália, invadiu a capital para exigir o poder.

O rei Vittorio Emanuele III cedeu à pressão fascista e convidou Mussolini para ser primeiro-ministro; Mussolini se tornou então o chefe de governo da Itália.

UNIVERSAL HISTORY ARCHIVE/GETTY IMAGES

Fascistas caminham em direção à capital italiana, no episódio conhecido como Marcha sobre Roma, 1922.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: O FASCISMO e as fases de Benito Mussolini. Disponível em: <http://livro.pro/8sy7rh>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Dica de leitura

- MARIÁTEGUI, José Carlos. **As origens do fascismo**. São Paulo: Alameda, 2010.

Nesse livro, o autor oferece uma explicação para as origens do fascismo, fenômeno político que exerceu enorme influência em alguns países ao longo do século XX.

EDITORA ALAMEDA

DIVULGAÇÃO PNED 2020 FTD

Texto de apoio

Os fascistas e os liberais no Parlamento italiano

A marcha sobre Roma encontrou resistência muito escassa nos fautores do ideário liberal e democrático. A burguesia pôs à disposição do fascismo seus jornais, seus políticos, seu dinheiro, todos ou quase todos seus instrumentos de domínio da opinião pública. Os deputados fascistas não eram senão trinta e cinco. A seus votos se somavam na Câmara os dos nacionalistas, os dos agrários e de outros elementos da extrema direita; mas, ainda com essas adesões, o fascismo e o filo-fascismo constituíam no Parlamento uma minoria reduzida. Cada um dos partidos de massa, o Socialista e o Popular (ou católico), contava na Câmara com uma representação mais numerosa que a de todos os grupos de direita coligados. E os grupos liberais conservavam a maioria absoluta. O liberalismo não quis, entretanto, assumir a defesa da legalidade. Aceitou e sancionou o golpe de Estado mussoliano. E os populares decidiram concordar também com sua adesão ao novo regime, seguindo seu exemplo. Poucos liberais se mantiveram fiéis ao programa liberal [...].

MARIÁTEGUI, José Carlos. **As origens do fascismo**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 217.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: CINEMA e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo. Disponível em: <http://livro.pro/jfr8zc>. Acesso em: 9 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- DITADORES: o livro de regras – Benito Mussolini. Duração: 46 min. Disponível em: <http://livro.pro/c6aiwi>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Documentário sobre todos os métodos utilizados por Mussolini para chegar ao poder e transformar a Itália no primeiro estado fascista.

Texto de apoio

A educação fascista na Itália

Ao assumir o poder, na Itália, em outubro de 1922, o fascismo não trazia um projeto educacional bem definido. O Programa do Partido Nacional Fascista (PNF), aprovado em Florença, em dezembro de 1921, definia os objetivos da escola de forma bastante vaga, declarando: A escola deve ter por objetivo formar pessoas capazes de garantir o progresso econômico e histórico da nação; elevar o nível moral e cultural da massa e promover os melhores elementos de todas as classes para garantir a renovação contínua das camadas dirigentes. Ao Estado caberia um controle rígido sobre os programas, a escolha e a ação dos professores da escola elementar, de modo que esta preparasse "também física e moralmente os futuros soldados da Itália". Quanto às escolas médias e universitárias livres, a ação do Estado deveria limitar-se ao controle sobre os programas e sobre o "espírito do ensino" e à promoção da instrução pré-militar, destinada a facilitar a formação de oficiais. Com relação à formação profissional, para que esta cumprisse a sua finalidade de "elevar a capacidade produtiva da nação e criar a classe média de técnicos entre os executores e os dirigentes da produção", o Estado deveria "integrar e coordenar a iniciativa privada, substituindo-a onde ela faltasse". Além disso, o Estado deveria promover a unificação de todas as bolsas de estudo e demais benefícios escolares, criando e controlando um Instituto para "selecionar, ao final do ensino elementar, os alunos mais inteligentes e dispostos e assegurar-lhes a instrução superior".

HORTA, José Silvério Baia. A educação na Itália fascista: as reformas Gentili (1922-1923). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 179-223, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29249/pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

O governo de Mussolini

No poder, Mussolini incentivava o vale-tudo e impunha o Estado totalitário. Em 1924, por exemplo, os fascistas venceram as eleições espancando pessoas e roubando urnas. Apesar disso, o rei da Itália continuava apoiando Mussolini. Depois, Mussolini implantou uma brutal ditadura: fechou jornais; criou uma polícia secreta, a Ovra (Organização para a Vigilância e a Repressão do Antifascismo), que prendia e assassinava os adversários; suprimiu todos os partidos de oposição, conservando apenas o Partido Nacional Fascista.

Mas os fascistas não usaram apenas a força, recorreram também à aliança com a Igreja Católica para ampliar sua base de apoio. Em 1929, Mussolini assinou um acordo com o papa Pio XI, o **Tratado de Latrão**, pelo qual reconhecia o Vaticano como Estado independente. Em compensação, a Igreja reconhecia que o governo fascista era legítimo. Situado dentro da cidade de Roma, o Estado do Vaticano possui apenas cerca de 0,5 km² e é dirigido pela Igreja Católica.

PARA SABER MAIS

Propaganda e educação sob o fascismo

O governo de Mussolini também usou a educação para divulgar suas ideias. As escolas da Itália fascista ensinavam, além das matérias tradicionais, temas como a vida de Mussolini e suas "grandes" realizações. Toda criança entre 8 e 14 anos de idade tinha de decorar uma oração em que, em vez de dizer "Creio em Deus", dizia: "Creio no gênio de Mussolini". Os professores que se negavam a ensinar tais coisas eram perseguidos e demitidos de seus cargos.

Ecco una bella stampa a colori: il Duce abbraccia un piccolo balilla e lo bacia.

Il bimbo offre al Duce alcuni bellissimi fiori.

Duce, Duce, Tu sei tanto buono con i bimbi e i bimbi ti amano con tutto il cuore. Tu sei per loro come un babbo; li fai diventare forti e robusti, li rendi felici.

EVVIVA IL DUCE D'ITALIA!

76

CAMICIE NERE.

Piccole Camicie Nere, voi siete l'avvenire della Patria.

Forti Camicie Nere, voi siete la difesa della Patria.

77

LIBRERIA DELLO STATO, ROMA. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

Página de livro escolar de 1941. Museu dos brinquedos e das crianças. Milão, Itália. Um dos desenhos representa uma criança que oferece um buquê de flores a Mussolini.

O fascismo usou ainda o cinema e o rádio para converter as pessoas aos seus ideais. Através do rádio, o *Duce* "falava de perto" aos italianos; já o cinema era usado para fabricar e divulgar imagens que mostravam uma Itália sem fome, sem conflitos e com uma população satisfeita, saudável e voltada para o esporte.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O nazismo na Alemanha

Vimos que os vencedores da Primeira Guerra obrigaram a Alemanha a assinar o **Tratado de Versalhes**, em 1919, pelo qual ela teve de ceder territórios (incluindo a rica região da Alsácia e Lorena) e pagar aos vencedores uma indenização de 132 bilhões de **marcos** (33 bilhões de dólares na época)! Essa dívida gigantesca contribuiu para uma crise de graves proporções na Alemanha: a inflação e a dívida externa dispararam, enquanto a oferta de emprego diminuiu assustadoramente.

Marco: antiga moeda alemã. Atualmente, a moeda da Alemanha é o euro.

O aprofundamento da crise favoreceu o crescimento de socialistas e comunistas nas eleições e abriu caminho para o fortalecimento de partidos que prometiam soluções "mágicas". Um desses partidos era o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), também chamado de **Partido Nazista**, fundado em 1919, ano em que admitiu em suas fileiras o ex-cabo Adolf Hitler.

Falando ao público, Hitler culpava as democracias liberais pela derrota da Alemanha na guerra e pelas condições humilhantes impostas ao país pelo Tratado de Versalhes. Dizia também que o povo alemão tinha sido a principal vítima da guerra e estava "entregue aos pontapés do resto do mundo". Estando com o orgulho ferido, milhares de alemães foram "arrastados" por esse discurso. Adotando um nacionalismo extremado e devotando ódio aos judeus e aos comunistas, Hitler tornou-se, em pouco tempo, o líder absoluto dos nazistas.

ALBERT HARLINGUE/ROGER VIOLLET/GETTY IMAGES

Menino brincando de recortar e colar com notas de marcos (dinheiro alemão), tal era a desvalorização dessa moeda. Alemanha, c. 1919.

Em 1920, o Partido Nazista criou as **SA – Seções de Assalto –**, grupos paramilitares encarregados de eliminar fisicamente seus adversários. Três anos depois, em meio ao agravamento da crise econômica e social, Hitler tentou tomar o poder por meio de um golpe de Estado na cidade alemã de Munique, mas fracassou e foi preso. Na cadeia, ele produziu boa parte de um livro chamado **Minha luta**, que continha os princípios básicos do nazismo. São eles:

- **a superioridade da raça ariana**. Para Hitler, existiria uma raça pura (a ariana), superior a todas as outras e da qual provinham os alemães.
- **a necessidade de um espaço vital**. Tese segundo a qual os alemães precisavam conquistar territórios a fim de se realizar plenamente como povo.
- **o antissemitismo**. Os nazistas justificavam seu ódio aos judeus dizendo que eles haviam contaminado a "raça ariana". Assim, para salvar a Alemanha e purificar a raça ariana, os judeus deviam ser eliminados.

Dica de leitura

- LENHARO, Alcir. **Nazismo**: o triunfo da vontade. São Paulo: Ática, 2001.

O autor busca refletir sobre a adesão de parte da população alemã ao nazismo, a propaganda hitlerista e a estetização da política na Alemanha dos anos de 1930 e 1940. Sua análise é penetrante e nos ajuda a compreender esse fenômeno histórico que continua suscitando interesse e debate.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A importância da mídia para os objetivos de Hitler

A produção do cinema nazista encontra-se estreitamente vinculada ao crescimento do próprio partido. Durante a campanha eleitoral de 1930, os nazistas receberam o apoio da imprensa do Partido Nacional e Hitler ganhou espaço expressivo nos jornais da tela da UFA.

A escalada eleitoral dos nazistas teve muito a ver com a utilização do cinema, "um dos meios mais modernos e científicos de influenciar as massas", de acordo com a afirmação de Goebbels, através de seu "efeito penetrante e durável", como confirmou Hippler, diretor da Seção Cinematográfica no Ministério da Propaganda, do próprio Goebbels.

[...]

Calcula-se que foram produzidos 1.350 longas-metragens nos doze anos de domínio nazista. São comédias românticas, comédias musicais, operetas, filmes de costumes, mas também filmes de guerra e de exaltação dos valores do regime, tais como o racismo e a xenofobia. Os temas mais apreciados entre os jovens de doze a dezessete anos estavam relacionados a heroísmo, espírito alemão e patriotismo.

LENHARO, Alcir. **Nazismo**: o triunfo da vontade. São Paulo: Ática, 2001. p. 52-53.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: UMA INTERPRETAÇÃO do primeiro milagre econômico alemão (1933-1944). Disponível em: <http://livro.pro/qggpr8>; e A ECONOMIA alemã: 1933. Disponível em: <http://livro.pro/y3vpuk>. Acessos em: 9 nov. 2018.

A ascensão dos nazistas

A partir de 1924, ajudada por capitais estadunidenses e ingleses, a Alemanha voltou a crescer. Esse crescimento econômico contribuiu para fortalecer a democracia e diminuir o prestígio de líderes radicais, a exemplo de Hitler. Berlim, a capital do país, tornara-se palco de intensa atividade artística e cultural.

Mas com a crise de 1929 a situação se alterou profundamente. Na Alemanha, a produção caiu, a inflação disparou e o desemprego trouxe consigo a fome, a humilhação e a falta de esperança. Entre 1929 e 1932, o número de desempregados na Alemanha saltou de 2,85 para 6,04 milhões (quase um terço do total de trabalhadores do país). Nesse cenário deprimente, Hitler voltou a se apresentar como "salvador da pátria" e conquistou a simpatia de muitos alemães, entre os quais militares de alta patente e grandes industriais. Em janeiro de 1933, o presidente da República nomeou Hitler chanceler (chefe de governo) da Alemanha.

No início de 1933, os nazistas atearam fogo ao Parlamento alemão e culparam os comunistas pelo atentado. Esse fato interferiu no resultado das eleições parlamentares de março daquele ano. Os nazistas obtiveram quase 44% do total de votos (nas eleições anteriores, ocorridas em 1929, eles haviam obtido apenas 3% das cadeiras). Os nazistas tinham agora a maioria no Parlamento.

No poder, Adolf Hitler implantou uma das mais cruéis ditaduras da história da humanidade: fechou sindicatos, dissolveu os partidos políticos, fechou jornais, ordenou a queima de livros, demitiu democratas e comunistas de seus empregos e perseguiu os judeus.

Hitler, ladeado por tropas de elite, durante cerimônia militar nazista em Nuremberg, no ano de 1934.

Texto de apoio

Sistema econômico do nazismo

As mudanças no sistema econômico herdado foram graduais. Ao mesmo tempo em que políticas do receituário keynesiano foram aplicadas a fim de contornar as falhas imputadas às políticas econômicas liberais de até então, a economia caminhava na direção de um grau maior de planificação centralizada. O planejamento da economia fora concebido em torno de três estratégias para o ataque ao desemprego: medidas de expansão do crédito, de incentivos fiscais e políticas específicas de investimento. Do lado do crédito, procurou-se estimular a indústria de bem de consumo e, ao mesmo tempo, incentivar a expansão demográfica. Assim, criou-se mecanismo de empréstimos subsidiados (sem juros) para casamento, para aquisição de móveis e utensílios domésticos a recém-casados etc. Do lado tributário, foram removidos os impostos sobre veículos como um meio de estimular a sua produção. Sobre os investimentos, o financiamento público concentrou-se na construção e manutenção de estradas, na construção de prédios públicos, na indústria de transporte e algo para o rearmamento. [...] No mercado de trabalho, o governo impôs o controle dos salários: os salários foram congelados em 1934 e permaneceram fixos até 1945. As centrais sindicais foram abolidas e nenhum mecanismo de barganha coletiva sobreviveu. As greves foram proibidas e todos os trabalhadores, inclusive os de colarinho branco, tiveram que se filiar à organização nazista Frente de Trabalho Alemã, vinculada à Câmara Econômica do Reich: a instância máxima de controle de todas as atividades econômicas. [...]

FEIJÓ, Ricardo Luís Chaves. Uma interpretação do primeiro milagre econômico alemão (1933-1944). **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 2, abr./jun. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572009000200005>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Ditadura hitlerista

Em 1933, Hermann Goering, chefe das SA, criou a **Polícia Secreta do Estado** (Gestapo). Em 1934, com a morte de Von Hindenburg, Hitler assumiu a presidência com o título de *Führer* (guia, condutor). No campo econômico, desenvolveu as indústrias de base (ferro, aço, máquinas), investiu em obras públicas e estimulou as fábricas de armas, diminuindo, com isso, o desemprego. Mas, ao mesmo tempo, não cumpriu nenhuma de suas promessas ao povo: os salários foram congelados, a reforma agrária não saiu do papel e os trustes, como o do grupo Krupp, ganharam maior liberdade para agir.

O antissemitismo nazista

Sob o comando de Hitler, o Estado nazista tomou uma série de medidas discriminatórias contra os judeus:

- **1933** – o namoro e o casamento entre judeus e "arianos" foram proibidos por lei; os funcionários públicos judeus foram aposentados e proibidos de trabalhar na imprensa, nos tribunais e na saúde; e os estudantes judeus foram obrigados a usar um número de identificação para entrar nas escolas e nas universidades.
- **1936** – os judeus foram expulsos do Exército.
- **1938** – os judeus foram obrigados a usar documento de identidade e passaporte especiais; e seu patrimônio (bens e capitais) foi bloqueado.

Em 9 de novembro de 1938, militares nazistas vestidos à paisana promoveram um ataque violento aos judeus e às suas lojas, que ficou conhecido como **Noite dos Cristais**, por causa da destruição de um grande número de vitrines e vidraças. Além disso, centenas de sinagogas foram incendiadas e milhares de judeus foram presos e mandados para os campos de concentração.

Reforma agrária: conjunto de medidas jurídicas e econômicas que visam melhorar a distribuição das terras cultiváveis, tornando a propriedade, a posse e o uso da terra acessíveis a um número maior de pessoas ou famílias.

Quipá: pequena boina que os judeus usam no alto da cabeça.

Dica! Discurso final do filme **O Grande Ditador**, de Charles Chaplin. Duração: 3min47s. Disponível em: <http://livro.pro/ytvirv>. Acesso em: 24 nov. 2018.

DIALOGANDO

O que esta imagem expressa? Com que objetivo?

Propaganda antissemita veiculada na Alemanha nazista, em 1936. À direita, vê-se um garoto, representado como judeu, puxando as tranças de uma menina loura; à esquerda e ao centro, crianças alemãs zombam e fazem caretas para crianças judias, que, sentindo-se constrangidas, deixam a escola acompanhadas de um adulto, que também é judeu (note o quipá em sua cabeça).

ALBUM/AKG-IMAGES/FOTOARENA

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: EUGEN Hadamovsky e a teoria da propaganda totalitária na Alemanha nazista. Disponível em: <http://livro.pro/rqudu8>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Dialogando

Ela expressa o antissemitismo: o objetivo era demonizar o adversário e, assim, justificar ações violentas contra ele.

Texto de apoio

O antissemitismo nazista

O ensino era padronizado, e o partido distribuía cartilhas para os professores indicando a metodologia a ser utilizada. Havia uma relação estreita entre o que se ensinava na escola e os acontecimentos políticos contemporâneos. Por exemplo, quando foi iniciada a campanha militar na Polônia, os alunos já haviam aprendido na escola que os poloneses eram fracos e inferiores à raça ariana.

Uma editora chamada Der Strumer, que divulgava as ideias nazistas, publicou manuais escolares que continham ensinamentos ideológicos para crianças alemãs. O antissemitismo e os valores do partido já se faziam presentes na alfabetização. Essa editora publicava também um manual para os professores, orientando-os sobre as formas de estimular nas crianças a aversão aos judeus: o mestre deveria usar imagens que apresentassem judeus de maneira deformada e esteticamente feia, contrastando com as de arianos, expressão do belo. Deveriam mostrar que o judeu andava e falava de forma diferente do ariano. Nas aulas de História, os alunos aprendiam que os judeus haviam destruído as maiores civilizações do mundo, como as do Egito, da Pérsia e de Roma.

Nos livros de contos infantis publicados pela Der Strumer, o judeu era apontado como "não humano". Um deles, de autoria de uma estudante de arte de 18 anos, chamada Elvira Bauer, tinha o seguinte título: "Não confie numa raposa em um campo verde ou na palavra de um judeu". As ilustrações do livro mostravam o contraste entre judeus e alemães. As expressões maliciosas do judeu e da raposa complementavam a ideia de desconfiança: a raposa era retratada em posição de ataque a uma presa, e o judeu, jurando em falso, tinha atrás da cabeça uma estrela de Davi. Cabe esclarecer que no folclore alemão a raposa, tida como traiçoeira, conquistando suas presas com juramentos falsos, é símbolo do mal. Aparecendo muitas vezes como representação do demônio. A comparação com o judeu é facilmente identificável. Publicado em 1935, o conto teve sete edições.

Em 1938 foi publicado pelo mesmo órgão o livro **O cogumelo venenoso**, uma história em que a mãe ensina o filho a distinguir cogumelos, comparando-os com as pessoas boas e más. Os judeus são classificados como maus porque podem assumir formas diferentes, o que torna difícil distingui-los dos não judeus. [...]

D'ALESSIO, Marcia Mansor; CAPELATO, Maria Helena. **Nazismo**: política, cultura e holocausto. São Paulo: Atual, 2004. p. 40-41.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: A HISTÓRIA do uso político do esporte. Disponível em: <http://livro.pro/w9wezk>. Acesso em: 9 nov. 2018.

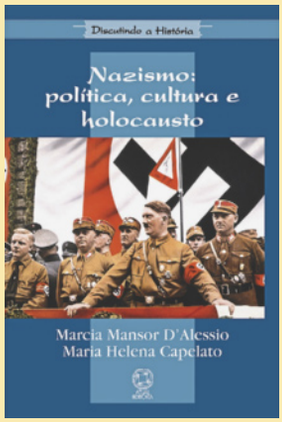
IMAGENS EM MOVIMENTO

- CERIMÔNIA de abertura das olimpíadas de Berlim 1936. Duração: 4 min. Disponível em: <http://livro.pro/qbnjju>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Pequeno trecho da cerimônia de abertura das olimpíadas de Berlim em 1936.

Dica de leitura

- D'ALESSIO, Marcia Mansor; CAPELATO, Maria Helena. **Nazismo**: política, cultura e holocausto. São Paulo: Atual, 2004.



EDITORA ATUAL

Texto de apoio

Estado e cultura: o nazismo e o cinema alemão

A propaganda exerceu um papel fundamental no processo de consolidação política do [...] Partido Nazista, na Alemanha. Para Adolf Hitler, [...] a propaganda deveria ser simples, emotiva e popular, elaborada de modo a levar em conta o limite das faculdades de assimilação do mais limitado dentre aqueles a quem ele deveria se dirigir. [...] Dessa forma, toda propaganda deveria restringir-se a pouquíssimos pontos, repetidos incessantemente pela ação de formas estereotipadas, até que o último dos ouvintes estivesse em condições de assimilar a ideia. O essencial da propaganda era atingir o coração das massas, compreender seu mundo maniqueísta e representar seus sentimentos. Essa seria uma das razões do êxito da propaganda nazista em relação às massas alemãs: predomínio da imagem sobre a explicação, do sensível sobre o racional.

Nesse aspecto, os nazistas elaboraram uma síntese de todas as técnicas de manipulação da opinião até então existentes – incluindo desde elementos da mitologia germânica e da liturgia católica até as técnicas de agitação comunista e do estudo da psicologia de massas –, que, somada ao controle estatal de todos os meios de comunicação, possibilitou condicionar homens e mulheres, de modo a transformá-los em autômatos do Estado.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. O triunfo do Reich de mil anos: cinema e propaganda política na Alemanha nazista (1933-1945). In: CAPELATO, Maria Helena et al. **História e cinema**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 260-261.

PARA SABER MAIS

As Olimpíadas de 1936: esporte e racismo

Em 1936, os Jogos Olímpicos foram organizados em Berlim. Disposto a impressionar o resto do mundo e a comprovar a superioridade alemã, Hitler mandou construir um estádio para 100 mil pessoas; gastou cerca de 30 milhões de dólares para erguer a Vila Olímpica, onde seriam recebidos 4 mil atletas de todos os continentes; e encomendou a uma consagrada cineasta alemã, Leni Riefenstahl, a direção do filme oficial da competição, que deveria ser um louvor aos ideais nazistas.

No entanto, nem tudo saiu do jeito que Hitler desejava.

Inicialmente, foi obrigado a aceitar na equipe da Alemanha duas atletas alemãs de origem judia (elas não eram, na visão de Hitler, "alemãs puras"): Gretel Bergmann, atleta de salto em altura, e Helene Meyer, esgrimista que havia ganhado uma medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de 1928. O Comitê Olímpico Internacional pressionou as autoridades nazistas com uma ameaça: se elas fossem proibidas de participar, a Alemanha não sediaria os Jogos.

Mas quem mais brilhou naqueles jogos não foi nenhum "ariano puro", de cabelos loiros e olhos azuis, mas sim os atletas negros estadunidenses, que ganharam todas as provas de atletismo, como as corridas de 100 metros e 800 metros, salto em distância e salto em altura. Entre eles estava um neto de escravizados, o corredor Jesse Owens, que ganhou quatro medalhas de ouro. No salto em distância atingiu 8,06 metros, recorde olímpico por 24 anos.

HULTON-DEUTSCH COLLECTION/CORBIS/GETTY IMAGES

O estadunidense Jesse Owens na Olimpíada de Berlim, na qual ganhou quatro medalhas de ouro: nos 100 m, nos 200 m, no revezamento 4 × 100 m e no salto em distância. Alemanha, 1936.

Hitler estava presente no estádio, mas saiu antes que a prova de salto terminasse. A "estrela da festa" foi mesmo Jesse Owens, cuja vitória é até hoje lembrada como prova de que as ideias racistas de Hitler não tinham fundamento.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020

ATIVIDADES

I Retomando

1. Identifique a alternativa **INCORRETA** e justifique sua escolha.

Entre as razões da Grande Depressão, podemos citar:

a) A distribuição de riquezas entre um número maior de pessoas.

b) O descompasso entre o crescimento dos salários e o aumento dos lucros.

c) A concorrência que a Europa passou a fazer aos Estados Unidos no mercado internacional.

d) A crise agrícola; a prosperidade dos anos 1920 estava ligada à indústria, e não à agricultura, que esteve em crise durante toda a década.

e) A especulação (prática que consiste em criar uma procura ou oferta artificial de um bem ou mercadoria, visando obter lucro com o comportamento futuro do mercado).

2. Leia o texto com atenção.

A crise de 1929 e o Brasil

Durante a Grande Depressão, os Estados Unidos reduziram tanto as exportações quanto as importações em cerca de 70%; e mais: os estadunidenses praticamente interromperam as compras de produtos como açúcar, cobre, estanho e café, além de suspenderem os empréstimos externos. Com isso, o Brasil, que na época era um grande exportador de café (mais de 60% das nossas exportações) e tinha nos Estados Unidos o seu maior comprador, foi duramente atingido pela crise. Nossos estoques de café aumentaram e os preços caíram violentamente, o que arruinou muitos cafeicultores, acarretando desemprego e carestia.

a) Por que a crise nos Estados Unidos atingiu tão fortemente o Brasil?

b) Quais foram os efeitos dessa crise no Brasil?

3. Avalie as afirmações a seguir e identifique quais delas representam ideias fascistas.

I. O grupo é prioritário e o indivíduo deve subordinar-se a ele.

II. A comunidade é vítima e qualquer ação sem limites legais ou morais contra seus inimigos é válida.

III. A democracia e o liberalismo são valores a ser apreciados.

IV. A comunidade caminha sem necessidade de um chefe para conduzi-la.

V. Um povo pode dominar os demais, independentemente de lei humana ou divina.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa A. Justificativa: entre as razões da Grande Depressão, podemos citar a concentração de riquezas nas mãos de poucos.
2. a) Porque a economia brasileira dependia em boa parte das exportações de gêneros agrícolas (principalmente o café) e os Estados Unidos eram o nosso maior comprador. Estando em crise, os Estados Unidos reduziram drasticamente suas compras externas, o que atingiu fortemente a economia brasileira.
   b) Não encontrando comprador, nossos estoques de café aumentaram e os preços desse produto caíram violentamente, o que arruinou muitos cafeicultores, gerou desemprego e carestia.
3. Afirmações I, II e V.

Texto de apoio

A Crise de 1929 no Brasil

[...] Em plena campanha eleitoral, estourou em outubro de 1929 a crise mundial. Ela apanhou a cafeicultura em uma situação complicada. A defesa permanente do café gerara a expectativa de lucros certos, garantidos pelo Estado. Em consequência, as plantações se estenderam no Estado de São Paulo. Muita gente tomou empréstimos a juros mensais de 2% – uma taxa na época muito alta – para plantar café. A safra de 1927-1928 chegou a quase 30 milhões de sacas, sendo quase duas vezes superior à média das últimas três. Esperava-se que 1929 fosse um ano de produção reduzida, dada a alternância de boas e más safras. Mas provavelmente as boas condições climáticas e a melhora no trato dos cafezais fizeram com que isso não acontecesse. Com a crise, os preços internacionais do café caíram bruscamente. Como houve retração do consumo, tornou-se impossível compensar a queda de preços com a ampliação do volume das vendas. Os fazendeiros que tinham se endividado, contando com a realização de lucros futuros, ficaram sem saída. Surgiu então o desentendimento entre o setor cafeeiro e o governo federal. Os cafeicultores solicitaram a Washington Luís o enfrentamento da crise, por meio da concessão de novos financiamentos de uma moratória de seus débitos. [...]

Preocupado em manter o plano de estabilidade cambial, que, aliás, acabou indo por água abaixo, o presidente recusou. [...]

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015. p. 274.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. a) Os nazistas foram os que mais cresceram no período, por força dos efeitos da Crise de 1929 na Alemanha, mas também pela ação das SA, que coagiam eleitores em diversas áreas do país e desmobilizavam manifestações da oposição. **Professor**: alguns críticos consideraram o pleito de 1933 uma verdadeira "farsa democrática". Nesse sentido, julgamos oportuna a consulta ao *site* Deutsche Welle: <http://livro.pro/jjstuv>. Acesso em: 14 nov. 2018.

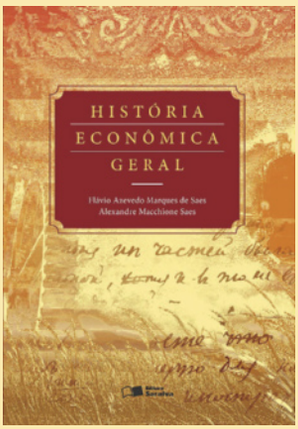
   b) Hitler assumiu o poder após seu partido obter expressivos resultados eleitorais junto à população alemã.

5. Alternativa D.

Dica de leitura

• SAES, Flavio Azevedo. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

O livro traz uma análise dos principais fatos econômicos ocorridos no mundo, por meio de diferentes interpretações, permitindo ao leitor uma reflexão crítica sobre os fatos ocorridos.



EDITORA SARAIVA

4. Observe a tabela a seguir.

Resultado das eleições para o Parlamento alemão (em %)			
	Moderados e conservadores	Socialistas e comunistas	Nazistas
1919	54	46	—
1924	58	35	7
1928	55	42	3
1930	44	38	18
1932	27	35	38
1933	26	30	44

Fonte: SCHIMDT, Heinz Dieter. **Fragen an die Geschichte**. Frankfurt am Maim: Hirschgraben-Verlag, 1979.

a) Qual grupo mais cresceu no período? Aponte uma razão para isso.

b) No modelo parlamentarista, como o do governo alemão, o partido político que obtém o maior número de assentos no Parlamento tem o direito de formar o governo. Relacione essa informação com a chegada de Adolf Hitler ao poder.

5. A observação atenta dos dados da tabela acima permite perceber que:

a) os grupos que mais cresceram no período foram os dos nazistas e dos moderados e conservadores.

b) não há relação entre os efeitos da crise de 1929 e as eleições alemãs, já que os comunistas também vinham crescendo desde 1919.

c) os nazistas participaram das eleições de 1933 por acreditar na democracia e por meio do convencimento pacífico.

d) os nazistas cresceram muito eleitoralmente a partir da crise de 1929, quando o desemprego na Alemanha chegou a atingir 44% da população.

e) os efeitos da Grande Depressão foram sentidos pelos nazistas, uma vez que, a partir da crise de 1929, apenas os socialistas cresceram politicamente.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

As transformações políticas e econômicas na década de 1930

Até 1929, o liberalismo disseminado pela Grã-Bretanha orientava a política econômica dominante há mais de um século. Nos principais países do mundo, no que diz respeito ao sistema político, o liberalismo fora novamente instituído depois dos massacres da Primeira Guerra Mundial. Os países saídos da guerra, com a única exceção da Rússia soviética, avançaram rumo a instituições liberais e democráticas, com parlamentos eleitos pelo voto. Contudo, as crescentes insatisfações sociais e as dificuldades dos governos para controlar o déficit, a inflação e a grande crise econômica do início da década de 1930 abriram espaço para novos projetos de política econômica com governos centralizadores e, às vezes, pouco democráticos. Descrevendo o período, Eric Hobsbawm considera que "os 23 anos entre a chamada 'Marcha sobre Roma' de Mussolini e o auge do sucesso do Eixo na Segunda Guerra Mundial viram uma retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais". Vale relembrar: no mundo todo, de um total de 65 países independentes em 1920, 35 eram governos constitucionais eleitos; esse número caiu para 17, em 1938, e para apenas 12, em 1944, movimento que se acelerou depois que Adolf Hitler se tornou chanceler na Alemanha.

SAES, Flavio Azevedo. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 373-374.

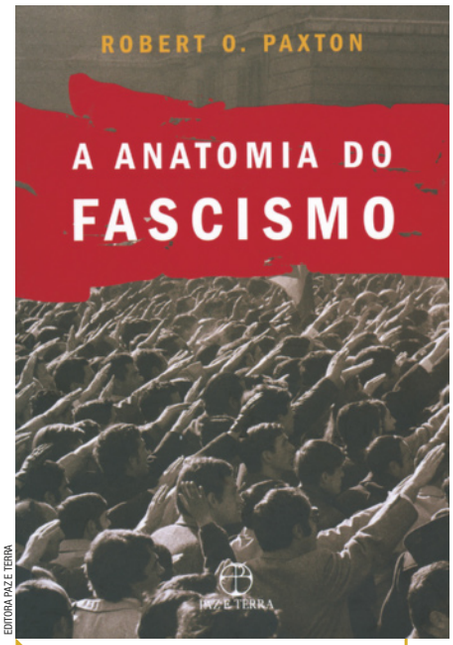
VOZES DO PRESENTE

O texto a seguir é do historiador Robert O. Paxton. Leia-o com atenção.

[...] O fascismo teria acabado? Haveria a possibilidade de um Quarto *Reich* ou algo equivalente estar sendo gestado? Em termos mais modestos, existiriam condições nas quais algum tipo de neofascismo poderia vir a se tornar um agente poderoso o suficiente para exercer influência sobre as políticas de um sistema de governo? Nenhuma pergunta é mais insistente ou perturbadora num mundo que ainda sofre as dores dos ferimentos infligidos a ele pelo fascismo, no período entre 1922 e 1945. [...]

Um possível renascimento do fascismo passou a enfrentar novos obstáculos após 1945: a crescente prosperidade [...] aparentemente irresistível da economia mundial, [...] o declínio [...] da guerra como instrumento de política nacional para os grandes países da era nuclear, a redução [...] da ameaça revolucionária. Todos esses desdobramentos do pós-guerra sugerem a muitos que o fascismo, tal como floresceu na Europa entre as duas guerras mundiais, não poderia voltar a existir depois de 1945, pelo menos não da mesma forma.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 283-285.



EDITORA PAZ E TERRA

Fac-símile da capa do livro **A anatomia do fascismo**, de Robert Paxton.

a) Qual é a questão a que o autor pretende responder?

b) Segundo o autor, quais seriam os novos obstáculos à volta do fascismo após 1945?

c) Interprete: qual é o significado da expressão "ameaça revolucionária" no texto?

d) **Em dupla**. Reflitam, debatam e opinem: o fascismo pode voltar a "tomar o poder" no mundo atual?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Haveria a possibilidade de um Quarto Reich? O fascismo pode voltar a controlar um governo na atualidade?

b) A crescente prosperidade aparentemente irresistível da economia mundial; o declínio da guerra como instrumento de política nacional para os grandes países da era nuclear; a redução da ameaça revolucionária.

c) A possibilidade de tomada do poder à força por meio da violência.

d) Resposta pessoal. **Professor**: lembrar que, nos últimos anos, a imprensa tem noticiado com frequência casos de xenofobia e antissemitismo, bem como a ascensão de partidos fascistas nas eleições da Europa, sobretudo, na Grécia e na França.

Texto de apoio

A questão do fascismo no mundo contemporâneo

Os fascismos do período entre guerras não surgiram, realmente, do vácuo, mas formaram seu *corpus* a partir de ideias, conceitos e problemas presentes em toda a sociedade europeia há séculos. A grande inovação dos fascistas, na realidade, foi reelaborar essas ideias de forma que elas pudessem servir para as necessidades políticas do período em questão e combiná-las, dando a elas uma certa coerência (coerência vista aqui em termos subjetivos) de forma que se tornassem politicamente úteis. É básico, dentro do nosso raciocínio, entender essa amplitude das ideias fascistas, seu mergulho em séculos de história europeia e ocidental e a maneira como elas, reelaboradas e reorganizadas naquele contexto específico de crise do capitalismo e da ideologia liberal do período pós I Guerra Mundial, deram origem às ideologias fascistas.

[...]

O fascismo não morreu nos pós II Guerra Mundial (reelaborando-se e reorganizando-se como um vírus dentro da sociedade contemporânea) e sobrevive hoje nas franjas da sociedade. Se, por uma confluência de fatores, ele voltasse a assumir o poder em algumas regiões do mundo ocidental e a hipótese apresentada na Introdução desse artigo se concretizasse, é difícil acreditar que ele retornaria em sua forma clássica. Muito teria que ser mudado e a experiência do breve governo de Berlusconi na Itália e da transição do *Movimento Sociale Italiano* para a mais "respeitável" *Alleanza Nazionale* na Itália nos últimos anos talvez indique o padrão desse novo fascismo reciclado que tenta retomar o poder.

BERTONHA, João Fábio. A questão da "Internacional Fascista" no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n.1, jan./jun. 2000. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100005>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Este capítulo foi elaborado visando atender à habilidade **EF09HI13** da BNCC:

– Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).

A imagem é da capa da edição nº 1 do gibi do Capitão América, herói estadunidense criado pela *Marvel Comics*, no início da Segunda Guerra Mundial, para combater o nazismo. Ao centro, o Capitão América, o herói da história, aparece socando Hitler, o vilão. No canto inferior esquerdo, um militar nazista, com a suástica no braço direito, atira no Capitão América, cujo escudo é indestrutível e, por isso, a bala não consegue penetrá-lo. Recorremos uma vez mais a uma imagem de época para interessar o alunado pelo tema ao qual a imagem está relacionada. No final do capítulo, pode-se retornar a essa imagem do universo das HQs e levantar questões como propaganda e guerra, indústria cultural e guerra, história em quadrinhos e História.

Texto de apoio

O texto a seguir é de Rodrigo Aparecido de Araújo Pedroso, mestre em História Social pela USP.

Os ideais políticos e ideológicos nas HQ's do Capitão América

Em março de 1941 chegava às bancas de jornal dos Estados Unidos da América (EUA) a primeira edição da revista em quadrinhos do Capitão América; a capa mostrava um novo super-herói, vestindo a bandeira do país, dando um soco no queixo de Adolf Hitler, ditador da Alemanha. O personagem foi criado pelos artistas Joe Simon e Jack Kirby, encomendado pela editora de quadrinhos *Timely Comics* (que posteriormente tornou-se a *Marvel Comics*); a ideia era criar um herói que estivesse engajado no combate à ameaça nazifascista e que servisse como divulgador dos ideais democráticos e liberais dos Estados Unidos. Assim, pode-se dizer que o Capitão América é um personagem

CAPÍTULO

8 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Observe a imagem com atenção.

MARVEL COMICS/ADVERTISING ARCHIVES/EASYPIX BRASIL

» Você conhece esses personagens?
» Quem é o herói? Quem é o vilão?
» O que está acontecendo na cena?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

criado especificamente para atender determinadas demandas políticas ideológicas, voltadas à propaganda contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) no período da Segunda Guerra Mundial.

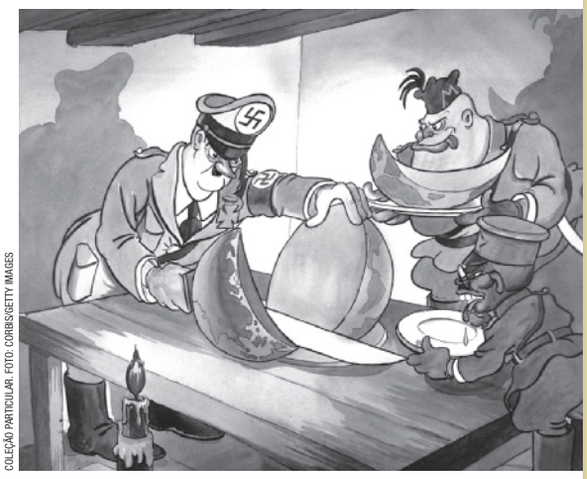
[...]

PEDROSO, Rodrigo Aparecido de Araújo. Guerra Fria e anticomunismo nas histórias em quadrinhos do Capitão América de 1954. In: XI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC. **Anais**... Rio de Janeiro: UFF, 2014. p. 1.

Céu de nuvens carregadas

Ascendendo ao poder em 1933, o *Führer* começou a militarizar a Alemanha, afrontando abertamente as imposições feitas pela França e pela Inglaterra no Tratado de Versalhes. A Itália de Mussolini também nutria fortes ressentimentos em relação à Inglaterra e à França, pois participara da Primeira Guerra ao lado desses países e não obtivera as compensações territoriais que lhe foram prometidas. O Japão, por sua vez, industrializava-se rapidamente e ambicionava ampliar seus mercados e áreas de influência no continente asiático.

Desafiando a ordem internacional vigente na década de 1930, o **Japão**, a **Itália** e a **Alemanha** adotaram uma política declaradamente imperialista.



COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: CORBIS/GETTY IMAGES

DIALOGANDO

a) Quem são os personagens mostrados na imagem?
b) O que está acontecendo na cena?

O imperialismo japonês

No início do século XX, o Japão era uma potência industrial, a única de toda a Ásia. E tinha deixado de ser vítima do imperialismo para tornar-se, ele próprio, um país imperialista. Em 1931, o Japão ocupou a Manchúria, província chinesa rica em minérios e solos férteis. A Liga das Nações, que era controlada pela Inglaterra e pela França, nada fez para socorrer a China. Em 1937, o Japão atacou e ocupou outra parte do território chinês.

O expansionismo italiano

Em outubro de 1935, a Itália de Mussolini afirmou seu imperialismo invadindo a região onde hoje é a Etiópia, no nordeste da África. Diante disso, a Liga das Nações, orientada pela Inglaterra, proibiu os países-membros de comerciarem com a Itália. Essa proibição, porém, não afetou a economia italiana porque nações fortes, como os Estados Unidos e a Alemanha, que não faziam parte da Liga, continuaram a vender aos italianos matérias-primas essenciais, como petróleo e carvão. A conquista da Etiópia pela Itália se consumou em 1936; com isso, ficava provado que a Liga das Nações era incapaz de assegurar a paz mundial.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é de Eugênio Vargas Garcia, doutor em História das Relações Internacionais pela UNB.

Liga das Nações

[...]

As crises provocadas pelas seguidas agressões dos regimes nazifascistas se revelaram um problema além da capacidade de intervenção da Liga, que não conseguiu reagir com o vigor esperado diante da invasão japonesa do território chinês da Manchúria em 1931. Quando a Itália invadiu a Abissínia (Etiópia) em 1935, o Conselho chegou a adotar sanções econômicas que, no entanto, foram largamente desrespeitadas e tiveram pouca eficácia. Também causou má impressão a impotência da Liga durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), quando foi incapaz de ter qualquer papel de relevo para conter a violência.

Sem a presença dos Estados Unidos e de outras potências, a organização genebrina se esvaziou rapidamente. A Alemanha e o Japão se retiraram em 1933. Em 1937, foi a vez de a Itália abandonar a organização. A União Soviética foi admitida em 1934, mas expulsa no final de 1939 em virtude da invasão da Finlândia por suas tropas. O poder do Conselho ficou severamente limitado, dependente sobretudo da liderança da Grã-Bretanha e da França, que sozinhas não tinham como impor o cumprimento das disposições do Pacto. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Liga das Nações foi condenada ao descrédito por haver falhado em sua missão mais importante: manter a paz. Após ser desativada em abril de 1946, seus arquivos, instalações e acervos foram transferidos para a entidade que a substituiu, a Organização das Nações Unidas.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Liga das Nações**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DAS%20NA%C3%87%C3%95ES.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Comentar que a Manchúria era uma província chinesa com um governo fortemente influenciado pelos militares.
- Mencionar que Mussolini, desfilando suas armas modernas e uniformes novos nas ruas pobres de Adis-Abeba, capital etíope, aproveitava-se para dizer que a conquista da Etiópia era o começo da restauração da grandeza do Império Romano.

Dialogando

a) O *Führer* Adolf Hitler, o *duce* Benito Mussolini e o general japonês Hideki Tojo.
b) Hitler reparte o globo/mundo, Mussolini já recebeu um pedaço e Tojo aguarda o seu. Note que a expressão facial do líder italiano e a do japonês sugerem ambição; note também que Hitler reserva para si o maior pedaço.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- MUSSOLINI invade a Etiópia. Duração: 6min43s. Disponível em: <http://livro.pro/nw3mt4>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Documentário sobre a invasão da Etiópia por Mussolini.

ENCAMINHAMENTO

- Informar que as forças de Franco venceram a Guerra Civil Espanhola, que deixou atrás de si um saldo de mais de um milhão de mortos e serviu para que os nazifascistas testassem suas estratégias, seus aviões e suas armas de fogo.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: MUSSOLINI e Hitler asseguram os seus desejos de manter a paz mundial. Disponível em: <http://livro.pro/ubkui7>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Pedro Tota.

Os nazistas e o "espaço vital"

[...] A situação internacional ficou mais tensa quando a Itália iniciou, em maio de 1936, a invasão da Etiópia. A Liga das Nações registrou um pálido protesto, enquanto a Alemanha deu total apoio a Mussolini. Dessa forma, começava-se a selar uma aliança entre a Itália fascista e a Alemanha nazista. Essa aliança se completou a partir de meados de 1936, durante a Guerra Civil Espanhola. Os dois países ajudaram as forças conservadoras de Franco contra os republicanos de esquerda. Os republicanos foram ajudados pela União Soviética. Por tudo isso, costuma-se dizer que tantos os fascistas como os comunistas testaram suas armas nos campos de batalha da Espanha e ensaiaram a Segunda Guerra Mundial. Firmava-se assim uma aliança anticomunista entre a Itália e a Alemanha, da qual também fazia parte o Japão militarista.

Em março de 1938, a Alemanha realizava a tão sonhada anexação da Áustria. Sem disparar um tiro, os soldados alemães foram recebidos por uma significativa parcela da população austríaca como restauradores da união dos povos germânicos. Mais uma vez, França e Grã-Bretanha nada fizeram. Na verdade nutria-se a ideia de que o perigo real era representado pela União Soviética e não pela Alemanha nazista. A Grã-Bretanha começou a aplicar a política que ficou conhecida por apaziguamento, idealizada pelo primeiro-ministro conservador Neville Chamberlain. Tal política consistia em fazer concessões territoriais à Alemanha, em especial a leste. Dessa forma os nazistas consolidavam seu acalentado sonho de um "espaço vital".

O passo seguinte da política de constante busca do *Lebensraum* foi a conquista dos sudetos tchecos, como era conhecida uma faixa de terras da Tchecoslováquia habitada por maioria alemã. Hitler exigia sua volta ao domínio alemão. Pressionado, o pequeno país tcheco, que havia surgido depois da Primeira Guerra Mundial, pediu auxílio à França, com quem tinha acordos de ajuda militar. A França, sentindo-se superada pelo crescente poderio militar alemão, preferiu a linha diplomática. Tudo isso facilitou a aplicação da política do apaziguamento dos britânicos. [...]

TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 362-363.

O nazismo alemão mostra suas garras

Afirmando que os alemães precisavam de **espaço vital** (*Lebensraum* em alemão), em 1935, Hitler rearmou a Alemanha, reintroduziu o serviço militar obrigatório e retomou o Sarre, área de mineração sob controle da Liga das Nações. No ano seguinte, militarizou a Renânia, região próxima à fronteira com a França. Tudo isso tinha sido proibido pelo Tratado de Versalhes, mas a França e a Inglaterra nada fizeram para detê-lo. Encorajado, Hitler aliou-se a Mussolini, em 1936, e juntos entraram com suas tropas na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), ao lado do general fascista Francisco Franco, com o objetivo de derrubar o governo republicano, que tinha sido eleito democraticamente.

Política de apaziguamento: política que consistia em ceder territórios à Alemanha a fim de evitar a guerra. O principal motivo dessa política é que muitos dirigentes franceses e ingleses viam em Hitler um guardião do capitalismo na luta contra o comunismo soviético; ou seja, um mal menor do que o "perigo comunista".

A seguir, Hitler e Mussolini solidificaram sua aliança, formando o **Eixo Roma-Berlim**, bloco político e militar que, com a entrada do Japão, constituiria o **Eixo Roma-Berlim-Tóquio**. Em março de 1938, a Alemanha hitlerista anexou a Áustria; essa anexação foi aprovada por 90% dos eleitores austríacos, o que mostra a popularidade do nazismo na Áustria. Hitler, então, passou a exigir os Sudetos, região da Tchecoslováquia habitada por 3 milhões de alemães. Para resolver a questão, Hitler, Mussolini (Itália), Neville Chamberlain (Inglaterra) e Édouard Daladier (França) reuniram-se na **Conferência de Munique** e decidiram que a Alemanha podia ocupar os Sudetos. A principal interessada – a Tchecoslováquia – não foi convidada para a reunião. Inglaterra e França punham em prática, assim, a **política de apaziguamento** do inglês Chamberlain.

"O cavalheiro e os gângsters". Charge de A. R. Charlet que representa Neville Chamberlain (primeiro-ministro britânico) cumprimentando Hitler, que segura uma arma escondida atrás das costas. Por trás de Chamberlain estão Benito Mussolini e Hirohito. **Revista Cyrano**, 1939. Na legenda, lê-se: "Honestamente, sr. Hitler, onde o senhor vê alguém encurralado?".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

No ano seguinte, os nazistas anexaram a Tchecoslováquia inteira, desrespeitando o que havia sido combinado em Munique. No passo seguinte, Hitler assinou um **pacto de não agressão** com seu adversário político, o líder comunista Josef Stalin, da União Soviética. Secretamente, decidiram também ocupar e dividir a Polônia. Com esse acordo, em caso de guerra, a Alemanha não teria de lutar em duas frentes.

BELMONTE

No balão se lê: "Eh! Moço! O senhor está me pisando no calo!!".

DIALOGANDO

Esta charge é de 21 de março de 1939 e foi criada por Benedito Bastos Barreto, o Belmonte. Observe-a com atenção:

a) Quem é a figura central e quem são as mulheres à sua volta?

b) Como esses personagens estão representados?

c) Quem é o personagem vestido de preto e do que ele está reclamando?

d) Belmonte faz duas duras críticas nessa charge; quais são elas?

Em 1º de setembro de 1939, os alemães invadiram o oeste da Polônia; dias depois os soviéticos abocanharam o leste. A Inglaterra reagiu, declarando guerra à Alemanha. Era 3 de setembro de 1939; para os europeus era o início da Segunda Grande Guerra.

A ocupação nazista da França

ALLMAPS

Fonte: DUBY, Georges. **Grand Atlas historique**: l'histoire du monde en 520 cartes. Paris: Larousse, 2011. p. 99.

A ofensiva nazista na Europa

No início da Segunda Guerra, os nazistas adotaram a **guerra-relâmpago** e, entre 9 de abril e 14 de junho de 1940, invadiram e conquistaram cinco países: Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica e França. Após a ocupação nazista, a França foi dividida: uma parte, ao norte, ficou sob o domínio direto da Alemanha; a outra, ao sul, foi entregue a um militar francês que concordou em colaborar com os nazistas. Observe o mapa.

Guerra-relâmpago: os aviões começavam o bombardeio; a seguir, os tanques avançavam, abrindo caminho para a infantaria, que ocupava o território inimigo rapidamente.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Dialogando

a) O personagem principal é Hitler e as mulheres à sua volta são as nações europeias que ele cobiça.

b) Hitler está representado como um gigante (Gulliver) deitado sobre o mapa da Europa (Liliput), referência ao lugar povoado por habitantes minúsculos, que o personagem conseguiu alcançar a nado depois de naufragar. Repare que Hitler está esmagando a Tchecoslováquia com uma das mãos, enquanto pisa no calo de Chamberlain e olha interessado para as outras nações europeias, todas representadas na forma de mulheres minúsculas.

c) O personagem vestido de preto é o representante da Grã-Bretanha, M. Chamberlain. Ele reclama da postura expansionista de Hitler sobre a Europa.

d) Ele critica o imperialismo de Hitler e, ao mesmo tempo, dirige uma crítica ao protesto tímido de Chamberlain diante da agressividade de Adolf Hitler. **Professor**: comentar que os nazistas tinham invadido a Tchecoslováquia seis dias antes de a charge ser publicada no Brasil.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que, em agosto de 1939, a Alemanha nazista assinou com a União Soviética comunista um pacto de não agressão, conhecido como **pacto germano-soviético**. Por meio desse pacto, a Alemanha se comprometia a não atacar a União Soviética por 10 anos e, em contrapartida, ficava com as mãos livres para pôr em prática seu expansionismo, sem o perigo de ter de lutar em duas frentes (ocidental e oriental). Um anexo secreto desse acordo previa que parte da Polônia seria anexada pela URSS, e o restante do país ficaria para a Alemanha.
- Evidenciar que na frente ocidental, ou seja, na fronteira da Alemanha com a França, a situação mantinha-se inalterada: os franceses, de um lado, entrincheirados na Linha Maginot, e os alemães, de outro, estacionados na Linha Siegfried. Essas duas linhas de fortificações interligadas eram extensas e visavam à defesa contra um possível ataque do adversário. Por isso, os seis meses iniciais do conflito ficaram conhecidos como "guerra de mentira".
- Acrescentar que, em abril de 1940, a *blitz* alemã voltou à carga e, para garantir o fornecimento de minério de ferro comprado da Suécia (país neutro) pelo mar Báltico, invadiu e conquistou a Dinamarca e a Noruega. Após conquistar o norte, os alemães voltaram-se para o sul da Europa. Em maio, e também sem aviso, seus aviões começaram a bombardear cidades holandesas: o alvo eram os civis e o objetivo era intimidar e conseguir a rendição incondicional.
- Salientar que os nazistas conseguiram seu intento: Holanda, Bélgica e Luxemburgo renderam-se ao seu poderio. Com o caminho livre, invadiram a França e, em junho de 1940, Hitler e seu estado maior desfilaram nas ruas de Paris triunfalmente. A França, então, foi dividida: o norte e toda a costa oeste ficaram sob o domínio direto da Alemanha; o sul, com capital na cidade de Vichy, foi entregue ao marechal Pétain, militar francês que concordou em colaborar com os nazistas.

ENCAMINHAMENTO

- Comentar que os nazistas dominavam boa parte da Europa continental e decidiram, então, voltar toda sua força para as Ilhas Britânicas.
- Refletir sobre um trecho do "Discurso de Guerra" de Winston Churchill:

Esta não é uma questão de lutar por Danzig ou lutar pela Polônia. Estamos lutando para salvar o mundo inteiro da peste da tirania nazista e em defesa de tudo que é mais sagrado para o homem. Esta não é uma guerra de dominação ou engrandecimento imperial ou ganho de material; não é uma guerra para tapar qualquer país de sua luz solar e meios de progresso. É uma guerra, vista em sua qualidade inerente, para estabelecer, em rochas inexpugnáveis, os direitos do indivíduo, e é uma guerra para estabelecer e reviver a estatura do homem.

CHURCHILL, Winston. Discurso de Guerra apud OLIVEIRA JÚNIOR, Clécio Antônia Barbosa. Pronunciamentos de Churchill e Hitler no contexto da Segunda Guerra Mundial: uma análise de conteúdo. **Revista Panorama**, Goiás, v. 3, n. 2, p. 256, jan./dez. 2013.

- Explicar que quando a Alemanha hitlerista se voltou para o leste dominou a Hungria, a Romênia e a Bulgária. A Iugoslávia e a Grécia resistiram, mas foram invadidas e conquistadas pelos nazistas, que passaram a controlar a região dos Bálcãs. A passagem para a URSS estava livre.

Texto de apoio

"Londres aguenta"

O ataque aéreo alemão à Inglaterra foi uma história de opiniões divididas, objetivos conflitantes e planos nunca inteiramente realizados. [...] As primeiras operações procuraram atrair nossa força aérea para a batalha acima do canal da Mancha e do litoral sul; em seguida, a luta continuou sobre nossos condados do sul, principalmente Kent e Sussex, com o inimigo querendo destruir a organização da nossa força aérea; depois, ele se aproximou de Londres e se voltou para ela; em seguida, Londres transformou-se no alvo supremo.

Os bombardeios esporádicos de Londres no fim de agosto foram prontamente respondidos por nós num ataque retaliatório a Berlim. Em vista da distância que tínhamos de percorrer, isso só pôde ser feito em escala muito pequena, comparada aos ataques a Londres, desfechada de campos de aviação próximos, situados na França e na Bélgica. O Gabinete de Guerra mostrou-se muito disposto a revidar, a aumentar os riscos e desafiar o inimigo. Eu sabia que o Gabinete tinha razão e acreditava que nada deixava Hitler tão impressionado ou perturbado quanto reconhecer a ira e a força de vontade inglesas. [...] Naturalmente, tirou o máximo proveito de nossa represália contra Berlim e anunciou publicamente a política alemã, já previamente acertada, de reduzir Londres e outras cidades inglesas ao caos e à ruína. "Se eles atacarem nossas cidades", declarou em 4 de setembro, "simplesmente arrasaremos as deles." E tentou o melhor que pôde.

CHURCHILL, Winston. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2017. p. 35-36, v. I.

PARA SABER MAIS

A resistência aos nazistas

EVERETT HISTORICAL/SHUTTERSTOCK.COM

Mulher e homem parisienses resistem à ocupação nazista. Paris, França, agosto de 1944.

Por toda a Europa, muitos civis resistiram à ocupação nazista com armas simples e, muitas vezes, obtidas em pequenas batalhas contra os inimigos. Esses grupos de cidadãos armados, chamados de *partisans* ou *maquis*, foram decisivos no combate ao nazismo na França, na Itália, na Iugoslávia, na Noruega e na União Soviética.

Na França, eles organizaram um movimento de resistência armada ao nazismo conhecido como França Livre. Seu líder, o general Charles de Gaulle, os comandava pela rádio a partir de Londres.

Após a ocupação da França, os nazistas miraram a Inglaterra e iniciaram bombardeios aéreos aos portos e cidades do país, inclusive Londres. Liderados por Winston Churchill, os ingleses resistiram aos bombardeios aéreos sobre Londres. No ar, a aviação inglesa, a **RAF** (*Royal Air Force*), enfrentou a aviação alemã, a *Luftwaffe*, na Batalha da Inglaterra (1940). Nessa batalha, a perícia dos pilotos britânicos e a liderança de Churchill detiveram os nazistas e os forçaram a adiar a invasão da Grã-Bretanha. Em homenagem ao desempenho dos pilotos ingleses nessa batalha, disse Churchill: "Nunca [...] tantos deveram tanto a tão poucos".

Quando a tentativa de conquistar a Inglaterra falhou, os nazistas voltaram-se para o leste, visando agora a União Soviética.

MASPIX/ALAMY/FOTOARENA

Um Spitfire da RAF ataca um Stuka alemão. Ilustração com base em pesquisa de um aspecto da Batalha da Inglaterra.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A resistência soviética ao nazismo

Interessado nas riquezas soviéticas (petróleo, minérios e cereais) e devotando ódio ao comunismo, Hitler traiu o pacto de não agressão firmado com Stalin e ordenou a invasão da União Soviética em junho de 1941.

Em apenas 20 dias, os nazistas avançaram 750 km em território soviético e foram deixando atrás de si centenas de milhares de cadáveres. Acuados, os soviéticos recuavam, mas antes destruíam tudo que pudesse ser útil ao adversário: fábricas, hospitais, plantações. Era a **tática da terra arrasada**, que consistia em ceder espaço para ganhar tempo. Os nazistas, então, avançaram sobre a cidade de Stalingrado, onde travaram com os soviéticos a maior batalha terrestre da Segunda Guerra: a **Batalha de Stalingrado** (de novembro de 1942 a fevereiro de 1943). Durante essa batalha, a temperatura de 40 °C abaixo de zero e a disposição de luta do povo soviético deram a vitória à URSS. Estava quebrado, assim, o mito da invencibilidade nazista.

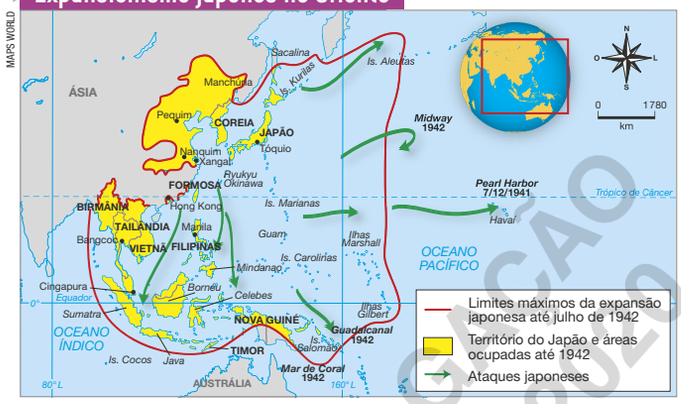
Depois da vitória de Stalingrado, os soviéticos passaram ao ataque e obrigaram os nazistas a marchar de volta para a Alemanha. Durante a marcha, os soviéticos foram tomando dos nazistas os países ocupados por eles: Bulgária, Romênia, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia.

A guerra no Oriente

Enquanto a guerra prosseguia no Ocidente, no Oriente o Japão e os Estados Unidos disputavam entre si territórios e áreas de influência, o que tornou inevitável o choque entre eles. Em 7 de dezembro de 1941 o governo japonês desfechou um ataque-surpresa à base militar estadunidense de **Pearl Harbor**, no Havaí, destruindo boa parte da sua poderosa frota. Os Estados Unidos reagiram declarando guerra ao Japão. Em 1942, o Brasil alinhou-se aos Estados Unidos e, após ter vários navios afundados pelos alemães, declarou guerra ao Eixo.

Enquanto isso, o Japão partiu para a conquista das colônias europeias e estadunidenses no Extremo Oriente (Campanha do Pacífico). Nessa campanha, iniciada em 1941, os japoneses conquistaram Hong Kong (na China), Cingapura (na Malásia), as Índias Orientais Holandesas, toda a Birmânia (atual Mianmar) e quase todo o arquipélago das Filipinas, que em 1898 era controlado pelos estadunidenses.

Expansionismo japonês no Oriente



Fonte: SERRYN, Pierre. **Atlas Bordas Historique et Géographique**. Paris: Bordas, 1998.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Informar que, com 2 milhões de homens e milhares de tanques e aviões, os nazistas invadiram a URSS em 22 de junho de 1941, operação conhecida como **Barbarossa**. Na ocasião, o alto comando nazista chegou a afirmar que a URSS cairia em duas semanas.
- Explicar que, no início de 1942, as forças do Eixo tinham dominado extensas e importantes áreas da Europa, Ásia e África. As fronteiras do terceiro *Reich* na Europa iam da costa atlântica da França até as proximidades de Moscou, na União Soviética, a leste. Nas áreas sob seu controle ou influência, os nazistas impunham seu totalitarismo racista.
- Destacar que a população moscovita ergueu barricadas e lutou. E, ajudada pelas chuvas de outono, que transformaram as estradas em um lodaçal impedindo a passagem dos tanques alemães, conseguiu impedir a queda de Moscou, sua capital.
- Comentar que, no verão de 1942, Hitler mudou seu quartel-general para a Ucrânia e ordenou a invasão da cidade de Stalingrado, onde se travou a **Batalha de Stalingrado**. O general russo Georgy K. Zhukov ordenou, então, que forças soviéticas, vindas do norte e do sul, convergissem como uma gigantesca pinça, encurralando os alemães em Stalingrado. Em alguns meses, os alemães foram derrotados.
- Explicar que a guerra no Pacífico teve duas características marcantes: foi uma guerra essencialmente naval, em que o porta-aviões era a arma decisiva; e as batalhas eram travadas entre os exércitos adversários e não contra a população local.

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Pedro Tota.

O ataque japonês a Pearl Harbor foi uma estupenda vitória tática, mas um grande desastre estratégico. O Japão atacou os Estados Unidos em grande medida porque não poderia continuar sofrendo os embargos de combustíveis e outros materiais estratégicos impostos pelo governo americano. Ao mesmo tempo, esperava afastar os Estados Unidos do domínio que exerciam, por exemplo, nas Filipinas. Em outras palavras, o Japão moderno, que se formou na segunda metade do século XIX, buscava fontes de matérias-primas para suas indústrias e entrou em choque direto com os Estados Unidos, que tinham grandes interesses nas mesmas áreas procuradas pelos japoneses. Eliminando a presença dos Estados Unidos, os japoneses teriam caminho aberto às ricas colônias holandesas e britânicas daquela região da Ásia. Contudo, o risco era muito grande. Como havia declarado o almirante Yamamoto, os Estados Unidos dispunham de fontes de recursos naturais quase inesgotáveis em seu próprio território e poderiam suportar um conflito duradouro. [...]

TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 372.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que a neutralidade de Getúlio devia-se à divisão interna no governo brasileiro: o general Eurico Dutra (o chefe do Estado-Maior do Exército), Filinto Müller (o chefe de Polícia do Distrito Federal) e Francisco Campos (ministro da Justiça) eram favoráveis aos alemães; já o ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, defendia a aliança com os Estados Unidos.
- Comentar que, em junho de 1940, em um contexto marcado por consecutivas vitórias da *blitz* alemã, o presidente revelou em público sua simpatia pelas "nações fortes" e "convictas da própria superioridade". Era um elogio direto à Alemanha.
- Destacar que, em troca do financiamento de parte da construção da Usina Siderúrgica, o Brasil permitiria que os Estados Unidos instalassem bases aeronavais no Nordeste, região de importância estratégica para o acesso ao norte da África, de onde os estadunidenses atingiriam a Europa.
- Informar que no cemitério de Pistoia, na Itália, há 457 brasileiros enterrados. O número de feridos ou mutilados foi de 3 mil. Os pilotos da Força Aérea Brasileira (FAB) também participaram das operações de guerra, realizando 2 546 missões ofensivas.

Texto de apoio

O *front* é aqui

[...] Especialmente entre 1942 e 1944, enquanto os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) enfrentavam o exército nazista nos campos de batalha no norte da África, a população de São Paulo integrava o *front* de guerra interno e civil. [...] A falta de farinha de trigo fez surgir o pão à base de farinha de milho – vendido nas padarias como "pão de guerra", denotando a adesão do *front* civil às contingências do movimento. No discurso oficial, leite e vitaminas tornaram-se fatores vitais na defesa nacional. Crianças eram estimuladas a plantar uma "horta da vitória". As lojas vendiam um sapato popular, mais barato, apelidado de "coordenação" – em referência à Coordenação de Mobilização Econômica, órgão federal e estadual criado para centralizar a economia de guerra.

A guerra estava no discurso oficial, na conversa de bar e na poesia, no cinema e nas artes plásticas, nas fábricas e nas filas do ônibus. Eram populares entre os paulistanos as letras de sambas cariocas, tanto aqueles que louvavam o engajamento militar quanto os que ironizavam a mobilização do Estado Novo, regime autoritário liderado por Getúlio Vargas (1937-1945). Nos cinemas eram exibidos filmes de guerra norte-americanos e cinejornais com propagandas e notícias. As rádios transmitiam programas como o Repórter Esso. Circulavam gibis com super-heróis, como o Capitão América. [...]

CYTRYNOWICZ, Roney. O *front* é aqui. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 10, n. 116, maio 2015. Disponível em: <http://rhbn.com.br/secao/capa/o-front-e-aqui>. Acesso em: 12 nov. 2018.

PARA SABER MAIS

O Brasil na guerra

No início da guerra, o então presidente Getúlio Vargas, um político hábil e acostumado a tirar proveito das situações de conflito, manteve o Brasil neutro e conservou relações comerciais tanto com os alemães quanto com os estadunidenses. Aos poucos, no entanto, foi se tornando cada vez mais difícil para o Brasil manter a neutralidade.

Em maio de 1941, o Brasil conseguiu que os Estados Unidos se comprometessem a financiar parte da construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (RJ), essencial ao crescimento da economia brasileira. Em troca, o Brasil daria permissão para que os Estados Unidos instalassem bases aeronavais no Nordeste.

Em janeiro de 1942, o Brasil de Vargas declarou-se a favor de uma união das Américas contra o Eixo. O governo da Alemanha reagiu, mandando seus submarinos torpedearem seis navios mercantes brasileiros, causando a morte de centenas de pessoas. Inconformados com a violência nazista, milhares de brasileiros saíram às ruas nas principais cidades do país, exigindo que o Brasil entrasse na guerra ao lado dos Aliados.

As pressões populares e do governo estadunidense fizeram com que Vargas declarasse guerra ao Eixo em 22 de agosto de 1942. Para lutar contra os fascismos, o Brasil treinou e enviou para a Itália a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Formada por 25 334 homens e comandada pelo general Mascarenhas de Morais, a FEB venceu batalhas importantes, como as de Monte Castelo, Castelnuovo e Montese. Morreram na Itália 457 soldados da FEB e milhares foram feridos.

Pracinha (soldado da FEB) despedindo-se do filho antes da partida para a guerra, 1943.

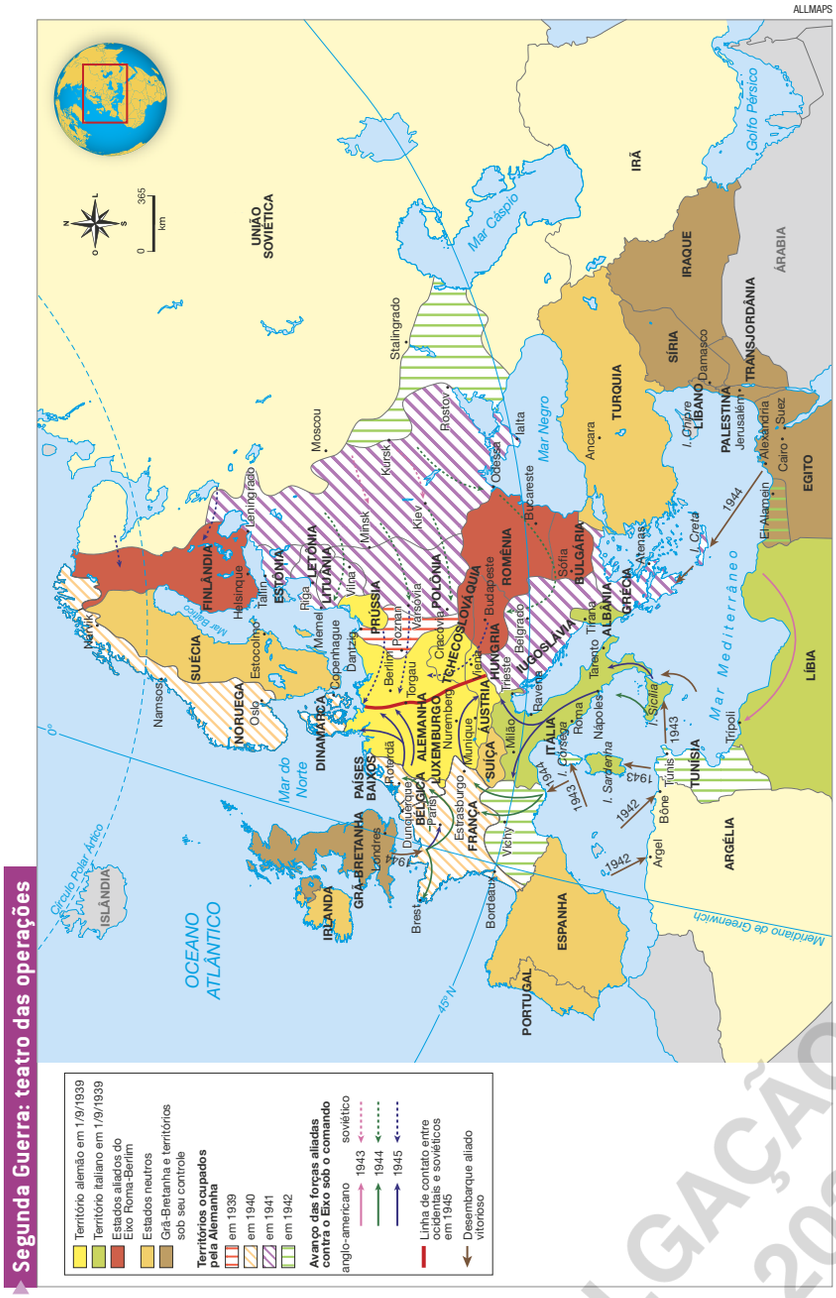
ACERVO ICONOGRAPHIA

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

- II GUERRA Mundial. Vídeo. Duração: 6min44s. Disponível em: <http://livro.pro/er5hk5>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Animação sobre as principais mudanças territoriais e movimentos dos exércitos na Europa e na África, de 1938 a 1945.



Fonte: SERRYN, Pierre. **Atlas Bordas Historique et Géographique**. Paris: Bordas, 1988. p. 33.

naturais ou sociais que se manifestam na superfície terrestre. Um dos objetivos em se trabalhar com as representações cartográficas é o de se estabelecer articulação entre conteúdo e forma, utilizando a linguagem cartográfica para que se construam determinados conceitos. [...] De acordo com Simielli, a leitura de mapas pelos alunos do ensino fundamental e médio implica a constituição de um trabalho em três níveis: 1. Localização e análise: o aluno localiza e analisa um determinado fenômeno no mapa; 2. Correlação: ele correlaciona duas, três ou mais ocorrências; 3. Síntese: o aluno analisa, correlaciona aquele espaço e faz uma determinada síntese de tudo.

[...] Entre outras disciplinas nas quais o uso de mapas é importante, destaca-se a História. Sobre o ensino dessa disciplina, podemos afirmar que sempre foi, predominantemente, realizado por meio da leitura de textos escritos. No entanto, mesmo nos primórdios do ensino de História no Brasil, no século XIX, [...] a Geografia era apresentada como essencial no auxílio à compreensão dos conteúdos históricos. [...] Estando no livro didático ou projetado na parede da sala de aula, os mapas servem como complementos ao texto escrito ou à fala do professor. Essa é uma função importante para esse tipo de recurso, mas também podemos considerar que os mapas podem ser utilizados como documento histórico, mesmo em sala de aula. [...]

SILVA, Fábio Luiz da; NASCIMENTO, Claudinei Ferreira do. Ponderações sobre o uso de mapas em aulas de Geografia e História. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 16, n. 4, p. 358-359, 2015.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Ponderações sobre o uso de mapas em aulas de Geografia e História

As diversas representações cartográficas quando utilizadas em sala de aula, com base em uma metodologia que defina tais métodos cartográficos, constituem elementos essenciais para a compreensão e localização do espaço. Os profissionais de ensino em Geografia devem insistir nisso, pois trabalhar com a linguagem cartográfica capacita o aluno no sentido de desenvolver a percepção do seu espaço de vivência e de questões mais complexas em relação à representação e compreensão do espaço geográfico. No entanto, a leitura e o entendimento dessas representações não são tão simples.

[...] O mapa deve servir como auxílio na compreensão dos fenômenos

ENCAMINHAMENTO

• Destacar que, durante sua marcha, os soviéticos foram libertando das mãos dos nazistas os países ocupados por eles: Bulgária, Romênia, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• GUERRA nas Ilhas do Pacífico: EUA × Japão. Duração: 1h12min. Disponível em: <http://livro.pro/e6bwzo>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Vídeo sobre batalhas nas principais ilhas do oceano Pacífico.

• CENAS da batalha de Iwo Jima (Japão, 1945). Duração: 4min34s. Disponível em: <http://livro.pro/o88n4d>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Vídeo com imagens raras da Batalha de Iwo Jima.

Texto de apoio

O afastamento de Mussolini

A consciência de que tinham sido fraudados por Mussolini começou paulatinamente a se afirmar entre os italianos: a guerra não era relâmpago, os poucos sacrifícios anunciados transformavam-se em pesadas renúncias a longo prazo, com todas as dificuldades da economia de guerra (racionamento, mercado negro, forte aumento do custo de vida), o nível de consumo baixava a pontos nunca atingidos, mesmo na Primeira Guerra, a fome tornava-se geral, o aliado alemão transformava-se em chefe indiscutível.

O descontentamento agravou-se a partir do final de 1942, com o bombardeio dos centros industriais do Norte e de outras cidades, que atingiu Roma pela primeira vez em julho de 1943. Um sintoma evidente dessa situação veio à tona com as greves operárias de março de 1943, no Norte, determinadas por motivos econômicos, mas com inequívocas marcas políticas: o culto do *duce* ia declinando em todo o país. [...]

Na verdade, já no início de 1943 a superioridade dos Aliados já era flagrante. Com a conquista da Tunísia e o controle do Mediterrâneo, as tropas anglo-americanas puderam facilmente desembarcar na Sicília, em julho, acolhidas como libertadoras. Nesse clima, amadureceu o plano da monarquia de se livrar de Mussolini sem pôr em discussão o marco conservador de gestão pública do país. [...]

Para executar seu plano, o Rei contava com o apoio de uma parte dos líderes fascistas, que esperavam ser utilizados politicamente depois da queda de Mussolini. Chegou-se, assim, à tumultuada sessão do Grande Conselho de 24 de julho, no qual se registrou um voto de desconfiança do *duce*, que na noite do dia seguinte, saindo de um colóquio com o Rei, foi preso. A notícia desencadeou algumas manifestações de entusiasmo popular, e em todas as cidades a multidão abateu as insígnias dos *fasci*, as estátuas e os sinais exteriores do regime.

TRENTO, Ângelo. **Fascismo italiano**. São Paulo: Ática, 1993. p. 68-70.

A ofensiva dos Aliados

A partir de 1943, o exército soviético começou a marchar em direção a Berlim, capital da Alemanha, abrindo a **primeira frente de luta** dos Aliados contra o Eixo.

No Pacífico, os Estados Unidos, que já tinham vencido o Japão na Batalha de Midway, assumiam a ofensiva na guerra. Então, uma parte das tropas anglo-americanas partiu para a contraofensiva na Ásia, e a outra foi para o norte da África, onde, depois de muitos combates, conseguiu libertar a região da ocupação nazista.

Estabelecidos no norte da África, os Aliados reassumiram o controle do Mediterrâneo e puderam, então, abrir uma **segunda frente de luta** contra o Eixo: saindo do norte da África, desembarcaram na ilha da Sicília e partiram para a libertação da Itália.

Conforme as forças anglo-americanas avançavam, os próprios fascistas italianos forçaram a renúncia de Mussolini e assinaram um acordo de paz com os Aliados. Mussolini, porém, não se deu por vencido e, com a ajuda dos alemães, organizou um governo fascista no norte do país. Esse governo, porém, durou pouco: os próprios italianos, com a ajuda dos Aliados, libertaram Roma e, em abril de 1945, venceram os fascistas no norte da Itália. Mussolini e sua companheira foram capturados e mortos pela resistência popular italiana.

Desembarque de soldados aliados nas praias da Sicília. Itália, 1943.

DIGITAL PRO

O Dia D na França e a derrota da Alemanha

Após a libertação da capital da Itália, em 4 de junho de 1944, os Aliados abriram a **terceira frente de luta** contra os nazistas, desembarcando na Normandia (no noroeste da França). O dia escolhido para o desembarque, 6 de junho de 1944, foi chamado de Dia D, em código, para que os alemães não pudessem identificar a data nas transmissões por rádio.

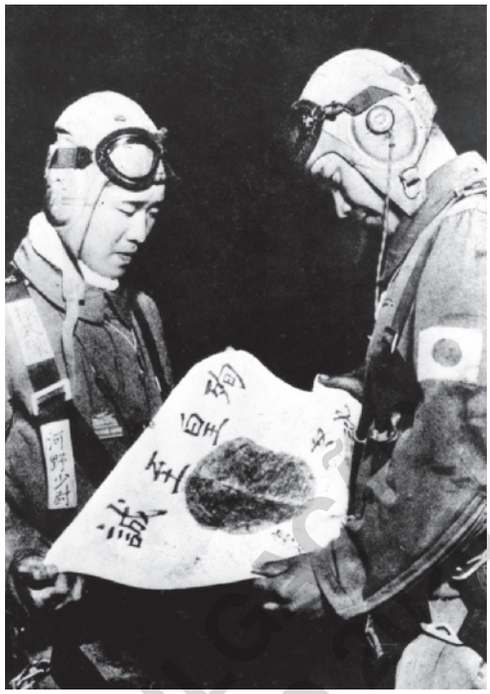
Os alemães foram pegos de surpresa e o avanço anglo-americano tornou-se irresistível: em agosto de 1944, os Aliados libertaram Paris das mãos dos nazistas. A seguir, marcharam em direção a Berlim, que passou a ser bombardeada por anglo-americanos, de um lado, e soviéticos, de outro. Combatendo em várias frentes, o Terceiro *Reich* estava com os dias contados.

Hitler exigiu então que todos os alemães entrassem na luta: idosos, mulheres e crianças receberam armas para lutar até a morte. Mas foi em vão. Em 30 de abril de 1945, diante da derrota iminente, Hitler e Eva Braun, com quem ele havia se casado quatro dias antes, suicidaram-se. Em 8 de maio de 1945, os alemães assinavam sua rendição incondicional. Era o fim da guerra na Europa.

Bombas sobre o Japão

No Extremo Oriente, entretanto, o Japão continuava resistindo ao avanço dos Estados Unidos das mais variadas formas. Uma delas assombrou o mundo: seus pilotos suicidas – os *kamikazes* – atiravam-se sobre os navios estadunidenses em aviões carregados de explosivos.

Com o objetivo de apressar a rendição japonesa e demonstrar ao mundo o seu enorme poderio bélico, os Estados Unidos lançaram duas bombas atômicas sobre o Japão: a primeira em **Hiroshima** (6 de agosto de 1945) e a segunda em **Nagasaki** (9 de agosto).



KEYSTONE PICTURES USA/ALAMY/FOTOARENA

Kamikazes olham a bandeira do Japão antes de seu último voo. *Kamikaze* significa "vento divino" e é uma homenagem ao tufão que impediu que o Japão fosse invadido pelo exército de Kublai Khan, no século XIII. Os aviões pilotados pelos *kamikazes* levavam combustível só para a ida. Japão, 1941.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

- CENAS reais da Segunda Guerra Mundial. Duração: 26min49s. Disponível em: <http://livro.pro/sm2q6n>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Vídeo com cenas da Segunda Guerra Mundial.

Texto de apoio

Uma vítima fala da tragédia

O documento a seguir é o depoimento de um sobrevivente da tragédia de Hiroxima. [...]

Eu tinha 15 anos quando a bomba caiu. Trabalhava numa fábrica de espoletas e bombas navais, a três quilômetros do centro de Hiroxima [...]. Em casa só moravam meus pais, eu e meu irmão mais velho, Shoji, que na época tinha 18 anos. [...]

No dia 6 de agosto de 1945, eu e Shoji saímos para trabalhar, por volta das 7 horas [...]. Estava tudo tranquilo, como todos os dias. De repente, ouvi um barulho grande, que não sabia se era de bomba ou da fábrica desabando. Lembro-me de que fui arremessado a vários metros, mas só percebi isso ao acordar, tempos depois. Só tive forças para gritar. Um pouco mais tarde, quatro trabalhadores que estavam fora da fábrica na hora da explosão me encontraram e me arrastaram para fora. Estava com três costelas quebradas. [...]

O centro da cidade era uma imensa fogueira. Ainda pensei em meus pais, mas logo entendi que nunca mais os encontraria. Meus companheiros queriam fugir, mas ninguém sabia em que direção, por causa da fumaça. Então alguém se lembrou dos trilhos do bonde. Seguindo por eles, uns quatro ou cinco quilômetros, a gente saía num campo de treinamento militar, próximo do mar, onde havia também o hospital militar. Fomos seguindo os trilhos. Já estávamos quase chegando quando uma chuva preta começou a cair. Parecia pólvora de granada molhada, com um cheiro muito forte. Quando chegamos ao campo, havia mais de 5 mil pessoas feridas espalhadas, muitas quase mortas. Soube depois que dos 2 mil operários da fábrica onde trabalhava, mais de 1700 morreram na hora da explosão.

[...]

[...] Na semana seguinte à explosão, um grupo de socorro do povoado, que fora trabalhar em Hiroxima, voltou de lá doente; alguns morreram. Durante dois anos não consegui trabalhar – estava muito fraco, respirava com dificuldade. Voltei para Hiroxima em 1947. Quase não a reconheci: só havia barracões. Passei a trabalhar na Estrada de Ferro Nacional do Japão, mas ninguém se preocupou com minha saúde: não recebi nenhuma ajuda do governo, nunca se preocuparam com minha situação de sobrevivente da bomba.

DEPOIMENTO de Shinji Mukai ao repórter Aureliano Biancarelli. Uma vítima da tragédia. **Veja**, São Paulo, p. 34, 13 ago. 1975. Apud MARQUES, Adhemar Martins. **História contemporânea através de textos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991. p. 172-174. (Textos e documentos, 5).

ENCAMINHAMENTO

• Informar que o Tribunal comprovou que os nazistas cometeram vários crimes contra a humanidade, como a matança de milhares de ciganos, religiosos e homossexuais, e o extermínio sistemático e planejado de 6 milhões de judeus (genocídio).

IMAGENS EM MOVIMENTO

• SOBREVIVENTES voltam a Auschwitz 70 anos depois. Duração: 1min33s. Disponível em: <http://livro.pro/y8c6h2>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Reportagem sobre a libertação do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia.

Texto de apoio

Uma tentativa de explicar o Holocausto

O ápice da radicalização fascista foi o assassinato dos judeus pelos nazistas. Nenhuma prova comum pode fazer justiça ao Holocausto, mas os relatos mais convincentes possuem duas qualidades. Primeiramente, levam em conta não apenas o ódio obsessivo que Hitler mantinha pelos judeus, mas também os milhares de subordinados cuja participação nas ações cada vez mais violentas contra eles fez com que o mecanismo funcionasse. Sem essas participações, as fantasias assassinas de Hitler teriam permanecido apenas fantasias. [...]

A outra qualidade é o reconhecimento de que o Holocausto se desenvolveu passo a passo, indo de atos menores a atos progressivamente mais odiosos. [...]

A primeira fase foi a segregação: marcar os inimigos internos, apartá-los da nação e suprimir seus direitos de cidadania. [...] As leis de Nuremberg de 15 de setembro de 1935, proibindo casamentos mistos e anulando a cidadania dos judeus, elevaram a segregação ao nível de política estatal. [...]

A segunda categoria dos desdobramentos que ajudaram a preparar a "disposição a matar" foram os bloqueios, as emergências e as crises que fizeram que os judeus se tornassem o que parecia ser uma carga insuportável para os administradores dos territórios conquistados. Um desses bloqueios foi o fracasso na tomada de Moscou, que impediu a aplicação do plano de expulsar todos os judeus do Leste Europeu conquistado para o interior remoto da Rússia. Uma emergência de primeira importância foi a escassez de alimentos para as forças invasoras alemãs. Os planejadores militares alemães haviam se decidido por alimentar as forças de invasão com os recursos das áreas invadidas, tendo pleno conhecimento de que isso significava matar de fome as populações locais. Quando o fornecimento local caiu abaixo do esperado, começou a busca pelas "bocas inúteis". Na mentalidade pervertida dos administradores nazistas, os judeus e os ciganos, além disso, representavam uma ameaça à segurança das forças alemãs. Uma outra emergência foi criada pela chegada de trens lotados de alemães étnicos à espera de reassentamento, para os quais tinha que ser aberto espaço. [...]

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 260-261, 267.

O Holocausto

Em 20 de novembro de 1945, começou o julgamento dos dirigentes nazistas no Tribunal de Nuremberg, instalado na Alemanha. Um dos piores crimes que o Tribunal de Nuremberg comprovou ter sido cometido pelos nazistas foi o extermínio de milhões de judeus.

Em janeiro de 1942, os líderes nazistas decidiram que matariam todos os judeus que pudessem em campos de extermínio, especialmente construídos para essa finalidade. Os nazistas chamaram seu plano de "Solução Final". Os campos de extermínio eram autênticas "fábricas de morte". Assim que chegavam a esses campos, idosos, doentes e crianças eram mandados imediatamente para as câmaras de gás sem que soubessem disso; os carrascos nazistas diziam que a fila era para os prisioneiros tomarem banho de chuveiro.

Antes de a guerra terminar, as notícias sobre o extermínio cometido nesses campos eram vistas como "exagero" ou "invenção" da propaganda dos Aliados. Mas com o fim da guerra vieram à tona inúmeras provas desse crime contra a humanidade, e não foi mais possível esconder o horror. Calcula-se que nesses campos foram mortos cerca de 6 milhões de judeus, 300 mil ciganos e centenas de milhares de soviéticos, homossexuais, deficientes físicos, padres e pastores que pregavam contra a guerra. Esse extermínio sistemático ficou conhecido como **Holocausto**.

KEYSTONE/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Famílias judias acossadas por soldados nazistas no Gueto de Varsóvia, na Polônia, em maio de 1943. Após uma revolta em que 20 soldados nazistas foram mortos, as tropas nazistas eliminaram 15 mil judeus e levaram os sobreviventes para campos de extermínio.

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

ATIVIDADES

I Retomando

1. Leia a seguir um trecho do discurso que Winston Churchill fez na Câmara dos Comuns da Inglaterra em março de 1938.

> A gravidade do evento de 11 de março não pode ser exagerada. A Europa se confronta com um programa de agressão, calculado e determinado no tempo, desvelando-se estágio por estágio. Só há uma escolha visível, não só para nós, mas para os outros países que estão infelizmente preocupados: ou nos submetemos, como a Áustria, ou então devemos tomar medidas efetivas, enquanto resta tempo para evitar o perigo [...].
>
> CHURCHILL, Winston. **Jamais ceder!**: os melhores discursos de Winston Churchill. Trad. Antônio Carlos Braga. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 150.

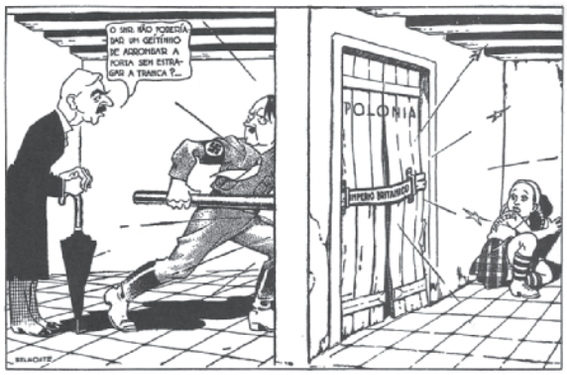
a) A que evento, ocorrido em 11 de março de 1938, Winston Churchill se refere?

b) De que maneira Winston Churchill vê a anexação da Áustria por Hitler?

c) Para Churchill, o que a Grã-Bretanha devia fazer frente ao expansionismo alemão?

d) Justifique o temor de Churchill diante do expansionismo alemão.

2. Observe a imagem com atenção.



BELMONTE

a) O que Hitler está fazendo?

b) Qual é a atitude do primeiro-ministro inglês, Chamberlain?

c) O que ou quem a menina está representando?

d) O que o artista quis criticar?

3. Sobre a Conferência de Munique, responda:

a) O que motivou essa conferência e quem participou dela?

b) Explique o que ficou decidido e em que consistia a política de apaziguamento.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. a) Winston Churchill refere-se à anexação da Áustria por Hitler.
   b) Winston Churchill vê com preocupação a anexação da Áustria por Hitler; em sua opinião, esse fato levaria a um aumento da violência.
   c) Winston Churchill mostra duas opções: ou se submeter a Hitler, como fez a Áustria, ou tomar medidas efetivas contra o nazismo, isto é, resistir a ele.
   d) Após anexar a Áustria e os Sudetos, Hitler mirou a Polônia dando início à Segunda Guerra Mundial.
2. a) Invadindo a Polônia.
   b) O primeiro-ministro inglês mantém uma atitude apaziguadora.
   c) Está representando o Dantizg (corredor polonês).
   d) O artista critica as pretensões expansionistas de Hitler e a atitude apaziguadora da Inglaterra.
3. a) O motivo foi a decisão de Hitler de exigir a posse dos Sudetos, região da Tchecoslováquia habitada por 3 milhões de alemães. Participaram dela: Hitler, Mussolini (Itália), Neville Chamberlain (Inglaterra) e Daladier (França).
   b) Ficou decidido que a Alemanha podia ocupar os Sudetos. A principal interessada – a Tchecoslováquia – não foi convidada para a reunião. A política de apaziguamento consistia em ceder territórios à Alemanha a fim de evitar a guerra. O principal motivo dessa política é que muitos dirigentes franceses e ingleses viam em Hitler um guardião do capitalismo na luta contra o comunismo soviético; ou seja, um mal menor do que o "perigo comunista".

Texto de apoio

O discurso como arma de guerra e persuasão na Segunda Guerra Mundial

[...]

Ao longo de setembro e outubro de 1938, ocorre a crise dos Sudetos, na Tchecoslováquia. O Primeiro-ministro Neville Chamberlain faz três viagens, em duas semanas, à Alemanha, numa tentativa de apaziguar Hitler e gerar um acordo duradouro de paz. Em 1º de outubro, Chamberlain volta de um encontro com Hitler em Munique e, na saída do avião, balança euforicamente um papel onde constava o acordo que dizia que Alemanha e Inglaterra jamais se encontrariam em uma guerra novamente. Churchill, de forma dissonante à euforia que tomava conta do Parlamento e da imprensa faz um duro discurso em 5 de outubro. Finaliza declarando: "E não pensem que este é o fim. Este é apenas o começo do ajuste de contas. Este é apenas o primeiro trago, a primeira antecipação de uma amarga taça que será oferecida a nós ano a ano, a não ser que, por uma suprema recuperação de nossa saúde mental e nosso vigor militar, levantemo-nos de novo e mantenhamos nossa postura pela liberdade, como nos velhos tempos" [...].

SONDERNANN, Ricardo. **O discurso como arma de guerra e persuasão**: análise de discursos de Winston Churchill durante a Segunda Guerra Mundial. 2013. 280 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 90-92.

RESPOSTAS

4. Alternativa D.
5. Alternativa C.

Texto de apoio

O apaziguamento de Hitler

Chamberlain [...] continuava a fazer concessões a Hitler à margem dos checoslovacos. Sempre que era acordado um ponto, Hitler faria uma nova reivindicação que ultrapassa o já aceito. Decidido a pôr fim à questão, Chamberlain propôs uma conferência conjunta entre o Reino Unido, Alemanha, Itália, França e Checoslováquia para decidir o destino dos Sudetos, a ser reunida em Munique a 29 de setembro. A União Soviética foi deliberadamente excluída, já que os britânicos tinham a convicção que a sua presença na conferência resultaria numa paralisação das conferências dada a sua profunda convicção em travar Hitler e a garantir a integridade territorial checoslovaca, para além do facto de não terem confiança nas pretensões soviéticas. Nessa reunião foi decidida a evacuação total dos Sudetos, tendo os checoslovacos – que tinham sido afastados das conversações – de abandonar todas as instalações intactas, assim como abandonar no local todos os equipamentos militares, assim como bens pessoais da população. Nenhuma compensação seria paga ao Estado checoslovaco, nem às famílias afetadas. Com esta decisão, a Checoslováquia viu-se completamente despida de todas as medidas defensivas que tinha vindo a criar ao longo dos anos, nomeadamente a linha defensiva de fortificações ao longo da fronteira, assim como parte importante da sua capacidade militar. Estava portanto completamente desprovida de qualquer capacidade de fazer frente a mais concessões alemãs no futuro.

Quando os soviéticos tomaram conhecimento do acordado nos Acordos de Munique, o sentimento de total decepção não foi escondido. Potemkin, o Vice-Comissário para os Assuntos Externos da União Soviética, disse ao embaixador francês em Moscovo: "Meu pobre amigo, que fizeram vocês? Para nós não nos resta outra alternativa senão uma quarta divisão da Polónia.". Este comentário demonstra perfeitamente como os soviéticos encaravam agora a forma de parar Hitler. Os seus esforços ao longo de 1938 em espelhar o conceito de segurança coletiva em medidas concretas tinham sido mal recebidas pelos líderes ocidentais, que procuravam uma diferente abordagem à questão alemã, e como tal estava claro que essa via não era eficaz na garantia da segurança da União Soviética. Estaline tinha agora de abrir caminho a uma aproximação à Alemanha e começar a encarar de forma mais séria e dedicada a terceira hipótese: o apaziguamento de Hitler à sua própria maneira.

PORFÍRIO, Manuel António Ferreira de Almeida. **O pacto germano-soviético**: a política externa soviética vista de uma perspectiva do realismo ofensivo. 2012. 84 f. Mestrado (Ciência Política e Relações Internacionais)–Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012. p. 29-30.

4. A fotografia a seguir foi tirada em Cheb, Tchecoslováquia, em 1938.

BETTMANN/GETTY IMAGES

Qual das frases a seguir poderia ser a legenda correta dessa foto?

a) Diante da omissão de ingleses e franceses, nazistas invadem a Tchecoslováquia e são mal recebidos por sua população.

b) Após a crise dos Sudetos, mulheres choram devido ao início da Segunda Guerra Mundial.

c) Após a Conferência de Munique, alemães dos Sudetos aceitam passivamente a entrada dos nazistas na Tchecoslováquia.

d) População dos Sudetos reage de maneiras diferentes à invasão nazista de seu território, após a Conferência de Munique.

e) Mulheres choram após a invasão soviética dos Sudetos durante a Segunda Guerra Mundial.

5. (Unesp-SP) Observe o cartaz, difundido durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A imagem representa:

a) a nacionalização de empresas estrangeiras pelo governo japonês.

b) a propaganda estadunidense contra o Japão nos anos anteriores a Pearl Harbor.

c) a superioridade do guerreiro samurai japonês diante das forças dos aliados.

d) o bombardeio das cidades de Hiroshima e Nagasaki pela aviação estadunidense.

e) a aliança entre o Japão e a União Soviética contra o imperialismo capitalista.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PASSADO

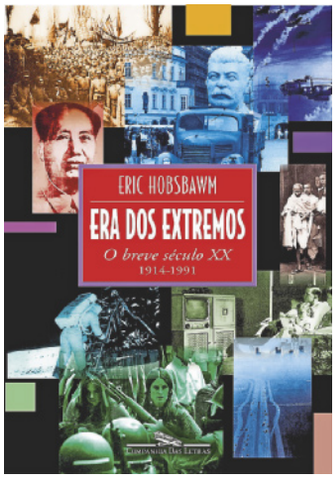
A carta a seguir é de um jovem italiano de 22 anos, fuzilado em 21 de fevereiro de 1944, na França. Ele escreve para a sua mãe da prisão.

Querida mamãe: de todas as pessoas que conheço, a senhora é a única que vai sentir mais, por isso meus últimos pensamentos são para a senhora. Não culpe ninguém mais por minha morte, porque eu mesmo escolhi minha sorte.

Não sei como lhe escrever, porque [...] não consigo encontrar as palavras certas. Assumi meu lugar no Exército de Libertação, e morro quando a luz da vitória já começa a brilhar. [...] Vou ser fuzilado daqui a pouco com 23 outros camaradas.

Depois da guerra a senhora deve exigir seus direitos a uma pensão. Eles lhe entregarão minhas coisas na prisão, só que estou ficando com o colete de papai, porque não quero que o frio me faça tremer. [...]

Mais uma vez, digo adeus. Coragem!



Fac-símile da capa do livro **Era dos extremos**, de Eric Hobsbawm.

Seu filho,
Spartaco Fontanot, metalúrgico, 22 anos, 1944 [...].

Citado por HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 144.

a) É possível afirmar que Spartaco demonstra convicção política? Justifique.

b) Sabendo-se que ele foi executado na França, responda: qual seria a razão de sua condenação à morte?

c) Além do viés político, a carta de Spartaco toca o leitor por sua dimensão humanitária. Reflita e comente esse aspecto da carta.

d) Em que contexto a carta foi escrita? Justifique.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

Vozes do passado

a) Sim; basta dizer que ele assume ser o único responsável por sua morte, decorrente de seu engajamento político nas forças de resistência antinazistas.

b) A razão era a sua luta contra o regime que os nazistas tinham implantado na França.

c) Na carta, Spartaco mostra-se preocupado com a sobrevivência de sua mãe e lhe pede para requerer a pensão a que ela terá direito com a morte dele.

A questão oportuniza o trabalho com valores como solidariedade, companheirismo e generosidade.

d) Com base em elementos fornecidos pela própria carta, pode-se concluir que ela foi escrita no contexto da Segunda Guerra Mundial, que opôs os Aliados às forças do Eixo. A carta foi escrita no penúltimo ano da guerra e seu emitente integrava as forças de resistência antinazistas.

Texto de apoio

Cartas como fonte histórica

A publicação de coletâneas de cartas anotadas e comentadas vem crescendo como fenômeno editorial paralelo ao da oferta de biografias, iniciado na década de 1980. Uma nova perspectiva historiográfica levou ao florescimento da narrativa, à revalorização do indivíduo, da vida privada e dos estudos sobre cultura, abrindo um espaço importante para os escritos biográficos e autobiográficos. A menor ênfase na História quantitativa e serial e nos grandes modelos explicativos e o "retorno" do político juntamente com o da curta duração do evento singular possibilitaram essa mudança.

[...]

Os escritos autobiográficos abrem um grande campo de possibilidades para o historiador. Resultam de atividades solitárias de introspecção, ainda que sua autoria possa ser partilhada por secretários, assessores ou familiares. Trata-se de escrita de si, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta.

Nos documentos que a expressam, entre eles as cartas, a palavra constitui o meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito.

Não se trata propriamente de novidade, pois as cartas constituem um gênero cultivado desde a Antiguidade como forma literária e fontes de informações para os estudos biográficos. Desde o século XVIII assumiram também uma dimensão educativa, passando a ser utilizadas na formação dos jovens, graças ao reconhecimento de seu papel como "arte formadora da existência". Nos dias atuais, as cartas perderam espaço na vida cotidiana dos indivíduos, porém os avanços da tecnologia permitiram o aparecimento de novas formas e novos suportes de textos de escrita de si. Tal é o caso dos *e-mails*, *blogs* e *sites* de exposição virtual da vida privada, com ampla rede de leitores que compartilham as informações, num peculiar e interessante cruzamento entre o público e o privado, que escapa ao controle de seu autor para alcançar circulação planetária.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p. 195-196.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

Vozes do presente

a) Quando a Alemanha começou a acumular vitórias na Europa e a guerra se estendeu ao norte da África.

b) O Birô Internamericano propunha-se a estimular as economias latino-americanas e disseminar os valores estadunidenses por meio de programas nas áreas de educação, cultura e propaganda.

c) O personagem foi criado no contexto da política da boa vizinhança posta em prática pelos Estados Unidos na América Latina; nesse contexto, Walt Disney e sua equipe viajaram ao Brasil para "arrumar um parceiro para o Pato Donald"; o objetivo da viagem, no entanto, era político. A intenção dos estadunidenses era estreitar relações comerciais com o Brasil e afastar a influência alemã no governo Vargas. O então famoso cartunista carioca, J. Carlos, fez os primeiros desenhos do personagem. O Zé Carioca estreou nos quadrinhos na **Revista do Pato Donald**, em 1950.

d) Ele a critica dizendo que ela foi apresentada como uma via de mão dupla, quando, na verdade, consistiu na divulgação unilateral de valores e produtos norte-americanos.

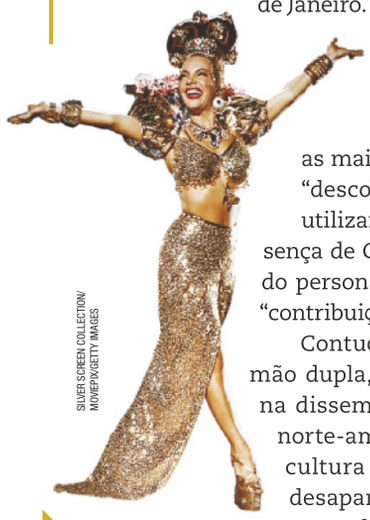
e) Resposta pessoal.

Professor: a intenção desta atividade é estimular o aluno a avaliar e opinar, um exercício importante para a educação histórica e o exercício da cidadania.

VOZES DO PRESENTE

A política da boa vizinhança

À medida que [...] a guerra se espalhava [...] e o Eixo conquistava cada vez mais simpatizantes na América do Sul, os esforços norte-americanos para garantir o apoio latino-americano às suas políticas iam sendo ampliados. Em agosto de 1940, foi criado o [...] "Birô Interamericano" ou simplesmente "Birô", e tinha sede no Rio de Janeiro. Suas funções eram promover medidas para estimular a recuperação das economias da América Latina e produzir programas de educação, cultura e propaganda que disseminassem os valores norte-americanos [...].



SILVER SCREEN COLLECTION/ MOVIEPIX/GETTY IMAGES

A atriz e cantora Carmem Miranda, c. 1950.

[...] Das medidas de "boa vizinhança" empreendidas, as mais visíveis foram aquelas de caráter cultural. Hollywood "descobriu" a América Latina e vários filmes foram feitos utilizando suas temáticas, cenários e atores. No Brasil, a presença de Carmem Miranda em películas de Hollywood, a criação do personagem Zé Carioca, por Walt Disney [...], tornaram-se as "contribuições" mais notórias. [...]

Contudo, por mais que se apresentasse como uma via de mão dupla, na verdade a política de "boa vizinhança" consistiu na disseminação unilateral de valores e produtos de consumo norte-americano. [...] Quando a guerra acabou, a presença da cultura latino-americana nos Estados Unidos praticamente desapareceu e os **estereótipos** pouco edificantes voltaram a preencher as telas do cinema, as páginas de jornais, revistas e livros e a própria política externa do país.

Estereótipo: ideia ou visão preconcebida sobre alguém ou algo; preconceito.

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 30-32.

a) Segundo o texto, em que momento da Segunda Guerra os Estados Unidos redobraram seus esforços para conquistar aliados na América Latina?

b) Visando estabelecer ou estreitar alianças na América Latina, os Estados Unidos criaram o "Birô Interamericano", com sede no Rio de Janeiro; quais eram suas funções?

c) Em que contexto se deu a criação do personagem Zé Carioca?

d) Como o autor do texto analisa a política de boa vizinhança?

e) **Em dupla**. Debatam, reflitam e respondam: qual a visão de vocês sobre a política da boa vizinhança? Se necessário, pesquisem sobre ela para argumentar com mais consistência.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

134

CAPÍTULO

9 A GUERRA FRIA

Guerra Fria? Estranho, não é mesmo?

Quando ouvimos a palavra "guerra", geralmente nos vêm à cabeça bombas, gritos desesperados, fogo e fumaça – uma série de imagens muito "quentes". Então, o que terá sido essa tal **Guerra Fria**?

Guerra Fria: período que vai do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até o desmembramento da União Soviética, em 1991.

A Guerra Fria consistiu em um conflito permanente entre os Estados Unidos e a União Soviética, no qual os dois lados evitavam o confronto militar direto, temendo que o uso de armas nucleares levasse à destruição de ambos. Mas, para defender seus interesses, ajudar seus aliados e expandir suas áreas de influência, os dois lados usaram a propaganda, a espionagem e a violência.

HERALDODELSUR/DIGITALVISION VECTORS/GETTY IMAGES

A luta pela supremacia mundial. Urso russo e águia estadunidense brigam pelo controle do mundo.

» **Como será que foi viver nos tempos da Guerra Fria? Você sabia que foi uma época de muito medo de um ataque nuclear? Sabia que o medo era tão grande que as pessoas construíram abrigos nucleares abaixo da terra? Será que essa era do medo acabou? Ou pode voltar?**

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades **EF09HI15**, **EF09HI16** e **EF09HI28** da BNCC, citadas a seguir:

– Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização.

– Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.

– Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: TESES equivocadas sobre a ordem mundial Pós-Guerra Fria. Disponível em: <http://livro.pro/f9ba96>; e A GUERRA Fria: breves notas para um debate. Disponível em: <http://livro.pro/i5kp7z>. Acessos em: 12 nov. 2018.

Dica de leitura

- GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Esse livro é do professor John L. Gaddis, da Universidade de Yale, um especialista no assunto. Suas páginas bem escritas podem alargar a nossa visão sobre os anos tensos vividos pela humanidade entre 1945 e 1989, genericamente denominados Guerra Fria.

Texto de apoio

A vitória na Segunda Guerra Mundial [...] não gerou qualquer sensação de segurança nos vencedores. Em fins de 1950, nem os Estados Unidos, nem a Inglaterra e tampouco a União Soviética podiam considerar que as vidas e os recursos dispendidos para derrotar a Alemanha e o Japão os tinham tornado mais seguros: os membros da Grande Aliança eram agora adversários na Guerra Fria. Os interesses afinal eram incompatíveis; as ideologias se conservavam no mínimo tão polarizadas quanto antes da guerra; temores de um ataque-surpresa continuavam a inquietar os militares de Washington, Londres e Moscou. Uma competição pelo destino da Europa no pós-guerra agora se estendera à Ásia. A ditadura de Stálin permanecia tão cruel – e dependente dos expurgos – quanto sempre fora, mas, com o surgimento do macarthismo nos Estados Unidos e diante de provas irrefutáveis de que houvera espionagem dos dois lados do Atlântico, não estava mais claro se as democracias ocidentais poderiam preservar a tolerância com as dissidências e o respeito pelas liberdades civis que as distinguiam dos ditadores, fossem das variedades fascista e comunista.

Encontros entre os vencedores

KEYSTONE-FRANCE/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

Soldados ingleses sob uma imagem gigantesca de Churchill, Roosevelt e Stalin (da esquerda para a direita). Alemanha, 1945.

Em fevereiro de 1945, antes mesmo do final da Segunda Guerra Mundial, três grandes líderes dos países vencedores – Churchill (**Inglaterra**), Roosevelt (**Estados Unidos**) e Stalin (**União Soviética**) – reuniram-se na **Conferência de Yalta**, na União Soviética, para discutir os rumos do mundo. Nela, os países ocidentais concordaram em ceder uma parte da Polônia para a União Soviética e permitir o aumento da influência soviética nos países do Leste Europeu, como Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária, libertados do domínio nazista com a ajuda das tropas soviéticas. E isso foi feito sem que esses países fossem ouvidos.

Meses depois, com a Alemanha já vencida, os Aliados reuniram-se novamente; desta vez em Berlim, na **Conferência de Potsdam**. Nessa Conferência, os Aliados tomaram uma série de medidas: a) a destruição de todos os símbolos, livros e monumentos nazistas (desnazificação da Alemanha); b) a criação do Tribunal de Nuremberg, para julgar os criminosos de guerra; c) a divisão da Alemanha em quatro setores de ocupação: estadunidense, soviético, inglês e francês. A capital da Alemanha, Berlim, também foi dividida entre os vencedores. Observe o mapa.

Divisão e ocupação da Alemanha (1949)

RENATO BASSANI

Fonte: SERRYN, Pierre; BLASSELLE, René. **Atlas Bordas Géographique et Historique**. Paris: Bordas, 1998. p. 38.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

"A verdade é que em cada um de nós, bem no fundo, em algum lugar, existe uma pequena dose de totalitário", disse Kennan aos estagiários do National War College em 1947. "É a luz estimulante da confiança e da segurança que mantém este gênio do mal submerso [...]. Se desaparecerem a confiança e a segurança, não pensem que ele não estará esperando para substituí-las". Esse alerta partido do criador da estratégia da contenção – de que o inimigo a ser contido poderia facilmente estar entre os beneficiários da liberdade quanto entre seus inimigos – demonstrou o quanto difundiria o medo numa ordem internacional de pós-guerra na qual se depositavam tantas esperanças. Isso ajuda a explicar por que o livro **1984** de Orwell se tornou sucesso literário instantâneo quando foi publicado em 1949.

[...]

[Ainda segundo Kennan] Elas retrocedem para além das fronteiras da civilização ocidental, para os conceitos de guerra em certa época familiares às hordas asiáticas. Realmente não podem se ajustar a um propósito político voltado para a modelagem e não para a destruição da vida do adversário. Não conseguem levar em consideração a responsabilidade final do homem pelo seu semelhante e até mesmo pelos erros e equívocos uns dos outros. Implicam a admissão de que o homem não pode ser, mas é seu próprio e mais terrível inimigo.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 44-45.

A Organização das Nações Unidas

A destruição material e humana causada pela Segunda Guerra Mundial foi a maior já ocorrida na história da humanidade até então. Palco da maior parte dos conflitos, o continente mais prejudicado foi, com certeza, a Europa. Veja o que o líder britânico Winston Churchill disse sobre a Europa quando findou o conflito:

> "[O que é agora a Europa?] um monte de destroços, uma pilha de ossos, um terreno fértil para a peste e para o ódio". [...]
>
> CHURCHILL, Winston apud HORSLEY, William. *Fifty years of fraternal rivalry*. **BBC *News***, 19 mar. 2007. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6453889.stm>. Acesso em: 5 nov. 2018. Tradução nossa.

A guerra tinha deixado também nas mentes e nos corações a certeza de que o uso indiscriminado da força não era a solução para os problemas humanos. Nesse contexto, aflorou a preocupação com a paz mundial e representantes de 50 nações reuniram-se na Conferência de São Francisco (nos Estados Unidos), em 1945, na qual aprovaram a **Carta das Nações Unidas**. Em 24 de outubro desse mesmo ano, criaram a **ONU (Organização das Nações Unidas)**.

Os principais objetivos dessa organização eram (e continuam a ser):

> 1. Manter a paz e a segurança internacionais [...];
> 2. Desenvolver relações amistosas entre as nações [...];
> 3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais [...] e [...] promover [...] o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais [...]; e
> 4. [...] harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.
>
> ONU. **Carta das Nações Unidas**. Capítulo I. Propósitos e princípios. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap1/>. Acesso em: 17 out. 2018.

Com sede em Nova York (Estados Unidos), a ONU é ainda hoje o principal organismo internacional.

LEV RADIN/PACIFIC PRESS/SIPA USA/AP IMAGES/GLOW IMAGES

LOGOTIPO ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas reunidos em votação na sede da ONU em Nova York , 2018. No detalhe, símbolo oficial da ONU.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A criação da ONU

Terminada a Segunda Guerra Mundial, foi criada, em 26 de junho de 1945, pela Carta de São Francisco, a Organização das Nações Unidas, retomando o caminho interrompido da extinta Liga das Nações. A ONU não nasceu como organismo democrático: ficou assegurado ao pequeno grupo de Estados com assento permanente no seu Conselho de Segurança o controle das decisões pelo exercício do direito de veto. Porém, ante o balanço aterrorizante que os vencedores da guerra fizeram das atrocidades dos vencidos, impôs-se à comunidade internacional o resgate da noção de direitos humanos. A Carta de São Francisco, logo no seu artigo 1º, colocou como preceitos, entre outros, os seguintes: "Desenvolver relações entre nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião...". Iniciaram-se, então, os trabalhos que redundaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela resolução número 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

O contexto mundial em que essa Declaração foi redigida explica muito do seu conteúdo – em especial, por que se tornou impossível continuar recusando o *status* de direitos humanos aos chamados direitos econômicos, sociais e culturais.

> TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002. p. 189.

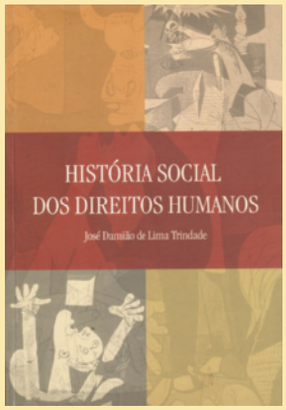
ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: A HISTÓRIA da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://livro.pro/9xnvmu>; e A ONU e os direitos humanos. Disponível em: <http://livro.pro/468qhy>. Acessos em: 12 nov. 2018.

Dica de leitura

- TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

Essa obra conduz o leitor a compreender a conquista dos direitos humanos como processo histórico e social.



EDITORA PEIRÓPOLIS

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: DE COMO o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. Disponível em: <http://livro.pro/8tv6uv>; e IDEIAS e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. Disponível em: <http://livro.pro/mykg89>. Acessos em: 12 nov. 2018.

Dialogando

a) Pretendiam aumentar o número de membros permanentes de 5 para 11.

b) Sim, pois provavelmente ele seria um dos seis novos membros permanentes no Conselho de Segurança da ONU e, como tal, teria maior poder de decisão na política internacional.

Texto de apoio

ONU no Brasil

As Nações Unidas têm representação fixa no Brasil desde 1947. A presença da ONU em cada país varia de acordo com as demandas apresentadas pelos respectivos governos ante a Organização. No Brasil, o Sistema das Nações Unidas está representado por agências especializadas, fundos e programas que desenvolvem suas atividades em função de seus mandatos específicos. A Equipe de País (conhecida por sua sigla em inglês, UNCT) está conformada pelos Representantes desses organismos, sob a liderança do Coordenador Residente.

O UNCT é presidido pelo Coordenador Residente, posto normalmente ocupado pelo Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e tem, entre suas principais funções, a missão de definir estratégias, coordenar o trabalho da Equipe e compartilhar informações entre todos seus participantes. A elaboração de iniciativas conjuntas entre os diversos escritórios, avaliar o trabalho da ONU no País e coordenar a ação dos diversos grupos interagências fazem também parte de sua missão.

Seu principal objetivo é maximizar, de maneira coordenada, o trabalho da ONU, para que o Sistema possa proporcionar uma resposta coletiva, coerente e integrada às prioridades e necessidades nacionais, no marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos demais compromissos internacionais.

A forma de apoio que o Sistema das Nações Unidas dá ao Brasil muda de uma agência para outra, já que elas desenvolvem no País as tarefas indicadas por seus respectivos mandatos e atuam em áreas específicas. Em geral, as agências atuam de forma coordenada, desenvolvendo projetos em conjunto com o governo – tanto em nível federal como estadual e municipal –, com a iniciativa privada, instituições de ensino, ONGs e sociedade civil brasileira, sempre com o objetivo de buscar, conjuntamente, soluções para superar os desafios e dificuldades presentes na criação e implementação de uma agenda comum em favor do desenvolvimento humano equitativo.

ONU BRASIL. **ONU no Brasil**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil/>. Acesso em: 27 set. 2018.

Direito de intervir: a intervenção precisa obter a maioria dos votos dos membros do Conselho e não ser vetada por nenhum dos membros permanentes.

Dica! Vídeo sobre o trabalho da ONU. Duração: 7 min. Disponível em: <http://livro.pro/pav8m2>. Acesso em: 24 nov. 2018.

DIALOGANDO

Em 2005, o Brasil, a Índia, o Japão e a Alemanha pleitearam a reforma do Conselho de Segurança.

a) Você sabe o que eles pretendiam com essa reforma?

b) Isso é interessante para o Brasil?

Os seis principais órgãos da ONU são o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral, o Secretariado, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela e a Corte Internacional de Justiça.

O **Conselho de Segurança** é responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais e tem o **direito de intervir** em qualquer disputa ou confronto entre dois ou mais países-membros. O Conselho é formado por 15 integrantes: dez eleitos para um período de dois anos e cinco permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França).

Os membros permanentes do Conselho de Segurança têm **direito de veto** sobre as decisões do Conselho. Por vezes, esse direito de veto de cada um dos "cinco grandes" impediu o Conselho de Segurança de manter a paz. Por isso, analistas de várias partes do mundo criticam o enorme poder dos "cinco grandes" na ONU.

Ao Conselho de Segurança cabe também prestar ajuda humanitária em caso de catástrofes naturais.

A **Assembleia Geral** é formada por todos os países-membros, atualmente 193, e tem como função debater temas relacionados à segurança, à paz e à justiça.

O **Secretariado**, dirigido pelo secretário-geral, tem a função de administrar a ONU.

Já o **Conselho Econômico e Social** é composto de vários órgãos especializados, como a **Unesco** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; a **FAO** – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação; o **Unicef** – Fundo das Nações Unidas para a Infância; a **OMS** – Organização Mundial da Saúde; o **FMI** – Fundo Monetário Internacional; o **Bird** – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), entre outros.

VANDERLEI ALMEIDA/AFP

Soldado brasileiro a serviço da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti e criança haitiana. Porto Príncipe, Haiti, 2010.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FNDE

138

PARA REFLETIR

A Declaração Universal dos Direitos Humanos

Expressando a preocupação com a questão da paz e dos direitos humanos, em 1948, representantes de diversos países reunidos na ONU escreveram um importante documento: a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Conheça alguns de seus principais artigos:

> **Artigo I** - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
>
> [...]
>
> **Artigo III** - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
>
> **Artigo IV** - Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.
>
> **Artigo V** - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
>
> **Artigo VI** - Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.
>
> [...]
>
> **Artigo XI** - [...] Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
>
> [...]
>
> **Artigo XII** - Ninguém será sujeito a interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. [...]

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

a) Qual desses artigos chamou mais a sua atenção? Por quê?

b) Você tem visto as pessoas praticarem o que recomenda o artigo I?

c) Você sabe se no Brasil há pessoas que desrespeitam o artigo IV?

d) Como você interpreta o artigo XI?

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Resposta pessoal.

b) Resposta pessoal. A questão objetiva estimular a reflexão sobre o desrespeito aos direitos humanos e a formação para a cidadania.

c) Sim. A imprensa tem publicado inúmeras notícias sobre o trabalho escravo no Brasil. Para uma estimativa do trabalho escravo no Brasil, consultar o *site*: TRABALHO em situação análoga à escravidão. Disponível em: <http://livro.pro/b5pize>. Acesso em: 18 nov. 2018.

d) Resposta pessoal.

A questão quer ajudar o aluno a construir a noção de presunção de inocência, isto é, a de que uma pessoa deve ser considerada inocente até que se prove o contrário.

Texto de apoio

A Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 inicia-se com um preâmbulo contendo sete considerações, a primeira das quais aponta o espírito geral do documento [...]. Seguem-se, então, os trinta artigos da Declaração propriamente dita. Os vinte e um primeiros artigos arrolam e atualizam, segundo a compreensão da época, os tradicionais direitos civis e políticos (direitos e garantias do indivíduo). Entre os artigos 22 e 28 são enunciados os direitos econômicos, sociais e culturais de modo abrangente. O artigo 29 registra a responsabilidade do indivíduo em relação à sua comunidade e as condições de exercício de seus direitos. Por fim, o artigo 30 veda qualquer interpretação da Declaração de modo a "destruir" os direitos e liberdades nela estabelecidos.

Assim, por um lado, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 inaugurou o *direito internacional dos direitos humanos* (até então não havia nenhum documento internacional que se dedicasse ao assunto com tanta abrangência e importância) e, por outro, fundou a concepção contemporânea de direitos humanos, que, ambiciosamente, visa integrar os direitos civis e políticos, que vinham se desenvolvendo desde o século XVIII (especialmente após a Declaração Francesa, de 1879), aos chamados direitos econômicos, sociais e culturais, demandados nos séculos XIX e XX pelo movimento operário (e que se instalaram definitivamente na cena mundial após a Declaração Russa, de 1918). O cerne da Declaração de 1948 consiste no reconhecimento de que compõem o âmbito dos direitos humanos todas as dimensões que disserem respeito à vida com dignidade – portanto, em direito, deixam de fazer sentido qualquer contradição, ou hierarquia, ou "sucessão" cronológica ou supostamente lógica entre os valores da liberdade (direitos civis e políticos) e da igualdade (direitos econômicos, sociais e culturais). Sob o olhar jurídico, os direitos humanos passaram a configurar uma *unidade universal, indivisível, interdependente e inter-relacionada*.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002. p. 190-191.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o artigo: O MECANICISMO explicativo e a elipse da vontade: o conceito de bipolaridade. Disponível em: <http://livro.pro/5f2do5>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Dica de leitura

- COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. São Paulo: Saraiva, 2014.

Nessa obra, o autor analisa o sistema capitalista em sua gênese histórica e a partir de diversos pontos de vista.

Um mundo bipolarizado

Ao final da guerra, vencido o nazismo, as rivalidades entre comunistas e liberais voltaram a se acirrar.

Nesse contexto, em 1946, o líder britânico Winston Churchill fez um discurso que é considerado o marco inicial da Guerra Fria. Eis o que ele disse:

> [...] Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e sua organização internacional comunista pretendem fazer no futuro imediato, ou quais são os limites, se é que os há, para as suas tendências expansionistas [...]. De Stettin, no [Mar] Báltico, a Trieste, no [Mar] Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. [...]

BARROS, Edgard Luiz de. **A Guerra Fria**: a aliança entre russos e americanos: as origens da Guerra Fria. A destruição atômica irreversível? São Paulo: Atual, 1985. p. 19. (Discutindo a História).

BETTMANN/GETTY IMAGES

O presidente estadunidense Harry Truman apresenta ao público Winston Churchill, que um ano antes era primeiro-ministro da Grã-Bretanha, antes de seu discurso no Westminster College, em Fulton, Missouri. O discurso que ele fez na ocasião seria o "Discurso da Cortina de Ferro", lembrado pela expressão "cortina de ferro", 1946.

Depois, Churchill afirmou que era preciso impedir, a qualquer custo, o avanço do comunismo para além daquela "cortina de ferro" que dividia e opunha a Europa. A seguir, convocou o Ocidente para uma grande cruzada contra o comunismo. No ano seguinte, o presidente estadunidense Harry Truman também se posicionou contra a União Soviética, dizendo que os Estados Unidos dariam apoio total (leia-se militar e financeiro) à luta dos povos contra o comunismo em todo o mundo. Era a chamada **Doutrina Truman**, que influenciou fortemente as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. O mundo se dividia, assim, em dois blocos rivais (o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o comunista, comandado pela União Soviética). Daí dizer que, a partir de então, se estabeleceu uma **ordem internacional bipolarizada**.

Texto de apoio

Outros trechos do discurso de Churchill

"Uma sombra caiu sobre os palcos tão recentemente iluminados pela vitória aliada. Ninguém sabe o que a Rússia soviética e sua organização comunista internacional pretendem fazer no futuro imediato, ou quais são os limites, se há limite, de suas tendências expansivas e proselitistas.

[...]

De Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dessa linha jazem todas as capitais dos antigos estados da Europa central e oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia, todas essas famosas cidades e as populações à sua volta acham-se no dever de dominar a esfera soviética, sujeitas todas, de um modo ou de outro, não só à influência soviética, mas a um grau altíssimo, em muitos casos crescente, de controle por parte de Moscou. Somente Atenas – a Grécia, com suas glórias imortais – é livre para decidir seu futuro numa eleição sob observação inglesa, americana e francesa. O governo polonês, dominado pelos russos, foi incitado a fazer avanços imensos e lesivos na Alemanha, e expulsões em massa de milhões de alemães estão ocorrendo numa escala deplorável com que jamais sequer se sonhou. Os partidos comunistas, que eram muito pequenos em todos esses Estados da Europa oriental, foram alçados a uma proeminência e um poder muito além de seu valor em números e buscam por toda parte o controle totalitário. Governos policiais prevalecem na quase totalidade dos casos e, até hoje, exceto na Tchecoslováquia, não há uma verdadeira democracia."

CHURCHILL, Winston. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**: 1941-1945. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2017. v. 2.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O Plano Marshall e o Bloqueio de Berlim

Ao perceber que os partidos comunistas da Itália, da Inglaterra e da França vinham crescendo, o governo dos Estados Unidos pôs em prática o **Plano Marshall**, que consistia em um vasto programa de ajuda econômica aos países capitalistas da Europa mais atingidos pela Segunda Guerra Mundial. A ajuda dos Estados Unidos incluía empréstimos a longo prazo e juros reduzidos, concessão de tecnologia e investimentos volumosos. Em um tempo relativamente curto, o Plano Marshall atingiu seus objetivos, permitiu a rápida recuperação econômica de países como a Inglaterra, a Alemanha Ocidental e a França. Além disso, estimulou as exportações estadunidenses para a Europa, fortaleceu a liderança mundial dos Estados Unidos e diminuiu a força do comunismo no continente europeu. A resposta da União Soviética não se fez esperar: sob a liderança de Stalin, criou-se o Comecon, conselho que visava promover o desenvolvimento econômico dos países do bloco socialista.

Um dos momentos mais quentes da Guerra Fria foi o **Bloqueio de Berlim** (1948-1949), nome pelo qual ficou conhecida a tentativa de Stalin de sufocar economicamente Berlim Ocidental. Ele bloqueou todos os acessos rodoviários e ferroviários a essa cidade. Seu objetivo era impedir que alimentos e produtos essenciais, como carvão, chegassem àquela parte da cidade.

Mas estadunidenses, ingleses e franceses responderam ao bloqueio soviético montando uma ponte aérea e abastecendo Berlim Ocidental por meio de voos diários. Stalin, então, foi obrigado a suspender o bloqueio. A propaganda ocidental divulgou o fato, conseguindo com isso apoio de pessoas de várias partes do mundo. Observe a fotografia.

E & O/ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

Habitantes de Berlim Ocidental (vítimas do bloqueio imposto por Stalin) assistem à aproximação de um avião com alimentos para eles em Tempelhof, Berlim, 1948.

Texto de apoio

A construção do muro de Berlim

[...] Graças à ajuda do Plano Marshall, junto com subsídios do governo da Alemanha Ocidental, assim como o apoio dos Estados Unidos a universidades, bibliotecas, centros culturais e estações de rádio – algumas financiadas sem alardes pela CIA –, as zonas de Berlim ocupadas por tropas ocidentais se tornaram propaganda permanente das virtudes do capitalismo e da democracia no meio da Alemanha Oriental comunista. Berlim Ocidental, porém, levava uma vida insegura, pois nada poderia impedir os russos – ou os alemães orientais, se autorizados – de bloquear os acessos terrestres à cidade, como Stalin fizera uma década antes. [...] O sucesso de Berlim Ocidental a tornou vulnerável. Sobrevivia apenas graças à indulgência de Moscou.

Mas Berlim Oriental, ocupada pelos soviéticos, também tinha suas vulnerabilidades, como comprovaram os distúrbios ali ocorridos em 1953. O descontentamento crescera, em boa parte porque os berlinenses naquela época tinham liberdade para transitar livremente entre as partes ocidental e oriental da cidade. [...] As gritantes diferenças de padrão de vida causaram "grande insatisfação" na zona soviética, admitiu o dirigente do *Kremlin* Georgii Malenkov, logo após os distúrbios, "o que ficou particularmente óbvio, uma vez que a população começou a fugir da Alemanha Oriental para a Ocidental".

O número citado por Malenkov foi 500 mil nos dois anos anteriores, mas ao final de 1956, segundo as estatísticas soviéticas, bem mais de um milhão de alemães orientais tinham partido. Logo também ficou claro que os refugiados eram em forte desproporção mais bem instruídos e altamente treinados, e seus motivos para abandonar o comunismo tinham a ver com a falta de liberdade política, assim como deficiências econômicas. Escolhendo cuidadosamente suas palavras, o embaixador soviético na Alemanha Oriental, Mikhail Pervukhin, resumiu a situação em 1959: "A existência em Berlim de uma fronteira aberta e essencialmente sem controle entre os mundos socialista e capitalista involuntariamente estimula a população a comparar o que há nos dois lados da cidade, o que, infelizmente, nem sempre funciona a favor da Berlim democrática (a de leste)".

[...]

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: O SISTEMA internacional durante a Guerra Fria. Disponível em: <http://livro.pro/453ygs>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: MURO de Berlim. Disponível em: <http://livro.pro/suzm5z>; e MURO de Berlim e a Guerra Fria. Disponível em: <http://livro.pro/iad7i8>. Acessos em: 12 nov. 2018.

Dialogando

Resposta pessoal. O objetivo é estimular no aluno um esforço de imaginar e narrar o que está vendo.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- CONSTRUÇÃO do Muro de Berlim. Disponível em: <http://livro.pro/cu8t5s>. Duração: 2min20s. Acesso em: 12 nov. 2018.

Trecho de vídeo com imagens da época sobre a construção do Muro de Berlim.

Uma das consequências dessa crise foi a decisão tomada pelos Estados Unidos e pela União Soviética de dividir o território alemão em dois países. Assim, em 1949 nasciam: a República Federal da Alemanha (**Alemanha Ocidental**), de regime capitalista, com capital em Bonn (área de influência dos Estados Unidos), e a República Democrática Alemã (**Alemanha Oriental**), de regime socialista, com capital em Berlim Oriental (área de influência da União Soviética). A cidade de Berlim também foi dividida em duas: Berlim Oriental (comunista) e Berlim Ocidental (capitalista).

O Muro de Berlim

Na década seguinte, graças à ajuda econômica estadunidense, a Alemanha Ocidental recuperou-se rapidamente e passou por um processo de intenso crescimento econômico ("milagre alemão"). Atraídos pelo desenvolvimento econômico da Berlim Ocidental e inconformados com a opressão a que eram submetidos, muitos habitantes da Berlim Oriental começaram a fugir para o outro lado da cidade em busca de uma vida melhor. Para impedir a fuga dos alemães orientais, em 1961, o governo da Alemanha comunista construiu o **Muro de Berlim**, separando fisicamente as duas partes da cidade, e fechou as fronteiras entre os dois países.

PAUL SCHUTZER/TIME & LIFE PICTURES/GETTY IMAGES

DIALOGANDO

Por que será que o homem que carrega a criança nos ombros está sorrindo?

Berlinenses ocidentais olham através do recém-construído Muro de Berlim. Alemanha, agosto de 1961.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

Pelo menos desde 1952, Ulbricht tinha planos prontos para acabar com o fluxo de emigrantes, por meio da construção de um muro que separaria a Berlim ocidental da oriental e do restante da Alemanha Oriental. [...] O chefe húngaro János Kádár – que pusera na linha uma população descontente depois do levante de 1956 – predisse, no começo de 1961, que a construção de um muro em Berlim "causaria sérios danos à reputação de todo o movimento comunista. [...] Mais de 30 mil pessoas, para falar a verdade as melhores e mais qualificadas da RDA, tinham deixado o país em julho. [...] A economia da Alemanha Oriental entraria em colapso se não fizéssemos alguma coisa para evitar a fuga em massa. [...] De modo que o muro era a única opção que restava".

Foi levantado na noite de 12 para 13 de agosto de 1961, primeiro com uma barreira de arame farpado e, depois, com um muro de blocos de concreto com uns doze pés de altura e o comprimento de quase cem milhas, protegido por torres de vigilância, campos de minas, cães policiais e ordem de atirar para matar quem tentasse atravessá-lo. A decisão de Khrushchev estabilizou a situação em Berlim, no que diz respeito às relações entre as superpotências na Guerra Fria. Com Berlim Ocidental isolada de Berlim Oriental, ele não tinha mais necessidade de expulsar as potências ocidentais da cidade [...].

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 108-110.

A Guerra da Coreia

Outro momento muito "quente" da Guerra Fria foi o envolvimento dos Estados Unidos e da União Soviética na Guerra da Coreia.

Depois de ser libertada da ocupação japonesa, em 1945, a Coreia foi ocupada por estadunidenses e soviéticos. Três anos depois, foi dividida em dois países separados por uma **zona desmilitarizada**: a República Popular Democrática da Coreia do Norte (**socialista**) e a República Popular Democrática da Coreia do Sul (**capitalista**). Observe o mapa.

A fronteira entre o norte e o sul, no entanto, era muito tensa, pois as duas Coreias queriam a reunificação sob seu comando.

Em 1950, a Coreia do Norte atacou a Coreia do Sul de surpresa. Os Estados Unidos, com o apoio da ONU, reagiram enviando tropas em apoio aos sul-coreanos. Os chineses – que tinham adotado o comunismo no ano anterior – entraram em defesa da Coreia do Norte. O conflito estendeu-se até 1953, quando foi assinado o **Armistício** de Panmunjon, que confirmou a divisão em dois países: Coreia do Norte, comunista, e Coreia do Sul, capitalista. O elevado número de mortos no conflito (cerca de 2 milhões e 142 mil) provocou enorme indignação.

O fim da Guerra da Coreia, no entanto, não significou o fim da era do medo, que se iniciou com a Guerra Fria; nos últimos anos, o governo norte-coreano, chefiado pelo líder comunista Kim Jong-un, conhecido como "presidente eterno", fez repetidas ameaças aos Estados Unidos, sinalizando com a possibilidade de uma guerra atômica! Em 2018, entretanto, ocorreu uma reaproximação entre os dois países: os líderes das duas Coreias prometeram fazer um esforço pela paz e, pouco depois, a Coreia do Norte anunciou o fim dos testes nucleares.

Armistício: trégua, suspensão da luta como resultado de um acordo, mas sem terminar oficialmente a guerra.

Coreia do Norte e Coreia do Sul (1953)

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2011. p. 197.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: A CHINA e a Guerra da Coreia (1950-1953). Disponível em: <http://livro.pro/ophp7j>. Acesso em: 12 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A GUERRA da Coreia: 1950. Duração: 3min51s. Disponível em: <http://livro.pro/d732yk>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Trecho de vídeo explicativo com imagens de arquivo sobre a Guerra da Coreia.

Texto de apoio

A Coreia, como a Alemanha, foi ocupada em conjunto por forças soviéticas e americanas no fim da Segunda Guerra Mundial. A nação que fizera parte do império japonês subitamente desabou no verão de 1945 [...], o Exército Vermelho, que planejava invadir a Manchúria, viu caminho aberto também para o norte da Coreia. Ao sul, a porta também se abriu para algumas tropas americanas cuja missão original fora invadir as ilhas japonesas. Portanto, a península foi ocupada mais por acidente que por intento: o que provavelmente explica o fato de Moscou e Washington entrarem sem maior dificuldade em acordo a respeito de o paralelo 38°, que cortava a península pela metade, servir de linha de limite à espera de um governo coreano único e da retirada das forças de ocupação.

As retiradas aconteceram em 1948-49, mas não houve acordo sobre quem governaria o país, que continuou dividido. A República da Coreia, apoiada pelos americanos, controlava o sul, resultado de uma eleição sancionada pela ONU, enquanto a República Democrática da Coreia, apoiada pela União Soviética, controlava o norte, onde não houve eleição. A coisa comum aos dois países era uma guerra civil, cada lado afirmando-se governo legítimo e ameaçando invadir o outro.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 39.

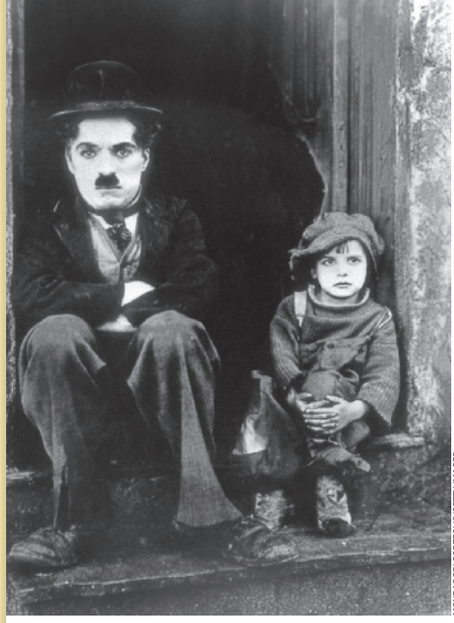
ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: IMPERIALISMO e anti-imperialismo, comunismo e anticomunismo durante a Guerra Fria. Disponível em: <http://livro.pro/ki69kv>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Dica de leitura

- ARBEX JR., José. **Guerra Fria**: o Estado terrorista. São Paulo: Moderna, 2005.

O autor busca apresentar, em sua obra, o contexto que dividiu o planeta em dois sistemas (comunista e capitalista), caracterizando esse complexo jogo geopolítico, cultural e ideológico.



MONDADORI PORTFOLIO/GETTY IMAGES

Cena do filme **O garoto**, de Charles Chaplin. Ator, diretor, roteirista, um verdadeiro gênio do cinema, o criador de Carlitos foi perseguido pelo macarthismo. Em 1952, sentindo sua segurança pessoal ameaçada, Chaplin deixou os Estados Unidos e foi viver na Suíça.

Perseguições e crimes contra a humanidade

Tanto nos Estados Unidos quanto na União Soviética, as pessoas suspeitas de simpatizar com o país adversário eram perseguidas e duramente reprimidas. Nos Estados Unidos dos anos 1950, o líder da "caça aos comunistas" era o senador Joseph McCarthy. O **macarthismo** – movimento que recebeu esse nome por ter sido liderado por McCarthy – perseguiu e levou à prisão cientistas, escritores, artistas, professores e funcionários do governo. Até mesmo Charles Chaplin foi perseguido pelo macarthismo e obrigado a se exilar. Essa campanha anticomunista ocorreu entre 1950 e 1954, período durante o qual McCarthy dirigiu o Comitê de Atividades Antiamericanas do Senado.

LASKI DIFFUSION/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Prisioneiro de um *gulag* trabalha na construção do Canal Mar Branco-Mar Báltico. Segundo registros oficiais, dezenas de milhares de trabalhadores morreram durante a construção desse canal. Rússia, 1933.

Na União Soviética, o ódio à superpotência rival também era alimentado por perseguições, queimas de livros, prisões arbitrárias e execuções. Só que, no caso da URSS, o líder da repressão era o próprio chefe de Estado soviético, Joseph Stalin. O **stalinismo** também reprimia brutalmente cidadãos do Leste Europeu. Stalin organizou julgamentos forjados, internou seus opositores em hospitais psiquiátricos, promoveu fuzilamentos em massa e enviou para campos de trabalho forçado (*gulags*) e para o exílio na Sibéria todos aqueles que considerava adversários.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A batalha ideológica

No lado soviético, a vida cultural foi praticamente congelada durante sete décadas, com a imposição do regime de terror stalinista. Dos anos 1950 até 1985, [...] a propaganda soviética procurava destacar a miséria criada pelo capitalismo, com reportagens e filmes sobre prostituição, pornografia, narcotráfico, desemprego e corrupção. Oficialmente, esses males não existiam na União Soviética. Os filmes soviéticos da época mostravam imagens de um povo feliz.

No lado ocidental, o processo foi muito mais complicado e contraditório. Os regimes democráticos vigentes nos Estados Unidos e na Europa ocidental impossibilitaram a imposição, por decreto, de um modelo ideal, como aconteceu com o Realismo Socialista na Rússia. A censura era feita de forma muito mais sutil, mediante a identificação de "felicidade" com "consumo" e pela utilização de técnicas sofisticadas de produção cinematográfica.

Um ótimo exemplo disso é a série com James Bond, o agente 007 do serviço britânico. James Bond é um filho direto da Guerra Fria. [...] Sob a forma inocente de aventura e entretenimento, o cinema fazia guerra de propaganda ideológica.

Houve pelo menos uma forte tentativa de censura explícita nos Estados Unidos da década de 1950, quando o senador Joseph McCarthy promoveu uma feroz campanha anticomunista, levando dezenas de artistas ao desemprego, à falência, ao desespero ou ao suicídio, apenas por serem suspeitos de pertencer ao Partido Comunista ou de simpatizar com os ideais socialistas.

ARBEX JR., José. **Guerra Fria**: o Estado terrorista. São Paulo: Moderna, 2005. p. 97-98.

A corrida armamentista e a espacial

A competição entre os Estados Unidos e a União Soviética por áreas de influência, o medo que uma potência tinha da outra e os interesses da superlucrativa indústria bélica desencadearam uma **corrida armamentista**.

Em 1949, as duas superpotências possuíam a bomba atômica e investiam quantias cada vez maiores em armas nucleares. No final de 1952, os Estados Unidos descobriram o modo de fazer a bomba de hidrogênio e a testaram no Oceano Pacífico. Ela tinha uma potência 4 mil vezes superior à da bomba atômica. Três anos depois, era a vez de a URSS testar sua bomba. Essa corrida exigia altos investimentos do Estado, provocando o aumento de impostos pagos pelos cidadãos, além de causar sérios prejuízos ao meio ambiente.

SNEGIREV/SPUTNIK/AFP/1961

TIME LIFE PICTURES/NASA/THE LIFE PICTURE/1969

Acima, Yuri Gagarin. Abaixo, Neil Armstrong.

SHEL HERSHORN/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Mulher em abrigo nuclear construído para proteger pessoas de bombas. Texas, Estados Unidos, 1961.

Cientes de que não era possível resolver a disputa militarmente devido ao enorme poder de destruição de suas armas nucleares, os Estados Unidos e a União Soviética passaram a investir na exploração do espaço, a fim de demonstrar ao mundo qual deles tinha o melhor sistema socioeconômico. Na **corrida espacial**, a URSS saiu na frente; em 1957, lançou dois satélites artificiais, o Sputnik 1 e o Sputnik 2 (que tinha a bordo uma cadela de raça, Laika). Quatro anos depois, a URSS lançava a primeira nave pilotada por um ser humano: o russo Yuri Gagarin.

A população soviética saiu às ruas para comemorar e Gagarin foi transformado em herói nacional. Os estadunidenses redobraram, então, seus investimentos em pesquisa espacial. Em 20 de julho de 1969, viajando a bordo da nave Apolo 11, o astronauta estadunidense, Neil Armstrong, foi o primeiro a colocar o pé em solo lunar, onde fincou também a bandeira dos Estados Unidos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: UMA BREVE história da conquista espacial. Disponível em: <http://livro.pro/het9u2>; e AS CONSEQUÊNCIAS da busca norte-americana pela primazia nuclear. Disponível em: <http://livro.pro/n3atpf>. Acessos em: 12 nov. 2018.

Texto de apoio

A corrida espacial e a Guerra Fria

Negativa em tantos aspectos, a Guerra Fria teve um ponto positivo: ela acelerou a corrida espacial. Estados Unidos e União Soviética estavam tão empenhados em demonstrar sua superioridade que resolveram tornar a questão espacial uma questão política.

Em 1957, os soviéticos lançaram um satélite artificial na órbita da Terra, o Sputnik 1: uma esfera de alumínio de 83,6 quilos. No mesmo ano, subiu ao espaço o Sputnik 2. Dentro dele estava a cadela Kudriavka, da raça Laika. A corrida virou uma febre: o país que chegasse à Lua primeiro seria considerado mais avançado do que o concorrente. Logo em seguida, outra conquista soviética: o lançamento da nave Vostok, pilotada pelo jovem Yuri Gagarin, de 27 anos, o primeiro homem a subir ao espaço. As verbas para a NASA, a agência espacial norte-americana, aumentaram muito, pois os EUA queriam, a todo custo, chegar à Lua primeiro. O desejo americano realizou-se. Lançada pelo gigantesco foguete Saturno 5 (com a altura de um prédio de 44 andares), a nave Apolo 11 chegou à Lua. Um norte-americano, Neil A. Armstrong, colocou seu pé e a bandeira dos EUA no Mar da Tranquilidade. Era o dia 20 de julho de 1969.

KARNAL, Leandro. **A Guerra Fria**. São Paulo: FTD, 2000. p. 21. (Para conhecer melhor).

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Era um movimento pacifista conduzido por jovens que se opunham radicalmente à hierarquia, à disciplina e à obediência, valores que faziam parte do modo de vida de seus pais.
b) Eles propunham o convívio com a natureza, o consumo de comida vegetariana e a prática do amor livre; muitos foram viver no campo, onde produziam seus próprios alimentos e criavam seus filhos em grupo e em total liberdade.
c) Sim, pois organizaram muitos protestos pacifistas contra a guerra – em especial contra a Guerra do Vietnã – e, nesse sentido, contribuíram para conscientizar a sociedade das mazelas oriundas daquela guerra: mortes de jovens, destruição do meio ambiente, grande número de feridos, entre outras.
d) Resposta pessoal. É importante destacar que o contexto em que o movimento *hippie* surgiu e evoluiu era muito diferente do atual. Mas a necessidade de paz e harmonia entre os seres humanos continua sendo premente.

Texto de apoio

O Brasil e o começo da Guerra do Vietnã

Desde as primeiras notícias do agravamento da crise no Sudeste Asiático, o governo militar brasileiro mostrava-se muito preocupado com a situação, desejando um rápido desfecho, de preferência com os resultados favoráveis aos norte-americanos. O risco não era apenas de um eventual exemplo a grupos de oposição, que ainda poderiam exercer alguma reação dentro do Brasil naquele momento, mas também a pressão dos seus próprios aliados, os Estados Unidos, que queriam a presença de tropas brasileiras no conflito vietnamita.

O presidente Castelo Branco era informado sobre a maioria das operações que eram efetuadas no Vietnã pelo próprio Johnson, por meio do embaixador Lincoln Gordon. [...]

Castelo Branco nunca cogitou a ideia de mandar tropas ao Vietnã, sendo esta política justificada pela lógica dos preceitos da Escola Superior de Guerra. Por esses conceitos, o Brasil deveria defender uma área específica, surgindo daí a teoria dos Círculos Concêntricos ou cones, ou seja, áreas estratégicas delimitadas nas quais o Brasil deveria intervir em casos de emergência. [...]

O governo de Castelo Branco deu apoio ao governo de Lyndon Johnson e ao governo do Vietnã do Sul exportando café e enviando ajuda médica através da Cruz Vermelha do Brasil. Apesar de o auxílio brasileiro limitar-se apenas ao envio de café e de medicamentos, os sul-vietnamitas colocaram o nome do país num monumento, com nomes de todos os países que ajudavam o Vietnã do Sul.

BIAGI, Orivaldo Leme. O (quase) envolvimento militar do Brasil na Guerra do Vietnã. **Histórica: revista *on-line* do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 5, ano 1, set. 2005. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica05.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

PARA REFLETIR

Movimento *hippie*

HENRY DILTZ/CORBIS/GETTY IMAGES

A cantora Janis Joplin no Festival de Música e Artes de Woodstock, em Nova York, 1969. Abaixo, vista do palco e da multidão (cerca de 400 mil pessoas) que participou do evento. As pessoas compareceram para cantar e protestar contra as guerras e aplaudir seus ídolos.

A juventude dos anos 1960 também manifestou sua insatisfação com o "sistema" por meio de movimentos pacifistas, como o movimento *hippie*, cujo lema era "Paz e Amor". Os *hippies* usavam cabelos compridos, sandálias, chapéus extravagantes e roupas indianas, elementos esses que chocavam a sociedade da época.

Geralmente, eles pertenciam à classe média e tinham conforto em casa, mas rejeitavam radicalmente a hierarquia, a disciplina e a obediência que caracterizavam o modo de vida de seus pais. Defendiam o convívio com a "natureza", o consumo de comida vegetariana e a prática do amor livre (isto é, relações sexuais livres).

Muitos *hippies* abandonavam seus lares e iam viver no campo, em comunidades alternativas, onde cultivavam a terra, criavam animais e cuidavam dos filhos em grupo e em total liberdade. Os *hippies* adotavam certas ideias da Índia, especialmente as de Mahatma Gandhi, líder pacifista favorável à resistência não violenta. Por isso, os *hippies* estadunidenses fizeram muitos protestos pacifistas contra a Guerra do Vietnã, ostentando cartazes com os dizeres "Faça amor, não faça guerra!". Ao final de suas passeatas, eles ofereciam, com um sorriso nos lábios, flores para as pessoas.

ELLIOTT LANDY/REDFERNS/GETTY IMAGES

Em pouco tempo, as grandes empresas incorporaram as mensagens e símbolos *hippies* aos seus produtos. Exemplo disso é o *slogan* usado para aumentar a venda de *jeans*: "Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada".

a) Qual a característica principal do movimento *hippie* e contra o que lutava?
b) O que os *hippies* propunham como alternativa ao modo de vida de seus pais?
c) **Em dupla**. Pode-se dizer que os *hippies* também fizeram política?
d) **Debatam, reflitam e respondam**: ideias condensadas no lema *hippie* "Faça amor, não faça guerra!" são aplicáveis ao mundo atual?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

146

ATIVIDADES

I Retomando

1. Monte uma ficha sobre a Guerra Fria, informando: o que foi; sistemas socioeconômicos rivais; principais alianças militares e o comportamento dos governos das superpotências em relação aos rivais.

2. Sobre a ONU, responda:

a) Em que contexto foi criada?

b) Quais são seus principais objetivos?

3. Leia a notícia a seguir, veiculada em setembro de 2018.

> Os Estados Unidos anunciaram nesta terça-feira que convocaram para amanhã uma reunião sobre a Nicarágua no Conselho de Segurança da ONU. [...]
>
> Os EUA assumiram a presidência rotativa do Conselho de Segurança neste mês. A decisão anunciada pela embaixadora do país na ONU, Nikki Haley, ocorreu mesmo com a oposição de vários países, como Bolívia, Rússia e China, que defenderam que a crise na Nicarágua não é uma ameaça para a paz e para a segurança internacional. [...]
>
> Haley destacou a gravidade da Nicarágua e defendeu que o Conselho de Segurança cuide do caso para evitar o surgimento de "outra Síria" ou "outra Venezuela". Os EUA são um dos principais críticos à forma como o governo de Daniel Ortega está lidando com a crise.
>
> EUA CONVOCAM reunião sobre a Nicarágua no Conselho de Segurança da ONU. **Exame**, 4 set. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/eua-convocam-reuniao-sobre-a-nicaragua-no-conselho-de-seguranca-da-onu/>. Acesso em: 17 out. 2018.

Com base na notícia e em seus conhecimentos, é correto afirmar que:

a) Bolívia, Rússia e China são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

b) Os Estados Unidos, apesar não terem poder de veto no Conselho de Segurança, convocaram a reunião na ONU para tratar da questão nicaraguense.

c) A opção de uma intervenção armada na Nicarágua pelo Conselho de Segurança da ONU só ocorrerá caso todos os 15 membros desse órgão concordem com ela.

d) O Conselho de Segurança da ONU é responsável pela manutenção da paz mundial. Contudo, no caso da Nicarágua, vai intervir militarmente para salvar a democracia.

e) Estados Unidos e Rússia têm poderes equivalentes no Conselho de Segurança da ONU, já que ambos têm poder de veto às decisões do órgão.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. **O que foi**: a Guerra Fria consistiu num conflito permanente entre os Estados Unidos e a União Soviética, ao longo do qual os dois lados evitavam o confronto militar direto, temendo que o uso de armas nucleares levasse à destruição de ambos. **Sistemas socioeconômicos**: capitalismo × comunismo. **Principais alianças militares**: Otan × Pacto de Varsóvia. **Comportamento dos governos**: ambos se comportavam de modo parecido: tanto o macarthismo quanto o stalinismo perseguiram, prenderam e provocaram a morte de seus adversários. No caso do stalinismo, essas mortes são contadas aos milhões.
2. a) A ONU foi criada em um contexto marcado por grande destruição humana e material resultante das violências praticadas durante a Segunda Guerra Mundial. E nasceu também da convicção de parte dos líderes mundiais de que a guerra não é solução para os problemas humanos.
   b)
   - Manter a paz e a segurança internacionais.
   - Desenvolver relações amistosas entre as nações.
   - Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais e promover o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.
   - Harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.
3. Alternativa E.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

As origens da ONU

A 25 de abril de 1945, realizou-se, em San Francisco (EUA), uma conferência com a presença dos representantes de cinquenta nações em guerra contra as potências do Eixo, que objetivava concretizar a criação da nova organização internacional, a ONU. [...] Os trabalhos para a criação da Organização terminaram no dia 25 de junho de 1945, com a elaboração da Carta das Nações Unidas, a lei que regularia a ONU, cujo objetivo foi definido como "estabelecer e manter a solidariedade e a concórdia entre os povos, o respeito à lei, à justiça, aos tratados, bem como a segurança e a paz internacional". A Carta é um tratado que obriga a todos os estados-membros. Além disso, como estatui o artigo 103, as obrigações internacionais nela assumidas sobrepõem-se a todas as demais. Na ONU constam duas categorias de membros: os originários e os admitidos. Os primeiros são aqueles que se fizeram presentes na Conferência de San Francisco ou que haviam assinado a Declaração das Nações Unidas de 1942 (51 membros). [...] O termo "Nações Unidas" já aparecia na "Declaração" de 1º de janeiro de 1942, em que 26 nações se engajavam a continuar juntas na guerra contra as potências do Eixo. Em 1945, 49 nações já haviam assinado a Declaração, baseada na "defesa dos direitos humanos", incluídos vários países que se caracterizavam pela violação sistemática e histórica desses direitos.

COGGIOLA, Oswaldo. **A Segunda Guerra Mundial**: causas, estrutura e consequências. São Paulo: Livraria da Física, 2015. p. 325-332.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. a) Refere-se ao Plano Marshall.
   b) O Plano Marshall consistiu em um vasto programa de ajuda econômica aos países da Europa mais atingidos pela Segunda Guerra Mundial.
   c) Em pouco tempo, o Plano Marshall atingiu seus objetivos, permitindo a rápida recuperação econômica de países como a Inglaterra, a Alemanha Ocidental e a França. Além disso, estimulou as exportações norte-americanas para a Europa, fortaleceu a liderança mundial dos Estados Unidos e diminuiu a força do comunismo na Europa.
5. Alternativa A.

4. Observe a imagem com atenção

ARCHIV GERSTENBERG/ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

a) A que plano esse cartaz de 1950 se refere?

b) O que foi esse plano?

c) Qual foi seu resultado?

5. Por suas obras, o cineasta Charles Chaplin sofreu uma dura perseguição e acabou abandonando os Estados Unidos. Em que contexto isso aconteceu?

a) durante o macarthismo, movimento anticomunista instalado nos Estados Unidos, que perseguiu diversas pessoas, incluindo Chaplin.

b) durante a "caça às bruxas" deflagrada pelo governo estadunidense aos ex-nazistas, como Chaplin, instalados no país após a Segunda Guerra.

c) devido às suas ideias anarquistas que propunham a abolição da propriedade privada.

d) por sua ligação direta com o Partido Comunista da URSS, que financiava seus filmes na época do macarthismo.

e) pela oposição de Chaplin ao plano de ajuda econômica da Europa Ocidental financiado pelos EUA, que pretendiam industrializar rapidamente o continente, "transformando homens em máquinas".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O Plano Marshall

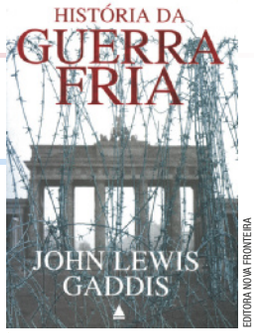
Mesmo antes do fim do conflito, os Estados unidos planejaram uma ordem econômica pós-guerra, na qual o país poderia conquistar novos mercados e expandir oportunidades por meio de investimentos estrangeiros sem restrições ao fluxo de capitais e bens. Em 1944, negociações entre Inglaterra e Estados Unidos culminaram na fundação do "sistema Bretton-Woods" para manejar a economia internacional. Incluíram o Fundo Monetário Internacional (FMI), instituído em 1945 para regular as trocas financeiras internacionais sob o dólar americano, e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (hoje, Banco Mundial), para promover investimentos estrangeiros e a reconstrução de economias destruídas pela guerra. [...] Crescentes tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética [...] culminaram na Guerra Fria. [...] ambos mantiveram controle dos seus aliados e de outras esferas de interesse por meio da força bruta ou da influência econômica. O Plano Marshall, de 1948, no qual os Estados Unidos emprestaram US$ 16 bilhões para reconstruir a Europa, e outros programas de desenvolvimento econômico no pós-guerra tiveram tanto motivos políticos quanto econômicos: a ajuda econômica seria usada para fortalecer os parceiros não comunistas e prevenir, nesses países, desafios radicais à hegemonia norte-americana [...].

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2018. p. 227-229.

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PRESENTE

O texto a seguir foi escrito por um historiador especializado em Guerra Fria. Leia-o com atenção.



Fac-símile da capa do livro **História da Guerra Fria**, de John Lewis Gaddis.

> A vitória na Segunda Guerra Mundial [...] não gerou qualquer sensação de segurança nos vencedores. Em fins de 1950, nem os Estados Unidos, nem [...] tampouco a União Soviética podiam considerar que as vidas e os recursos despendidos para derrotar Alemanha e Japão os tinham tornado mais seguros: os membros da Grande Aliança eram agora adversários na Guerra Fria. Os interesses [...] eram incompatíveis; as ideologias se conservavam no mínimo tão polarizadoras quanto antes da guerra; temores de um ataque de surpresa continuavam a inquietar os militares em Washington [...] e Moscou. [...]
>
> GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 44.

a) O que explica a sensação de insegurança mencionada no texto?

b) Segundo o autor, os interesses de membros da Grande Aliança eram incompatíveis. Qual era essa incompatibilidade?

III Integrando com Matemática

A Guerra Fria também influenciou o esporte. Veja a seguir o número de medalhas obtidas pelos Estados Unidos e pela União Soviética nas Olimpíadas ocorridas entre 1960 e 1988.

Cidade	Ano	Estados Unidos	União Soviética
Roma	1960	71	103
Tóquio	1964	90	96
Cidade do México	1968	107	91
Munique	1972	94	99
Montreal	1976	94	125
Moscou	1980	-	195
Los Angeles	1984	174	-
Seul	1988	94	132

Fonte: OLIMPÍADAS 2016. **UOL**. Disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/historia-das-olimpiadas/roma-1960/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

a) O que se pode concluir lendo a tabela?

b) Por que será que os Estados Unidos não ganharam nenhuma medalha em 1980, o mesmo acontecendo com a União Soviética quatro anos depois?

c) Que relação se pode estabelecer entre esporte e política nos tempos da Guerra Fria?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

Vozes do presente

a) É que as divergências entre os EUA e a URSS afloraram logo após o término da guerra e ganharam contornos definidos após o discurso no qual Winston Churchill referiu-se à cortina de ferro que havia descido sobre a Europa.

b) Os EUA eram defensores intransigentes do capitalismo e de seu modelo de democracia; já a URSS defendia o socialismo e seu modelo de sociedade.

Integrando com Matemática

a) Pode-se concluir que as Olimpíadas eram usadas tanto pelos Estados Unidos quanto pela União Soviética para provar que o seu sistema socioeconômico era o melhor. Daí os investimentos volumosos empenhados em seus atletas e os excelentes resultados obtidos nas provas. Lembre-se aqui de que a União Soviética passou a disputar as Olimpíadas em 1952.

b) Resposta pessoal.

Professor: chamar a atenção para a politização do esporte durante a Guerra Fria. Espera-se que o aluno aponte o boicote feito pelos estadunidenses em Moscou, em 1980, e o troco dado pelos soviéticos em 1984, em Los Angeles.

c) No contexto da Guerra Fria, ficou evidente o uso político do esporte pelas superpotências, seja para evidenciar que um sistema socioeconômico era superior ao outro, seja para provocar o adversário, como ocorreu em Moscou (1980) e em Los Angeles (1984).

Texto de apoio

Guerra Fria e esporte

[...] As Olimpíadas, quem diria, foram um grande instrumento da Guerra Fria. Dispostos a provar qual sistema era o melhor, os países comunistas e capitalistas investiam milhões em seus atletas [...]. Você já ouviu falar de Nádia Comaneci, a menina romena que ganhou nota 10 em todos os itens em ginástica olímpica em Montreal (1976)? No Bloco Comunista, os atletas olímpicos eram tratados como uma espécie de elite: moravam melhor e tinham privilégios. Nas Olimpíadas de Moscou (1980), os EUA lideraram um boicote de dezenas de países aos jogos, porque a URSS tinha invadido o Afeganistão. Nas Olimpíadas seguintes, de Los Angeles (1984), a URSS fez o mesmo. Era a política usando o esporte como arma.

KARNAL, Leandro. **A Guerra Fria**. São Paulo: FTD, 2000. p. 55, 57.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender à habilidade **EF09HI28** da BNCC, citada a seguir:

– Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: A ASCENSÃO da China como potência: fundamentos políticos internos. Disponível em: <http://livro.pro/4x44u7>; e TIBET: um país sob o jugo da opressão. Disponível em: <http://livro.pro/5ertyi>. Acessos em: 11 nov. 2018.

As respostas para as questões da página são pessoais. Elas visam trazer à tona os conhecimentos prévios dos alunos e estimular o interesse pelos temas tratados no capítulo.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• GRANDES civilizações: a China Antiga. Parte 1. Duração: 11 min. Disponível em: <http://livro.pro/x7zqph>; Parte 2: <http://livro.pro/wznqsd>. Acessos em: 10 nov. 2018.

Animação sobre a história da China.

Texto de apoio

China antiga

Nos últimos dois séculos, a China protagonizou dois encontros decisivos com o Ocidente, que tiveram desfechos opostos e definiram o destino do país durante décadas.

O primeiro se deu em 1793, quando a Inglaterra bateu às portas da China em busca da abertura comercial do país a seus produtos. [...] , o imperador Qianlong recusou o pedido do rei George III, apresentado por seu emissário lorde Macartney. No emblemático encontro, a China preferiu permanecer fechada em si mesma.

"Não precisamos de seus produtos" foi a resposta de Qianlong ao rei inglês, entregue a Macartney. [...] o encontro é a semente da ocupação posterior da China pela Inglaterra, que se seguiu à Guerra do Ópio, de 1842. A recusa de Qianlong de se integrar a uma economia que se expandia por meio do comércio levou a um longo período de humilhação, no qual os portos do país foram abertos à bala e o Império, obrigado a aceitar o domínio estrangeiro dentro de seu território. [...]

A missão de lorde Macartney foi a mais importante tentativa oficial britânica de abrir os portos da China a seus produtos. [...]

No fim do século XVIII, o comércio da China com o exterior era realizado apenas pelo porto de Cantão (Guangzhou), no sul do país, e sob total controle do Império. A presença de estrangeiros era limitada à "temporada de comércio", que ia de outubro a março, e a uma determinada região da cidade. Além disso, os negócios só podiam ser feitos com agentes credenciados pelo Império. [...]

O objetivo de lorde Macartney era conseguir a abertura de outros portos ao comércio e obter autorização de Qianlong para instalar uma embaixada de seu país em Pequim.

TREVISAN, Claudia. **Os chineses**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 185-186.

CAPÍTULO

10 REVOLUÇÕES SOCIALISTAS: CHINA E CUBA

ZHENGSHUN TANG/MOMENT RF/GETTY IMAGES

Esta escultura faz parte de um conjunto de 7 mil estátuas encontradas sob a terra por camponeses no Condado de Lintong, na China, em 1974. O lugar é hoje um dos sítios arqueológicos mais famosos do mundo.

A China tem uma longa história e uma cultura rica e variada. Por ter exercido grande influência sobre os vizinhos com sua escrita, técnicas, filosofias e artes, é considerada pelos historiadores matriz cultural do Extremo Oriente.

No século XIX, a China foi obrigada pela Grã-Bretanha a abrir cinco de seus portos aos mercadores britânicos. Dois anos depois, EUA, França e Japão conseguiram os mesmos privilégios. Observe o mapa.

Portos chineses abertos pelo Tratado de Nanquim (1842)

Fonte: SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 170.

Os portos chineses abertos aos ocidentais foram: Xangai, Ningbo, Fuzhou, Xiamen e Cantão.

No início do século XX, o Império chinês era governado pela dinastia Qing (1641-1911), mas o seu território era dividido em áreas de influência de potências como a Inglaterra, a França, a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos.

» **Como será que os chineses reagiram à dominação estrangeira? Como se deu o processo que levou a China a se tornar um país socialista? E, hoje, qual é o regime político adotado na China? Ele é bem-aceito pela maioria da população chinesa? O que mais você sabe sobre a China atual?**

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

150

Dominação e resistência

As potências estrangeiras exerciam sua dominação com o apoio do imperador da China, que se deixava corromper por elas, e da elite chinesa, liderada por **notáveis** e **mandarins**. A maioria da população era formada de camponeses que viviam sobrecarregados de impostos e que sustentavam com seu trabalho a Corte imperial, as elites e os estrangeiros. Essa situação gerava grande insatisfação popular. Além disso, estadunidenses e alemães tentavam impor suas religiões aos chineses, desrespeitando as religiões e os cultos tradicionais, o que aumentava ainda mais a insatisfação popular. Nesse contexto, os camponeses promoveram uma grande rebelião em 1898, a **Revolta dos *Boxers***. Os ocidentais chamaram os rebeldes de *boxers* ("os que lutam com os punhos"), daí o nome da revolta. O *slogan* dos rebeldes era "reviver Qing e destruir o estrangeiro", pois eles acreditavam que chineses cristãos tinham iludido o imperador, colocando-o contra o povo e as religiões da China.

Notáveis: funcionários públicos graduados.
Mandarins: indivíduos letrados e admitidos ao serviço público por meio de concurso.

A Revolta dos *Boxers* chegou a Pequim, capital do Império, e muitos estrangeiros que ali residiam foram mortos pelos rebeldes. Dali o movimento rebelde se espalhou rapidamente e recebeu o apoio da família imperial. Mas as potências imperialistas uniram forças e revidaram, invadindo a China em nome da "civilização" e, depois de massacrar milhares de chineses, impuseram ao país um tratado humilhante, que reforçava a subordinação chinesa ao Ocidente.

GRANGER/FOTOARENA

Boxers levando estrangeiros capturados para julgamento. Cartaz chinês, 1900.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

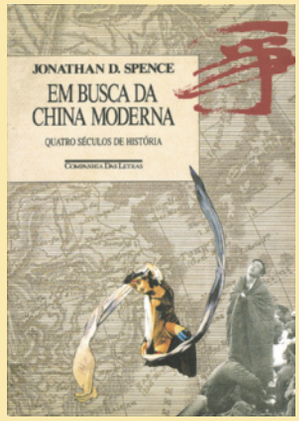
ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: A REVOLTA dos *Boxers*. Disponível em: <http://livro.pro/2jbqvm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Dica de leitura

- SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Em sua obra, o autor se debruçou sobre a rica e milenar civilização chinesa, com a lupa de um historiador competente. E optou por um recorte temporal que fornece elementos para a compreensão dos dilemas vividos pelo dragão chinês hoje. Ciente da importância dos momentos de ruptura, como 1911 e 1949, o autor ofereceu explicações plausíveis sobre esses episódios. A leitura atenta da obra desse especialista na história do Extremo Oriente pode ajudar a compreender esse país, tão diferente e distante do nosso, mas com o qual temos tido, nas últimas décadas, trocas culturais e comerciais intensas.



EDITORA COMPANHIA DAS LETRAS

Texto de apoio

Os *Boxers*

Os *Boxers* Unidos em Probidade, como se autodenominavam, começaram a surgir como uma força no noroeste de Shandong em 1898. Seu nome e os ritos marciais que praticavam vinham de uma variedade de sociedades secretas e unidades de autodefesa que tinham se espalhado no sul de Shandong nos anos anteriores [...]. Alguns *boxers* acreditavam que eram invulneráveis a espadas e balas e recorriam a um panteão eclético de espíritos e protetores da religião, romances e teatros populares. Embora não tivessem uma liderança unificada, recrutavam lavradores e outros trabalhadores, desesperados diante das enchentes desastrosas, a que se seguiram secas, em Shandong; começaram a exigir o fim dos privilégios gozados por chineses convertidos ao cristianismo e atacar tanto os conversos quanto os missionários cristãos.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 235.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o artigo: REVOLUÇÃO chinesa passada no calidoscópio. Disponível em: <http://livro.pro/34q5ch>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Dica de filme

- 1911: A REVOLUÇÃO, filme de Jackie Chan (China, 2011). Duração: 120 min.

O filme retrata a história de um dos fundadores da República da China, Huang Xing, bem como a revolução de 1911 contra a dinastia Qing.

Dica de leitura

- TREVISAN, Claudia. **Os chineses**. São Paulo: Contexto, 2009.

O livro aborda a trajetória da civilização chinesa e o seu apogeu, nas dinastias de Han e T-ang. Além disso, trata da vida em sociedade dos chineses, sua cultura e costumes.

EDITORA CONTEXTO

O fim do Império e a proclamação da República na China

Disposto a combater a dominação estrangeira e a corrupção na Corte chinesa, em 1900 um grupo de nacionalistas e republicanos liderados pelo médico Sun Yat-Sen fundou o **Partido Nacional do Povo**, o Kuomintang. Os nacionalistas estimulavam a criação de sociedades secretas, a publicação de textos críticos ao Império e atos de rebeldia, como o uso de roupas ocidentais e o corte da trança (sinal de reverência ao imperador). Em 1911, esse partido conseguiu derrubar o Império chinês e proclamar a República.

Partidário do nacionalismo e do modelo ocidental de governo, Sun Yat-Sen queria que a China se transformasse em um Estado moderno e republicano. A República, no entanto, não se estabeleceu em todo o país, pois extensas áreas do território chinês ficaram nas mãos dos "senhores da guerra" (chefes militares que possuíam exércitos particulares e enorme poder local). Para alimentar e vestir seus exércitos, os senhores da guerra ofereciam "proteção" aos grandes proprietários, exigindo em troca alimentos para seus soldados. Os grandes proprietários respondiam à pressão aumentando os impostos sobre os camponeses, espalhando a fome e a revolta pelo país.

ZHANG PENG/2010/LIGHTROCKET/GETTY IMAGES

Praça Tiannamen. Atrás da menina vista nos ombros do pai, um grande retrato do líder nacionalista Sun Yat-Sen, primeiro presidente da República na China.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA FTD

Texto de apoio

O fim do Império

[...]

O herói da revolução que levou ao fim do Império em 1911 e à fundação da República no ano seguinte é Sun Yat-sen (1866-1925), venerado até hoje como o pai da China moderna. O respeito por ele ultrapassa barreiras ideológicas e une comunistas e nacionalistas, adversários na guerra civil que chegou ao fim da Revolução de 1949.

À diferença dos reformadores que o antecederam, Sun não era um erudito confuciano nem sonhava em ser um mandarim da corte. Filho de camponeses pobres, emigrou com seu irmão para o Havaí, onde foi exposto a valores ocidentais. Estudou em uma escola de missionários britânicos e se interessou pelo cristianismo, o que levou o irmão a enviá-lo de volta à China. Sun mudou-se para Hong Kong e, em 1883, foi batizado por um missionário norte americano.

TREVISAN, Claudia. **Os chineses**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 212.

Ideias marxistas na China

Foi nesse clima de grande insatisfação social que o marxismo entrou na China e se propagou por intermédio de intelectuais como Li Dazhao, professor da Universidade de Pequim e tradutor das obras de Marx e Engels. Os chineses convertidos ao marxismo passaram a defender a destruição da antiga cultura, baseada na hierarquia, na obediência e na submissão da mulher. Em 1921, fundaram o Partido Comunista Chinês (PCCh), que tinha como principal líder Mao Tsé-Tung.

Mao Tsé-Tung (1893-1976) nasceu no interior de uma família camponesa; quando jovem, liderou uma organização que combatia vícios (bebida, ópio, jogos) e defendia a emancipação da mulher. Depois se mudou para Pequim para cursar Pedagogia. Enquanto estudava, trabalhou em uma biblioteca, onde tomou contato com obras marxistas. E, em 1919, passou a fazer parte da **Geração do 4 de Maio**, grupo de estudantes e intelectuais que defendiam a libertação do povo chinês e o fim da dominação estrangeira. Anos depois, ajudou a fundar o Partido Comunista Chinês e formulou uma tese original. Discordando de Marx, afirmou que seriam os camponeses, e não os operários, a principal força no processo que levaria à revolução socialista na China.

PAOLO KOCH/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

Reprodução de retrato pintado do líder chinês Mao Tsé-Tung quando jovem, em fotografia de 1978.

Nacionalistas × comunistas

Em 1921, o nacionalista Sun Yat-Sen foi reeleito presidente e, aliando-se a diferentes grupos políticos, inclusive o dos comunistas, conseguiu vencer os "senhores da guerra" e unificar o país. Com a morte dele, em 1925, abriu-se uma luta pelo poder, vencida pelo general Chiang Kai-Shek, que rompeu com o Partido Comunista Chinês e colocou-o na ilegalidade. Com isso, teve início uma prolongada guerra entre os chineses de 1927 a 1949: de um lado, estavam os **nacionalistas**, liderados por Chiang Kai-Shek, e de outro, os **comunistas**, encabeçados por Mao Tsé-Tung. Um dos episódios marcantes dessa guerra foi a "Longa Marcha".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

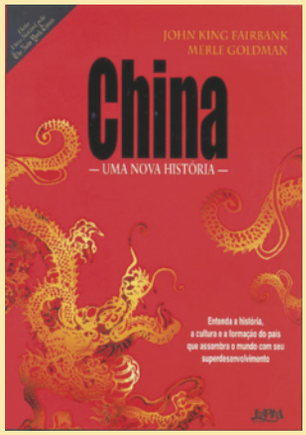
ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: MAO Tsé-Tung. Disponível em: <http://livro.pro/h8vhqw>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Dica de leitura

- FAIRBANK, John King. **China**: uma nova história. Porto Alegre: L&PM, 2008.

China: uma nova história, dos professores John King Fairbank e Merle Goldman, traz em suas páginas, escritas em uma linguagem fluente e compreensível ao leitor, a história da China, desde a pré-unificação ao governo do presidente Hu-Jintao (2003 e 2013), passando pelos mais de 2000 anos em que a China viveu sob o Império. Além de tratar da história chinesa, nos aspectos político, econômico e social, o sinólogo JKF (seu apelido entre os amigos) aborda também o daoísmo, o confucionismo e o budismo que impregnam a história e a cultura dessa civilização milenar.



EDITORA L&PM

Texto de apoio

O movimento de 4 de Maio

O incidente de 4 de maio de 1919 foi provocado pela decisão dos pacifistas de Versalhes de deixar aos japoneses as antigas concessões alemãs em Shandong. A notícia dessa decisão levou cerca de três mil estudantes de Beida e de outras instituições de Beijing a prepararem um grande protesto no Tiananmen, a passagem para o palácio. [...]

O espírito de protesto espalhou-se quando os comerciantes cerraram suas portas em uma greve que se espalhou pelos centros mais desenvolvidos em junho de 1919. Seguiu-se um boicote a produtos japoneses e houve conflitos com residentes japoneses. Durante mais de um ano, estudantes patriotas continuaram a organizar protestos para destruir o mercado do Japão na China, conseguindo resultados positivos consideráveis. [...] greves importantes eram organizadas pelos sindicatos recém-organizados, que aderiram ao maior protesto nacional já visto na China.

O surpreendente desse movimento é que ele foi liderado por intelectuais que introduziram tanto essas ideias culturais da ciência e da democracia quanto o novo patriotismo sob o mesmo foco em um programa anti-imperialista. Mais do que nunca a classe estudantil assumiu a responsabilidade pelo destino da China.

FAIRBANK, John King. **China**: uma nova história. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 249-250.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o artigo: 60 ANOS da Revolução Chinesa. Disponível em: <http://livro.pro/rgg6tg>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- LONGA marcha. Duração: 3 min. Disponível em: <http://livro.pro/8pr8ex>. Acesso em: 30 out. 2018.

Vídeo sobre os acontecimentos que antecederam e motivaram a Longa Marcha.

PARA SABER MAIS

A Longa Marcha: perigo e aventura

A Longa Marcha foi uma retirada estratégica das forças lideradas por Mao Tsé-Tung, a fim de escapar do cerco do exército de Chiang Kai-Shek. Partindo de Ruijin, no sudeste da China, em outubro de 1934, as forças maoístas percorreram a pé quase 10 mil quilômetros em um ano. Durante a marcha, enfrentaram inúmeros perigos: atravessaram rios, montanhas, desfiladeiros e pontes; suportaram sol escaldante, tempestades e neve; e tiveram muitas vezes de se arranjar com mapas imprecisos. Além disso, travaram dezenas de combates contra o inimigo.

BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Tropas comunistas atravessam montanhas cobertas de neve durante a Longa Marcha de 1934 a 1935.

Nas aldeias, os seguidores de Mao Tsé-Tung procuravam alfabetizar os camponeses e convertê-los ao socialismo; nas cidades, paravam para conseguir comida, munição e roupas. Em outubro de 1935, os combatentes chegaram a Yan'an, província de Shanxi, no norte da China, onde estabeleceram uma base de operações. Muitos morreram durante a caminhada; alguns desertaram; dos 100 mil que iniciaram a marcha, somente 20 mil chegaram com vida.

A Longa Marcha (1934-1935)

Repare que a marcha foi iniciada em Ruijin, no sudeste, e, seguindo em direção ao noroeste, chegou a Yan'an, onde foi montada uma base de operações. Da Longa Marcha participaram 35 mulheres.

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2001. p. 194.

Texto de apoio

A Longa Marcha

Na metade de 1934, a política de Chiang Kai-shek de combinar um bloqueio econômico da região do soviete de Jiangxi com um cerco militar baseado em um sistema coordenado de estradas e fortins tornara a posição das forças comunistas extremamente difícil. Em agosto daquele ano, os quatro homens mais fortes do planejamento militar soviete [...] concordaram que o soviete devia ser abandonado pela maioria dos comunistas. [...] o planejamento foi feito em segredo absoluto, com a maioria dos comandantes militares comunistas tendo apenas uma ideia mínima que se esperaria deles.

[...] em setembro, as tropas comunistas foram aprontadas para o avanço. Alimentos, munição, roupas e suprimentos médicos, tudo foi preparado e alocado; empacotaram-se ou destruíram-se os documentos e arquivos do PCC [...].

[...] Essas tropas eram comandadas por dois dos melhores generais comunistas, [...] o Primeiro Corpo era liderado por Lin Biao, ex-cadete de Whampoa, [...], e o Terceiro Corpo tinha à sua frente Peng Dehuai [...] Lin contava com cerca de 15 mil homens e Peng, com 13 mil [...]

Atrás desses dois corpos de exército vinha o grosso do pessoal Soviete de Jiangxi. A "coluna de comando", com membros do Comitê Central, equipe de inteligência, [...] era seguida pela "coluna de apoio" com mais gente do partido e do governo [...]

Havia também cerca de 35 mulheres nessas duas colunas, [...] Mas a maioria das mulheres e seus filhos – mesmo os filhos de soldados do Exército Vermelho nascidos depois das novas leis matrimoniais, mais livres – teve de ficar em Jiangxi, sob grande custo e sofrimento pessoal após a captura da região Guomindang.

A partida dos comunistas de Jiangxi começou sob o manto da escuridão, em 16 de outubro de 1934. Inaugurava-se assim a "Longa Marcha", uma das sagas centrais da história da China comunista.

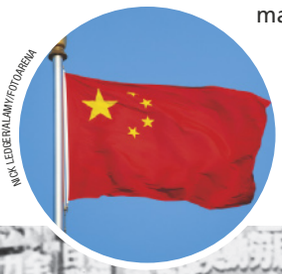
SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 389-391.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A guerra contra o Japão

Em 1937, enquanto os chineses guerreavam entre si, o Japão lançou um violento ataque à China, saqueando e humilhando a população chinesa.

Os nacionalistas e os comunistas chineses decidiram, então, interromper a guerra entre eles e lutar contra os japoneses. Porém, após serem derrotados na Segunda Guerra, em 1945, os japoneses deixaram a China; foi o que bastou para que os comunistas e os nacionalistas chineses recomeçassem a guerra entre eles. Liderando a resistência aos japoneses, Mao conquistou um grande número de seguidores. E, por meio da guerra de guerrilha, o **Exército Popular de Libertação** (EPL), liderado por Mao, venceu os nacionalistas. Em 1949, Mao proclamou em Pequim a **República Popular da China**, governo marxista presidido por ele.


NICK LEDGER/ALAMY/FOTOARENA

Meses antes da proclamação da República Popular da China, Chiang Kai-Shek retirou-se para a Ilha de Formosa (Taiwan), onde instalou a **China Nacionalista**.

GRANGER/FOTOARENA

Multidão dá as boas-vindas às tropas comandadas por Mao Tsé-Tung e comemora a vitória da revolução liderada por ele. Pequim, China, janeiro de 1949. A capital da República passou a ser Pequim; sua bandeira (no detalhe) é vermelha, cor que simboliza o comunismo. A estrela grande representa o Partido Comunista Chinês e as quatro menores, o povo chinês. A disposição das cinco estrelas simboliza a união do povo com o PCCh.

FREDERIC J. BROWN/AFP/GETTY IMAGES

Crianças chinesas feridas. Os militares japoneses adotaram a tática dos "três tudos": matar tudo, queimar tudo, destruir tudo. Muitas vilas chinesas foram queimadas juntamente com seus habitantes. A violência praticada pelos japoneses contra os civis chineses gerou na China um forte ressentimento contra o Japão, 1937.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Guerra e Revolução

A deflagração de uma guerra total com o Japão no verão de 1937 acabou com qualquer chance que Chiang Kai-shek pudesse ter de criar uma nação-Estado forte e centralizada. Em um ano, os japoneses dominaram o Leste da China, privando o Guomindang de todos os maiores centros industriais e das terras férteis, além de cortar praticamente os laços do país com o resto do mundo. [...]

Durante os primeiros anos da guerra, foi mantido pela aliança nominal das forças nacionalistas e comunistas em uma frente unida. [...] Os comunistas abafaram suas práticas de reforma agrária e moderaram a retórica, enquanto Guomindang tentava realizar reformas econômicas e administrativas que fortaleceriam a China a longo prazo. [...]

A entrada dos Estados Unidos na guerra [...], em dezembro de 1941, mudou a equação. A China passou a ser tratada – pelo menos no papel – como uma "grande potência" pelos Aliados e recebeu assessoria militar, empréstimos maciços e equipamentos e combustível [...] Essa assistência foi enviada a Guomindang, em Chongqing, enquanto governo legalmente reconhecido.

Em 1945, o final da guerra encontrou Guomindang desmoralizado pelos anos de luta e seu governo enfraquecido por conflitos pessoais e pela séria inflação que afetava as áreas controladas por eles. O partido moveu-se com rapidez, [...], para reestabelecer seu controle sobre as áreas retomadas ao Japão, não contando com pessoal treinado [...] nem com dinheiro para reconstruir uma sociedade destruída pela guerra. Os comunistas, também sem recursos, agiram com rapidez para tomar todas as áreas que pudessem aos japoneses derrotados e assegurar-se de uma base de firme apoio popular no Norte da China. [...] voltaram particularmente para Manchúria como um local promissor onde poderiam acumular forças para o ataque final a Chiang Kai-shek. Essa estratégia revelou-se correta. Em 1948, as forças de Chiang na Manchúria foram desbaratadas e sua própria base de poder na China estava desgastada por uma inflação catastrófica e defecção da maioria dos intelectuais, estudantes, classes profissionais e trabalhadores urbanos. Durante 1949, suas forças remanescentes [...] se desintegraram e, no final do ano, enquanto Chiang retirava-se com seus partidários para Taiwan, Mao Zedong declarava em Pequim a fundação da nova República Popular da China.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 421-422.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: A GUERRA sino-japonesa e o fim da República da China. Disponível em: <http://livro.pro/p73gf6>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- O JAPÃO invade a Manchúria e a China. Duração: 10 min. Disponível em: <http://livro.pro/gxfg4a>. Acesso em: 30 out. 2018.

Documentário sobre a invasão da China pelo Japão.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: CONTRIBUIÇÕES da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. Disponível em: <http://livro.pro/9cxb8z>; e O GRANDE Salto Adiante e a questão da transição chinesa. Disponível em: <http://livro.pro/d2okzr>. Acessos em: 11 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• VIDA pública de Mao Tsé-Tung. Duração: 50 min. Disponível em: <http://livro.pro/ittbp3>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Documentário sobre a vida pública de Mao Tsé-Tung.

Texto de apoio

Consequências do Grande Salto

Longe de responder às preocupações com a escassez de grãos restituindo cotas de aquisição às regiões desesperadas, Mao insistiu na extração aumentada de um excedente camponês em declínio. Acreditando ainda nos exagerados relatórios sobre a produção regional, muitos funcionários do partido chegaram a dar ordens para manter campos em repouso, a fim de evitar crises provocadas pela escassez de armazéns para os excedentes gigantescos esperados.

Enquanto os investimentos da China em indústria subiam para espantosos 43,4% da renda nacional em 1959, as exportações de grãos para a União Soviética também cresciam para pagar por mais maquinaria pesada. A quantidade média de grãos disponível para cada pessoa no campo, que fora de 205 quilos em 1957 e 201 quilos em 1958, caiu para desastrosos 183 quilos em 1959 e catastróficos 156 quilos em 1960. Em 1961, ela caiu de novo – para 154 quilos. O resultado foi uma fome em escala gigantesca, que ceifou 20 milhões de vidas ou mais entre 1959 e 1962. Muitos outros morreram pouco depois dos efeitos do Grande Salto – sobretudo crianças, enfraquecidas por anos de desnutrição crescente. Na China de 1957, a idade média dos que morriam era de 17,6 anos; em 1963, caíra para 9,7. Em outras palavras, metade dos que morreram naquele ano tinham menos de dez anos de idade. O Grande Salto Adiante, lançado em nome do fortalecimento da nação através do apelo a todas as energias do povo, tinha dado meia-volta e acabara devorando sua prole.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 550.

O governo de Mao Tsé-Tung

Nos primeiros anos de seu governo, Mao Tsé-Tung adotou um conjunto de medidas: a) estatizou as grandes empresas; b) expropriou e distribuiu terras aos camponeses; c) implementou a industrialização com a ajuda da União Soviética; d) concedeu às mulheres direitos iguais aos dos homens. Com os incentivos governamentais, a economia chinesa passou a apresentar altas taxas de crescimento.

Animado com o crescimento da economia, o governo de Mao lançou, em 1958, o **Grande Salto para a Frente**, um plano de desenvolvimento ambicioso que pretendia transformar a China em um país desenvolvido no prazo de 15 anos. Para isso, o governo criou as Comunas Populares, comunidades autossuficientes formadas por 20 mil pessoas. Cada uma dessas comunidades devia produzir tudo de que precisasse: alimentos, roupas, calçados, ferramentas, além de ter seus próprios moinhos, lavanderias, postos de saúde, escolas, central elétrica etc.

O Grande Salto, no entanto, não foi bem-sucedido: não havia infraestrutura nem tecnologia para atingir as altas metas fixadas pelo governo, os camponeses foram deslocados para tarefas que desconheciam e a economia se desorganizou; com isso, passaram a faltar alimentos (a população chinesa na época era de 600 milhões de habitantes). Cerca de 30 milhões de pessoas morreram de fome; o desemprego e a especulação cresceram. Nesse ambiente conturbado, descobriu-se que os relatórios do governo de Mao Tsé-Tung falseavam os números, o que contribuiu para abalar a popularidade do líder chinês.

Apesar do esforço de milhões de chineses, as metas de quantidade de grãos fixadas pelo governo não foram atingidas, pois eram ambiciosas demais, 1961.

DISTRIBUIÇÃO PROIBIDA

Tensões entre China e Rússia

Nos anos 1960, ocorreram tensões entre a China e a URSS, com acusações e críticas de lado a lado. O principal ponto de tensão entre esses dois países gigantes foi a disputa pela supremacia no campo socialista. Eles divergiam quanto ao modelo de socialismo a ser seguido. A União Soviética vivia sob o marxismo-leninismo e era esse modelo que ela queria impor ao mundo socialista. Já Mao Tsé-Tung defendia, à época, a teoria da "revolução contínua". Para ele, as revoluções socialistas ao redor do mundo não se fariam mais segundo o modelo soviético, mas com a força do campesinato e sob a liderança chinesa.

Nesse contexto, em 1960, o líder da União Soviética, Nikita Kruschev, ordenou o retorno a Moscou de todos os técnicos russos enviados à China e o abandono dos projetos em andamento. No ano seguinte, Mao revidou, fornecendo equipamentos para fábricas, usinas e metalúrgicas da Albânia e emprestando 112,5 milhões de rublos para aquele país socialista, que vivia na órbita soviética, o que foi visto por Kruschev como uma provocação.

Outro ponto de tensão, ainda, foi a recusa de Mao em aceitar a política de **coexistência pacífica** acordada entre a União Soviética e os Estados Unidos; Mao via a coexistência com o capitalismo como um desvio da doutrina marxista. Kruschev, por sua vez, criticava a política do Grande Salto implementada por Mao.

Coexistência pacífica: política de compromisso entre URSS e EUA visando assegurar a paz mundial.

Esse aumento crescente das tensões entre China e URSS levou ao rompimento de relações entre os dois países em 1962. A URSS concorria agora não apenas com os EUA, mas também com a China, cujo modelo de socialismo era uma alternativa para outros povos. Com o rompimento, a URSS, com quem a China tinha enorme fronteira, deixava de ser aliada e passava a ser rival.

Charge ironiza as tensões entre URSS (Kruschev) e China (Mao), David Low, 1963.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: ROMPIMENTO da aliança sino-soviética: a influência dos respectivos líderes e da política doméstica chinesa. Disponível em: <http://livro.pro/j2ifs5>. Acesso em: 11 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- CONSEQUÊNCIAS da Revolução Chinesa. Duração: 4 min. Disponível em: <http://livro.pro/occ9tw>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Vídeo sobre a história política da China nas seis décadas que se seguiram à Revolução Chinesa.

Texto de apoio

O surgimento da RPC [República Popular da China] em plena Guerra Fria assustou o ocidente. Americanos e europeus estavam agora diante da aliança entre a RPC e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS. [...] Cabia agora aos Estados Unidos defenderem o Japão das ameaças chinesa e soviética somadas.

[...]

A aliança entre a RPC e a URSS caminhou relativamente bem até o início da década de 1960, período no qual, além de fomentar a indústria de base e a bélica na RPC, os soviéticos colaboraram para a consolidação de um regime nos moldes do socialismo real na URSS na Europa Oriental. Entretanto, na RPC, com a maioria da população ainda vivendo no campo, o modelo revolucionário do Partido Comunista Chinês, o PCC, sempre foi muito peculiar. A burocracia stalinista e a sua adaptação à cultura e à civilização chinesa tinham seus limites. Essas tensões foram aumentando, até que em 1961, ocorreu o rompimento no bloco comunista, já que a RPC, em busca da bomba atômica, queria ter o controle completo das suas armas nucleares e não se submeter ao comando soviético, tendo obtido sua arma atômica em 1964.

Esse rompimento e a Revolução Cultural, entre 1966 e 1976, levaram a um isolamento ainda maior da RPC, tanto na Ásia como em relação ao resto do mundo.

[...]

A RPC era uma potência militar regional em termos geopolíticos asiáticos, mas tinha dois opositores de peso em termos militares e demográficos na região: a URSS e a Índia.

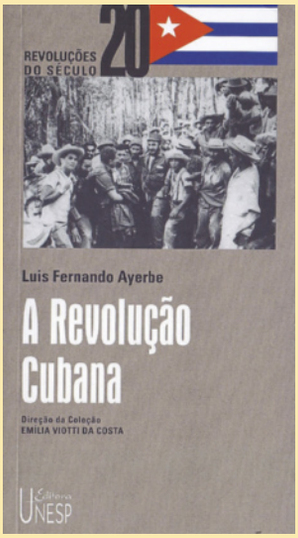
[...] Henry Kissinger, secretário de Estado dos Estados Unidos, vai à RPC como representante de Nixon, aproximando os dois países e buscando uma aliança estratégica contra a URSS na geopolítica global. Um velho ditado chinês diz: "O inimigo do meu inimigo é meu amigo", mesmo que esse antigo inimigo fosse o tigre de papel capitalista, ou seja, surpreendentemente, os Estados Unidos. [...] A aliança estratégica com os Estados Unidos colocava em xeque o papel estratégico da URSS na Ásia, agora em desvantagem.

LOBO, Carlos Eduardo Riberi. A República Popular da China e a geopolítica da Ásia no início do século XXI. **ComCiência**. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542012000300007&lng=e&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 out. 2018.

Dica de leitura

- AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

O livro trata da trajetória da experiência revolucionária em Cuba, que abrigou personalidades marcantes, como Che Guevara, e acontecimentos dramáticos, como a Crise dos Mísseis.



EDITORA UNESP

Texto de apoio

A oposição ao governo Batista

[...] Na década de 1950, Batista será o principal fator detonante de um movimento oposicionista cujos desdobramentos inaugurarão uma nova fase da história política latino-americana.

A frustração das expectativas dos setores que apostavam na vitória eleitoral de junho de 1952 deu lugar rapidamente à organização de movimentos de resistência, que passam a colocar a luta armada como principal método de ação política. [...] os atores de vanguarda virão da universidade, que faz as primeiras manifestações contra o golpe e se torna a fonte principal de organizações clandestinas [...] até os militantes do Partido Ortodoxo, em que começa a destacar-se a figura do jovem advogado Fidel Castro.

Fidel nasceu em 13 de agosto de 1923, em Birán, [...] e seu pai era um rico fazendeiro. [...] em 1945 ingressa na faculdade de Direito da Universidade de Havana. Dois anos depois, envolve-se num movimento para derrubar o ditador Trujillo, da República Dominicana, fato que não chega a concretizar-se. [...] Em 1948, participa como delegado estudantil num congresso em Bogotá, no momento em que se desencadeia o chamado "bogotazo", violenta reação popular contra o assassinato do líder do partido Liberal, Jorge Eliecer Gaitán. Em 1950, obtém o título de advogado e, em 1952, assume uma das candidaturas a deputado pelo Partido Ortodoxo. A frustração e o desconserto provocados pelo golpe de Estado dão lugar à forte convicção de que o retorno da normalidade democrática passa necessariamente pela derrubada do regime de Batista.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. p. 28-29.

A Revolução Cubana

Cuba, a maior ilha do Caribe, na América Central, está situada a apenas 170 quilômetros do litoral dos Estados Unidos. Observe o mapa.

Fonte: ATLAS geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. p. 39.

Na primeira metade do século XX, Cuba sobrevivia principalmente da produção do açúcar que vendia para os Estados Unidos e do turismo. Grande parte da riqueza da ilha concentrava-se em mãos de poucas famílias locais e de empresários estadunidenses. Enquanto isso, a maioria da população alimentava-se mal, morava em cortiços ou em cabanas de palha, sem assistência médica, sem saber ler e escrever e sobrevivia de empregos temporários.

A oposição à ditadura de Batista

Na primeira metade do século XX, Cuba foi governada, durante a maior parte do tempo, por ditadores corruptos e violentos. Um deles, Fulgêncio Batista, desfechou um golpe de Estado, em 1952, e governou com o apoio de empresários que exploravam os cassinos e a prostituição, lucrando com o jogo e a comercialização do sexo.

Opondo-se a essa situação, em 1953, o advogado cubano Fidel Castro e um grupo de 120 pessoas tentaram tomar o quartel de Moncada, na cidade de Santiago de Cuba, com o objetivo de obter armas para derrubar a ditadura de Batista. Fidel Castro foi preso e, dois anos depois, conseguiu fugir para o México.

Tempos depois, Fidel Castro desembarcou em Cuba com 82 homens, mas, em um confronto com as forças de Batista, perdeu a maioria deles; os doze sobreviventes se embrenharam nas matas da ***Sierra Maestra***, a cadeia de montanhas mais alta de Cuba, e de lá iniciaram uma guerra de guerrilhas contra o governo. Nesse grupo estava o médico argentino Ernesto Che Guevara, que empolgou muitos jovens de sua geração em toda a América Latina.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

158

PRENSA LATINA/AFP

O líder rebelde cubano Fidel Castro – ao lado de Camilo Cienfuegos (em pé e com chapéu) – e Ernesto Che Guevara (de perfil, com boina, à direita) entram em Havana, em janeiro de 1959.

Fidel chega ao poder

Durante os dois anos de luta contra a ditadura de Batista, os "barbudos", como os rebeldes eram chamados, foram ganhando apoio popular e, em 1º de janeiro de 1959, Fidel Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos entraram em Havana, a capital do país, e conquistaram o poder. Fidel Castro afirmou que a Revolução era nacionalista e tomou algumas medidas populares, tais como:

- reforma agrária, com distribuição de terras para 200 mil famílias;
- redução de 50% nos aluguéis residenciais, no preço dos medicamentos e nas tarifas telefônicas e de eletricidade;
- nacionalização de bancos e empresas consideradas estratégicas (refinarias de petróleo, companhias de eletricidade etc.), muitas delas estadunidenses.

Essas medidas do líder cubano desagradaram aos Estados Unidos. Em 1961, a tensão entre os dois países aumentou porque Castro declarou que sua **revolução era socialista**. Os EUA, obedecendo à lógica da Guerra Fria, romperam as relações diplomáticas com Cuba e promoveram uma invasão à ilha por exilados cubanos treinados pela **Agência Central de Inteligência** (CIA), mas as milícias populares cubanas resistiram e venceram os invasores. Em 1962, os Estados Unidos radicalizaram sua posição e impuseram um bloqueio econômico a Cuba.

Agência Central de Inteligência: serviço de inteligência dos Estados Unidos.

A crise dos mísseis

Conforme as relações entre os Estados Unidos e Cuba pioravam, Fidel Castro fortalecia sua aliança com a União Soviética, chegando a permitir que os soviéticos construíssem uma base de lançamento de mísseis nucleares em território cubano.

O governo estadunidense reagiu impondo um bloqueio militar a Cuba e ameaçando a União Soviética com armas nucleares. Ao fim de várias negociações, a União Soviética concordou em retirar seus mísseis do território cubano, em troca da promessa de os Estados Unidos respeitarem a soberania de Cuba. O episódio ficou conhecido como crise dos mísseis (setembro a outubro de 1962) e foi um dos momentos mais tensos da Guerra Fria.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- CRISE dos mísseis em Cuba. Duração: 46 min. Disponível em: <http://livro.pro/exvz3v>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Documentário sobre a Crise dos Mísseis, em 1962.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Mensagem de Roberto de Oliveira Campos, embaixador brasileiro nos Estados Unidos

Logo após a dramática mensagem de Kennedy aos seus eleitores e conterrâneos, bem como a outros interlocutores – especialmente aos governantes soviéticos, cubanos, latino-americanos, europeus, e de outros países –, o Embaixador Roberto de Oliveira Campos enviou um novo telegrama ao Rio de Janeiro comentando as primeiras impressões e desdobramentos da crise instalada no continente e no mundo:

Cabe-me informar, após a reunião no Departamento de Estado, que [Dean] Rusk assim justifica o rigor da reação americana à instalação de teleguiados de alcance médio e intermédio, detectada por fotografia aérea, apenas em 14 [de outubro] último: 1) Cuba e URSS foram advertidas pelos Estados Unidos de que não tolerariam instalações ofensivas; a inação norte-americana desmobilizaria a credibilidade do sistema de defesa ocidental; 2) os teleguiados fornecidos a Cuba são de tipo jamais fornecidos sequer aos satélites membros do Pacto de Varsóvia, indicando visível propósito de intimidar a América Latina, colocando, pela primeira vez, todo o Caribe e norte da América do Sul, atingindo Lima, Nordeste do Brasil, Colômbia e Venezuela sob mira nuclear. Além disso, a pressão política interna impediria Kennedy de qualquer atitude acomodatória [...] A situação é perigosíssima, admitindo o Departamento de Estado a hipótese de guerra nuclear, conquanto espera que prevaleçam uma ou mais das seguintes hipóteses: A) recuo russo, determinando a volta dos navios; B) interceptação americana sem revide nuclear russo; C) aumento da pressão russa nas outras áreas, sem conflito nuclear.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. **A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962)**: um estudo das iniciativas brasileiras. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262467561_The_Cuban_Missile_Crisis_1962_a_study_of_the_Brazilian_initiatives>. Acesso em: 16 nov. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) O objetivo era enfraquecer a economia cubana, altamente dependente da exportação de açúcar para os Estados Unidos e, assim, derrubar o governo de Fidel Castro.

b) Fidel Castro estreitou os laços com a União Soviética, que passou a comprar o açúcar cubano e a fornecer combustíveis, máquinas e peças para a ilha. Além disso, os cubanos recebiam dos soviéticos subsídio de 4 bilhões de dólares por ano.

c) No início dos anos 1990 e durante o governo de George W. Bush (2001-2009), o embargo econômico a Cuba se intensificou, pois a Lei-Helms-Burton impôs sanções às empresas estrangeiras que negociassem com esse país.

d) Durante o governo Obama, com a mediação do papa, os Estados Unidos e Cuba reataram as relações diplomáticas. **Professor**: comentar que, apesar de sucessivas resoluções da ONU propondo a suspensão do embargo econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba, a suspensão efetiva do bloqueio econômico à Ilha continua aguardando aprovação do Parlamento estadunidense. Lembre-se aqui de que o governo Trump adotou uma política de distanciamento em relação a Cuba.

Texto de apoio

A política externa norte-americana na América Latina: o caso Cuba

[...] Em outubro de 2015, pelo vigésimo quarto ano seguido, a Assembleia Geral das Nações Unidas votou de maneira quase unânime e sem abstenções [...] por uma resolução ao embargo a Cuba e que este fosse revogado. Os únicos países que votaram contra foram os Estados Unidos e Israel. Em 26 de outubro de 2016, pela primeira vez, Estados Unidos e Israel se abstiveram em vez de se oporem à votação anual da ONU para a revogação do embargo, com 191 países votando a favor e nenhum país votando contra a mesma. [...]

Em 20 de janeiro de 2017 o candidato pelo Partido Republicano Donald Trump assume o governo dos EUA. Sua campanha no ano anterior foi fortemente baseada no ideal da "*America First*", ou "A América (EUA) Em Primeiro Lugar", a qual prega a restauração da liderança estadunidense perante o resto do mundo e o uso de recursos econômicos, militares e diplomáticos dos Estados Unidos para a promoção da prosperidade, o aumento de segurança e a ampliação de influência norte-americana. Inicialmente, sua posição oficial perante as relações unilaterais com Cuba foi a de revisão do acordo firmado durante o governo Obama. Apesar de Trump ter afirmado que o acordo seria "completamente cancelado", na prática, segundo o *website* oficial do Departamento do Tesouro Americano (2017), as mudanças prometidas pelo anúncio não terão efeito até que novas regulamentações sejam emitidas, ou seja, ainda levarão meses para que as novas políticas prometidas sejam postas em prática. [...]

DE LUCA, Lucas Jorge Luciano e outros. **A política externa norte-americana na América Latina**: o caso Cuba. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2018/01/politica-externa-america.html>. Acesso em: 11 nov. 2018.

PARA REFLETIR

O bloqueio econômico imposto a Cuba em 1962 é um dos mais duradouros já impostos por um país a outro. Veja, abaixo, a evolução desse bloqueio.

O embargo estadunidense a Cuba	
1961	Os dois países rompem relações diplomáticas.
1962	Os Estados Unidos do presidente John Kennedy radicalizam sua posição e impõem um embargo econômico a Cuba.
1992	Os EUA reduzem em 700 mil toneladas a cota de açúcar importado de Cuba.
1996	Lei Helms-Burton: estabelece sanções para as empresas estrangeiras que negociarem com Cuba.
2000	O presidente Bill Clinton ameniza o bloqueio, permitindo a venda de alimentos e medicamentos a Cuba por razões humanitárias.
2006	O governo Bush intensifica a investigação e a punição a estadunidenses que foram a Cuba através de outros países.
2015	Com a mediação do papa Francisco, os Estados Unidos do presidente Barack Obama reatam as relações diplomáticas com Cuba. Já a suspensão do bloqueio econômico à ilha aguarda a aprovação do Parlamento dos Estados Unidos.
2017	A ONU aprova mais uma resolução que propõe a suspensão do embargo econômico imposto pelos Estados Unidos contra Cuba. A resolução recebe 191 votos favoráveis; apenas Estados Unidos e Israel se opuseram a ela.

a) Qual era o objetivo dos Estados Unidos ao impor um embargo econômico a Cuba?

b) Como o governo cubano reagiu ao bloqueio econômico?

c) Com base nos dados do quadro, responda: nos anos 1990 e no governo de Bush, o rigor do embargo diminuiu ou aumentou? Justifique.

d) O que se pode dizer da relação entre os EUA e Cuba durante o governo Barack Obama?

KOLAUP/SHUTTERSTOCK.COM

Turistas em uma praia em Varadero, Cuba, 2017. Após a aproximação entre os Estados Unidos e Cuba, ocorrida no governo Obama, Cuba tem recebido mais turistas ansiosos para desfrutar dos encantos naturais da ilha.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ATIVIDADES

I Retomando

1. Os versos a seguir foram produzidos pelos *boxers*. Com base neles, o que se pode dizer a respeito dos motivos da Revolta dos *Boxers*?

> Não cai chuva dos Céus,
> O solo está seco e crestado.
> E tudo porque as igrejas
> Têm o céu engarrafado.
>
> Quando os demônios de fora
> Forem expulsos até o fim,
> O Grande Qing, unido, junto,
> À nossa terra trará paz enfim.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 236.

2. Avalie as afirmações com (**V**) para as verdadeiras e (**F**) para as falsas.

a) No início do século XX, o Império chinês era governado pela dinastia Qing (1641-1911), mas seu território estava dividido em áreas de influência de potências como a Inglaterra, a França, a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos.

b) As potências estrangeiras exerciam sua dominação sem o apoio do imperador Qing e da elite chinesa, que eram contrários ao imperialismo.

c) A imposição de valores orientais e da religião budista aos chineses ajuda a explicar a grande rebelião de 1898 – a Revolta dos *Boxers*.

d) O *slogan* dos rebeldes era "reviver Qing e destruir o estrangeiro", pois eles acreditavam que chineses cristãos iludiam o imperador, fazendo com que ele se voltasse contra o povo e as religiões da China.

e) As potências imperialistas revidaram, invadindo a China em nome da "civilização", e, depois de massacrar milhares de chineses, impuseram ao país um tratado humilhante, que reprimia os *boxers*.

A sequência correta de respostas é:

a) F, V, V, F, F.
b) V, F, F, V, F.
c) V, F, F, V, V.
d) F, F, F, V, V.
e) V, F, V, V, V.

3. Monte em seu caderno uma ficha sobre a Revolução Chinesa (1949) com as seguintes informações: líder, superpotência aliada, superpotência adversária e iniciativas de Mao Tsé-Tung ao tomar o poder.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Os dois motivos da Revolta dos Boxers são: a) a tentativa de imposição da religião cristã aos chineses; b) a dominação estrangeira na China (o imperialismo).
2. Alternativa C.
3. **Nome**: República Popular da China. **Líder**: Mao Tsé-Tung. **Superpotência aliada**: União Soviética. **Superpotência adversária**: Estados Unidos. **Iniciativas de Mao Tsé-Tung**: Estatizou grandes empresas; expropriou e distribuiu terras aos camponeses; implementou a industrialização; concedeu às mulheres os mesmos direitos que aos homens.

Texto de apoio

A luta contra a opressão ganha as ruas das cidades chinesas

Houve batalhões especiais de mulheres no exército de Taiping durante as rebeliões de 1851 e 1864 e também entre os *Boxers* durante a rebelião de 1900. As mulheres também foram parte do Movimento Reformista de 1898, exigindo, entre outras coisas, o direito à educação e a deixar de vendarem seus pés. As reformas propostas por Sun Yat-Sen, líder da nascente burguesia, atraíram numerosas mulheres. Entre elas se destacou, como pioneira, Chiu Jaen.

Chiu vinha de uma família de funcionários, e seu esposo, escolhido para ela pelo seu pai quando tinha apenas dezoito anos, era um mandarim, funcionário civil ou militar da China imperial. Depois de aprender com seu esposo sobre os ideais democráticos, Chiu divorciou-se e viajou ao Japão para estudar. Em 1905, regressou à China, uniu-se ao partido de Sun Yat-sen e participou da primeira revolução contra a dinastia Manchú. Durante esse período, Chiu publicou uma revista de mulheres, na qual defendia a igualdade de direitos, a liberação dos pés das jovens, a liberdade das mulheres para escolher o esposo e a abolição da "castidade unilateral" .

Atacaram as missões religiosas estrangeiras, os chineses convertidos e cercaram as delegações estrangeiras. A resposta dos imperialismos ocidentais foi a intervenção militar direta. O imperador negou armas aos *Boxers* e assim foram massacrados pelas potências europeias. Nas palavras de Peng Shuzhi (1990: 10), o movimento *Boxer* "foi um movimento anti-imperialista de libertação nacional, lançado pelas massas camponesas por pressão extrema dos distintos imperialismos".

BILAN, Chen; FUNES, Bárbara. A luta contra a opressão ganha as ruas das cidades chinesas. **História Social**, n. 17, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/278/251>. Acesso em: 11 nov. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. a) A imagem à esquerda mostra uma família camponesa debilitada, vítima da política do Grande Salto à Frente.
   b) A imagem à direita mostra pessoas felizes, radiantes e com uma grande variedade de alimentos em sua frente.
   c) Enquanto o cartaz de propaganda do governo de Mao Tsé-Tung veiculava a ideia de prosperidade, fartura e satisfação popular, muitas famílias camponesas passavam fome. Esta, como se sabe, ceifou a vida de 30 milhões de pessoas na época da política do Grande Salto à Frente.
   d) Sim. Resposta pessoal.
5. Alternativa D.

Texto de apoio

Novos olhares sobre Cuba

[...] No retrato pintado por [Mariana] Villaça, a tensão entre o engajamento ideológico e a configuração do Estado repressivo e autoritário é a tônica do período estudado (1959-1991).

Essa tensão está muito presente também em algumas das reflexões sobre a Revolução e o regime castrista feitas nos últimos anos. Para além da velha argumentação conservadora da equivalência entre as ditaduras de esquerda e de direita, alguns trabalhos recentes mostram a preocupação da esquerda democrática em pensar a relação entre ideologia e autoritarismo, a existência de uma tendência totalitária no discurso e na práxis da esquerda e, principalmente, o papel de Cuba nas reflexões e nas declarações da esquerda latino-americana. Nesse último aspecto, é preciso destacar o trabalho de uma não brasileira, a cientista política argentina Claudia Hilb (2010), que denuncia em seu livro **Silencio, Cuba** a construção de um aparato de matiz totalitário no regime castrista e se interroga sobre o papel da violência na identidade de esquerda latino-americana. Para ela, é chegada a hora de uma reflexão mais racional, desprovida do aspecto passional que envolvia as assertivas a respeito de Cuba nas décadas anteriores. Ela se interroga mesmo se o caráter solidário e humanista, dos quais a esquerda se mostra defensora, não são comprometidos pelo papel determinante que a violência assume em múltiplos casos de poder institucionalizado, dentre os quais Cuba é o exemplo mais relevante para nós, latino-americanos. [...]

MARTINS, Luís Carlos dos Passos; LIEBEL, Vinícius. A Revolução Cubana e sua recepções: imprensa e academia. **Revista Contemporânea**: dossiê guerras e revoluções no século XX, ano 5, n. 8, v. 2, 2015. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/14_luis_carlos_dos_passos_martins_vinicius_liebel_.pdf.>. Acesso em: 15 nov. 2018.

4. Observe as imagens a seguir.

ALBUM/AKG-IMAGES/PICTURES FROM HISTORY/FOTOARENA

Fotografia de família do meio rural durante a política do Grande Salto para a Frente (1958-1961). China.

PICTURES FROM HISTORY/AGB PHOTO LIBRARY

Cartaz de propaganda oficial da época do Grande Salto para a Frente (1958-1961). China.

a) O que a imagem à esquerda mostra?

b) E a imagem à direita, o que mostra?

c) O que se pode concluir comparando uma imagem à outra?

d) Durante a política do Grande Salto para a Frente, o governo de Mao Tsé-Tung manipulava as estatísticas a seu favor. E hoje, há governos que utilizam essa prática? Se sim, pesquise e dê um exemplo.

5. Avalie as afirmativas a seguir com **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

a) Na primeira metade do século XX, a riqueza em Cuba concentrava-se nas mãos de poucas famílias e de empresários estadunidenses, enquanto a maior parte da população era mal alimentada, sem assistência médica e analfabeta.

b) O presidente Fulgêncio Batista instaurou um governo democrático, durante o qual lutou para acabar com a prostituição e os cassinos em Cuba.

c) Em 1953, Fidel Castro, que vivia refugiado, desembarcou em Cuba e tentou, em vão, derrubar Batista e tomar o poder.

d) Fidel Castro, acompanhado de 12 homens, promoveu uma guerra de guerrilha contra o governo Batista e tomou o poder em 1959.

e) Ao assumir o poder, Fidel Castro aumentou os preços dos aluguéis, dos medicamentos e das tarifas telefônicas e de eletricidade; ao mesmo tempo, reprimiu duramente seus adversários.

A sequência correta de respostas é:

a) F, V, F, F, V.
b) V, F, F, V, F.
c) V, V, V, V, F.
d) V, F, V, V, F.
e) F, V, F, V, F.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

162

VOZES DO PRESENTE

A fala a seguir é de Barack Obama em sua visita a Cuba (2016).

ALEXANDER SCHEUBER/GETTY IMAGES

Ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. 2017.

À medida que as décadas se passaram, nossos governos se entrincheiraram em um confronto aparentemente interminável, disputando batalhas por meio de terceiros. Em um mundo que se refez inúmeras vezes, uma constante foi o conflito entre os Estados Unidos e Cuba.

Vim para cá para enterrar o último resquício da Guerra Fria nas Américas.

LEIA a íntegra do discurso de Barack Obama aos cubanos em Havana. **Folha de S.Paulo**, 23 mar. 2016. Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/03/1753090-leia-a-integra-do-discurso-de-barack-obama-ao-povo-cubano-em-havana.shtml>. Acesso em: 18 out. 2018.

A fala a seguir é de Donald Trump (2017).

NICHOLAS KAMM/AFP/GETTY IMAGES

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, em 2018.

[...] Hoje nasceu uma nova política. Dou por cancelado o acordo de Obama. Não apoiaremos o monopólio militar que oprime os cubanos [...].

Sabemos o que se passa lá [...]. Cuba deve legalizar os partidos políticos, permitir eleições supervisionadas, liberar os presos e entregar os fugitivos. Enquanto não houver liberdade, haverá restrições [...].

TRUMP recua na aproximação com Cuba. ***El País***, 18 jun. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/16/internacional/1497575394_414329.html>. Acesso em: 18 out. 2018.

Comparando as falas dos dois presidentes em relação a Cuba, pode-se afirmar que:

a) Ambos defendem o cancelamento do embargo econômico a Cuba.

b) Ambos são contrários à reaproximação entre os Estados Unidos e Cuba.

c) Ao contrário de Obama, Trump impõe condições para suspender o bloqueio.

d) Obama e Trump proferiram discursos divergentes sobre a relação dos EUA com Cuba. Contudo, fica claro que o único interesse estadunidense na ilha é o comércio.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTA
Alternativa D.

Texto de apoio

Setor agrícola dos EUA pede que Trump suspenda embargo a Cuba

[...] A Associação Nacional de Departamentos de Estado da Agricultura dos Estados Unidos (NASDA) exigiu [...] que o governo de Donald Trump suspenda o embargo imposto a Cuba há quase seis décadas e normalize as relações comerciais bilaterais.

A política de Washington em relação a Cuba "é inconsistente em relação às suas políticas em relação a outros países", criticou Steven Reviczky, presidente da entidade que representa os membros da comissão, secretários e diretores dos departamentos de agricultura nos 50 estados e quatro territórios dos EUA.

"Abram suas mentes e corações para tornar possível o comércio livre", exigiu o presidente da NASDA em mensagem ao governo, o Congresso e o Senado, num momento em que os EUA reparam seus laços bilaterais com [...] a Coreia do Norte.

O fim do embargo aumentaria a balança comercial do setor agrícola entre os dois países dos US$ 250 milhões atuais para US$ 1 bilhão anual, afirmaram hoje os representantes da NASDA.

[...] normalizar as relações comerciais geraria um "lucro mútuo", já que não só os EUA poderiam vender grãos, milho e legumes a Cuba, mas o país caribenho encontraria um amplo mercado para suas frutas tropicais e produtos orgânicos. [...]

SETOR agrícola dos EUA pede que Trump suspenda embargo a Cuba. **UOL Economia**, 13 jun. 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2018/06/13/setor-agricola-dos-eua-pede-que-trump-suspenda-embargo-a-cuba.htm>. Acesso em: 16 nov. 2018.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades **EF09HI14** e **EF09HI31** da BNCC, citadas a seguir:

– Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.

– Descrever e avaliar os processos de descolonização na África e na Ásia.

Na TV, a África é mostrada quase sempre como uma grande savana habitada por animais raros ou como um continente castigado pela fome e pelas doenças, o que sugere uma visão estereotipada daquele continente e acaba por reforçar uma perspectiva eurocêntrica da História. Questionar essa visão pode ser um bom começo para desconstruir os mitos que pairam em torno da África e de sua rica história. Note que a África quase nunca é associada às suas cidades prósperas, como Luanda, em Angola [no alto, fotografia de 2014]; Lagos, na Nigéria [à esquerda, fotografia de 2012]; e Maputo, em Moçambique [à direita, fotografia de 2014], mostradas nas imagens desta abertura. Curiosamente a palavra "cidade" vem do latim *civitas*, que deu origem também ao termo "civilização". O objetivo aqui, no entanto, não foi omitir nem ignorar a pobreza e as doenças que atingem o continente africano, mas relativizar imagens estereotipadas que o estigmatizam.

CAPÍTULO

11 NACIONALISMOS AFRICANO E ASIÁTICO

ERIC LAFFORGUE/ART IN ALL OF US/CORBIS NEWS/GETTY IMAGES

ARYO OLASUNKANMI/SHUTTERSTOCK.COM

SIMON_G/SHUTTERSTOCK.COM

» **Você sabe onde ficam essas cidades? Com qual ou quais cidades brasileiras se parecem? Dica: essas cidades ficam todas na África e por seus portos saíram ancestrais de milhões de brasileiros.**

» **Se a África possui cidades prósperas, como essas que você vê na foto, por que, então, na televisão e no cinema é mostrada quase sempre como uma grande savana habitada por leões, girafas e elefantes? Por que a mídia quase nunca mostra cidades africanas? O que isso pode significar?**

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A África que a mídia não mostra para você

[...]

Chimamanda Ngozi Adichie é uma romancista nigeriana que veio de uma família de classe média. O pai é professor e a mãe, administradora. Adichie foi estudar em uma universidade americana aos 19 anos de idade e, em uma palestra proferida para o TED, ela conta sobre sua experiência, de como sua companheira de quarto ficou chocada ao descobrir que ela podia falar Inglês (o inglês é a língua oficial da Nigéria), que sabia como usar um fogão e que ouvia Mariah Carey [...].

"Ela sentia pena de mim antes mesmo de me conhecer. Ela conhecia apenas uma única narrativa sobre a África. Sua ideia em relação a mim enquanto africana era uma espécie de piedade paternalista bem-intencionada. Era uma única narrativa de catástrofe. Nesta única narrativa, não havia nenhuma possibilidade de os africanos serem semelhantes a ela. Nenhuma possibilidade de sentimentos mais complexos que a piedade. Nenhuma possibilidade de uma relação entre humanos iguais."

[...]

É certo que o continente possui grandes bolsões de pobreza, assim como ocorre em muitos lugares do mundo, incluindo o Brasil. Mas a narrativa sobre as histórias de felicidade, de talento e de sucesso dificilmente chegam até nós. [...]

ANDRADE, Silnei L. África que a mídia não mostra para você. **Geledés**, 10 ago. 2015. Disponível em: <www.geledes.org.br/africa-que-a-midia-nao-mostra-para-voce>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Independências

Vimos que no século XIX os europeus se apossaram de grandes porções da Ásia e da África e submeteram seus povos. A dominação europeia nesses continentes caracterizou-se pela violência e, por vezes, pela irracionalidade; foram comuns práticas como o confisco de terras, o uso de trabalho forçado, a cobrança de impostos abusivos e o racismo, que oprimia os africanos e os asiáticos em sua própria terra. Esses fatores ajudam a explicar a resistência africana e asiática à dominação europeia. Nos trinta anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra (1945), a imensa maioria dos povos daqueles continentes conquistou sua independência. Vejamos como isso ocorreu.

Razões da independência

Os principais fatores da independência dos povos africanos e asiáticos foram:

a) a luta dos próprios africanos e dos asiáticos pela independência de seus países;

b) o enfraquecimento das potências colonialistas europeias devido às perdas sofridas durante a Segunda Guerra. No imediato pós-guerra, os europeus passaram a canalizar seus esforços para a reconstrução de seus países. Isso facilitou a ação da resistência africana e asiática ao colonialismo europeu;

c) a força de movimentos como o pan-africanismo e a negritude.

O **pan-africanismo** foi um movimento político-ideológico surgido na América Central e nos Estados Unidos no início do século XX, que visava transformar a situação de todos os africanos e seus descendentes, chamados à época de "raça negra". A intenção dos líderes do movimento era libertá-los da pobreza e da opressão. Mas a noção de raça dos líderes do pan-africanismo não era a mesma que a dos europeus: para eles, raça era um fator capaz de unir e conferir identidade aos diversos povos negros da África na luta contra os dominadores.

Um importante pensador do pan-africanismo foi o jamaicano **Marcus Garvey** (1887-1940). Ele dizia que a África, berço de grandes civilizações, era uma "pátria livre", pronta para receber seus filhos. E, como considerava a situação do negro na América e na Europa ruim, propunha o "retorno à África". Considerando-se um predestinado, ele próprio criou um organismo para promover a volta dos negros da Jamaica para a **Libéria**, considerada a nação-mãe dos negros de todo o mundo. Seu objetivo maior era recuperar "a África para os africanos".

WORLD HISTORY ARCHIVE/ALAMY/FOTOARENA

Intelectual jamaicano Marcus Garvey, 1940.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

Marcus Garvey: universalização e radicalização da unidade pan-africana

[...] Exceto Silvester Williams, o precursor da ideologia pan-africana, cada pensador optou por estratégias que, nos seus respectivos contextos, melhor pavimentariam o caminho para unidade pan-africana.

Du Bois apostou na educação, T. Washington apropriou-se da economia, Blynden optou pela religião, Nkruma e Padmore tentaram o socialismo, porém todos eles, a partir de suas análises conjunturais, forneceram contribuições para evolução do pensamento pan-africano no século XX. Essas estratégias apresentam-se como primeiro passo para o entendimento da proeminência de Marcus Garvey e da universalização do seu pensamento, pois ele conseguiu reunir em um único projeto todas as abordagens anteriores. Garvey falará de um projeto universal, que pudesse reunir política, educação, economia, religião, cultura, militarismo com o objetivo de construir os Estados Unidos da África. Dessa maneira, coube a Marcus Garvey a expansão, universalização e radicalização do projeto pan-africano.

A segunda observação diz respeito ao fato de Garvey representar um divisor de águas no pensamento pan-africanista. Nele encerra-se a fase pioneira da edificação da ideologia pan-africana (1940) ao mesmo tempo em que inaugura a fase de execução desse projeto [...]. Por esse motivo, o pensamento garveista é considerado o momento de maior maturidade do pan-africanismo no século XX.

PAIM, Márcio Luís. Pan-africanismo: política, libertação e golpes de Estado. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, Irati, v. 7, n. 1, p. 213-214, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/8257/6045>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Frisar que a Segunda Guerra causou grande impacto sobre as metrópoles europeias; estas saíram da guerra exauridas e passaram a concentrar seus esforços na reconstrução nacional. Aproveitando-se disso, os movimentos de libertação afro-asiáticos intensificaram as lutas pela independência.
- Evidenciar que o pan-africanismo possuía duas importantes características: conferia voz ao negro, visto como vítima de injustiça, violência e opressão; e representava a África (especialmente Serra Leoa e Libéria) como um lugar mítico, "uma pátria livre", apta a receber filhos e descendentes, independentemente do lugar de onde viessem.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: DU BOIS e o pan-africanismo. Disponível em: <http://livro.pro/t5wf3z>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

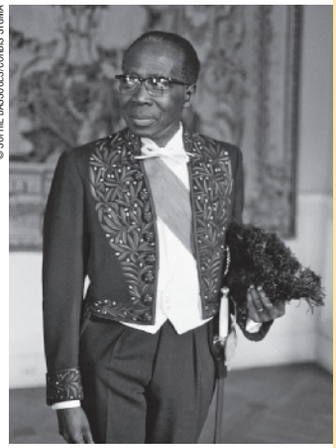
- Informar que um dos marcos iniciais do Movimento da Negritude foi o lançamento da revista ***L'Étudiant noir*** (o Estudante Negro) no ano de 1934, por estudantes negros vindos de diversas partes do mundo e radicados em Paris. Três diretores dessa revista tiveram um papel de destaque no movimento que então surgia – Aimé Césaire (Martinica), o primeiro a usar o termo negritude, León Damas (Guiana Francesa) e Léopold Senghor (Senegal). Organizando exposições, assembleias, publicando artigos e poesias, esses intelectuais investiam contra o colonialismo e divulgavam o movimento da negritude na África, Europa e América, inclusive no Brasil.

A **negritude**, movimento político-literário nascido no final dos anos 1930, também contribuiu com ideias que alimentaram as independências africanas. A negritude teve entre seus principais representantes o senegalês Léopold Senghor, primeiro presidente do Senegal (1960-1980), e Aimé Césaire (natural da Martinica), ambos escritores e poetas. Eles defendiam a valorização das culturas negras e rejeitavam radicalmente a dominação colonialista. A ideia central desse movimento era que os africanos e seus descendentes tinham um patrimônio cultural comum, daí a necessidade de estreitamento e trocas culturais entre eles e de busca por uma vida melhor e independente.

A revista **Présence Africaine**, fundada em Paris, em 1947, pelo filósofo senegalês Alioune Diop, teve um papel importante na difusão da história africana, da negritude e do pan-africanismo na Europa.

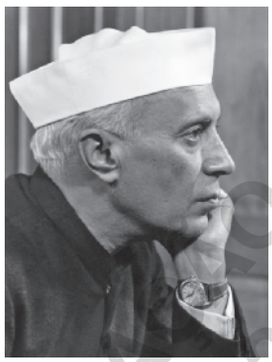
As lutas pela independência da África e da Ásia também contaram com a solidariedade dos países recém-libertos. Na **Conferência de Bandung**, realizada na cidade de Bandung, na Indonésia, em 1955, 29 países independentes se autodenominaram **Terceiro Mundo**, declararam-se **não alinhados**, ou seja, neutros na Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, e prometeram apoiar as independências na África e na Ásia.

Terceiro Mundo: expressão criada em 1952 pelo estudioso francês Alfred Sauvy, que definia os países pobres independentes em contraste com as nações do Primeiro Mundo, lideradas pelos Estados Unidos, e as do Segundo Mundo, lideradas pela União Soviética.



© SOPHIE BASSOULS/CORBIS SYGMA

Léopold Senghor (1906-2001), então presidente do Senegal, comparece à Academia de Letras de Paris, onde foi convidado a ocupar uma cadeira, em 1983, graças às suas poesias.



BARON/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

RIA NOVOSTI/AFP

STAN WAYMAN/THE LIFE PICTURE COLLECTION/GETTY IMAGES

Três líderes dos países participantes da Conferência de Bandung. Da esquerda para a direita: Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro da Índia, Ásia (foto de 1955); Josip Broz Tito, presidente da Iugoslávia, Europa (foto de 1965); Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito, África (foto de 1960).

DIVULGAÇÃO PNLD 2012 FTD

Texto de apoio

A Conferência de Bandung

[...] A luta por soberania implicou a escolha de estratégias eficazes definidas pelas elites culturais e políticas africanas em fóruns internacionais com o objetivo de superar uma série de impasses para que se constituíssem os Estados Nacionais. Tratava-se, portanto, de estabelecer ações comuns em torno dos mesmos interesses como forma de impedir que a consecução do objetivo maior, a independência, se dissolvesse em protestos isolados. Assim, estava posta a questão dos caminhos, decisiva para os países africanos, no pós-Segunda Guerra Mundial, quando ganhou prevalência o tema da autodeterminação, mas também os da cooperação e da integração dos países do "Terceiro Mundo". [...]

Em 1954, foi lançada a realização de um encontro, cabendo a Sukarno, presidente da Indonésia, preparar o evento que resultou na Conferência Governamental Afro-Asiática ou, como é mais conhecida, Conferência de Bandung.

Pode-se identificar que em Bandung foi escolhida fundamentalmente uma estratégia retórica que denunciava a existência de relações assimétricas entre os espaços geopolíticos afro-asiáticos e os blocos dos países aliados dos dois superpoderes que emergiram da Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos e a URSS. Propunha como necessária a constituição de um espaço de manobra buscando romper o âmbito das relações verticalizadas que implicavam dominação e exploração, por meio da ideia de pacificação fundada por Ghandi. Nesse sentido, formou-se um movimento pela intervenção das Nações Unidas identificada para regulamentar os "[...] conflitos por meios pacíficos, tais como as negociações, a conciliação, a arbitragem ou a regulamentação jurídica ou outras medidas decididas pelas partes em causa no quadro da Carta das Nações Unidas".

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 166-167.

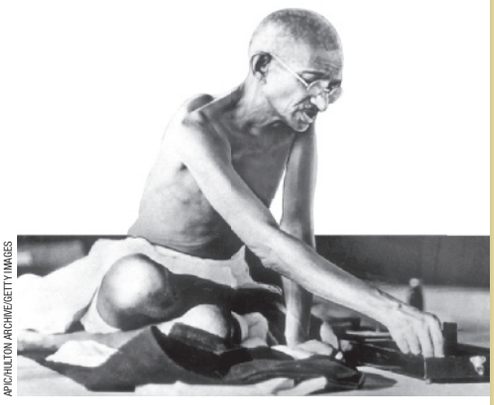
Ásia

Na Ásia, vamos acompanhar o movimento pela independência na Índia.

Índia

No século XIX, a Índia era conhecida como a joia mais preciosa da Coroa Britânica, tal a grandeza do lucro obtido pelos britânicos no país. No início do século XX, a resistência indiana à dominação britânica passou a contar com a liderança de Mohandas Gandhi (1869-1948), mais conhecido como Mahatma (Grande Alma).

Para enfrentar a dominação inglesa, Gandhi propôs e liderou a **resistência pacífica**, tática baseada na **não violência** e na **desobediência civil**. Ou seja, os indianos eram incentivados a não usar e nem comprar produtos ingleses, a desobedecer às leis que os discriminavam dentro da própria Índia e a não pagar impostos como, por exemplo, o imposto sobre o sal.



APIC/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Gandhi faz a própria roupa. Era uma forma de dizer que os indianos nem deveriam comprar nem usar mais tecidos ingleses, c. 1945.

Desobediência civil: desobediência dos cidadãos às leis que os humilham ou discriminam em sua própria terra.

PARA REFLETIR

O texto a seguir foi escrito por Mahatma Gandhi. Leia-o com atenção:

> A primeira coisa [...] é dizer-vos a vós mesmos: não aceitarei mais o papel de escravo. Não obedecerei às ordens como tais, mas desobedecerei quando estiverem em conflito com a minha consciência. O assim chamado patrão poderá surrar-vos e tentar forçar-vos a servi-lo. Direis: não, não vos servirei por vosso dinheiro ou sob ameaça. Isso poderá implicar sofrimentos. Vossa prontidão em sofrer acenderá a tocha da liberdade, que não pode jamais ser apagada.

GANDHI, Mahatma apud MUNANGA, Kabengele; SERRANO, Carlos. **A revolta dos colonizados**: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia. São Paulo: Atual, 1995. p. 52. (História geral em documentos).

a) A quem Gandhi está se dirigindo?

b) O que ele aconselha a seus seguidores?

c) Que nome se dá à tática proposta por Gandhi na luta contra os dominadores?

IMAGENS EM MOVIMENTO

- GANDHI: desobediência civil. Duração: 3min50s. Disponível em: <http://livro.pro/9yu2zg>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Trecho de filme que permite perceber a resistência pacífica como uma tática da luta pela independência.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Ele está se dirigindo ao povo indiano.

b) Ele aconselha os indianos a desobedecerem às ordens dos "patrões" (no caso, os britânicos e seus prepostos) sempre que elas contrariarem o que dita a consciência. Ele acrescenta também que a disposição de resistir abrirá passagem para a libertação.

c) Dá-se o nome de resistência pacífica, que combina a não violência com a desobediência civil: os indianos eram incentivados a não pagar impostos, a não comprar produtos ingleses e a desobedecer às leis que os discriminavam em sua própria terra.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A não violência – Ghandi

A independência da Índia, uma colônia britânica, foi proclamada em 1947. Mahatma Gandhi (1869-1948) destacou-se como o principal líder do processo de emancipação indiano. Para ele, a luta contra o domínio colonial deveria se basear na "resistência passiva", ou seja, em um movimento pacifista baseado na "não violência".

"A não violência é a maior força e a mais ativa do mundo. Não se pode ser passivamente não violento... Uma pessoa que sabe expressar *ahimsa* (não violência) em sua vida exerce uma força superior a todas as forças da brutalidade. [...]

A violência mental não é uma força e prejudica somente a pessoa cujos pensamentos são violentos. Com a não violência mental não ocorre o mesmo; possui um poder que o mundo ainda não conhece. Ora, o que quero é a não violência em pensamentos e atos.

Se permanecemos não violentos, o ódio ficará sem efeito, como sucede às demais coisas, por falta de emprego.

A democracia só pode ser salva pela não violência, pois a democracia, enquanto for sustentada pela violência, não pode prover a proteção dos fracos. Minha ideia sobre a democracia é que, nesse regime, os mais fracos devem ter as mesmas oportunidades que os mais fortes. Isso não pode jamais ocorrer senão pela não violência. [...]."

MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo Moura de. **História do tempo presente**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 55-56.

Dialogando

A atividade quer estimular a reflexão sobre a intolerância religiosa, um dos importantes fatores da violência que assola o mundo atual. Pode-se aproveitar o **Dialogando** para divulgar a cultura da paz, tal como pretendido pela ONU.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A HISTÓRIA da não violência. Duração total: 33 min (dividido em cinco partes). Primeira parte disponível em: <http://livro.pro/zzhh22>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Documentário sobre líderes que praticaram a não violência durante o século XX.

- DISCURSO de Gandhi: não à violência. Duração: 4min8s. Disponível em: <http://livro.pro/v7ckzz>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Discurso de Gandhi sobre como responder à violência.

Texto de apoio

Políticas em torno da Partilha da Índia e Paquistão

A Índia conquistou a Independência no dia 15 de agosto de 1947, após uma luta nacionalista de mais de três décadas. A região que estava sob domínio britânico, British Raj, foi dividida em dois Estados, a Índia e o Paquistão, no evento histórico conhecido por Partilha da Índia Britânica. O Paquistão conquistou independência no dia 14 de agosto de 1947, e a princípio era composto de duas partes separadas, o Paquistão Ocidental (atual Paquistão) e o Paquistão Oriental. Em 1971, com o apoio da então primeira ministra indiana Indira Gandhi, o Paquistão Oriental conquistou a independência, tornando-se Bangladesh.

Ainda que o Paquistão (oriental e ocidental) tenha celebrado sua independência no dia 14 de agosto de 1947, e a Índia no dia 15, as fronteiras dos novos Estados foram anunciadas no dia 17 de agosto de 1947. As fronteiras foram estabelecidas por uma comissão liderada pelo advogado britânico Cyrill Radcliffe, que pouco conhecia a região, utilizando-se de mapas e materiais oriundos dos registros acumulados pelos diversos censos demográficos organizados pelos britânicos. Comunidades, famílias e propriedades foram cortadas ao meio na divisão, no que foi um período caracterizado por intensa violência e deslocamento de pessoas.

A partilha do subcontinente e o estabelecimento de dois Estados independentes da Índia e do Paquistão (ocidental e oriental) ocorreram com uma rapidez impressionante e de forma imprevista nos anos anteriores. Foi em um intervalo de tempo curto, apenas um ano, entre a primeira articulação formal de demanda para um Estado soberano para os muçulmanos da região, e o estabelecimento de fato do Paquistão. E poucos previram que a divisão do território e do poder central seria acompanhada por qualquer coisa semelhante à violência desencadeada neste período.

[...]

ALVES, Mariana Faiad B. O legado da partilha da Índia e do Paquistão. **Malala**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 37-38, set. 2017.

Nos anos 1930, o movimento de resistência pacífica alcançou grande popularidade e reconhecimento internacional. Internamente, Gandhi empenhou-se de várias formas (praticou inclusive a greve de fome) para unir **hindus** e muçulmanos (24% da população na Índia), em torno da luta pela independência.

Pressionado pela resistência indiana e abalado pela crise decorrente das perdas sofridas com a Segunda Guerra, o governo britânico aceitou negociar a independência com os indianos. Mas optou pela divisão da Índia em dois países:

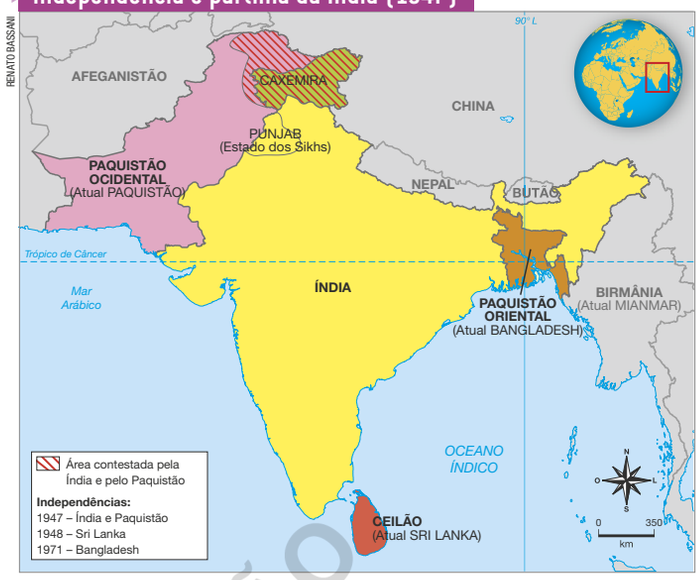
- **República da Índia**, de maioria hindu;
- **República do Paquistão**, oriental e ocidental, de maioria muçulmana.

Em 1971, o Paquistão Oriental constituiu um país separado, de nome **Bangladesh**. Observe o mapa.

Hindu: seguidor da religião hinduísta. Indiano é aquele que nasce na Índia.

Dica! Trecho do filme **Gandhi**, sobre a não violência. Duração: 4 min. Disponível em: <http://livro.pro/9yu2zg>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Independência e partilha da Índia (1947)



Fonte: A SOMBRA dos ditadores: 1925-1950. São Paulo: Time-Life: Abril, 1993. p. 108. (História em revista).

DIALOGANDO

O movimento pela independência liderado por Gandhi foi vitorioso. No entanto, o esforço dele para conciliar hindus e muçulmanos atraiu o ódio de um radical hindu, que o assassinou em 1948. O assassino o acusava de ser tolerante com os muçulmanos. O que você pensa sobre a intolerância religiosa?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

África

Em 1945, o número de países africanos independentes era muito reduzido. Nos trinta anos seguintes, a maior parte da África tinha conquistado sua independência.

Congo

Com um território oitenta vezes maior do que o da Bélgica e situado no coração da África, o Congo foi inicialmente propriedade particular do rei belga Leopoldo II (1865-1909); depois, passou à administração da Bélgica. Rico em cobre, zinco, manganês, urânio e diamante, o Congo atraiu poderosas companhias internacionais, como a Unilever e a Companhia Mineira do Alto Katanga, que exploravam suas riquezas em troca de baixíssimos salários pagos aos congoleses.

A administração belga era autoritária e racista; os congoleses não tinham liberdade de expressão, nem de representação, e só podiam frequentar a escola por quatro anos. Para lutar contra a opressão e a discriminação racial, os congoleses criaram em 1956 a **Abako**, Associação do Baixo Congo, chefiada por J. Kasavubu e, no ano seguinte, o **Movimento Nacional Congolês (MNC)**, liderado por **Patrice Lumumba**. Sob a liderança de Lumumba, os congoleses organizaram uma série de manifestações de rua e greves pela independência. Pressionados pela resistência congolesa, os belgas se retiraram e, em 30 de junho de 1960, o Congo tornou-se independente; o primeiro chefe de governo foi o próprio Patrice Lumumba.

Mas o projeto de Lumumba de unir os congoleses em torno de um Estado nacional não prosperou. Com o apoio dos Estados Unidos, a rica província de Katanga moveu uma guerra separatista contra as forças de Lumumba, que, por sua vez, recebiam ajuda da União Soviética. A guerra civil terminou com a vitória do coronel Joseph-Desiré Mobutu, aliado dos estadunidenses, que assumiu o poder em 1961; Lumumba foi preso e assassinado em circunstâncias misteriosas, o que levou a ONU a intervir no país para assegurar a independência.

DALMAS/SIPA/AP IMAGES/GLOW IMAGES

Congoleses celebram a independência em 30 de junho de 1960.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que o colonialismo belga no Congo impôs aos congoleses o trabalho forçado, o racismo e a falta absoluta de direitos. Com isso, afetou duramente a identidade e a vida daquelas pessoas. A existência de diferentes grupos étnicos, a falta de preparo intelectual dos congoleses (os belgas os proibiam de estudar mais do que quatro anos) e a violência empregada pelas autoridades coloniais retardaram uma ação conjunta contra o colonialismo belga.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: O MANIFESTO da ABAKO e o movimento de independência no Congo (RDC), 1956-1960. Disponível em: <http://livro.pro/chje7w>. Acesso em: 9 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- HERÓIS da independência africana. Duração: 26 min. Disponível em: <http://livro.pro/no43gc>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Vídeo sobre a história de líderes africanos das independências.

Texto de apoio

A África independente

O ano de 1960 foi indiscutivelmente o ano da África, pois, perante a surpresa, a perplexidade e a incredulidade dos outros continentes, viu dezoito colônias da Europa aceder em alguns meses à soberania e ao reconhecimento internacional como Estados; simultaneamente, era brutalmente abalada e, aparentemente, ficava para sempre comprometida a imagem da África complacentemente difundida pelas potências coloniais segundo a qual os africanos seriam, por um período mais ou menos longo, incapazes de se governar por si próprios e precisavam de ser orientados por potências tutoras. [...]

Por um lado, a questão da soberania estava longe de ter encontrado a solução definitiva, tanto pelo número elevado de colônias (27) ainda sujeitas à dominação europeia como porque todos os indicadores, em especial as crises que acompanhavam as independências, confirmavam a determinação das antigas potências coloniais a envidarem todos os esforços para defenderem os seus interesses nas antigas possessões. Por outro lado, machucados e frustrados por muitos decênios de dominação colonial, os povos africanos esperavam ver os seus novos dirigentes lançar a África independente em estratégias, ações e realizações que provocassem uma ruptura completa com o colonialismo europeu e que, simultaneamente, correspondessem às suas aspirações. [...] Embora algumas destas múltiplas exigências populares tivessem recebido esboços de resposta e começos de solução, as sociedades africanas deixaram-se apoderar por um irreprimível "desencanto" (Hélé Béiji) que não tardou a encontrar expressão em múltiplos movimentos de reivindicações sociais, culturais e políticas, e ao qual uma parte das elites intelectuais e políticas quis responder reatualizando a ideologia pan-africana e a problemática do "renascimento" africano.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra**: história e civilizações. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. p. 629-630.

ENCAMINHAMENTO

- Esclarecer que durante muito tempo o Império português dependeu das suas colônias na América, na África e no Oriente, de onde obtinha parte considerável de sua riqueza. No século XIX, com a independência política do Brasil, o Império português tornou-se mais dependente de suas colônias africanas, como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.
- Comentar que no início do século XX, além de fornecer riquezas para Portugal, as colônias portuguesas na África passaram também a absorver a mão de obra que não encontrava emprego na economia portuguesa. Por isso, naquele tempo, milhares de portugueses deixaram seu país e foram para Angola em busca de uma vida melhor.
- Explicar que, na década de 1960, os três partidos africanos partiram para a luta armada usando como tática a guerra de guerrilhas. Os guerrilheiros africanos se valiam do conhecimento da vegetação local e das armas conquistadas dos portugueses. Os portugueses, por sua vez, os reprimiam violentamente, dizimando populações inteiras pelo emprego de armas químicas, como o napalm.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- AMÍLCAR Cabral: último discurso (jan./1973). Duração: 31min14s. Disponível em: <http://livro.pro/98tw9j>. Acesso em: 9 nov. 2018.

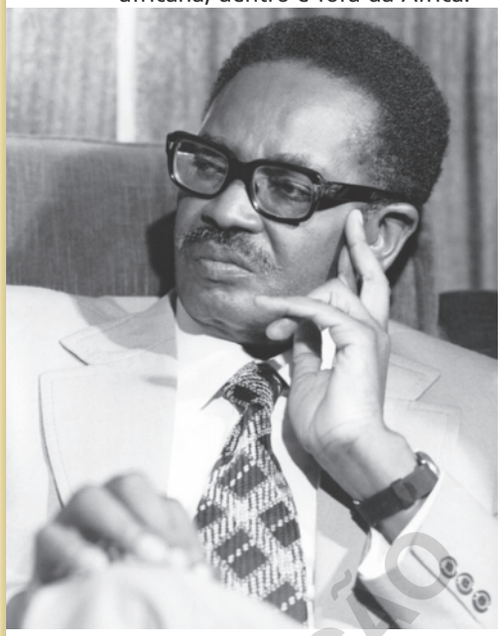
Áudio do último discurso de Amílcar Cabral.

- O PROCESSO de descolonização. Duração: 5min6s. Disponível em: <http://livro.pro/7s5eye>. Acesso em: 9 nov. 2018.

O vídeo aborda o processo de independência de Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Angola, Moçambique e Guiné-Bissau

Na África sob domínio português, a vida dos africanos também era marcada por intensa exploração. Os angolanos, por exemplo, trabalhavam para os portugueses nas plantações (de cana-de-açúcar, milho, café, amendoim), nas minas (de diamantes) e nas cidades, em troca basicamente de roupa e comida, já que os melhores empregos eram reservados aos portugueses vindos da metrópole. Em 1930, angolanos pressionaram o governo português por melhores condições de trabalho e obtiveram uma conquista: o **sistema de contrato**. Por meio dele, o governo português prometia pagar um salário aos trabalhadores africanos e respeitar seus costumes e valores. Mas, no interior, isso pouco adiantou, pois a autoridade eram os próprios colonos portugueses. Além disso, a Pide, polícia política do governo português, liderado pelo ditador António de Oliveira Salazar, reprimia à bala toda e qualquer manifestação popular angolana. A violência do governo português provocou um aumento da consciência política e da resistência africana, dentro e fora da África.



CULO/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

Agostinho Neto, em fotografia de 1976.

Em Lisboa (Portugal), em 1951, um grupo de universitários vindos da África fundou o **Centro de Estudos Africanos**. Entre esses jovens estavam **Amílcar Cabral** (Guiné-Bissau), **Agostinho Neto** e **Mário Pinto de Andrade** (Angola), **Francisco Tenreiro** (São Tomé e Príncipe) e **Noémia de Sousa** (Moçambique). Essa geração de militantes africanos – conhecida como "geração de 50" – usou a poesia como arma de combate ao colonialismo.

Muitos deles continuaram a luta por seus ideais nos movimentos de libertação que se formaram em seus países. Entre esses movimentos estavam o **MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola)**, liderado por Agostinho Neto (1922-1979), a **Frelimo (Frente para a Libertação de Moçambique)**, dirigida mais tarde por Samora Machel (1933-1986), e o **PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde)**, sob a liderança de Amílcar Cabral (1924-1973).

Durante anos, o governo salazarista enviou milhares de soldados armados com metralhadoras e aviões para reprimir os movimentos africanos pela independência; o que adiou, mas não impediu a vitória desses movimentos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Enquanto as colônias britânicas e francesas da África Ocidental haviam todas alcançado a sua independência em 1965, a Guiné Bissau e as ilhas do Cabo Verde, assim como as duas outras colônias portuguesas, Angola e Moçambique, não conseguiriam derrubar o colonialismo português senão em 1973 e 1974. Ademais, embora a conquista da independência nas outras colônias da África do oeste tenha, em seu conjunto, sido pacífica mediante a realização de mesas-redondas e debates entre partidos, no que tange à África portuguesa, por sua vez, ela foi longa, violenta e sangrenta, transformando-se em uma verdadeira guerra de libertação. [...]

Desde o início, Portugal, assim como a França, considerou as suas colônias [...] não como colônias mas como províncias portuguesas de além-mar. [...]

[...] Na Província da Guiné dos anos 1950, em meio milhão de habitantes e após "cinco séculos de presença portuguesa", 8320 pessoas [...] gozavam de direitos políticos [...]. O branco, mesmo que fosse analfabeto (situação recorrente entre os portugueses), era *ipso facto* "civilizado"; enquanto o negro, pelo contrário, devia saber ler e escrever o português, praticar regularmente a religião católica e ser benquisto pelo colonizador.

SURET-CANALE, Jean; BOAHEN, A. Adu. A África ocidental. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). **História geral da África, VIII**: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010. p. 218-219.

A Revolução dos Cravos

Em Portugal, os gastos com a guerra na África (cerca de 40% do orçamento nacional) e a morte de milhares de jovens soldados portugueses geraram forte descontentamento, o que contribuiu para a eclosão da **Revolução dos Cravos** (25 de abril de 1974). Liderada por jovens oficiais das Forças Armadas portuguesas e contando com amplo apoio popular, a Revolução dos Cravos derrubou a ditadura salazarista, que vigorava em Portugal havia 42 anos.

Vitorioso, o novo governo português adotou o seguinte lema: "Democracia em nosso país, descolonização na África". E, depois de dissolver a polícia política portuguesa, encaminhou o reconhecimento das independências africanas. Moçambique teve a independência reconhecida em 25 de junho de 1974, sob a presidência de **Samora Machel**; Angola, em 11 de novembro de 1975, sob a presidência de **Agostinho Neto**.

JEAN-CLAUDE FRANCOLON/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

A população de Lisboa comemora nas ruas a Revolução dos Cravos (1974). Com cravos vermelhos nas mãos, as pessoas cantavam pelas ruas demonstrando sua alegria pelo fim do regime ditatorial. Assim, os movimentos de libertação da África contribuíram também para a democratização de Portugal.

ALEXANDER JOE/AFP/GETTY IMAGES

Depois de enfrentar 16 anos de guerra contra os países vizinhos de regimes racistas, Samora Machel morreu em um acidente aéreo para o qual ainda não há explicações plausíveis. Na fotografia, membros da família de Samora Machel seguram flores atrás de seu retrato em Mbuzini, em 19 de outubro de 2006, em um memorial construído na colina onde Samora morreu.

ENCAMINHAMENTO

- Informar que, indiferente aos apelos da ONU pelo fim da guerra na África, Portugal continuava enviando seus jovens para os campos de batalha. Em 1972, a maior parte dos 140 mil homens que compunham seu Exército estava na África.
- Destacar que os portugueses revolucionários conquistaram rapidamente amplo apoio popular defendendo a democratização do país e o fim do colonialismo.
- Chamar a atenção para o fato de que as lutas do PAIGC, do MPLA e da Frelimo contribuíram tanto para a democratização de Portugal quanto para a libertação da África portuguesa.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A HORA da liberdade. Duração: 10min58s. Disponível em: <http://livro.pro/su734q>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Vídeo com reconstituição dos momentos decisivos da Revolução dos Cravos.

- MOÇAMBIQUE: guerra colonial – Operação Nó Górdio. Duração: 1h20min. Disponível em: <http://livro.pro/ed29qq>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Documentário sobre a independência de Moçambique.

Texto de apoio

O que resta da Revolução dos Cravos

[...] Os portugueses libertaram-se sozinhos. O 25 de abril de 1974, que ficou na história como "Revolução dos Cravos", foi na realidade um golpe de estado em sentido inverso, ao contrário de todos aqueles conhecidos: as Forças Armadas insurgiram-se contra um regime totalitário para restabelecer a democracia, e esta foi a verdadeira revolução, politicamente falando. Seguiu-se também uma revolução popular, mas essa foi sobretudo uma adesão entusiasta, uma explosão de alegria coletiva, uma espécie de embriaguez de liberdade por um povo que tinha estado oprimido durante quarenta e oito anos (o fascismo português detém o recorde de duração na Europa). A euforia desta revolução propagou-se rapidamente, era contagiosa, e a partir de Lisboa alcançou, num abrir e fechar de olhos, todo o país. Porque a opressão que Portugal tinha sofrido não foi só política: fora social, cultural, antropológica, e tinha reduzido os portugueses a um povo triste e deprimido, deformando a natureza de um povo espontaneamente alegre e afável. E agora esta alegria que lhes fora negada explodia numa festa coletiva. Mas era também a festa pelo final de uma longa guerra colonial que havia ensanguentado o Portugal do Ultramar (assim eram definidos Moçambique, Angola e Guiné), que tinha dizimado quase uma geração de portugueses (a nascida nos anos 40), que arrasara um país reduzindo-o ao luto e miséria pelo interesse dos poucos que do Ultramar recolhiam/retiravam fortunas. [...]

TABUCCHI, Antônio. O que resta da Revolução dos Cravos. **Revista Diacrítica**, v. 28, n. 2, p. 80-81, 2014. Disponível em: <www.scielo.mec.pt/pdf/dia/v28n2/v28n2a07.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

DIGITAL PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Informar que, em 1960, 67 negros que participavam de uma passeata pacífica contra o *apartheid* foram assassinados pela polícia, no episódio conhecido como Massacre de Sharpeville.
- Destacar que o líder do CNA, Nelson Mandela, foi condenado à prisão perpétua, em 1964, sob a acusação de comunista e agitador. Mandela, que era advogado, fez a sua própria defesa, perante um tribunal lotado.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: A (LONGA) história da desigualdade na África do Sul. Disponível em: <http://livro.pro/x2ygtt>. Acesso em: 9 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- ÁFRICA do Sul: 15 anos depois do *apartheid*. Duração total: 48 min (dividido em sete partes). Primeira parte disponível em: <http://livro.pro/5xb7x8>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Vídeo sobre as tensões durante e após o *apartheid*.

- ENTREVISTA com Desmond Tutu. Duração: 5min40s. Disponível em: <http://livro.pro/vejizw>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Entrevista com Desmond Tutu, importante personagem na luta contra o *apartheid*.

A luta contra o *apartheid* na África do Sul

Em alguns países africanos independentes, os nativos tiveram de lutar contra a opressão de **regimes segregacionistas** como o da Rodésia e o da África do Sul.

No começo do século XX, a África do Sul, país rico em recursos minerais, era habitada por povos negros, como os bosquímanos, os xosas e os zulus, e por descendentes de holandeses e ingleses (cerca de 15% da população). Essa minoria impôs à maioria negra uma série de leis segregacionistas, em 1911. Diante disso, os negros, liderados por **Pixley Ka**, fundaram, no ano seguinte, um partido político para lutar por seus direitos, o **Congresso Nacional Africano (CNA)**.

Em 1948, a minoria branca decidiu oficializar o ***apartheid***: regime segregacionista que obrigava os negros a morar em lugares separados dos brancos, a frequentar escolas, praias e banheiros só para negros e a andar constantemente com um passe, de modo que a polícia pudesse controlar seu deslocamento. Eram proibidos também de possuírem terras em 87% do território nacional, apesar de serem muito mais numerosos do que os brancos.

Regimes segregacionistas: regimes que adotam a segregação racial: isolamento de uma coletividade com base na cor da pele ou origem.

Pixley Ka: líder político de etnia zulu.

***Apartheid*:** palavra que em africâner quer dizer separação. Africâner é o nome da língua desenvolvida pelos descendentes de holandeses que foram para a África do Sul no século XVII interessados nas minas de ouro e diamantes da região.

WILLIAM F. CAMPBELL/THE LIFE IMAGES COLLECTION/GETTY IMAGES

A imagem documenta a existência de banheiros separados para negros e brancos. Fotografia de 1985, Johanesburgo, África do Sul.

Reagindo a essa situação, o Congresso Nacional Africano (CNA) promoveu várias manifestações contra o governo racista de seu país. Numa delas, em 1964, o governo prendeu oito líderes do CNA, entre eles Nelson Mandela, que foi condenado à prisão perpétua. Nas décadas seguintes, as lutas pelo fim do racismo se intensificaram. Em junho de 1976, milhares de estudantes negros foram às ruas de Johanesburgo, a maior cidade do país, em protesto contra a imposição da língua africâner nas escolas. A polícia atirou contra as crianças e os jovens que marchavam vestidos com seus uniformes escolares. Cento e setenta crianças foram mortas no episódio, que ficou conhecido como **Massacre de Soweto**.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Alberto da Costa e Silva.

O que era o *apartheid*?

Apartheid era um sistema rígido de segregação racial, de separação entre brancos e negros, que teriam lugares separados onde morar e manteriam suas culturas próprias. Os contatos entre os dois grupos deveriam restringir-se às relações de trabalho, nas quais os brancos estavam destinados a ser os patrões e os negros, os empregados. Proibia-se o casamento de brancos com negros, mestiços ou asiáticos. A separação racial deveria ser completa: um negro não poderia sequer rezar na igreja de brancos. Teoricamente, cada grupo teria direito a seu desenvolvimento próprio. Assim, todo o ensino, do primário ao universitário, era segregado: havia estabelecimentos para os brancos e outros para os negros. Sucede que, na divisão do território entre brancos e negros, os brancos ficaram com as melhores terras, além do controle das minas de ouro e diamantes. Na lógica do *apartheid*, cabia aos brancos a riqueza e aos negros, a pobreza. E estes últimos não eram cidadãos. Não podiam votar e nem ser votados. [...]

SILVA, Alberto da Costa e. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2012. p. 140.

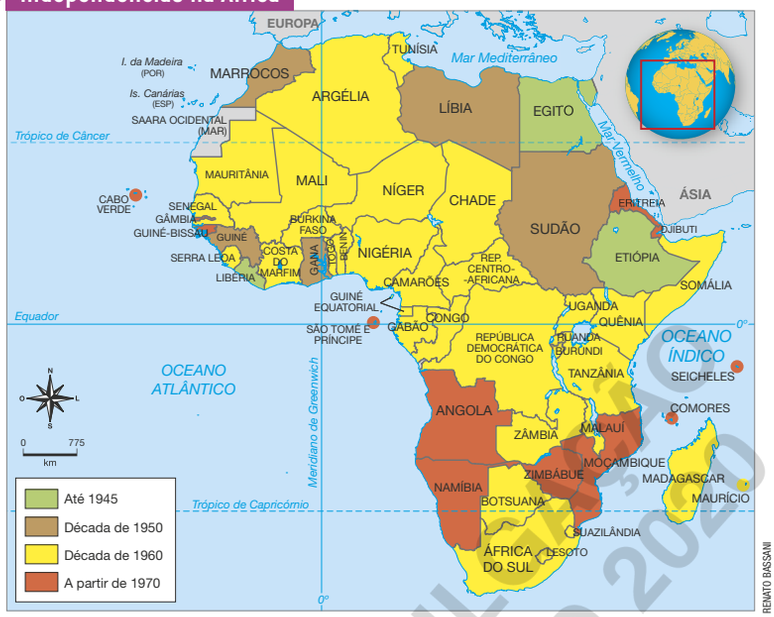
O fato chocou a opinião pública mundial: alguns países passaram a boicotar economicamente a África do Sul, e a ONU determinou a proibição da venda de armas ao país. Sob forte pressão interna e externa, o governo sul-africano anulou as leis do *apartheid* em 1990; Nelson Mandela foi libertado da prisão, o CNA recuperou a legalidade e os negros passaram a ter os mesmos direitos civis e políticos dos brancos.

Em 1994, ocorreram as primeiras eleições com a participação dos negros na África do Sul. Mandela foi eleito presidente da República e, com o apoio da maioria no Parlamento, conseguiu mais uma conquista: aprovou a Lei de Direitos sobre a Terra, que restituiu às famílias negras as terras que lhes tinham sido usurpadas havia décadas.

HAMISH BLAIR/LIASON/GETTY IMAGES

Nelson Mandela, depois de falar sobre o Dia Mundial da Reconciliação, em 8 de setembro de 2000. Melbourne, Austrália. Da prisão, ele liderou o processo de negociação que extinguiu o *apartheid*. Amado por seu povo, e respeitado internacionalmente, Mandela recebeu, em 1993, o Prêmio Nobel da Paz. E no ano seguinte foi eleito presidente da República de seu país.

Independências na África



RENATO BASSANI

Fontes: SERRYN, Pierre; BLASSELLE, René. **Atlas Bordas Géographique et Historique**. Paris: Bordas, 1993. p. 36-37; THE TIMES Atlas of World History. Londres: Times Books Limited, 1990. p. 282-283.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- NELSON Mandela: o homem por trás da lenda. Duração: 44min52s. Disponível em: <http://livro.pro/xmsdmi>. Acesso em: 18 nov. 2018.

Documentário sobre a história de vida de Nelson Mandela.

- DISCURSO de posse de Nelson Mandela. Chegou o momento de construir. Duração: 9min23s. Disponível em: <http://livro.pro/o4yomi>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Vídeo do discurso de Nelson Mandela.

Texto de apoio

Elogios a Mandela

Nelson Mandela, o político mais admirável destes tempos tumultuados, [...] transformou a história do seu país de uma maneira que ninguém imaginava concebível, e demonstrou com sua inteligência, habilidade, honestidade e coragem que, no campo da política, às vezes, os milagres são possíveis.

Tudo isso foi sendo gestado, antes mesmo que na história, na solidão de uma consciência, na desolada prisão de Robben Island, onde Mandela ingressou, em 1964, para cumprir pena de prisão perpétua e trabalhos forçados. [...]

Em vez de suicidar-se ou enlouquecer, como muitos companheiros de prisão, nos nove anos Mandela meditou, reviu suas próprias ideias e ideais, fez uma autocrítica radical de suas convicções e atingiu aquela serenidade e sabedoria que a partir de então guiariam todas as suas iniciativas políticas. [...]

Deve ter levado muito tempo – meses, anos – para convencer-se de que [...] era preciso renunciar à violência e optar por métodos pacíficos, ou seja, buscar uma negociação com os dirigentes da minoria branca – equivalente a cerca de 12% do país, que explorava e discriminava de maneira iníqua os 88% restantes – e convencê-la de que permanecera no país porque a convivência entre as duas comunidades era possível e necessária, quando a África do Sul fosse uma democracia governada pela maioria negra.

[...] É espantoso pensar que Mandela, perfeitamente consciente das vertiginosas dificuldades que encontraria no caminho que traçara para si, decidiria empreendê-lo, e, mais ainda, que perseveraria nele sem sucumbir ao desalento um só instante, e, 27 anos mais tarde, concretizaria aquele sonho impossível: uma transição pacífica do *apartheid* para a liberdade, enquanto a maior parte da comunidade branca permanecia no país ao lado dos milhões de negros e mulatos sul-africanos que, convencidos por seu exemplo e suas razões, haviam esquecido os insultos e os crimes do passado, e perdoado.

[...]

LLOSA, Mario Vargas. Elogios a Mandela. **O Estado de S.Paulo**, 21 jul. 2013. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,elogios-a-mandela-imp-,1055656>. Acesso em: 9 nov. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa B.
2. A Conferência de Bandung, realizada entre 18 e 24 de abril de 1955 na Indonésia, afirmou que o imperialismo e o racismo são crimes e defendeu importantes princípios, tais como: a) o "não alinhamento" com as então superpotências (Estados Unidos e União Soviética), sendo empregada a expressão Terceiro Mundo para designar o bloco dos países não alinhados; b) o respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações; c) a cooperação entre os países do Terceiro Mundo; d) a solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitragens por tribunais internacionais), de acordo com a Carta da ONU.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Avalie as afirmações a seguir e marque, no caderno, V para as verdadeiras e F para as falsas.

I. O pan-africanismo foi um movimento político-ideológico surgido como forma de resistência, que visava transformar a situação da "raça negra", libertando-a da pobreza e da opressão.

II. Um importante pensador do pan-africanismo foi o jamaicano Marcus Garvey (1887-1940). Garvey dizia que a África era o berço de grandes civilizações, como Egito, Núbia e Etiópia; um lugar mítico, uma "pátria livre" que os afro-americanos deveriam ajudar economicamente.

III. Considerando-se um predestinado, Garvey criou um organismo para promover a volta dos negros da Jamaica para a Libéria, considerada a nação-mãe dos negros de todo o mundo. Seu objetivo maior era recuperar "a África para os africanos".

IV. A negritude, movimento político-literário nascido no final dos anos 1930, também contribuiu com ideias que alimentaram as independências africanas.

a) V, F, V, F. **b)** V, F, V, V. **c)** F, V, F, F. **d)** V, V, F, F.

2. (UFRJ)

> Ouvimos com frequência que o "colonialismo está morto". Não nos deixemos enganar ou mesmo ser tranquilizados por isso. Eu lhes digo, o colonialismo ainda não está morto. Como podemos dizer que está morto enquanto grandes áreas da Ásia e da África não forem livres?
>
> E lhes peço que não pensem em colonialismo apenas na forma clássica que nós da Indonésia e nossos irmãos em diferentes partes da Ásia ou da África conhecemos. O colonialismo tem também uma roupagem moderna, sob a forma de controle econômico, controle intelectual, controle físico real por uma comunidade pequena, porém estrangeira, dentro de uma nação. É um inimigo hábil e determinado, que aparece sob diversas formas. Não desiste facilmente de sua presa. [...]
>
> SUKARNO, Ahmed. **Discurso de abertura da Conferência Afro-Asiática de Bandung**. 1955.

A Conferência de Bandung foi realizada em abril de 1955, na Indonésia, com a presença de representantes de 29 países da África e da Ásia, entre eles líderes que haviam participado da luta pela independência de seus países, como o orador (primeiro presidente da Indonésia independente), Nehru (da Índia) e Nasser (do Egito).

Cite dois princípios adotados por essa Conferência em sua declaração final.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Descolonização e desenvolvimento da Índia

"Muito tempo atrás tivemos um encontro com o destino", disse Jawaharlal Nehru aos cidadãos indianos às vésperas da independência do país, se referindo a décadas de luta por autodeterminação. "E agora", explicou Nehru à Assembleia Constituinte em 14 de agosto de 1947, "chegou a hora de cumprirmos a nossa promessa, não completamente ou em todos os aspectos, mas de forma bastante substancial.

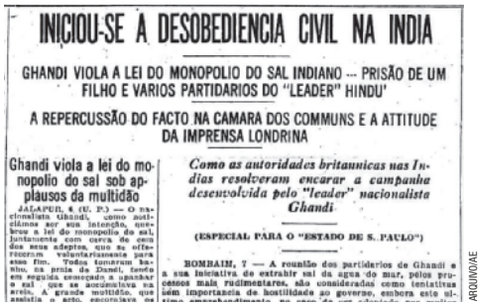
Como o novo governo indiano e os outros iguais a ele iriam cumprir sua promessa? Como poderiam superar décadas, e até séculos, de estagnação? Não havia um modelo pronto a ser copiado, nenhum caminho fácil a ser seguido. Assim que as colônias conseguiram a liberdade e os países latino-americanos emergiram do isolamento imposto pela depressão econômica e pela Segunda Guerra, eles passaram a lutar por uma nova estratégia de desenvolvimento nacional.

Adotaram como fórmula o nacionalismo econômico. Enquanto os países desenvolvidos abandonavam a orientação interna da década de 1930, o mundo em desenvolvimento a adotava com entusiasmo. Os países em desenvolvimento se fecharam ao comércio e buscaram a rápida industrialização. As colônias recém-independentes fizeram o mesmo, deixando de fora o capital e os investimentos estrangeiros para erguer economias nacionais independentes. [...]

Nehru liderou a Índia independente por 15 anos, se esforçando para transformar suas promessas em realidade. Quando tomou posse em agosto de 1947, tinha mais de 30 anos de experiência política. Governou diversas províncias indianas e negociou as condições para o afastamento do Império Britânico. No entanto, a experiência mais importante para a formação dele foi ganha como líder do principal movimento anticolonialista do planeta. [...]

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global**: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

3. Veja uma notícia publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em 6 de abril de 1930.



INICIOU-SE A DESOBEDIENCIA CIVIL NA INDIA

GHANDI VIOLA A LEI DO MONOPOLIO DO SAL INDIANO — PRISÃO DE UM FILHO E VARIOS PARTIDARIOS DO "LEADER" HINDU'

A REPERCUSSÃO DO FACTO NA CAMARA DOS COMMUNS E A ATTITUDE DA IMPRENSA LONDRINA

Ghandi viola a lei do monopolio do sal sob applausos da multidão

Como as autoridades britannicas nas Indias resolveram encarar a campanha desenvolvida pelo "leader" nacionalista Ghandi

(ESPECIAL PARA O "ESTADO DE S. PAULO")

BOMBAIM, 7 — A reunião dos partidarios de Ghandi e a sua iniciativa de extrahir sal da agua do mar, pelos processos mais rudimentares, são consideradas como tentativas sem importancia de hostilidade ao governo, embora este si-

ARQUIVO/AE

a) Defina desobediência civil.

b) Qual foi o ato de Gandhi considerado uma desobediência civil pelas autoridades britânicas?

c) Que trecho da notícia mostra que a população indiana apoiava a desobediência civil de Gandhi?

d) Podemos afirmar que violar a lei que estabeleceu o monopólio do sal é uma forma de resistência pacífica? Justifique.

4. O texto a seguir é de Samora Machel, líder das lutas pela libertação de Moçambique e primeiro presidente moçambicano. Leia-o com atenção.

> Eles dizem que nós somos uma raça inferior e atrasada, com costumes primitivos, um povo ignorante que deve ser educado pela raça superior e avançada, cheia de bons costumes e de sabedoria. A Constituição portuguesa diz expressamente que a essência da nação portuguesa é "instruir" os "bárbaros", que somos nós. Eles repetem continuamente este argumento, muito embora toda a gente veja que em Portugal há mais de 40% de analfabetos, que a miséria dos camponeses e do povo português é enorme, que o seu obscurantismo não é inferior ao nosso e possuem tantas ou maiores superstições do que nós, embora diferentes.
>
> MACHEL, Samora apud SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória d'África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007. p. 260.

a) Como os moçambicanos eram vistos pelo colonizador português?

b) A ideia de que os africanos deveriam ser educados pela "raça superior" está associada a uma teoria desenvolvida no século XIX. Que teoria é essa? O que ela defendia?

c) Quais são os contra-argumentos usados por Samora Machel para demonstrar as contradições existentes no discurso do colonizador?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. a) Desobediência civil é quando os cidadãos não respeitam as leis que os humilham ou discriminam em sua própria terra.
   b) O ato de Gandhi considerado de desobediência civil foi violar a lei do monopólio do sal.
   c) O trecho que mostra o apoio da população é: "Gandhi viola a lei do monopólio do sal sob aplausos da multidão".
   d) Sim, o boicote aos produtos ingleses e o rompimento de leis injustas como a do monopólio do sal podem ser considerados uma tática de luta sem o uso da violência.
4. a) Segundo o autor, os moçambicanos eram vistos como um povo "ignorante" que precisava ser civilizado pela "raça superior" (os portugueses).
   b) Teoria da "missão" civilizadora, segundo a qual os povos "adiantados" (leia-se, os europeus) tinham como missão levar a civilização (progresso e bons costumes) aos povos "atrasados".
   c) Samora Machel lembra que, segundo a Constituição portuguesa, a missão dos portugueses é "instruir" os "bárbaros" (isto é, os africanos). No entanto, Portugal possuía na época uma população de cerca de 40% de analfabetos. O povo português, assim como o moçambicano, vivia na pobreza, no obscurantismo e, além disso, era tão supersticioso quanto o moçambicano.

Texto de apoio

A Índia e a luta pela independência

[...] Os anos revolucionários de 1918-22 transformaram a política nacionalista de massa no subcontinente, em parte por voltar as massas muçulmanas contra os britânicos, em parte pela sangrenta histeria de um general britânico [...] que massacrou uma multidão desarmada numa área sem saída, matando várias centenas [...], mas sobretudo pela combinação de uma onda de greves operárias com a desobediência civil em massa convocada por Gandhi e um Congresso radicalizado. [...] O governo "não procura minimizar de modo algum o fato de que a situação causa grande ansiedade", uma vez que as cidades estavam paralisadas pela não cooperação; o campo [...] se achava em polvorosa e "uma grande parte da população maometana em todo o país está amargurada e mal-humorada" [...]. Dali em diante, a Índia tornou-se intermitentemente ingovernável. É provável que só a hesitação da maioria dos líderes do Congresso, incluindo Gandhi, em mergulhar o país nas trevas selvagens de uma insurreição incontrolável das massas, sua própria falta de confiança, e a convicção da maioria dos líderes nacionalistas, abalada mas não totalmente destruída, de que os britânicos estavam genuinamente empenhados na reforma indiana, tenham salvo o domínio britânico. Depois que Gandhi suspendeu a campanha de desobediência civil no início de 1922 [...] pode-se afirmar que o domínio da Grã-Bretanha na Índia dependia da moderação dele — muito mais do que da polícia e do exército.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 208-209.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

5. a) Sim, segundo o autor as plantações de café dependiam do "sangue" e do "suor" do negro.
   b) É o agricultor angolano que trabalhava nas plantações de café dos portugueses no sistema de contrato, que, quase sempre, era desrespeitado pelo contratante (o colono português).
   c) Critica a exploração da mão de obra angolana nos cafezais.
   d) Foi escrito no contexto das lutas pela independência de Angola. Antônio Jacinto nasceu em Angola, em 1924, e, ainda jovem, tornou-se ativo militante da MPLA (Movimento pela Libertação de Angola); foi preso pela PIDE (polícia política do governo salazarista) e cumpriu pena de 11 anos. Ao ser libertado, voltou a engajar-se na luta pela libertação de Angola. Após a independência do país, em 1975, ocupou o cargo de ministro da Educação.
6. a) Nelson Mandela está abrindo o mar da injustiça racial.
   b) A charge faz referência ao personagem bíblico Moisés.
   c) Assim como Moisés, Nelson Mandela libertou o povo nativo da África do Sul da opressão de um povo que se considerava superior.
   d) Resposta pessoal.

5. O poema a seguir foi escrito pelo angolano António Jacinto, poeta e político que lutou pela independência de seu país. Leia-o com atenção:

Monangamba

Naquela roça grande não tem chuva
é o suor do meu rosto que rega as plantações.
Naquela roça grande tem café maduro
e aquele vermelho-cereja
são gotas do meu sangue feitas seiva.
O café vai ser torrado,
pisado, torturado,
vai ficar negro, negro da cor do contratado.
Negro da cor do contratado. [...]

JACINTO, António apud SERRANO, Carlos; MUNANGA, Kabengele. **A revolta dos colonizados**: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia. São Paulo: Atual, 1995. p. 63.

a) Com base no poema, é possível concluir que o trabalho nos cafezais dependia da mão de obra dos nativos? Explique.

b) Quem é o contratado a que o poema se refere?

c) O que o autor do poema critica? Justifique.

d) Em que contexto esse poema foi escrito?

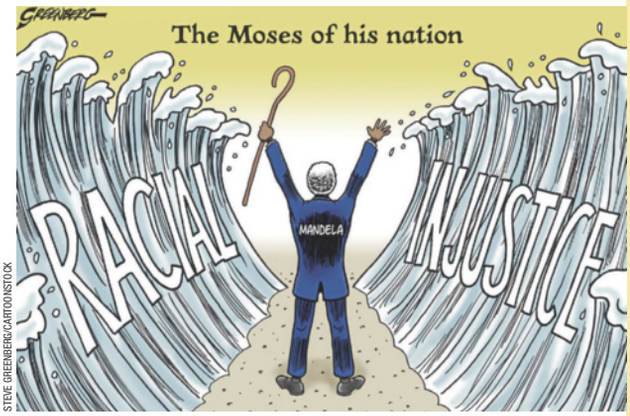
6. Observe a charge a seguir do cartunista estadunidense Steve Greenberg.

a) O que a personagem central está fazendo?

b) A qual personagem bíblico a charge faz referência?

c) O chargista Steve Greenberg escreveu na charge a seguinte frase: "O Moisés de sua nação". Que atitude de Nelson Mandela iguala-o a Moisés?

d) Elabore uma legenda que dialogue com a imagem.



DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Pensamentos de Mandela

"Seja qual for a sentença que este tribunal considere adequada impor-me, pelo crime de que sou acusado, ficai cientes de que, uma vez cumprida a pena, ainda me guiarei, como todos os homens, pela minha consciência. Ainda serei guiado pelo meu desagrado contra a discriminação racial da minha gente. Quando acabar de cumprir a minha sentença, retomarei, da melhor forma ao meu alcance, a luta pelo fim dessas injustiças até à sua abolição."

"Durante a minha vida, dediquei-me a esta luta pela liberdade do povo africano. Lutei contra o domínio branco e contra o domínio negro. Acalantei o ideal de uma sociedade democrática e livre, onde todas as pessoas possam viver em harmonia e igualdade de oportunidades. [...]"

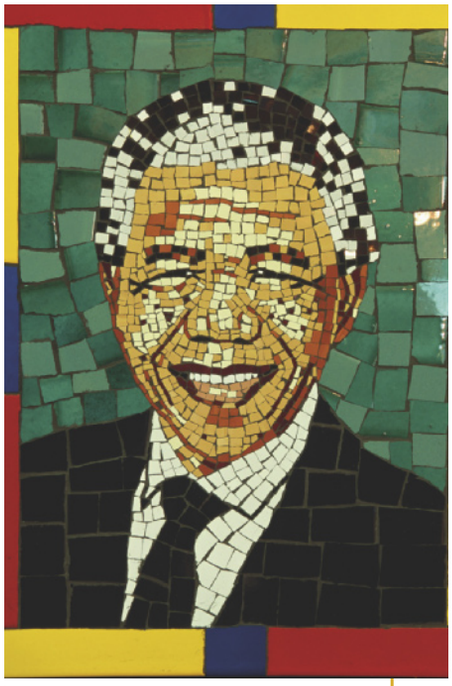
MANDELA, Nelson apud MATEUS, António. **Mandela**: a construção de um homem. Oficina do Livro: Alfragide, 2012. p. 256-257.

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PASSADO

As frases a seguir são de Nelson Mandela.

1) Depois de se subir uma grande montanha, descobrimos apenas que há muitas mais por conquistar.
2) Se se sonha com uma África do Sul linda, também há caminhos que conduzem a esse objetivo, estradas essas que se podem chamar Bondade e Perdão.
3) A maior glória de viver não consiste em jamais cair, mas em reerguermo-nos sempre que o fizermos.
4) Sonho com a concretização da unidade da África, onde os seus líderes combinem esforços para resolver os problemas do continente.
5) A prioridade é sermos honestos conosco. Nunca poderemos ter um impacto na sociedade se não nos mudarmos primeiro. [...]
6) Ninguém nasce para odiar outra pessoa devido à cor da sua pele, ao seu passado ou religião. As pessoas aprendem a odiar e, se o podem fazer, também podem ser ensinadas a amar, porque o amor é mais natural no coração humano do que o oposto.



LONELY PLANET/GETTY IMAGES

Mosaico que representa Nelson Mandela. África do Sul, 2010.

MATEUS, António. **Mandela**: a construção de um homem. Alfragide: Oficina do Livro, 2012. p. 253-255, 258.

a) Você concorda com a frase número 2? Justifique.

b) Qual é o conteúdo da mensagem número 3? Você concorda com ela? Justifique.

c) O que se pode concluir sobre o pensamento de Mandela e que está explícito na frase número 5?

d) **Em grupo**. Reflitam, debatam e formem uma opinião sobre a mensagem de número 6. A seguir, elaborem reflexões do grupo sobre ela e divulguem-nas na escola ou em suas redes sociais.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Resposta pessoal. **Professor**: chamar atenção dos alunos para o fato de que quando Mandela assumiu a presidência os ressentimentos entre brancos e negros eram grandes, e o perdão era indispensável para a reconstrução e o desenvolvimento da África do Sul.

b) Resposta pessoal. A mensagem número 3 é otimista, encoraja as pessoas a começarem de novo.

c) Podemos concluir que ele propõe coerência da parte das pessoas. Sugere que elas mudem a si mesmas para, então, mudar a sociedade.

d) Resposta pessoal. **Professor**: aproveitar a questão para estimular atitudes de indignação frente ao racismo.

Texto de apoio

Renascimento e futuro da África

"O novo mundo africano que o renascimento africano procura construir é um mundo de democracia, de paz e de estabilidade, de desenvolvimento sustentável e de vida melhor para o povo, de ausência de racismo e de sexismo, de igualdade entre as nações e com um sistema justo e democrático de governo internacional. Nenhum destes objetivos se realizará por si próprio. Da mesma maneira que nos libertamos do colonialismo, assim também se verificará que o renascimento africano só será vitorioso como resultado de uma luta prolongada que teremos de ser nós próprios a travar [...]. Creio que se, anteriormente, como africanos, teríamos dito que todas estas coisas são necessárias, chegamos agora a um ponto em que muitos, no nosso continente, creem firmemente serem agora possíveis. [...] Sem dúvida alguma, a vitória histórica do nosso continente sobre o colonialismo e o *apartheid* tem algo a ver com isto. Sem essa vitória, seria impossível um renascimento africano. [...]

MBEKI, Thabo apud M'BOKOLO, Elikia. **África Negra**: história e civilizações. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. p. 709.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender as habilidades **EF09HI17, EF09HI18** e **EF09HI19** da BNCC, citadas a seguir:

– Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946.

– Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.

– Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: MEMÓRIAS do futebol brasileiro Disponível em: <http://livro.pro/jkxou3>; A BOSSA nova, seus documentos e articulações: um movimento para além da música. Disponível em: <http://livro.pro/tqz82o>. Acessos em: 12 nov. 2018.

CAPÍTULO

12 BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1945 A 1964)

REVISTA O CRUZEIRO

ARQUIVO/AGE/AE

À esquerda, Juscelino Kubitschek em capa da revista **O Cruzeiro**, de 7 de maio de 1960. À direita, o cantor e violonista João Gilberto, considerado um dos criadores do ritmo Bossa Nova. São Paulo, 1965.

Entre 1945 e 1964, ocorreram muitas novidades no cenário brasileiro, como a construção de Brasília (1960); o surgimento de um novo estilo musical, a "Bossa Nova"; o brilhantismo da Seleção Brasileira, especialmente de jogadores como Didi, Pelé, Bellini e Garrincha... tudo isso marcou os brasileiros que viveram aqueles tempos. Você gosta de futebol? E de música? Você acha Brasília uma cidade interessante? Sabe quem a projetou? O que mais você sabe sobre aqueles tempos?

GAMMA-KEYSTONE/GETTY IMAGES

ARQUIVO/ESTADÃO CONTEÚDO/AE

Copa do Mundo de Futebol de 1958, na Suécia. À esquerda, o goleiro sueco e Pelé sobem para disputar a bola. À direita, o capitão da seleção brasileira, Bellini, recebe do rei Gustavo, da Suécia, a taça Jules Rimet, após a conquista do campeonato mundial de futebol.

DIGITAL PROOF

Texto de apoio

Bossa nova mundo afora

A expressão que dá nome ao estilo significa, essencialmente, um novo jeito de executar uma tarefa – no caso, a de fazer música, ou melhor, tocar o samba com uma levada do *jazz* norte-americano. Um dos mais conhecidos produtos de exportação da indústria cultural brasileira, a bossa nova teve origem nos bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, no fim da década de 1950, quando rapazes e moças da classe média se reuniam para tocar violão, cantar os sucessos de época e, se possível, apresentar as próprias composições. O movimento ganhou um bom impulso quando dois desses jovens – Roberto Menescal e Carlos Lyra – abriram um espaço para dar aulas do instrumento.

Julho de 1958 estabelece um marco: a gravação de um disco simples de João Gilberto pela Odeon, que inaugurava uma nova forma de acompanhamento rítmico e, também, de cantar, substituindo o padrão da voz impostada, hegemônico até então, por um jeito mais intimista de soltar a voz. No lado A estava "Chega de Saudade", de Tom Jobim e Vinicius de Moraes. No lado B vinha "Bim-Bom", do próprio João Gilberto, baiano que passou a ser imitado pela grande maioria dos pretendentes a uma carreira artística, como Lyra, Menescal, Ronaldo Bôscoli e Nara Leão. Em março de 1959, "Chega de Saudade" deu o título ao primeiro LP de João, sendo também faixa de abertura do álbum.

[...]

MACHADO, Sandra. Bossa nova mundo afora. **MultiRio**, Rio de Música, 24 mar. 2015. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1077-bossa-nova-mundo-afora>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Segundo o historiador Jorge Ferreira, de 1945 a 1964 o Brasil viveu uma experiência democrática. Nesse período, dois grandes projetos de Nação disputaram entre si a preferência dos eleitores brasileiros.

Projeto nacionalista	Projeto liberal
Líder: Getúlio Vargas	**Líder: Carlos Lacerda**
1. O Estado devia intervir na economia, investindo em áreas estratégicas, como petróleo, siderurgia e transportes, e incentivando os investimentos privados.	1. A economia devia caminhar com a menor interferência possível do Estado, devendo ser regulada pelas "leis do mercado". O desenvolvimento devia apoiar-se nas empresas privadas nacionais e estrangeiras.
2. A entrada do capital estrangeiro devia ser controlada pelo Estado, que também deveria regular as remessas de lucros para o exterior.	2. Os capitais e as empresas estrangeiras deviam ter liberdade para atuar no Brasil, inclusive quanto à remessa de lucros.
3. O governo devia manter uma posição de independência em relação aos Estados Unidos.	3. O governo brasileiro devia se aliar aos Estados Unidos de forma incondicional, ajudando-os a combater o comunismo.

Obs.: os defensores do projeto liberal eram moralistas, anticomunistas e antigetulistas.

O governo Dutra

O vencedor nas eleições de 1945 foi o general Eurico Gaspar Dutra. O governo Dutra (1946-1950) coincidiu com o início da Guerra Fria.

Dutra optou por aliar-se declaradamente aos Estados Unidos; por isso, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e, com a aprovação do Poder Legislativo, cassou o registro do Partido Comunista do Brasil e os mandatos dos políticos eleitos por esse partido, como o renomado escritor Jorge Amado.

Durante o governo Dutra também foi discutida, votada e aprovada uma nova Constituição, a quinta do Brasil.

JAMES WHITMORE/THE LIFE IMAGES COLLECTION/GETTY IMAGES

O presidente Eurico Gaspar Dutra. Estados Unidos, 1949.

A Constituição de 1946

A Constituição de 18 de setembro de 1946:

- definia o Brasil como uma República federativa presidencialista;
- garantia ampla liberdade de pensamento, de expressão e de associação;
- concedia grande autonomia a cada um dos três poderes;
- permitia o direito de voto a todos os brasileiros maiores de 18 anos, de ambos os sexos, mas mantinha a restrição aos analfabetos (metade da população brasileira);
- garantia aos trabalhadores o direito de greve, mas proibia as greves em "atividades essenciais", como transporte, saúde, segurança etc.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

Experiência democrática: a democracia é um regime em que os cidadãos podem manter e ampliar seus direitos. Uma democracia pode ter limitações, mas ela garante a liberdade para se lutar contra essas limitações, para se exprimir opiniões e para que as diferenças de ideias, religião, cor e gênero convivam. A democracia anda junto com a liberdade e a tolerância.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: 1946-1964: a experiência democrática no Brasil. Disponível em: <http://livro.pro/wizuye>. Acesso em: 12 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- HISTÓRIA do Brasil por Boris Fausto: República Populista (1945-1964). Duração: 28min58s. Disponível em: <http://livro.pro/nzucf4>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Documentário sobre a história do Brasil entre 1945-1964, com a participação do historiador Boris Fausto.

Texto de apoio

Nacionalistas × "entreguistas"

O período de quase duas décadas compreendido entre o fim do Estado Novo, em 1945, e o golpe militar de 1964 se caracterizou pela disputa (permeada de avanços e recuos) entre dois projetos, os nacionalistas e os "entreguistas". O primeiro grupo, inspirado na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina da ONU) e catalisado pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), buscava certa imagem de autonomia frente aos EUA para impulsionar o projeto de desenvolvimento industrial, calcado em certa perspectiva de reforma social.

O segundo, apoiando-se nas fronteiras ideológicas definidas pela Escola Superior de Guerra (ESG) e no liberalismo econômico, destacava as vantagens comparativas da agricultura e a agenda de segurança defendida pelos EUA na Guerra Fria. Inimigos dos nacionalistas, foram por eles caricaturizados como "entreguistas" (porque desejavam "entregar" o país aos *yankees*). Neste contexto, a tentativa de autonomizar a ação internacional do Brasil acabou sendo repudiada por Washington como algo inaceitável, especialmente após a Revolução Cubana [1959].

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 197.

Dialogando

a) A foto mostra Getúlio (ao centro de terno claro) desfilando em carro aberto durante a campanha eleitoral de 1950, um indício da enorme popularidade de que ele desfrutava.

b) As conquistas concretas – a exemplo das leis trabalhistas – obtidas pelos trabalhadores durante seu governo (1930-1945); a propaganda intensiva de suas realizações, entre outros.

c) Resposta pessoal.

Dica de leitura

- GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

Uma nova visão sobre a República brasileira, com um conteúdo ricamente ilustrado e documentado, destacando personagens, acontecimentos e processos históricos ocorridos da proclamação da República até meados da década de 1990.

Texto de apoio

Novidades da década de 1950

Duas grandes novidades da década de 1950, que mudaram decisivamente os hábitos dos brasileiros nos anos seguintes foram a televisão e o supermercado. A TV Tupi, dos Diários e Emissoras Associados de Assis Chateaubriand, foi a primeira emissora de televisão instalada no país, primeiro em São Paulo, em 1950, e em seguida no Rio de Janeiro, em 1951. [...] Os programas eram transmitidos ao vivo, inclusive a propaganda comercial, e as emissões se limitavam a uma parte do dia, com longos intervalos entre as atrações – seja porque os equipamentos entravam em pane, seja porque os estúdios precisavam ser preparados entre um programa e outro.

As eleições de 1950

No ano em que a televisão fez sua estreia no Brasil, ocorreu uma nova campanha eleitoral para a presidência da República. Os comícios voltaram a lotar as praças do país. Prometendo que o povo subiria com ele os degraus do Palácio do Catete, defendendo os investimentos na **indústria de base** e a ampliação das leis trabalhistas, Getúlio Vargas obteve 48,7% dos votos, vencendo as eleições presidenciais de 1950.

Indústria de base: indústria que fabrica matérias-primas e demais produtos necessários a outras indústrias, como aço, máquinas, motores, energia etc.

Monopólio: exclusividade, controle.

ACERVO ICONOGRAPHIA

DIALOGANDO

Observe a imagem com atenção.

a) O que está ocorrendo na cena?

b) O que explica o fato de um "ditador" continuar sendo tão popular?

c) Já assistiu a uma campanha política ou participou dela?

O segundo governo Vargas

No segundo governo Vargas, a rivalidade entre os nacionalistas e os liberais se intensificou devido à questão do petróleo. Os nacionalistas, liderados por Vargas, propunham que a exploração e o refino do petróleo fossem feitos pela indústria brasileira. Já os liberais, encabeçados pela UDN (União Democrática Nacional), eram favoráveis a que fossem feitos por empresas estrangeiras que já atuavam no Brasil, como Esso, Texaco, Shell etc.

Para defender sua posição, os nacionalistas organizaram uma campanha nacional com o *slogan* "**O petróleo é nosso**". A vitória nessa disputa coube aos nacionalistas. Em 3 de outubro de 1953 foi criada a Petrobras, empresa estatal que tinha o **monopólio** da extração, do refino e do transporte marítimo do petróleo brasileiro. Levando adiante seu nacionalismo, Vargas propôs também uma lei que limitava a remessa para o exterior dos lucros das empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Dessa vez, porém, a oposição venceu e a lei foi barrada no Congresso.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Em 1951, a programação da TV Tupi do Rio incluía transmissões ao vivo de ópera no Teatro Municipal, jogo de futebol no Maracanã, corrida de cavalo no Jockey Club, parada militar no 7 de Setembro e missa solene na igreja da Glória. Ao longo da década surgiram mais emissoras em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Recife e Curitiba. As atrações incluíam teatro, programas de auditório, programas infantis e humorísticos, reproduzindo em muitos casos, as fórmulas que já haviam dado certo no rádio: os mesmos formatos de programas, os técnicos e os artistas de sucesso. [...] É claro que a programação era toda em preto e branco, a primeira transmissão a cores tendo ocorrido no Brasil apenas em 1972 (o que não quer dizer, evidentemente, que todas as pessoas tivessem então em casa receptores em cor).

ALBERTI, Verena. O século do moderno: modos de vida e consumo na República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 302-305.

Trabalhismo e radicalização política

Durante seu segundo governo, Vargas continuou a adotar o trabalhismo, seja dirigindo-se aos trabalhadores pelo rádio, com intimidade e frequência, seja promovendo "encontros pessoais" com eles em grandes comícios. Neles, Vargas prometia ampliar os benefícios da legislação trabalhista aprovada em seu governo. Mas, na época, a insatisfação entre os trabalhadores era grande, pois os salários não acompanhavam o aumento do preço dos alimentos, das roupas e dos aluguéis. Ou seja, o poder aquisitivo do trabalhador vinha diminuindo. Por isso, em 1953 explodiram greves por aumentos de salário em todo o país.

Para enfrentar essa situação, Vargas nomeou para o Ministério do Trabalho o político gaúcho João Goulart, mais conhecido como Jango. À frente do Ministério do Trabalho, Jango negociou com os grevistas e prometeu aumentar o salário mínimo em 100%. Isso, porém, irritou a UDN e seus aliados nos meios militares. Eles passaram a exigir a renúncia de Jango, acusando-o de proximidade com os comunistas. Pressionado por eles, Jango deixou o Ministério. Em compensação, no dia 1º de maio de 1954 Vargas autorizou o aumento de 100% no salário mínimo.

Usando o aumento do salário como argumento, o jornalista Carlos Lacerda, com o apoio dos grandes jornais, intensificou a campanha difamatória contra Getúlio Vargas. No final de seus discursos inflamados ou entrevistas à grande imprensa, Lacerda exigia a renúncia do presidente.

Nesse ambiente de radicalização política ocorreu um fato novo: Carlos Lacerda foi vítima de um atentado à bala, o **atentado da Rua Tonelero**; ele escapou com vida, mas seu segurança, o major da Aeronáutica Rubens Vaz, morreu. Ao investigar o caso, os oficiais da Aeronáutica descobriram que Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, era o mandante do crime.

Dica! Atentado da Rua Tonelero. Duração: 10min52s. Disponível em: <http://livro.pro/ifckvs>. Acesso em: 24 nov. 2018.

ARQUIVO O JORNAL/ACOMD.A PRESS

O jornalista Carlos Lacerda recebe a visita do bispo D. José Távora, após o atentado da Rua Tonelero. Rio de Janeiro, 1954.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: JOÃO Goulart, o ministro trabalhista, e sua relação com o movimento sindical (1953-1954). Disponível em: <http://livro.pro/k2vub6>; O JORNALISTA e o político Carlos Lacerda nas crises institucionais de 1950-1955. Disponível em: <http://livro.pro/9m7rds>. Acessos em: 13 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A LIGAÇÃO entre o atentado a Carlos Lacerda e o Palácio do Catete. Duração: 10min52s. Disponível em: <http://livro.pro/ifckvs>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Trecho de reportagem de 1978 sobre o atentado.

- GETÚLIO Vargas: Carlos Lacerda e o crime da rua Tonelero. Duração: 4min19s. Disponível em: <http://livro.pro/6su6yn>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Entrevista com o jornalista e escritor Lira Neto, biógrafo de Getúlio Vargas, sobre o atentado na rua Tonelero, que deixou uma vítima e feriu o jornalista Carlos Lacerda.

Texto de apoio

Oposição a Vargas

Os liberais-conservadores não se conformavam com Vargas na presidência da República. Por duas vezes derrotada com seu candidato, [...] em 1945 e em 1950, a UDN, mostrando-se incapaz de concorrer com a aliança PTB-PSD, escolheu a estratégia de desqualificar Vargas para escamotear seu próprio infortúnio político. [...] A oposição pelo golpe [...] vai sendo amadurecida pelos grupos conservadores, tendo a UDN à frente, até tornar-se uma decisão irreversível a partir de 1953.

Assim, nos meses que antecederam a crise, os parlamentares udenistas, bem como a grande imprensa, atuaram como fatores de desestabilização do regime. A questão central era tirar Vargas da presidência da República, não importando os custos. Com grande acesso aos meios de comunicação, a oposição conservadora a Vargas elaborou e difundiu um conjunto de símbolos que apontava para uma situação de impasse político. [...] Com grande espaço em toda a imprensa, a oposição difundia e manejava imagens que procuravam, ao mesmo tempo, desqualificar o governo e indignar e mobilizar contra ele a população. Caudilho, corrupto, ambicioso, desonesto, violento, imoral, entre outras imagens extremamente negativas, assim os conservadores se esforçavam para desmerecer o presidente.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 306-307.

ENCAMINHAMENTO

Professor, a leitura da carta de Getúlio pelo rádio causou um misto de dor e revolta por todo o país. Uma multidão enfurecida invadiu e depredou rádios, redações de jornais da oposição, atacou e apedrejou a embaixada dos Estados Unidos. Carlos Lacerda teve de fugir do Brasil, e o golpe que estava sendo articulado para depor Vargas foi sustado.

- Aprofundar o assunto acessando os textos: DOCUMENTOS do Senado registram reação ao suicídio de Getúlio Vargas. Disponível em: <http://livro.pro/eu43tc>; A MEMÓRIA histórica de Getúlio Vargas e o Palácio do Catete. Disponível em: <http://livro.pro/v24i28>. Acessos em: 13 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A MORTE de Vargas: 60 anos. Duração:13min24s. Disponível em: <http://livro.pro/id493y>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Reportagem sobre os 60 anos do suicídio de Getúlio Vargas.

- A CARTA de suicídio de Getúlio Vargas. Duração: 4min30s. Disponível em: <http://livro.pro/ii7ukm>. Acesso em: 13 nov. 2018.

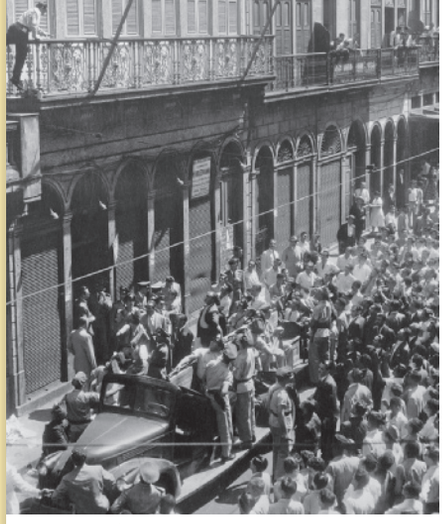
Carta de suicídio de Getúlio Vargas narrada.

Texto de apoio

O suicídio de Vargas

Quando Vargas se matou, não era mais o chefe de um governo ditatorial, como o fora durante o Estado Novo (1937-1945), mas um presidente eleito pelo voto popular em disputado pleito ocorrido em 1950. Sua vitória foi uma surpresa para os opositores, reunidos na União Democrática Nacional (UDN). Estes acreditavam que um ex-ditador não poderia ser eleito, e, se o fosse, não poderia tomar posse. Tanto que questionaram as eleições e a consideraram, como frequentemente os derrotados fazem, uma prova cabal de que o povo brasileiro não sabia votar. O povo, contudo, [...] parecia não haver se enganado quando votou em Vargas para presidente. Foi esse mesmo povo, aliás, que saiu às ruas de várias cidades do país, em agosto de 1954, chorando, gritando, provocando incêndios e quebra-quebras, tudo para deixar claro seu apreço ao presidente morto e, mais uma vez, para assustar a UDN e os antigetulistas. Esses tiveram que fugir ou se recolher, reconhecendo a força do último golpe de Vargas: um golpe de mestre.

GOMES, Ângela de Castro. Vargas exemplar. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 455-456.



BETTMANN/GETTY IMAGES

O suicídio de Vargas

Os grandes jornais, como **O Estado de S. Paulo** e **O Globo** (do Rio de Janeiro), redobravam seus ataques ao presidente Vargas. Carlos Lacerda, por sua vez, defendia o golpe militar: pedia aos generais que derrubassem Getúlio para pôr fim ao "mar de lama". No dia 22 de agosto, oficiais da Aeronáutica lançaram um manifesto exigindo a renúncia de Vargas. No dia seguinte, os generais do Exército fizeram a mesma exigência. Sob forte pressão, Vargas escreveu uma carta ao povo e, em seguida, matou-se com um tiro no coração.

Manifestantes pró-Vargas invadem os escritórios da **Tribuna da Imprensa**, jornal de Carlos Lacerda no Rio de Janeiro, após o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Quando o locutor do telejornal **Repórter Esso** informou que Vargas tinha se suicidado, em 24 de agosto de 1954, uma onda de dor e indignação percorreu o país. O comércio e a indústria fecharam as portas. Uma multidão enfurecida tombou e incendiou os caminhões de entrega de jornais da oposição. A embaixada dos Estados Unidos foi atacada e apedrejada por populares. Os principais adversários de Vargas, entre eles Carlos Lacerda, fugiram do país, com medo da fúria popular.

Lott garante a posse de JK

No ano seguinte ao da morte de Getúlio Vargas, 1955, o povo brasileiro elegeu Juscelino Kubitschek de Oliveira, como presidente da República, e João Goulart (Jango, como era chamado), como vice-presidente.

Legalista: favorável ao cumprimento da lei; da Constituição.

A UDN não se conformou com a derrota nas eleições; Carlos Lacerda, seu principal líder, queria depor o presidente legitimamente eleito com base na Constituição de 1946. E, por isso, passou a dizer que os eleitos não tinham a maioria absoluta (50% mais um), que eram apoiados pelos comunistas e que era necessário um golpe militar para impedir a posse de Juscelino e Jango.

Mas o golpe não aconteceu: o general **legalista** Henrique Teixeira Lott colocou seus soldados nas ruas do Rio de Janeiro e obrigou os golpistas a fugirem. Com isso, ele garantiu a posse de Juscelino Kubitschek.

ESTADÃO CONTEÚDO/AE

Populares saúdam o candidato Juscelino Kubitschek durante comício em São Paulo, 1955.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

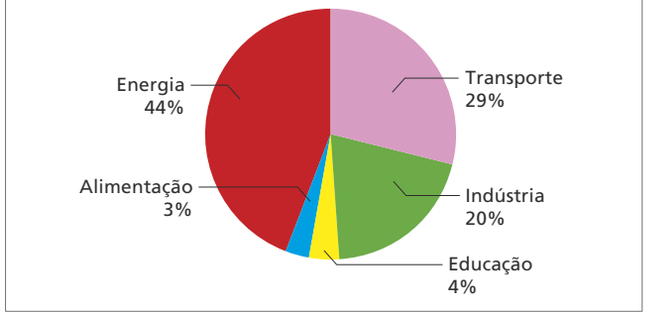
182

Governo Juscelino: “50 anos em 5”

Juscelino Kubitschek, conhecido como JK, elegeu-se prometendo que faria o Brasil progredir 50 anos em 5 (tempo de duração de seu mandato). Sua política de desenvolvimento, conhecida como **desenvolvimentismo**, defendia a industrialização acelerada como forma de desenvolver e modernizar o país. Mas, enquanto para Vargas o governo devia controlar a entrada de capital estrangeiro, para Juscelino o governo devia atrair capitais estrangeiros, facilitando às empresas multinacionais aqui instaladas a importação de máquinas e equipamentos e concedendo a elas isenção de impostos por vários anos.

Num estilo otimista e arrojado, Juscelino iniciou seu mandato apresentando ao país seu **Plano de Metas**: um plano de governo que previa investimentos públicos em cinco grandes áreas: **energia**, **transporte**, **indústria**, **alimentação** e **educação**.

Distribuição de verbas públicas por setor durante o governo Juscelino



EDITORIA DE ARTE

Fonte: MARANHÃO, Ricardo. **O governo de Juscelino Kubitschek**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 85.

Multinacionais: grandes empresas com sede em um país, mas que atuam em diversos países, em busca de mercado consumidor, matéria-prima e mão de obra barata.

Bens de consumo: bens voltados para o consumo individual; podem ser classificados em bens de consumo imediato, como alimentos, e bens de consumo duráveis, como automóveis, fogões, televisores etc.

O governo JK ofereceu facilidades e incentivos a empresas **multinacionais** que, com isso, instalaram fábricas no Brasil para produzir **bens de consumo**. Entre essas empresas estavam fábricas de veículos do ABCD Paulista como a Willys Overland, a Ford, a General Motors e a Volkswagen.

ACERVO ICONOGRAPHIA

De pé no automóvel, Juscelino Kubitschek visita a fábrica de veículos Volkswagen. São Bernardo do Campo, SP, 1959.

Texto de apoio

Política econômica nacionalista × nacional-desenvolvimentismo

O governo JK promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no setor de infraestrutura como no incentivo direto à industrialização, mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros. Assim, o governo permitiu uma larga utilização da Instrução 113 da Sumoc [Superintendência da Moeda e do Crédito], baixada no governo Café Filho. Essa instrução autorizava as empresas a importar equipamentos estrangeiros sem cobertura cambial, ou seja, sem depositar moeda estrangeira para pagamento dessas importações. A condição para gozar da regalia era possuir, no exterior, os equipamentos a serem transferidos para o Brasil ou recursos para pagá-los. As empresas estrangeiras, que podiam preencher esses requisitos com facilidade, ficaram em condições vantajosas para transferir equipamentos de suas matrizes e integrá-los a seu capital no Brasil. A Instrução 113 facilitou os investimentos estrangeiros em áreas consideradas prioritárias pelo governo: indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço.

A expressão nacional-desenvolvimentismo, em vez de nacionalismo, sintetiza, pois, uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK prenunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015. p. 363-364.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: PROGRAMA de metas do presidente Juscelino Kubitschek. Disponível em: <http://livro.pro/n9wmws>; ESPECIAL 100 anos de JK. Disponível em: <http://livro.pro/wtxiaw>. Acessos em: 13 nov. 2018.

Dica de filme

- OS ANOS JK: uma trajetória política. Direção: Silvio Tendler, 1980. Duração: 110 min.
- Documentário sobre a vida política e pessoal do presidente Juscelino Kubitschek.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- JK: o menino que sonhou um país. Duração: 54min36s. Disponível em: <http://livro.pro/z6vksp>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Documentário de Sílvio Tendler sobre a história e vida de Juscelino Kubitschek.

DIGITAL

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: "E A HISTÓRIA se fez cidade... ": a construção histórica e historiográfica de Brasília. Disponível em: <http://livro.pro/fj9j5y>; A CONSTRUÇÃO de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960). Disponível em: <http://livro.pro/ctrbst>. Acessos em: 13 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• O SONHO de Juscelino: Brasília, 1958. Duração: 25min24s. Disponível em: <http://livro.pro/mdk24d>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Vídeo com a fala de historiadores sobre a construção de Brasília.

• MIL dias: a saga da construção de Brasília. Episódio 1. Duração: 47min21s. Disponível em: <http://livro.pro/ai7dcb>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Documentário sobre a construção de Brasília.

Texto de apoio

A construção de Brasília

Além do Plano de Metas, Juscelino Kubitschek conseguiu construir e inaugurar a nova capital do país, Brasília. Em maio de 1957, JK mandou celebrar a primeira missa na cidade ainda em construção. Deslocou-se para lá com ministros, o cardeal de São Paulo e cerca de 400 convidados. Na celebração, um menino foi batizado com o nome de Brasílio. Também estavam presentes cerca de 30 índios carajás, referência direta à Primeira Missa do Brasil, em 1500, retratada em quadro de Victor Meireles, no qual aparecem índios assistindo, admirados, à cerimônia. A mudança da capital para o interior do país vinha sendo discutida desde o período colonial. A Constituição de 1891 previa a mudança e as expectativas – que se mostrariam corretas – eram de que a nova capital promovesse o desenvolvimento da região Centro-Oeste. Brasília foi considerada a "meta-símbolo" ou "meta-síntese" do Plano de Metas. Entretanto, sua construção, criticada por muitos – consumiu cerca de 20,3% do Produto Interno Bruto (PIB), com graves repercussões na economia. [...] O legado de JK seria pesado para seu sucessor em termos de dívida externa e inflação, mas Juscelino permaneceria com boa imagem na opinião pública associada às ideias de modernidade, otimismo e democracia.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 37-38.

Brasília: a meta-síntese

Coerente com seu plano, o governo investiu milhões na **indústria de base**; construindo siderúrgicas, como Usiminas e Cosipa; hidrelétricas, como Três Marias e Furnas; portos e mais de 20 mil quilômetros de estradas de rodagem.

Indústria de base: indústria que fabrica matérias-primas e demais produtos necessários a outras indústrias, como aço, máquinas, motores, energia etc.

Durante o governo de JK, a produção industrial cresceu 80%. Em termos empresariais, a indústria automobilística foi um sucesso. Puxada pela indústria, a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 8,1%, indício de que, no geral, o Plano de Metas foi bem-sucedido. Muitas de suas metas foram alcançadas, inclusive a construção de Brasília, conhecida como **meta-síntese**.

A ideia da construção de Brasília não era nova. Há muito se pensava em mudar a capital para o interior do país. Coube, no entanto, ao governo Juscelino a glória dessa obra, planejada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo urbanista Lúcio Costa. Mas, para que essa ideia se transformasse em realidade, foi necessário que milhares de pessoas humildes e desconhecidas, vindas de vários cantos do país, trabalhassem muito durante três anos consecutivos. Graças principalmente a esses trabalhadores – chamados candangos –, Juscelino pôde inaugurar Brasília em 21 de abril de 1960.

Trabalhadores constroem um dos prédios do Congresso Nacional. Brasília, DF, c. 1958.

COLEÇÃO MARCEL GAUTHEROT/ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

DIVULGAÇÃO PNLD 2019 FTD

Crescimento industrial e desigualdades regionais

O governo JK conseguiu promover uma arrancada industrial. A meta 27 (indústria automobilística) foi totalmente alcançada. Porém, essa opção do governo JK pela "civilização do automóvel" desconsiderou a necessidade de ampliação dos meios de transporte coletivo; as ferrovias foram praticamente abandonadas; e o transporte de pessoas e mercadorias passou a depender cada vez mais das estradas de rodagem, do petróleo e de seus derivados.

O crescimento econômico no governo JK criou um clima de otimismo e gerou muitos empregos, mas **não** beneficiou igualmente todas as regiões brasileiras. As indústrias recém-criadas concentraram-se no Centro-Sul, o que aumentou anda mais as diferenças socioeconômicas entre as regiões do país. Ocorreu então uma forte **migração** para o Centro-Sul; milhares de nordestinos e de mineiros (do interior do estado) deixaram sua terra natal e se mudaram para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte em busca de emprego na indústria.

Os anos JK combinaram democracia política e crescimento industrial; mas aqueles anos foram também tempos de inflação alta e de aumento das desigualdades sociais e regionais.

Ao final do mandato de JK, em 1960, ocorreram eleições presidenciais, vencidas pelo advogado e professor Jânio da Silva Quadros, candidato apoiado pela UDN. Para vice-presidente venceu novamente João Goulart (PTB coligado ao PSD), adversário político de Jânio Quadros. Isso foi possível porque, na época, permitia-se que o eleitor votasse no candidato de uma chapa para presidente e no de outra chapa para vice-presidente.

ANGELO PIROZZELLI/FOLHAPRESS

Migrantes nordestinos recém-chegados à estação Roosevelt, em São Paulo, aguardam ida para a Hospedaria dos Imigrantes, 1956.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: DE JK ao "milagre": o financiamento do crescimento econômico brasileiro em dois tempos. Disponível em: <http://livro.pro/cxgt8u>; MIGRAÇÃO e urbanização no Brasil. Disponível em: <http://livro.pro/n5h7ey>. Acessos em: 13 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- OS 40 anos da morte de Juscelino Kubitschek. Duração: 22min2s. Disponível em: <http://livro.pro/3oak2r>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Reportagem sobre a trajetória e morte de Juscelino Kubistchek.

Texto de apoio

Cidadania e nacional-desenvolvimentismo

Na longa duração da história nacional, o governo de JK aparece em lugar de destaque menos por ter simplesmente acelerado o processo industrial, mas antes por ter feito isso de acordo com as regras do sistema democrático. Dito de outra forma, o que existe de realmente inédito durante o governo JK foi o aprofundamento do sistema capitalista de produção, sem o sacrifício do sistema democrático, como aconteceu antes, no Estado Novo, e depois, no regime autoritário político-militar de 1964.

O bem-sucedido governo de JK foi incapaz de evitar, no entanto, um certo mal-estar e desapontamento. A cidadania, isto é, os direitos sociais, políticos, jurídicos e econômicos da população nacional, não teve um desenvolvimento nem correlato nem comparável ao ritmo e à grandeza do que aconteceu no campo econômico. A maior parte da população continuou à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento da economia.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 188.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: DISCURSOS selecionados do presidente Jânio Quadros. Disponível em: <http://livro.pro/p8gjni>; POLÍTICA e economia entre 1961 e 1964. Disponível em: <http://livro.pro/ao4nap>. Acessos em: 13 nov. 2018.

IMAGENS DE APOIO

- A VIDA e a cultura no Brasil em 1964. Duração: 6min28s. Disponível em: <http://livro.pro/shbf9c>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Reportagem com depoimento do historiador Boris Fausto sobre a cultura no início dos anos 1960.

- CULTURA Retrô: Jânio Quadros. Duração: 12min50s. Disponível em: <http://livro.pro/4pai3h>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Entrevista com o professor universitário e consultor Gaudêncio Torquato sobre o *marketing* político do ex-presidente Jânio Quadros.

Texto de apoio

1960: a vitória de Jânio e a quebra do sistema partidário

Os janistas exaltavam a "revolução pelo voto". Um sociólogo chegou a falar de "rebelião eleitoral". O que significava tal fenômeno, justamente após um governo marcado pelo desenvolvimento, pelo otimismo generalizado e pela tolerância política? Na realidade, a ascensão de Jânio Quadros, candidato ao mesmo tempo do povo e das elites, evidenciava tanto a falência do sistema partidário quanto o "esgotamento das virtualidades" do brilhante governo Kubitschek.

[...] O desenvolvimento do período Kubitschek despertara camadas sociais para demandas que não apenas se exprimiam em obras públicas ou empregos, mas no alargamento efetivo dos limites da participação – econômica, social e política. A legitimidade do sistema político começava a ser posta em xeque pelas camadas emergentes na medida em que o governo revelava-se incapaz de as absorver institucionalmente.

Jânio Quadros surge com força total nesse aparente vácuo institucional e caos partidário, agravados pela crise econômica. Sua postura tradicionalmente suprapartidária será, ao mesmo tempo, causa e consequência do esfacelamento do sistema partidário. Não se trata apenas da famosa "crise do poder", como também da crise de representatividade dos partidos políticos. Jânio apresenta-se como o candidato independente, "acima dos partidos", prometendo um governo "sem donos e sem influências".

BENEVIDES, Maria Vitória. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 20-21.

O governo de Jânio Quadros

Quando Jânio assumiu o governo, em 1961, a inflação e a dívida externa brasileira estavam altas. O governo Jânio decidiu então restringir os gastos do governo; para isso: a) diminuiu o crédito aos empresários; b) congelou salários; c) cortou a ajuda governamental às importações de trigo e de petróleo, o que provocou um aumento de 100% nos preços do pão e dos combustíveis.

Com essa política, o governo ganhou a confiança do FMI (Fundo Monetário Internacional) e conseguiu renegociar a dívida externa, mas descontentou a população brasileira e perdeu popularidade.

Para ganhar votos, Jânio, à direita, prometia que, se eleito, iria "varrer a corrupção" no governo. E, para reforçar essa imagem de honestidade, usava uma vassoura como símbolo de sua campanha.

A política externa independente

Externamente, o governo Jânio negou-se a manter o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos e iniciou conversações para reatar relações diplomáticas com a União Soviética e com a China comunista. Além disso, Quadros colocou-se contra a invasão de Cuba pelos Estados Unidos e declarou seu apoio aos países africanos que lutavam para se tornar independentes de Portugal. Essa **política externa independente** descontentou profundamente os Estados Unidos, boa parte dos chefes militares brasileiros e os líderes da UDN, entre os quais estava Carlos Lacerda. Sem se importar com isso, em 19 de agosto de 1961, Jânio condecorou o ministro cubano e ex-guerrilheiro Ernesto "Che" Guevara com a mais alta honraria da nação brasileira: a Ordem do Cruzeiro do Sul.

A renúncia de Jânio

Depois da homenagem a "Che", militares pró-EUA e civis liderados por Carlos Lacerda passaram a acusar Jânio de ser aliado dos comunistas e de pretender instalar uma ditadura no Brasil. Em 25 de agosto de 1961, Jânio surpreendeu tanto seus eleitores quanto seus opositores: renunciou à presidência da República e deixou uma carta para ser entregue ao Congresso.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Para os historiadores, a renúncia de Jânio Quadros foi uma tentativa de golpe; Jânio apostava que seria reconduzido ao poder nos braços do povo e teria poderes para governar sem dar satisfações ao Congresso. Se essa foi a intenção dele, o golpe falhou: o Congresso aceitou seu pedido de renúncia e a população não reagiu. Jânio tinha adversários poderosos: a maioria no Congresso era da oposição (PSD e PTB); muitos empresários e chefes militares eram contrários à sua política externa independente; as camadas populares estavam insatisfeitas com a compressão dos salários e a alta da inflação.

Governo João Goulart

Com a renúncia do presidente, o vice-presidente João Goulart devia assumir o governo. Mas nem todos eram favoráveis à posse de Jango.

A UDN, ministros militares alinhados aos EUA, grandes empresários nacionais e estrangeiros eram **contrários à posse** de Jango, a quem acusavam de ligação com o comunismo internacional.

Líderes de movimentos sindicais e estudantis, entre outros, e alguns governadores de estado – especialmente o do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – eram **favoráveis à posse** de Jango. E por quererem o cumprimento da Constituição eram chamados de legalistas.

O país caminhava em direção a uma guerra civil quando o Congresso propôs uma solução política para a crise. João Goulart poderia assumir a presidência da República, desde que aceitasse o parlamentarismo, sistema em que o chefe do governo é o primeiro-ministro, não o presidente da República.

Jango aceitou; mas logo que tomou posse, em setembro de 1961, começou a articular a volta do presidencialismo. A Constituição previa a realização de um **plebiscito** para ver se o povo queria o parlamentarismo ou o presidencialismo; em 6 de janeiro de 1963, mais de 80% dos eleitores disseram **não ao parlamentarismo**, devolvendo a chefia do governo a João Goulart.

Plebiscito: consulta à população.

Cartaz do plebiscito de 1963 contra o parlamentarismo e a favor da volta do presidencialismo.

DIVULGAÇÃO PNLD 2019 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: HISTÓRIA e biografia: as escolhas de João Goulart. Disponível em: <http://livro.pro/g4mpa9>. Acesso em: 13 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- JANGO em 3 atos (parte 1). Duração: 8min55s. Disponível em: <http://livro.pro/32k9eo>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Documentário sobre a vida e a trajetória política do ex-presidente brasileiro João Goulart.

- 1964: cronologia: a solução parlamentarista. Duração: 5min5s. Disponível em: <http://livro.pro/x44ucr>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Vídeo da TV Univesp sobre a oposição à posse de João Goulart como presidente do Brasil.

Texto de apoio

O parlamentarismo e o plebiscito

Com segmentos populares mobilizados e ainda sob a ameaça de intervenções militares armadas, João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961, inaugurando a primeira experiência parlamentarista da República. Era uma tentativa de superação da crise através do enfraquecimento do poder presidencial e do aumento da autonomia parlamentar. Na medida em que limitava o poder de Jango, o pacto formulado deixava claro o desejo de conter as demandas dos setores populares e das organizações trabalhistas e de reforçar a opção conservadora na ordem liberal-democrática. Enquanto o pessedista (membro do PSD) Tancredo Neves organizava o primeiro gabinete ministerial, Jango esforçava-se por construir uma imagem de estadista equidistante das pressões à esquerda e à direita. Seus movimentos, no entanto, eram intencionalmente voltados para a demonstração dos obstáculos impostos à iniciativa presidencial. Buscava, com isso, angariar apoios para a restauração do presidencialismo.

A saída de Tancredo Neves [...] deu a Goulart condições para encaminhar seu projeto de extinção do parlamentarismo por meio de uma consulta plebiscitária. [....] O resultado do plebiscito, no qual votaram mais de 10 milhões de cidadãos, referendou o retorno ao regime presidencialista por um resultado de 9.457.448 votos contra 2.073.582.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 481.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando os textos: FRANCISCO Julião. Disponível em: <http://livro.pro/g8ornb>; O PROJETO de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964). Disponível em: <http://livro.pro/uyzwrb>. Acessos em: 13 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• COMÍCIO da Central do Brasil: 1964. Duração: 2min3s. Disponível em: <http://livro.pro/unbndb>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Vídeo com áudio do comício de Jango pelas reformas de base.

Texto de apoio

As reformas de base

A intenção de desenvolvimento econômico, seu caráter distributivo e a disponibilidade do Estado em se colocar à frente deste processo podem ser verificados já nos objetivos básicos do Plano Trienal e complementados pelos discursos oficiais do presidente João Goulart.

[...]

A expressão "desenvolvimento planejado" subentende que o planejamento e o direcionamento dos investimentos serão conduzidos de forma consciente pelo Estado, o que reafirma seu aspecto desenvolvimentista. O oitavo objetivo básico do Plano Trienal esclarece que deverá se "assegurar ao Governo uma crescente unidade de comando dentro de sua esfera de ação [...]", garantindo os investimentos necessários para que "a estrutura positiva se ajuste [...] à evolução da demanda e, em particular, às necessidades de substituição de importações" [...].

[...]

A análise dos documentos leva a inferir que a estratégia reformista traçada pelo Governo Goulart consistia em transformações profundas, não apenas medidas conjunturais de estabilização, mas um planejamento que garantisse, para além da estabilização, o crescimento e o desenvolvimento econômico a médio e longo prazo. Eram necessárias "reformas estruturais institucionais" [...] para superar os atrasos econômicos enraizados no sistema vigente [...].

O bem-estar da população era também avaliado como parte integrante do desenvolvimento econômico, de tal forma que a "um país em desenvolvimento cumpre estimular a criação de meios e oportunidades" [...]. Esta ideia vai ao encontro de um crescimento com distribuição, entendendo que caminham juntos "[...] melhores perspectivas de justa remuneração para o [...] trabalho e possibilidade de aceleração de seu desenvolvimento econômico." [...]

SAYED, Adnan Abdallah El. **Reformas de base e desenvolvimento econômico**: a análise do papel da educação e das instituições no projeto nacional-desenvolvimentista de Goulart. 2013. 70f. Dissertação (Graduação em Economia)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 34-36.

Como chefe de governo, Jango prometeu realizar as **Reformas de Base**: agrária, administrativa, bancária, tributária, **eleitoral** e educacional. Com isso, buscava se aproximar das camadas populares e de setores das camadas médias favoráveis à mudança social. Mas a sociedade brasileira logo se dividiu em relação a essas reformas.

Eram contrários às Reformas de Base: grandes empresários; parte do alto clero e dos oficiais das Forças Armadas; grandes jornais, como **O Estado de S. Paulo** e a **Tribuna da Imprensa** (de Carlos Lacerda); e organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (**Ibad**) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (**Ipes**), ambos mantidos com o dinheiro de empresários brasileiros e estadunidenses. Essas organizações investiam milhões de dólares em propaganda contra o governo Jango.

Reforma eleitoral: previa a concessão do voto aos analfabetos. Houve grande reação. Achava-se que era parte de um golpe político, pois os analfabetos votariam em Jango.

Ligas Camponesas: associações de defesa dos trabalhadores rurais surgidas em Pernambuco. Elas também se fizeram presentes em vários outros estados brasileiros. Seu principal líder foi Francisco Julião e seu lema era: "Reforma agrária na lei ou na marra".

Eram favoráveis às Reformas de Base: os movimentos sociais organizados. No meio estudantil, destacava-se a União Nacional dos Estudantes (**UNE**), que reivindicava justiça social e o fim do analfabetismo. No meio católico, as organizações mais importantes eram a Juventude Operária Católica (**JOC**) e a Juventude Universitária Católica (**JUC**). Já entre os trabalhadores urbanos, sobressaiu-se o Comando Geral dos Trabalhadores (**CGT**), fundado em 1962. No campo, destacaram-se as **Ligas Camponesas**, lideradas pelo advogado pernambucano Francisco Julião. Ele defendia a aplicação dos direitos trabalhistas no campo; a sindicalização do trabalhador rural; uma reforma agrária que limitasse a quantidade de terras que cada pessoa podia possuir.

ACERVO ÚLTIMA HORA/FOLHAPRESS

O deputado Francisco Julião discursa durante comício pela campanha "Um trator para as Ligas Camponesas", realizado na Praça da Sé, São Paulo, SP, em 1961. A primeira Liga Camponesa foi fundada em 1954 em Vitória de Santo Antão, PE.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

188

As posições se radicalizavam: os movimentos sociais exigiam as Reformas de Base que Goulart havia prometido; a oposição acusava o presidente de ter perdido a autoridade e de ser cúmplice do comunismo internacional. João Goulart tentou aprovar as Reformas de Base, mas não conseguiu. Sem o apoio do Parlamento, Goulart optou por se aproximar dos movimentos sociais.

Nesse contexto conflituoso, em 13 de março de 1964, Jango liderou um gigantesco **comício pelas Reformas de Base** em frente à estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Diante de cerca de 200 mil a 250 mil pessoas, o presidente assinou dois decretos de grande impacto popular. Um deles nacionalizava as refinarias de petróleo particulares. O outro desapropriava para fins de reforma agrária as terras com mais de 100 hectares situadas em uma faixa de dez quilômetros às margens das rodovias e ferrovias federais.

CPDOC/JB/FOLHAPRESS

João Goulart, acompanhado pela primeira-dama, Maria Tereza Goulart, discursa durante o comício pelas Reformas de Base, em frente à Central do Brasil. Rio de Janeiro, 1964.

A resposta ao comício do dia 13 não se fez esperar: seis dias depois (19 de março) autoridades civis e religiosas promoveram no centro da capital paulista uma gigantesca passeata contra as reformas de João Goulart: a **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Segundo o historiador Sergio Lamarão, a marcha paulista contou com a participação de 300 mil pessoas.

ACERVO ICONOGRAPHIA

Manifestantes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na região central de São Paulo, SP, março de 1964.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade

No dia [...] de São José, padroeiro da família, foi realizado, na cidade de São Paulo, um ato que mereceu o desprezo das esquerdas, mas que foi, no entanto, profundamente significativo, demonstrando a divisão e a radicalização política do país: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Os discursos contra Goulart foram a tônica do comício que se seguiu. Cálculos falam em 500 mil pessoas presentes à Marcha. Outros, considerando os que assistiram nas ruas de acesso, chegaram à cifra de 800 mil [...]. As esquerdas, no entanto, não levaram o ato a sério por dois motivos. Primeiro, por tratar-se de uma manifestação de classe média. "Isto não é povo", disseram alguns com irreverência. Segundo, pelo caráter religioso do movimento, algo merecedor de desprezo.

Nos dois dias que antecederam a Semana Santa, Goulart e seus aliados de esquerda continuaram avançando na estratégia adotada para implementar as reformas. A programação dos novos comícios foi fechada, todos para abril: dia 3 em Santos; 10 em Santo André; 11 em Salvador; 17 em Ribeirão Preto; 19, homenageando Vargas, em Belo Horizonte; 21 em Brasília. O último, marcado não casualmente para 1º de maio, seria na capital paulista. No mesmo dia, contudo, o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, fez um pronunciamento, denunciando "as agitações generalizadas do ilegal poder do CGT". Deveriam, perguntou, as Forças Armadas apoiar uma revolução "para garantir a plenitude de um grupo pseudossindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a nação ao comunismo de Moscou?" [...].

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 386-387.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: DISCURSO de Jango na Central do Brasil em 1964. Disponível em: <http://livro.pro/s584tr>. Acesso em: 13 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. Disponível em: <http://livro.pro/oz68mx>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Texto de apoio

1964: golpe militar ou civil?

Tornou-se lugar comum denominar o regime político que existiu de 1964 a 1979 de "ditadura militar". Trata-se de um exercício de memória, em contradição com numerosas evidências, e que só se mantém graças a poderosos e diferentes interesses [...]. O problema é que essa memória em nada contribui para a compreensão da História recente do país e da ditadura em particular.

É inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no movimento que levou à instauração da ditadura em 1964. É como tapar o sol com a peneira. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade mobilizaram dezenas de milhões de pessoas, de todas as classes sociais, contra o governo de João Goulart. A primeira marcha realizou-se em São Paulo, em 19 de março de 1964, reunindo cerca de meio milhão de pessoas. Foi convocada em reação ao Comício pelas Reformas que teve lugar uma semana antes, no Rio de Janeiro, com 350 mil pessoas. Depois da de São Paulo, houve a chamada Marcha da Vitória, para comemorar o triunfo do golpe, no Rio de Janeiro, em 2 de abril. [...] Em seguida, sucederam-se marchas em todas as capitais dos estados, sem falar em outras, incontáveis, em cidades médias e pequenas.

[...] No Brasil, estiveram com as Marchas a maioria dos partidos, lideranças empresariais, políticas, religiosas, e tradicionais entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), "as direitas". [...] é impossível não ver as multidões – civis – que apoiaram ativamente a instauração da ditadura.

A ampla frente política e social que apoiou o golpe era bastante heterogênea. Muitos que dela participaram queriam apenas uma intervenção rápida. Que fosse brutal, mas rápida. Lideranças civis como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ademar de Barros, Ulysses Guimarães, Juscelino Kubitschek, entre tantos outros, aceitavam ou queriam mesmo que os militares fizessem o "trabalho sujo" de prender e cassar, e depois, logo depois, fosse retomado o jogo político tradicional, marginalizadas as forças de esquerda mais radicais. Não foi isso que aconteceu.

Para surpresa de muitos, os "milicos" vieram para ficar. E ficaram por longo tempo.

REIS, Daniel Aarão. 1964: golpe militar ou civil? In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 197-199.

O golpe civil-militar de 1964

Na semana seguinte à marcha ocorrida em São Paulo, um episódio ajudou a colocar mais lenha na fogueira: um grupo de fuzileiros navais enviados para prender os mais de mil marinheiros que promoviam uma manifestação no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, solidarizou-se com os manifestantes. O governo Goulart pôs fim à rebelião, mas não puniu os rebeldes. Foi a gota-d'água. Oficiais das Forças Armadas consideraram essa atitude um incentivo à quebra da disciplina e da hierarquia militar.

Em 31 de março de 1964, as tropas do general Olímpio Mourão Filho, vindas de Minas Gerais, marcharam em direção ao Rio de Janeiro e receberam o apoio do comandante do II Exército (São Paulo) e de alguns governadores civis. Juntos, civis e militares desfecharam o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, em abril de 1964.

JEAN SOLARI/O CRUZEIRO/EM/D.A PRESS

O presidente João Goulart, à esquerda, e o senador Auro de Moura Andrade durante cerimônia de posse. Brasília, DF, 1961.

Segundo historiadores especializados no assunto, não foram apenas os militares, mas também os civis, que deram o golpe de 1964. O governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, autorizou a movimentação de tropas; com Goulart ainda em território brasileiro, o presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente e deu posse ao **presidente da Câmara dos Deputados**, Ranieri Mazzilli.

Por isso, os historiadores não usam mais a expressão "golpe militar", mas sim "golpe civil-militar". Os militares e seus aliados civis assumiram o poder afirmando que salvavam o país da anarquia e do comunismo. Era o fim da experiência democrática iniciada no governo de Eurico Gaspar Dutra.

A vacância anunciada por Auro de Moura Andrade em 1º de abril de 1964 foi inconstitucional, pois o presidente João Goulart estava em território brasileiro, onde permaneceu até o dia 4 de abril.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ATIVIDADES

I Retomando

1. Segundo o historiador Jorge Ferreira, entre 1945 e 1964 dois projetos de Nação disputaram a preferência do eleitorado brasileiro. Indique **N** para as frases que dizem respeito ao projeto nacionalista; e **L** para o que for relativo ao projeto liberal.

I. O Estado devia intervir na economia, investindo em áreas estratégicas, como petróleo, siderurgia e transportes, e incentivando os investimentos privados.

II. A economia devia caminhar com a menor interferência possível do Estado, devendo ser regulada pelas "leis do mercado". O desenvolvimento devia apoiar-se nas empresas privadas nacionais e estrangeiras.

III. O governo devia manter uma posição de independência em relação aos Estados Unidos.

IV. Os capitais e as empresas estrangeiras deviam ter liberdade para atuar no Brasil, inclusive quanto à remessa de lucros.

V. A entrada do capital estrangeiro devia ser controlada pelo Estado, que também deveria regular as remessas de lucros para o exterior.

VI. O governo brasileiro devia se aliar aos Estados Unidos de forma incondicional, ajudando-o a combater o comunismo.

A sequência correta de respostas é:

a) N, L, N, L, N, N.

b) L, N, L, N, L, N.

c) N, L, N, L, N, L.

d) L, N, N, L, N, L.

NÃO ESCREVA NO LIVRO. FAÇA EM SEU CADERNO.

2. Lendo a tabela e sabendo que, em 1945, 60% da população era constituída por analfabetos, responda: o que se pode dizer sobre a cidadania no Brasil daquela época?

Eleições à presidência da República (1945)

Ano	Número de eleitores	Porcentagem sobre o total da população
1930	1,9 milhão	5,7%
1945	6,2 milhões	13,4%

Fonte: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015. p. 398.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O voto feminino

[...]

Tendo as mulheres obtido, em 1932, o direito de votar e de serem votadas – o *jus suffraggii* e o *jus honorum*, como distinguiam os romanos –, é curioso ver que o sistema proporcional, que exatamente cuida que o parlamento seja um "espelho" da sociedade, não as atendeu no sentido de dotar o Congresso de uma significativa bancada feminina.

Nas eleições para a Constituinte de 1933, elegeu-se, entre "os deputados do povo", apenas uma mulher, Carlota Pereira de Queiroz, por São Paulo. Outra candidata, Berta Lutz, alcançaria a primeira suplência, pelo Distrito Federal.

Entre as "deputadas das profissões", foi escolhida mais uma mulher, Almerinda Gama, representante classista do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos e da Federação do Trabalho do Distrito Federal.

VOTO da mulher. In: PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. Brasília: UnB, 2000. p. 427-436 apud TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Voto da mulher**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>. Acesso em: 18 out. 2018.

Texto de apoio

Direito de voto

Após 1945, o ambiente internacional era novamente favorável à democracia representativa, e isto se refletiu na Constituição de 1946, que, nesse ponto, expandiu a de 1934. O voto foi estendido a todos os cidadãos, homens e mulheres, com mais de 18 anos de idade. Era obrigatório, secreto e direto. Permanecia, no entanto, a proibição do voto do analfabeto. A limitação era importante porque, em 1950, 57% da população ainda era analfabeta. Como o analfabetismo se concentrava na zona rural, os principais prejudicados eram os trabalhadores rurais. Outra limitação atingia os soldados das forças armadas, também excluídos do direito de voto.

[...] Apesar das limitações, a partir de 1945 a participação do povo na política cresceu significativamente, tanto pelo lado das eleições como da ação política organizada e partidos, sindicatos, ligas camponesas e outras associações.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 145-146.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa C.
2. Nas eleições de 1945, pode-se notar um avanço notável da participação popular. Enquanto em 1930 os eleitores perfaziam 5,7% da população brasileira, em 1945 somavam 13,4%, ou seja, mais de duas vezes o percentual de 1930. Apesar disso, o crescimento não foi maior porque, como se sabe, pela Constituição brasileira, os analfabetos (60% da população em 1945) não tinham direito ao voto.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. a) Getúlio Vargas, ao que parece, tira uma cédula da carteira (note que ela está aberta em sua mão direita) e dá ao filho de um trabalhador, que esboça um sorriso de agradecimento. Os outros trabalhadores observam a cena; o que está ao centro também sorri.

b) Sim, pois ele faz um gesto largo a fim de atrair o olhar dos trabalhadores, ciente de que está sendo observado por eles.

c) Faz parte do trabalhismo de Vargas oferecer algo, visando despertar no trabalho sentimentos de gratidão e reciprocidade. Note que com esse gesto de agrado ao filho de um trabalhador, o líder busca ampliar/aprofundar a relação direta e emocional que mantém com os trabalhadores.

d) Sim. A doação de cestas básicas, as promessas de emprego, os discursos longos contendo forte apelo emocional, tudo isso é possível observar ainda hoje nas campanhas eleitorais, em várias partes do Brasil, seja na cidade, seja no campo. É possível afirmar também que o corpo a corpo entre o líder carismático e o povo foi praticado no passado e continua sendo adotado no presente.

4. a) Resposta pessoal.

Professor: espera-se que o aluno caracterize o segundo governo Vargas como um período de disputas políticas acirradas tendo-se, de um lado, a oposição civil e militar e, de outro, o presidente eleito e seus apoiadores. A tensão entre eles aumentou com o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, o líder civil da oposição a Vargas. A crise que se seguiu culminou com o suicídio do presidente.

b) A autora afirma que o suicídio de Vargas foi um golpe político desfechado por ele contra seus adversários.

c) Ele se matou com objetivo de reverter uma situação que vinha favorecendo seus adversários. **Professor**: na visão de Ângela de Castro Gomes, Vargas lançou seu cadáver contra os adversários e, assim, reverteu uma situação que lhe era desfavorável.

3. A imagem é uma fotografia em preto e branco e foi tirada por ocasião da visita de Getúlio Vargas ao município de Lobato (BA). Em primeiro plano, vemos (à esquerda) a inconfundível imagem de Vargas, de terno de linho branco e chapéu-panamá. À direita, um trabalhador com um filho no colo. Atrás deles está um grupo de trabalhadores. Observe a foto com atenção e responda às questões.

ACERVO ICONOGRAPHIA

a) O que está acontecendo na cena?

b) Há algum indício na foto de que Getúlio buscou impressionar os presentes positivamente?

c) Como se pode classificar esse gesto de Vargas, politicamente?

d) **Em dupla**. Nas campanhas políticas atuais é possível perceber a adoção de práticas semelhantes à que a foto mostra?

4. Leia o texto a seguir com atenção.

A última cartada

O segundo governo Vargas (1950-1954) não transcorreu em clima de tranquilidade, tendo o presidente sofrido, sistematicamente, a oposição da maioria da imprensa e de grande parte de setores políticos e militares. Mas, em agosto de 1954, uma grave crise se instalara com o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, desencadeando um impasse [...], onde se opunham um presidente eleito, gozando ainda de grande popularidade, e uma ferrenha [...] oposição civil e militar, que acusava o governo, especificamente o próprio Vargas, de estar envolvido em um "mar de lama". [...]

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A tensão chegou a tal ponto que a renúncia do presidente foi pedida, ficando claro que, se ele não se afastasse, seria deposto mais uma vez. Foi nessas circunstâncias que Vargas se matou, num derradeiro golpe político que visava reverter uma situação que vinha beneficiando os antigetulistas. Lançando sobre eles seu cadáver, Vargas, como escreveu na carta-testamento, oferecia seu corpo em defesa do povo e da pátria, saindo da vida para entrar na História. [...]

GOMES, Ângela de Castro. A última cartada. **Revista Nossa História**, ano 1, n. 10, p. 14-19, ago. 2004.

a) Caracterize o segundo governo Vargas com base no texto. Use suas palavras.

b) Como a autora caracteriza o suicídio de Vargas?

c) Com que objetivo ele teria se matado?

5. Esta foto de imigrantes nordestinos chegando a São Paulo, em 1960, faz parte de um deslocamento grande de população havido no Brasil daquela época.

JORGE CUNHA/ACERVO UH/FOLHAPRESS

Migrantes nordestinos chegam à cidade de São Paulo (SP) em um caminhão. Fotografia de outubro de 1960.

a) Que deslocamento foi esse?

b) Qual foi o principal motivo da migração de nordestinos para São Paulo à época?

c) Foi grande a contribuição dos nordestinos na construção e pujança da cidade de São Paulo. Pesquisem exemplos dessa contribuição no mundo do trabalho e da cultura: música, literatura, culinária etc. e elaborem uma apresentação sobre o assunto.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

5. a) Esse deslocamento foi uma forte migração do Nordeste e do interior de Minas Gerais para o Centro-Sul; milhares de nordestinos e de mineiros (do interior do estado) deixaram sua terra natal e se mudaram para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte em busca de emprego na indústria.

b) O principal motivo foi a busca de emprego na indústria, que cresceu fortemente no governo JK.

c) Resposta pessoal.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• JUSCELINO Kubitschek (1902-1976). Duração: 8min39s. Disponível em: <http://livro.pro/dbynhi>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Vídeo do Senado Federal sobre o governo de JK.

Texto de apoio

Migrações

Enquanto Juscelino se dirigia ao mundo urbano e apostava na cidade como uma gigantesca fábrica de homens modernos, a mobilização da população rural passou a crescer e a ganhar força e visibilidade – até se transformar na grande novidade política do início da década de 1960. A movimentação dos trabalhadores do campo na cena pública reivindicando terra e direitos é anterior ao governo de Juscelino – começou nos anos 1940. Na sua origem, estava a expansão do processo de expulsão do camponês de sua posse de terra por meio da especulação fundiária e do sistema de grilagem – uma antiga prática de forjar documentos para apropriação indébita da terra. A generalização desse processo teve diversas consequências: a intensa migração para as cidades, que levou a um rápido e desordenado crescimento da periferia e ao aumento das favelas; o início de um movimento populacional que se estenderia até os anos 1980 e afetaria substancialmente o padrão de ocupação do território brasileiro. Além disso, intensificaram-se as reivindicações no campo por terra e direitos.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 424.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Ele afirma que a migração das áreas rurais do Centro-Sul e do Nordeste como um todo vão constituir as novas camadas populares urbanas. Vão se somar aos descendentes de escravos e ex-escravos e imigrantes europeus que viviam nas cidades brasileiras.

b) Para essa crescente população que formava o grosso dos trabalhadores empregados nas indústrias que se instalavam nas cidades, o rádio era fundamental: divertia, emocionava e as conectava ao mundo. O rádio, como diz o autor, era fonte de lazer e de sociabilidade e cultura.

c) Apesar de serem produzidos em diferentes tempos e contextos, os programas de auditório atuais produzidos pela televisão possibilitam a participação direta das massas e potencializam a paixão por esse veículo de comunicação. O auditório formado por pessoas pobres e, por vezes, exclusivamente feminino, como nos anos de 1940 e 1950, também aplaude, vibra e torce por seus ídolos, sejam eles da música, do teatro ou da telenovela.

Texto de apoio

A Era do rádio

[...] O rádio criou modas, inovou estilos, inventou práticas cotidianas, estimulou novos tipos de sociabilidade. Ícone de modernidade até a década de 1950, ele cumpriu um destacado papel social [...], promovendo um processo de integração que suplantava os limites físicos e os altos índices de analfabetismo do país. [...]

Na década de 1930, o rádio já trazia o mundo para dentro de casa. O historiador Eric Hobsbawm, em seus estudos sobre o século XX, aponta o rádio como uma poderosa ferramenta de comunicação e integração entre os indivíduos. O rádio foi o primeiro meio de comunicação a falar individualmente com as pessoas, cada ouvinte era tocado de forma particular por mensagens que eram recebidas simultaneamente por milhões de pessoas. O novo meio de comunicação revolucionou a relação cotidiana do indivíduo com a notícia, imprimindo uma nova velocidade e significação aos acontecimentos. Ao partilharem das mesmas fontes de notícias, os indivíduos se sentiam mais integrados, possuíam um repertório de questões comuns a serem discutidas. No campo específico da produção cultural, o rádio inovou, ao mesmo tempo em que absorveu e adaptou outras formas de arte já existentes. Estavam presentes no rádio, por exemplo, a música em seus diversos gêneros e o teatro – drama e comédia. O rádio tornou-se um excelente meio de divulgação de outras manifestações artísticas.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 7, 9-10.

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PRESENTE

EDITORA CONTEXTO

Fac-símile da capa do livro **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**, de Marcos Napolitano.

Migração, urbanização e cultura nas décadas de 1940 e 1950

A sociedade brasileira, sobretudo as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, assistia [a] um considerável processo de urbanização desde as primeiras décadas do século XX. Mas foi na segunda metade dos anos 1940 que este processo se intensificou, mantendo índices impressionantes até os anos 1970.

Obviamente, não se pode falar de urbanização no Brasil sem citar dois fenômenos correlatos: migração (do norte para o sul e do interior para a capital) e industrialização. Os migrantes, seja das áreas rurais do Centro-Sul, seja do Nordeste como um todo, se tornarão a base social das novas camadas populares urbanas, somando-se aos descendentes dos escravos e ex-escravos e imigrantes europeus, que desde o final do século XIX constituíam boa parte das camadas populares das capitais brasileiras. Para todo esse conjunto [...] de população, que fornecia os contingentes de mão de obra para as indústrias que se instalavam no país, o rádio tinha um papel fundamental. Ele era fonte de informação, de lazer, de sociabilidade, de cultura. Estimulava paixões e imaginários, não só individuais, mas, sobretudo, coletivos.

Correlatos: associados, relacionados.

[...] Fenômeno de massa desde os anos 1930, base de expansão da rica cultura musical brasileira, a radiodifusão sofreu um grande processo de massificação a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Na segunda metade dos anos 1940, o rádio se consolidou como fenômeno cotidiano, ligado à cultura popular urbana, veiculando principalmente melodramas (novelas) e canções. A partir de 1945, a Rádio Nacional massifica os chamados programas de auditório, um gênero que trazia para o rádio a participação direta das massas e que consolidou a vocação popular desse meio de comunicação, potencializando ainda mais a paixão em torno do veículo.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira**: utopia e massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2001. p. 12-13. (Repensando a História).

a) Que relação o autor estabelece entre migração e urbanização?

b) Que relação o autor estabelece entre a urbanização e a ascensão do rádio como fenômeno de massa?

c) Estabeleça um paralelo entre os programas de auditório produzidos pelo rádio nas décadas de 1940 e 1950 e os programas de auditório produzidos para a televisão hoje, identificando uma semelhança entre eles.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

CAPÍTULO

13 DITADURAS NA AMÉRICA LATINA

Durante os 21 anos que estiveram no poder, os militares brasileiros não usaram apenas a censura para preservar sua imagem, construíram também uma imagem positiva do governo em vídeos, filmes, jornais, revistas e até em álbuns de figurinhas.

Capa de um álbum de figurinhas de propaganda do governo Médici. Década de 1970.

» **O menino à esquerda está segurando a imagem de um personagem histórico; quem é ele? Por que será que ele foi escolhido?**

» **Que ideia o navio, o avião, a motocicleta e o carro de corrida ajudam a transmitir?**

» **Que relação há entre a imagem da capa do álbum e a frase "Brasil: um país que vai pra frente!"?**

» **Você já ouviu falar do "milagre brasileiro"? Que relação pode haver entre o título desse álbum de figurinhas e o crescimento econômico observado no governo do general Médici?**

» **O que diferenciou o governo militar brasileiro dos demais da mesma época? Ao final da leitura deste capítulo, tente responder a essa pergunta.**

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades da BNCC, citadas a seguir:

– (**EF09HI19**) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

– (**EF09HI20**) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

– (**EF09HI21**) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.

– (**EF09HI29**) Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras.

– (**EF09HI30**) Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos.

ENCAMINHAMENTO

• O menino à esquerda está segurando a imagem de D. Pedro I, porque, na visão dos militares que governavam o Brasil, ele foi o herói fundador da Nação. As imagens dos meios de transporte (carro de corrida, avião, motocicleta) dão a ideia de modernidade e de progresso acelerado, e remetem à frase impressa no alto: "Brasil, um país que vai pra frente".

Professor, o capítulo fornece subsídios para responder à última pergunta. Merece especial atenção o estudo comparativo das ditaduras latino-americanas que vem sendo desenvolvido pelo professor Rodrigo Patto Sá Mota, da UFMG.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• REGIME militar (História do Brasil por Boris Fausto). Duração: 28 min. Disponível em: <http://livro.pro/5f5vfz>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Documentário sobre o Regime Militar comentado pelo historiador Boris Fausto.

ENCAMINHAMENTO

- Evidenciar que, assim que o regime militar foi estabelecido, estudantes e jornalistas foram duramente atingidos: vários deles foram presos sob a acusação de "subversivos" (nome que o governo dava aos que discordavam dele); o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), na praia do Flamengo, foi incendiado; e o prédio do jornal **Última Hora** (o único jornal da grande imprensa que apoiava João Goulart) foi invadido e depredado.
- Explicar que os 100 cidadãos que tiveram seus nomes divulgados sofreram suspensão de seus direitos políticos; houve a cassação de mandatos parlamentares e a transferência de militares para a reserva.
- Aprofundar o assunto acessando o *site*: ATOS Institucionais. Disponível em: <http://livro.pro/9xke9b>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Na segunda metade do século XX, vários países sul-americanos viveram sob regimes ditatoriais. Neste capítulo, vamos apresentar três estudos de caso: as ditaduras brasileira, chilena e argentina.

O Regime Militar no Brasil

Dizendo ser necessário livrar o país da ameaça comunista e restabelecer a hierarquia e a ordem, um grupo formado por civis e militares derrubou o presidente João Goulart entre março e abril de 1964 e colocou no poder o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Tinha início, assim, o Regime Militar (1964-1985). Logo nos primeiros dias de abril, o regime perseguiu e prendeu estudantes, jornalistas e políticos ligados ao governo anterior e atacou organizações que o apoiavam como, por exemplo, a **UNE** (União Nacional dos Estudantes).

GETTMANN/GETTY IMAGES

Tanques e militares ocupam as ruas do Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964.

Ao mesmo tempo que faziam o uso da violência, os militares procuravam dar uma aparência de legalidade ao novo regime por meio de **Atos Institucionais**. Ato Institucional é uma medida, com força de lei, imposta por um governo sem que a população, o poder Legislativo e o Judiciário tenham sido consultados.

Cassar: retirar do indivíduo seus direitos políticos ou de cidadão.

O **Ato Institucional** de 9 de abril de 1964, mais tarde chamado de **AI-1**:

- permitia ao presidente suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos;
- autorizava **cassar** mandatos parlamentares;
- estabelecia que as eleições para presidente da República seriam indiretas.

No dia seguinte, os militares divulgaram a lista dos 100 primeiros cidadãos que tiveram seus direitos políticos suspensos, entre os quais estavam os ex-presidentes Jânio Quadros e João Goulart, o governador de Pernambuco Miguel Arraes e o deputado federal Leonel Brizola.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Ato Institucional

Em 9 de abril, logo após o golpe de 1964, os novos donos do poder publicaram o Ato Institucional nº 1, cujo preâmbulo deixava claro as intenções do regime que estava sendo implantado. Deixava claro que a revolução não buscaria no Parlamento a sua legitimação, como também limitava drasticamente seus poderes. O controle do Judiciário e a suspensão dos direitos fundamentais foram uma forma de abrir caminho para a implantação da Doutrina de Segurança Nacional. O referido ato já trazia uma lista daqueles que perderiam seus mandatos eleitorais e teriam cassados seus direitos políticos. O general Castelo Branco, primeiro presidente pós-64, assumiu a presidência da República sob novas bases jurídicas. A Operação Limpeza, como ficaram conhecidas as primeiras medidas provocadas pelo AI-1, promoveu expurgos nas burocracias civil e militar e valeu-se de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para neutralizar qualquer cidadão que pretendesse opor-se organizadamente a políticas em aplicação [...]. Tais medidas, tanto no âmbito político quanto no econômico, destinavam-se a prover o presidente Castelo das bases iniciais para o processo de segurança e desenvolvimento pretendido pela Doutrina.

BORGES, Nilson. A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 4. p. 39.

O governo Castelo Branco

Com uma parte dos parlamentares apenas (pois muitos deles tinham sido cassados), o Congresso Nacional elegeu como presidente o general Castelo Branco (1964-1967). Muitos acreditavam que em pouco tempo ele devolveria o poder aos civis, mas não foi o que aconteceu: líderes sindicais e estudantis foram presos, funcionários públicos foram demitidos e políticos de vários partidos, inclusive da UDN (que apoiou o golpe), foram cassados.

Na política externa, Castelo Branco obedeceu à lógica da Guerra Fria: aliou-se aos EUA e rompeu relações diplomáticas com Cuba.

Na área econômica, tomou as seguintes medidas:

- Cortou gastos;
- Aumentou os impostos;
- Contraiu empréstimos dos Estados Unidos;
- Comprimiu os salários dos trabalhadores;
- Eliminou a estabilidade de emprego após dez anos e criou, em seu lugar, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

ARQUIVO/AGÊNCIA O GLOBO

Promovido de general a marechal da reserva no dia anterior, Humberto Alencar Castelo Branco recebe a faixa de presidente da República em 15 de abril de 1964.

Com o corte nos gastos públicos e o aumento da arrecadação, a inflação caiu e o governo começou a equilibrar suas contas. Mas os sacrifícios impostos à sociedade, especialmente aos assalariados, elevaram a impopularidade de Castelo Branco e influenciaram o resultado das eleições para governador, em 1965: políticos da oposição ao Regime Militar foram eleitos governadores nos estados da **Guanabara** e de Minas Gerais.

Estado da Guanabara (GB): foi formado em 1960 e correspondia à cidade do Rio de Janeiro. Isso ocorreu em razão da transferência da capital brasileira da cidade do Rio de Janeiro para Brasília. Em 1975, o Estado da Guanabara foi extinto.

ENCAMINHAMENTO

- Informar que Castelo Branco (1964-1967) assumiu a presidência tendo como vice José Maria Alkmin, um político mineiro. A aliança de um militar com um civil no comando do país transmitia a ideia de que, em pouco tempo, os militares voltariam aos quartéis, mas não foi isso o que aconteceu.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- CONHECENDO os Presidentes – Castelo Branco. Duração: 2 min. Disponível em: <http://livro.pro/9uarv8>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Episódio da série documental que aborda o governo de Castelo Branco.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

11 de abril de 1964 – Pelo Rádio e através da TV, Castelo Branco discursa após ter sido eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional.

[...]

Minha eleição pelo Congresso Nacional, em expressiva votação, traduz, sobremaneira, o pesado fardo das responsabilidades que sabia já haver assumido, ao aceitar a indicação de minha candidatura à Presidência da República por forças políticas ponderáveis, sob a liderança de vários governadores de Estado.

O calor da opinião pública, através de autênticas manifestações populares e de numerosas entidades de classe, estimulou-me a essa atitude.

Agora, espero em Deus corresponder às esperanças de meus compatriotas, nesta hora tão decisiva dos destinos do Brasil, cumprindo plenamente os elevados objetivos do Movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o Povo inteiro e as Forças Armadas, na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social.

Espero, também, em me ajudando o espírito de colaboração de todos os brasileiros e o sentimento da gravidade da hora presente, possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo Povo, em eleições livres, uma Nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os angustiosos problemas do momento atual.

Ao Congresso Nacional, com todo o meu respeito de brasileiro e de Presidente eleito da República, apresento nesta oportunidade, de modo muito especial, as minhas saudações.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **11 de abril de 1964...** Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/01.pdf/view>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Frisar que o Ato Institucional nº 2 (AI-2) permitia ao presidente da República governar por meio de decretos-leis e extinguia todos os partidos políticos.
- Aprofundar o assunto acessando os textos: LEI de Imprensa. Disponível em: <http://livro.pro/bmrffv>; e CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: <http://livro.pro/iwh7cd>. Acessos em: 9 nov. 2018.

Dialogando

O autor critica a censura imposta pelo governo por meio da Lei de Imprensa.

Texto de apoio

Constituição de 1967

A Constituição de 1946 foi oficialmente substituída pela Constituição de 1967. No entanto, desde o golpe militar, em 31 de março de 1964, tinha-se encerrado o ciclo constitucional capitaneado pela Constituição de 1946. [...]

Os militares [...] mantiveram formalmente a Constituição de 1946. Contudo, a Constituição não tinha mais a supremacia na ordem jurídica do país. Os "Atos Institucionais" (AI) ocuparam o lugar central, como pode ser ilustrado pelo artigo 10 do Ato Institucional n. 5: "no interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os chefes da revolução, que estabelecem o presente ato [...]". Somente a Emenda Constitucional n. 11/78 é que revogou os Atos Institucionais e Complementares "no que contrariassem a Constituição Federal".

O primeiro desses documentos, o Ato Institucional n. 1, de 9 de Abril de 1964, manteve a Constituição de 1946 e já promoveu algumas modificações: a eleição indireta do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, pelo Congresso Nacional; a suspensão das garantias de postos vitalícios e de estabilidade; a possibilidade de demissão, licenciamento ou aposentadoria dos funcionários federais, estaduais e municipais; a possibilidade de suspensão dos direitos políticos durante dez anos e a revogação dos mandatos parlamentares federais, estaduais e municipais. Em função deste último, eram concedidos poderes aos editores do Ato e ao próximo Presidente da República para, até 60 dias depois da posse, cassar mandatos eletivos populares e suspender direitos políticos. Tais atos não estavam sujeitos a apreciação pelo Poder Judiciário (art. 7º, 4º). Poderia ainda o Presidente da República decretar estado de sítio sem ouvir o Congresso Nacional (art. 6º). O Congresso Nacional continuou a funcionar, mas tinha perdido completamente a sua autonomia.

Os Atos Institucionais de n. 2, 3 e 4 [...] mais tarde [...] foram incluídos na Constituição de 1967. Do mesmo modo que no AI-1, os atos praticados pelo governo com fundamento nesses Atos Institucionais e Complementares estavam excluídos da apreciação pelo Poder Judiciário. [...]

GROFF, Paulo Vargas. Direitos Fundamentais nas Constituições brasileiras. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 45 n. 178, p. 120, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/45/178/ril_v45_n178_p105.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

O governo endurece: Lei de Imprensa e Lei de Segurança Nacional

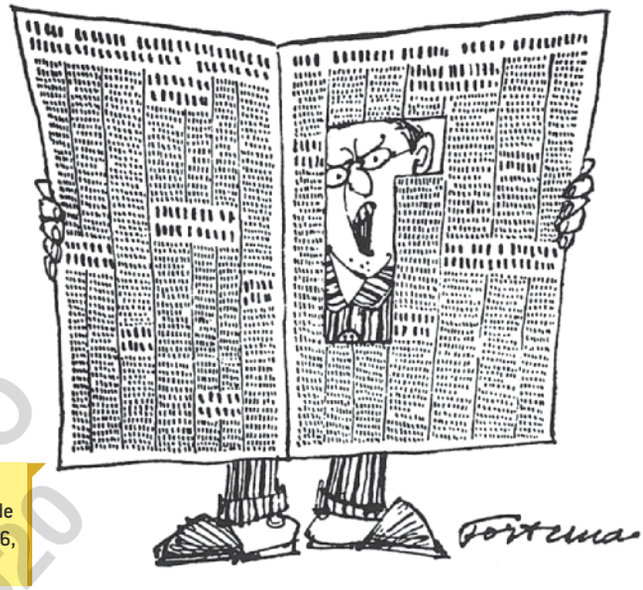
O governo de Castelo Branco, então, endureceu, baixando o **Ato Institucional nº 2 (AI-2)**, que extinguia todos os partidos políticos; formaram-se, então, dois únicos partidos: a **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)**, para dar apoio ao governo, e o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**, para fazer oposição.

No ano seguinte, o governo limitou ainda mais a participação dos cidadãos, baixando o **Ato Institucional nº 3 (AI-3)**, que estabelecia eleições indiretas para governadores. Estes, por sua vez, nomeariam os prefeitos das capitais. Assim, os cidadãos perdiam o direito de escolher seus governantes, fato que limitou ainda mais a cidadania no país. Preocupado em manter a aparência de legalidade, o governo baixou o **AI-4**, por meio do qual reabriu o Congresso para que aprovasse uma nova Constituição, a de 24 de janeiro de 1967. Essa Constituição ampliava os poderes do presidente da República e restringia o direito de greve. Com seus poderes ampliados, Castelo Branco decretou duas leis autoritárias: a **Lei de Imprensa**, que intensificou a censura aos jornais e revistas, e a **Lei de Segurança Nacional**, que dava à Justiça Militar o direito de julgar os crimes de "subversão" (comícios, reuniões políticas etc.).

Dica! Características do governo de Castelo Branco. Duração: 2 min. Disponível em: <http://livro.pro/9uarv8>. Acesso em: 24 nov. 2018.

DIALOGANDO

O que o autor critica nesta charge?



FORTUNA/BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Charge de Fortuna feita meses antes de o governo decretar a Lei de Imprensa. **Correio da Manhã**, ano 66, n. 22 548, 7 de outubro de 1966.

Castelo Branco foi substituído por outro militar, o general Arthur da Costa e Silva, que tomou posse em 15 de março de 1967.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A linha dura no poder

Com a ascensão de Costa e Silva, os militares da linha dura assumiram o governo.

Todos os militares que lideraram o golpe de 1964 eram adeptos da **Doutrina da Segurança Nacional** e, portanto, contrários ao comunismo. Mas tinham divergências entre si, o que nos permite dividi-los em dois grupos: o castelista e o linha-dura. O grupo castelista era integrado por generais como Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel e Castelo Branco (daí seu nome). Na oposição a ele estava o grupo da linha dura, que considerava os castelistas "moderados" e defendia a radicalização constante da luta contra o inimigo interno, chamado por eles de "subversivo". A linha dura era formada por generais menos teóricos e mais pragmáticos, como Costa e Silva e Garrastazu Médici.

FOLHAPRESS/FOLHAPRESS

O presidente Arthur da Costa e Silva embarcando para Brasília, DF. São Paulo, 1967.

Doutrina de Segurança Nacional: Doutrina elaborada por militares estadunidenses no contexto da Guerra Fria.

A resistência democrática

Com o aumento da opressão cresceu também a **resistência democrática** à ditadura, na qual se destacaram o movimento estudantil, o movimento operário, diversos artistas e intelectuais e uma parte dos políticos.

Em 1968, cresceu o movimento estudantil em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Em uma manifestação ocorrida em março, no Rio de Janeiro, contra a má qualidade da alimentação fornecida aos estudantes no restaurante universitário Calabouço, o paraense Edson Luís Lima Souto, de 18 anos, foi morto pela polícia, o que provocou uma onda de protestos; o maior deles foi a **Passeata dos Cem Mil**, na qual estudantes, políticos, artistas e trabalhadores saíram às ruas para protestar contra o Regime Militar.

ACERVO ICONOGRAPHIA

Vinicius de Moraes na Passeata dos Cem Mil. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1968.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Ressaltar que a Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968, assinalou a radicalização do movimento estudantil. Os estudantes e seus aliados não restringiam seus protestos ao campo educacional: lutavam, sobretudo, contra o regime militar.
- Informar que, após a Segunda Guerra Mundial e no contexto da Guerra Fria, estrategistas dos Estados Unidos criaram a Doutrina de Segurança Nacional e transmitiram-na aos militares da América Latina, com quem contavam para colocá-la em prática.

Segundo a Doutrina de Segurança Nacional, para um país se desenvolver era preciso garantir sua **segurança**, e a maior ameaça à segurança de um país são seus **inimigos internos**; ou seja, aqueles que propagam o comunismo, os "subversivos".

IMAGENS EM MOVIMENTO

- UNE 70 anos. Duração: 22 min. Disponível em: <http://livro.pro/cxvw6v>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Reportagem especial comemorativa sobre os 70 anos da UNE.

Texto de apoio

Paris, 1968: A imaginação no poder

Outro movimento dos anos 60 que representou uma forma de rebeldia da juventude foram as manifestações estudantis em Paris [...].

A França era um dos países que vinham recebendo os "benefícios" do capitalismo. O desenvolvimento do país era sentido por todos, pois ele estava se tornando uma potência industrializada.

Na tentativa de fazer as universidades acompanharem esse espírito, o governo prepara várias medidas para "reformá-las", só que sem alterar substancialmente as relações na academia, que continuam a se basear na autoridade suprema do professor; ninguém pode contestá-lo. Assim, em maio de 1968, começa uma série de manifestações estudantis contra a política universitária, que rapidamente vão se alastrando para outros setores da sociedade.

O ponto culminante é uma passeata pelo centro de Paris com cerca de um milhão de pessoas. Mas, para espanto das autoridades, a passeata passa diante do palácio do governo e continua em frente, aos poucos se dispersando, como um enorme desfile carnavalesco.

Isso não deixou de ser significativo, pois, antes de visar à tomada do Estado e à derrubada do governo, só o *slogan* "a imaginação no poder" é que ficou ecoando pelas ruas da cidade. Para muitos esse fato significou que estava em curso uma revolução. Uma revolução sem armas, sem inimigo declarado. Ela acontecia na consciência das pessoas. O Estado perderia a sua função. As próprias pessoas passariam a organizar a produção, a educação, as suas vidas. [...]

JOANILHO, André Luiz. **Revoltas e rebeliões**. São Paulo: Contexto, 1994. p. 58-59.

ENCAMINHAMENTO

• Chamar atenção dos alunos para o texto a seguir:

[...] o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira consequência foi o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano e o recesso dos mandatos de senadores, deputados e vereadores, que passaram a receber somente a parte fixa de seus subsídios.

Entre outras medidas do AI-5, destacam-se: suspensão de qualquer reunião de cunho político; censura aos meios de comunicação, estendendo-se à música, ao teatro e ao cinema; suspensão do *habeas corpus* para os chamados crimes políticos; decretação do estado de sítio pelo presidente da República em qualquer dos casos previstos na Constituição; e autorização para intervenção em estados e municípios. [...]

PONTUAL, Helena Daltro. **História das Constituições**. Disponível em: <www.senado.gov.br/noticias/especiais/constituicao25anos/historia-das-constituicoes.htm>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Texto de apoio

8 em cada 10 brasileiros nunca ouviram falar do AI-5

Editado há 40 anos pelo general Costa e Silva, o AI-5 [...] é totalmente ignorado por 82% dos brasileiros a partir dos 16 anos. E, dos 18% que ouviram falar algo sobre ele, apenas um terço (32%) respondeu corretamente que a sigla se referia ao Ato Institucional nº 5. [...]

Passados quase 30 anos de sua extinção, a lembrança do AI-5 vem se desvanecendo. Como observa o cientista político Marcus Figueiredo, do Iuperj, isso resulta do fato de que boa parte da população nasceu após 1968: O fato tem 40 anos e não faz parte do calendário das datas nacionais. Mas mesmo no estrato de pessoas com 60 anos ou mais (indivíduos que tinham ao menos 20 anos quando o AI-5 foi editado), só 26% dizem ter ouvido falar dele.

O conhecimento sobre o AI-5 cresce à medida que avança a escolaridade formal. Só 8% das pessoas com ensino fundamental ouviram falar do AI-5. A taxa sobe para 53% entre quem tem nível superior, mas só 12% desse grupo se diz bem informado. [...]

[...] a historiadora Denise Rollemberg, da UFF, diz tratar-se de um processo que envolve esquecimento e reconstrução da história: No Brasil pós-abertura política, quando a democracia passa a ser valorizada, há uma reconstrução do passado a partir do presente. Nessa reconstrução esquece-se o que houve para esquecer-se do aval dado.

Daniel Aarão Reis, também da UFF, concorda. Diz que sempre que uma sociedade muda de valores surge o desafio de compreender por que se tolerou a situação agora deixada de lado: É muito mais simples não falar do assunto, esquecer. [...]

PULS, Maurício; PAIVA, Natália. Oito em cada dez brasileiros nunca ouviram falar do AI-5. **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2008/12/478933-oito-em-cada-dez-brasileiros-nunca-ouviram-falar-do-ai-5.shtml>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Em outubro de 1968, os estudantes desafiaram o governo mais uma vez realizando, em Ibiúna, no interior de São Paulo, o 30º Congresso da UNE. Mas a polícia invadiu o local e prendeu cerca de setecentos estudantes que participavam do Congresso.

Nesse mesmo ano, o movimento operário também mostrou sua disposição de luta em duas grandes greves por aumento de salários. Uma em Contagem, perto de Belo Horizonte (MG), envolvendo cerca de 15 mil trabalhadores, e outra em Osasco, na Grande São Paulo, que também contou com a participação de milhares de trabalhadores. Esta última foi reprimida com muita violência, com a invasão do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e a prisão de quatrocentos trabalhadores por tropas do Exército.

Nesse contexto, o deputado do MDB, Márcio Moreira Alves, fez um discurso, em 1968, no qual conclamava a população a não ir à parada militar para comemorar o 7 de Setembro e pedia às mulheres para não namorarem oficiais que participavam da repressão. O discurso de Moreira Alves serviu de pretexto para que o governo Costa e Silva decretasse o **Ato Institucional nº 5 (AI-5)**, o mais opressivo de todos os atos da ditadura militar.

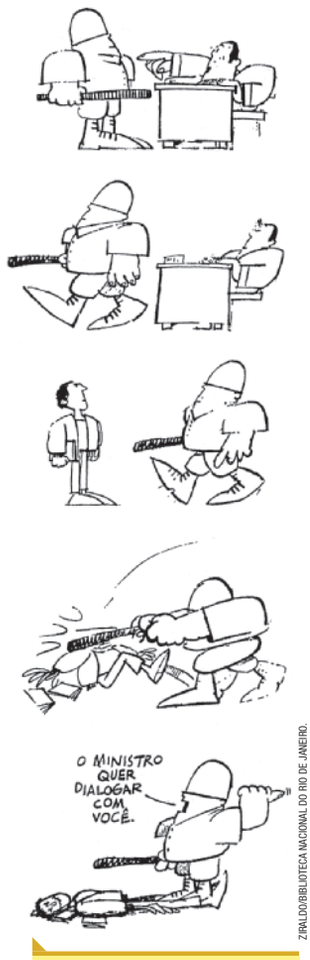
Pelo AI-5, o presidente da República passava a ter o poder de:

- fechar o Congresso Nacional;
- fazer leis e ordenar a intervenção nos estados e municípios;
- cassar políticos eleitos pelo povo;
- demitir, transferir e aposentar funcionários públicos;
- decretar **estado de sítio**;
- suspender o direito de ***habeas corpus*** aos acusados de "crime contra a segurança nacional".

Estado de sítio: situação na qual são estabelecidas restrições à liberdade dos cidadãos, por meio da suspensão de alguns direitos constitucionais.

***Habeas corpus*:** recurso jurídico que protege o cidadão de ser preso ou agredido em razão de abuso de poder ou ilegalidade.

Com base no AI-5, o governo militar fechou o Congresso, cassou o mandato de centenas de políticos e prendeu milhares de pessoas de oposição em todo o país.



ZIRALDO/BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO.

Essa charge de Ziraldo ironiza a truculência do Regime Militar. **Correio da Manhã**, ano 68, n. 23 068, 23 de junho de 1968.

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

Nesse clima de grande tensão, Costa e Silva foi vítima de um derrame (ou AVC – Acidente Vascular Cerebral) e afastou-se da presidência. Por lei, devia assumir o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo. Mas uma Junta Militar desrespeitou a Constituição e ocupou o governo do país por quase dois meses: de agosto a outubro de 1969. Nesse período, fez aprovar a **Emenda Constitucional de 1969**, que ampliava os poderes do presidente da República e incorporava à Constituição a pena de morte, a pena de banimento e a prisão perpétua em caso de "subversão".

Governo Médici (1969-1974)

Em outubro de 1969, o Congresso foi reaberto apenas para aprovar a indicação de outro general à presidência da República: Emílio Garrastazu Médici, cujo governo foi o mais repressivo da história brasileira.

Por meio de seu aparato repressivo, o governo Médici invadiu universidades; perseguiu e prendeu professores, jornalistas, artistas, estudantes, religiosos e militares contrários à ditadura civil-militar que se instalou no país. Aperfeiçoou os órgãos de repressão, como o **SNI** (Serviço Nacional de Informações), o **DOPS** (Delegacias de Ordem Política e Social) e o **DOI-Codi** (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna). Seus agentes praticavam espancamentos, afogamentos, choques elétricos e outras formas de tortura. Qualquer cidadão suspeito de ser "subversivo" podia ser detido, torturado e morto, sem que a família soubesse de seu paradeiro.

Com o aumento da repressão, cresceu também a resistência democrática ao Regime Militar, por meio de abaixo-assinados, protestos de rua, oposição parlamentar, jornais, espetáculos teatrais e festivais de música popular brasileira.

ARQUIVO/AGÊNCIA ESTADO/AE

Emílio Garrastazu Médici, terceiro presidente do Regime Militar, cumprimenta militares durante visita ao Rio de Janeiro, 1970.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

- MEMÓRIAS do chumbo: Brasil. Duração: 51 min. Disponível em: <http://livro.pro/d3d83v>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Texto de apoio

30 de outubro de 1970 – Discurso de Médici por ocasião da passagem do 1º aniversário de seu governo

Exigindo, como tenho feito e continuarei a fazer, dentro da mais estrita impessoalidade, sem distinção de categoria social ou profissional, a observância rigorosa dos preceitos que compõem o ordenamento jurídico brasileiro, honro pontualmente o compromisso que prestei, perante o Congresso Nacional, de manter, defender e cumprir a Constituição e respeitar as leis do País. Fiel ao compromisso assumido, não me disponho, no momento, ou em futuro próximo, a abrir mão de prerrogativas que pela Constituição me foram conferidas, porquanto as considero imprescindíveis à defesa da própria ordem constitucional.

Somente para os inimigos do regime, para os que lhe desejam a destruição, pode haver inconveniência ou nocividade nos poderes outorgados pela Constituição, artigo 182, ao Presidente da República, já que esses poderes são usados, única e exclusivamente, em relação àqueles que, pondo-se fora da lei, se insurgem contra as instituições democráticas, ou desrespeitam a moral administrativa.

A melhor prova de que tais poderes não constituem entrave à vivacidade e ao ardor da luta política, em termos democráticos, está no espetáculo que oferece a campanha eleitoral, que se desenvolve normalmente em todo o território nacional.

Em clima de ampla liberdade, promovem os partidos políticos a propaganda dos seus candidatos ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, às Assembleias Legislativas dos Estados, bem como a dois terços das Prefeituras e Câmaras Municipais.

Na forma prescrita no Código Eleitoral, é assegurada aos candidatos, quer do Governo, quer da Oposição, em estrita igualdade de condições, a faculdade de se dirigirem ao povo, gratuitamente, pelo rádio e televisão, a fim de exporem as suas ideias, programas e planos de ação política ou administrativa, sem que interfira o Poder Público senão para garantir, dentro da lei, a livre manifestação do pensamento.

Diante desse quadro, em que se manifesta, com todo o vigor, o timbre democrático do regime em que vivemos, ninguém de boa-fé poderá juntar a sua voz ao coro dos que, dentro e fora de nossas fronteiras, hostilizam o sistema político brasileiro, sob o pretexto de que nele não há lugar para o livre funcionamento da democracia.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **Honrando o compromisso**. Brasília. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/27/view>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Ressaltar que, nesse ambiente de radicalização crescente, ocorreu um recrudescimento da luta armada. Grupos guerrilheiros praticaram ações como assaltos a bancos, para conseguir dinheiro, e sequestro de diplomatas estrangeiros, para trocar por prisioneiros políticos.
- Destacar que, ainda durante o governo Médici, no Araguaia, na área conhecida como Bico do Papagaio, entre os estados Pará, Maranhão e Tocantins, desenvolveu-se um núcleo de guerrilha rural, liderado pelo Partido Comunista do Brasil. O grupo era formado por 69 comunistas e havia se instalado na região com o objetivo de preparar os camponeses locais para a luta armada contra o governo. Em 1972, os guerrilheiros foram descobertos pelo governo, que enviou cerca de 20 mil homens para combatê-los. Em pouco tempo, o conflito transformou-se em um massacre e a guerrilha foi liquidada.

Texto de apoio

A resistência à ditadura militar nas Universidades

O golpe de 1964 não derivou de derrota e ocupação estrangeira, ainda que o apoio da potência norte-americana tenha sido essencial. Ele foi um levante liderado pelas forças de direita que contou com apoio de parte da sociedade (especialmente nas classes média e alta), em luta contra processo de mudanças sociais de viés esquerdista que estava acontecendo durante o governo de João Goulart. E houve muitas adesões à ditadura no mundo acadêmico, que recrutou ali importantes quadros políticos e técnicos que serviram aos sucessivos governos militares. Quanto à resistência defende-se o uso da mesma expressão, embora algumas de suas características tenham sido diferentes em relação ao contexto europeu. Mesmo assim, no presente caso também se pode conceituar resistência como conjunto de atos de recusa coletiva ao poder instituído, que podem se expressar de diferentes maneiras. Nos espaços universitários houve inúmeras ações de resistência, na maioria protagonizadas pelos estudantes, como passeatas, paralisações de aulas e divulgação de produtos culturais censurados; e também atos mais agudos, como as ocupações de edifícios, sem esquecer que muitos estudantes foram recrutados por organizações armadas (embora com atuação fora dos *campi*). [...]

Durante a ditadura militar brasileira, para os dirigentes e demais membros da comunidade universitária houve possibilidades intermediárias entre aderir ou resistir. [...] Pessoas que não desejavam aderir, por não partilhar os valores dominantes, mas que também não tinham intenção de resistir frontalmente ao Estado autoritário – por medo da punição ou por achar inútil –, buscaram estratégias de conviver com ele, inclusive como forma de reduzir os efeitos da repressão. Do seu ponto de vista, tratava-se de explorar possibilidades abertas pelo próprio regime militar, usando-as com o objetivo de atenuar o autoritarismo. [...]

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Revista Páginas**, v. 8, n. 17, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/222/278>. Acesso em: 9 nov. 2018.

A luta armada

A luta armada no Brasil não nasceu como resistência ao golpe civil-militar de 1964; era anterior a ele. Mas, durante os governos militares, ela se intensificou: surgiram várias organizações armadas cujo projeto era implantar o socialismo (ditadura do proletariado) por meio da guerrilha. Já o projeto do Partido Comunista Brasileiro (PCB) era outro; para esse partido, a revolução socialista se faria por meio da aliança do operariado com a burguesia.

Durante a ditadura civil-militar, os principais representantes da luta armada foram: a Ação Libertadora Nacional (**ALN**), liderada pelo ex-deputado Carlos Marighella, a Vanguarda Popular Revolucionária (**VPR**), liderada pelo ex-capitão Carlos Lamarca, e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (**MR-8**).

Essas organizações praticavam assaltos a bancos para conseguir dinheiro para suas lutas e sequestro de diplomatas estrangeiros para trocá-los por presos políticos. Em 1969, por exemplo, os guerrilheiros sequestraram o embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick e o trocaram por 15 presos políticos.

ACERVO UH/FOLHAPRESS

Charles Burke Elbrick em entrevista coletiva na embaixada estadunidense no Rio de Janeiro um dia depois de ser libertado por seus sequestradores. Fotografia de 8 de setembro de 1969.

O governo Médici moveu uma guerra sem tréguas contra as organizações armadas. Em 1974, os focos guerrilheiros tinham sido destruídos e seus integrantes, presos ou mortos.

As várias organizações guerrilheiras que atuaram à época tinham alguns pontos em comum:

- criticavam a via legal para chegar ao poder e implantar o socialismo;
- defendiam, em sua maioria, princípios marxistas e leninistas, segundo os quais a classe revolucionária era o operariado;
- acreditavam ser um grupo de vanguarda, de elite, que guiaria as massas, despertando a classe operária para o papel que lhe cabia na revolução socialista.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A propaganda de massa

Além da violência, o governo Médici recorreu também à propaganda, repetindo por meio da TV *slogans* como "Ninguém mais segura este país".

ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS (AERP)/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Cartaz do governo Médici (1969-1974).

O próprio presidente Médici se apresentava como um homem do povo, apaixonado por futebol e torcedor número um da seleção brasileira. A conquista do tricampeonato de futebol pela seleção "canarinho" na Copa do Mundo de 1970 foi apresentada por Médici como mais uma vitória de seu governo.

HEIDTMANN/PICTURE ALLIANCE/GETTY IMAGES

Final da Copa do Mundo de 1970, Cidade do México, México. O Brasil venceu a Itália por 4 × 1. Em 1970, os brasileiros puderam assistir, pela primeira vez, a uma Copa do Mundo ao vivo e em cores. E de casa assistiram a esse gol da seleção brasileira contra a Itália mostrado na fotografia. Com a vitória na Copa de 1970, a Seleção Brasileira trouxe definitivamente para o Brasil a taça Jules Rimet.

Nessa época, além da propaganda oficial, outro fator ajudou Médici a conseguir apoio de parte da população: o crescimento da economia.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

• Comentar que o uso intensivo da propaganda de massa colaborou para que o governo Médici conseguisse o apoio de parte da sociedade brasileira, mas outro fator também ajuda a explicar esse apoio: o crescimento da economia.

Texto de apoio

Aquela corrente para frente

[...] Emílio Garrastazu Médici, que tomou posse como presidente da República no dia 30 de outubro de 1969, sucedendo a Costa e Silva, era um apaixonado pelo esporte [futebol], a ponto de interromper reuniões ministeriais para saber os resultados dos jogos. Grudado no radinho de pilha – imagem que o aproximava do "homem comum" –, o novo presidente se arriscou várias vezes a frequentar estádios lotados, não raro tendo sua presença anunciada pelos alto-falantes. Promovia-se assim uma importante estratégia de propaganda da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência (AERP), no sentido de transformar o general Médici em torcedor número 1 da nação, articulando os trunfos futebolísticos à imagem de Brasil-potência que o governo se esforçava em difundir.

À medida que a Copa de 1970 se aproximava, as possibilidades da interação futebol-poder se ampliavam. Ainda em 1969, apresentou-se uma oportunidade sem igual para o governo: a festa comemorativa em torno do milésimo gol do Pelé, conquistado pelo craque em novembro, no Maracanã, em partida contra o Vasco. Nos dias seguintes ao seu feito sensacional, Pelé desfilou em carro aberto em Brasília, sendo recebido pelo presidente Médici, que lhe concedeu a medalha de mérito nacional e o título de comendador. [...]

Cabelos cortados no estilo da caserna, preparação física coordenada por militares, contraditoriamente a Seleção se transformaria, dentro de campo, em paradigma do verdadeiro futebol-arte, de que tanto se fala desde então. A cada vitória, uma aclamação popular que parecia legitimar o próprio regime. Tudo indica que a Presidência fez questão de aproveitar o embalo da seleção brasileira para anunciar à nação o projeto da Transamazônica em junho de 1970 [...]. Consumada a vitória, o governo explorou o tricampeonato de todas as formas possíveis, procurando potencializar o futebol como um fator capaz de promover a "unidade na diversidade". [...]

AGOSTINO, Gilberto. Aquela corrente para frente. **Revista Nossa História**, ano 2, n. 14, p. 15-17, dez. 2004.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- IMPACTOS da ditadura na economia brasileira. Duração: 3 min. Disponível em: <http://livro.pro/ybsgm3>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Reportagem da TV Brasil sobre a economia no período de ditadura no Brasil.

Dica de leitura

- FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2016.

Nesse livro, o historiador Carlos Fico aborda a história do Brasil, da morte de Getúlio Vargas aos dias atuais, proporcionando uma visão panorâmica social, econômica e política desse período e permitindo ao leitor conhecer fatos e contextos que permanecem na memória dos brasileiros.

EDITORA CONTEXTO

O "milagre econômico"

O chamado "milagre econômico" brasileiro ocorrido no Governo Médici se caracterizou pela combinação de três fatores conjugados: crescimento da economia a uma taxa média de cerca de 11% ao ano, índices de inflação relativamente baixos e expansão do comércio exterior em mais de três vezes. Essa combinação interessante recebeu o nome de "**milagre econômico**". Observe:

Milagre econômico: a expressão "milagre econômico" foi usada pela primeira vez para descrever a rápida recuperação da Alemanha Ocidental na década de 1950. Na década seguinte, a mesma expressão foi usada para caracterizar o crescimento japonês. Na década de 1970, a expressão passou a ser aplicada como sinônimo de *grande crescimento* econômico – e também como instrumento de propaganda do governo.

O "milagre" brasileiro

Ano	Crescimento PIB em %	Inflação em %	Exportações US$ Bilhões	Importações US$ Bilhões	Dívida externa US$ Bilhões
1968	10	27	1,9	1,9	3,8
1969	10	20	2,3	2,0	4,4
1970	10	16	2,7	2,5	5,3
1971	11	20	2,9	3,2	6,6
1972	12	20	4,0	4,2	9,5
1973	14	23	6,2	6,2	12,6

Citado por PRADO, Luiz C. D.; SÁ, Fábio. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 223. (O Brasil republicano, v. 4).

O que explica o "milagre econômico"?

A maioria dos historiadores concorda em que o "milagre" ocorreu devido a fatores externos e internos. **Externamente**, a conjuntura era favorável (entre 1961 e 1973, a economia estadunidense cresceu a uma taxa média de 4,5% ao ano; o Japão, a uma taxa de 9,4%; a Alemanha, a 4,3%; e a Itália, a 4,9%). **Internamente**, o governo adotou uma política de incentivos fiscais para atrair investidores nacionais e estrangeiros, concedendo-lhes facilidades para atuar no Brasil; uma política trabalhista que comprimia os salários dos trabalhadores de baixa renda, diminuindo o custo da mão de obra; e, além disso, por meio de uma série de ajustes, conseguiu um razoável equilíbrio nas contas públicas.

O capital acumulado por esses meios alimentou um extraordinário crescimento da indústria, especialmente a de **bens de consumo duráveis**, como eletrodomésticos e automóveis.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

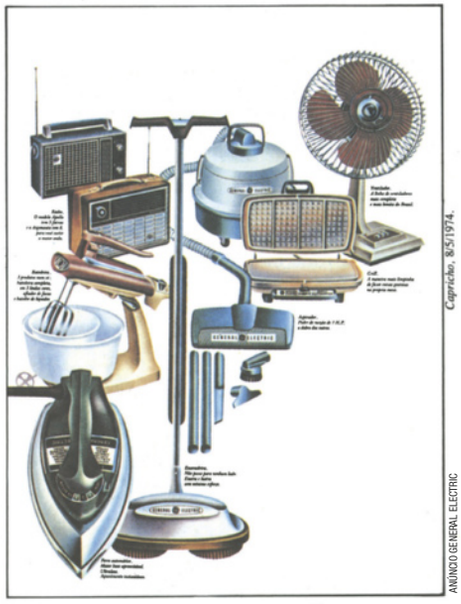
O "milagre econômico"

[...] De fato, entre 1968 e 1973, o PIB cresceu em média 11,2%, alcançando 14% em 1973. O crescimento havia sido bem modesto nos anos anteriores: 2,4% em 1965 e 4,2% em 1967, por exemplo. O saneamento financeiro promovido durante o governo Castelo Branco havia resultado em recessão, mas a credibilidade externa foi restaurada e, com o razoável equilíbrio das contas públicas, os governos seguintes puderam adotar políticas de subsídios e incentivos fiscais. [...]

As exportações foram estimuladas com isenções de impostos e crédito abundante. O Brasil começou a exportar produtos manufaturados, como têxteis, calçados e até motores, algo impensável nas décadas anteriores durante as quais o país dependia da monocultura exportadora de café. [...]

Houve grande crescimento industrial centrado na produção de bens de consumo duráveis, com grande benefício para a indústria automobilística. [...] O crédito ao consumidor também foi ampliado, com prazos de financiamentos amplos, permitindo que uma parcela maior da população adquirisse automóveis e eletrodomésticos.

TRANSCOLALAMY/FOTOARENA



ANÚNCIO GENERAL ELECTRIC

À esquerda, o Simca Chambord, lançado em 1959 na França e montado no Brasil.
À direita, vários modelos de eletrodomésticos em propaganda da época.

Incentivadas pelo governo e por uma situação externa favorável, as exportações brasileiras também cresceram. O governo aproveitou-se do crescimento da economia para investir na realização de grandes obras, como a Hidrelétrica de Itaipu, as usinas nucleares e a Ponte Rio-Niterói.

O fim do "milagre"

Em 1973, último ano do governo Médici, por motivos internos e externos, o "milagre econômico" começou a dar sinais de esgotamento.

Externamente, após a guerra de 1973 entre árabes e israelenses, os países árabes triplicaram o preço do barril de petróleo, o que provocou um forte abalo na economia brasileira, já que cerca de 80% do petróleo que o país consumia era importado. Para pagar esse petróleo, o Brasil gastava quase a metade do que ganhava com suas exportações. **Internamente**, devido aos baixos salários, a maioria da população já não conseguia comprar o que as empresas produziam.

Ao mesmo tempo, o PIB começou a declinar e a inflação voltou a crescer. A dívida externa e a diferença entre os mais ricos e os mais pobres também aumentaram. Ao final do governo Médici, o Brasil tinha se tornado a décima potência capitalista do mundo, mas seus **indicadores sociais** continuavam ruins. O próprio general Médici reconheceu a desigualdade social existente no país, ao dizer: "a economia vai bem, mas o povo ainda vai mal".

Indicadores sociais: mortalidade infantil, expectativa de vida, taxa de analfabetismo, entre outros.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- CONSTRUÇÃO da Ponte Rio-Niterói. Duração: 5 min. Disponível em: <http://livro.pro/zp8cga>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Documentário sobre a construção da ponte Rio-Niterói.

- CONSTRUINDO Itaipú. Duração: 30 min. Disponível em: <http://livro.pro/6n3tf2>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Documentário sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipú.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

Muitos recursos foram destinados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para a construção de moradias. A indústria de construção também foi beneficiada pelas obras de infraestrutura do governo, que afetaram positivamente a produção de cimento, de materiais de construção e assim por diante. Obras de impacto, como a rodovia Transamazônica ou a ponte Rio-Niterói, pareciam indicar que o Brasil realmente se tornaria uma "grande potência".

Durante a fase do chamado "milagre brasileiro", o regime militar recorreu amplamente ao endividamento externo, pois havia oferta abundante de recursos nos mercados financeiros internacionais. [...]

O "milagre", entretanto, durou pouco. A inflação voltaria a crescer a partir de 1973 e a dívida externa acabaria por se tornar um problema: ela passou de US$ 4,5 bilhões em 1966 para US$ 12,6 bilhões em 1973. Doravante, o Brasil teria de desembolsar cada vez mais dólares com o "serviço da dívida" – o pagamento de juros e amortizações.

As negociações salariais eram restritas em todo o período e as greves, muito limitadas pelo caráter autoritário do regime. Entre 1964 e 1974, houve perda do poder aquisitivo. O salário mínimo não cresceu e houve forte concentração da renda. [...]

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 80-81.

ENCAMINHAMENTO

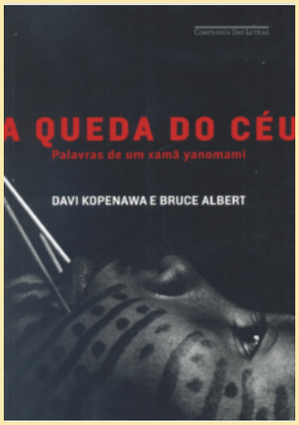
Os textos desta página querem ajudar no atendimento à habilidade **EF09HI21** da BNCC:

– Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.

Dica de leitura

- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Esse livro é fruto da parceria e da convivência de décadas entre o líder yanomami Davi Kopenawa e o etnólogo e escritor Bruce Albert. A partir de narrativas do primeiro, o segundo descreveu, entre outras coisas, os prejuízos para os indígenas resultantes do modelo desenvolvimentista da ditadura civil-militar no Brasil dos anos 1960 e 1970.



EDITORA COMPANHIA DAS LETRAS

PARA SABER MAIS

Resistência indígena e negra durante a ditadura civil-militar

No texto a seguir, o yanomami Davi Kopenawa expressa a visão de um indígena sobre o projeto dos governos militares de ocupação estratégica da região amazônica.

> [...] Eu tinha ouvido gente da **Funai** contar que, para abrir o trecho que liga Manaus a Boa Vista, os soldados tinham atirado nos Waimiri-Atroari e jogado bombas em sua floresta. Eles eram guerreiros valorosos. Não queriam que a estrada atravessasse suas terras. Atacaram os postos da Funai para que os brancos não entrassem onde eles viviam. Foi isso que deixou os militares enfurecidos. [...] Muitos foram [...] as mulheres, crianças e velhos que morreram entre nós por causa da estrada. Não foram mortos pelos soldados, é verdade. Mas foram as fumaças de epidemia trazidas pelos operários que os devoraram. [...] "Esse caminho dos brancos é muito ruim! Os seres da epidemia *xawarari* vêm seguindo por ele, atrás das máquinas e dos caminhões. [...] Terão aberto a estrada para silenciar a floresta de nossa presença? Para aqui construir suas casas, sobre os rastros das nossas? [...]".
>
> KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 306.

Funai: Fundação Nacional do Índio, criada em 1967. Sucedeu o SPI.

O Movimento Negro também se engajou na defesa da democracia e por melhores condições de vida.

> [...] Numa manifestação ocorrida em 1978, vários grupos negros reuniram-se nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo para protestar, entre outras coisas, contra a discriminação sofrida por quatro atletas juvenis negros, expulsos do Clube de Regatas Tietê, em São Paulo, sem nenhuma justificativa. Durante esse ato público, ocorreu a unificação das várias organizações negras, nascendo assim o **Movimento Negro Unificado** (MNU), cujo Programa de Ação defendia:
>
> a) Desmistificação da democracia racial brasileira; b) organização política da população negra; [...] c) formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo [...]; d) organização nos sindicatos e partidos políticos; e) luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares [...].
>
> DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Essas reivindicações do MNU são uma prova de que as lutas da comunidade negra foram decisivas para as conquistas posteriores, como, por exemplo, a Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

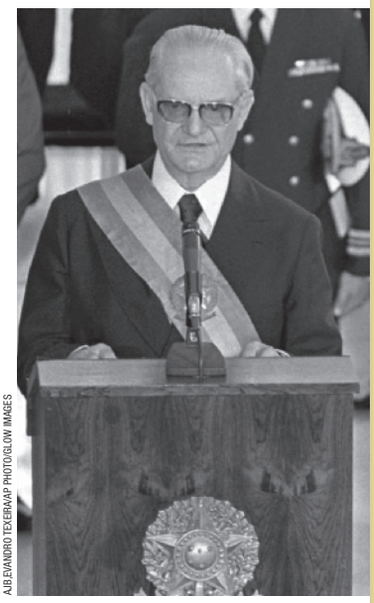
Texto de apoio

Ditadura civil-militar e populações indígenas

Os militares tinham um projeto de desenvolvimento em grande escala que articulava o programa econômico concebido no IPES e as diretrizes de segurança interna desenvolvida pela ESG e que pretendia realizar a integração completa do território nacional. Isso incluía um ambicioso programa de colonização que implicava o deslocamento de quase 1 milhão de pessoas com o objetivo de ocupar estrategicamente a região amazônica, não deixar despovoado nenhum espaço do território nacional e tamponar a área de fronteiras. [...] as populações indígenas estavam posicionadas entre os militares e a realização do maior projeto estratégico de ocupação do território brasileiro. Pagaram um preço altíssimo em dor e quase foram exterminadas por isso.

STARLING, Heloisa. Ditadura militar e populações indígenas. **Brasil Doc**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Governo Geisel: abertura lenta, gradativa e segura



AJB.EVANDRO TEXEIRA/AP PHOTO/GLOW IMAGES

Presidente Ernesto Geisel, 1974.

O general Ernesto Geisel, presidente do Brasil entre 1974 e 1979, era considerado moderado (castelista); diferenciava-se, portanto, dos dois generais da linha dura (Costa e Silva e Médici).

O presidente Geisel mostrou-se favorável à abertura política. Na visão dele, porém, essa abertura política deveria ser **lenta**, **gradativa** e **segura**. Mas, para garantir que os militares devolvessem o poder aos civis e voltassem aos quartéis, era necessário controlar tanto a oposição democrática quanto os generais da linha dura.

Geisel iniciou o processo de abertura permitindo a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão para as eleições parlamentares de 1974. Mas, ao contrário do que o governo esperava, as eleições daquele ano foram vencidas pelo MDB, partido de oposição. Os militares da linha dura, contrários à abertura, acusaram o MDB de ter ganho aquelas eleições com os votos dos comunistas e iniciaram uma violenta perseguição aos militantes do PCB (Partido Comunista do Brasil).

Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi chamado a depor em um quartel do II Exército, em São Paulo, sobre sua ligação com o Partido Comunista. Ele se dirigiu ao local e, no dia seguinte, apareceu morto numa cela, enforcado. O comando do II Exército disse que ele cometera suicídio, mas a maioria dos cidadãos não acreditou nessa versão. A notícia da morte do jornalista indignou a sociedade brasileira.

Apesar das reações da sociedade civil, no início de 1976, o operário Manoel Fiel Filho foi torturado e morto no mesmo quartel onde Herzog morrera. O presidente Geisel reagiu demitindo o comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila Mello, e nomeando em seu lugar um general de sua confiança.

CLAUDINE PETROU/AGE/AE

Reprodução de documento do operário Manoel Fiel Filho, morto em 17 de janeiro de 1976. São Paulo, SP.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Informar que o general Ernesto Geisel (1974-1979) era filho de um pastor luterano, ex-presidente da Petrobras e foi o quarto presidente do regime militar. Sua posse na Presidência da República, em março de 1974, representou uma vitória dos castelistas sobre os militares da linha dura. Para a chefia da Casa Civil, Geisel nomeou o general Golbery do Couto e Silva, que também era castelista.
- Comentar que uma característica do governo Geisel foi uma crescente **estatização** da economia, ou seja, a absorção pelo Estado de setores como energia elétrica, siderurgia, petróleo, telefonia, petroquímica, entre outros.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- CONHECENDO os presidentes: Ernesto Geisel. Duração: 3 min. Disponível em: <http://livro.pro/3u88x6>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Episódio de série documental que aborda o governo de Ernesto Geisel.

Texto de apoio

"A democracia relativa": os anos Geisel

Em janeiro de 1974, Geisel foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral (400 contra 76 e 21 abstenções). [...]

Ao contrário de Castelo, Costa e Silva e Médici, Geisel não falou em volta à democracia em seu discurso de posse. Em pronunciamento econômico, fez muitos elogios à "Revolução" e às suas realizações econômicas e políticas, reconhecendo que foi "dramaticamente nascida de um dissenso dilacerador", mas que era hora de perseguir um "generoso consenso nacional". Nada mais, portanto, do que uma vã esperança apoiada em palavras vagas. Mas não demorou muito que o tema da "distensão" se consolidasse, ainda que carecesse de uma efetiva agenda política.

O discurso na reunião do Ministério, em 19 de março de 1974, definiu o "gradualismo" como estratégia de distensão. Nas palavras de Geisel, o governo esperava um "gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático, empenhando um diálogo honesto e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral". Mas avisou que os "instrumentos excepcionais" para manter a segurança continuariam como "potencial de ação repressiva" para evitar desvios à rota traçada.

Apesar dos sinais de busca de diálogo, a transição para a democracia estava claramente subordinada à segurança do regime que, na ótica dos seus estrategistas, passava pelo rearranjo institucional e pelo diálogo seletivo com a sociedade civil. Esse projeto incluía eventuais recursos a medidas liberalizantes, mas não significava efetivamente "retorno à democracia", ainda que no médio e longo prazos.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 237-239.

Dialogando

a) A metade do rosto de uma pessoa, que aparece coberto.

b) O cartaz defende a anistia de todos os envolvidos na luta contra o regime militar, com a imediata libertação dos presos políticos e o retorno dos exilados (aqueles que foram obrigados a deixar o país por discordarem do regime).

IMAGENS EM MOVIMENTO

• DISCURSO Geisel. Duração: 4 min. Disponível em: <http://livro.pro/nsfp4r>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Vídeo do Arquivo Nacional com o discurso do presidente Ernesto Geisel.

Dica de leitura

• NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

O historiador Marcos Napolitano visa, por meio desse livro, fazer um balanço histórico acerca do período do regime militar, analisando os principais episódios ocorridos na época.

EDITORA CONTEXTO

Texto de apoio

O governo Geisel: economia

O novo governo tinha que lidar com uma conjuntura diferente do início dos anos 1970. Se, por um lado, a guerrilha [...] estava praticamente derrotada, dando seus últimos suspiros nas selvas longínquas do Araguaia, a economia, grande trunfo da era Médici, não tinha perspectivas promissoras. A crise do petróleo demonstrara a fragilidade e a dependência do dinamismo econômico brasileiro, e a busca da ampliação da oferta e das matrizes energéticas tornou-se uma obsessão do governo, já anunciada na primeira reunião presidencial. A inflação de 1974 mais que duplicara em relação ao ano anterior, e o PIB cresceu pela metade. Para retomar o crescimento com taxas aceitáveis de inflação, dentro do projeto de expansão das indústrias de base e de energia, a festa do consumo dos tempos do milagre iria se tornar mais comedida. Era a chamada "reversão das expectativas", que tinha um alvo certo: a classe média. Em maio, ficava ainda mais clara a mudança de rumos na economia, com a primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), epicentro do planejamento econômico, que dava mais espaço aos tecnoburocratas e executivos das estatais do que aos empresários da iniciativa privada. Em setembro de 1974, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que explicitava a reorientação da economia, mas prometia altas taxas de crescimento para os próximos anos.

[...]

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 340.

Dois passos atrás no processo de abertura

O projeto de abertura do governo Geisel foi marcado por avanços e recuos. Um desses recuos foi a Lei Falcão (1976), que proibia o debate político ao vivo na imprensa e só permitia mostrar na TV a fotografia do candidato, acompanhada de algumas poucas informações sobre ele e seu partido. Já o avanço mais considerável ocorreu em 1978, quando o presidente Geisel deu prosseguimento à sua proposta de abertura extinguindo os atos institucionais – inclusive o AI-5. Com a extinção do AI-5, os cidadãos reconquistaram parte importante de seus direitos, como, por exemplo, o de *habeas corpus*.

Participação popular e a anistia

Na comemoração de 1º de Maio, Dia do Trabalho, de 1979, depois de uma missa no paço municipal de São Bernardo do Campo, cerca de 150 mil pessoas se dirigiram ao Estádio da Vila Euclides e lá realizaram um grande ato público pela democratização do país. Além de operários, estudantes, artistas, líderes comunitários, religiosos e políticos de várias tendências, também esteve presente às comemorações daquele 1º de Maio o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que liderava a campanha pela "anistia ampla, geral e irrestrita".

DIALOGANDO

a) Qual é o detalhe do cartaz que dá a ideia de "liberdade pela metade"?

b) O que os autores queriam dizer com "Não queremos liberdade pela metade"?

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP-CEDEM

Cartaz produzido durante a campanha pela Anistia no final dos anos 1970.

Ainda em 1979, a proposta de anistia do governo foi aprovada pelo Congresso Nacional e, com isso, muitos brasileiros que estavam no exílio por motivos políticos puderam regressar ao Brasil, e os cassados readquiriram o seu direito à cidadania. Note que essa Lei da Anistia também anistiou os responsáveis por violação dos direitos humanos, como, por exemplo, os militares que usaram de violência contra os opositores do regime.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O caso do Chile

No governo do democrata cristão Eduardo Frei (1964 e 1970), o Chile viveu em uma democracia. Nesses anos, os movimentos populares do campo e da cidade tornaram-se mais organizados e atuantes. Assim, nas eleições de 1970, esses movimentos uniram suas forças à dos partidos de orientação socialista e formaram a **Unidade Popular** (UP), que lançou a candidatura do médico socialista Salvador Allende à presidência da República.

O governo de Allende (1970-1973)

Eleito presidente da República em 1970, Allende acreditava ser possível construir o socialismo por via democrática, pacífica. Segundo o historiador Alberto Aggio, para Allende e boa parte de seus seguidores, o socialismo significava poder popular e a estatização da economia. E assim ele agiu na presidência da República; por meio de decretos presidenciais, implementou:

- a reforma agrária (80% das terras agricultáveis, que estavam nas mãos dos grandes proprietários, foram expropriadas e repartidas entre as famílias camponesas);
- a reforma na saúde com vistas à criação de um Serviço Único de Saúde (SUS) que atendesse a toda a população, suprimindo a diferença entre pacientes de primeira e de segunda classe existente no país à época;
- a nacionalização das minas de cobre e das telecomunicações, que até então estavam nas mãos de empresas estadunidenses;
- um programa de alfabetização em massa.

MICHAEL MAUNEY/THE LIFE IMAGES COLLECTION/GETTY IMAGES

O presidente Salvador Allende, ao centro e de óculos, rodeado por crianças e adultos. Chile, 1971.

Com essas medidas, o governo Allende atraiu fortes inimigos. De um lado, organizações como o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), que pressionavam o governo para acelerar as mudanças e chegar ao socialismo mais rapidamente. De outro, os Estados Unidos e parte dos empresários chilenos inconformados com as medidas governamentais; diante disso, diminuíram os investimentos na produção, provocando a queda na taxa de emprego e a alta da inflação.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• O ÚLTIMO discurso pelo rádio de Salvador Allende. Duração: 7 min. Disponível em: <http://livro.pro/pwvpf5>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Vídeo com cenas do golpe militar no Chile e o último discurso, transmitido pelo rádio, de Salvador Allende.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Chile: mudança política e inserção internacional

[...] No final dos anos sessenta e início dos anos setenta, o Chile vivia um momento de profundas mudanças políticas e sociais. A eleição de Salvador Allende marcou de maneira clara este momento. A experiência chilena foi analisada com especial cuidado nas principais capitais do mundo. Percebia-se que a forma de acesso ao poder e o marco constitucional no qual se desenvolvia poderiam ter significação particular em alguns países europeus, em especial na França e Itália.

O conceito de democracia desenvolvido neste período focalizava a construção de "uma democracia real", em contraposição ao conceito de "democracia formal". Vale dizer, buscava-se que a democracia tivesse uma expressão de caráter global, envolvendo de maneira significativa e privilegiada a esfera econômica, mais além do que se indicava como sendo aspectos formais referentes às eleições e às instituições políticas.

Neste período, buscou-se efetuar uma transformação global do Estado e mudar o seu caráter. A oposição se expressou ainda antes de assumir o governo, tanto por parte de forças locais como de atores internacionais. A crise política se transformou, em poucos meses, em uma crise de caráter global. A governabilidade e os alicerces da institucionalidade foram questionados por todos os atores, a classe política foi incapaz de estabelecer os acordos mínimos para alcançar soluções no contexto democrático. O processo culminou com a ruptura da ordem constitucional. [...]

A política exterior do governo da Unidade Popular não se afastou muito dos elementos centrais que constituem as bases fundamentais da política exterior chilena e que lhe dão continuidade e coerência de caráter estatal. O governo de Salvador Allende se propôs a efetivar a universalização das relações diplomáticas e consolidar os princípios da não intervenção e da autodeterminação por intermédio do respeito aos diferentes sistemas políticos e da oposição às fronteiras ideológicas que buscavam impor-se no marco da Guerra Fria. [...]

ARAVENA, Francisco Rojas. Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 2, p. 55-56, 1997. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbpi/v40n2/a03v40n2.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Texto de apoio

O Golpe

Observou-se [...] o estabelecimento de um governo sob liderança do General Augusto Pinochet, o oficial que havia se declarado "legalista" ao assumir o Comando das Forças Armadas. Pinochet foi professor e diretor da Academia de Guerra, instituição que foi fruto direto do estabelecimento da missão germânica e criada com base no exemplo da Kriegsakademie de Berlim [...]. Além de ser essa Instituição uma das principais propagadoras da Doutrina de Segurança Nacional, Pinochet pode ser enquadrado como um dos seus grandes divulgadores já nos anos 1960, junto a uma nova geração de oficiais das forças armadas chilenas. Em sua trajetória nas décadas de 1950 e 1960, desempenhou funções que contribuíam profundamente para esse papel de ativo formador de opinião.

[...] o complô, em seu início, foi articulado pelos comandantes da Marinha e da Força Aérea. O Exército, na figura de seus dois oficiais mais antigos – Augusto Pinochet e Orlando Urbina Herrera –, não estava envolvido no núcleo original. Nessa arma, eram os oficiais de "*generalato de inferior jerarquía en el escalón*" os que articulavam o golpe. No plano político, Yocelevzky afirma que a opção "rupturista" estava inicialmente subordinada ao caminho legalista dos segmentos da direita política e que essa subordinação correspondia, no momento inicial do governo da UP, à supremacia da Democracia Cristã sobre o Partido Nacional. A primeira agremiação política privilegiava a via institucional de resistência às propostas da Unidade Popular, calcada em grande medida na ideia de que Allende possuía respaldo para tomar posse como presidente, mas não possuía legitimidade suficiente para programar as reformas por não ter sido eleito com maioria absoluta. Nesse sentido, não representava boa parte da sociedade chilena.

[...] Os projetos políticos entre os setores que pretendiam retirar Allende do poder eram diversos e, muitas vezes, apontavam para caminhos distintos. Mas ao longo dos 1000 dias da UP no poder, principalmente após o ano de 1972, também se desenvolveu dentre esses segmentos um processo de unificação em torno de um consenso negativo: a derrubada de Allende. A violência então estabelecida não teve paralelo em qualquer outro golpe latino-americano até aquele momento. Oficiais legalistas foram imediatamente presos, alguns assassinados [...]. Ao longo de um ano, aproximadamente 30 a 50000 vítimas foram feitas. Combates esporádicos duraram em torno de três dias. Foi esboçada uma resistência, em vão, de milhares de trabalhadores, logo desarticulada. Perseguições foram encaminhadas em todos os níveis da sociedade chilena. A violência encontrou ainda um símbolo de sua realização: o bombardeio do Palácio La Moneda com a morte do Presidente que se recusou a render-se. [...]

MENDES, Ricardo A. S. 40 anos do 11 de setembro: o golpe militar no Chile. **Revista Estudos Políticos**, n. 7, 2013/02. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2014/04/7p172-190.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

A ditadura do General Pinochet (1973-1990)

Nesse ambiente, ocorreu uma radicalização ideológica e o governo de Allende perdeu o controle do processo político; apesar disso, manteve a legalidade. Dessa forma, em 11 de setembro de 1973, com apoio dos Estados Unidos, forças militares chilenas bombardearam e invadiram o Palácio de La Moneda, derrubando Allende, morto no bombardeio, e colocando em seu lugar o general Augusto Pinochet.

O projeto da ditadura Pinochet era fundar uma nova ordem política, econômica e social. Para isso, montou um aparato repressivo sofisticado que intimidou, matou ou exilou seus adversários. Durante seus 17 anos de governo, Pinochet aplicou o **Terror de Estado**.

Terror de Estado: segundo definição de Luigi Bonanate, é um instrumento de emergência a que um governo recorre para manter-se no poder.

BETTMANN/GETTY IMAGES

O general Pinochet cumprimenta Henry Kissinger, secretário de Estado dos EUA. A fotografia é um indício do que de fato ocorreu: os EUA apoiaram os golpes de Estado ocorridos na América do Sul. Santiago, Chile, 1976.

No campo econômico, a ditadura chilena adotou o neoliberalismo:

a) privatizou empresas, serviços de saúde e a previdência social;

b) atraiu capitais e empresas estrangeiras;

c) estimulou as exportações;

d) suprimiu o controle de preços;

e) abriu o país ao comércio internacional.

Ao mesmo tempo que adotou essa política neoliberal, buscou disseminar valores que estimulavam a sociedade a se tornar mais individualista, consumista e despolitizada.

Durante seu governo, Pinochet sofreu atentados e teve de enfrentar também rebeliões populares (*las protestas*) em 1983 e 1986, mas todas essas ações foram rapidamente sufocadas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O "Não" ao ditador chileno

Em 1980, Pinochet outorgou uma Constituição que previa um **plebiscito** a realizar-se em 1988; seu objetivo com esse plebiscito era de que o povo lhe concedesse mais oito anos de governo. Para sua surpresa, o povo se mobilizou e votou contra a prorrogação de seu mandato. O "Não" (*No*, em espanhol) ao ditador chileno obteve 56% dos votos válidos, enquanto o "Sim" recebeu 44%. Os partidos políticos de oposição se uniram em uma frente chamada *Concertación de los Partidos por la Democracia*. Pinochet reagiu conseguindo um pacto com a oposição e aprovou no Parlamento leis que impediam qualquer mudança significativa nas instituições do país. A transição para a democracia, no entanto, prosseguiu. A *Concertación* reuniu os partidos de oposição e venceu as eleições contra a *Alianza por Chile*, que representava as forças conservadoras. A vitória de Patricio Aylwin nas eleições de 1989 marcou a volta da democracia no Chile.

A frente democrática que derrubou Pinochet conseguiu eleger os quatro presidentes seguintes. Os governos da *Concertación* (1990-2010) modernizaram o país: alavancaram a produção agroindustrial voltada para a exportação e o setor de serviços, adotaram programas de despoluição e inovação tecnológica e conseguiram o crescimento contínuo da economia nesses anos. Além disso, as políticas públicas, esquecidas durante a ditadura, foram retomadas.

Plebiscito: consulta ao povo.
Coadjuvante: que desempenha papel secundário.

PARA REFLETIR

Da revolução à democracia

O sociólogo Eugenio Tironi conta que o óbvio era que o espaço na TV para a defesa do "*No*" fosse preenchido pela denúncia das atrocidades ditatoriais. Mas um grupo propôs o contrário: dar uma mensagem positiva, alegre. [...] o adversário não era Pinochet [...]. Como nos comerciais de refrigerante, o produto oferecido tornou-se **coadjuvante** diante do que verdadeiramente se vendeu: a felicidade. Pela democracia, a campanha pelo "*No*" não associou o ódio a Pinochet, mas o prazer da liberdade, de livrar-se dos conflitos políticos e ideológicos e, claro, de estender o deleite do consumo à maior parte da população.

AGGIO, Alberto. Da revolução à democracia. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 8, n. 96, set. 2013. p. 39.

a) Segundo Eugenio Tironi, o que se esperava dos defensores do "Não" a Pinochet no horário de propaganda gratuita na TV?

b) Qual foi a estratégia usada pelos adversários de Pinochet?

c) O que eles conseguiram com essa estratégia?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Esperava-se que os defensores do "Não" denunciassem os crimes contra a humanidade praticados pela ditadura.

b) Foi evitar o ataque ao ditador e eleger um novo adversário: o medo da mudança.

c) Eles conseguiram que 56% do total de eleitores dissessem "Não" à pretensão do ditador de continuar no poder por mais oito anos.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- DEMOCRACIA e revolução no Chile. Duração: 23 min. Disponível em: <http://livro.pro/t2izpk>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Vídeo educativo apresentado pela professora Gabriela Pellegrino Soares, da USP, sobre a política chilena.

Dica de leitura

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

Texto de apoio

Ensino no Chile durante e depois de Pinochet

[...] no Chile, a reforma curricular ocupou boa parte dos debates nos anos de 1990. A ditadura pinochetista (1973-1990) teve uma espécie de historiador oficial, Gonzalo Vial Correa, responsável por "reescrever" a história chilena. Nos textos de Vial Correa, o período da Unidade Popular (1970-1973) era tratado como momento de caos e de exceção na trajetória do país, um rompimento na cultura política chilena, enquanto na ditadura teria sido estabelecida a ordem e o destino natural do Chile. Com o retorno da democracia era hora de reescrever novamente a história, principalmente o significado do 11 de setembro de 1973. A saída pensada pela Concertación, que gerou insatisfação em vários setores da sociedade, foi tratar o golpe como "inevitável" dentro do acirramento de debates políticos no país. Os defensores do ponto de vista do grupo que chegou ao poder com o fim da ditadura procuraram mostrar que a política de reconciliação [...] estava em curso no país e, também, os desafios enfrentados pelo novo governo ao lidar com o passado recente.

Ainda no Chile, sob a presidência de Sebastián Piñera, no início de 2012, o Conselho Nacional de Educação emitiu uma ordem para que a palavra ditadura fosse substituída por regime militar nos livros didáticos. A reação dos setores do Congresso chileno e dos movimentos dos direitos humanos foi imediata, demonstrando que a questão ainda está longe de um consenso e obrigando o governo a voltar atrás na decisão. [...]

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015. p. 282.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• ARGENTINA: história política. Duração: 3 min. Disponível em: <http://livro.pro/e5r9fo>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Reportagem sobre a história política da Argentina.

Texto de apoio

República de Perón

O peronismo é um fenômeno cultural na Argentina, e até hoje influencia os rumos da política nacional. [...] Mas o que explica tão duradoura permanência na política e no imaginário dos argentinos?

A resposta começa em 1943, quando houve um golpe de Estado no país, liderado por militares autoritários e anticomunistas, simpatizantes do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) na Segunda Guerra Mundial. Juan Domingo Perón (1895-1974) era general e foi um dos líderes do golpe. Na ditadura militar instaurada, acumulou os cargos de vice-presidente, ministro da Guerra e secretário do Trabalho. Nesta última função, implantou vários avanços na legislação trabalhista, como férias remuneradas e o *aguinaldo* – o décimo terceiro salário dos argentinos. As medidas foram possíveis graças à boa situação econômica do país, que durante a guerra foi um dos principais fornecedores de alimentos para a Europa. Como consequência, Juan Perón ganhou o apoio de parte expressiva dos trabalhadores.

Com o fim da guerra e a derrota do Eixo, o ambiente mudou. Aumentaram as pressões internas e externas pelo fim da ditadura argentina e pela democratização do país. Devido ao acúmulo de poderes, Perón foi um dos principais alvos dos protestos [...]. Renunciou aos cargos em 9 de outubro de 1945, mas as pressões continuaram e, quatro dias depois, o general foi preso. [...] no dia 17, milhares de simpatizantes de Perón saíram às ruas de Buenos Aires para pedir sua libertação. O apelo foi atendido, e o governo ainda foi forçado a convocar eleições para presidente e governadores e a reabrir o Congresso. Os partidos políticos, que haviam sido dissolvidos, voltaram a se organizar.

Fortalecido, Juan Perón decidiu concorrer à Presidência do país. Durante a campanha, apresentou-se como defensor dos interesses populares e nacionais – dois pilares do discurso peronista até hoje – e prometeu consolidar e ampliar benefícios sociais e trabalhistas. [...] Em fevereiro de 1946, venceu as eleições.

Nos primeiros anos de governo a economia continuou bem, e o novo presidente pôde nacionalizar ferrovias e serviços, como o fornecimento de gás, energia elétrica e telefonia. Em 1949, uma reforma constitucional nacionalizou também os recursos naturais do país. Consolidava-se a imagem de Perón como líder nacionalista e anti-imperialista. [...]

O presidente se apresentava como o continuador de San Martín (1778-1850), o "herói" da independência argentina. Enquanto San Mártin garantira a independência política, ele afirmava ser o responsável pela independência econômica do país. [...]

SILVA, Paulo Renato. República de Perón. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 8, n. 91, p. 60, abr. 2013.

A ditadura na Argentina (1976-1983)

Na história recente da Argentina, os militares tiveram uma presença constante na política. De 1930 e 1976 ocorreram seis golpes militares no país. No início dos anos 1970, o ambiente político na Argentina era de crescente violência e radicalização política. Boa parte do povo argentino pedia o retorno do ex-presidente Juan Domingo Perón, que se encontrava exilado na Espanha.

O peronismo no poder

ROLLS PRESS/POPPERFOTO/GETTY IMAGES

Juan Perón e sua esposa María Estela Martínez de Perón (Isabelita). Buenos Aires, Argentina, 1972.

Em março de 1973, ocorreram eleições livres para presidente da República, que foram vencidas pelo peronista Héctor Cámpora. Em junho do mesmo ano, Cámpora renunciou para que fossem realizadas novas eleições presidenciais e Juan Domingo Perón assumisse a presidência da Argentina. E foi o que de fato aconteceu.

No ano seguinte, porém, Perón faleceu e o poder passou às mãos de sua esposa e vice-presidente, Isabelita Perón. Seu governo, no entanto, não conseguiu o apoio da maioria da população; ela era criticada, inclusive, por parte dos peronistas. Além disso, não conseguiu alavancar a economia do país. Esses fatores somados abriram o caminho para um novo golpe de Estado, desfechado em 24 de março de 1976. Uma junta militar formada por comandantes das três armas e presidida pelo general Jorge Rafael Videla assumiu o poder (1976-1981).

Assim como ocorreu em outros países sul-americanos, o golpe teve apoio de uma parte da sociedade e dos maiores meios de comunicação (grande imprensa). A justificativa para o golpe era a mesma dada pelos militares brasileiros e chilenos: combater o inimigo interno, os "subversivos", libertar a sociedade da desordem e do comunismo e conduzir o país ao destino de grande nação.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Estado de terror e resistência

No plano econômico, o regime militar argentino estimulou as exportações, facilitou a especulação financeira e inibiu os investimentos no setor fabril, gerando o que os especialistas chamam de **desindustrialização**. Com isso, a economia entrou em declínio enquanto a inflação e as taxas de desemprego subiam consideravelmente.

A falta de habilidade na condução da economia contrastava com a violência e a eficiência da repressão militar. O governo Videla perseguiu e prendeu seus opositores (trabalhadores, estudantes, empresários, religiosos, militares legalistas, políticos) e os conduziu aos **centros especializados em tortura** e **campos clandestinos de extermínio** e, ali mesmo, os destruiu. As organizações armadas de orientação socialista também foram desmanteladas, e os opositores desapareceram, foram exilados ou engajaram-se na luta pacífica por direitos humanos e redemocratização.

A ditadura argentina tinha uma dupla face: uma pública, submetida às leis; e outra clandestina, à margem da legalidade.

As Mães da Praça de Maio

Na resistência à ditadura militar argentina, merecem especial destaque as **Mães da Praça de Maio**; mães cujos filhos tinham desaparecido circulavam pela Praça de Maio em silêncio e com um lenço branco na cabeça, como se estivessem procurando por eles. Assim, as "Loucas da Praça de Maio", como as denominavam os militares, chamavam a atenção do mundo para os crimes que vinham sendo cometidos pela ditadura em seu país.

MICHELINE PELLETIER/SYGMA/GETTY IMAGES

Ao circularem pela Praça de Maio com um lenço branco em torno da cabeça, as mães dos desaparecidos davam visibilidade aos crimes cometidos pela ditadura argentina. Ao fundo, a Casa Rosada, sede do governo argentino. Buenos Aires, Argentina, 1999.

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

Texto de apoio

As Mães da Praça de Maio

[...] Uma história que, sob diversos aspectos, parece se repetir. Era uma vez um país, uma cidade, uma praça, algumas mães... Las Madres de Plaza de Mayo! Em pleno coração da capital portenha sob a [...] ditadura que marcou a Argentina, seguravam cartazes com as fotos de seus filhos desaparecidos. Silenciosas, com lenços brancos na cabeça, rondavam a Praça de Maio. Incansáveis, caminharam por dias, meses, anos. Como na canção do poeta, pediam o impossível: só queriam embalar seus filhos. [...] Era impossível ignorá-las, estavam lá, sempre em silêncio, mas estavam lá.

Em 30 de abril de 1977 começaram a se reunir na praça mais conhecida de Buenos Aires, a mesma praça onde fica a Casa Rosada, o palácio presidencial argentino. [...] ocuparam a praça pública, o local das grandes manifestações políticas. A vida da *Res Publica* era totalmente estranha àquelas donas de casa que, como tantas outras mulheres ao longo da história, viviam nos espaços domésticos, privadas da esfera das decisões políticas. Nada ou pouco sabiam sobre política [...]. Os primeiros encontros das Madres de Plaza de Mayo foram marcados por esta esperança de que os filhos estivessem vivos [...].

Em outubro de 1977, resolveram se juntar a uma peregrinação a Luján que concentraria mais de um milhão de jovens. Porém, como encontrar-se e reconhecer-se na multidão? Usando lenços na cabeça. Mas quais e de que cor? Uma das Madres se lembrou das fraldas brancas que acalentaram seus filhos [...]. Esta marca, desde então, sempre as acompanharia. O movimento ganhou força e visibilidade. [...]

Cada mãe a quem fora arrancado um filho, agora se sentia grávida para sempre e desta gravidez permanente saía a força para seguir adiante [...].

GONÇALVES, Renata. De antigas e novas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 130-143, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/renata-goncalves.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Comparação entre Brasil e Chile quanto à política econômica

Política econômica		
	Brasil	Chile
Duração	1964-1985	1973-1990
Política econômica	Desenvolvimentismo	Neoliberalismo
Características	• O governo militar brasileiro ampliou o tamanho do Estado e sua interferência na economia. • Investiu em setores-chave da economia, como energia, transportes e indústrias de bens de capital (bens que servem para a produção de outros bens – máquinas, equipamentos etc.), com o objetivo de conseguir autonomia nesse setor. • Investiu em infraestrutura (estradas, portos etc.). • Contraiu empréstimos externos visando manter altas taxas anuais de crescimento da economia. • Manteve a educação e a previdência social públicas. • Adotou uma política trabalhista de compressão dos salários dos trabalhadores de baixa renda.	• O governo militar chileno diminuiu o tamanho do Estado e sua interferência na economia. • Privatizou as empresas estatais, isto é, vendeu-as a particulares. • Abriu o mercado nacional às mercadorias e capitais estrangeiros. • Diminuiu os gastos estatais com vistas ao equilíbrio das contas públicas. • Privatizou a educação superior e a previdência social. • Incentivou as exportações chilenas, inserindo o Chile no mercado internacional como um grande exportador de alimentos, com destaque para salmão, frutas (uvas e ameixas) e vinho.

Concluindo: enquanto o regime militar brasileiro deu continuidade ao modelo adotado na era Vargas, o regime militar chileno adotou uma política econômica neoliberal, diminuindo o tamanho do Estado por meio de uma política de privatização de empresas que haviam sido estatizadas, ou seja, substituiu o modelo adotado no governo anterior por outro, que hoje é responsável, em parte, pelo modo de inserção do Chile na economia internacional.

PARA REFLETIR

Comparação entre a ditadura brasileira e a argentina

O texto a seguir faz parte de uma entrevista com o professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Patto Sá Motta.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Crise econômica chilena de 1982

As primeiras ameaças aos planos de liberalização do governo surgiram com a crise econômica que atingiu o país em 1982 e a eclosão das mobilizações de massas contra a ditadura, que ficaram conhecidas como *protestas*. Com relação à situação econômica deve-se notar que o programa de reformas implementado após o golpe consistiu basicamente na liberalização dos mercados, na abertura comercial e na privatização de empresas e serviços públicos. Em 1973, o Estado controlava 229 empresas e, ao término do regime, apenas seis permaneciam totalmente em suas mãos. O choque provocado pelas reformas não tardou a produzir vulnerabilidades externas e fortes desequilíbrios produtivos e financeiros internos. Empresários nacionais e setores das classes médias que apoiaram o golpe manifestaram os primeiros sinais de descontentamento com o governo e as suas políticas neoliberais. Em 1982 e 1983 uma crise decorrente do ajuste lançou o país em uma recessão sem precedentes.

Nesses anos, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou um recuo de -13,4% e -3,5%, respectivamente; as taxas de desemprego atingiram 26,4% e 30,4%, isto é, um em cada três chilenos que procurava emprego não encontrava ocupação; os salários reais tiveram uma queda de 10% e o salário mínimo sofreu uma redução de 25%. A inflação foi de 20%, o dobro da registrada no princípio dos anos 1980, e o número de falências e fechamentos de empresas, em 1982, foi maior do que o verificado nos três anos seguintes ao golpe.

Com a crise econômica o dogma das políticas neoliberais foi abalado e as verdades que vinham sendo pregadas pelo governo se tornaram duvidosas e relativas. O exemplo do câmbio fixo é ilustrativo. A defesa intransigente dessa política neutralizou as críticas que atribuíam grande parte das dificuldades econômicas à sobrevalorização da moeda e ao déficit externo. O governo foi incapaz de enxergar os próprios sinais emitidos pelo mercado e postergou de forma irresponsável as mudanças na política cambial. Quando se decidiu pelo ajuste do câmbio era tarde demais. Em junho de 1982 o Banco Central foi forçado a fazer uma maxidesvalorização de 18% seguida de desvalorização mensal de 0,8%. A crise se tornou pública e indiscutível, despertando o desejo de mudança por parte da sociedade. Sob o impacto das dificuldades econômicas surgiram as primeiras manifestações de oposição social ao regime. [...]

MARTINS, José Renato Vieira. **Chile**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/chilenossamericanuestra.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Tenho proposto [...] o conceito de cultura política para explicar as diferenças entre Brasil, Argentina e Chile. [...] Uma reflexão que estou desenvolvendo [...] é a de que a cultura política brasileira tem um traço-chave: a busca da negociação, da conciliação e de arranjos que evitem rupturas. Na política brasileira é muito forte o apelo por moderação.

Há momentos agudos, como no pré-64, quando entrevistados dizem haver sentido um clima de guerra civil e que a expectativa era de um conflito tremendo; e os golpistas pediram ajuda norte-americana porque acharam que haveria uma guerra longa. Mas daí vem um golpe sem sangue [...].

Você compara os golpes argentinos e brasileiros [...] entre as décadas de 1940 e 1960 e percebe uma nítida diferença na manifestação da violência política. No Brasil tivemos uma série de golpes: a retirada de Getúlio do poder em [...] 1945, o episódio da crise de 1954, [...] a posse de Juscelino Kubitschek [...] e o golpe em 1964. Muitos desses golpes não provocaram sangue.

Se a gente observa os golpes argentinos desse período, todos terminaram em sangue. O caso mais [...] chocante é o golpe de 1955, um dos episódios para a derrubada de Perón. Aviões bombardearam a Plaza de Mayo e [...] houve centenas de mortes entre os que estavam ali concentrados para defender Perón. [...] Na Argentina havia um clima de violência política entre facções que aguçava o conflito e o ódio, o que não era resolvido na saliva, como no Brasil. Não há este histórico no Brasil e isso estimulou os atores políticos à moderação e à autocontenção.

Por que pensar em fuzilar o Miguel Arraes, preso em Pernambuco, se isso não tinha paralelo na história recente? Por que inaugurar uma violência desse tipo, que no futuro pode trazer implicações? No Brasil atuavam forças e tradições que estimulavam a moderação, enquanto na Argentina o estímulo era para a violência. [...]

CAMPOS, Emerson César; FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Tempo presente brasileiro: cultura política, ditaduras e historiografia da perspectiva de Rodrigo Patto Sá Motta. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 2011. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/21751803030220112451925>. Acesso em: 16 out. 2018.

a) Qual foi o conceito usado pelo autor do texto para explicar as diferenças entre o Brasil e a Argentina no tocante à violência política?

b) Como o autor caracteriza a cultura política brasileira?

c) Que diferença o autor estabelece entre Brasil e Argentina sobre o uso da violência política?

d) **Em grupo**. Com base no texto e no que vocês estudaram sobre as ditaduras argentina e brasileira, vocês concordam com o autor em relação à diferença entre essas ditaduras quanto ao uso da violência política? Justifiquem.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) O autor do texto propõe explicar as diferenças usando o conceito de cultura política.

b) Segundo o autor, a cultura política brasileira tem um traço-chave: a busca da negociação, da conciliação.

c) Ele afirma que no Brasil atuavam as forças e tradições que estimulavam à moderação, enquanto na Argentina o estímulo era para a violência.

d) Resposta pessoal.

Professor: o importante é estimular no alunado a capacidade de argumentar em defesa de um ponto de vista e de contestar contra-argumentações. Pode-se relativizar a diferença estabelecida pelo autor citando os centros de tortura da ditadura brasileira, a exemplo dos DOI-Codi, para onde, por vezes, os prisioneiros eram levados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Brasil, Argentina e Chile: uma análise comparativa

Consideremos inicialmente os pontos comuns às três ditaduras. Primeiro, os grupos que os militares (e seus aliados civis) percebiam como inimigos eram, essencialmente, os mesmos, o que, a propósito, criou condições para o estabelecimento de colaboração entre os respectivos aparatos repressivos. Do ponto de vista da repressão, as instituições universitárias, os estudantes e os docentes eram vistos como potencialmente suspeitos, já que os grupos e as ideias de esquerda tinham facilidade para circular nesses espaços. [...] Por isso, também, a ênfase no controle da vida universitária e escolar, e as iniciativas realizadas, notadamente no Brasil e na Argentina, para divulgar valores conservadores entre os jovens, em especial o patriotismo autoritário e a moralidade cristã. De maneira assemelhada, os três Estados censuraram ideias e publicações, criando ambiente de insegurança que desestimulou o trabalho investigativo e fomentou a autocensura entre professores e pesquisadores.

[...]

Considerando os três casos, a influência liberal (ou neoliberal) foi mais marcante no Chile e, em seguida, na Argentina. Em ambos foram aprovadas medidas para reduzir o papel do Estado no financiamento à educação superior, com a cobrança de taxas dos alunos. [...] No caso brasileiro, chegou a ser planejada a cobrança de taxas dos alunos, princípio que foi incluído na Constituição elaborada pelo primeiro governo militar, em 1967, alterando disposição anterior que garantia a gratuidade. No entanto, o projeto foi abandonado por decisão política do comando militar, que não desejava oferecer às lideranças estudantis uma poderosa bandeira de luta. [...]

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015, p. 53-55.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Sobre a política econômica de Castelo Branco, é correto dizer que:

a) Cortou os gastos públicos, aumentou a arrecadação e beneficiou os assalariados.

b) Cortou os gastos públicos, diminuiu a inflação, mas sacrificou os assalariados.

c) Aumentou os gastos públicos e a inflação, desequilibrando as contas do governo.

d) Não influenciou o resultado das eleições de 1965.

e) Influenciou o resultado das eleições, dando a vitória ao governo.

2. Observe a fotografia a seguir:

ARQUIVO/AGÊNCIA O GLOBO

Passeata dos Cem Mil ocorrida no Rio de Janeiro, em 1968.

a) Quem promoveu essa manifestação?

b) Qual foi o motivo imediato dessa manifestação?

c) O que os manifestantes exigiam?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa B.

2. a) Estudantes, políticos, artistas, trabalhadores e um grande número de mulheres saíram às ruas do Rio de Janeiro em protesto contra o Regime Militar.

   b) O motivo foi a morte do estudante Edson Luís Lima Souto, que, em uma manifestação de universitários contra a qualidade da comida servida no restaurante Calabouço, foi morto pela polícia a tiros.

   c) Eles protestavam contra a truculência do Regime Militar e exigiam o seu fim.

3. a) Ele quis dizer que o governo estava travando com os estudantes uma batalha.

   b) Ele quis ironizar a repressão da ditadura militar aos protestos do movimento estudantil.

Professor: Vagn era o nome artístico de Vagner Tadeu Horta (1948-1970), que, após ter sido preso por razões políticas, foi internado no Hospital Psiquiátrico Pinel, no Rio de Janeiro, onde morreu em circunstâncias misteriosas: suicídio ou excesso de medicamentos?

Texto de apoio

Brasil: da identidade à marca

[...] É como se houvesse dois países: o *pop* e o da contracultura. O novo ídolo da classe média das sociedades de massas é Roberto Carlos. O programa Jovem Guarda é acompanhado de poderoso *marketing*. A marca Calhambeque dissemina-se em toda uma gama de produtos. O disco é vendido no exterior e, na América Latina, conseguia tanta fama quanto o "Tico-Tico no fubá" ou "Aquarela do Brasil". É a época dos tubinhos que substituem as saias rodadas do *new look*. Era o duas peças e a calça *saint-tropez* na corrida pela liberdade de movimentos. A indústria nacional desencadeia uma ofensiva das fibras sintéticas: *banlon*, tergal, *nylon*, acrílico, *rayon* e poliéster. Em 65, as saias tornam-se mais curtas, os temas gráficos substituem as estampas, os Beatles influenciam a moda jovem. Mary Quant lança a minissaia. Londres é a grande influência. A moda unissex insinua-se. A novela Beto Rockfeller revoluciona a área na TV Tupi. [...]

Apesar da ditadura, há um estímulo controlado da cultura e a criação de instituições estatais que a organizam, como por exemplo o Conselho Federal de Cultura, a Embratur ou o Instituto Nacional do Cinema. A década é marcada tanto por um movimento de superfície quanto por uma real revolução em termos de comportamento. [...]

A escolha de estilo amplia-se. O corpo, através das roupas, se solidariza com os movimentos mundiais, mas lança sua especificidade brasileira como bem demonstra o fenômeno Tropicalismo que lança duas marcas brasileiras que até hoje contam um pouco de nossa história: Caetano Veloso e Gilberto Gil. [...]

VILLAÇA, Nízia. Brasil: da identidade à marca. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 33, ago. 2007. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/3435/2697+&cd=15&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br >. Acesso em: 9 nov. 2018.

3. Esta charge, publicada em junho de 1969 no **Correio da Manhã**, é do cartunista Vagn. Observe-a com atenção.

a) O que o artista quis dizer com "um diálogo com os estudantes"?

b) O que o artista quis ironizar com essa charge?

4. Observe a tabela com atenção.

O "milagre" brasileiro					
Ano	Crescimento PIB %	Inflação	Exportações US$ Bilhões	Importações US$ Bilhões	Dívida externa US$ Bilhões
1968	10	27	1,9	1,9	3,8
1969	10	20	2,3	2,0	4,4
1970	10	16	2,7	2,5	5,3
1971	11	20	2,9	3,2	6,6
1972	12	20	4,0	4,2	9,5
1973	14	23	6,2	6,2	12,6

a) De acordo com a tabela e seus conhecimentos sobre o assunto, pode-se afirmar que o milagre econômico foi uma combinação de:

I. um crescimento da economia em cerca de 11% ao ano, uma inflação relativamente baixa e um aumento considerável do comércio exterior.

II. um crescimento da economia menor que 10%, uma inflação relativamente baixa e uma diminuição do comércio exterior.

III. um crescimento da economia em torno de 11%, uma inflação estratosférica e uma balança comercial negativa.

IV. um crescimento da economia por volta de 11%, taxas de inflação reduzidas e quedas constantes no comércio exterior.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O "milagre" brasileiro

A identificação do sucesso econômico com a aprovação do regime militar era tão grande que, na década de 1970, dificilmente um economista poderia fazer uma análise serena das condições econômicas do país. Escrever trinta anos depois deste acontecimento permite um distanciamento que conduz a uma reflexão menos apaixonada do período. O milagre econômico foi produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco. Mas foram a ideia da legitimação pela eficácia, concepção positivista que permeava o imaginário dos militares e seus aliados, e, ainda, o nacionalismo das Forças Armadas brasileiras que fizeram inevitável a opção pelo crescimento, em lugar da construção de uma ordem liberal, como fazia a vizinha Argentina. [...]

Em fins de 1973, depois de um conflito árabe-israelense no Oriente Médio, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) retaliou os EUA e os países europeus, que teriam apoiado Israel, quadruplicando o preço do petróleo. Esses acontecimentos marcaram o fim do grande *boom* de 25 anos do pós-guerra, que seria substituído por um longo período em que a economia mundial se manteve muito mais hostil ao crescimento de países em desenvolvimento, como o Brasil.

Apesar do excepcional desempenho econômico, Médici não fez seu sucessor. Mas também seu governo, que se encerrou no alvorecer da crise internacional, não foi obrigado a tomar decisões difíceis. O novo presidente, Ernesto Geisel, era um aliado do grupo castelista e substituiu os mais importantes ministros da era do milagre, inclusive o poderoso Delfim Neto. O novo governo navegaria em um mundo mais turbulento e seria obrigado a voltar a escolher entre estabilização e crescimento [...] capitalista. [...]

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1767-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 4. p. 233-235.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. a) Alternativa I.

b) **Internamente**, uma política de incentivos fiscais que atraía os investidores, concedendo-lhes facilidades para atuar no Brasil; uma política trabalhista que comprimia os salários dos trabalhadores de baixa renda. **Externamente**, o crescimento da economia dos países desenvolvidos com os quais o Brasil mantinha comércio, por exemplo, os Estados Unidos, progrediu a uma taxa média de 4,5% ao ano.

c) A indústria de bens de consumo duráveis.

d) Indústria de bens de consumo duráveis: bens que podem ser usados muitas vezes e por um longo período de tempo, a exemplo de eletrodomésticos e automóveis. Indústria de bens de capital: bens que servem para a produção de outros, como máquinas, equipamentos etc.

b) A maioria dos historiadores concorda que o milagre econômico ocorreu por fatores internos e externos. Quais foram esses fatores?

c) Qual foi o setor da indústria que mais cresceu durante o chamado "milagre econômico"?

d) Diferencie **indústria de bens de consumo duráveis** de **indústria de bens de capital**.

5. Monte uma ficha no seu caderno sobre o Regime Militar no Brasil apontando: tempo de duração, presidentes, presidentes castelistas e presidentes linha-dura, ato institucional que marca o fechamento político e suas características, movimentos de oposição e proposta de abertura do general Geisel.

Regime Militar no Brasil	
Tempo de duração	
Presidentes	
Presidentes castelistas	
Presidentes linha-dura	
Ato institucional	
Movimentos de oposição	
Proposta de abertura	

NÃO ESCREVA NO LIVRO. FAÇA EM SEU CADERNO.

6. Monte uma ficha no seu caderno comparando Brasil e Chile no campo da política econômica durante o período militar.

	Brasil	Chile
Duração		
Nome da política econômica		
Características		

NÃO ESCREVA NO LIVRO. FAÇA EM SEU CADERNO.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

5. **Tempo de duração**: 21 anos (1964-1985). **Presidentes**: Castelo Branco; Costa e Silva; Garrastazu Médici; Ernesto Geisel; João Figueiredo. Obs.: a Presidência da República também foi exercida por uma Junta Militar (agosto a outubro de 1969). **Presidentes castelistas**: Castelo Branco, Ernesto Geisel, João Figueiredo. **Presidentes linha dura**: Costa e Silva e Garrastazu Médici. **Ato Institucional que marca o fechamento político e suas características**: AI-5. Pelo AI-5 o presidente da República passava a ter o poder de: fechar o Congresso Nacional; fazer leis; ordenar a intervenção nos estados e municípios; cassar políticos eleitos pelo povo. **Movimentos que lutaram contra o Regime Militar**: Movimento estudantil; Movimentos operários; Movimentos católicos; Movimento pela Anistia. **Proposta da abertura do General Geisel**: O general Geisel propôs uma abertura lenta, gradual e segura.

Texto de apoio

O golpe no Chile e a política internacional (1973)

O golpe chileno também teve repercussões em outros países latino-americanos, principalmente na Argentina, Peru, Bolívia, México e Cuba [...]. Em Buenos Aires, por exemplo, o advento do regime autoritário em Santiago gerou preocupação e indignação. Mesmo constatando a existência de disputas territoriais e de uma crescente divergência ideológica entre o governo da Unidade Popular e o governo interino de Raúl Lastiri, ambos os países eram considerados exceções democráticas e de orientação progressista no Cone Sul. Cumpre acrescentar que, à época do golpe chileno, o ambiente político argentino se caracterizava pela campanha eleitoral que culminaria, em 23 de setembro de 1973, com a vitória de Juan Domingo Perón – com 62% do eleitorado – e seu terceiro governo constitucional a partir de novembro do mesmo ano. Nessa linha, Perón, que acabava de retornar de um prolongado exílio, era uma figura particularmente relevante na formulação e instauração da política doméstica e externa argentina e constantemente consultado sobre os diferentes assuntos relevantes de seu país. A este respeito, a documentação diplomática brasileira informou sobre os dramáticos episódios do dia do golpe, sobre o luto oficial pela morte em martírio de Allende, sobre a situação dos numerosos refugiados chilenos em território argentino, sobre a complexa realidade dos asilados chilenos na Embaixada Argentina em Santiago, sobre as leituras da imprensa e de diferentes atores políticos e sociais argentinos com vínculos e interesses na questão chilena e sobre a recomposição da geopolítica intrarregional. [...]

ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. O golpe no Chile e a política internacional (1973): ensaio de interpretação. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 1, p. 290-316, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://livro.pro/r3z4bc>. Acesso em: 9 nov. 2018.

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PRESENTE

Avós da Praça de Maio recuperam o neto 128

EITAN ABRAMOVICH/AFP

Estela de Carlotto, à esquerda, ouve Ismael Ramos, irmão de Marcos, o "neto número 128". Buenos Aires, Argentina, 2018.

Entre 1976 e 1983, as Avós de Praça de Maio estimam que a ditadura argentina tenha roubado cerca de 500 bebês e os entregado a famílias favoráveis ao regime militar para que os criassem sem conhecer seus verdadeiros parentes. Com sua busca incansável e o apoio de organismos estatais, judiciais e da sociedade, as Avós conseguiram restituir a identidade de 128 desses netos. O mais recente foi anunciado sexta-feira, dia 3, na sede da organização de direitos humanos, em Buenos Aires. Trata-se de Marcos Eduardo Ramos, filho da militante desaparecida Rosario del Carmen Ramos. Marcos foi sequestrado em novembro de 1976, pouco antes de completar cinco meses, em San Miguel de Tucumán, capital da província de Tucumán, no norte da Argentina.

Marcos nasceu em 9 de junho de 1976 e em novembro daquele ano sua mãe, ele e seu irmão Ismael foram sequestrados durante uma operação ilegal das forças de segurança. Os meninos foram levados para uma casa na localidade de Tafí Viejo. Ismael conseguiu escapar, mas o bebê ficou em poder de seus captores. Desde então, Ismael não tinha voltado a ver seu irmão.

"Obrigado às Mães e às Avós, que fizeram algo tão impressionante. Desculpem, estou muito emocionado", disse Ismael em entrevista coletiva ao lado da presidenta das Avós da Praça de Maio, Estela de Carlotto. O outro irmão de Marcos, Camilo, tomou então a palavra. "Para mim, é a restituição do amor não vivido há 42 anos". [...]

CENTENERA, Mar. Avós da Praça de Maio recuperam o neto 128: "É a restituição de 42 anos de amor não vivido". **El País**, 4 ago. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/03/internacional/1533323511_635496.html>. Acesso em: 23 out. 2018.

a) O que ocorria com os bebês roubados de pais considerados subversivos pelo Regime Militar argentino?

b) Como se deu o sequestro de Marcos?

c) Reflita e opine: como você avalia o trabalho desenvolvido pelas Mães e Avós da Praça de Maio?

d) **Em dupla**. Debatam, reflitam e respondam: como é viver sob uma ditadura?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Os bebês roubados eram entregues a famílias favoráveis ao Regime Militar.

b) Marcos, sua mãe e seu irmão foram sequestrados durante uma operação ilegal das forças de segurança.

c) Resposta pessoal.

Professor: a questão ajuda a refletir sobre a importância da solidariedade, como a manifestada pelas Mães e Avós da Praça de Maio.

d) Resposta pessoal.

Professor: a questão oportuniza o trabalho com a democracia enquanto valor.

Dica de leitura

- **A história das avós**: anos de busca. São Paulo: Ed. Unifesp, 2017

Tradução da edição argentina elaborada pela Associação das Avós da Praça de Maio.

6.

	Brasil	Chile
Duração	**1964-1985**	**1973-1990**
Nome da política econômica	Desenvolvimentismo	Neoliberalismo
Características	- O governo militar brasileiro ampliou o tamanho do Estado e sua interferência na economia. - Investiu em setores-chave da economia, como energia, transportes e indústrias de bens de capital (bens que servem para a produção de outros – máquinas, equipamentos etc.), com o objetivo de conseguir autonomia nesse setor. - Investiu em infraestrutura (estradas, portos etc.). - Pediu empréstimos externos visando manter altas taxas anuais de crescimento da economia. - Manteve a educação e a previdência social públicas. - Adotou uma política trabalhista de compressão dos salários dos trabalhadores de baixa renda.	- O governo militar chileno diminuiu o tamanho do Estado e sua interferência na economia. - Privatizou as empresas estatais, isto é, vendeu-as a particulares. - Abriu o mercado nacional às mercadorias e capitais estrangeiros. - Diminuiu os gastos estatais, com vistas ao equilíbrio das contas públicas. - Privatizou a educação superior e a previdência social. - Incentivou as exportações chilenas, inserindo o Chile no mercado internacional como um grande exportador de alimentos, com destaque para salmão, frutas, "uvas e ameixas" e vinho.

UNIDADE IV

CAPÍTULO

14 BRASIL CONTEMPORÂNEO

BIA ALVES/FOTOARENA

Esta foto é de 9 de novembro de 2011, dia da votação da Lei da Ficha Limpa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A foto mostra vassouras, baldes, rodos e panos de chão. Copacabana, Rio de Janeiro.

» **Que relação essa foto pode ter com a votação da Lei da Ficha Limpa? Você já ouviu falar dessa lei? Sabia que ela foi criada por meio de uma iniciativa popular? Sabia que teve a seu favor 1 milhão e 300 mil assinaturas de cidadãos de todo o Brasil? Sabia que ela impede a candidatura daqueles que foram condenados por compra de votos ou por corrupção?**

Neste capítulo, você vai entrar em contato com a história recente do Brasil e os desafios que temos pela frente, inclusive o de enfrentar o fantasma da corrupção, presente há muito tempo na vida social brasileira.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Este capítulo foi elaborado com vistas a atender às habilidades da BNCC citadas a seguir:

– (**EF09HI22**) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.

– (**EF09HI23**) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.

– (**EF09HI24**) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos.

– (**EF09HI25**) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.

– (**EF09HI26**) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

– (**EF09HI27**) Relacionar aspectos das mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do País no cenário internacional na era da globalização.

– (**EF09HI34**) Discutir as motivações da adoção de diferentes políticas econômicas na América Latina, assim como seus impactos sociais nos países da região.

– (**EF09HI36**) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

A intenção é estimular a reflexão sobre a corrupção, uma das maiores mazelas da história da República no Brasil. Esta lei, que entrou em vigor em outubro de 2012, pode ser vista como um marco no combate à corrupção enraizada na cultura política brasileira. Essa reflexão inicial pode ajudar a historiar e contextualizar o debate em torno da ética na política, tema que tem suscitado interesse e contribui para a formação cidadã. A imagem ajuda-nos também a trabalhar a participação popular na gestação e aprovação da Lei da Ficha Limpa.

Governo João Figueiredo

Em 1979, o presidente Geisel indicou, como candidato do Arena à presidência, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que foi então eleito presidente da República por meio de eleições indiretas.

O presidente João Figueiredo (1979-1985) assumiu o poder em um momento em que o país enfrentava grave crise econômica e as manifestações de resistência ao regime se intensificavam. Uma delas foi a greve dos metalúrgicos do **ABCD Paulista**, que começou em 13 de março de 1979, dois dias antes da posse do presidente Figueiredo. Inicialmente, os operários exigiam reajustes de salários; mas, com a evolução do movimento, passaram a exigir também liberdades democráticas. A liderança dessa greve coube ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, presidido à época por Luiz Inácio da Silva, o Lula.

ABCD Paulista: região do estado de São Paulo formada pelos centros industriais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

MICHEL BARET/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

João Baptista de Oliveira Figueiredo em fotografia de 1981.

DIALOGANDO

Por que será que o movimento sindical que liderou as greves iniciadas em 1979 no ABCD Paulista foi chamado de "sindicalismo autônomo"?

JUCA MARTINS/OLHAR IMAGEM

Lula dirige a palavra para cerca de 60 mil trabalhadores do ABCD Paulista. Estádio de Vila Euclides, São Bernardo do Campo, SP, 1979.

Dialogando

O sindicato que dirigiu essa greve tinha uma característica nova: não era nem subordinado ao Ministério do Trabalho nem liderado por comunistas ou pelos chamados pelegos (agentes do governo que se infiltram nos sindicatos e fingem defender os interesses dos trabalhadores). Seus dirigentes tinham sido eleitos pelos próprios operários. Por isso, esse movimento sindical nascido no ABCD Paulista, no final dos anos 1970, foi chamado de "sindicalismo autônomo".

Texto de apoio

A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Das sete até as oito horas nós ficamos de braços cruzados do lado das máquinas sem fazer nada. Às oito horas chegou o gerente geral. Pelo que eu fiquei sabendo, ele olhou, viu que tinha luz, que os cartões estavam marcados, mas que ninguém estava trabalhando. Achou estranho, mas não pensou que era uma paralisação. Foi uma surpresa!

Este relato, de um dos participantes da greve, explica o início da paralisação na fábrica da Scania de São Bernardo do Campo, em maio de 1978. Reivindicando um índice maior de reajuste e revoltados com a diminuição do número de horas pagas naquele mês, os operários daquela empresa deram início a uma sequência de greves que atingiu as diversas fábricas da área, todas seguindo modelo similar de paralisação e tendo como principal ponto de pauta a elevação em 20% do índice de reajuste concedido pela Justiça do Trabalho, de 39%.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 61-62.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• 1985: 30 ANOS de democracia: Diretas já. Duração: 14min50s. Disponível em: <http://livro.pro/xgqfmp>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Na primeira reportagem da série especial "1985: 30 anos de democracia", os pesquisadores Brasílio Sallum Jr., Cícero Araújo e Marcos Napolitano, professores da Universidade de São Paulo, analisam o movimento que ficou conhecido como Diretas Já.

Em 1979, no mês de novembro, o governo Figueiredo aprovou o fim do bipartidarismo. Com isso, o Arena e o MDB foram extintos e formaram-se novos partidos. Os membros do Arena formaram o **Partido Democrático Social (PDS)**; o extinto MDB deu origem a quatro novos partidos: o **Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)**, liderado por Ulysses Guimarães; o **Partido Popular (PP)**, encabeçado por Tancredo Neves; o **Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)**, liderado por Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas; e o **Partido Democrático Trabalhista (PDT)**, fundado por Leonel Brizola. Em 1980 foi fundado também o **Partido dos Trabalhadores (PT)**, que reunia sindicalistas, intelectuais e militantes de movimentos sociais e era liderado por Lula.

No ano seguinte, dando continuidade à abertura "lenta e gradativa", o governo restabeleceu as eleições diretas para governador. Em 1982, em meio à crescente impopularidade do Regime Militar, a oposição venceu as eleições para governador em estados como São Paulo (Franco Montoro – PMDB), Minas Gerais (Tancredo Neves – PMDB), Paraná (José Richa – PMDB) e Rio de Janeiro (Leonel Brizola – PDT). Animada com esse resultado, a oposição fortaleceu seu ideal de votar para presidente.

Em março de 1983, o deputado pelo Mato Grosso, Dante de Oliveira, do PMDB, propôs uma emenda constitucional que estabelecia eleições diretas para presidente da República. A Emenda Dante de Oliveira logo ganhou grande popularidade e inspirou a campanha das **Diretas Já**, a mais popular da República.

Um comício realizado em São Paulo, em 27 de novembro de 1983, alavancou a campanha por eleições diretas para presidente da República. A campanha das Diretas Já logo se espalhou pelo país, animada por comícios-*shows*.

CYNTHIA BRITO/OLHAR IMAGEM

Manifestação por eleições diretas. Congresso Nacional. Brasília, DF, 1984.

Dica! Vídeo sobre as Diretas Já. Duração: 5 min. Disponível em: <http://livro.pro/44cjo4>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Texto de apoio

A campanha Diretas Já

A campanha das Diretas Já tinha dimensão cívica, natureza republicana e jeito de festa. [...] O palanque [dos] comícios reunia as principais lideranças da frente suprapartidária – Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Lula, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro –, e os discursos eram acompanhados por uma multidão eufórica e comovida. Por outro lado, o engajamento de intelectuais do porte de Antonio Candido, Lygia Fagundes Telles e Celso Furtado, de jogadores de futebol como Sócrates e Reinaldo, e de artistas como Chico Buarque, Maria Bethânia, Paulinho da Viola, Juca de Oliveira, Fernanda Montenegro e Fafá de Belém foi decisivo para difundir as representações e os ideais de um projeto democrático. A campanha era tão grandiosa que acendeu na população a esperança de vitória.

Mas, se o governo dos militares havia se desgastado, sua base de apoio político ainda não se desagregara, e as Forças Armadas estavam dispostas a agir para evitar o rompimento das regras do jogo sucessório. A Emenda Dante de Oliveira foi votada na madrugada de 26 de abril de 1984, num pesado clima de apreensão. Brasília e dez cidades em Goiás estavam sob as Medidas de Emergência decretadas pelo general Figueiredo: a capital da República, sitiada, o Eixo Monumental, ocupado por 6 mil soldados do Exército, e o Congresso Nacional, cercado pelas tropas do Comando Militar do Planalto. E, embora os votos favoráveis tenham sido em maior número, a emenda foi rejeitada, por não obter maioria qualificada de dois terços. Recebeu 298 votos a favor, 63 votos contrários e três abstenções. Cento e treze deputados se ausentaram. Faltaram 22 votos. Eram os deputados do partido governista soterrando a possibilidade de uma transição política que fugia ao seu controle.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 484.

DIRETAS JÁ

Apesar de sua enorme popularidade, a Emenda Dante de Oliveira foi boicotada pelo governo militar e não conseguiu os dois terços do Congresso Nacional exigidos para a sua aprovação, o que resultou em uma frustração para a maioria dos brasileiros. Com isso, a eleição para a presidência da República continuou sendo indireta. Em 1985, a presidência foi disputada por Paulo Maluf, candidato do regime militar, e Tancredo Neves, candidato da **Aliança Democrática**. Tancredo Neves venceu com grande folga (480 votos contra 180), mas não chegou a assumir, pois foi hospitalizado em 14 de março, véspera da posse, e, devido a complicações posteriores, morreu em 21 de abril de 1985.

DIALOGANDO

Após a morte de Tancredo, ele foi tratado como herói pela mídia. O caixão com seu corpo foi levado até o Palácio do Planalto. Seu nome foi escrito no Livro de Aço do Panteão da Pátria e da Liberdade. Por que será que Tancredo Neves foi transformado em herói nacional?

Governo José Sarney

Com a morte de Tancredo, o vice José Sarney assumiu a presidência da República. Ele tinha sido homem de confiança do Regime Militar, por isso era visto com desconfiança pelos setores democráticos. Com o objetivo de ganhar a confiança desses setores, Sarney restabeleceu eleições diretas para a presidência da República, estendeu o direito de voto aos analfabetos e prometeu ao país uma nova Constituição. O lema de seu governo era: "Tudo pelo social".

Aliança Democrática: frente formada pela aliança do PMDB com uma parte do PDS.

Sarney assumiu o poder em um momento em que a inflação crescia em média 18% ao mês, corroendo os salários e gerando uma grande insatisfação social. Para enfrentar essa situação, em 1986, o governo Sarney lançou o **Plano Cruzado**, o qual previa:

- a criação de uma nova moeda, o cruzado, para substituir o cruzeiro (cada cruzado correspondia a 1 000 cruzeiros);
- o congelamento de preços, tarifas e serviços;
- o reajuste automático dos salários sempre que a inflação acumulada atingisse 20%;
- a criação do seguro-desemprego.

ARQUIVO/AGÊNCIA ESTADO/AE

Presidente José Sarney no Palácio do Planalto. Brasília, DF, 1985.

Dialogando

Resposta pessoal.

Professor: comentar que a transformação de Tancredo Neves em herói era um modo de politizar a fatalidade ocorrida com ele. O objetivo é estimular o aluno a posicionar-se e desenvolver sua capacidade argumentativa e crítica.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- 1985: 30 ANOS de democracia: Governo Sarney. Parte 1. Duração: 12min16s. Disponível em: <http://livro.pro/a3ta48>; e Parte 2. Duração: 13min23s. Disponível em: <http://livro.pro/4wgtsn>. Acessos em: 9 nov. 2018.

A segunda reportagem da série especial "1985: 30 anos de democracia" trata do governo do presidente José Sarney (1985-1990).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Tancredo Neves e a tradição política mineira

Tancredo Neves pertence, sem dúvida, à tradição do estilo negociador. Possuía uma habilidade política ainda mais refinada do que a de Juscelino, que foi posta à prova em dois momentos cruciais da vida republicana. O primeiro verificou-se durante a tentativa de golpe contra João Goulart em 1961. Tancredo exerceu papel crucial na negociação com os golpistas para garantir a posse de Goulart, evitando-se desse modo uma guerra civil, embora ao preço da mudança do sistema de governo. O esforço levou-o à chefia do governo como primeiro-ministro. A volta ao presidencialismo em 1963 não configurou derrota sua, uma vez que foi realizada constitucionalmente mediante plebiscito. O segundo momento pertence a nossa memória recente. Perdida a batalha pela legalidade em 1964, Tancredo lutou 21 anos, juntamente com o MDB e boa parte das principais organizações civis do país, pela retomada da liberdade política e do regime representativo de governo. Os lances finais dessa luta honraram nossa tradição republicana quando multidões foram às ruas exigindo eleições diretas. Frustrada essa reivindicação, Tancredo Neves liderou a negociação que culminou com sua eleição para chefia do governo e do Estado.

CARVALHO, José Murilo de. **O pecado original da República**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017. p. 214.

ENCAMINHAMENTO

- Informar que, nesse período, planos econômicos similares foram aplicados na América Latina, como na Argentina.
- Aprofundar o assunto acessando o artigo: A POLÍTICA econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987). Disponível em: <http://livro.pro/ms2ucu>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- RAÚL Alfonsín: 21/05/2001. Duração: 1h30min. Disponível em: <http://livro.pro/6e3kz2>. Acesso em: 23 nov. 2018.

Entrevista com Raúl Alfonsín no Programa Roda Viva, em que se discutem vários aspectos da história argentina, como ética na vida pública e políticas econômicas e seus impactos sociais.

Texto de apoio

O texto a seguir aborda algumas tentativas de estabilização da economia argentina após o fim dos governos militares daquele país.

Inflações e hiperinflações

[...]

Raúl Alfonsín (1983-1989), o primeiro presidente civil eleito com a volta da democracia, herdou dos militares uma pesada inflação. Seis meses antes de sua posse, os militares haviam cortado quatro zeros do peso (cada peso novo equivalia a 10 mil pesos prévios). [...] Em junho de 1985, Alfonsín implementou o Plano Austral, que cortou três zeros do peso, criando uma nova moeda, o austral. Cada austral equivalia a 1000 pesos prévios. O plano foi um predecessor do Plano Cruzado brasileiro e contou com a concordância do FMI [...].

Problemas financeiros externos e políticos internos colocaram o plano em risco. Em 1988, o governo Alfonsín tentou salvar o austral com o Plano Primavera. Mas o desejo de levar o governo até as eleições presidenciais de 1989 com a economia mais ou menos equilibrada também fracassou.

Em 1989, a Argentina teve sua primeira hiperinflação, que chegou a 4923,6%. A espiral inflacionária levou os argentinos à pobreza. [...]

JOSÉ ROSENBERG/ABRIL COMUNICAÇÕES S/A

ALEXANDRE TOKITAKA/FOLHAPRESS

Acima, bótons usados pelos "fiscais do Sarney". À direita, consumidora no papel de fiscal confere o preço de um produto na tabela de preços da Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento). São Paulo, 1986.

Nos primeiros meses do plano, a inflação caiu bastante e a popularidade do governo cresceu. Mas, com o congelamento dos preços, ocorreu uma corrida ao consumo. Consumia-se todo tipo de produto. Com isso, começaram a faltar mercadorias nas prateleiras dos supermercados, algumas de primeira necessidade. Aproveitando-se dessa situação, muitos empresários passaram a praticar o ágio – cobrança acima da tabela. O governo acionou a Polícia Federal e descobriu que havia "boi gordo no pasto", isto é, havia fazendeiros que se negavam a abater o gado; com isso, começou a faltar carne para a população.

Apesar disso, o governo manteve o congelamento de preços e, com isso, venceu as eleições parlamentares e para os governos estaduais, ocorridas em 15 de novembro de 1986. O PMDB, do presidente Sarney, elegeu a maioria dos governadores, senadores e deputados. Vencidas as eleições, o governo Sarney reajustou os preços das tarifas públicas (água, luz e gás), da gasolina, do álcool e de vários outros produtos. Esses reajustes foram muito mal recebidos pela população, que se sentiu enganada pelo governo. Ao mesmo tempo, com a liberação dos preços, a inflação disparou, corroendo os salários dos trabalhadores e gerando grande instabilidade social.

224

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

Seu sucessor, Carlos Menem (1989-1999), tentou de forma errática diversas fórmulas econômicas. O resultado foi um segundo período hiperinflacionário, que chegou a 1343,9% em 1990.

Nos anos 1990, a conversibilidade econômica – que estabelecia a paridade de um a um entre o dólar e o peso –, [...] foi respaldada com entusiasmo pelos argentinos, que depois de décadas viam finalmente um período de inflação zero (e até de deflação). Mas a conversibilidade naufragou em dezembro de 2001. A inflação só não voltou a galopar de forma imediata porque a economia estava estancada e o poder de compra era quase nulo. No entanto, a economia recuperou-se a partir de 2003. E a inflação voltou a aparecer. [...]

PALACIOS, Ariel. **Os argentinos**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 74-75.

A Constituição Federal de 1988

Enquanto isso, deputados e senadores, reunidos no Congresso, discutiam uma nova Constituição para o país. Os movimentos sociais (negro, indígena, operário, feminista, entre outros) participaram intensamente dessas discussões, reivindicando direitos e exercendo sua cidadania. Graças a essa intensa participação popular, a Constituição de 1988 incorporou importantes avanços.

Apresentamos a seguir algumas das principais características da Constituição Federal de 1988.

a) **Forma e regime de governo**: República federativa e presidencialista. Previa-se, para 1993, a realização de um plebiscito para escolher entre o presidencialismo e o parlamentarismo.

b) **Eleições**: ficavam estabelecidas eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores. Caso nenhum dos candidatos obtivesse a maioria absoluta (50% + 1) dos votos no primeiro turno, haveria um segundo turno. O mandato presidencial foi reduzido para quatro anos.

c) **Voto**: os analfabetos ganharam o direito de votar. O voto tornou-se obrigatório para os brasileiros maiores de 18 e menores de 70 anos e facultativo para os maiores de 70 anos e para os jovens com 16 ou 17 anos.

d) **Legislação de trabalho**: a jornada semanal passou de 48 horas para 44 horas; o trabalhador com registro em carteira obteve o direito a um abono ao sair de férias; foram garantidos o seguro-desemprego e o décimo terceiro salário para os trabalhadores; o demitido sem justa causa obteve o direito de receber o correspondente a 40% de saldo do FGTS; a licença-maternidade passou para 120 dias; e criou-se a licença-paternidade, de 5 dias.

e) **Povos indígenas**: a participação dos indígenas nos trabalhos da Constituinte foi vitoriosa. O artigo 231 reconheceu aos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam; ao governo caberia demarcá-las.

f) **Relações raciais**: o movimento negro também obteve conquistas; o artigo 5º da Constituição definiu o racismo como crime **inafiançável** e **imprescritível**, sujeito a reclusão, nos termos da lei.

g) **Liberdades civis**: garantiu a liberdade de expressão e a iniciativa popular para proposição de novas leis e proibiu a censura.

Inafiançável: quando o acusado não tem o direito de pagar fiança para responder ao processo em liberdade; fiança é o depósito de um valor em dinheiro feito pelo acusado (ou em seu nome) com o objetivo de conseguir a liberdade.

Imprescritível: significa que a qualquer momento o Estado pode processar o acusado, puni-lo e executar a pena dada a ele.

SALOMON CYTRYNOWICZ/OLHAR IMAGEM

Brasília, DF, 1988. Comemoração do aniversário de um ano da instalação da Assembleia Constituinte.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- 1985: 30 ANOS de democracia: a Constituinte. Parte 1. Duração: 14min50s. Disponível em: <http://livro.pro/u2sp8y>; e Parte 2. Duração: 17min3s. Disponível em: <http://livro.pro/uw8oo9>. Acessos em: 10 nov. 2018.

A quarta reportagem da série especial "1985: 30 anos de democracia" trata da Assembleia Nacional Constituinte, que atuou entre 1987 e 1988 e definiu uma Constituição para o Brasil.

- A UFMG E A CONSTITUIÇÃO de 1988. Duração: 9min28s. Disponível em: <http://livro.pro/xeozxr>. Acesso em: 9 nov. 2018.

No vídeo produzido pela TV UFMG, pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais falam sobre a participação da UFMG ao longo do processo de elaboração da oitava Carta Magna brasileira, a primeira após a Ditadura Militar e que contou com inédita participação popular.

Texto de apoio

A Constituição cidadã

[...] Pela primeira vez na história nacional, uma Constituição seria escrita sem texto-base enviado pelo governo, sem um processo decisório prévio acordado entre as elites e com reduzida tutela dos donos do poder. [...] o processo organizou-se por meio de um conjunto de mais de 20 comissões e subcomissões temáticas que passaram a produzir um anteprojeto fragmentário, posteriormente submetido a uma Comissão de Sistematização e, finalmente, a um plenário unicameral no Congresso.

Apesar dos seus "vícios" – como ser produzida por um Parlamento eleito para outros fins e fazer referência à Carta autoritária de 1969 – a Constituinte rompia com o controle do regime e significava um verdadeiro processo democrático. O trabalho das comissões e subcomissões temáticas contou com uma participação social sem precedentes. Foram 9 970 sugestões apresentadas aos coletivos encarregados de redigir as primeiras versões daquilo que viria a ser a nova Constituição. Tal nível de participação, por si só, representava uma brutal ruptura com os modelos de escritura constitucional anteriores, tidos em gabinetes fechados e mediados por "especialistas", intérpretes dos desejos da nação.

Mas ainda o regimento interno autorizava a participação popular direta. Emendas ao anteprojeto poderiam ser apresentadas por coletivos de 30 mil cidadãos, desde que propostas por pelo menos três entidades sociais representativas. Por meio deste mecanismo, 122 emendas foram levadas à votação. A despeito da aversão do regime pela participação popular, o povo foi ouvido e se fez presente no texto final, apelidado, pelo deputado Ulysses Guimarães, de "Constituição Cidadã".

A CONSTITUIÇÃO cidadã. **Revista da Biblioteca Nacional**, Ano 10, n. 114, p. 41, mar. 2015.

DIGITAL PNLD 2020 FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

• DEBATE entre Collor e Lula em 1989. Duração: 10 min. Disponível em: <http://livro.pro/awkx6b>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Vídeo com trecho do debate entre Collor e Lula durante a campanha presidencial de 1989.

Texto de apoio

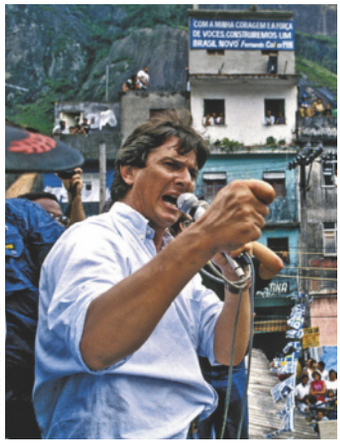
Eleições de 1989

[...] a campanha presidencial de 1989 foi vivida em clima de grande acirramento de posições. Foram lançadas 22 candidaturas. O Partido dos Trabalhadores (PT) lançou Lula como candidato e defendeu um programa radical. Dizia, por exemplo, que a dívida externa não seria paga com o sacrifício da classe trabalhadora. As críticas que o PT fazia ao governo Sarney e a imagem de uma autêntica ruptura com o passado embalaram muitas esperanças na esquerda e em setores sofridos da população.

[...] A possibilidade de vitória de Lula gerou grande temor entre empresários e grupos conservadores – sem falar nos militares, que viam no PT a ameaça do temido "revanchismo". Foi emblemática essa eleição. [...]

O que estava em pauta naquele momento – como, aliás, em muitas outras eleições – era a busca pelo novo, pela mudança. A população estava cansada dos velhos políticos. Se Lula parecia novo em função das propostas radicais do PT, Fernando Collor parecia ousado pela imagem que conseguiu consolidar de "caçador de marajás". Ele era governador de Alagoas desde 1987 e se tornou nacionalmente conhecido por denunciar funcionários que recebiam salários muito elevados (os "marajás"). Demitiu pessoas e extinguiu cargos e órgãos públicos. Deixou o governo de Alagoas para concorrer à presidência fazendo duros ataques a Sarney. Era jovem e, ante a ameaça de vitória de Lula, conseguiu o apoio de empresários e de boa parte da mídia. Convenceu parcela significativa do eleitorado utilizando o discurso de combate à corrupção e aos privilégios, que já havia sido o mote de outros políticos personalistas, como Jânio Quadros.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 115-116.



RICARDO AZOURY/OLHAR IMAGEM

Fernando Collor de Mello em campanha eleitoral na Rocinha, Rio de Janeiro, 1989. Na relação com o público, ele se saía bem: seus gestos eram inflamados; suas promessas, mirabolantes; elegia os marajás como o inimigo número 1 da nação e passava a ideia de que, assim que eles fossem eliminados, a vida do povo melhoraria.

Eleições de 1989

No último ano do governo Sarney, o povo brasileiro encontrava-se bastante insatisfeito, devido às seguidas denúncias de corrupção envolvendo membros do governo e à crise econômica, e manifestava sua insatisfação por meio de protestos, saques a lojas e supermercados e greves. Foi nesse ambiente conturbado que se iniciou a campanha presidencial de 1989.

Um dos candidatos era o então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Ele era membro de uma família tradicional que contava com vários empresários e políticos; Collor era formado em Economia e Comunicação Social. Em seus discursos, criticava duramente a corrupção e se apresentava como "caçador de **marajás**" e protetor dos "**descamisados**".

Luiz Inácio Lula da Silva, o principal adversário de Collor, tinha origem operária e tornara-se popular ao liderar as greves no ABCD paulista, entre 1978 e 1981. Na época, Lula, do PT, defendia a reforma agrária, a formação de um governo democrático-popular, o fim da pobreza e a suspensão imediata do pagamento da dívida externa brasileira.

Marajás: funcionários públicos com altos salários e que tinham suas despesas particulares pagas pelo governo, o que caracteriza corrupção.

Descamisados: pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza, os excluídos.

PARA SABER MAIS

O poder da mídia

Os meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais, revistas etc.) estavam consolidados entre nós e eram o principal veículo de informação e lazer de milhões de brasileiros, quando se iniciou a disputada campanha presidencial de 1989. Até março daquele ano poucos eleitores apostavam em Collor de Mello. A partir daquele mês, no entanto, ele começou a liderar as pesquisas de intenções de voto. É que, em março de 1989, começaram os programas eleitorais gratuitos nas emissoras de rádio e televisão. Daí Collor, que conhecia o poder da TV e sabia utilizá-lo a seu favor, começou a subir nas pesquisas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

226

DIALOGANDO

Em sua opinião, os meios de comunicação de massa conseguiriam decidir uma eleição hoje em dia?

Assim que começou a subir nas pesquisas eleitorais, Collor recebeu apoio de partidos como PFL (Partido da Frente Liberal), PDS e parte do PMDB e doações financeiras de grandes empresários, o que fortaleceu ainda mais sua candidatura. Já Mario Covas, do PSDB, e Leonel Brizola, do PDT, deram apoio a Lula. Em 1989, depois de quase 30 anos sem eleições diretas para presidente, os brasileiros voltaram às urnas. Fernando Collor de Mello, do PRN, venceu Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, no segundo turno. Collor recebeu 35 milhões de votos contra 31,1 milhões dados a Lula.

Governo Collor

Quando Collor assumiu o poder, em 15 de março de 1990, a inflação acumulada em 12 meses tinha atingido o alarmante índice de 1764,8% ao ano. Prometendo que resolveria o problema da inflação "com um só tiro", o novo presidente lançou o Plano Collor, que:

a) bloqueou, por 18 meses, todo o dinheiro acima de 50 mil cruzados novos depositado em contas bancárias de pessoas e empresas;

b) congelou os preços, demitiu funcionários públicos e elevou os impostos;

c) elevou os juros, com o objetivo de diminuir o consumo;

d) iniciou o processo de privatização, isto é, de venda de empresas estatais a particulares;

e) eliminou vários impostos sobre a importação, ocasionando a entrada de uma enxurrada de produtos estrangeiros no Brasil, de brinquedos a automóveis.

Retirando o dinheiro de circulação, freando o consumo, abrindo o mercado brasileiro às importações e forçando a queda nos preços dos produtos nacionais, o governo conseguiu diminuir a inflação para 10% ao mês. Em compensação, as vendas no comércio e a produção industrial caíram muito. Muitas empresas faliram; outras reduziram os salários e/ou despediram funcionários, ocasionando um aumento do desemprego. A economia entrou em **recessão**.

Recessão: crise econômica persistente, caracterizada por queda no PIB durante seis meses consecutivos, ocorrendo a diminuição dos bens e serviços produzidos e aumento do desemprego.

ROGÉRIO CASSIMIRO/FOLHAPRESS

Hoje encontramos em lojas ou barracas de camelôs espalhadas por todo o país produtos de várias partes do mundo; brinquedos da China, roupas da Índia, baterias elétricas das Filipinas, entre outros. Essa abertura do mercado nacional começou no governo Collor. Camelôs vendem produtos importados em Manaus, AM, 2006.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

Política externa do governo Collor

[...] a política externa do governo Collor inaugurou aquilo que se chamou de autonomia pela participação buscando aumentar a credibilidade internacional do país com vistas à renegociação da sua dívida externa e mesmo como um passaporte para o Primeiro Mundo, por meio da adesão aos 5 regimes internacionais de comércio, controle de tecnologias sensíveis, proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos.

No entanto, a tentativa de retorno ao americanismo mostrou-se ineficaz de vez que o consenso interno em torno de uma relação especial com Washington deixara de existir, particularmente no que se refere à expectativa de que uma aproximação dessa natureza seria suficiente para atender aos interesses brasileiros na sua totalidade.

Dessa forma, o retorno a alguns aspectos do globalismo caracterizaria a segunda fase da política externa de Collor. As negociações preparatórias para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, são, sem dúvida, um excelente exemplo desse quadro. Muito contribuiu para isso o fato de o Itamaraty ter recuperado, ao menos em parte, sua proeminência na formulação da política externa, então com Celso Lafer à sua frente.

Em que pese essa tentativa de resgatar princípios que, no passado, haviam ajudado a elevar o poder de barganha do Brasil, a estratégia também não rendeu os benefícios esperados, uma vez que também haviam se extinto as condições geradoras e garantidoras de legitimidade desse paradigma. Em outras palavras, embora o conflito Norte-Sul ainda existisse, a fragmentação da coalizão do Sul impossibilitava uma ação coletiva. Além disso, as grandes potências começaram a adquirir uma imagem de maior responsabilidade, [...] estariam agora comprometidas com iniciativas de desarmamento, intervenções humanitárias etc., retirando assim dos países periféricos o argumento que denunciava o comportamento dos países centrais como irracional. De fato, o período testemunha um cenário de "grandes unanimidades" cuja centralidade não se encontrava no campo do desenvolvimento, mas sim da liberalização econômica, da democracia, da proteção aos direitos humanos e ao meio ambiente, áreas em que o déficit dos países do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil, ainda era muito alto.

Sem dúvida alguma entrávamos num período de crise de paradigmas. [...]

PINHEIRO, Leticia de Abreu. **Política externa brasileira**: 1889-2002. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 56-57. (Descobrindo o Brasil).

Dialogando

Resposta pessoal. A questão oportuniza a reflexão sobre temas como *marketing* político, televisão e poder, cultura política, entre outros.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• FERNANDO Collor de Mello se pronuncia pouco antes de sofrer o *impeachment*. Duração: 19 min. Disponível em: <http://livro.pro/kbvodn>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Pronunciamento feito pelo então presidente Fernando Collor de Mello pouco antes de sofrer o *impeachment*.

A luta pela ética na política

A insatisfação popular com a economia aumentou ainda mais com a explosão de uma série de escândalos envolvendo o governo Collor. O maior deles foi a descoberta, em 13 de maio de 1992, do **esquema PC**: uma vasta rede de corrupção liderada pelo empresário Paulo César Farias, amigo e tesoureiro da campanha de Collor. Comprovou-se que PC Farias recebia altas somas em dinheiro de grandes empresários para liberar verbas do governo. Parte desse dinheiro ia para contas-fantasmas e era usado para pagar as despesas pessoais de Collor, seus familiares e amigos.

A população brasileira reagiu às notícias promovendo grandes manifestações públicas e exigindo o ***impeachment*** de Collor e o fim da corrupção. Entre os manifestantes havia um grande número de caras-pintadas: jovens que pintavam o rosto com as cores da bandeira nacional, protestando contra a falta de ética na política.

Sob forte pressão da sociedade civil, em setembro de 1992, a maioria dos deputados votou a favor da abertura do processo de *impeachment*. Caberia ao Senado julgar o presidente. Ao perceber que iria ser derrotado no Senado, Collor renunciou à presidência da República. A seguir, foi condenado pelo Senado a ficar sem direitos políticos por oito anos.

EDER CHIODETTO/FOLHAPRESS

Estudantes caras-pintadas em manifestação pelo *impeachment* do presidente Collor. São Paulo, 1992.

***Impeachment*:** ato do Poder Legislativo destinado a destituir uma alta autoridade de um cargo, por exemplo o presidente da República, com base em uma denúncia de crime de responsabilidade.

PAULO FRIDMAN/SYGMA/GETTY IMAGES

O presidente Itamar Franco no Palácio do Planalto, em Brasília, DF, 1992.

Governo Itamar Franco

Com a renúncia de Collor, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência. Buscando parecer conciliador e independente, escolheu políticos de diferentes partidos, sobretudo do PMDB e do PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira), para compor seu governo.

Durante seu mandato, explodiu outro grave caso de corrupção: o desvio de 100 milhões de dólares do orçamento nacional, o que comprova o enraizamento da corrupção na cultura política brasileira. O caso ficou conhecido como "Escândalo dos Anões do Orçamento". Dos 25 parlamentares envolvidos, apenas seis foram cassados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

As denúncias contra Fernando Collor

Foi nessa posição política pouco sólida, a despeito da exaltação de uma parte dos meios de comunicação de massa, que o presidente foi atingido por acusações do seu irmão mais jovem, Pedro Collor, em duas entrevistas publicadas, nos dias 10 e 24 de maio, pela revista **Veja**. Ele acusou o irmão presidente de ser o responsável e maior beneficiário das atividades suspeitas do tesoureiro de sua campanha eleitoral, PC Farias. Agora, a suspeita de corrupção não atingia apenas auxiliares que o presidente poderia afastar; atingia ele mesmo, acusado de ser o verdadeiro responsável pelo esquema de corrupção organizado por PC Farias.

A acusação era politicamente gravíssima, pois o presidente não tinha uma base parlamentar sólida e, agora, estava ameaçado de perder seu alicerce simbólico, de inimigo intransigente da corrupção, de "caçador de marajás", o que colocava em xeque sua autoridade moral para exercer a Presidência da República. Com isso, tornava-se mais difícil assegurar a lealdade da base governista, pois os custos políticos dessa adesão tendiam a se elevar.

Ademais, o deslocamento das disputas dos problemas de desempenho governamental para a questão da corrupção simplificava o combate político e aumentava as oportunidades para que ele extravasasse do campo político-institucional, envolvendo atores coletivos sem participação regular na esfera política e mesmo um círculo mais amplo de cidadãos que a eles se conectavam.

SALLUM JR., Brasílio. O governo e o *impeachment* de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da Nova República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 5. p. 181.

O Plano Real

Itamar Franco assumiu o governo num momento em que uma inflação de 30% ao mês corroía os salários e empobrecia os trabalhadores. Para combatê-la, convidou para o Ministério da Economia o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, também chamado de FHC. Fernando Henrique e sua equipe lançaram, então, o **Plano Real**, que entrou em vigor em julho de 1994.

O Plano Real:

a) previa a criação de uma nova moeda, o real (R$), e estabelecia a paridade entre essa moeda brasileira e o dólar estadunidense; ou seja, em 1º de julho de 1994, 1 real equivalia a 1 dólar;

b) defendia um forte controle dos gastos públicos. Com esse propósito, naquele mesmo ano, FHC elevou os impostos federais em cerca de 5% e promoveu amplos cortes no orçamento, inclusive nas áreas da Saúde e da Educação.

Veja o que um economista disse sobre isso:

> O Plano Real não congelou preços nem veio sob a forma de "pacote-surpresa". Foi submetido à discussão pública e à aprovação pelo Parlamento. Nesse sentido, teve caráter democrático e contou com o apoio da sociedade. Em julho de 1994, a moeda nacional passou a ser o real, e o plano entrou em vigor. O efeito sobre a inflação foi imediato.

Queda da inflação de junho a dezembro de 1994 (Plano Real)

Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
49,10%	32,45%	49,10%	1,46%	2,65%	3,11%	1,11%

Fonte: SINGER, Paul. O processo econômico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 223.

Com a queda da inflação, os salários recuperaram parte de seu poder de compra e as pessoas passaram a consumir mais, desde bolachas e iogurtes até televisores, máquinas de lavar e veículos.

Conforme a inflação diminuía, a popularidade de Fernando Henrique aumentava. Ajudado pela mídia, que o batizara de "pai do real", ele deixou o Ministério da Economia e se lançou na disputa pela presidência da República, pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSBD), em aliança com o Partido da Frente Liberal (PFL). A campanha de Fernando Henrique veiculava imagens que sugeriam modernidade e prosperidade; já a de seu principal opositor, Lula da Silva, mostrava cenas de pobreza e exclusão social; as urnas deram a vitória a Fernando Henrique já no primeiro turno, com 54,2% dos votos válidos; Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), ficou em segundo lugar.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

• ECONOMIA brasileira: a história contada por quem a fez. Duração: 26min9s. Disponível em: <http://livro.pro/v3dgez>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Vídeo que apresenta questões sobre a história econômica no Brasil dos últimos anos.

Texto de apoio

O Plano Real

Fernando Henrique reuniu equipe de experientes economistas, alguns dos quais haviam participado da elaboração de planos econômicos anteriores. Inicialmente, anunciou cortes de despesas e novas medidas visando à abertura comercial e à privatização de empresas estatais. Na TV garantiu que não haveria novos pacotes e que o combate à inflação seria feito observando-se a lei e sem surpresas.

A equipe liderada por FHC baseou-se nas experiências anteriores, mas propôs algo inovador. Ela não criou imediatamente uma nova moeda, mas um "padrão de valor monetário": a Unidade Real de Valor (URV). Não existia concretamente, era apenas uma cotação diária que indicava a equivalência entre uma URV e os "cruzeiros reais". Quando foi anunciada, no dia 1º de março de 1994, a URV valia 647,50 cruzeiros reais. A inflação afetava a moeda, os cruzeiros reais, mas a URV permanecia fixa. Os preços dos produtos, por exemplo, eram exibidos em cruzeiros reais e em URVs. Os salários foram convertidos pela média da inflação dos quatro meses anteriores. A nova moeda viria depois e a data de sua implantação era conhecida: 1º de julho de 1994. Era o real. A população, mais uma vez, compreendeu como deveria se adaptar. Adotou com entusiasmo a nova moeda. A inflação caiu e ficou sob controle. Dito assim, simplificadamente, parece ter sido fácil. Na verdade, desde então o Brasil enfrentou graves problemas econômicos, necessidades internas de ajustes (como o abandono da "âncora cambial", que tentava manter o real em patamar próximo à equivalência de um dólar, o chamado "câmbio *on*", abandonado em janeiro de 1999, com inesperada desvalorização do real, em favor de metas de inflação) e crises internacionais muito sérias (como a que afetou o México, em 1995, a Ásia, em 1997, e a Rússia, em 1998). Mas, em termos gerais, desde o Plano Real a inflação permanece sob controle.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 129-130.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: DISCURSOS selecionados do presidente Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <http://livro.pro/xzhwj4>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Texto de apoio

A diplomacia de Fernando Henrique Cardoso: o projeto inicial (1995-1998)

No plano especificamente diplomático, Fernando Henrique habilmente esvaziou o Itamaraty de suas funções, uma vez que este órgão representava um foco de resistência do projeto nacional-desenvolvimentista. FHC transferiu as atribuições econômicas do MRE para o Ministério da Economia e, ao mesmo tempo, assumiu pessoalmente sua dimensão política com a introdução da diplomacia presidencial. As linhas de ação prioritárias foram as seguintes: avançar no caminho da integração regional, aprofundando o Mercosul; estímulo à estratégia de diversificação de parceiros nas relações bilaterais; ação junto às organizações econômicas multilaterais, em especial à OMC, e concentrar esforços para elevar a posição de potência internacional do Brasil, tornando-se um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, usando, para tanto, de argumentos como tamanho territorial, contingente populacional e seu *status* na organização. [...]

O caráter da política externa desenvolvida no governo de FHC sinalizava para a instauração de novos projetos e parcerias, sem definir claramente o paradigma estratégico pelo qual estava se orientando. FHC, como ministro das Relações Exteriores (outubro de 1992 a maio de 1993), deu início à substituição da ênfase na América Latina pela América do Sul, delimitando uma nova esfera geográfica da política regionalista. Essa diretriz teve uma dimensão prática muito importante na agenda diplomática sul-americana e o Mercosul passou a ser o núcleo desta estratégia.

Governo Fernando Henrique

Fernando Henrique Cardoso assumiu em 1995, com o compromisso de manter a estabilidade do real e de reduzir os gastos públicos e o tamanho do Estado. Em vez do Estado interventor/empreendedor da Era Vargas, ele defendia o Estado mínimo, ou seja, um Estado que transferisse para a iniciativa privada a produção de bens e serviços e se voltasse principalmente para as áreas de Educação, Saúde, Segurança e Saneamento básico.

WILSON PEDROSA/AGE/AE

O presidente Fernando Henrique Cardoso em discurso no Palácio do Planalto. Brasília, DF, 1999.

Monopólio estatal: nesse caso, refere-se ao fato de que, desde 1953, só a Petrobras poderia explorar o petróleo no Brasil.

A fim de reduzir o tamanho do Estado, o governo FHC acelerou o programa de privatização, iniciado pelo governo Collor. Para isso, conseguiu aprovar no Congresso mudanças na Constituição, entre as quais a quebra do **monopólio estatal** do petróleo e das telecomunicações. O governo FHC autorizou a venda de muitas empresas estatais, como a Vale do Rio Doce, uma das líderes mundiais na área de mineração, e a Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda. Segundo dados oficiais, entre 1991 e 2002 (governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso), o governo arrecadou 30 bilhões de dólares com a venda de empresas estatais. Durante as vendas das estatais brasileiras, o debate sobre a privatização esquentou, ganhando espaço na imprensa, nas universidades, no Congresso e entre a população.

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

Em 1994, o Mercosul adquiriu personalidade jurídico-institucional como união aduaneira para os países-membros e sua vertente política passou a buscar novos parceiros. No período 1991-1997, o comércio intrazona apresentou taxas aceleradas de crescimento, afirmando a dimensão econômico-comercial do bloco, mas também avançou no caráter político-estratégico, para aprofundar os mecanismos de reparos e decisões conjuntas (destacando-se a "cláusula democrática" do bloco, decisiva na consolidação dos regimes democráticos na região, sobretudo nas crises paraguaias). [...]

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 2, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9/1602>. Acesso em: 12 nov. 2018.

PARA REFLETIR

Debatendo a privatização

LUIDANA WHITAKER/FOLHAPRESS

Leilão de privatização da Light na Bolsa de Valores: MacDowell Leite de Castro (presidente da Light) vibra quando o ministro José Serra bate o martelo, observado por Fernando Optiz e Danilo Ferreira, leiloeiro que segura o microfone. Rio de Janeiro, 1996.

A favor das privatizações

1. O dinheiro obtido com a venda das estatais seria usado para diminuir a dívida pública, que é paga por todos os cidadãos por meio dos impostos.
2. Nas empresas estatais, os partidos políticos é que indicam os diretores, gerando corrupção e troca de favores.
3. A função do Estado não é administrar siderúrgicas, ferrovias e empresas de aviação, mas cuidar de educação, saúde e segurança pública.
4. Nas mãos da iniciativa privada, as empresas se tornariam mais eficientes e conseguiriam oferecer à população bens e serviços de melhor qualidade.

Contra as privatizações

1. O dinheiro das privatizações não serviu para diminuir a dívida pública. Durante o governo FHC, a dívida pública aumentou.
2. Com as privatizações, as tarifas dos serviços públicos (água, luz etc.) aumentaram, prejudicando o consumidor.
3. A venda das estatais liquida parte preciosa do patrimônio brasileiro, provoca a desnacionalização da economia e perda de soberania.

RICARDO AZOURY/OLHAR IMAGEM

Manifestação contra o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro, 1998.

4. Com a privatização de empresas estratégicas, serviços como os de telefonia e de fornecimento de energia pioraram e ficaram mais caros.

- Converse com os mais velhos sobre a privatização de serviços em áreas como as de telefonia e energia elétrica e respondam: Que argumentos você acha mais convincentes? E você, o que pensa sobre o assunto?

RESPOSTA E COMENTÁRIO

- Comentar a importância de se avaliar não somente a privatização, mas também o modo como ela é feita, observando se houve ou não transparência no processo.
- Além disso, estimular a capacidade argumentativa do aluno; pesquisar e comparar com o processo de privatização em outros países, como a Inglaterra.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

"Cremar o legado varguista"?

As frentes dispostas diante do novo governo se desdobravam para além do cenário interno. A inserção do Brasil na economia globalizada era, sem dúvida, um dos pilares do projeto governamental. A começar pelo papel que esta poderia desempenhar no controle da inflação e na queda dos preços internos, mediante a redução do protecionismo e a abertura do mercado brasileiro à competição internacional. Setores altamente protegidos, como a indústria têxtil, foram violentamente abalados com o ingresso de similares, muito mais baratos, oriundo dos ditos "tigres asiáticos" (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) e da China.

Ao mesmo tempo, o deslanchar do processo de privatização teria uma dupla função: financeira e ideológica. Em primeiro lugar, havia a necessidade de sustentar uma economia carente de investimentos e com graves problemas fiscais, por meio de capitais externos investidos na compra de empresas estatais. O processo, iniciado no governo Collor, se acelerou no de FHC, quando a receita anual da privatização, entre 1995 e 1998, pulou de menos de 2 bilhões de dólares por ano para mais de 35 bilhões.

Cumpre lembrar, ainda, que o projeto privatista seria um dos requisitos básicos para o desmantelamento do "velho modelo varguista" e, nesse caso, haveria uma forte motivação ideológica, relacionada às profundas mudanças ocorridas no cenário internacional a partir dos anos 1980, com a queda do Muro de Berlim, o fim da União Soviética e a crise do modelo de desenvolvimento com base em um Estado autárquico e intervencionista. Com seus corolários de Estado mínimo e de ênfase às iniciativas do setor privado, o neoliberalismo era a tendência ideológica em voga. Embora FHC tivesse, seguidamente, refutado a pecha de neoliberal: "Nós não somos neoliberais, nós somos neossocialistas, neossociais".

O segundo mandato de FHC

Fernando Henrique também conseguiu aprovar no Congresso, em 1997, a emenda constitucional que permitia a reeleição do presidente da República, de governadores e de prefeitos. E apoiado na aliança com o Partido da Frente Liberal (PFL), de Antônio Carlos Magalhães, Fernando Henrique obteve 55% dos votos nas eleições presidenciais de 1998, vencendo Lula pela segunda vez.

No seu segundo mandato, FHC continuou adotando uma política neoliberal de abertura às importações, dando continuidade ao programa de privatizações e de juros altos, a fim de atrair capitais estrangeiros. Com os juros altos, as empresas diminuíram seus investimentos na produção e despediram funcionários, o que aumentou muito o desemprego. Os efeitos da crise – especialmente o aumento do desemprego – elevaram a insatisfação popular e engrossaram a oposição ao governo FHC, tanto no Congresso quanto nas ruas.

LUCA MARTINS/OLHAR IMAGEM

Fila de pessoas em busca de emprego. São Paulo, SP, 1998.

O governo FHC teve de enfrentar também a oposição de: a) governadores (a exemplo de Itamar Franco, de Minas Gerais), que queriam renegociar a dívida de seus estados com o governo federal; b) partidos como PT, PCdoB, PDT e PSB, que geralmente votavam contra o governo no Congresso; c) movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que defendia a reforma agrária imediata.

Apesar disso, ao longo de oito anos, o governo FHC promoveu importantes avanços, sobretudo nas áreas da Educação, do controle do gasto público e da Saúde.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

[...] do ponto de vista doméstico, a onda privatista gerava a necessidade de um esforço de rearticulação entre os grupos estrangeiros – e os setores por eles privilegiados, como energia, telecomunicações e minerais –, o empresariado nacional e a burocracia estatal. [...]

Estudiosa do tema das relações entre poder público e poder privado no Brasil, Eli Diniz destaca que um os mais relevantes aspectos do padrão de ação estatal instituído durante o governo FHC foi o reforço da "primazia burocrática", forjada em um processo de seleção e recrutamento de "elites estrategicamente introduzidas nas redes transacionais de conexões". Ministério da Fazenda, Banco Central, Tesouro Nacional e BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] formaram o que ficou conhecido como "núcleo duro do Estado", dotado de razoável autonomia – que variava de acordo com o tema em pauta e/ou o contexto político – e, de onde partiram as orientações básicas do projeto governamental no que se referia à estabilização dos preços, ao ajuste fiscal e à nova inserção do país na economia internacional.

Do ponto de vista institucional, o processo de privatização ficou a cargo do BNDES, que abrigou, em sua presidência, nomes de ponta da equipe econômica do Plano Real. [...] A "primazia" desse elite burocrática não significou, no entanto, como se poderia imaginar, uma unidade de pensamento e de ação em relação à implantação de um novo modelo de desenvolvimento que rompesse com aquele herdado da Era Vargas.

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da Nova República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 5. p. 231-233.

Na Educação ocorreu um grande aumento do número de crianças na escola: em 1994, a porcentagem de crianças de 7 a 14 anos fora da sala de aula era de 12%; em 2002, passou a ser de 3%. A taxa de analfabetismo entre brasileiros com mais de 10 anos de idade, que era de 15% em 1995, caiu para 11%, em 2001. Foi aprovada também a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, que introduziu importantes mudanças no sistema educacional brasileiro, de modo a elevar sua qualidade.

Em 1995, sob a inspiração do professor Cristovam Buarque, governador do Distrito Federal, foi gestado o programa Bolsa Escola, que provia o pagamento de uma renda mínima a famílias pobres que garantissem a frequência das crianças na escola. Em 2001, o programa foi adotado pelo governo Fernando Henrique, que, por meio dele, beneficiou mais de 5 milhões de famílias.

GERALDO MAGELA/FOLHAPRESS

À direita na imagem, o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, durante lançamento do programa Bolsa Escola, na cidade-satélite de Paranoá. Brasília, DF, 1995.

No tocante ao controle do gasto público, uma importante iniciativa do governo FHC foi a aprovação, no ano 2000, da **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Essa lei proíbe o administrador público (prefeito, governador ou presidente) de gastar mais do que o arrecadado. O desrespeito a essa lei prevê graves punições, que vão desde a perda dos direitos políticos até o pagamento de multas e a prisão dos infratores.

Na Saúde, o programa de combate à **aids** adotado pelo governo tornou-se referência mundial. O **índice de mortalidade infantil** caiu significativamente: em 1994, era de 38,4 mortes por mil nascimentos; em 2001, passou a ser de 28,6 mortes por mil nascimentos.

No campo social, o total de famílias sem terra assentadas em 1994 era de 218 mil; ao final dos oito anos do governo FHC, tinha subido para 688 mil.

Aids: sigla em inglês da síndrome da imunodeficiência adquirida, doença causada pelo vírus HIV que pode ser contraída por meio de relações sexuais sem o uso de preservativo ou pela transfusão de sangue contaminado.

Índice de mortalidade infantil: número de mortes de menores de um ano de idade por mil nascidos vivos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o artigo: A EDUCAÇÃO no governo de Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <http://livro.pro/3i27bf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Texto de apoio

A educação no governo FHC

Assim como na saúde, na educação criaram-se políticas para ampliar a escolarização, especialmente deficiente entre os mais pobres. Embora não tenha contado com uma nova fonte de recursos, à diferença da saúde [para a qual criou-se uma contribuição específica, a CPMF], o ensino fundamental beneficiou-se da receita extraordinária resultante dos leilões da telefonia celular, caso em que o presidente abriu exceção à diretriz de usar os recursos arrecadados com a privatização para o abatimento da dívida pública. Contra o voto da oposição, aprovou-se o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), que redistribui recursos em favor dos municípios com maior número de matrículas e assegurou um gasto mínimo por aluno, com o complemento do governo federal onde necessário. O Fundef estimulou os municípios a ampliar as matrículas no ensino fundamental e permitiu o aumento do salário dos professores nas regiões menos desenvolvidas do país. Por outro lado, institui-se o programa Bolsa Escola, com a oferta de ajuda financeira às famílias pobres com filhos entre sete e catorze anos, desde que frequentando a escola. A soma dessas políticas levou a que se atingisse o objetivo de colocar "todas as crianças na escola".

Nessa faixa etária, o problema educacional deixou de ser "de quantidade". Já a qualidade do ensino público continuou lamentável, conforme revelaram sistemas de avaliação introduzidos pelo governo. Algumas avaliações indicaram até mesmo a piora em sua qualidade, medida pelo desempenho dos alunos. Foi um efeito não intencional, possivelmente inevitável, resultante da incorporação de alunos de famílias mais pobres e menos instruídas no sistema escolar.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 505.

Texto de apoio

Lula e o novo protagonismo brasileiro

O governo Lula da Silva (2003-2010) foi marcado por uma retomada vigorosa do crescimento econômico, acompanhado, desta feita, por amplos programas de distribuição de renda e inclusão social. Tais elementos legitimaram e incentivaram uma ação internacional do Brasil mais ativa e propositiva, que foi denominada "novo protagonismo mundial". O processo de globalização, no qual o Brasil buscou vantagens competitivas, favoreceu imensamente tais ações.

Sua melhor expressão é a atual presença do Brasil no grupo dos principais países emergentes, o chamado Bric (Brasil, Rússia, Índia e China). Aos poucos, uma associação apenas "estatística", originada na análise de cenários de um banco, acabou assumindo um papel político crescente, ao ponto de o Bric organizar conferências internacionais regulares e mesmo votos comuns na ONU.

A política externa brasileira praticada pelo presidente Lula da Silva e pelo Itamaraty – em especial sob a direção doutrinária do secretário-geral do ministério, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e pelo chanceler Celso Amorim – levou a alguns resultados bastante importantes, como repetidas vitórias do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), com a condenação dos subsídios norte-americanos para o açúcar, o algodão e a soja.

VANDERLEI ALMEIDA/AFP

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente, José Alencar, acenam para a multidão na cerimônia de posse, em 1º de janeiro de 2003, na capital do país, DF.

Governo Lula

Nas eleições presidenciais de 2002, o vencedor foi Luiz Inácio Lula da Silva, da coligação liderada pelo PT, e o segundo colocado foi José Serra, do PSDB. Lula ficou com 61,27% dos votos válidos, enquanto Serra obteve 38,73%. Era a primeira vez que um líder saído dos meios operários chegava à presidência da República no Brasil.

Ao assumir o governo, Lula criou novos ministérios, como o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, e secretarias, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. E anunciou, como prioridade de seu governo, o **Programa Fome Zero**, cujo objetivo era garantir a todos os brasileiros uma alimentação adequada em termos de qualidade, quantidade e regularidade.

O programa combinava políticas estruturais, como a intensificação da reforma agrária, com políticas específicas, como a melhoria da merenda escolar e o **Programa Bolsa Família**. Implantado em 2004, o Bolsa Família é o resultado da unificação de quatro outros programas criados no governo FHC: Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Lula ampliou consideravelmente as iniciativas anteriores, conseguindo, assim, diminuir substancialmente o índice de pobreza no Brasil. Foi essa a principal marca de seu governo. Observe a tabela.

Índice de pobreza no Brasil

Ano	%
1993	47
1995	38
2008	25

Fonte: FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 135.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Ao mesmo tempo, o país insistiu no questionamento da distribuição injusta da representação mundial, daí decorrendo a necessidade de reformas de instituições como a ONU e seu Conselho de Segurança, do FMI e do Banco Mundial. [...] No seu conjunto, a diplomacia brasileira reforçou a necessidade de uma distribuição mais democrática de poder em escala mundial numa clara crítica aos mecanismos que regem a atual ordem mundial, considerados herança de outra época.

A escolha do Brasil para receber o Campeonato Mundial de Futebol de 2014 e da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 evidenciou, na condução da política externa do país, a busca de reconhecimento de um país novo, eficiente e pacífico. [...]

SILVA, Francisco C. Teixeira da. O Brasil no mundo. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). **Modernização, ditadura e democracia**. 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 5. p. 160, 163.

EVERTON SILVEIRA/AGÊNCIA FREELANCER/FOLHAPRESS

Cartão do Bolsa Família. Porto Alegre, RS, 2016.

Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que beneficia famílias pobres ou extremamente pobres. Atualmente (2018), podem receber o benefício as famílias em situação de extrema pobreza, com renda *per capita* mensal de 89 reais, as consideradas pobres, com renda *per capita* mensal de até 178 reais, ou as que são pobres ou extremamente pobres e que são compostas de gestantes, nutrizes e crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos.

Desde sua criação, a polêmica em torno do Bolsa Família divide tanto os especialistas quanto o restante da população. Apresentamos, a seguir, alguns argumentos desse debate.

PARA REFLETIR

Bolsa Família em debate

Os defensores do programa argumentam que o Bolsa Família:

a) é o maior programa de transferência de renda já posto em prática no Brasil;

b) ajudou a dinamizar a economia dos municípios, possibilitando o aumento das vendas em mercearias, lojas e supermercados;

c) contribuiu para diminuir o número de pessoas que viviam em situação de pobreza e significou um avanço na obtenção de direitos sociais por parte de milhões de brasileiros;

d) no Brasil, pela primeira vez em muitos anos, houve melhora na distribuição de renda, o que se deve, em parte, ao Bolsa Família.

Os críticos do Bolsa Família argumentam que:

a) o programa é assistencialista e eleitoreiro; dá esmolas quando, na verdade, deveria oferecer trabalho;

b) o programa incentiva o ócio e ajuda quem não "gosta de trabalhar";

c) manter as crianças na escola e vacinadas é obrigação das famílias e não do Estado brasileiro;

d) não há fiscalização do programa; muitas pessoas recebem o Bolsa Família sem, de fato, necessitar dele para suas necessidades básicas.

- Reflita, debata e opine: que argumentos você considerou mais convincentes? Por quê?

O Bolsa Família teve continuidade nos governos Dilma e Temer e, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, atendia, em 2018, cerca de 13,7 milhões de famílias, o que corresponde a cerca de 46 milhões de pessoas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTA E COMENTÁRIO

- Resposta pessoal. **Professor**: para fundamentar o debate, acessar: <http://livro.pro/ermp4u>; incluir outro *site* apresentando prós e contras do Bolsa Família.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- ENTREVISTA com pesquisadora sobre os impactos do Programa Bolsa Família. Duração: 27 min. Disponível em: <http://livro.pro/egasc9>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Vídeo da Univesp sobre o impacto do Programa Bolsa Família.

Texto de apoio

Os impactos do Programa Bolsa Família na educação

Os impactos do benefício [Programa Bolsa Família – PBF] foram investigados na matrícula escolar, que é uma condicionalidade do programa, e também na progressão, repetência e evasão escolar. [...] Quanto aos efeitos do programa sobre a matrícula escolar, os resultados mostraram que o PBF aumenta a probabilidade das crianças beneficiárias de se matricularem nas regiões Norte/Centro-Oeste e Nordeste, especialmente nas áreas rurais. Os efeitos marginais indicaram que a probabilidade das crianças do grupo de tratamento, residentes na região Norte/Centro-Oeste, de se matricularem na escola aumentou aproximadamente 91,43%.

Os resultados também mostraram que o programa impactou positivamente na progressão escolar para crianças de 15 a 17 anos residentes na área rural do Nordeste e na área urbana da região Sul/Sudeste. Na área rural da região Norte/Centro-Oeste, o PBF diminuiu em aproximadamente 98% a probabilidade de evasão escolar para as crianças de todas as idades. [...]

Os resultados como um todo mostram que o PBF parece estar aumentando o atendimento escolar nas áreas rurais e na região Norte/Centro-Oeste do país. Nas áreas urbanas, o PBF demonstra não estar cumprindo com seu objetivo de aumentar acumulação de capital humano entre as crianças mais pobres, reduzindo assim a transmissão intergeracional da pobreza.

Uma pesquisa realizada com beneficiários do PBF conclui que o benefício é de grande ajuda para as famílias e que a maior parte do subsídio é gasto em alimentação.

KERN, Ana Paula; VIEIRA, Marcel de Toledo; FREGLUGLIA, Ricardo da Silva. Impactos do Programa Bolsa Família na educação das crianças. In: 45º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (Anpec). **Anais**... Natal, 2017. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i12-00e6a236f55d70ceed173a082b0e15a9.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Não. **Professor**: comentar que ela está enraizada na cultura política brasileira.
b) Não; o que se pode dizer é que houve acusações de prática de corrupção em todos os governos, de Collor a Temer.
c) Resposta pessoal. **Professor**: estimular o posicionamento do aluno ante esse importante debate do nosso tempo. Lembrar que a história não adivinha o futuro, não faz predições, ajuda na compreensão do passado e do presente e nas relações entre um e outro.
d) Resposta pessoal.

Texto de apoio

Os sentidos da corrupção

O sentido da corrupção no Brasil colônia remete a uma cultura política e práticas administrativas peculiares ao período [...]. A falta de um sistema jurídico ordenado e organogramas que estabelecessem claramente as funções, as tarefas e um sistema de carreira contribuíam para o desordenamento.

[...] A questão da mão de obra escrava perpassa na mesma dimensão do governo omisso em relação às práticas ilegais que ocorriam, ou seja, não intervir para o negócio fluir. O mesmo ocorre no Brasil pós-independência, a questão é que houve um deslocamento do interesse de empresários para projetos de grande porte, como as concessões obtidas pelo Visconde de Mauá. A corrupção eleitoral, o voto de cabresto e o sistema de degolas são práticas que junto ao coronelismo traduzem a ausência de um poder central.

[...] O governo de Getúlio Vargas e a política do "Rouba, mas faz" de Adhemar de Barros colocam a corrupção sob o estigma do indivíduo e, sob certo aspecto, a esperança que ao retirar esses agentes, que se apropriavam do dinheiro público e enriqueciam, voltar-se-ia a um quadro de integridade na política. Na mesma linha seguiam os militares, que designavam-se como portadores de um comportamento ético, de decência pessoal e acusavam os governos anteriores, Jango, Juscelino, de corruptos. O sentido da corrupção é resultado de vícios produzidos por uma vida política de baixa qualidade moral. [...]

O caso Collor e os escândalos no governo FHC (Sivam e Emenda da Reeleição) apresentam uma perspectiva política e sistêmica e não mais moralista. Nessa perspectiva sistêmica, a corrupção adquire um novo sentido que é a relação entre o público e o privado, evidenciando o mau funcionamento das instituições políticas, responsáveis por criarem incentivos para esse tipo de comportamento.

BIASON, Rita de Cássia. **A corrupção na história do Brasil**: sentidos e significados. 2018. p. 8-10. Disponível em: <http://www.encontro2018.mg.anpuh.org/resources/anais/8/1534553717_ARQUIVO_ArtigocompletoAnpuh-MG2018.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

PARA REFLETIR

Corrupção: o "cupim da República"

Durante os debates que precederam a Constituição de 1988, o deputado Ulysses Guimarães afirmou que a corrupção era o "cupim da República". Essa sua frase antecipa o que iria ocorrer: todos os governos eleitos depois de ele ter pronunciado a frase, de Collor a Temer, sofreram acusações de corrupção.

No caso do presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorreram acusações de compra de votos de parlamentares para que aprovassem a emenda que instituiu o direito à reeleição do presidente da República; a aprovação da emenda possibilitou a reeleição de FHC para novo mandato, no ano seguinte. O caso não sofreu investigação e acabou arquivado, o que abalou a imagem do presidente Fernando Henrique Cardoso.

No caso do governo Lula, ocorreram, em 2005, várias denúncias de corrupção envolvendo dirigentes do PT, entre os quais o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. A denúncia mais grave foi o pagamento de um valor mensal a deputados para garantir que votassem a favor do governo na Câmara dos Deputados. Essa compra de votos ficou conhecida como "mensalão".

Sete anos depois, os envolvidos no "mensalão" foram julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, entre os condenados à prisão, estavam importantes lideranças de vários partidos, inclusive do PT. O episódio abalou a confiança de parte considerável de seus eleitores.

A popularidade do presidente Lula, porém, continuou alta, o que sugere que as políticas sociais adotadas por seu governo tinham um peso enorme na avaliação dos que eram beneficiados por elas.

a) Segundo o texto, a corrupção é um fenômeno associado a um determinado governo ou partido?
b) Com base no texto, pode-se dizer que todos os políticos são iguais?
c) Você concorda com a afirmação contida no título?
d) **Em dupla**. Reflitam e opinem: nós venceremos a corrupção no Brasil? Justifiquem.

RONALDO DE OLIVEIRA/CB/D.A PRESS

Manifestante em frente ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, DF, durante sessão que analisou, em 2011, os processos que definiriam a validade da Lei da Ficha Limpa para as eleições municipais de 2012.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O segundo governo Lula

Nas eleições de 2006, Lula reelegeu-se presidente da República com mais de 60% dos votos válidos; o segundo colocado foi Geraldo Alckmin, do PSDB.

No segundo governo Lula, merecem destaque os campos da economia e da política externa.

Na **economia**, o governo Lula foi favorecido por um fator interno e outro externo. Internamente, se beneficiou da estabilidade gerada pelo Plano Real e, externamente, da expansão do comércio mundial, em parte graças ao bom desempenho da China. Aproveitando-se dessa conjuntura favorável, o governo incentivou as exportações e conseguiu sucessivos saldos positivos na balança comercial. Em 2007, Lula lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que previa investimentos em saneamento básico, portos, estradas, urbanização, entre outros. O PAC, o controle da inflação, os sucessivos saldos positivos na balança comercial e a confiança no governo contribuíram para o crescimento da economia. Observe o comportamento da economia brasileira entre 2006 e 2010.

Produto Interno Bruto (PIB): Brasil

Ano	População (em milhões)	PIB (em bilhões de reais)	Crescimento anual
2006	185 564	2 409	4,0%
2007	187 642	2 720	6,1%
2008	189 613	3 109	5,1%
2009	191 481	3 333	– 0,1%
2010	193 252	3 885	7,5%

Fontes: IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/mediaibge/arquives/7531a821326941965f1483c85caca11f.xls>; IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1272&t=ibge-populacao-brasileira-envelhece-ritmo-acelerad&view=noticia>. Acessos em: 10 out. 2018.

DIALOGANDO

Observando a tabela, pode-se afirmar que a crise iniciada nos Estados Unidos, em 2008, desestabilizou a economia brasileira?

Esse crescimento da economia contribuiu também para o aumento considerável no número de trabalhadores com carteira assinada. Observe a queda do desemprego nesse mesmo período.

Taxa média anual de desocupação: regiões metropolitanas

Ano	Desemprego (%)
2006	10,0
2007	9,3
2008	7,9
2009	8,1
2010	6,7

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa mensal de emprego**. Médias das estimativas mensais. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024954801102016481128904912.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

Dialogando

Não. Se em 2009, em razão da crise, o PIB brasileiro apresentou uma taxa negativa, no ano seguinte voltou a crescer em 7,5%.

Dica de Leitura

- FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.

História do Brasil Contemporâneo, do professor Carlos Fico, da UFRJ, lança luz sobre o período que vai do suicídio de Vargas, em 1954, ao final do governo Lula, em 2010. Seu foco maior é a história política do período. No entanto, em vez de se ater apenas às ações e movimentações dos governantes, apreende também as resistências e os pleitos da sociedade civil organizada. A obra contribui com o leitor apresentando também comentários da bibliografia acadêmica sobre o período abordado pelo autor.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Como se fosse um programa de governo para o segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em cerimônia no Palácio do Planalto, no dia 22 de janeiro de 2007, com a presença de ministros, secretários de Estado, congressistas, governadores, dirigentes de estatais, empresários e representantes dos trabalhadores. [...]

O PAC engloba um conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal, promovendo o crescimento acelerado do país com diminuição das desigualdades de renda e entre regiões, preservando, entretanto, o equilíbrio fiscal e monetário e reduzindo a dívida e a vulnerabilidade externa. No discurso em que anunciou o Programa, o presidente da República fez questão de mencionar que o PAC se ampliaria e desdobraria em várias etapas, mas que inicialmente abarcaria cinco blocos: medidas de investimento em infraestrutura, inclusive de infraestrutura social, como habitação, saneamento básico e transporte de massa, além de determinados programas de água e eletricidade; [...] medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento; medidas de desenvolvimento institucional; medidas de desoneração e administração tributária; e medidas fiscais de longo prazo.

MORAES, Gloria. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac>. Acesso em: 29 out. 2018.

Texto de apoio

Os BRICS e a geopolítica mundial

[...] A crescente importância dos BRICS nas decisões econômicas internacionais decorre dos esforços efetivos destes países em acelerar o seu crescimento e desenvolvimento econômico e das expectativas de que nas próximas décadas a realização do potencial crescimento dos BRICS terá como consequência a reconfiguração multipolar do poder econômico e político dentro das instituições de governança econômica do sistema internacional.

À vista da modificação da realidade internacional nos últimos anos, aponta-se para um aprofundamento da crise de legitimidade na tomada de decisões internacionais pelas potências ocidentais a partir da incapacidade de apenas as economias europeias e norte-americanas, somadas à japonesa, controlarem os principais fluxos de investimento, comércio e produção econômica. Na visão de Stuenkel (2012), o BRICS é uma das mais inesperadas e inovadoras criações da nova estrutura de governança internacional, com demanda de revisão da estrutura econômica e política global que não eram possíveis e imagináveis no imediato pós-Guerra Fria.

Atualmente, a pauta principal e unificadora da agenda dos BRICS é uma demanda por maior participação nas instituições internacionais, com a inclusão dos países do Sul – liderados pelos próprios BRICS – nos principais fóruns de debate e decisão sobre a arquitetura das instituições econômicas internacionais. Além do argumento da reconfiguração da geografia econômica global, a demanda principal dos BRICS é a incorporação, de maneira crível, de suas demandas e preocupações econômicas internacionais às principais instituições econômicas internacionais, reduzindo a proeminência americana e europeia nos principais fóruns como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional – FMI e o sistema multilateral de comércio GATT/OMC. [...]

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; CARDOSO, Luís Fernando de Paiva Baracho. A Política Externa Brasileira e o Grupo dos Brics. **Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política**, n. 11, p. 121-144, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/leviathan/article/view/135212>. Acesso em: 15 nov. 2018.

O Brasil amplia sua visibilidade externa

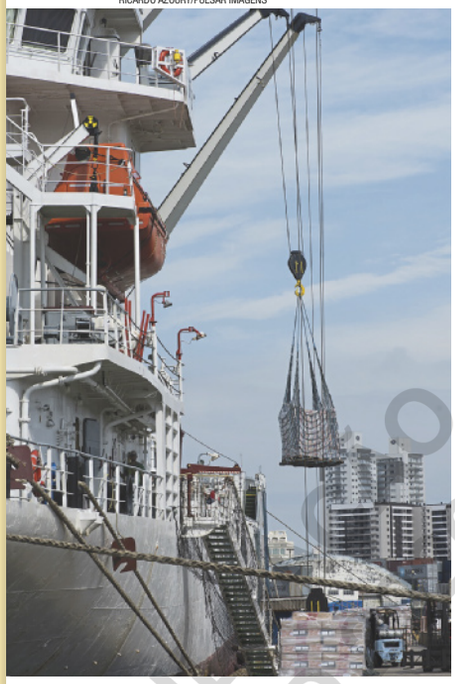
Prouni: programa do Ministério da Educação, criado em 2004, que oferece bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior a estudantes pobres interessados em cursar a universidade.

Por possuir características como território extenso, população grande, recursos naturais abundantes e uma economia que vinha apresentando altas taxas de crescimento, o Brasil foi considerado um país emergente. A condição de país emergente valeu ao Brasil o ingresso no G20, grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. O grupo foi criado em 1999, e os países que o integram respondem por 85% da produção mundial e abrigam dois terços da população do planeta. O G20 tem a missão de contribuir para o aprimoramento da governança global.

Em 2006, os países emergentes compuseram o Bric (Brasil, Rússia, Índia e China); em 2011, a África do Sul (em inglês, *South Africa*) ingressou oficialmente no grupo dos emergentes. A sigla usada para denominá-los ganhou então um "S": Brics.

Ainda na política externa, o Brasil fortaleceu sua liderança na América do Sul e estreitou relações comerciais com países emergentes, como a China e a Índia, e com países africanos e árabes. Com isso, aumentou o número de parceiros comerciais, o que contribuiu para os saldos positivos obtidos na balança comercial durante o período.

RICARDO AZOURY/PULSAR IMAGENS



Embarque de mercadorias em cargueiro atracado no complexo portuário da cidade de Itajaí, SC, 2018.

No campo educacional, merecem registro, por um lado, o crescimento dos níveis de escolarização, que já vinham aumentando desde o governo FHC, e, por outro, a criação do Programa Universidade para Todos (**Prouni**), que concedia bolsas de estudo a jovens de famílias de baixa renda, permitindo que eles cursassem a universidade.

Os resultados obtidos pelo governo Lula na economia, na área social e na política externa contribuíram para elevar sua popularidade; ele terminou seu mandato com mais de 80% de aprovação, conseguindo com isso influenciar as eleições presidenciais de 2010, que deram a vitória à candidata apoiada por ele, Dilma Rousseff, do PT. Ela obteve 56,05% dos votos válidos, contra 43,95% dados a José Serra, do PSDB.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

238

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

A presidente Dilma Rousseff em solenidade de posse em Brasília, DF, em 1º de janeiro de 2011. Pela primeira vez na história, uma mulher assumia o posto mais alto da República no Brasil.

Governo Dilma Rousseff

Ao tomar posse, em janeiro de 2011, a presidente prometeu manter a inflação controlada, a estabilidade econômica e aumentar os investimentos no PAC, que prevê a realização de obras de infraestrutura (aeroportos, portos, estradas etc.).

No campo social, prometeu que seu governo forneceria bolsas de estudo para jovens que cursam o Ensino Médio profissionalizante e que investiria no Programa **Minha Casa Minha Vida**.

No início do mandato de Dilma, a crise externa iniciada nos Estados Unidos, em 2008, atingiu também a União Europeia, diminuindo o mercado para os produtos brasileiros. Internamente, a falta de investimentos em portos, estradas e aeroportos brasileiros dificultava o crescimento da economia.

As crises externa e interna se refletiam nos números do governo Dilma. Nos dois primeiros anos de seu governo, o crescimento do PIB foi tímido: 2,7%, em 2011, e 1,0%, em 2012. Para compensar as perdas decorrentes da crise externa e animar a economia, o governo Dilma tomou uma série de medidas:

a) aumentou os investimentos no PAC;

b) **desonerou** o setor produtivo, especialmente o automobilístico, a fim de estimular a produção, a venda e o emprego nesse setor;

c) promoveu várias quedas nas taxas de juros Selic, que em março de 2013 chegaram a 7,5%;

d) ampliou e diversificou seus parceiros comerciais; enquanto diminuíam as exportações brasileiras para os Estados Unidos e a União Europeia, cresciam as destinadas à China e ao Mercosul;

e) iniciou um programa de concessões em aeroportos, rodovias, ferrovias e portos, em meados de 2012, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços.

Minha Casa Minha Vida: programa do governo federal com o objetivo de ajudar os mais pobres a conseguir a casa própria. As prestações pagas durante o financiamento desses imóveis não podem ultrapassar 10% da renda.

Desonerou: livrou o setor de pagar parte dos impostos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões

[...] Instituído pela Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009, o PMCMV constitui, atualmente, o principal programa habitacional do governo federal, cujo objetivo consiste na construção maciça de moradias visando à melhoria do sistema habitacional para a população de baixa e média renda. [...]

Na primeira fase do Programa, que corresponde aos anos de 2009 e 2010, foram contratadas 1,005 milhão de moradias. Já na segunda fase, que começou em 2011, foram contratadas 2,385 milhões de unidades. Os dados referentes ao programa em julho de 2013 eram da ordem de 3 012 848 unidades contratadas e, até julho de 2014, o Governo Federal havia entregue 1,7 milhão de moradias, beneficiando 6,4 milhões de pessoas e totalizando um investimento de R$ 361,6 bilhões, dos quais 60% voltaram-se para a menor faixa de renda, o que indica o direcionamento do programa para a população de menor poder aquisitivo.

A despeito desses vultosos resultados quantitativos, vários pesquisadores têm apontado a má qualidade da produção habitacional do Programa, bem como a localização periférica dos empreendimentos, ditada na maioria das vezes por interesses especulativos do mercado de terras [...].

Ao mesmo tempo que se assiste a um salto qualitativo na forma de gerir o tema moradia a partir da criação do Ministério das Cidades e de instrumentos como a Política Nacional de Habitação, o SNHIS e o FNHIS, do ponto de vista da produção de cidade, vários estudos têm demonstrado a permanência dos mesmos cenários urbanos e efeitos socioespaciais, onde a periferia absorve a moradia popular advinda do PMCMV, em regiões desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos adequados [...].

Entretanto, a maioria desses estudos volta-se para as metrópoles e cidades médias, enquanto pouco tem sido investigado sobre a eficácia social do PMCMV nas pequenas cidades, que constituem a grande maioria das unidades locais no Brasil. [...]

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 35, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cm/v18n35/2236-9996-cm-18-35-0283.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

As manifestações de 2013: a voz das ruas

Apesar dessas medidas, o terceiro ano do governo Dilma se iniciou com queda na atividade econômica. Para agravar a situação, Dilma tinha dificuldade de negociar com os líderes dos diferentes partidos e, por isso, não conseguia aprovar seus projetos. Nesse contexto crítico, em junho de 2013, o Brasil sediou a Copa das Confederações. Os gastos com essa Copa e com a Copa do Mundo, programada para o ano seguinte, geraram protestos contra o governo; os manifestantes reclamavam da falta de investimento na educação. Saíam com cartazes com dizeres como: "Me chama de Copa e investe em mim!".

ALEXANDRE MORREIRA/BRAZIL PHOTO PRESS/LATINCONTENT/GETTY IMAGES

Entre maio e junho de 2013, milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus. Na fotografia vemos manifestantes do Movimento Passe Livre. São Paulo, SP.

Nesse mesmo ano, protestos iniciados em São Paulo contra o aumento da passagem de ônibus se transformaram em uma onda gigante de manifestações que se espalhou pelo país todo. No dia 17 de junho, aconteceram protestos em várias capitais e na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Com o crescimento do movimento, os manifestantes aprofundaram e diversificaram suas reivindicações, passando a criticar os baixos investimentos em saúde e educação, a violência policial, a corrupção e os gastos governamentais com a Copa do Mundo. Os manifestantes propunham, entre outras coisas, a "democratização da política". Segundo estudiosos, os protestos populares de junho de 2013 no Brasil revelaram algumas características importantes, que listamos a seguir:

a) a ausência de grandes partidos e sindicatos;
b) o uso intensivo de redes sociais na mobilização e organização dos protestos;
c) a presença significativa de um grande número de jovens entre os manifestantes, quebrando o mito do desinteresse da juventude pela política;
d) a capacidade de esses movimentos reunirem pessoas de diferentes camadas sociais.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

As jornadas de Junho

O mês de junho de 2013 ficou marcado por uma onda de protestos que, a partir de São Paulo, se espalhou por várias cidades brasileiras, mobilizando milhares de pessoas no que se tornaria, naquele momento, a maior série de manifestações de rua desde o movimento pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, 21 anos antes.

Originalmente, os manifestantes se opunham ao aumento no preço das passagens de ônibus, de R$ 3 para R$ 3,20. Aos poucos, no entanto, a pauta se ampliou. A frase "não é por R$ 0,20", escrita em vários muros da capital paulista, deixou claro o desejo de extrapolar a reivindicação original.

A violência policial – cujo ápice ocorreu no dia 13 de junho, quando a PM de São Paulo atacou manifestantes no cruzamento da avenida da Consolação com a rua Maria Antônia, deixando mais de 150 feridos – despertou a solidariedade de pessoas que, até então, não tinham se envolvido com o movimento. Essa adesão ampliou a convocatória das marchas seguintes e, ao mesmo tempo, tornou os protestos mais diversos do ponto de vista ideológico.

Desde sua origem, o Movimento Passe Livre, grupo responsável pela mobilização inicial das chamadas "Jornadas de Junho", reivindicou para si um caráter horizontal, livre da agenda dos partidos políticos tradicionais e com líderes que se revezavam como negociadores e porta-vozes.

A relutância – ou a dificuldade – em definir uma agenda centralizada de reivindicações claras faz com que as interpretações sobre a origem e as consequências das jornadas variem até hoje, a depender de quem analisa o fenômeno.

CHARLEAUX, João Paulo. O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram. **Nexo**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>. Acesso em: 29 out. 2018.

RODOLFO BUHRER/LA IMAGEM/FOTOARENA

Sede da Polícia Federal em Curitiba, PR, 2015.

Operação Lava Jato e eleições presidenciais

Em março de 2014, a Polícia Federal deflagrou a operação Lava Jato e descobriu um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, políticos e grandes empreiteiras. As delações premiadas do ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e do doleiro Alberto Youssef alimentaram as investigações. Ambos assinaram, no Ministério Público Federal, a delação premiada, e Paulo Roberto informou que as grandes empreiteiras pagavam propina para vencer a concorrência em obras da Petrobras e que o dinheiro desviado ia para as contas de executivos e de partidos políticos.

Foram criadas duas **CPIs**: uma exclusiva do Senado e outra mista. Após meses de investigação, a CPI mista aprovou o relatório do deputado Marco Maia (PT-RS), que pediu o indiciamento de 52 pessoas. Vários executivos de empreiteiras e três políticos foram presos; inúmeros outros foram indiciados. As ações da Petrobras sofreram uma forte queda.

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito, grupo da Câmara, do Senado ou misto (quando é integrado por parlamentares das duas casas do poder Legislativo) formado para investigar possíveis infrações ou crimes cometidos por políticos ou por funcionários do governo.

Reeleição de Dilma

No final de 2014, teve início a corrida presidencial, que foi tumultuada pela morte inesperada, em um acidente aéreo, do candidato do PSB, Eduardo Campos, terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto. A disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a Força do Povo (PT e aliados), e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil (PSDB e aliados), foi acirrada, com acusações de lado a lado. Dilma venceu por uma diferença relativamente pequena: obteve 51,64% dos votos válidos contra 48,36% dados a Aécio Neves.

No início de 2015, a equipe econômica chefiada pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disposta a reduzir o gasto público e equilibrar as contas do governo, se esforçava em vão para aprovar um pacote fiscal no Parlamento visando à retomada do crescimento econômico e à geração de empregos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

As dificuldades do governo Dilma e o *impeachment*

A terrível situação econômica ampliou os obstáculos políticos à frente do governo Rousseff, que não mostrou habilidade necessária para vencê-los. Em sua defesa, pode-se afirmar que qualquer liderança teria dificuldade em superar quadro tão agudamente adverso. No entanto, uma liderança mais atilada teria evitado que a situação crítica atingisse tamanha envergadura. [...] Observadores críticos afirmaram que Dilma foi autoritária, irascível e pouco aberta ao diálogo com as lideranças políticas. Além disso, formularam-se muitas reclamações contra a sua incapacidade de ouvir conselhos e certa teimosia. De outro ponto de vista, pode-se dizer que a presidente agiu assim por dificuldade em aceitar os arranjos políticos tradicionais, inclusive a corrupção. Um exemplo paradigmático foi o choque com o deputado Eduardo Cunha, que seria eleito presidente da Câmara dos Deputados contra a vontade de Rousseff, que não o suportava por saber como ele operava. Ela ganhou com isso um inimigo irreconciliável que, à frente da Câmara, teve papel-chave na aprovação do *impeachment*.

[...] Explicação definitiva para o fenômeno da erosão política do governo [de Dilma] Rousseff demandará mais pesquisas, mas alguns aspectos são claros. O afastamento dos partidários aliados do PT, com exceção do fiel PCdoB, deveu-se inicialmente a desgastes na relação com o governo. A propalada falta de disposição de Dilma ao diálogo teve algum peso, assim como sua tentativa, no início do segundo mandato, de diminuir a dependência do governo em relação ao PMDB, um erro estratégico, já que não se construiu base de poder alternativa. Há indícios de que o comando do governo inicialmente via com bons olhos as investigações contra a corrupção, sem imaginar que acabariam voltando-se contra ele.

O *impeachment* de Dilma

No decorrer de 2015, a situação se agravou: o Brasil apresentou um PIB negativo (–3,8%). Os preços dos alimentos e dos aluguéis aumentavam, enquanto o número de empregos com carteira assinada diminuía.

No Parlamento, a presidente perdia aliados e não conseguia aprovar seus projetos. Em um clima de crise econômica e política, no final daquele ano, a oposição deu entrada no pedido de *impeachment*, acusando a presidente de **crime de responsabilidade**. A sociedade se dividiu: de um lado estavam os manifestantes favoráveis ao *impeachment* da presidente; de outro, os que defendiam sua permanência no governo.

EULER PADIAO/OLHAR IMAGEM

Crime de responsabilidade: segundo o relatório da Câmara, Dilma editou decretos de créditos suplementares, em 2015, sem a autorização do Congresso (Câmara dos Deputados + Senado Federal).

VICTOR MORIYAMA/GETTY IMAGES

Acima, manifestação pró-*-impeachment* da presidente Dilma. São Paulo, 2016. À direita, manifestação contra o *impeachment* da presidente. São Paulo, 2015.

Nesse ambiente conflituoso, em abril de 2016, 367 deputados votaram a favor da abertura do processo de *impeachment* da presidente, e 137 foram contrários. Em seguida, o Senado Federal julgou o caso e, por 55 votos a 22, declarou-se favorável à abertura do processo de *impeachment* contra a presidente. A presidente Dilma, então, foi impedida, e o vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência da República.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

Rousseff nada fez para impedir as investigações; ao contrário, os governos petistas ao longo dos anos ampliaram a autonomia do Ministério Público e da Polícia Federal, com base em convicções republicanas. No entanto, havia uma contradição grave: o comando do governo apostava no fortalecimento das instituições republicanas, mas, ao mesmo tempo, dependia de alianças políticas corruptas e fisiológicas para governar. O fato é que Dilma não conseguiu desmontar os esquemas de corrupção e tampouco construiu alternativa mais estável para governar. A contradição tornou-se uma armadilha mortal. A parte podre da base aliada do governo, ou seja, os parlamentares que ali estavam movidos por fisiologismo, apressou-se em abandonar o barco quando ele começou a adernar, apostando na alternativa mais conveniente para salvarem a pele e continuarem a fruir os recursos públicos.

A razão principal para o desmonte da base parlamentar não foi a falta de diálogo de Rousseff e sim uma conjunção de fatores que se mostrou explosiva: a crescente pressão da opinião direitista (conservadora e liberal) e antipetista, a grave crise econômica e o medo de parte das lideranças políticas quanto aos resultados da Lava Jato. A contribuição maior do governo Rousseff – ressaltando a corresponsabilidade de seus assessores políticos, alguns dos quais combinavam em doses iguais princípios éticos e ingenuidade política – foi não lograr conter a erosão de sua base parlamentar, não ter conseguido construir outra base de sustentação e projetar imagem de isolamento, falta de liderança e incapacidade de lidar com as crises política e econômica.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da Nova República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 5. p. 439-440.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Leia o texto a seguir com atenção e responda à atividade em seu caderno.

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.
>
> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/legislacao/constituicao/CFpdf/Constituicao.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

Sobre a Carta Magna de 1988, considere as afirmações a seguir e anote as corretas em seu caderno.

I. Os indígenas e remanescentes de quilombos passaram a ter direito à terra, mesmo que não vivam nelas há décadas.

II. O voto tornou-se obrigatório para maiores de 16 e menores de 70 anos e instituiu-se eleição em dois turnos para os cargos do Legislativo.

III. O regime de governo do Brasil atual é a República Federativa Parlamentarista.

IV. O artigo 5º da Constituição considera o racismo crime inafiançável e imprescritível, sujeito a reclusão nos termos da lei.

V. O trabalhador ganhou o direito de receber como abono um terço de seu salário ao sair de férias, a licença-maternidade foi aumentada para 120 dias e criou-se a licença-paternidade, de 5 dias.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTA

1. Afirmações IV e V.

Texto de apoio

Direitos indígenas na Constituição de 1988

O maior saldo da Constituição de 1988, que rompeu com uma tradição da legislação brasileira, diz respeito ao abandono da postura integracionista que sempre procurou incorporar e assimilar os índios à "comunidade nacional", vendo-os como uma categoria étnica e social transitória, fadada ao desaparecimento. Com a aprovação do novo texto constitucional, os índios não só deixaram de ser considerados uma espécie em vias de extinção, como passaram a ter assegurado o direito à diferença cultural, isto é, o direito de ser índios e de permanecer como tal.

Não cabe mais à União a tarefa de incorporá-los à comunhão nacional, como estabeleciam as constituições anteriores, mas é de sua responsabilidade legislar sobre as populações indígenas, no intuito de protegê-las. A Constituição reconhece aos índios "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam", definindo essa ocupação não só em termos de habitação, mas também em relação ao processo produtivo, à preservação do meio ambiente e à reprodução física e cultural dos índios. Embora a propriedade das terras ocupadas pelos índios seja da União, a posse permanente é dos índios, aos quais se reserva a exclusividade do usufruto das riquezas aí existentes.

Outra inovação importante da atual Constituição foi a de garantir aos índios, a suas comunidades e organizações capacidade processual para entrar na Justiça em defesa de seus direitos e interesses. O Ministério Público é chamado a participar desse processo, mas não é condição para sua instauração. Ao Ministério Público cabe a defesa dos interesses indígenas, sendo a Justiça Federal o fórum para resolver pendências judiciais envolvendo os povos indígenas.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **As leis e a educação escolar indígena**: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001. p. 14. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001833.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

2. Alternativa D.

3. a) Na condição de ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e sua equipe foram os responsáveis pela implantação do Plano Real.

b) Dentre as principais medidas, podemos destacar: a mudança da moeda de cruzeiro real para real; a paridade da moeda nacional com o dólar; o corte nos gastos públicos; o aumento de impostos; e cortes no orçamento.

c) O Plano Real previa a criação de uma nova moeda, o real (R$), e estabelecia a paridade entre essa moeda brasileira e o dólar estadunidense; ou seja, em 1º de julho de 1994, 1 real equivalia a 1 dólar; defendia um forte controle dos gastos públicos. Com esse propósito, naquele mesmo ano, FHC elevou os impostos federais em cerca de 5% e promoveu amplos cortes no orçamento público, inclusive no da saúde e no da educação.

2. (PUC-SP) A vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 teve como fator decisivo a

a) adoção de uma política eficaz de controle da natalidade, visando conscientizar parcela da população menos favorecida.

b) redução da criminalidade no campo, devido ao programa de reforma agrária que prevê tolerância em relação à invasão de terras improdutivas no país.

c) política externa de importação de produtos do Mercosul, com o objetivo de reduzir as taxas alfandegárias, resultando em preços mais atrativos no mercado brasileiro.

d) implantação do Plano Real, que criou uma moeda estável no país após décadas de inflação.

e) queda do desemprego devido à adoção do plano de estatização e intervenção reguladora do Estado na economia.

3. Observe a imagem com atenção.

LULA MARQUES/FOLHAPRESS

Comemoração do primeiro ano do Plano Real, promovida pelo Planalto em 1º de julho de 1995, no Centro de Treinamento de Pessoal do Banco do Brasil. Brasília, DF, 1995.

a) Qual é a relação entre o político retratado na imagem e o Plano Real?

b) Quais foram as principais medidas estabelecidas pelo Plano Real?

c) Quais foram os efeitos desse Plano de estabilização econômica?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O Plano Real

[...] O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, assessorado por uma equipe de economistas, lança, em dezembro de 1993, o Plano Real. Ao contrário das iniciativas anteriores, a proposta governamental não contém qualquer choque ou medida de surpresa para a economia do país. O Plano, que deve seu nome à nova moeda, baseia-se fundamentalmente na ideia de uma gerência mais eficiente dos recursos monetários e no controle do déficit público. Já no orçamento de 1994, Fernando Henrique Cardoso (FHC) eleva impostos federais, em média 5%, e promove amplos cortes orçamentários, inclusive nos programas de saúde e educação. Na proposta de reformas administrativa, previdenciária e tributária, embutidas em um ambicioso plano de reforma do Estado, FHC estabelece as bases do que seria sua própria proposta de governo. Com Itamar já no final de seu mandato, marcado por contradições entre liberalismo e intervencionismo, FHC não encontra condições suficientes para um amplo projeto de modernização liberal do Estado. O sucesso do Plano Real, com a queda vertiginosa da inflação, garante, entretanto, ao ministro de Itamar uma popularidade que chega a concorrer com a do próprio presidente.

Através do Plano Real, FHC se credencia a concorrer à presidência da República. [...]

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 416-417.

4. No tocante ao controle do gasto público, uma importante iniciativa do governo FHC foi a aprovação, no ano 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

I. Essa lei proíbe o administrador público (prefeito, governador ou presidente) de gastar mais do que o arrecadado.

II. A Lei de Responsabilidade Fiscal permite ao administrador público aumentar os gastos em casos extremos, como os que envolvem a segurança do cidadão.

III. O desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal prevê graves punições, que vão desde a perda dos direitos políticos até o pagamento de multas e a prisão dos infratores.

IV. A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe o administrador público de gastar mais do que o arrecadado, mas não prevê punições para os infratores.

Transcreva no caderno as alternativas que contêm as afirmações **CORRETAS**.

5. Sobre o primeiro governo Lula (2003-2006), leia as afirmações a seguir e informe a correta.

a) Buscando fazer um governo de apelo mais social, Lula criou ministérios e secretarias, como a de Políticas para as Mulheres e a de Promoção da Igualdade Racial.

b) O Programa Fome Zero pretendia doar a todos os brasileiros uma alimentação adequada em termos de qualidade, quantidade e regularidade.

c) As pessoas favoráveis ao Programa Bolsa Família argumentam que ele incentiva o ócio de seus participantes.

d) O Programa Bolsa Família surgiu no governo FHC, simultaneamente ao programa de estabilização financeira (Plano Real).

e) As maiores críticas ao Bolsa Família apontam para a falta de fiscalização e o auxílio aos pequenos municípios com problemas financeiros.

6. Avalie as afirmações com **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

I. Considerado um país emergente, o Brasil ingressou no G20 e no Brics.

II. O governo Lula pleiteou para o Brasil um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

III. O Brasil atua na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti.

IV. O segundo governo de Lula foi marcado pela perda do controle sobre a inflação e pelo aumento das taxas de desemprego.

V. Ao longo do governo Lula, o Brasil sempre registrou déficits em sua balança comercial.

A sequência correta de respostas é:

a) V, V, V, V, F.
b) F, V, V, F, F.
c) V, V, V, F, V.
d) V, V, V, F, F.
e) F, F, F, V, V.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS

4. Alternativas I, II e III.
5. Alternativa A.
6. Alternativa D.

Texto de apoio

Lei de Responsabilidade Fiscal

[...] era necessário um instrumento de regulação que constrangesse as decisões dos governos locais de forma mais abrangente e, com isso, estabelecesse um instrumento definitivo de ordenamento fiscal da federação e um compromisso mais crível e duradouro em nome do ajuste fiscal (inclusive, com sanções pessoais aos governantes), abrangendo as três esferas de governo e seus futuros governantes. Este ordenamento federativo deve colocar restrições à autonomia dos governantes via legislação federal e, com isso, estabelecer constrangimentos orçamentários autoexecutáveis que impeçam o acesso irrestrito ao endividamento e que criem incentivos negativos (punições) para adequar o comportamento fiscal dos governos às políticas de estabilização. [...]

Neste sentido, foi aprovada, em maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101, de 04/05/2000) –, a qual estabelece uma série de normas e restrições à gestão fiscal das três esferas de governo, através de limites de endividamento e de gastos, além de regras de orçamento equilibrado, visando assegurar o equilíbrio das contas públicas do setor público consolidado.

A LRF regulamentou o capítulo da Constituição Federal sobre as finanças públicas, com o intuito de estabelecer um maior controle sobre comportamentos fiscais das três esferas de governo e garantir um ajuste fiscal permanente do setor público como um todo. Caso os dispositivos desta lei não fossem cumpridos, os governos estariam sujeitos a punições [...].

A LRF foi inspirada, principalmente, no *Budget Enforcement Act* (BEA), dos Estados Unidos, no *Fiscal Responsibility Act* (FRA), da Nova Zelândia, e nos limites de endividamento e do estoque da dívida estabelecidos pelo Tratado de Maastricht. Segundo Toledo e Rossi (2002), a LRF se baseou nestas experiências internacionais nos seguintes aspectos: no controle do equilíbrio orçamentário indiretamente, admitindo déficits no curto prazo, desde que mantido o efetivo compromisso de ajuste no longo prazo, tal como observado no Tratado de Maastricht; tomou também como modelo a experiência norte-americana, no que tange à exigência de compensação para a renúncia de receitas e para as novas despesas obrigatórias de caráter continuado, além do controle específico sobre alguns itens de despesa, tais como o gasto com pessoal e com a função legislativa, cuja ênfase era o controle da política fiscal dos governos locais; já os mecanismos de ampliação da transparência nas etapas de planejamento e execução orçamentárias foram inspirados na experiência neozelandesa.

VAZQUEZ, Daniel Arias. Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre as finanças municipais: divisor d'água ou a consolidação de um processo? **Temas de Administração Pública**, ed. especial, v. 4, n. 7, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6194>. Acesso em: 29 out. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) A pesquisa revela que as dificuldades enfrentadas pela população homossexual são maiores do que percebe o senso comum ou do que é divulgado pelos meios de comunicação.

b) Todos relatam experiências de agressão física no ambiente escolar; e, no caso dos homens, essa violência se estende ao espaço público.

c) A pesquisa constatou que a reação costuma ser violenta e que a família geralmente tacha o filho ou a filha de "anormal". Isso implica que, para as famílias, o "normal" é ser heterossexual.

d) Resposta pessoal.

Professor: estimular o combate à homofobia e às agressões verbal e psicológica de forma a mudar essa realidade de discriminação e violência contra a população homossexual.

Texto de apoio

Bullying homofóbico

Embora todos os alunos possam ser afetados pelo *bullying*, os alvos mais prováveis são aqueles percebidos como diferentes da maioria [...]. Aqueles cuja sexualidade é vista como diferente, ou cuja identidade de gênero ou comportamento difere do seu sexo biológico, são particularmente vulneráveis. O *bullying* com base em orientação sexual e identidade de gênero percebidas é um tipo específico de *bullying* definido como *bullying* homofóbico. Escolas possivelmente estão entre os espaços sociais mais homofóbicos que existem. Estudos feitos em uma série de países mostram que os jovens têm maior probabilidade de sofrer *bullying* homofóbico na escola que em casa ou na comunidade. [...]

O *bullying* homofóbico pode tomar várias formas, como zombar de alguém, xingar, ridicularizar em público, fazer fofoca, intimidar, empurrar, bater, roubar ou estragar os pertences de alguém, e praticar isolamento social, *cyberbullying*, agressão física ou sexual e ameaças de morte. [...] Os rapazes relataram ser alvo desse tipo de insulto mais que as moças, especialmente no ginásio ou no campo desportivo.

As seguintes citações, obtidas de uma pesquisa realizada em 37 países da Europa e de um estudo na Austrália, destacam experiências individuais de *bullying* homofóbico em instituições de ensino [...].

"Sobretudo agressão verbal; excluem a gente das atividades, ignoram... já jogaram coisas em mim, cuspiram em mim, estragaram minhas coisas". Hungria

"Xingam a gente; estão sempre chutando as pernas da gente pelas costas quando a gente tenta ir embora... jogam a gente contra a parede e ameaçam". Austrália

"Violência física só tive uma vez – mas violência verbal, todo dia". Eslováquia

O *bullying* pode ser exercido por indivíduos ou por grupos, de maior ou menor tamanho. Os rapazes são autores de *bullying* com mais frequência que as moças. O *bullying* também afeta outros alunos além do autor e da vítima, como aqueles que o presenciam ou testemunham. [...]

RESPOSTAS do setor de Educação ao *bullying* homofóbico. Brasília: Unesco, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002213/221314por.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PRESENTE

Violência e falta de apoio vivenciadas por jovens homossexuais

É de conhecimento comum que a população homossexual tem que superar incontáveis dificuldades em todos os aspectos da vida. Mas esses problemas vão muito além daquilo que se conhece e é diariamente divulgado, especialmente nos casos dos jovens. [...] Assim aponta estudo [...] da USP, realizado pela terapeuta ocupacional Iara Falleiros Braga.

A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas com 12 jovens e adolescentes [...] que passaram por algum tipo de violência. Os resultados mostraram que [...] todos os jovens consultados relataram sofrer agressões físicas em ambiente [...] escolar. Os homens são vítimas de agressão física principalmente nos espaços públicos. [...]

A má relação com a família foi outro ponto bastante citado durante a pesquisa. Segundo os relatos, diante da revelação da homossexualidade, as famílias apresentaram atos violentos, além de postura [...] que considera a heterossexualidade como o comportamento normal das pessoas, e os que não se enquadram nisso são considerados "anormais" [...], vigiando e controlando os filhos para que tivessem uma postura heterossexual, correspondente ao sexo biológico. Uma vez que essa expectativa não era alcançada, a família expulsava o filho ou ele mesmo decidia sair de casa.

Iara conta ainda que, dentro dos relatos dos entrevistados, houve um que chamou muito a sua atenção, em que o jovem descreve o quanto a violência sofrida afetou e ainda afeta sua vida:

"Eu tinha um ambiente ruim dentro de casa e na escola também. Eu sofria *bullying* [...] na escola, mais os traumas que eu tinha dentro de casa, então eu tive uma infância insuportável, uma infância que eu tento apagar da minha cabeça."

ESTUDO mostra violência e falta de apoio vivenciadas por jovens homossexuais. **Jornal da USP**, 3 jun. 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/estudo-mostra-violencia-e-falta-de-apoio-vivenciada-por-jovens-homossexuais/>. Acesso em: 29 out. 2018.

a) O que a pesquisa revela e está explícito no texto?

b) O que disseram os jovens entrevistados pela pesquisadora?

c) Segundo a pesquisa, como a família costuma reagir ao saber que o filho é homossexual?

d) **Em dupla**. Reflitam sobre o relato contido no último parágrafo do texto e proponham formas de chamar a atenção para os prejuízos de toda e qualquer forma de *bullying*. Em seguida, proponham formas de combate à discriminação contra homossexuais.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

III Você cidadão!

Atlas da violência 2018

Juventude perdida

A vitimização por homicídio de jovens (15 a 29 anos) no país é fenômeno denunciado ao longo das últimas décadas [...]. Os dados de 2016 indicam o agravamento do quadro em boa parte do país: os jovens, sobretudo os homens, seguem prematuramente perdendo as suas vidas. [...]

Uma das principais facetas da desigualdade [...] no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros [...], as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. [...] Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. [...]

Homicídio de mulheres

[...] Em 2016, 4 645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4% [...].

De fato, existem inúmeros fatores a impulsionar a violência letal no país, como

- a profunda desigualdade econômica e social,
- a inoperância do sistema de segurança pública,
- a grande presença de mercados ilícitos e facções criminosas e
- o grande número de armas de fogo espalhadas pelo Brasil afora.

Esses fatores continuam desafiando governos e sociedade e continuam pressionando a taxa de crimes letais [...] no [...] país. [...]

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

- **Em grupo**. Pesquisem sobre a violência contra uma das seguintes populações: negros, mulheres, homossexuais, indígenas, camponeses ou pobres. A seguir, com a mediação dos professores, organizem um fórum de debates interdisciplinar sobre o tema **Violência contra populações marginalizadas**. Ao final, apresentem propostas para a conscientização da comunidade escolar a respeito da necessidade de se disseminar uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

RESPOSTA E COMENTÁRIO

- Resposta pessoal. **Professor**: trabalhar com os alunos a cultura da paz, da empatia e do respeito às pessoas. No caso do feminicídio, dar visibilidade aos crimes e ampliar as redes de apoio à mulher, que constam da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

IMAGENS EM MOVIMENTO

- OBJETIVOS globais da ONU: a maior lição do mundo. Duração: 2 min. Disponível em: <http://livro.pro/fdbnpq>. Acesso em 13 nov. 2018.

Animação da ONU sobre os Objetivos Globais.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Agenda 2030 e desenvolvimento humano

A Agenda 2030 consiste em 17 objetivos e 169 alvos para a promoção de desenvolvimento sustentável [...]. A ideia é a de que, sob caráter recomendatório, os novos objetivos e alvos irão estimular e inspirar ações para os próximos anos em áreas de importância crítica para a humanidade. Dessa forma, os Estados reafirmam o compromisso de continuar buscando o fim da pobreza e da fome em todas as suas dimensões, além de assegurar que todos possam atingir seu potencial em termos de dignidade, igualdade e em saúde mental e ambiental. Acima de tudo, há o entendimento de que é necessário proteger os direitos humanos e criar condições para que o crescimento econômico seja inclusivo e sustentável, de forma a sempre dividir a prosperidade e gerar trabalho decente para todos.

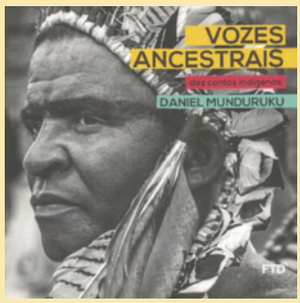
Os ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] têm [..] foco no bem-estar humano, alinhando desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental e inclusão social. Por conta do papel que têm assumido na geopolítica regional e global, países emergentes, como o Brasil, têm um papel de liderança. A Agenda 2030 é guiada por princípios que se baseiam no Direito Internacional e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os objetivos e alvos do Desenvolvimento Sustentável são o resultado de dois anos de intensa consulta e engajamento da sociedade civil e outros atores ao redor do mundo em que particular atenção é dada para as vozes dos mais pobres e vulneráveis. A ideia é a de que se vá além, com medidas e ações efetivas, na remoção de obstáculos e constrangimentos, fortalecendo o apoio e indo de acordo com as necessidades de pessoas que vivem em áreas afetadas por emergências humanitárias. [...]

MOTA, Daniel José Milhomens da. **Agenda 2030 e desenvolvimento humano**: uma análise da política migratória brasileira. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/IRI/REL-Daniel%20Jos%C3%A9%20Milhomens%20da%20Mota.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Dica de leitura

- MUNDURUKU, Daniel. **Vozes ancestrais**: dez contos indígenas. São Paulo: FTD, 2016.

Essa obra, literária e histórica ao mesmo tempo, apresenta dez contos cheios de inventividade escritos em uma linguagem compreensível ao grande público. Através de suas páginas, ilustradas por fotografias sensíveis, entramos em contato com contos criados pelos Paiter Suruí, Tikuna Magüta, Krenak, Kaingang, Nambikwara e vários outros povos indígenas do Brasil. O autor, Daniel Munduruku, é ele próprio um escritor premiado com mais de 50 livros, inclusive este, cuja leitura indicamos.



EDITORA FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

- ONU pelo fim da violência contra as mulheres. Disponível em: <http://livro.pro/wkzpsv>. Duração: 2 min. Acesso em: 14 nov. 2018.

Vídeo da ONU sobre os direitos das mulheres.

- NEGROS são maiores vítimas da violência. Duração: 3 min. Disponível em: <http://livro.pro/z2sfsz>. Acesso em: 14 nov. 2018.

Reportagem com estatísticas sobre a violência no Brasil.

- QUEM É indígena? Duração: 2 min. Disponível em: <http://livro.pro/dsomeo>. Acesso em: 14 nov. 2018.

Vídeo da TV UFMG sobre o preconceito e a violência contra o povo indígena.

AUDIOVISUAL

O escritor Daniel Munduruku conta um pouco da sua história e nos ajuda a refletir sobre a questão da autoestima e da identidade em um país plural e diverso como é o nosso.

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Em setembro de 2015, chefes de Estado, reunidos na ONU, definiram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ela possui 17 objetivos e 169 metas. Entre os objetivos cabe destacar o de número 16:

[...] Promover sociedades pacíficas e inclusivas [...], proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Fonte: AGENDA 2030. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Já entre as metas que podem ajudar na prevenção à violência podemos citar:

- educação em direitos humanos; [...]
- cultura de paz e não violência e valorização da diversidade cultural;
- ambientes de aprendizagem não violentos;
- [...] eliminar a violência contra a mulher; [...]
- e eliminação de práticas discriminatórias. [...]

CERQUEIRA, Daniel (Coord.) **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

a) O que se pode fazer para que consigamos atingir o objetivo 16 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável?

b) **Em grupo**. Escolham outro objetivo da Agenda 2030 e pesquisem sobre ele. A seguir, elaborem propostas para atingir o objetivo escolhido.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

CAPÍTULO

15 FIM DA GUERRA FRIA E GLOBALIZAÇÃO

WAVEBREAKMEDIA/SHUTTERSTOCK.COM

IMTMPHOTO/SHUTTERSTOCK.COM

DOLGACHOV/ISTOCK/GETTY IMAGES

Você é capaz de adivinhar de que país ou região são as pessoas dessas fotografias? Já reparou que pessoas de diversas partes do mundo consomem os mesmos refrigerantes, as mesmas roupas e os mesmos celulares e têm comportamentos bem parecidos? Efeitos da globalização, dizem alguns analistas. Mas, afinal, o que é a globalização? O que vem à sua mente quando você lê ou ouve essa palavra? Será que é um fenômeno recente ou antigo? Será um processo excludente, como dizem alguns, ou será inclusivo, como sugerem outros?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades da BNCC, citadas a seguir:

– **(EF09HI32)** Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos às políticas globais.

– **(EF09HI33)** Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação.

– **(EF09HI35)** Analisar os aspectos relacionados ao fenômeno do terrorismo na contemporaneidade, incluindo os movimentos migratórios e os choques entre diferentes grupos e culturas.

Professor: buscamos evidenciar as semelhanças nos comportamentos de pessoas de diferentes partes do mundo para estimular o interesse pelo estudo da globalização e de seus múltiplos efeitos sobre as pessoas e os Estados nacionais; a partir das imagens pode-se pensar também sobre a formação de uma cultura global de massas que pode ser observada no comportamento de jovens de várias partes do mundo, que usam os mesmos cortes de cabelo, estilos de roupa, enfeites corporais e se interessam pelos mesmos programas de TV, alimentos e músicas. As questões iniciais visam estimular o alunado a trazer para a sala de aula seu conhecimento sobre o assunto.

Texto de apoio

Globalização e Integração

Nos anos 1980, e especialmente após o fim da Guerra Fria, o sistema internacional baseado na lógica da bipolaridade desintegrou-se dando lugar a uma nova ordem mundial. [...] com o fim da bipolaridade, as organizações internacionais ganharam maior importância, assim como as iniciativas de cooperação entre os países (entre elas os processos de integração regional); os Estados Unidos tornaram-se o principal ator do sistema internacional – embora no final dos anos 1980 ainda não fosse possível avaliar a extensão de seu papel hegemônico – e as relações entre os Estados seriam influenciadas pelo fenômeno da globalização.

A globalização é um conceito que gerou intenso debate, desde que não há um consenso quanto ao seu significado e impactos. Alguns autores preferem analisar esse fenômeno a partir dos chamados aspectos materiais: fluxos de comércio, de capital e de pessoas facilitados por um contexto de avanço na comunicação eletrônica que parece suprimir as limitações da distância e do tempo na organização e na interação social. [...]

Neste cenário globalizado, o Estado-nação ganha novos contornos e os conceitos de soberania e legitimidade adquirem novos significados, uma vez que o Estado perde a capacidade de responder isoladamente aos desafios do sistema internacional, assim como a de prover bens e serviços à sua população sem contar com a cooperação internacional [...].

MARIANO, Karina Pasquariello. Globalização, integração e o Estado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 123-168, 2007.

ENCAMINHAMENTO

- Destacar que, nas décadas de 1950 e 1960, a União Soviética apresentou resultados satisfatórios tanto nas áreas econômica (sobretudo no campo da indústria pesada), militar, científica e esportiva como na área de serviços que o Estado oferecia nos campos da educação, saúde e segurança. Mas, a partir da década de 1970, a URSS viveu uma crise econômica prolongada.
- Informar que, ao longo da década de 1980, a crise se acentuou provocando carestia, aumento do desemprego, queda da qualidade dos serviços de educação e saúde oferecidos pelo Estado. A crise tinha também um aspecto moral – valores como cooperação e solidariedade, presentes nos discursos das autoridades, não eram observados na prática; o alcoolismo tornou-se um grave problema social; aumentou o consumo de bebidas alcoólicas entre homens e mulheres e o crime organizado ampliou seu raio de ação.

Gorbachev: reconstrução e transparência

SOVFOTO/UIG/GETTY IMAGES

Sorridente e de chapéu, Mikhail Gorbachev caminha ao lado de sua esposa Raíssa Gorbachev, 1987.

Mikhail Gorbachev assumiu o posto de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, em 1985. E herdou uma crise profunda, que vinha se arrastando desde o governo anterior. Entre as principais razões dessa crise cabe citar:

a) os crescentes gastos do governo soviético com o pagamento de forças policiais, usadas para conter a oposição interna, e a corrida armamentista; com isso, sobrava menos dinheiro para investir na produção, na educação e na saúde. Nos anos 1980, com o aprofundamento da crise, começaram a faltar moradias e gêneros de primeira necessidade, como roupas, calçados e alimentos, o que gerou enorme insatisfação social. A qualidade dos serviços de educação, saúde e transporte também caiu;

b) a baixa **produtividade** da agricultura e da pecuária: a produção de cereais, carne e leite tornou-se insuficiente para alimentar a população soviética; o país, que era um dos maiores produtores de grãos, passou a importá-los;

c) a falta de investimentos em tecnologia, sobretudo no campo da informática, das telecomunicações e da microeletrônica, o que levou a URSS a ficar muito atrás das potências capitalistas nessas áreas. Os soviéticos passaram a comparar seu padrão de vida ao das camadas médias dos EUA, Japão e Alemanha Ocidental;

Produtividade: capacidade de produzir; rendimento.
Burocracia: grupos de funcionários encarregados da administração pública.

ANATOLY SAPRONENKOV/AFP

Moscovitas fazem fila para comprar pão na frente de uma padaria em rua de Moscou durante a crise econômica na Rússia, janeiro de 1992.

d) a ineficiência e a corrupção da **burocracia** soviética, que dirigia o Estado e que vinha dos quadros do Partido Comunista Soviético, o único com permissão para funcionar.

Texto de apoio

A crise da URSS

[...] Entre 1975 e 1979 (o ano mais duro da crise), vislumbrou-se o risco de crescimento zero, com a queda de todos os índices da agricultura e da indústria da URSS [...]

[...] Gorbatchev afirma que "assim não se pode avançar", que medidas de caráter radical, revolucionárias, são indispensáveis, sob pena de inexorável declínio [...]

Limitar-me-ei a lembrar aqui alguns pontos do programa de Gorbatchev, começando com aqueles que pressupõem a redução, através da autogestão, do poder do Estado na economia e na sociedade, nas formas que caracterizaram até aqui o socialismo soviético. As propostas de eleger diretamente pelo voto dos trabalhadores os diretores administrativos e de atribuir tarefas novas aos coletivos operários vão nesta direção, assim como aquelas dirigidas a legalizar o trabalho privado, ainda que dentro de limites bastante restritos, e a permitir a constituição de empresas mistas abertas aos capitais estrangeiros. Com relação ao sistema político, contudo, a ênfase é posta não apenas sobre a recuperação de formas institucionais ou associativas existentes [...] que perderam seu papel original, mas também sobre a necessidade [...] de criar formas novas, autônomas. [...]

Gorbatchev parece pensar em alguma coisa menos complicada, mas mais radical. Os interesses diversos e as ideias diferentes da sociedade deveriam manifestar-se livremente através de estruturas associativas particulares e pré-políticas, tendo sempre como interlocutor político o partido (que teria assim o papel, não mais de guia da unidade monolítica, mas da dialética sociedade-Estado). [...]

GUERRA, Adriano. URSS 70 anos depois da revolução. **Lua Nova**, São Paulo, n. 14, p. 49-57, jun. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451988000100006>. Acesso em: 5 nov. 2018.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA

Reformas de Gorbachev

Disposto a tirar seu país da crise, Gorbachev propôs um amplo programa de reformas econômicas (a ***perestroika***) e políticas (a ***glasnost***).

A *perestroika* (reestruturação, em russo) adotou medidas como:

a) corte nos gastos com armas e soldados e retirada das tropas soviéticas do Afeganistão (cuja ocupação vinha consumindo vidas e altas somas de dinheiro);

b) estímulo à renovação tecnológica e à competitividade entre as empresas;

c) fim do monopólio estatal sobre alguns setores, como o de alimentos;

d) permissão para a abertura de lojas comerciais;

e) liberdade para a entrada de empresas estrangeiras no país.

A *glasnost* (transparência, em russo) consistia em uma abertura política efetiva. O governo Gorbachev:

a) libertou os presos políticos;

b) demitiu funcionários corruptos;

c) pôs fim à censura de jornais, livros e revistas e liberou o direito à greve;

d) substituiu o sistema de partido único (o Partido Comunista) pelo **pluripartidarismo**.

Pluripartidarismo: sistema caracterizado pela existência de diferentes partidos políticos, com ampla liberdade para atuar publicamente.

O livro **Dr. Jivago**, do soviético Boris Pasternak, foi levado para o Ocidente às escondidas e publicado em 1957; ele ganhou várias edições e foi adaptado para o cinema em 1965 (ao lado). Apesar disso, nunca tinha sido editado em seu país de origem. No final dos anos 1980, à sombra das reformas em curso na URSS, essa obra, até então proibidíssima, pôde finalmente ser conhecida pelo povo soviético.

EVERETT COLLECTION/EASYPIX BRASIL

A *perestroika* e a *glasnost* de Gorbachev, porém, não surtiram o efeito esperado; de um lado, em razão das dificuldades próprias da passagem de uma economia comunista (apoiada no planejamento centralizado) para uma economia capitalista (baseada na livre-iniciativa); de outro, pela dupla oposição feita ao seu governo: em um extremo estava a "velha guarda" do Partido Comunista, que queria impedir as mudanças; em outro, a ala liderada por Boris Yeltsin, que exigia o aprofundamento das mudanças.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• OS ÚLTIMOS dias da URSS. Disponível em: <http://livro.pro/qoo372>. Duração: 53 min. Acesso em: 13 nov. 2018.

Documentário aborda os últimos dias da URSS e as principais mudanças políticas e econômicas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A *Perestroika* segundo o seu criador

A *Perestroika* é uma necessidade urgente que surgiu da profundidade dos processos de desenvolvimento em nossa sociedade socialista. Esta encontra-se pronta para ser mudada e há muito tempo que anseia por mudanças. Qualquer demora para implantar a *perestroika* poderia levar, num futuro próximo, a uma situação interna exacerbada que, em termos claros, constituiria um terreno fértil para uma grave crise social, econômica e política. [...]

Estava se desenvolvendo uma situação absurda: a URSS, o maior produtor mundial de aço, matérias-primas, combustíveis e energia, apresentava escassez de tais recursos devido ao uso ineficiente ou desperdício. Apesar de ser um dos maiores produtores de grãos para alimentação, tinha de comprar milhões de toneladas de grãos para alimentação, tinha de comprar milhões de toneladas de grãos para forragem. [...] Nossos foguetes conseguem encontrar o cometa de Halley e atingir Vênus com uma precisão surpreendente, mas ao lado desses triunfos científicos e tecnológicos existe uma ineficiência óbvia para aplicar nossas conquistas científicas às necessidades econômicas, e muitos dos eletrodomésticos na URSS apresentam uma qualidade sofrível.

Infelizmente, isso não é tudo. Iniciou-se uma gradual eclosão de valores ideológicos e morais de nosso povo. [...] Começou a decadência da moral pública [...]. O alcoolismo, o consumo de drogas e o crime aumentavam [...].

Em alguns níveis da administração surgiu o desrespeito pela lei e o encorajamento de trapaças e suborno, servilismo e glorificação. [...]

Um exame imparcial e honesto levou-nos à única conclusão lógica: o país estava à beira de uma crise.

GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika*: novas ideias para o meu país e o mundo. São Paulo: Bestseller, [s.d.], p. 15-23. Apud: MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. **História do tempo presente**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 91-93.

ENCAMINHAMENTO

- Refletir sobre o texto a seguir:

Mikhail Gorbachev foi o último governante da extinta União Soviética. Seu governo é relembrado como o período em que o reformismo tomou conta da sociedade soviética a partir da segunda metade da década de 1980. Porém, ao mesmo tempo que, em seu discurso, a *Perestroika* seria a responsável por colocar a URSS novamente em seu caminho de prosperidade e desenvolvimento, de forma a perpetuar o socialismo soviético e superar os diversos problemas econômicos e sociais enfrentados desde a década de 1970, na prática, a "reestruturação" abriu as portas para movimentos que implodiram a União Soviética e culminaram em seu fim.

SANTOS, Ana Claudia Gomes. *Perestroika*: uma perspectiva de análise sobre a política reformista na URSS (1985-1991). In: VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais...** Maringá: UEM, 2017. p. 2360. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/4149.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Texto de apoio

Fim do socialismo

O fracasso da *perestroika* e a consequente rejeição de Gorbachev pelos cidadãos eram cada vez mais óbvios, embora não reconhecidos no Ocidente, onde a popularidade dele permaneceu justificadamente alta. Isso reduziu o líder da URSS a uma série de manobras de bastidores e mudanças de alianças com grupos políticos e de poder que haviam surgido da parlamentarização da política soviética, o que o tornou igualmente suspeito para os reformistas que inicialmente se haviam reunido à sua volta – os quais ele de fato convertera numa força para a mudança do Estado – e para o fragmentado bloco do partido cujo poder ele quebrara. [...]

Charmoso, sincero, inteligente e verdadeiramente movido pelos ideais de um comunismo que via corrompido desde a ascensão de Stalin, Gorbachev era, paradoxalmente, demasiado um homem de organização para o burburinho da política democrática que criara; demasiado um homem de comitê para uma ação decisiva; ele estava demasiado distante das experiências da Rússia urbana e rural, que jamais administrou, para ter o senso das realidades nas bases que dispunha um velho chefão do partido. Seu problema era não tanto o de não ter estratégia efetiva para reformar a economia – ninguém tinha, mesmo depois de sua queda – quanto estar distante da experiência do cotidiano de seu país. [...]

Os últimos anos da União Soviética foram uma catástrofe em câmara lenta. A queda dos satélites europeus em 1989 e a relutante aceitação por Moscou da reunificação alemã demonstraram o colapso da União Soviética como potência internacional, mais ainda como superpotência. Sua absoluta incapacidade para desempenhar qualquer papel na crise do golfo Pérsico de 1990-1 simplesmente acentuou isso. Em termos internacionais, a URSS era como um país abrangentemente derrotado, como após uma grande guerra – só que sem guerra. [...]

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 475-476.

A extinção da URSS e a formação da CEI

Em meados de 1991, um grupo da velha guarda comunista deu um golpe militar e afastou Gorbachev. Mas o povo russo saiu às ruas, liderado por Yeltsin, e venceu os golpistas, recolocando Gorbachev no poder.

Gorbachev reassumiu, mas já não era possível controlar o processo de reformas que ele mesmo iniciara. Dias depois, as repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia) declararam sua independência e, posteriormente, foram imitadas por outras repúblicas soviéticas. Em 8 de dezembro de 1991, Yeltsin proclamou a criação da **Comunidade dos Estados Independentes (CEI)**, formada pela Federação Russa, Ucrânia e Belarus, às quais se juntaram depois outras repúblicas. Com a criação da CEI, a União Soviética, que existiu por 69 anos, foi extinta. Para alguns autores, esse episódio marca o fim da ordem mundial bipolarizada, característica da Guerra Fria.

Desmembramento da União Soviética (1991)

Países do Leste Europeu: Polônia, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia e Alemanha Oriental.

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2011. p. 261.

Democratização no Leste Europeu

Desde o final da Segunda Guerra (1945), os **países do Leste Europeu** giravam na órbita da União Soviética; daí serem chamados de **países-satélites**. Assim como a União Soviética, todos esses países eram governados por um único partido – o Partido Comunista –, adotavam uma economia controlada pelo Estado e mantinham os meios de comunicação sob rigorosa censura.

Com as reformas de Gorbachev, a União Soviética relaxou o controle sobre os países do Leste Europeu, facilitando a atuação de movimentos populares que lutavam pela democratização desses países. Na Alemanha e na Tchecoslováquia, esse processo foi pacífico. Na Romênia e na Iugoslávia ocorreram revoltas e conflitos armados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O caso da Alemanha

Vimos anteriormente que a capital da Alemanha, Berlim, foi dividida em Berlim Ocidental e Berlim Oriental. E vimos também que, para evitar a fuga de alemães da parte oriental para a parte ocidental de Berlim, em 1961, as autoridades da Alemanha Oriental mandaram construir o **Muro de Berlim**. Vimos ainda que, nas décadas seguintes, o ritmo de desenvolvimento das duas Alemanhas não foi o mesmo: enquanto a Alemanha capitalista (Ocidental) tornou-se um dos países mais ricos do mundo, a Alemanha socialista (Oriental) progredia lentamente, o que gerava enorme insatisfação entre seus habitantes. Além disso, os alemães orientais desejavam poder manifestar suas ideias livremente, à semelhança dos alemães ocidentais.

No final dos anos 1980, incentivados pelas reformas de Gorbachev na URSS, os habitantes da Alemanha Oriental organizaram um movimento popular exigindo melhor qualidade de vida e democracia. O lema do movimento era *Wir sind das Volk* ("Nós somos o povo"). Pouco a pouco, o movimento foi ganhando corpo e força, até que, em 9 de novembro de 1989, o povo alemão derrubou o Muro de Berlim, principal símbolo da Guerra Fria.

Após a queda do muro, Mikhail Gorbachev concordou em retirar da Alemanha Oriental as tropas de ocupação soviéticas que controlavam o país havia 45 anos. Em julho de 1990, realizou-se a união monetária e econômica entre as duas Alemanhas, tendo o marco como moeda, e, em outubro, a Alemanha voltava a ser um só país. A data da queda do Muro de Berlim (9 de novembro de 1989) é um marco histórico no processo que levou ao fim da ordem mundial bipolarizada. Os custos da unificação foram altos. Apesar disso, a Alemanha conseguiu superar esse desafio e hoje é uma potência econômica com um elevado índice de qualidade de vida.

PETER TIMM/ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

Alemães orientais entram em Berlim Ocidental pouco antes da derrubada do muro. Berlim, Alemanha, 1989.

DIGITAL PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Alemanha reunificada

Depois da queda do muro em 1989, o chanceler da Alemanha Ocidental propôs a reunificação das duas Alemanhas. Foram necessários, ainda, onze meses até a reunificação ser concluída. Esta satisfez a vontade dos cidadãos de ambos os Estados alemães e, pela primeira vez em 40 anos, existia uma só bandeira, um só hino nacional e um só Estado para oitenta milhões de alemães. [...]

A Alemanha oriental encontrava-se muito atrás de seus vizinhos e inclusive de seu irmão ocidental. A reunificação significou desemprego para a parte ocidental que recebeu um grande volume migratório do oriente. Mas com o reconhecimento pela ONU dessa nova Alemanha, possibilitou-se o aumento de investimentos estrangeiros.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2005), diante do panorama da queda do muro, do desmoronamento da Cortina de Ferro entre o leste e o oeste da Alemanha, esta surge como uma força inabalável. No fim de novembro de 1990, os Estados membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia assinaram um tratado na Conferência para Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), o que seria o primeiro acordo de desarmamento dos exércitos convencionais. Tal documento declara que "uma nova era de democracia, paz, e unidade" teria se iniciado. Deste modo, a declaração realizada na cúpula, quase um ano da Queda do Muro de Berlim, deu por acabado o conflito leste-oeste e com isso o fim definitivo da guerra fria. [...]

MARINHO, Amanda Zacarias. **Alemanha reunificada**: seu desenvolvimento econômico. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/258451654_Alemanha_Reunificada_Seu_Desenvolvimento_Economico>. Acesso em: 5 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que, nas duas primeiras décadas de sua existência, a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) viveu um período de extraordinária prosperidade conhecido como milagre alemão, o qual se deveu:

– a uma política de estímulo à livre concorrência entre as empresas e de combate aos trustes e cartéis que dominaram a economia alemã durante os 12 anos de ditadura nazista;

– à ajuda financeira recebida dos Estados Unidos por meio do Plano Marshall;

– à adoção de uma legislação trabalhista atualizada que reduziu enormemente os conflitos entre empregados e patrões.

- Destacar que, impulsionada por esses fatores, a Alemanha Ocidental cresceu cerca de 10% ao ano, no período entre 1950 e 1955, e 6,3%, nos cinco anos seguintes. Além disso, apresentou nesse período taxas decrescentes de desemprego e de inflação, tornando-se, assim, uma potência econômica.
- Comentar que, segundo alguns historiadores, a queda do Muro de Berlim marca o fim da ordem mundial bipolarizada, caracterizada pela disputa da hegemonia mundial entre capitalistas e comunistas.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: UM ESTRONDO que ainda ecoa duas décadas depois. Disponível em: <http://livro.pro/u38t55>. Acesso em: 29 out. 2018.

Dialogando

Resposta pessoal. Há um grande número de inovações tecnológicas recentes, sobretudo no campo da comunicação (exemplo: reuniões virtuais) e da informática que estão incorporadas ao dia a dia do aluno (exemplos: relógios conectados ao *smartphone* e jogos de realidade aumentada).

Texto de apoio

Globalização: do que se trata afinal?

[...] o que realmente há de global na globalização? Na verdade, novos *insights* surgem quando há um deslocamento para um quinto tipo de definição de globalização: a saber, globalização como desterritorialização – ou supraterritorialização – e transplanetarização. Globalização diria respeito, assim, a uma reconfiguração da geografia social, ou seja, uma "mudança na natureza do espaço social" [...] que não é mais passível de ser mapeado apenas em termos de lugares territoriais, distâncias territoriais e fronteiras territoriais. Nas palavras de Held e outros, globalização é "[...] um processo (ou uma gama de processos) que incorporam uma transformação na organização espacial das relações sociais e das transações" [...] Em outras palavras, isso reflete o fato do mundo estar sendo rapidamente moldado em um espaço social compartilhado por forças tecnológicas e econômicas, o que faz com que os desenvolvimentos em uma região do mundo possam ter profundas consequências para as chances de vida tanto de indivíduos quanto de comunidades inteiras em outras partes do globo.

Ora, a globalização possui um caráter inegavelmente material, uma vez que é possível identificar os fluxos de comércio, pessoas e capital pelo globo, por exemplo. Contudo, tal conceito diz respeito a muito mais do que somente uma intensificação desses fluxos. Na verdade, a magnitude dessa intensificação é de tal monta que os Estados e sociedades ficam cada vez mais enredados em sistemas mundiais e redes de interação, e a ocorrência de fenômenos distantes pode passar a gerar impactos internos ao passo que fenômenos anteriormente locais repercutem globalmente. Em suma, a globalização representaria, assim, uma mudança deveras significativa no alcance espacial da ação e da organização sociais, que passa para uma escala inter-regional ou intercontinental; ou seja, diria respeito a uma gama de processos que geram uma transformação na organização espacial tanto das relações quanto das transações sociais. [...]

GLOBALIZAÇÃO: do que se trata afinal? Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6617/6617_6.PDF>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Globalização

Automação: sistema automático pelo qual os mecanismos controlam seu próprio funcionamento, com pouca interferência humana.

Biotecnologia: conjunto de técnicas de manipulação de seres vivos para a produção de medicamentos, hormônios, vacinas, anticorpos, enzimas, entre outros. A biotecnologia pode colaborar para um aumento da produtividade e o uso de práticas menos agressivas ao meio ambiente.

Revolução Técnico-Científico-Informacional: conceito formulado pelo geógrafo Milton Santos para explicar, entre outros aspectos, a revolução na produção e circulação de mercadorias iniciada na década de 1970 e ainda em curso.

A globalização pode ser definida como um processo histórico de crescente interligação política, econômica, social e cultural entre os diferentes povos e países.

Para alguns historiadores, a globalização teve sua origem nas Grandes Navegações europeias dos séculos XV e XVI, ganhou impulso no século XVIII com a Primeira Revolução Industrial e intensificou-se no século seguinte com a Segunda Revolução Industrial.

No século XX, as inovações tecnológicas ocorreram durante todo o tempo e em diferentes regiões do planeta. A partir dos anos 1970, a dinâmica capitalista e os investimentos em ciência e tecnologia conduziram à **automação** dos processos produtivos e à descoberta de novas tecnologias em áreas como **biotecnologia**, química fina e microeletrônica (que se aplicam na computação, nas telecomunicações e na robótica). Essa série de inovações ocorrida nos anos 1970 é denominada **Revolução Técnico-Científico-Informacional** ou Terceira Revolução Industrial; a foto a seguir mostra um dos aspectos dessa Revolução.

IMAGINECHINA/AP IMAGES/GLOW IMAGES

Aplicação de tecnologia na área da Medicina. O robô cirúrgico Tinavi realiza operação em paciente no hospital da Universidade Médica de Anhui em Hefei, província de Anhui. China, janeiro de 2018.

DIALOGANDO

Segundo o historiador Nicolau Sevcenko:

O que distinguiu particularmente o século XX, em comparação com qualquer outro período precedente, foi uma tendência contínua e acelerada de mudança tecnológica, com efeitos multiplicativos [...] sobre praticamente todos os campos da experiência humana [...].

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no *loop* da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 23.

- Você seria capaz de dar alguns exemplos de mudanças tecnológicas recentes?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

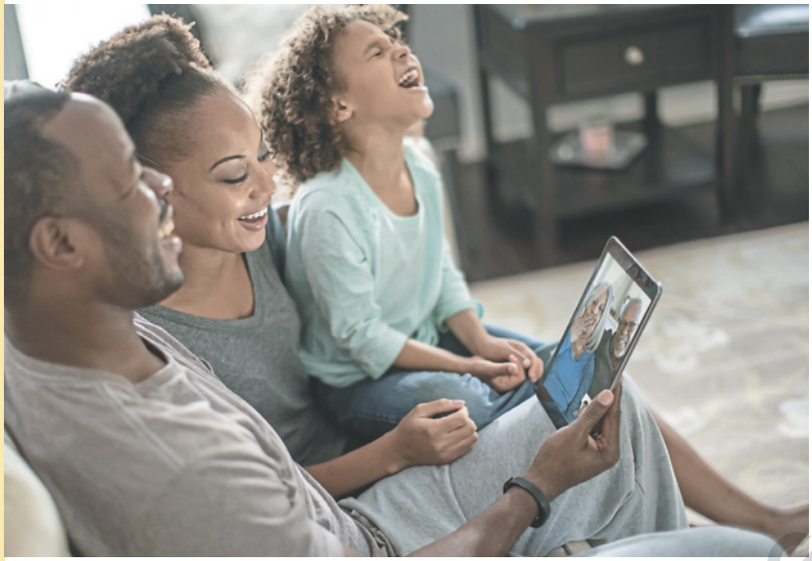
Globalização: características

Como principais características da globalização, podem-se citar:

a) **internacionalização da produção**: separação entre a criação dos produtos e sua execução. A criação e o desenvolvimento de produtos são mantidos, em geral, no país de origem. Já a produção e a distribuição são transferidas para o exterior. As coleções da Nike, por exemplo, são criadas nos Estados Unidos; já a produção em série ocorre no Sudeste Asiático. As empresas multinacionais ou **transnacionais** produzem, geralmente, em lugares onde a mão de obra é barata, os impostos são baixos e a legislação trabalhista e a ambiental não são rigorosas;

b) **circulação de informações**: a globalização da economia caminhou lado a lado com a revolução dos meios de comunicação: informações transmitidas em tempo real (instantaneamente) passaram a interligar empresas e cidadãos do mundo inteiro. Tudo isso graças à transmissão em rede, sendo a maior delas a internet (*net* quer dizer "rede", em inglês). No aspecto cultural, o advento da internet favoreceu a formação de uma cultura global.

Transnacionais: diz-se de empresas com capital, instalações e atividades em diversos países; empresas que organizam sua produção em bases internacionais.



JOHN FEDELE/BLEND IMAGES/GETTY IMAGES

Família em uma videochamada com amigos.

DIALOGANDO

Você sabe se, no Japão ou nos Estados Unidos, jovens de sua idade se divertem de modo parecido com o seu? Se sim, saberia dar alguns exemplos?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Refletir sobre o texto a seguir:

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, videoclipes, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos.

ABÍLIO, Maria Inês Ramos. **Globalização**: características mais importantes. Disponível em: <http://fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo1.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.

Dialogando

Resposta pessoal.

Texto de apoio

As facetas da globalização

Uma característica comum da integração mundial, viabilizada pelo processo de globalização, é o critério de desregionalização, o qual representa a quebra de barreiras regionais, no intuito de facilitar as relações comerciais. Outra questão é a formação de blocos econômicos (regionalização), entre os quais podem-se citar: CE (Comunidade Europeia), o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) e o Mercosul [...].

Concomitantemente à época de surgimento da globalização, isto é, na década de 70, o foco das políticas industriais nacionais começou a mudar e se adaptar ao novo padrão que estava surgindo. Anteriormente, as políticas eram pautadas no critério de substituições de importações, no entanto passam agora a visar totalmente o mercado externo, atingindo, na década de 80, seu estágio de maior expansão [...]

As transformações geradas pela globalização resultaram num alto grau de dinamismo do sistema econômico mundial, no sentido em que, há rápida integração entre os mercados financeiros de todo o mundo, seja nas esferas nacionais ou internacionais, graças ao avanço das telecomunicações, uso de satélites e um poderoso suporte informatizado. Isto, por sua vez, permite a perfeita mobilidade de capital e transações instantâneas em qualquer parte do globo [...]. "Pode-se dizer que, a partir daí, o mundo experimentou um processo de globalização financeira do capital e da fixação de um regime de acumulação sob o domínio financeiro" [...]. Segundo Chesnais (1996), o sistema financeiro é o campo mais avançado da mundialização.

Estes avanços ocorreram porque a economia mundial está vivenciando o que se pode chamar de Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, onde as principais economias do mundo estão inter-relacionadas através de um poderoso conjunto de inovações. A Terceira Revolução Industrial é caracterizada a partir de algumas tendências.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: A ORGANIZAÇÃO Mundial do Comércio. Disponível em: <http://livro.pro/qk35h9>; e OS BLOCOS asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. Disponível em: <http://livro.pro/ijkedg>. Acessos em: 14 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- DIREITO sem fronteiras: unidos pelo comércio. Duração: 26 min. Disponível em: <http://livro.pro/z9hk9q>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Vídeo sobre a integração econômica entre os países e a consolidação da formação de blocos em um mundo globalizado.

Texto de apoio (continuação)

A primeira é que vários setores da economia se tornaram interligados por causa da globalização. A segunda é a maior exigência de uma qualificação da mão de obra, onde se exige maior conhecimento e habilidade por parte do empregado [...]. A terceira é a reestruturação produtiva, representada pela transição do modelo fordista para a produção flexível (automação e informatização), com isso, pode-se produzir mais e em menor tempo [...]. Entretanto, o padrão de conhecimento e especificação dos trabalhadores também deve acompanhar as tendências tecnológicas, principalmente no campo da informática [...]

[...] Como resultado da Terceira Revolução Industrial, ocorrem diversas modificações na economia. O surgimento da globalização, por exemplo, proporciona uma relação comercial entre todos os países do globo, como consequência, origina-se uma concorrência muito acirrada no mercado internacional [...]. Por isso, nota-se cada vez mais a necessidade de integração e interação entre pesquisa e desenvolvimento (P&D), objetivando desta forma se alcançar diferenciais competitivos através da inovação tecnológica [...].

A partir desta forte concorrência no mercado internacional, algumas empresas encontram como solução alianças para se tentar aumentar seu poder de competitividade e ganhar com isso diferencial em relação a outras empresas. Por isso que os conglomerados e empresas transnacionais vão representar os agentes mais poderosos do processo de globalização, pois controlam, de maneira efetiva, a grande parte das relações comerciais, da produção, da tecnologia e das finanças internacionais. A atuação e decisões de investimento desses conglomerados e multinacionais afetam diretamente o desenvolvimento ou declínio de cidades e regiões [...].

A partir destas ações empresariais em diversas partes do globo, nasce o conceito de internacionalização da produção, ou seja, quando consumidores de uma determinada região consomem bens e serviços produzidos em outros países que não o seu de origem [...].

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana. As duas facetas da globalização: progresso e desigualdades sociais. **Diálogo e Interação**, v. 1, 2009. Disponível em: <http://www.faccrei.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/diartigos8-1.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.

c) **Aumento crescente da circulação de capitais**: uma imensa quantidade de dinheiro circula pelo mundo em busca de lucro rápido. Esse dinheiro investido em aplicações é chamado de capital especulativo. Uma parte menor do dinheiro em circulação é usada para financiar a indústria e o comércio. Esse dinheiro é chamado de capital produtivo. Os analistas estimam que a maior parte do dinheiro que circula pelo mundo é capital especulativo e a menor é capital produtivo.

MARTIN LEISS/BLOOMBERG/GETTY IMAGES/2016

As principais bolsas de valores, como a Bovespa, em São Paulo, a de Frankfurt, na Alemanha, a Nasdaq, em Nova York, e a de Tóquio, no Japão, utilizam o pregão eletrônico. Em alguns segundos, por meio da internet e de alguns toques no teclado do computador, os capitais podem migrar da Bovespa para a Bolsa de Tóquio, depois seguir para a Nasdaq e voltar para a Bovespa. Adequando-se aos fusos horários de cada país, os capitais circulam sem parar durante as 24 horas do dia.

d) **Aumento extraordinário do comércio mundial**, o que tem gerado uma integração cada vez maior dos mercados. Essa explosão do comércio mundial foi estimulada por três fatores principais:

- a abertura dos mercados da China continental, dos chamados **Tigres Asiáticos**, da Índia e dos países do Leste Europeu;
- a formação de organizações internacionais, como a **Organização Mundial do Comércio** (OMC);
- a adoção do neoliberalismo por governos de boa parte dos países.

Tigres Asiáticos: nome dado a um grupo de países asiáticos – Coreia do Sul, Taiwan (Formosa), Hong Kong e Cingapura –, cuja economia se desenvolveu extraordinariamente nos anos 1970 e 1980, com a ajuda de capitais japoneses.

Organização Mundial do Comércio: criada em 1994, regula e fiscaliza o comércio internacional, visando impedir abusos de poder nas relações comerciais entre países e blocos.

VICSPACEWALKER/SHUTTERSTOCK.COM

Avião de carga russo de longo alcance, Volga-Dnepr Antonov AN-124, é descarregado no aeroporto de Yubileiny, 2013. Quando pensamos em comércio mundial, quase sempre nos vêm à cabeça grandes navios carregados de contêineres, mas, conforme ilustra a foto, a utilização de aviões no transporte internacional de mercadorias também é considerável.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

256

PARA SABER MAIS

O neoliberalismo

O neoliberalismo é uma doutrina favorável à **não** intervenção do Estado na economia. Segundo o neoliberalismo, o Estado deve:

- estimular a livre concorrência entre empresas e países;
- promover a privatização, isto é, a venda de empresas estatais a particulares;
- favorecer a abertura do mercado nacional às mercadorias e aos capitais estrangeiros;
- diminuir os gastos públicos para manter o equilíbrio entre o que se arrecada com impostos e o que se gasta.

O neoliberalismo foi aplicado inicialmente no Reino Unido da primeira-ministra Margaret Thatcher, entre 1979 e 1990, nos Estados Unidos do presidente Ronald Reagan, entre 1981 e 1989, e na Alemanha do chanceler Helmut Kohl, entre 1982 e 1988. No Brasil, foi posto em prática a partir do governo Collor (1990-1992), que criou facilidades para a entrada de produtos estrangeiros e iniciou um processo de venda das empresas estatais (privatização).

RON SACHS/ZUMAPRESS/EASYPIX BRASIL

Margaret Thatcher perfila-se para ouvir o hino nacional dos Estados Unidos, ao lado do presidente estadunidense Ronald Reagan. Washington, Estados Unidos, 16 de novembro de 1988.

DIALOGANDO

Segundo os **defensores** do neoliberalismo, a abertura do mercado à concorrência internacional obrigaria os fabricantes nacionais a melhorar a qualidade e a diminuir seus preços, e quem sairia ganhando com isso seria o consumidor. Já os **críticos** do neoliberalismo argumentam que a abertura do mercado nacional aos capitais e produtos estrangeiros prejudica a indústria nacional, gera desemprego e favorece as multinacionais.

a) Com qual dos dois pontos de vista você concorda?
b) Por quê?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Dialogando

a) Resposta pessoal.
b) Resposta pessoal.

Professor: outra crítica aos governos que adotam políticas liberais é que eles têm cortado gastos nas áreas sociais, como saúde, educação e saneamento básico.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- NEOLIBERALISMO e globalização. Duração: 10 min. Disponível em: <http://livro.pro/zaup7p>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Entrevista com o economista e cientista político Theotonio dos Santos, professor emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF), sobre o impacto da política neoliberal para o desenvolvimento do Brasil.

Texto de apoio

O neoliberalismo

[...] O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre-comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados [...] estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. [...]

Houve em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômicos desde os anos 1970. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns. [...] Além disso, os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo da educação (nas universidades e em muitos "bancos de ideias"), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. [...]

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 12-13.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• O MUNDO global visto do lado de cá. Duração: 1h29min. Disponível em: <http://livro.pro/s2sakv>. Acesso em: 15 nov. 2018.

O documentário do cineasta brasileiro Sílvio Tendler discute os problemas da globalização sob a perspectiva das periferias (seja o Terceiro Mundo, seja as comunidades carentes). O filme conta com uma entrevista com o geógrafo baiano Milton Santos, gravada alguns meses antes de sua morte, em 2001.

Texto de apoio

Limites da globalização

[...] a globalização não é um fenômeno inevitável, havendo inclusive a possibilidade de que, em vez de progredir, essa tendência sofra uma regressão, se vários países decidirem se isolar dentro de suas fronteiras geográficas, no momento em que sentem suas economias, sociedades e culturas ameaçadas.

[...]

Cabe lembrar ainda que a globalização está longe de integrar toda a população mundial [...] A grande maioria da população mundial encontra-se limitada à sua experiência local, distante das novas tecnologias, do conforto propiciado pelas novas maravilhas eletrônicas e mesmo do acesso a bens e serviços básicos.

As mesmas cidades que ostentam arranha-céus e *outdoors* de marcas mundialmente famosas são circundadas, especialmente nos países subdesenvolvidos, por periferias e favelas nas quais reinam a miséria, a violência e a exclusão social.

De um lado, temos os engenheiros, economistas, administradores, publicitários, advogados e analistas de sistemas conectados por meio de computadores prestando serviços altamente especializados e trabalhando para as indústrias modernas. [...]

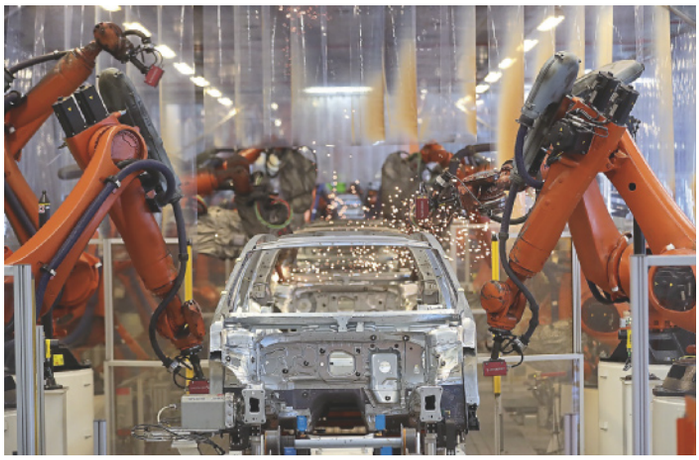
De outro, há os desempregados, os trabalhadores precários, [...] os que realizam "bicos" ou atuam em empregos de ocasião, com baixos níveis de renda, desconectados das novas tecnologias e sem a instrução exigida para ascender socialmente e ter acesso aos novos padrões de consumo. Esses são os excluídos da globalização. Tais indivíduos estão concentrados nos países globalizados, ainda que não seja difícil encontrá-los também nos países globalizadores.

[...]

Em resumo, a globalização trouxe um aumento dos fluxos internacionais de mercadorias, capitais e informações, os quais perpassam os vários países e afetam a dinâmica econômica das empresas, a realidade social dos indivíduos e as opções políticas de partidos e movimentos sociais. Uma parte significativa das populações, culturas e economias está, entretanto, à margem desse processo, alheia aos novos bens de consumo e tecnologias, incapaz de acessar e processar as novas informações e ainda imune, em grande medida, aos novos valores sociais e morais.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**. Política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2001. p. 18-19.

Efeitos da globalização sobre o emprego



KRISZTIAN BOCSI/BLOOMBERG/GETTY IMAGES

Robôs em linha de produção, em indústria automobilística na Alemanha, 2018. Muitas empresas automobilísticas em todo o mundo, inclusive no Brasil, usam robôs na produção de carros.

A Revolução Técnico-Científico-Informacional e a crescente globalização trouxeram algumas vantagens, como:

a) disponibilidade de uma grande variedade de produtos a preços relativamente mais baixos;

b) a velocidade com que as informações circulam e a eficiência dos meios para obtê-las;

c) a livre circulação de mercadorias e capitais entre os países de um mesmo bloco econômico, entre outras.

Mas essa revolução em um mundo cada vez mais globalizado trouxe também desvantagens; a maior delas, talvez, seja o crescimento do desemprego.

A automação da produção industrial vem eliminando muitos postos de trabalho, seja diretamente, seja indiretamente. Diretamente, as empresas vêm substituindo homens e mulheres por máquinas inteligentes e robôs. Indiretamente, as indústrias dos países pobres ou em desenvolvimento perdem com frequência a concorrência para as dos países ricos; como resultado, têm dificuldade para se manter e, por vezes, acabam falindo e levando muitos ao desemprego. Esse desemprego resultante da revolução tecnológica em curso é chamado de desemprego estrutural, porque os trabalhadores perdem seus empregos por longos períodos de tempo.

Paralelamente à extinção de postos de trabalho, vêm surgindo novos empregos em áreas como informática, tecnologia da informação, lazer, turismo, finanças e *marketing*. Mas a maioria desses empregos exige maior grau de instrução e qualificação e acabam sendo inacessíveis a grande parte da população mundial.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

PARA SABER MAIS

Argumentos dos críticos às políticas globais

1. A flexibilização da legislação trabalhista retira direitos sociais dos trabalhadores.
2. O uso da terceirização e da subcontratação pelas empresas provoca a diminuição no número de empregos com carteira assinada.
3. O controle das políticas econômicas dos países mais pobres e emergentes por organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) acaba levando esses países a reduzir investimentos em saúde, educação e segurança pública.
4. A imposição de uma cultura única ameaça a diversidade e os valores culturais locais e regionais.
5. A prioridade dada ao crescimento econômico tem causado a degradação ambiental – ar, terra e água.

KENY ANDRADE (F)/FOLHAPRESS

Vitrine de loja em *shopping*. Jundiaí, SP, 2017.

Argumentos dos favoráveis às políticas globais

1. Aumentam a concorrência entre as empresas e diminuem os preços das mercadorias.
2. Possibilitam a um número maior de pessoas o acesso a bens e tecnologias, como celulares, *smart TVs* etc.
3. Favorecem a integração de povos e culturas pela internet e pelas redes sociais.
4. Permitem-nos saber o que ocorre ao redor do mundo em tempo real.
5. Ampliam os mercados e favorecem um aumento do comércio mundial, o que beneficia a todos.

DIEGO GAZOLA/OPÇÃO BRASIL IMAGENS

Praia de Mangue Seco, BA, 2007. Na placa, lê-se: "Nós falamos: inglês, francês, italiano, espanhol e brasileiro!".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Globalização: prós e contras

Dois pontos de vista extremos sobre a globalização: o empresário Hans-Olaf Henkel a defende com euforia, Ernst-Ulrich von Weizsäcker, pesquisador e político social [...] enumera seus perigos.

A favor: Hans-Olaf Henkel

Sr. Henkel, o que significa globalização para o senhor?

Para mim, é a melhor notícia para a humanidade, desde o Iluminismo e a Declaração dos Direitos Humanos. Globalização não significa apenas que bens, mercadorias e serviços circulam pelo mundo inteiro; acima de tudo, ela implica o intercâmbio das melhores ideias. [...]

Via de regra, dá-se demasiada ênfase a seus riscos [...]. As vantagens são o que eu chamaria de triângulo mágico: democracia, direitos humanos e economia social de mercado. [...]

Todo Estado tem de garantir que as pessoas possam compartilhar da globalização e com ela lucrar. É preciso entender que o empresariado não apenas se beneficia do processo social, como também contribui significativamente para ele. [...]

Contra: Ernst-Ulrich von Weizsäcker

Sr. Weizsäcker, quais as chances e riscos que oferece a globalização?

Ela é uma faca de dois gumes, há vencedores e perdedores desse processo. Por um lado, nos proporciona uma gigantesca gama de mercadorias, porém a diversidade de sementes e plantas úteis reduziu-se dramaticamente. Existem espigas de milho amarelas, vermelhas e cor de laranja, mas todas provêm do mesmo campo. No todo, o fato é que os fracos pouco levam da globalização, e os fortes lucram com ela.

Com o fim do conflito Leste-Oeste, o papel do Estado transformou-se radicalmente. Os movimentos de migração e os gestos de ameaça do empresariado forçaram pouco a pouco os Estados a introduzir privilégios fiscais para os ricos. Antigamente, os milionários tinham que descontar um porcentual mais alto do que a média dos assalariados. Agora presenciamos uma redução sistemática de todos os impostos sobre o capital e as empresas, enquanto crescem as taxas sobre o consumo e as alíquotas para os empregos de baixa remuneração. Essa é uma reviravolta bem significativa. [...]

Como se pode cercear as consequências negativas?

Certamente uma maior cooperação mútua entre os Estados ajudará: o que se denomina *global governance*. Assim podem-se estabelecer regras que a economia internacional também terá que obedecer. O fim dos oásis fiscais, regulamentação internacional contra o *dumping* (preços e salários abaixo da tabela), medidas para proteger os direitos humanos, tudo isso se pode alcançar através de organizações internacionais e de uma melhor cooperação entre os governos. A ONU, a OMC e a Organização Internacional do Trabalho já fazem isso em alguns setores. Precisamos seguir seu exemplo em bases muito mais amplas.

GLOBALIZAÇÃO: prós e contras. ***Deutsche Welle***, 8 ago. 2002. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2Xjh>. Acesso em: 5 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- SÉRIE desafios mundiais – Fórum Social Mundial. Duração: 3 min. Disponível em: <http://livro.pro/epob55>. Acesso em: 14 nov. 2018.

Reportagem sobre protestos contra a globalização.

Texto de apoio

O movimento antiglobalização

[...] Os protestos de Seattle e o nascimento do movimento antiglobalização supuseram uma importante mudança, tanto na sociedade internacional (uma vez que representa a irrupção de um novo ator internacional) como nas formas de mobilização política (já que insere um repertório renovado de ação coletiva, marcado por dinâmicas internacionais e transnacionais). A partir de Seattle, as forças sociais de diferente natureza (movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicais, comunidades universitárias etc.) passam a desempenhar um rol mais ativo no âmbito global, por meio de diferentes estratégias e formas de participação. Tal fato permite o forjamento de um espaço numa arena outrora completamente dominada pelos Estados e organizações internacionais, os quais se veem obrigados a incluir em suas políticas uma maior participação da sociedade civil. [...]

Entendemos o movimento antiglobalização, num sentido amplo, como um movimento social global que aglutina redes e movimentos sociais diversos (ambientalistas, feministas, sindicais, de defesa dos direitos humanos, entre outros) para além de suas diferenças, com uma perspectiva que une o local e o global, construindo identidades coletivas multirreferenciais que superam o Estado-nação e uma luta comum contra a globalização neoliberal, a quem responsabilizam as múltiplas problemáticas contra as que se mobilizam.

Uma primeira razão para explicar o surgimento dos atores sociais no cenário internacional é a necessidade, por parte da cidadania, de dar uma resposta prática ao distanciamento dos centros de tomada de decisões dos lugares habituais de participação cidadã. Trata-se de uma questão que leva muitos autores a teorizar sobre novas democracias (cosmopolitas, globais, transnacionais e assim por diante), frente aos renovados marcos de ação política dos movimentos sociais [...]. De fato, isso estimula novas formas de participação sociopolítica, seja por convite, seja por irrupção, reivindicadas pelo movimento antiglobalização. Desse modo, o surgimento do movimento se relaciona ao contexto de crise de governabilidade e representatividade dos sistemas políticos e do Estado de bem-estar social. [...]

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, jan./abr. 2010, p. 28-36. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/168/38>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Protestos contra a globalização

Nas duas últimas décadas, ocorreram vários protestos contra a globalização; os principais alvos dos ativistas são as empresas transnacionais, os dirigentes de países ricos, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e a OMC (Organização Mundial do Comércio). Durante esse tempo, por iniciativa dos movimentos sociais, o debate sobre a globalização e seus efeitos ganhou um novo espaço: o **Fórum Social Mundial** (FSM). Segundo seus organizadores, o FSM é um espaço de produção de alternativas ao modelo de globalização a serviço dos interesses das grandes corporações e instituições internacionais, a exemplo do FMI e do Banco Mundial. Para os críticos da globalização, esse processo é desfavorável aos países em desenvolvimento pelos seguintes motivos:

a) destruição de empregos e aumento da exclusão social;

b) aprofundamento das desigualdades sociais no interior das nações e entre elas;

c) instabilidade econômica e crises causadas pela ação de capitais especulativos ao redor do mundo;

d) os ajustes exigidos pelo FMI obrigam países em desenvolvimento a cortar gastos no setor social e com políticas inclusivas.

Em 2018, a sede do Fórum Social Mundial foi a cidade de Salvador, na Bahia, e teve como tema: "Resistir é criar, resistir é transformar".

Logotipo do Fórum Social Mundial 2018, ocorrido em Salvador, BA.

> Os sonhos da humanidade hoje se defrontam com os fundamentalismos das guerras e xenofobias e dos sistemas de dominação com suas novas formas de golpear liberdades e democracias. A capacidade de resistir é violentamente desafiada. Por isso as organizações e movimentos alinhados com a Carta de Princípios do Fórum Social Mundial novamente se autoconvocam para reunir sua diversidade de lutas e somar forças para a resistência.
>
> FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2018. **Encontro da resistência**. Disponível em: <https://wsf2018.org/o-fsm-2018/>. Acesso em: 31 out. 2018.

Fórum Social Mundial: evento criado para fazer frente ao Fórum Econômico Mundial – encontro de grandes empresários, economistas e líderes mundiais.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Um mundo multipolarizado

Com a dissolução da União Soviética, em 1991, chegou ao fim a ordem bipolarizada, que opunha o bloco capitalista ao comunista. Diante disso, houve quem acreditasse que a nova ordem mundial seria unipolar e regida pela única superpotência do final do século XX: os Estados Unidos.

Mas não foi o que aconteceu.

Na primeira década e meia do século XXI, os EUA continuaram sendo a maior economia do mundo (seu PIB em 2017 foi de 19,36 trilhões de dólares), mas o fortalecimento do Japão, da União Europeia e da China alterou fortemente o equilíbrio de poder no mundo, a ponto de podermos dizer que a ordem mundial é hoje multipolarizada.

Conflitos e tensões no mundo atual

Vivemos em um mundo dividido pela enorme distância entre pobres e ricos, castigado por acidentes ambientais e abalado por outros sérios problemas, como o tráfico de drogas, o terrorismo, a exclusão digital, preconceitos motivados por origem, religião ou orientação sexual e conflitos armados em várias partes do globo. Tais problemas afetam a todos nós, direta ou indiretamente.

CHRISTOPHER FURLONG/GETTY IMAGES

Pessoas reunidas em torno de homenagens florais para as vítimas de um atentado terrorista no Manchester Arena, na cidade de Manchester, na Inglaterra, na noite de 22 de maio de 2017, ocasião em que 22 pessoas foram mortas e 59 ficaram feridas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

Texto de apoio

Marketing do terror

O *marketing* do terror é um tipo de *marketing* às avessas. Suas ações e características constituem o avesso do que denominamos de *marketing* moderno.

Utiliza as redes de TV como promotores do seu espetáculo trágico e bárbaro. Não é uma mídia para si, mas contra si. Não investe em mídia. É a mídia que investe nele.

Seu produto é o terror. Suas ações causam tragédias e um impacto sem precedentes na psique e no inconsciente coletivo. Faz do atentado um ultraje à civilização, uma barbárie. Eventiza o ato terrorista e o promove em sua dimensão trágica.

Graças à TV, o terrorismo ganha as manchetes do dia, da semana, do mês; e aumenta o seu séquito de críticos e opositores. E não de seguidores, como a lógica do *marketing* nos permitiria entender e prever.

Suas ações não têm um alvo definido. É qualquer um e todos ao mesmo tempo. Ao contrário do *marketing* moderno, que aposta em nichos de mercado e segmentação. E, portanto, no coletivo, o *marketing* do terror é a busca da superação do individual sobre o coletivo.

O foco das ações é o país inimigo, seus símbolos, povo e representações. Não existem mercados para conquistas, clientes pra cortejar e demandas para satisfazer.

O que vale é a força e o poder simbólico do ato em si. O que conta são os desejos, as demandas e as motivações dos atos, que são os agentes do terror.

Não há clientes nesse processo. São, de preferência, vítimas e inocentes, para aumentar o impacto trágico e a desumanidade do ato.

Seus atos produzem pânico, terror, medo e insegurança. Tangível em seu aspecto destruidor e intangível em sua dor e sofrimento.

[...]

São globais em sua essência porque chocam o mundo todo. São difusas porque se dispersam no mundo inteiro, visando a alvos distintos.

MARQUES, Adhemar Martins. **História do tempo presente**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 162.

Texto de apoio

A Revolução Iraniana

O reinado do Xá Reza Pahlavi foi uma monarquia totalitária que possuía duas características fundamentais: a primeira era a opressão violenta a qualquer tipo de oposição ao governo, a segunda era o projeto acelerado de desenvolvimento econômico seguindo o modelo Ocidental. A despeito dos elevados gastos pessoais do Xá e de sua família, o monarca conseguiu realizar um processo de modernização no Irã. Foram construídos durante o seu governo hospitais, escolas, universidades, usinas siderúrgicas, redes de estradas e rodagens e sistemas de comunicação. [...]

Depois do Primeiro Choque do Petróleo em 1973 que ocasionou um aumento nos preços internacionais do petróleo, foi verificado um elevado índice de crescimento econômico no Irã. O governo do Xá instaurou um programa de desenvolvimento econômico denominado 'Revolução Branca'. O regime monárquico pretendia construir uma "nova sociedade", industrializada de acordo com o modelo de desenvolvimento do Ocidente. Porém, tal desenvolvimento objetivado pelo Xá não chegou a se concretizar [...].

A 'Revolução Branca' do Xá Reza Pahlavi não foi capaz de transformar a abundante renda oriunda do petróleo em desenvolvimento econômico e bem-estar para a população iraniana. O crescimento iraniano beneficiou muito pouco o povo devido a dois fatores principais: os altos gastos militares do governo e a corrupção da elite monárquica. [...]

[...] Toda a riqueza e ostentação da família imperial não era mais tolerada por uma população pobre e oprimida.

Somando-se à insatisfação do povo pelos elevados gastos com equipamentos militares e com a família imperial, o Xá Reza Pahlavi ainda emitiu uma série de medidas pouco populares: "o monarca fez aprovar uma lei de imprensa que punia com prisão qualquer crítica aos membros da família imperial. [...] A natureza arbitrária do regime ameaçava os interesses da classe média que defendia a criação de um sistema constitucional que pudesse garantir a segurança material e a estabilidade política. Finalmente, toda a população iraniana demandava o fim do terror perpetrado pela SAVAK (Organização Nacional de Informação e Segurança), a polícia secreta do Irã [...].

O movimento de revolução do Irã foi espontâneo e contou com a adesão da maior parte da população. O Xá sofreu o ataque tanto da direita, representada pelos clérigos que demandavam uma República Islâmica e um retrocesso com a modernização, quanto da esquerda, representada pelo *fedayeen* e que possuía ligações com a OLP. Esta união entre as diversas forças políticas do Irã tinha um "objetivo comum (neste caso, a derrubada da monarquia), explodiu sob uma pressão de forças centrífugas, refletindo os interesses, aspirações e tendências políticas de diversos grupos da população". [...]

A GUERRA Irã-Iraque. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8064/8064_4.PDF>. Acesso em: 15 nov. 2018.

O caso do Irã

O Irã é um dos maiores produtores mundiais de petróleo e está situado numa posição estratégica entre o Mar Cáspio e o Golfo Pérsico, no Oriente Médio. Seus habitantes são, em sua imensa maioria, seguidores do islamismo **xiita**.

Em 1953, o **xá** Reza Pahlevi, que governava o país desde a Segunda Guerra Mundial, instalou uma ditadura com o apoio dos EUA, de quem comprava armamento moderno. Anos depois, para diminuir as críticas a seu governo, Pahlevi promoveu uma reforma agrária e a extensão do voto às mulheres. Porém, continuou prendendo opositores e impondo costumes ocidentais rejeitados pela maioria muçulmana.

A ditadura, a corrupção e a imposição de hábitos ocidentais levaram a uma explosão popular. No início de 1979, a maioria muçulmana saiu às ruas contra Reza Pahlevi, que fugiu do país.

Duas semanas depois, o líder religioso muçulmano Ruhollah Khomeini, que vivia exilado na França, retornou triunfante ao Irã e proclamou uma República islâmica. Khomeini era **aiatolá**, líder tido como intérprete da vontade divina. O título é dado aos altos representantes do clero xiita. O **Estado teocrático** chefiado por Khomeini era antiocidental e radicalmente contrário aos Estados Unidos. Seu governo baseava-se na **Sharia**, lei islâmica que estabelecia normas para a vida social e punições para diversos crimes. As mulheres foram obrigadas a usar véu, não podiam estudar e foram proibidas de usar maquiagem e pintar as unhas. Enfim, o governo Khomeini era uma expressão do **fundamentalismo islâmico**.

Nas duas últimas décadas, a economia iraniana tem crescido e o Irã se consolidou como uma importante liderança no Oriente Médio. Externamente, porém, o Irã sofreu uma forte oposição liderada pelos Estados Unidos e por Israel, que incluía sanções econômicas. Esses países acusam o Irã de manter um programa nuclear destinado a fins militares e exigem sua interrupção imediata. No campo político, a República islâmica do Irã continua a ser um Estado teocrático e autoritário, mas a oposição ao governo tem crescido; um movimento popular com grande participação de jovens e mulheres luta para ampliar seus direitos ao exercício da cidadania.

Xiita: corrente do islamismo para a qual somente os descendentes de Ali (marido de Fátima, filha de Maomé) podem ser considerados sucessores legítimos de Maomé.

Xá: título dos monarcas iranianos até 1979.

Estado teocrático: país em que a vida política e social está subordinada a normas religiosas.

Fundamentalismo: radicalismo religioso e político que defende o retorno a raízes religiosas, étnicas e culturais.

BETTMANN/GETTY IMAGES

O aiatolá Khomeini, Irã, 1979.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O caso do Afeganistão

Após a revolução islâmica no Irã, o fundamentalismo muçulmano cresceu e se expandiu pelo Oriente Médio e pelo norte da África. No Afeganistão, o grupo fundamentalista Talibã chegou ao poder em 1996 e impôs ao país uma ditadura teocrática e antiocidental. A televisão, que veiculava imagens e valores do modo de vida ocidental, foi proibida. As mulheres não podiam mais aprender a ler e a escrever ou sair às ruas desacompanhadas.

HUNTER/CORBIS/GETTY IMAGES

TIFAS/VW PICS/ZUMAPRESS/FAS/PYX BRASIL

1. Mulher vestindo o xador, roupa que envolve o corpo todo, com exceção dos olhos. **2.** Mulher vestindo a burca, roupa que cobre até os olhos. No período em que o Afeganistão esteve sob o domínio do Talibã, o uso da burca era obrigatório, 2007.

No governo do Talibã, no Afeganistão, os Estados Unidos foram demonizados e sua influência política, econômica e cultural tornou-se um alvo a ser duramente combatido. Os Estados Unidos do presidente George W. Bush (2001-2009), em contrapartida, rotularam o Afeganistão, o Iraque e a Coreia do Norte como países do "eixo do mal". Esses países eram vistos pelo governo de Bush como uma ameaça a seu modelo de democracia e deviam ser combatidos pela força. Ao mesmo tempo, cresciam em território afegão os núcleos da rede *Al-Qaeda* (A Base), organização terrorista islâmica liderada por Osama bin Laden, cujo objetivo era promover uma guerra contra os "infiéis" do Ocidente.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: AS GUERRAS que se travam no Afeganistão há quatro décadas. Disponível em: <http://livro.pro/6emd3s>. Acesso em: 14 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- AFEGANISTÃO. Duração: 55 min. Disponível em: <http://livro.pro/bkkubc>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Reportagem sobre o drama em que vive a população no Afeganistão.

Texto de apoio

A Era Talibã

O Talibã [...] surgiu no início dos anos 1990, quando um veterano da guerra do Afeganistão, o Mulá Omar começou a percorrer o país recrutando estudantes oriundos de diversas Madrassas, as escolas religiosas pregadoras do Islã radical, instaladas no Paquistão e no Afeganistão, a fim de se juntar a ele na luta pela implantação de um Estado estritamente islâmico na sua concepção mais radical. No período de sua formação e posteriormente na luta pelo poder no país, os Talibãs receberam pesado suporte financeiro e material oriundos da Arábia Saudita e do Paquistão, cujo Serviço de Inteligência desse mantinha um estreito relacionamento com a organização. Além disso, obtiveram grandes somas em dinheiro oriundas da cobrança de taxas dos traficantes de ópio. Ao chegar ao poder, os líderes Talibã puderam finalmente pôr em prática suas ideias de uma sociedade islâmica pura. Seus integrantes espalhavam o medo e o terror pelo país, estabelecendo regras sobre cortes de cabelo e barba, proibindo o acesso de seus cidadãos aos meios de comunicação, impedindo as mulheres de trabalhar e estudar, além de diversas outras restrições às liberdades individuais que quando desobedecidas resultavam em pesadas penas, na maioria dos casos capitais. [...]

AMORIM, Alexandre Santos de. **A globalização do radicalismo islâmico**: um estado de caso da Al Qaeda sobre a luz do choque de civilizações. (Dissertação de mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://repositorio.umb.br/bitstream/10482/1486/1/2008_AlexandreSantosdeAmorim.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• SEGUNDOS fatais: 11 de setembro. Duração: 45 min. Disponível em: <http://livro.pro/xvhsyk>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Documentário sobre o atentado às torres gêmeas.

Texto de apoio

Estados Unidos e a guerra contra o Afeganistão

"Guerra do Afeganistão" é como se batizou o conflito iniciado com a invasão dos Estados Unidos da América (EUA) ao Afeganistão depois dos ataques de 11 de setembro de 2001. Seus objetivos mais amplamente divulgados eram desmantelar a Al-Qaeda e impedir que terroristas usassem o território afegão como base ao remover o Talibã do poder. Alguns aliados-chave apoiaram os EUA desde o princípio e, em agosto de 2003, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) se envolveu na operação, liderando a Força Internacional de Assistência para a Segurança (em inglês, ISAF), com tropas de 43 países, tais como o Canadá, a Bélgica e a Rússia.

O presidente dos Estados Unidos à época, o republicano George W. Bush, exigiu que o Talibã entregasse Osama bin Laden, líder da Al-Qaeda, tida como autora dos episódios do 11/09, que era procurado pela ONU desde 1999, e promovesse a expulsão da Al-Qaeda do país. O Talibã, porém, se negou a extraditá-lo, afirmando que o terrorista iria ser submetido a uma corte islâmica afegã a menos que fossem apresentadas evidências convincentes de seu envolvimento nos ataques de 11 de setembro, e ignorou pedidos para destruir células terroristas em seu território e entregar outros suspeitos além de Bin Laden. Vale lembrar que, à época, a Al-Qaeda ainda não havia assumido publicamente a autoria dos ataques.

A exigência do governo afegão foi considerada pelos estadunidenses como uma estratégia de adiamento. A partir disso, foi lançada em 7 de outubro de 2001 a Operação "Liberdade Duradoura", em conjunto com o Reino Unido e com apoio de outros Estados, posteriormente.

Os EUA e seus aliados conseguiram remover o Talibã do poder em pouco tempo e construíram bases militares próximo às maiores cidades em todo o país.

CHIARATO, Anik Bonamini et al. Afeganistão: a continuidade do grande jogo. **Observatório de conflitos internacionais**, v. 4, n. 4, 2017. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/afeganistao-a-continuidade-do-grande-jogo2.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.

O ataque às torres gêmeas

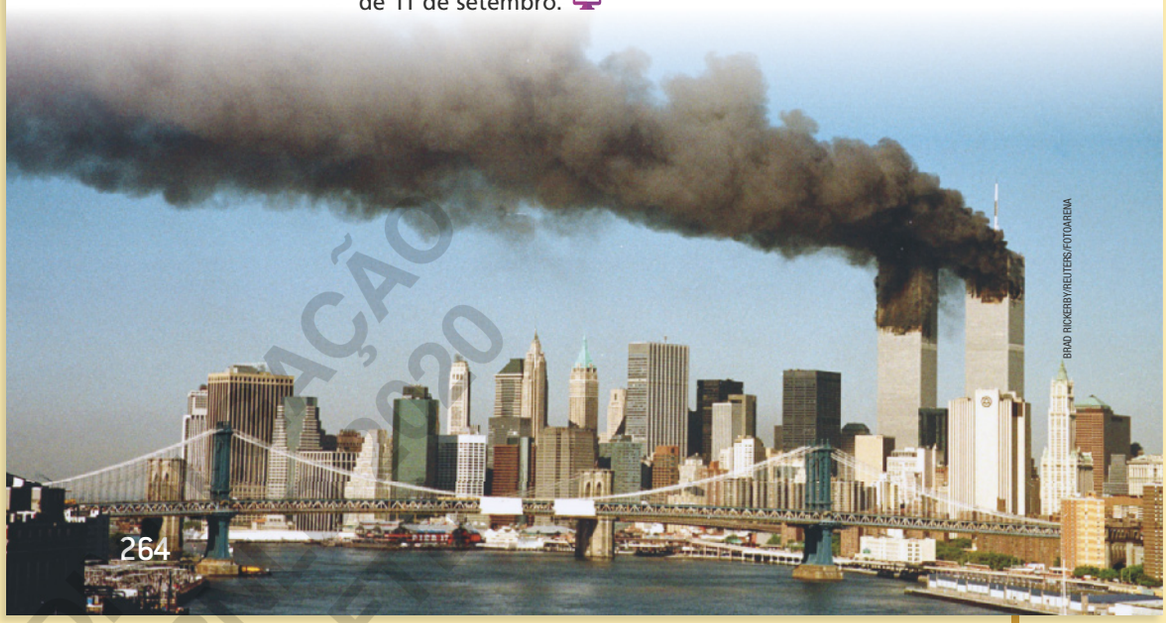
Dica! Reportagem de 2001 sobre o ataque às torres gêmeas. Duração: 7 min. Disponível em: <http://livro.pro/5jt2o8>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Nesse contexto de polarização crescente, em 11 de setembro de 2001, um grupo da *Al-Qaeda* agiu de forma violentíssima e inesperada, lançando dois aviões comerciais sequestrados sobre as torres gêmeas do *World Trade Center*, de 110 andares, em Nova York, e um terceiro contra o prédio do Pentágono, em Washington. Foram atingidos, assim, dois grandes símbolos do poderio estadunidense (econômico e militar, respectivamente).

Com o apoio de boa parte da sociedade estadunidense, o governo Bush convocou seus aliados, entre os quais o Reino Unido, para um combate sem tréguas ao terrorismo. Bush propôs também a guerra preventiva, teoria segundo a qual a melhor maneira de se defender de um possível ataque é atacar antes. Em 7 de outubro do mesmo ano, forças anglo-americanas e seus aliados desfecharam um violento ataque ao Afeganistão, cujo governo dava guarida à *Al-Qaeda*, de Bin Laden.

Milhares de pessoas de diferentes nacionalidades, inclusive brasileiras, que trabalhavam no *World Trade Center*, desapareceram nas chamas. O número de mortos nos atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York, foi de 3 044 pessoas.

As perdas materiais e humanas foram enormes. O Talibã foi deposto e um novo governo composto de representantes de etnias afegãs rivais assumiu o poder, mas o país continuou ocupado por forças militares estadunidenses. Osama bin Laden foi perseguido e morto por forças estadunidenses em maio de 2011. Em outubro de 2018, as forças militares de ocupação continuavam presentes no Afeganistão. O Pentágono justifica a presença das tropas no país como um meio de evitar novos ataques terroristas, como os de 11 de setembro.



BRAD RICKERBY/REUTERS/FOTOARENA

DISTRIBUIÇÃO PROIBIDA 2020

Levantes populares na África e no Oriente Médio

No final de 2010, teve início na Tunísia uma série de levantes populares contra ditadores de países do norte da África e do Oriente Médio de língua árabe, muitos deles apoiados pelas potências ocidentais, como Estados Unidos e Reino Unido. As revoltas começaram no norte da África e se espalharam rapidamente pelo Oriente Médio.

O estopim desses levantes foi a decisão do tunisiano Mohamed Bouazizi, de 26 anos, de atear fogo ao próprio corpo em protesto contra o desemprego e a corrupção existentes em seu país. Sua morte foi o ponto de partida de uma onda de protestos, com efeito dominó: em janeiro de 2011, a revolta popular derrubou o ditador da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali; em fevereiro do mesmo ano, caía no Egito o ditador Hosni Mubarak; em outubro, na Líbia, Muamar Kadafi era liquidado; e, em novembro, Ali Abdullah Saleh, do Iêmen, fugia do país pressionado por meses de protestos populares.

JEFF J MITCHELL/GETTY IMAGES

Egípcios em comício na Praça Tahrir para marcar o aniversário de um ano do levante popular que derrubou o ditador Hosni Mubarak. Cairo, Egito, 2012.

Nesses levantes ocorridos na África do norte e no Oriente Médio, a mobilização popular contou com a ajuda das redes sociais, da telefonia móvel e da TV *Al Jazira*, sediada em Doha, no Catar. Os governos ditatoriais, por sua vez, usaram a censura à internet e o grampo telefônico, além de uma violência indiscriminada, para reprimir os manifestantes. Apesar disso, esses movimentos, chamados pela imprensa de **Primavera Árabe**, continuaram sacudindo países como Bahrein, Kwait, Omã, Jordânia, Argélia, Marrocos e Síria.

Primavera Árabe: termo criado pela imprensa para traduzir o despertar dos povos árabes contra as condições socioeconômicas em que viviam até então; é também uma alusão às revoluções de 1848 na Europa, conhecidas como Primavera dos Povos.

Entre as razões desses levantes populares no norte da África e no Oriente Médio, podemos citar:

a) a enorme desigualdade social e econômica vigente nesses países;

b) as elevadas taxas de desemprego e a falta de uma política para a juventude;

c) a opressão à mulher e a censura aos meios de comunicação;

d) a existência de ditadores corruptos que se perpetuavam no poder por meio da violência.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: NORTE da África e Oriente Médio: os levantes populares e as mudanças nas relações com o Ocidente. Disponível em: <http://livro.pro/g3hhrg>. Acesso em: 14 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• A PRIMAVERA Árabe. Duração: 1h27min. Disponível em: <http://livro.pro/xwrg8f>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Documentário sobre a Primavera Árabe.

Texto de apoio

Redes sociais nos protestos do Oriente Médio

As mídias tradicionais são conhecidas pela chamada comunicação de massas, na qual a característica básica é a comunicação unilateral, ou seja, de poucos para muitos, como na televisão. A internet, por outro lado, nos permite falar de todos para todos, sobre qualquer assunto, em qualquer lugar. Permite dar voz àqueles que não possuem e propicia aos cidadãos o direito de expressar sua opinião. [...] essas mídias – a tradicional e a digital – estão hoje em processo de colisão, ocasionando uma nova cultura da convergência. Os recentes acontecimentos no norte da África nos fazem perceber que essa tecnologia tem sim a capacidade de ajudar um povo a mudar a história de seu país. É claro que a internet, por si só, não deflagra revoluções – no caso da Primavera Árabe, [...] ela na verdade potencializou um anseio por mudanças em sociedades insatisfeitas com os rumos da política e da situação socioeconômica.

Por fim, verifica-se que a Primavera Árabe demonstra que a informação aliada à capacidade de mobilização das pessoas via internet representam ferramentas interessantes para a destruição de regimes ditatoriais. Ademais, é importante observar que a preservação dos canais de informação será fundamental para a construção de Estados democráticos de direito, em substituição às monarquias absolutistas e às repúblicas ditatoriais do norte da África e do Oriente Médio.

COSTA, Débora Alves da, SOUZA, Rogério Martins de. A revolta digital: impacto das redes sociais da internet nos protestos de rua dos países árabes em 2011. **Cadernos UniFOA**, n. 19, 2012. Disponível em: <revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/download/1100/956>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Dialogando
Resposta pessoal.

Texto de apoio

Meio ambiente: responsabilidade de todos

Considerando todo o contexto histórico da Revolução Industrial, constatamos, inicialmente, uma imaturidade despreocupada com os impactos danosos ao meio ambiente que poderiam advir do processo de industrialização.

Com o constante aumento da população e a necessidade de produzir cada vez mais para atender a uma maior demanda, as indústrias foram se expandindo, bem como a tecnologia foi evoluindo e proporcionando ao homem mais conforto e comodidades, ampliando o espaço para o consumismo e com isso crescendo a devastação no meio ambiente.

Esse crescente aumento da população, da industrialização e também do consumismo trouxe junto riscos e alterações no sistema ambiental, devastando ecossistemas, poluição do ar, do solo e das águas, ocasionando perdas, algumas irrecuperáveis, como centenas de espécies de mamíferos e de aves extintos nas últimas décadas. Além do grande impacto devastador provocado na flora e nos próprios seres humanos, através da poluição dos rios, desmatamentos, degradação do solo, que causam a destruição da biodiversidade.

Podemos afirmar que houve nos últimos anos uma tomada de consciência mundial referente à preservação e conservação do meio ambiente. A conscientização fez o homem perceber que o progresso estava deixando atrás de si um rastro macabro de destruição e um trágico caminho de mortes. A partir dessa conscientização começaram a acontecer Conferências Internacionais para tratar e debater sobre o meio ambiente.

No entanto, há necessidade de um grande processo de transformação em todo o mundo para que essa consciência possa realmente exercer uma prática saudável de um relacionamento entre o ser humano e a natureza, que tenha mais eficácia e produza um verdadeiro efeito.

[...]

Para que mudanças como essa se concretizem, é necessário muito trabalho e que políticos, empresários e consumidores aceitem quebrar o paradigma da revolução industrial, centrado nas indústrias do aço, do petróleo e, principalmente, no mais desejado bem de consumo durável do planeta: o automóvel.

E como sempre, acreditamos que, somente através de um Direito Ambiental Internacional fortemente apoiado, disciplinado, aceito e amparado por todos os seres humanos, por todas as sociedades humanas e por todos os países do mundo, teremos a garantia de preservação e manutenção da vida em nosso planeta.

MELO, Marciano Almeida. **O desenvolvimento industrial e o impacto no meio ambiente**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-desenvolvimento-industrial-e-o-impacto-no-meio-ambiente>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Seis grandes desafios

Entre os vários desafios que a humanidade tem pela frente, seis merecem especial atenção:

1. a desigualdade social existente no globo, inclusive em países em desenvolvimento, como Brasil, Índia e África do Sul;
2. a existência de 1 bilhão de habitantes do planeta vivendo abaixo da linha da pobreza, o que contribui para o aumento do desrespeito ao outro, da criminalidade e da insegurança;
3. a violência presente nos conflitos ao redor do mundo, nas ações das organizações criminosas que traficam drogas, na prática do terrorismo e também no cotidiano das pessoas na atualidade;
4. o desenvolvimento e o uso de tecnologias e produtos em escala mundial sem antes conhecermos seus efeitos sobre o meio ambiente ou sobre nós;
5. a perda de credibilidade do Conselho de Segurança da ONU, cuja missão é mediar os conflitos, de modo a conseguir consenso e concórdia;
6. a questão ambiental, que afeta fortemente a qualidade da vida na Terra e vem ganhando dimensões alarmantes, com a ocorrência de desastres ecológicos jamais vistos, a exemplo do ocorrido em Mariana, Minas Gerais.

ILANA LANSKY/OLHAR IMAGEM

DIALOGANDO

Muito se tem debatido a respeito desses seis grandes desafios. E você, o que pensa sobre o assunto?

Desastre ambiental: rompimento da barragem da empresa Samarco. Mariana, MG, 2015. Repare na altura da camada de lama em primeiro plano.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Conceitue:

a) *Perestroika*.

b) *Glasnost*.

c) No caderno, crie uma tabela com duas colunas: à esquerda, liste as características da *perestroika*; à direita, as da *glasnost*.

2. Leia a seguir um relato sobre a queda do Muro de Berlim.

> Noite de 9 de novembro de 1989. [...]
>
> O muro erguia-se soturno e ameaçador. No clarão amarelo das lâmpadas [...], cercados por arame farpado e armadilhas [...], milhares de alemães orientais encaravam uma linha [...] de *Volkspolizei*, [...] a polícia estatal. [...]
>
> [...] Era perigoso, pois a polícia tinha ordens de atirar para matar a fim de impedir que as pessoas fugissem para o Ocidente. [...]
>
> A multidão começara a se reunir pouco depois das sete da noite [...]. Às dez horas já estavam a poucos passos dos guardas formados para enfrentá-las. [...] A multidão de vozes gritava em uníssono: "Abram! Abram!".
>
> Atrás da polícia [...], na infame faixa da morte, do outro lado do Muro, vinha um grito de resposta de uma multidão igualmente turbulenta de alemães ocidentais: "Venham! Venham!".
>
> [...] Dentro de seu posto de comando [...], o capitão da guarda de fronteira da Alemanha Oriental [...] não largava o telefone. Durante horas pediu instruções. Em vão. [...] Os outros comandantes da fronteira estavam tão confusos quanto ele. [...] Talvez a decisão tenha sido somente sua. [...]
>
> Fosse qual fosse o motivo, o fato é que, exatamente às 11h17, deu de ombros como se dissesse: Por que não? "*Alles auf*", ordenou. "Abram tudo", e os portões escancararam-se. [...] De repente não havia mais Muro de Berlim.
>
> MEYER, Michael. **1989**: o ano que mudou o mundo: A verdadeira história da queda do muro de Berlim. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 18-19.

a) O texto narra o envolvimento de todos os alemães ou de parte deles? Justifique.

b) Aponte um fator externo e um interno que contribuiu para a queda do Muro de Berlim.

c) Como o capitão da guarda de fronteira da Alemanha Oriental reagiu à pressão popular para que ele abrisse os portões? Imagine que ele tivesse reagido de outra forma e crie um outro final para essa história.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. a) Um amplo programa de reformas econômicas.
   b) Consistia em uma abertura política efetiva.
   c) Resposta pessoal.
2. a) O texto fala do total envolvimento tanto dos alemães orientais quanto dos ocidentais. Os orientais gritavam para os guardas "abram imediatamente"; e os ocidentais gritavam "Venham! Venham!".
   b) Externamente, os alemães foram incentivados pelas reformas de Gorbachev e, internamente, mobilizaram-se em torno de um movimento popular que exigia melhor qualidade de vida e democracia. O lema do movimento era "Nós somos o povo".
   c) Ele abriu os portões. Resposta pessoal.

Texto de apoio

Após a queda do Muro de Berlim

Em 1991, com o desmembramento da URSS surgiram 15 novos países, que procuraram manter suas fronteiras e se fortalecer em relação ao antigo poder central. Paralelamente ao seu apoio à desintegração da URSS, o presidente da Rússia Bóris Yeltsin articulou a criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI), que reúne doze ex-repúblicas soviéticas (não foram incorporadas Lituânia, Letônia e Estônia), mas que ainda carece de consistência material e política.

Embora a Rússia tenha herdado o patrimônio internacional da URSS (*status* de potência nuclear, assento no Conselho de Segurança, etc.), as transformações da *Perestróika* provocaram drástica redução de sua presença no cenário internacional. As dissoluções do Came e do Pacto de Varsóvia representaram a perda de influência no Leste Europeu, que rapidamente foi se aproximando do Ocidente. Sob protestos da Rússia, em 1997 iniciou-se o processo de inclusão da Hungria, da Polônia e da República Checa à Otan, concluído em 1999.

A diplomacia de pró-ocidental de Gorbachov resumia-se no conceito de Casa Comum Europeia, que consistia em incorporar a Rússia nas estruturas ocidentais, em especial na União Europeia. Em 1992, o volume de comércio da Rússia com os países do Terceiro Mundo declinou para um quarto em relação à década anterior. Os primeiros anos do governo Yeltsin amargaram o reflexo do recuo internacional da política externa russa, associado ao declínio de sua economia.

SILVA, André Luiz Reis da. Depois do muro: crise de hegemonia e multipolaridade no sistema internacional pós-Guerra Fria. **História: Debates e Tendências**, v. 10, n. 1, p. 156-172, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/1976/1235>. Acesso em: 5 nov. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. Alternativa B.
4. Alternativa A.
5. a) Desemprego estrutural.
   b) Não, os países menos desenvolvidos são mais atingidos, pois a eliminação de postos de trabalho ocorre, geralmente, numa velocidade maior do que a da criação de novos empregos.
   c) Algumas áreas nas quais vêm surgindo novos empregos são: informática, turismo, *marketing*, telefonia, finanças, entre outras.
6. Alternativa C. Justificativa: Os cortes de gastos nos orçamentos dos Estados nacionais impactam, geralmente, em menos investimentos em saúde e educação.

3. Qual das características citadas a seguir **NÃO** pertence à globalização?

a) Internacionalização da produção.

b) Informações limitadas a cada Estado nacional.

c) Aumento crescente da circulação de capitais.

d) Aumento extraordinário do comércio.

e) Formação de uma cultura global.

4. (Fatec-SP)

> Eles acham que se as forças do mercado agirem livremente a produção aumentará, beneficiando a todos. São favoráveis, também, à privatização das empresas estatais, da assistência médica, das escolas e da previdência social com o objetivo de acabar com os gastos públicos excessivos. [...]

O texto retrata, em linhas gerais, o ideário e a postura dos:

a) neoliberais.

b) nacionalistas.

c) mercantilistas.

d) neocolonialistas.

e) economistas clássicos.

5. Nos últimos anos, com a Revolução Técnico-Científico-Informacional, muitos trabalhadores foram substituídos por máquinas inteligentes e robôs, ficando sem emprego por um longo tempo.

a) Que nome se dá a esse tipo de desemprego?

b) Todos os países são igualmente atingidos por esse tipo de desemprego?

c) Cite exemplos de setores da economia em que vêm surgindo novos empregos.

6. Assinale a **INCORRETA** e justifique.

Os críticos às políticas globais argumentam que:

a) essas políticas geram aumentos das desigualdades socioeconômicas.

b) as políticas econômicas dos países mais pobres são controladas por organismos ligados aos países ricos.

c) os cortes de gastos nos orçamentos dos Estados nacionais resultam, geralmente, em altos investimentos em saúde e educação.

d) a imposição de uma cultura única ameaça a diversidade e os valores culturais locais e regionais.

e) a liberalização dos mercados estimula a especulação e o enriquecimento dos mais ricos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Argumentos dos críticos à globalização

A globalização está centrada no progresso das novas tecnologias e especialmente nas inovações de alta tecnologia que conduzem ao aumento da produção, mas, ao mesmo tempo, reduzem a necessidade de mão de obra, provocando a precarização do trabalho e um elevado índice de desempregados em todos os continentes.

Os interesses industriais e financeiros estão em conflito permanente com os interesses da sociedade civil e dos movimentos sociais.

O padrão mundial de desenvolvimento está assentado no domínio das informações, do saber e das novas tecnologias, e as consequências são o aumento da exclusão social. O fato é que essa reestruturação produtiva em curso tem criado muitos tipos de conflitos, pois aumenta as desigualdades sociais e transforma os trabalhadores em um ser descartável.

[...]

Assim, [...] podemos configurar como a principal peça desse processo de globalização a consolidação da sociedade da informação e a internacionalização do capital financeiro. Daí entendermos que é necessário uma ação global dos excluídos, com o objetivo de fortalecer as forças sociais democráticas internacionais para se criar efetivamente uma sociedade civil global, tendo como base uma conexão entre democracia, direitos humanos fundamentais e um desenvolvimento sustentável com justiça social e proteção ao meio ambiente.

PEREIRA, Josecleto Costa de Almeida. Globalização: sociedade da informação e trabalho. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 45-68, jan. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15365/13947>. Acesso em: 12 nov. 2018.

VOZES DO PRESENTE

Em um mundo interligado em rede, no qual o que acontece em uma parte da Terra afeta as demais, temos a sensação de viver em uma "aldeia global", um mundo sem fronteiras. Veja o que o geógrafo Milton Santos diz sobre isso.

MARCOS FERNANDES/CB/D.A PRESS

Baiano de nascimento, o geógrafo Milton Santos (1926-2001) é considerado um dos nomes mais importantes da Geografia. Fotografia de 2000.

Por uma globalização mais humana

[...]

Infelizmente, o estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades. E, ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo [...] onde se ampliam as fraturas sociais.

A droga, com sua enorme difusão, constitui um dos grandes flagelos desta época.

O mundo parece, agora, girar sem destino. É a chamada globalização perversa. Ela está sendo tanto mais perversa porque as enormes possibilidades oferecidas pelas conquistas científicas e técnicas não estão sendo adequadamente usadas.

Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos [...], se usados de uma outra maneira, bastariam para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade.

Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão de obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização.

LEIA "Por uma globalização mais humana", texto do geógrafo Milton Santos. **Folha de S.Paulo**, 15 out. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u351805.shtml>. Acesso em: 31 out. 2018.

a) Qual é a posição do geógrafo Milton Santos a respeito da globalização?

b) Segundo o autor, por que ocorre o que ele chama de globalização perversa?

c) O autor conserva uma posição pessimista em relação à globalização? Justifique.

d) **Em dupla**. Reflitam, debatam e opinem sobre a globalização e, ao final, elaborem argumentos favoráveis e/ou críticos a esse fenômeno.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Milton Santos afirma que a globalização tem acentuado as desigualdades e a denomina de globalização perversa.

b) Por falta de aproveitamento das enormes possibilidades oferecidas pelas conquistas científicas e técnicas.

c) Não; ele afirma que devemos ter esperança, pois o uso racional do progresso técnico seria suficiente para alimentar a população mundial e diminuir as taxas de mortalidade.

d) Resposta pessoal.

Professor: mais do que estimular o posicionamento do alunado diante desse fenômeno, o que se pretende é levá-lo a exercitar a argumentação em defesa de um ponto de vista.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Globalização e sociedade

É inegável que se vive em um mundo de fronteiras porosas – em nível econômico e político – ao mesmo tempo em que se convive com a exclusão estrutural e social de países, de etnias, de raças, de culturas e de cidadãos. A sociedade globalizada faz crer que haja união, quando na realidade o que existe é muito mais tendência à unificação sob a hegemonia do mercado global. As culturas nacionais e regionais tentam manter-se e atuar socialmente, resistindo ao predomínio da sociedade global. Reconhece-se que a cultura popular vem persistindo, mas tende a ceder espaço para a cultura de massa, ditada pela globalização, onde os valores, hábitos e costumes locais vêm sendo substituídos por outros novos e necessários para o indivíduo adaptar-se às regras sociais vigentes. As relações sociais caminham para o impessoal e virtual e já não se conhecem as pessoas, mas as organizações. O mundo está hiperespecializado, alargado, automatizado, global. Respiramos modernidade... ou pós-modernidade!?

Não podemos, contudo, alardear o pessimismo, porque há que se considerar que a sociedade vem oferecendo serviços cada vez mais eficientes, produtos em crescentes níveis de excelência e os homens estão buscando melhor qualidade de vida. As novas tecnologias estão proporcionando verdadeira revolução em diversos campos da ciência. Em decorrência desse panorama, vale, a título de consideração final, lembrar que ainda há tempo de restaurar e reforçar a importância dos princípios de liberdade e igualdade, dos valores éticos, morais, culturais, linguísticos e da identidade individual e coletiva. Não se pode negar que o que predomina hoje é o resultado de séculos de evolução humana, em busca de melhores condições de vida no planeta, ainda que se reconheça que os resultados dos progressos alcançados não tenham sido de todo satisfatórios ou mesmo compartilhados coletivamente. Conquanto desejemos não rarear a humanidade...

RODRIGUES, Ana Maria da Silva et al. Globalização, cultura e sociedade da informação. **Perspect. Cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 97-105, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/globalizacao_cultura_e_sociedade_da_informacao_2.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.

RESPOSTA

Alternativa E.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: PROTEGENDO refugiados no Brasil e no mundo. Disponível em: <http://livro.pro/unxejq>. Acesso em: 14 nov. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A MAIOR crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. Duração: 7 min. Disponível em: <http://livro.pro/n4hamn>. Acesso em: 30 out. 2018.

Documentário da ONU sobre os refugiados no mundo.

Texto de apoio

A nova crise de refugiados na Europa

[...] Os fluxos de refugiados não refletem um conjunto de eventos aleatórios, mas antes traduzem causalidades e padrões que se associam a fatores estruturais que os orientam. Como retrata Richmond (1988, p. 12), as situações que comumente geram movimentos expressivos de refugiados incluem guerras, conflitos comunitários, instabilidade política, terrorismo, revoluções, expulsões de grupos étnicos ou grupos religiosos, deslocamento e desalojamento de populações, desastres naturais, entre outros eventos que conduzem à violência, risco de vida ou opressão de direitos. Em todas estas causas verifica-se a existência de fatores econômicos, sociais e políticos a atuarem de forma interdependente, induzindo à necessidade de se desenvolver uma leitura multivariada e integrada da realidade.

Podemos admitir que os fatores macro que explicam o aumento recente dos fluxos de refugiados, bem como o recrudescimento das migrações irregulares dirigidas à Europa, são múltiplos e complexos, combinando variáveis demográficas, econômicas, sociais, ambientais e políticas, incluindo mecanismos que agem no longo e no curto prazo. [...]

Tanto os problemas econômicos como os derivados de um posicionamento geoestratégico de países e nações que conduzem às migrações e a sucessivas crises de refugiados apresentam um caráter estrutural cada vez mais marcado. Podem destacar-se, numa complexidade de causas, no nível macro, o desequilíbrio demográfico entre regiões (*e.g.* Europa *versus* África), o aumento do fosso da riqueza mundial entre países e regiões do mundo, problemas de sustentabilidade econômica e ambiental em países em via de desenvolvimento, crises políticas e militares sucessivas.

OLIVEIRA, Catarina Reis et al. A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias. **R. Bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 73-98, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00073.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.

III Você cidadão!

Leia o trecho da reportagem que segue:

União Europeia e Grécia viram as costas para refugiados que chegam às Ilhas Gregas

[...] A Grécia e a União Europeia (UE) precisam melhorar urgentemente as condições de vida para os refugiados, imigrantes e requerentes de asilo, e oferecer assistência médica adequada e proteção.

De acordo com autoridades, mais de 14 mil pessoas, das quais mais de 90% fugiram da guerra na Síria, submeteram-se a jornadas perigosas em pequenas embarcações [...] em busca de proteção. Com poucas instalações adequadas para recebê-los, muitos refugiados viram-se forçados a dormir no frio, na chuva e ao relento ou em postos policiais superlotados [...].

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **União Europeia e Grécia viram as costas para refugiados que chegam às ilhas gregas**. Disponível em: <http:// www.msf.org.br/noticias/uniao-europeia-e-grecia-viram-costas-para-refugiados-que-chegam-ilhas-gregas>. Acesso em: 31 out. 2018.

A questão da imigração síria tornou-se um dos temas mais fortes e polêmicos dentro e fora da União Europeia, expondo não somente a devastadora crise humanitária no pequeno país do Oriente Médio, mas também a crise de humanidade que vive a própria Europa em meio ao crescimento da xenofobia.

Sobre esse quadro internacional e suas repercussões, analise as afirmações que seguem:

I. A crise na Síria, desencadeada a partir da desestabilização do governo do ditador Bashar Al-Assad por grupos rebeldes, agravou-se ainda mais com o surgimento do grupo extremista Estado Islâmico.

II. Enquanto alguns países europeus veem nos sírios a possibilidade de ampliar a sua força de trabalho, outros temem o aumento da vulnerabilidade do continente a ataques de extremistas islâmicos.

III. A maioria dos países-membros da União Europeia é favorável à ampliação do abrigo aos imigrantes, desde que eles aceitem algumas condições, como continuar os estudos e se converter ao cristianismo.

IV. Interesses conflitantes de outros países fora da União Europeia, como Estados Unidos e Rússia, dificultam a estabilização política e social da Síria.

Com base em seus conhecimentos e na interpretação das questões levantadas, marque a alternativa que aponta para as afirmações corretas:

a) I e II, apenas.
b) II e III, apenas.
c) I, III e IV.
d) I, II e III.
e) I, II e IV.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

BIBLIOGRAFIA

ABULAFIA, David. **O grande mar**: uma história humana do Mediterrâneo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA, Walter. **Uma história da cultura afro-brasileira**. São Paulo: Moderna, 2009.

ALMOND, Mark. **O livro de ouro das revoluções**: movimentos políticos que mudaram o mundo. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2018.

AYERBE, Luís Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Unesp, 2004.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**: política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2001.

BRENER, Jayme. **A Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 2000.

CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Unesp, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. São Paulo: Saraiva, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**: a longa travessia. São Paulo: Contexto, 2017.

DEL PRIORE, Mary. **Documentos de história do Brasil**: de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997.

DOLHNIKOFF, Mirian. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**: uma mulher à frente do seu tempo. Brasília: Mercado Cultural, 2006.

FAIRBANK, John King. **China**: uma nova história. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015.

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 306-307. (O Brasil republicano, v. 3).

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2016.

FIGUEIREDO, Luciano. **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

FITZPATRICK, Sheila. **A Revolução Russa**. São Paulo: Todavia, 2017.

REVISÃO PNLD 2020 FTD

271

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola**: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2014.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GILBERT, Martin. **A história do século XX**. São Paulo: Planeta, 2016.

GIOVANELLA, Ligia (Org.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. A última cartada. **Revista Nossa História**, ano 1, n. 10, p. 14-19, ago. 2004.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2017.

GOODY, Jack. **Renascimentos**: um ou muitos? São Paulo: Unesp, 2011.

GOUCHER, Candice; WALTON, Linda. **História mundial**: jornadas do passado ao presente. Porto Alegre: Penso, 2011.

HERNÁNDEZ, Jesús. **Histórias curiosas da Segunda Guerra Mundial**: os fatos mais singulares e surpreendentes do conflito bélico que abalou a humanidade. São Paulo: Madras, 2014.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEMOS, Renato (Org.). **Uma história do Brasil através da caricatura**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra**: história e civilizações. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MORAES, Luís Edmundo. **História contemporânea**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

MUNANGA, Kabengele; SERRANO, Carlos. **A revolta dos colonizados**: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia. São Paulo: Atual, 1995.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira**: utopia e massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil nação**: 1808-2010. Madrid: Fundación Mapfre: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Alberto da Costa e. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2012.

TREVISAN, Claudia. **Os chineses**. São Paulo: Contexto, 2009.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020

272